

O papel de João Paulo II e da Igreja Católica polaca na adesão da Polónia à União Europeia

Marcin Zatyka

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais
Especialidade: História e Teoria das Relações Internacionais

Agosto, 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Madalena Meyer Resende e a coorientação da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo.

À Ana

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Madalena Meyer Resende pela orientação da minha tese de doutoramento, pelas suas sugestões e valiosos contributos. Dirijo também os meus agradecimentos à Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, que coorientou esta tese, bem como ao Professor Doutor José Esteves Pereira que me ajudou com os seus conselhos no início do percurso deste estudo.

A palavra “dziękuję”, que quer dizer obrigado em polaco, merece a Directora da Biblioteca da Faculdade de Ciências Políticas e Jornalismo da Universidade de Varsóvia, Dr.^a Maria Piber, pela sua ajuda na recolha de fontes úteis para a tese. Devo agradecer também ao Professor Doutor Aleksander Łuczak da Faculdade de Ciências Políticas e Jornalismo da Universidade de Varsóvia e ao meu irmão Michał Zatyka pela ajuda que me deram na fase inicial da tese.

Por fim, um grande “obrigado” à minha mulher Ana, sem a qual esta tese nunca seria feita e ao meu filho Francisco pela paciência nas horas de ausência do pai enquanto se dedicava à conclusão deste trabalho.

O PAPEL DE JOÃO PAULO II E DA IGREJA CATÓLICA POLACA NA ADESÃO DA POLÓLIA À UNIÃO EUROPEIA

MARCIN ZATYKA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Polónia, União Europeia, Santa Sé, Igreja Católica, João Paulo II, Karol Wojtyła, integração europeia.

Após a queda da ditadura comunista, em 1989, a Polónia rumou em direcção à democracia. As novas elites políticas optaram na sua política externa pela aproximação aos países da Europa Ocidental, num processo de integração europeia.

A presente tese diz respeito à importância da acção do Papa João Paulo II e da Igreja Católica polaca na adesão da Polónia à União Europeia (UE), em 2004. A dissertação debruça-se sobre a influência de Karol Wojtyła, bem como dos bispos polacos neste processo.

O autor utilizou fontes relativas aos anos de 1978 a 2003, período entre a escolha de Karol Wojtyła para o trono papal e o referendo europeu na Polónia, decisivo para a sua adesão à UE. A maioria dos textos usados pelo autor foi recolhida em fontes primárias: documentos papais como encíclicas, cartas, discursos e homilias de João Paulo II, bem como textos sobre a integração europeia emitidos pela Conferência Episcopal polaca. O autor fez também um levantamento exaustivo das actividades do clero polaco na esfera da integração europeia, com base nos meios de comunicação de imprensa polaca das várias formações ideológicas.

A tese baseia-se em narrativas analíticas organizadas sob conjunturas críticas. O autor apresenta o empenhamento de João Paulo II e dos bispos católicos polacos em relação à integração europeia seguindo uma ordem cronológica, começando com o início do pontificado de Karol Wojtyła, apresentando as actividades e o pensamento do Papa e dos membros da hierarquia da Igreja Católica polaca no contexto da integração europeia, simultaneamente com a descrição de acontecimentos importantes do período de transição do comunismo para a democracia. Desta forma, foi apresentado tanto o empenho dos apoiantes, como dos oponentes da adesão da Polónia à União Europeia.

O autor da tese demonstra que João Paulo II e a por si liderada Igreja Católica, tiveram um papel activo no ensinamento e acções realizadas pelos seus compatriotas no quadro do debate europeu e que os seus líderes chamaram os polacos a apoiar o processo de integração europeia. A dissertação revela também que as primeiras elites políticas polacas, que lideraram o processo da adesão, vieram de grupos próximos da Igreja Católica e que esta teve influência na construção da Polónia democrática.

THE ROLE OF JOHN PAUL II AND THE CATHOLIC CHURCH IN POLAND IN ACCESSION OF POLAND TO THE EUROPEAN UNION

MARCIN ZATYKA

ABSTRACT

KEYWORDS: Poland, the European Union, the Holy See, the Catholic Church, John Paul II, Karol Wojtyła, European integration.

Poland turned to democracy after the collapse of the communist dictatorship in 1989. The new political elites choosed in their foreign policy an approach to Occidental countries of Europe by participation in the process of European integration.

This dissertation concerns the impact of the action of John Paul II and the Catholic Church in Poland's accession to the European Union (EU), which occurred in 2004. The thesis focuses on the influence of the Pope in this process, as well as the Polish bishops. The author used sources for the years 1978-2003, the period between the election of Karol Wojtyła to the papal throne and the European referendum in Poland, decisive on the EU membership of this country.

Most of the texts used by the author were collected on primary sources: documents as papal encyclicals, letters, speeches and homilies of John Paul II, as well as works issued by the Polish Episcopal Conference on European integration. The author made also an exhaustive survey of the media of the various Polish ideological formations concerning the activities of the Polish clergy on European integration.

The thesis is based on the analytical narratives organized under critical junctures. The author presents there the commitment of John Paul II and Polish Catholic bishops in relation to European integration following a chronological order, starting with the beginning of the papal pontificate, revealing the activities and thoughts of the Pope and members of the Polish Catholic Church hierarchy in the context of European integration, and simultaneously describing the most important events of the period of transition from communism to democracy. Thus, it was shown both the commitment of supporters and opponents of Poland's accession to the European Union.

The author demonstrates that John Paul II and the Catholic Church itself had an active role in teaching and acting among their compatriots on European debate, and its bishops called the Poles to support European integration. The paper also shows that the first Polish political elites, who were leading the process of accession, came from circles connected to the Catholic Church, and it influenced the construction of the democratic Poland.

ÍNDICE:

Introdução p.1

CAPÍTULO 1. Analítico, problemático, histórico; p.22

- A) O pontificado polaco e a queda do Bloco de Leste; p.22
- B) João Paulo II e a visão da Europa unida; p.32
- C) João Paulo II e a missão da Polónia na União Europeia; p. 51
- D) A europeização do Leste europeu; p.59

CAPÍTULO 2. Os católicos e a construção do novo pensamento da política externa da Terceira República Polaca (1989-1993); p. 77

- A) A Igreja, os católicos e as primeiras elites da Polónia democrática; p. 77
- B) As novas realidades da política externa polaca; p. 93
- C) Os primeiros passos na direcção da União Europeia; p. 99

CAPÍTULO 3. As negociações da Polónia com a União Europeia e a Igreja Católica (1993-2002); p.111

CAPÍTULO 4. A Cimeira de Copenhaga e as reacções na Polónia (2002-2003); p. 133

CAPÍTULO 5. A hierarquia católica e o clero no debate sobre a adesão da Polónia à União Europeia (2002-2003); p. 173

- A) A Igreja católica no debate europeu e divisões entre a hierarquia da Igreja e o clero; p. 173
- B) A legislação do aborto como uma parte do debate sobre a integração europeia p. 203

CAPÍTULO 6. A Igreja Católica polaca no período do referendo (2003); p. 217

A) As acções de formação sobre a União Europeia; p. 217

B) As sugestões de João Paulo II e dos bispos sobre a integração europeia; p. 249

C) Interpretação das opiniões de João Paulo II sobre a integração europeia; p. 263

Conclusão; p. 286

Bibliografia; p. 292

Figuras e Quadros p. 305

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS:

Figura 1. A opinião dos polacos acerca da posição da Igreja Católica face à integração europeia da Polónia p. 305

Figura 2. A opinião dos polacos sobre se a Igreja Católica deve ou não apoiar acções a favor da integração polaca na União Europeia p. 306

Quadro 1. A opinião dos polacos em relação à União Europeia antes e depois da Cimeira de Copenhaga p. 307

Quadro 2. A influência de outros na decisão de voto no referendo europeu p. 308

Quadro 3. A influência de várias instituições sociais e políticas nas decisões p. 309

Quadro 4. A influência de instituições da política e da sociedade na decisão do eleitorado dos partidos políticos p. 310

Quadro 5. Opiniões dos sacerdotes acerca do impacto da adesão à União Europeia na vida religiosa da Paróquia p. 311

Quadro 6. Opiniões dos sacerdotes acerca do impacto socio-económico na Freguesia da adesão à União Europeia p. 312

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Nome original	Tradução para português
CBOS	Centrum Badania Opinii Społecznej	Centro de Investigação da Opinião Pública
CEFTA	Central European Free Trade Agreement	Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio
CEE	European Economic Community	Comunidade Económica Europeia
CEI	Sodružestvo Nezavisimych Gosudarstw	Comunidade dos Estados Independentes
COMECON	Council for Mutual Economic Assistance	Conselho para Assistência Económica Mútua
COMECE	Commission des Episcopats de la Communauté Européenne	Comissão das Conferências Episcopais da União Europeia
EEJ	Rencontre Européenne de Jeunes	Encontro Europeu de Jovens
EPP	European People's Party	Partido Popular Europeu
EURATOM	European Atomic Energy Community	Comunidade Europeia da Energia Atómica
IEC	Inicjatywa Środkowoeuropejska	Iniciativa da Europa Central
ISKK	Instytut Statystyki Kościoła Katolickiego	Instituto de Estatística da Igreja Católica
ISP	Instytut Spraw Publicznych	Instituto de Assuntos Públicos
KRUS	Kasa Rolniczego Ubezpieczenia Społecznego	Fundo do Seguro Social Agrícola
KAI	Katolicka Agencja Informacyjna	Agência Católica de Informação
KIK	Klub Inteligencji Katolickiej	Clube dos Intelectuais Católicos
KOR	Komitet Obrony Robotników	Comité de Defesa dos Trabalhadores
LPR	Liga Polskich Rodzin	Liga das Famílias Polacas
NATO	North Atlantic Treaty Organization	Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
NKVD	Narodniy Komissariat Vnutrennikh Del	Comissariado do Povo para Assuntos Internos
OBOP	Ośrodek Badania Opinii Publicznej	Centro de Pesquisa da Opinião Pública
OSM	Ośrodek Studiów Wschodnich	Centro de Estudos Internacionais
OCIPE	Office Catholique d'Informations et d'Initiatives pour l'Europe	Gabinete de Informação Católica e de Iniciativas Europeias

PAP	Polska Agencja Prasowa	Agência Polaca de Informação
PAX	Stowarzyszenie Pax	Associação Pax Romana
PGR	Państwowe Gospodarstwo Rolne	Cooperativas Estatais
PKWN	Polski Komitet Wyzwolenia Narodowego	Comité Polaco de Libertação Nacional
PO	Platforma Obywatelska	Plataforma Cívica
PiS	Prawo i Sprawiedliwość	Partido Lei e Justiça
PSL	Polskie Stronnictwo Ludowe	Partido Camponês Polaco
PZPR	Polska Zjednoczona Partia Robotnicza	Partido Operário Unificado Polaco
SLD	Sojusz Lewicy Demokratycznej	Aliança de Esquerda Democrática
TNS OBOP	Ośrodek Badania Opinii Publicznej	Centro de Estudos de Opinião Pública
UE	European Union	União Europeia
UKIE	Urząd Komitetu ds. Integracji Europejskiej	Serviço do Comité da Integração Europeia
URSS	Sojuz Sowietских Socyalisticheskich Riespublik	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USOPAL	Unia Stowarzyszeń i Organizacji Polskich w Ameryce Łacińskiej	União das Associações e Organizações da Diáspora Polaca na América Latina
ZBoWID	Związek Bojowników o Wolność i Demokrację	União dos Combatentes pela Liberdade e Democracia

PARTIDOS POLÍTICOS POLACOS MENCIONADOS:

Sigla	Nome original	Tradução para português
AWS	Akcja Wyborcza Solidarność	Acção Eleitoral Solidariedade
LPR	Liga Polskich Rodzin	Liga das Famílias Polacas
PdP	Przymierze dla Polski	Aliança para a Polónia
PKWN	Polski Komitet Wyzwolenia Narodowego	Comité Polaco de Libertação Nacional
PO	Platforma Obywatelska	Plataforma Cívica
PiS	Prawo i Sprawiedliwość	Partido Lei e Justiça
PSL	Polskie Stronnictwo Ludowe	Partido Camponês Polaco
PZPR	Polska Zjednoczona Partia Robotnicza	Partido Operário Unificado Polaco
Samoobrona	Samoobrona Rzeczpospolitej Polskiej	Auto-defesa da República da Polónia
SLD	Sojusz Lewicy Demokratycznej	Aliança de Esquerda Democrática
UP	Unia Pracy	União do Trabalho
UPR	Unia Polityki Realnej	União da Política Real
UW	Unia Wolności	União da Liberdade
ZChN	Zjednoczenie Chrześcijańsko- Narodowe	União Cristã Nacional

Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Haris Zafra

Lisboa, 20 de Agosto de 2013

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a
designar.

A orientadora,

Madalena Santos Meyer Escude

Lisboa, 20 de Agosto de 2013

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a
designar.

A coorientadora,

Paula Fernanda Rolfo

Lisboa, 20 de Agosto de 2013

Introdução

Esta dissertação diz respeito ao impacto da acção de João Paulo II e da Igreja Católica polaca no processo de integração polaca na União Europeia, que ocorreu em 2004. Ela debruça-se sobre a influência de Karol Wojtyła, figura que assumiu relevância e se tornou visível ainda antes de este se tornar Papa. Enquanto arcebispo de Cracóvia influenciou tanto a situação interna do país, como a política internacional. Karol Wojtyła no seguimento da tomada de posse nas funções de Chefe do Estado da Santa Sé, empenhou-se ainda mais na vida política europeia e intensificou as suas relações com os líderes dos países da Comunidade Económica Europeia, a antecessora da União Europeia. Como líder do país, o Papa polaco estabeleceu e manteve relações bilaterais e contribuiu também para estreitar as relações mútuas entre a hierarquia da Igreja Católica da Polónia e as autoridades eclesiásticas de outros países.

A presente dissertação é a continuação dos estudos do autor sobre a influência da Igreja Católica e o lugar dos leigos na sociedade e na política. O autor, durante os seus estudos na Faculdade de Ciência Política e Jornalismo da Universidade de Varsóvia, analisou o impacto dos movimentos e das organizações religiosas na vida política e social da Polónia democrática. Na sua tese intitulada „A tradição e modernidade da Acção Católica na Polónia”¹, o autor investigou o papel desta organização – renascida por iniciativa de João Paulo II – na sociedade polaca. Neste âmbito, parte do trabalho realizado pelo autor encontra-se apresentado nos seus livros intitulados „Comunidade Euménica de Taizé”² e „As coisas mais importantes”.³

O desenvolvimento do tema da presente tese deve-se também aos interesses profissionais do autor como jornalista, ex-colaborador da Agência de Informação Católica (Katolicka Agencja Informacyjna - KAI) e actual correspondente da Agência de Informação Polaca (Polska Agencja Prasowa - PAP).

¹ ZATYKA Marcin, “Tradycja i nowoczesność Akcji Katolickiej w Polsce” (A tradição e modernidade da Acção Católica na Polónia). Tese para obtenção do grau de Mestre defendida pelo autor na Faculdade de Ciências Políticas e Jornalismo da Universidade de Varsóvia no dia 30 de Junho de 1999.

² ZATYKA Marcin, ZATYKA Michał, “Ekumeniczna Wspólnota z Taizé” (Comunidade Euménica de Taizé), Apostolicum, Zabki, 1999.

³ ZATYKA Marcin, ZATYKA Michał, “O tym, co najważniejsze” (As coisas mais importantes), Pressline, Varsóvia, 2004.

Objectivos:

O autor da tese procurou demonstrar que Karol Wojtyła – pela terceira vez na sua vida – teve uma influência importante nas escolhas dos seus compatriotas, tanto das elites como da sociedade em geral. Depois de apelar à reconciliação com os alemães em 1965⁴ e apoiar a oposição democrática ao regime comunista polaco na vitória política em 1989, o Papa João Paulo II tornou-se mesmo apoiante da presença polaca nas estruturas da União Europeia, chamando os polacos a apoiar o processo de integração europeia. Efectivamente, a derrubada do comunismo, em que o Papa teve um papel relevante, levou à abertura do caminho para uma política independente das autoridades polacas e à sua aproximação ao Ocidente.

Além disso, as primeiras elites políticas polacas vieram de círculos próximos de João Paulo II, e ele próprio ainda como bispo de Cracóvia, bem como outros representantes da hierarquia da Igreja Católica polaca, tiveram uma grande influência na definição do pensamento futuro da elite política na Polónia democrática. Karol Wojtyła não só publicava nas páginas do semanário da oposição “Tygodnik Powszechny”⁵, como também dava o seu apoio aos membros da oposição democrática dos Clubes dos Intelectuais Católicos (Klub Inteligencji Katolickiej - KIK). Foi dentro destes grupos que nasceram os primeiros conceitos de política internacional polaca após o colapso do comunismo. Ali surgiram ideias de uma aproximação futura ao bloco de países ocidentais. Padres polacos também apoiaram as primeiras iniciativas dos Clubes dos Intelectuais Católicos que formaram as elites democráticas, onde se realizaram os primeiros debates sobre o futuro da Polónia pós-comunista. A Fundação “A Polónia na Europa”, criada na base do Clube dos Intelectuais Católicos de Varsóvia, foi a entidade mais empenhada na preparação do pensamento de aproximação da Polónia às estruturas ocidentais. Logo depois do colapso do sistema comunista na Polónia, os membros da Fundação entraram nos primeiros governos democráticos. O rumo à integração na União Europeia realizou-se nos anos seguintes.

⁴ No dia 18 de Novembro de 1965 os bispos polacos presentes no Concílio Vaticano II emitiram cartas aos episcopados de 56 países incluindo um convite à participação nas comemorações do aniversário dos 1000 anos do cristianismo na Polónia. Numa carta “Perdoamos e pedimos perdão” dirigida aos bispos da Alemanha Ocidental, assinada por 36 bispos polacos entre os quais se encontrava o bispo Karol Wojtyła como um dos iniciadores do documento, foram incluídas palavras de perdão.

⁵ “Tygodnik Powszechny” é um semanário católico liberal publicado em Cracóvia. Aborda assuntos ligados à política e à vida social.

Período de estudo:

Com o objectivo de incluir a investigação das origens da Igreja Católica polaca, o autor ampliou o período de tempo estudado chegando ao início do cristianismo na Polónia. No entanto, foi tido como ponto de partida para analisar o envolvimento de João Paulo II e da Igreja no debate e no processo de integração polaca na União Europeia, o período após as eleições de Junho de 1989, concretamente os acontecimentos que resultaram da actividade do movimento Solidariedade (“Solidarność”) que tomou o poder no país, derrubando o comunismo. Contudo, nos dois primeiros capítulos da tese há referências ao período final do Solidariedade, no sentido de mostrar o papel e o empenho da Igreja Católica na libertação do país da ditadura comunista. A par com o processo de democratização da Polónia cresceu gradualmente o debate sobre a eventual presença do país nas estruturas da Europa unida. Nesta discussão participaram activamente bispos, sacerdotes e também leigos, pelo que o autor apresenta igualmente um esboço da história contemporânea do apostolado dos leigos organizados na Polónia, especialmente aqueles movimentos religiosos que tiveram as suas origens na Europa Ocidental e que desempenharam um papel relevante no processo de integração da República da Polónia na União Europeia (UE). A tese tem como ponto de chegada precisamente a adesão da Polónia à UE, a qual ocorreu no dia 1 de Maio de 2004.

Actores da tese:

Os actores principais desta tese são os representantes da Igreja Católica da Polónia, bem como o seu líder máximo, o Sumo Pontífice. Na altura do processo de aproximação da Polónia às estruturas da União Europeia, a Igreja foi liderada pelo Papa polaco, João Paulo II, que tomava as principais decisões sobre as estruturas católicas espalhadas pelo mundo, incluindo a sua própria pátria. Estes membros da hierarquia católica são um actor muito importante nesta tese, não apenas membros da Conferência Episcopal da Polónia, mas também líderes de congregações religiosas e movimentos católicos.

Depois de 1989, a Igreja Católica polaca tornou-se cada vez mais plural. O maior número de movimentos e organizações católicas foram o fruto da liberdade após a queda do comunismo, abrindo espaço para novas formas de participação na Igreja. O monólito católico polaco estabelecido pelo cardeal Stefan Wyszyński começou a transformar-se numa Igreja mais aberta, onde os leigos tinham um papel cada vez mais importante.

O autor estudou não só a actividade e o pensamento da hierarquia da Igreja, mas também do clero, de movimentos religiosos que envolveram os leigos, activistas de associações católicas, bem como de políticos que se declararam como próximos dos valores cristãos. É difícil ignorar o papel dos leigos e organizações religiosas que cruzaram as suas actividades com tarefas da Igreja Católica, tendo sido encorajados por João Paulo II ao envolvimento na vida da Igreja.

Como já referido Karol Wojtyła é uma figura central desta tese. O Papa que recebeu o nome de João Paulo II, deu grande apoio moral ao seu povo que viveu mais de 30 anos sob o domínio do regime comunista. Em 1979, na sua primeira peregrinação apostólica à Polónia, a sua terra natal, o novo Papa inspirou uma série de actividades na oposição política que no ano seguinte resultaram na criação do sindicato independente Solidariedade. O sindicato tornou-se rapidamente a maior força da oposição democrática em todo o bloco oriental. A repressão dos seus membros e a proibição da existência do Solidariedade em resultado da lei marcial introduzida em 1981, não impediu a vontade crescente da sociedade polaca de rejeitar o sistema comunista. As peregrinações papais em 1983 e 1987 deram um forte conforto à sociedade polaca e tiveram um grande impacto no reforço da oposição democrática oprimida. Por fim, a oposição criada na base do movimento Solidariedade, conseguiu em resultado das negociações da Mesa Redonda em 1989 e das primeiras eleições livres após a Segunda Guerra Mundial, introduzir na Polónia um sistema democrático. As mudanças sócio-políticas, que decorreram na Polónia desde Junho de 1989 e que foram iniciadas pela Perestroika de Mikhail Gorbachev, bem como as reformas na União Soviética levaram ao colapso do comunismo no Bloco de Leste.

A escolha de Karol Wojtyła para o cargo de Sumo Pontífice deu aos católicos e não-católicos polacos um grande aliado fora do bloco comunista. O Vaticano, durante o pontificado de João Paulo II, através de estruturas da Igreja Católica manteve o contacto com os seus fiéis, na maioria dos casos apoiantes da oposição política. A Igreja Católica

foi também a única instituição legal que guiou o seu rumo de maneira independente do regime comunista. Contudo, dois anos depois da queda da ditadura comunista mudou a percepção do papel da Igreja Católica na Polónia, que foi cada vez mais criticada. Os bispos, os padres, bem como o próprio João Paulo II tornaram-se alvos de acusações por parte de grupos políticos, imprensa e “opinion makers” liberais e de esquerda que mantinham relutância relativamente à democracia e ao processo de aproximação à Europa Ocidental realizado pelas primeiras equipas do governo.

Apesar de o Papa ter uma visão clara sobre a Igreja e a Polónia na Europa, o clero polaco não se deixou convencer pelas sugestões de João Paulo II, optando pela escolha pró-europeia. O processo de adesão à União Europeia foi reconhecido pela maioria dos padres polacos como um perigo potencial, na perspectiva da fé. No inquérito realizado em 2002 foi visível a preocupação sobre a possibilidade de haver um impacto negativo da adesão na vida religiosa das paróquias polacas.⁶

A Igreja Católica é tratada na literatura polaca como um actor político, sob a perspectiva dos seus méritos no processo de democratização da vida pública no século XX. Vários autores apontam, que as perseguições da época do estalinismo a colocaram automaticamente dentro da luta política contra a ditadura comunista hostil.⁷ Os líderes da hierarquia católica são também apresentados de maneira positiva, no contexto de criarem a única estrutura independente do regime, representando a oposição política que funcionou dentro das estruturas eclesiásticas. No período da República da Polónia Popular a Igreja tornou-se um asilo para políticos da oposição, bem como um mediador nas negociações entre o Solidariedade e o poder comunista. Este processo resultou nas primeiras eleições livres na Polónia após a II Guerra Mundial, ganhas pelas forças democráticas. Mas, embora a relevância da Igreja neste processo seja praticamente indiscutível, a interpretação do empenho dos bispos após 1989 não é sempre visto da mesma forma. Os meios de comunicação social ligados à esquerda e a corrente liberal normalmente observaram com receio as actividades do Episcopado polaco no que se referia às questões políticas e sociais, como por exemplo, no que toca à lei do aborto, à

⁶ O estudo realizado pelo Instituto de Estatística da Igreja Católica (ISKK SAC) feito numa amostra de 9059 padres católicos provou claramente que apenas 5,8% dos participantes achavam que a adesão da Polónia à União Europeia traria benefícios para a espiritualidade dos católicos polacos. Sobre a questão levantada pelos investigadores: „Como acha que a adesão da Polónia à União Europeia irá afectar a vida religiosa dos paroquianos?” apenas 0,7% dos padres deram uma resposta fortemente positiva, enquanto que 5,1% – „muito positiva”. O estudo realizado por ISKK SAC para consulta. Nunca foi publicado. O estudo em posse de autor da tese.

⁷ EISLER Jerzy, KUPIECKI Robert, BONDARUK-SOBAŃSKA Melania, „Świat i Polska 1939-1992”. (1939-1992. O Mundo e a Polónia), Omnia, Varsóvia, 1993, p. 246.

nova constituição ou à Concordata. Por outro lado, os meios de comunicação social de direita consideravam que num país maioritariamente católico a Igreja tinha todo o direito de demonstrar a sua opinião nas questões importantes para a nação e para o Estado e uma dessas questões, era o processo de integração europeia. Neste caso, ambos liberais e conservadores, mencionaram o papel importante que podia ter a Igreja no debate público. No entanto, enquanto colunistas de direita não privaram os bispos apoiantes da integração europeia ou os seus oponentes, do direito de se pronunciarem, em contrapartida os meios de comunicação social de esquerda e liberais negaram frequentemente o direito de expressar a sua opinião crítica em relação à União Europeia ou à integração europeia, acusando-os de excessivo envolvimento na política.⁸ Curiosamente este direito praticamente nunca foi reclamado por João Paulo II, que de facto nunca esclareceu directamente a sua posição no debate europeu na Polónia. Apesar disto a autoridade moral de Papa na sociedade polaca foi tão grande que qualquer das suas intervenções sobre a integração europeia foi interpretada por ambos os lados do debate de sua forma e por vezes usado para reforçar os seus argumentos “pró” ou “contra” a União Europeia.

Tese e antítese:

Após a assinatura pela República da Polónia do acto de Associação com a União Europeia em 1994, começou a crescer no país um debate sobre a questão dos possíveis benefícios e riscos da adesão às estruturas da União Europeia. Tanto os católicos leigos como os representantes da Conferência Episcopal polaca e os representantes do clero, abstiveram-se de ter uma participação activa nesta discussão. Contudo, no período que antecedeu o referendo europeu ouviram-se muitas críticas por parte de alguns bispos e sacerdotes polacos sobre a participação na construção da unificação europeia. Existiam também opiniões de que a integração na União Europeia podia trazer uma série de prejuízos, tanto para a Igreja Católica, para a moral da nação, como para a própria sociedade. As preocupações e críticas não foram eliminadas em 1997 depois da assinatura do Tratado de Amesterdão, em que foi colocada a Declaração sobre o Estatuto das igrejas e associações religiosas. Este regulamento confirmou que os

⁸ DOMOSŁAWSKI Artur, “Pielgrzymka do Polski w 1991: Nieszczęsny dar wolności” (A Peregrinação à Polónia. A prenda desgraçada da liberdade), in jornal “Gazeta Wyborcza”, n.º 124, 30.05.1997, p. 22.

Estados-Membros garantem aos seus cidadãos a liberdade constitucional de consciência e de confissão, ou seja, a liberdade religiosa. Praticamente nos últimos dias antes do referendo europeu de 2003, que acabou com a vitória da opção pró-europeia, apareceram tanto na Polónia como no exterior, pareceres que afirmavam que a Igreja Católica polaca, sobretudo na sua dimensão hierárquica, se opunha à adesão do país à União Europeia.

Maciej Basiewicz no artigo intitulado „Quem espera pela União” publicado na revista semanal „Tygodnik Powszechny”, afirmou que iria defender a todo o custo a „independência contra as tentativas estrangeiras”, facto este que concorreu para o forte estereótipo existente nos países da Europa Ocidental sobre o „patriotismo nacionalista”⁹. Em Dezembro de 2002, o jornal diário „Zycie Warszawy” tinha nas suas páginas uma referência acerca da existência de estereótipo semelhante no país e no exterior. Este jornal de Varsóvia observou que a opinião de que a Igreja Católica polaca é contra a adesão da República da Polónia à União Europeia faz parte do grupo dos dez mais comuns estereótipos que apareceram sobre as negociações ligadas à integração europeia.¹⁰

Poucos meses antes da publicação do artigo no jornal „Zycie Warszawy” o semanário britânico „The Economist” afirmava que a Igreja polaca não era muito favorável à participação da República da Polónia nas estruturas da União Europeia. No artigo intitulado “The pope didn’t visit Poland to play politics, but he couldn’t help it”, o semanário exprimiu a convicção de que apesar de uma larga parte do clero polaco e dos cardeais estar contra a adesão polaca à União Europeia, também o próprio João Paulo II era céptico em relação à integração europeia do seu país. “The Economist” sugeriu também que a sociedade polaca se distanciava dos ensinamentos do Vaticano em questões morais, como por exemplo, na questão do aborto, e que o Papa na sua homilia na última missa em Cracóvia nem mencionou uma única palavra sobre as aspirações polacas à integração europeia.¹¹

Os meios de comunicação social, especialmente estrangeiros, apontaram que a hierarquia da Igreja Católica polaca tinha „uma atitude negativa em relação à liberal União Europeia”. A “BBC Europe” sugeriu que a Igreja Católica na Polónia tinha

⁹ BASIEWICZ Maciej, “Kto czeka na Unię” (Quem está à espera da União), in página na Internet do semanário “Przegląd” [<http://www.przegląd-tygodnik.pl/pl/artykul/kto-czeka-na-unie>], n.º 24/2003.

¹⁰ “Dziesięć kłamstw o Unii Europejskiej” (As dez mentiras sobre a UE), in página na internet do jornal “Zycie Warszawy”, [<http://www.zyciewarszawy.pl/artykul/168828.html?print=tak>], 12.12.2002.

¹¹ “The pope didn’t visit Poland to play politics, but he couldn’t help it”, in página na Internet do semanário “The Economist”, [<http://www.economist.com/node/1291094>], 22.08.2011.

opiniões negativas acerca da integração da Polónia na União Europeia. Jan Rzepa, o analista deste programa, afirmou poucas semanas antes do referendo europeu que os líderes da Igreja polaca fazem parte de „um organismo bastante conservador”. Segundo o jornalista, os bispos da Polónia „têm medo que a União Europeia destrua o futuro da tradição católica” no seu país, onde a Igreja „ainda tem grande influência, principalmente nas pequenas cidades e aldeias e entre a classe trabalhadora urbana”. A “BBC Europe” também sugeriu que alguns dos bispos mais importantes, como o Presidente da Conferência Episcopal polaca, o arcebispo Jozef Michalik, estão contra a integração europeia e „não vêem o lugar do seu país na União Europeia”, que deixa de proibir o aborto ou não quer mencionar o nome de Deus no preâmbulo do projecto da Constituição da UE.¹²

Em alguns meios de comunicação social polaca, houve também sugestões de que a Igreja Católica na Polónia iria votar contra a União Europeia. Dariusz Hybel, o colunista do semanário conservador-liberal „Tygodnik Najwyższy Czas”¹³, escreveu que, apesar das sugestões dos principais média, a Igreja na Polónia não é a favor da integração europeia. O jornalista observou que „um católico, um adversário de „os Quinze”, que está envolvido nos assuntos sócio-políticos, tem o pleno direito de perceber a sua posição, argumentando qual é o motivo pelo qual quer ficar fora da UE como os Suíços ou os Noruegueses – Ele tem todo o direito de o fazer¹⁴”.

Contudo, João Paulo II, tanto antes de se tornar Papa como durante o seu pontificado, apoiou as aspirações polacas à unificação com o resto da Europa Ocidental. Apesar de ser visto por alguns liberais¹⁵ e até conservadores como muito próximo da corrente patriótico-nacionalista¹⁶, de facto representava uma visão universal sobre o

¹² RZEPA Jan. “Polish bishops warn over EU polls”, in “BBC Europe”, 16 April 2004.

¹³ “Tygodnik Najwyższy Czas!” é um semanário editado pelos comentadores e políticos ligados à União da Política Real (Unia Polityki Realnej), o partido polaco que junta ideias conservadoras com o liberalismo económico.

¹⁴ HYBEL Dariusz, “Unia to nie objawienie” (A União não é uma revelação), in semanário “Tygodnik Najwyższy Czas!”, n.º 51-52, 21-28.12.2002. p. 3.

¹⁵ Dawid Warszawski no diário “Gazeta Wyborcza” sugeriu, que João Paulo II suscitou o nacionalismo polaco e que promovidas por ele „a Europa cristã, a Polónia cristã (...) são possíveis apenas nos escombros da Europa e da Polónia democrática”. Warszawski escreveu que „no ensinamento de João Paulo II pode-se encontrar as ideias que existiam nas ideologias totalitárias do século XX e das heresias.”, in A. Domosławski, ob. cit., p. 22.

¹⁶ O padre Tadeusz Rydzik na entrevista ao semanário “Niedziela” revelou que João Paulo II teve um papel importante na criação da católico-patriótico “Radio Maryja”, disse que ele sempre lhe dava forças perguntando sobre a “Radio Maryja”. – Sem João Paulo II a “Radio Maryja” não existia – lembrou o redentorista. In página na Internet do semanário “Niedziela”, [http://wiadomosci.onet.pl/kraj/wywiad-z-o-rydzikiem-drze-caly-czas-ale-sie-nie-le,1,3443738,wiadomosc.html] , 12.02.2007.

futuro da Polónia.¹⁷ Na opinião do Papa, a Polónia era o candidato certo às estruturas europeias. João Paulo II, muito antes da definição oficial do governo polaco rumo à integração na União Europeia, apontou – já em 1978 – para a origem comum do continente e as suas raízes cristãs.¹⁸

Karol Wojtyła ainda como bispo polaco, mas também depois como Papa, inventou uma fórmula para tornar compatível o patriotismo polaco e a integração europeia. Por diversas ocasiões o líder da Igreja Católica lembrou as raízes cristãs do continente europeu e fê-lo não só na Polónia, mas também em outros sítios do mundo, nomeadamente inúmeras vezes nos seus discursos no Vaticano, bem como em várias visitas apóstólicas aos países da Europa. Diversas vezes mencionou também o importante lugar da sua pátria na história da Europa, alegando que através da entrada na União Europeia a posição da Polónia podia tornar-se mais forte.

O Papa durante o seu pontificado definia a Europa especialmente como uma comunidade espiritual, de cultura, religião e tradição, baseada e crescida nas raízes do mundo judaico-cristão. A sua visão universal do Velho Continente foi apresentada aos seus conterrâneos durante as viagens apostólicas à Polónia, tanto durante o período do comunismo como depois de 1989. A opinião mais directa de João Paulo II acerca da ideia da integração da Polónia na União Europeia foi apresentada no Parlamento polaco em Junho de 1999, quando o Sumo Pontífice referiu que tanto os políticos, como as pessoas ligadas à cultura e mesmo os bispos polacos, deveriam tomar novas iniciativas com vista a servir a integração europeia.

A figura de João Paulo II teve sem dúvida uma dimensão simbólica, que chamava a atenção para a ideia de messianismo, presente na Polónia nas épocas anteriores¹⁹, contudo a dimensão do Papa ultrapassa o messianismo patriota e católico polaco. O período muito agitado que viveu o futuro Papa também ficou marcado por esta corrente.²⁰ O próprio Karol Wojtyła foi durante a sua vida na Polónia influenciado por este conceito. Crescido com uma educação tradicional católica, como padre seguiu o

¹⁷ ERNSTEIN Carl, POLITI Mario, “His Holiness John Paul II and the hidden history of our time”, Bantam Books, Londres, 1996, p.10.

¹⁸ WOJTYŁA Karol, „Gdzie znajduje się granica Europy? (Onde está a fronteira da Europa)”, in página na Internet do artigo de Sowiński S., Zenderowski R., “Europa droga Kościoła. Jan Paweł II o Europie i europejskości” (A Europa como o caminho da Igreja. João Paulo II sobre a Europa e o europeu), [http://www.twojaeuropa.pl/2110/jan-pawel-ii-o-europie-cz-1], 2003.

¹⁹ Muitos polacos reconheceram a eleição do polaco para a função de Papa no contexto do messianismo. Uma das referências foi o poema de Juliusz Slowacki “Papa Eslavo” do século XIX, onde o poeta previu a escolha de um papa da origem eslava.

²⁰ LUCZEWSKI Michał, “Mesjanizm dla mas” (O messianismo para as massas), in “Plus Minus”, suplemento do diário “Rzeczpospolita”, n.º 17(948), 30 Abril - 1 Maio 2011, p.4.

caminho de vários sacerdotes prejudicados pelo regime comunista na Polónia após a Segunda Guerra Mundial. Apesar de ser muito leal às autoridades do Episcopado polaco escolheu o caminho da abertura aos vários grupos sociais: jovens, inteligência católica de origem judaica, representantes de outras tradições cristãs. Apesar de não negar a ideia do messianismo polaco, ou seja, a missão do povo da Polónia ao serviço do catolicismo, Wojtyła representava no seu pensamento e actividade uma outra Igreja polaca, mais aberta, cosmopolita e universal. Ele apresentava sobre esta questão opiniões parecidas com as expressas no semanário „Tygodnik Powszechny”, para o qual costumava escrever artigos. Tanto na qualidade de Bispo e cardeal de Cracóvia como enquanto Sumo Pontífice, João Paulo II sublinhou várias vezes o factor da localização geopolítica da Polónia entre a Alemanha protestante e a Rússia ortodoxa e comunista. O Papa apontou a questão da difícil história do seu povo oprimido pelas partições desde o fim do século XVIII até ao início de século XX e 20 anos mais tarde, colocado no meio da II Guerra Mundial e dos totalitarismos nazi e comunista. Karol Wojtyła observou que a história da Europa mais uma vez fez da Polónia um baluarte Catolicismo.²¹ Comparou o seu país à antiga República das Duas Nações, que defendia os interesses da Europa Cristã contra o Império Otomano. João Paulo II apontou a primeira constituição democrática da Europa e a tradição da tolerância na multi-cultural Primeira República Polaca. O Papa apresentou as relações religiosas e étnicas neste estado polaco-lituano como um modelo de coexistência harmoniosa de muitas comunidades étnicas e religiosas diferentes num país comum, possível de seguir, segundo Wojtyła.²² João Paulo II não incentivou a construção de uma Polónia grande ou imperialista, do modo antigo, mas esperava que a sua pátria democrática pudesse partilhar com os seus vizinhos e aliados das organizações internacionais, o seu “rico património histórico e cultural”.²³ O Sumo Pontífice enfatizou que os polacos como potenciais cidadãos da União Europeia podiam devolver os valores espirituais, já esquecidos na grande parte das sociedades da Europa Ocidental. Outro “presente polaco” seria a revolução polaca da Mesa Redonda de 1989 e o processo de libertação em outros países da Europa Central e de Leste. O Papa costumava recordar que a Igreja Católica teve um grande

²¹ JOÃO PAULO II, „Memória e Identidade”, Ras Libri S.P.A. Milão, 2004, p. 24.

²² Segundo Andrzej Walicki o messianismo de João Paulo II revelou-se nas tentativas de aproximação entre catolicismo e ortodoxia. Ver entrevista com Andrzej Walicki “Między polskim mesjanizmem a misjonizmem” (Entre o messianismo polaco e a missionização), in revista “Teologia Polityczna”, n.º 4, 2006-2007, p. 35-36.

²³ No período da transição do comunismo para a democracia alguns grupos políticos, especialmente da direita, rumaram na corrente da Polónia manter a sua identidade católica e patriótica, distanciando-se de tendências na política e a na cultura europeia, e da própria UE.

papel na libertação e abertura da Polónia e dos países vizinhos ao mundo, após mais de quatro décadas de isolamento comunista. O Papa sublinhou várias vezes que os católicos polacos se deveriam abrir ao mundo e entender a Europa como uma nova terra de evangelização. Na opinião de João Paulo II, a União Europeia era um bom território para cumprir esta missão pela Igreja polaca.

Assim, podemos dizer que os elementos do messianismo que apareceram no pensamento do Papa e que João Paulo II durante o seu pontificado promoveu a ideia de que a Polónia foi desenhada como um país capaz de ter um papel importante no processo da nova evangelização na Europa.²⁴ Também não faltam autores que observaram que o messianismo de João Paulo II se revelou através do encorajamento da sociedade a criar uma ordem económica e social na base dos valores cristãos.²⁵

Durante as numerosas visitas papais, o Sumo Pontífice sublinhou várias vezes nos seus discursos perante os seus conterrâneos as vantagens da adesão da República da Polónia à UE. João Paulo II falou sobre o lugar e o papel da Polónia nas estruturas da União Europeia, dirigindo-se aos bispos, aos deputados do Parlamento polaco, bem como aos estadistas e políticos durante as subsequentes peregrinações à Polónia e visitas *ad limina apóstolorum* do Episcopado polaco. Na maioria dos casos, as suas palavras incluíam um estímulo ao apoio do processo de integração nas estruturas europeias. No seu discurso realizado no *Sejm* polaco no dia 11 Junho de 1999, João Paulo II manifestou o seu apreço pelos esforços feitos “consequente e solidariamente, no sentido de restaurar a soberania polaca: na procura de um lugar seguro para a Polónia, na Europa no processo de unificação, e no mundo”. Observou que, a Polónia tem todo o direito de participar no processo de progresso e desenvolvimento do mundo, especialmente da Europa. O Papa sublinhou também que a integração da Polónia na União Europeia é desde o início apoiada pela Santa Sé. Acrescentou que a experiência histórica da nação polaca, a sua riqueza espiritual e cultural podem contribuir para o

²⁴ O messianismo apareceu no ensinamento de João Paulo II durante a peregrinação papal à Polónia em 1991. Jerzy Sosnowski, colunista da “Gazeta Wyborcza” escreveu: “O Papa apelou à salvação das verdades perdidas na Europa. Mas este conceito messianista esconde tentações, que é preciso apontar, pois já cedemos no passado: as pretensões da nação, que tendo muitos problemas em si própria quer ensinar os outros; um medo provinciano de tudo o que é diferente” [http://ichtis.parafia.turek.pl/index.php?option=com_content&task=view&id=156&Itemid=84].

²⁵ WOŁODŹKO Krzysztof, “Czy Jan Paweł II był mesjanistą” (Será que João Paulo II foi um messianista?), in página na Internet do diário digital católico www.deon.pl, [<http://www.deon.pl/religia/kosciol-i-swiat/komentarze/art,781,czy-jan-pawel-ii-byl-mesjanista.html>], 23.07.2012].

bem global e para o bem de toda a família humana, especialmente para reforçar a paz e a segurança na Europa.

Os bispos polacos que partilharam com o Papa a mesma opinião sobre o lugar da Polónia no continente europeu. Ficando em contacto próximo com o líder da Igreja Católica realizaram no período que antecipou o referendo europeu várias palestras, conferências e simpósios a favor da integração europeia. Três anos antes do momento decisivo para o futuro da Polónia em Cracóvia, na diocese de Karol Wojtyła, realizou-se um dos primeiros ciclos de jornadas sobre a integração europeia. Para o evento, apoiado pelo Papa e Episcopado da Polónia, foram convidados líderes e representantes de organizações e movimentos católicos. No debate participaram também bispos de países-membros da União Europeia que – na maioria dos casos – apresentaram as vantagens da participação da Polónia nas estruturas da Europa unida. De mesma forma, a maioria dos participantes no evento abordou o lado positivo da integração europeia.

Muito mais próximos da ideia da integração europeia do que o clero estavam os membros da Conferência Episcopal polaca. As opiniões dos bispos sobre a integração europeia, publicadas no semanário „Tygodnik Powszechny”²⁶ confirmaram uma roptura entre o Episcopado e o clero da Polónia em relação ao futuro da Igreja polaca nas estruturas da União Europeia. A sondagem do semanário, realizada entre o final do 2002 e o início do ano 2003 revelou que a maioria dos bispos dava o seu “sim” à adesão da Polónia à UE. Os bispos não eram tão críticos como os padres, observando que a integração é para os cristãos uma oportunidade e um desafio. Vários membros da hierarquia da Igreja polaca apoiaram a integração Europeia com uma atitude positiva face a esta questão por parte do Papa João Paulo II. Outros sublinharam identificar-se com a posição já apresentada pela Conferência Episcopal Polaca na carta intitulada “Os bispos polacos e a integração europeia”, de 21 de Março de 2002, um documento que abordava de forma positiva a questão da adesão da Polónia à União Europeia.

Apesar do clero polaco não olhar com esperança a ideia da integração europeia da Polónia, a sociedade polaca, maioritariamente católica, apoiou as ideias pró-europeias de João Paulo II. O resultado do referendo europeu de Junho de 2003 provou que a opção da adesão à União Europeia encontrava simpatizantes entre a maioria dos polacos. Um mês antes do referendo, João Paulo II dirigiu através dos bispos uma carta

²⁶ “Os entusiastas cépticos. Os bispos sobre a integração europeia – sondagem”, in semanário “Tygodnik Powszechny” n.º 6, 09.02.2003, p.3.

a todas as paróquias polacas, onde exprimiu o seu “grande desejo” da Polónia pertencer à União Europeia. O documento publicado no dia 2 de Maio foi distribuído por todas as igrejas católicas da Polónia.

João Paulo II e a Conferência Episcopal da Polónia não só dirigiam palavras aos fiéis, como também iniciavam acções para aumentar a consciência da sociedade polaca, maioritariamente católica, sobre os “prós” e “contras” da integração europeia.

Outro evento importante a favor da adesão polaca à União Europeia foi o congresso intitulado “IV Cimeira de Gniezno”, realizado na Arquidiocese de Gniezno. Nesta conferência organizada em Março de 2003, ou seja, três meses antes do referendo europeu na Polónia participaram mais de 500 membros de 200 organizações e movimentos católicos de todo o país. O evento realizado pelo Fórum de Santo Adalberto e da Agência da Informação Católica com o apoio do Episcopado da Polónia, foi o maior fórum católico polaco onde foi debatida a questão da integração europeia. Apesar da participação, alguns eurocépticos na maioria dos casos convidados, também bispos e políticos estrangeiros apoiaram a adesão polaca à UE. A IV Cimeira de Gniezno deu às pessoas ainda não convencidas acerca do processo da integração europeia uma oportunidade de saber mais sobre o assunto e partilhar a sua experiência com os membros das suas comunidades católicas.

O evento, em que participaram os representantes da hierarquia da Igreja polaca, clero e leigos, bem como membros de várias organizações religiosas, foi um dos momentos importantes na vida da Igreja Católica polaca antes da adesão à UE. Embora não se tivessem deslocado a Gniezno representantes dos maiores grupos de católicos opositores da integração europeia, houve durante o debate várias críticas à entrada polaca na União Europeia. No entanto, só alguns leigos católicos articularam opiniões negativas, mas o mesmo não aconteceu no caso dos sacerdotes polacos. No entanto, no Congresso de Gniezno os representantes do Episcopado da Polónia apresentaram-se claramente a favor da opção pró-europeia. A iniciativa de organizar a conferência em Gniezno sobre a integração europeia foi reveladora desde logo da sua atitude de apoio à adesão do país ao caminho em direcção à UE.

A escolha do lugar para o maior debate católico sobre a integração europeia da Polónia não foi uma coincidência. Gniezno era um local carregado de simbolismo, não apenas por ser a primeira capital da Polónia, mas também por ter acolhido em Junho de

1997 a missa papal onde João Paulo II se reuniu com os nove líderes políticos da Europa Central e de Leste.

A política de João Paulo II de abertura e promoção dos países da Europa Central e de Leste correspondia ao conceito apresentado em 1974 pelos colonistas polacos, Jerzy Giedroyc e Juliusz Mieroszewski, segundo o qual a soberania da Ucrânia, da Bielorrússia e da Lituânia eram factores propiciadores da independência da República da Polónia. De acordo com esta ideia, a dominação russa sobre estes países abria também caminho à perda da soberania dos polacos. Com base nestas ideias formuladas por Giedroyc e por Mieroszewski, alguns anos mais tarde vários grupos políticos da Polónia orientaram a sua política em função dos países vizinhos da Europa Oriental. A partir de 1989, as ideias de Jerzy Giedroyc sobre o estabelecimento e desenvolvimento de relações com a Europa Central encontrou um solo cada vez mais fértil na Polónia e ganhou mais apoiantes. Após o colapso da União Soviética e o aparecimento de países independentes como a Lituânia, a Ucrânia e a Bielorrússia, a ideia de Giedroyc perdeu temporariamente a sua importância por causa do curto processo de democratização da Rússia. Mas logo se tornou visível com a mudança para o novo Presidente Vladimir Putin, que desde 2000 se realizava no Kremlin uma nova política de tentativa de reconstrução da influência de Moscovo nas antigas repúblicas soviéticas e nos ex-estados-membros do Bloco de Leste, política esta que tendo-se desmontado em 1989, voltou novamente a ganhar importância na Polónia. A convicção de Jerzy Giedroyc acerca da potencial ameaça do Kremlin nos países ex-membros do Conselho para a Assistência Económica Mútua (COMECON) e da restauração em Moscovo de uma tendência da posição imperial da Rússia como herdeira dos remanescentes da antiga União Soviética, tornou-se ideia comumente aceite.

Mas a opinião de João Paulo II sobre a europeização do Leste do continente não ficou apenas reflectida nas posições de defesa dos interesses polacos e na preocupação de evitar a exclusão de membros católicos das estruturas europeias. Na visão europeia do Papa existia, após a libertação do regime dos países não democráticos, uma possibilidade de juntar-se à União Europeia. A ideia foi apresentada no discurso papal realizado no dia 11 de Junho de 1999 no Parlamento polaco, quando João Paulo II lembrou o seu conceito dos “dois pulmões”, com os quais devia respirar a Europa, unindo em si as tradições do Oriente e do Ocidente. Observou que existia para todos os cristãos uma necessidade urgente de novas iniciativas que servissem a integração de toda a Europa.

É neste contexto que, o autor da dissertação pretende mostrar que João Paulo II, os bispos, bem como representantes do clero polaco influenciaram o processo de integração da Polónia na União Europeia, através do seu trabalho pastoral e de acções mais concretamente dirigidas para a acção política. O empenhamento da Igreja polaca em relação à integração europeia foi particularmente visível a partir do debate público durante a campanha para o referendo europeu, no qual representantes da Igreja Católica estiveram tanto entre os apoiantes como entre os opositores da integração europeia.

A tese apresenta as actividades dos actores clericais em relação à União Europeia, refutando os estereótipos de passividade ou hostilidade por parte da Igreja polaca face ao processo de unificação europeia. Pretende revelar não só a influência do líder de toda a Igreja Católica neste processo, mas também as reacções da hierarquia episcopal e do clero polaco, tanto diocesanos como religiosos. De forma menos sistemática aborda o papel dos leigos polacos. Estes tornaram-se muito mais activos e relevantes depois de 1989, uma vez que antes não podiam desenvolver-se por causa das restrições à liberdade de religião na Polónia, bem como à manutenção de uma política que defendia os leigos como um monólito, promovida pelo Primaz polaco, cardeal Stefan Wyszyński, com o objectivo de vigilância e protecção perante o controle das estruturas da Igreja feito pelas actividades hostis dos comunistas.

Estado de arte:

A integração europeia é um processo acerca do qual muito já foi escrito por investigadores da Europa, mas também de outros continentes. Os autores investigaram muitos aspectos deste processo e a influência de vários grupos políticos, sociais e religiosos. Num país maioritariamente católico, como a Polónia, houve a necessidade de estudar a influência da Igreja Católica no processo de integração na União Europeia. Entretanto, por causa do muito recente processo de integração na UE os estudos de investigadores polacos não são ainda tão profundos, mas são numerosos (Czochara 1996, Kloczowski 2000, Jasinska-Kania, Marody 2002, Rynkowski 2004, Janik 2005, Szostkiewicz 2007, Latoszek 2007). Há já algumas publicações internacionais acerca da importância da influência da Igreja no processo de democratização e integração europeia, sendo que alguns autores comparam casos de países mais antigos com novos membros da UE (Casanova 1994, 2003, Gould 1999, Kalyvas 1996, Luxmoore,

Babiuch 2000, Warner 2000, Anderson 2003, Madeley 2006, Robbers 2007, Perreau-Saussine 2012).

Fontes:

A presente tese foi realizada com base num conjunto vasto de fontes bibliográficas. O autor concluiu que para a análise do papel dos ensinamentos e actividades de João Paulo II e da hierarquia da Igreja Católica polaca para a integração europeia era necessário familiarizar-se com a leitura de uma grande variedade de jornais e panfletos. Seguindo uma sequência cronológica de capítulos, o autor apresenta declarações dos representantes da Conferência Episcopal da Polónia sobre a integração da República da Polónia na União Europeia, referentes ao período entre 1989 e 2003, assim como a posição do superior dos bispos polacos – o seu compatriota Papa João Paulo II.

Muitos dos textos usados pelo autor sobre as questões abordadas na tese foram recolhidos em fontes primárias. O autor usou neste âmbito vários materiais do Vaticano, especialmente documentos papais arquivados na página oficial da Santa Sé que inclui material como encíclicas, cartas, discursos e homilias de João Paulo II. A página da internet da Conferência Episcopal Polaca foi outra fonte de textos papais originais e documentos, bem como os boletins da Agência de Informação Católica (Katolicka Agencja Informacyjna – KAI), sob orientação dos bispos polacos. Foram também objecto de pesquisa as cartas preparadas pela Conferência Episcopal da Polónia, as cartas dos bispos aos fiéis das suas diocese locais, bem como os documentos emitidos pela Santa Sé sobre a integração europeia e as disposições do trabalho internacional da Comissão das Conferências Episcopais da União Europeia (COMECE), que reúne representantes da hierarquia de Igrejas dos países membros e associados à União Europeia. As newsletters de Centro de Informação Católica da Iniciativa Europeia (Katolicki Ośrodek Informacji Inicjatyw Europejskich – OCIEPE) foram também uma fonte valiosa de informação na preparação do trabalho.

Em termos de fontes primárias o autor faz um levantamento exaustivo dos meios de comunicação de imprensa polaca, das várias formações ideológicas polacas, em relação às actividades do clero polaco na esfera da integração europeia. O autor encontrou textos analíticos e entrevistas na página de internet e em boletins da Agência de Informação Católica (Katolicka Agencja Informacyjna - KAI), bem como nas

notícias da Agência de Informação Polaca (Polska Agencja Prasowa - PAP). A influência da Igreja no processo de adesão da República da Polónia à União Europeia foi também apresentada na imprensa católica polaca: „Tygodnik Powszechny”, „Gosc Niedzielny”, „Wież”, „Nasz Dziennik”, bem como nos principais jornais e revistas do país, como: „Wprost”, „Polityka”, „Newsweek Polska”, „Rzeczpospolita” e „Gazeta Wyborcza”. A imprensa local polaca foi também para o autor uma preciosa fonte de informação, e os meios de comunicação social estrangeiros, como por exemplo, „L’Osservatore Romano”, „La Croix”, „The Economist” ou artigos do serviço de informação da “BBC Europe”. O autor também se serviu na sua pesquisa de análises de especialistas de institutos de sondagens, como o Instituto de Assuntos Públicos (Instytut Spraw Publicznych - ISP), o Instituto de Estatísticas da Igreja Católica (Instytut Statystyki Kościoła Katolickiego - ISKK) e o Centro de Pesquisa de Opinião Pública (Centrum Badania Opinii Publicznej - CBOS) e o Instituto de Pesquisa de Opinião Pública (Ośrodek Badania Opinii Publicznej - OBOP).

Este trabalho também se serviu de literatura secundária, como opiniões apresentadas em livros ou publicações, que abordaram directamente o assunto da tese ou descreveram questões colaterais. Neste contexto, foram particularmente valiosos os trabalhos do padre Eugeniusz Weron, Piotr Mazurkiewicz, George Weigel, Zygmunt Skórzyński, Marcin Przeciszewski e Adam Zamoyski. Foram também considerados livros baseados numa série de conferências realizadas em Cracóvia, intituladas „O Papel da Igreja Católica no processo de integração europeia” em que participaram vários bispos, políticos e especialistas conhecidos da Polónia e da Europa. O livro de Jowita Wrotkowska „O Episcopado polaco e a integração europeia” foi proveitoso e o trabalho realizado por Stephan Bohr e Christoph Raabe foi igualmente de utilidade.

Método:

A dissertação baseia-se nas narrativas analíticas organizadas sob conjunturas críticas. O autor apresenta o empenhamento de João Paulo II e dos bispos católicos polacos em relação à integração europeia seguindo uma ordem cronológica, começando com o início do pontificado de Karol Wojtyła, apresentando as actividades e o pensamento do Papa e dos membros da hierarquia da Igreja Católica polaca no contexto

da integração europeia, simultaneamente com a descrição de acontecimentos importantes do período da transição do comunismo para a democracia. Desta forma, o autor apresentou tanto o empenho de apoiantes, bem como dos oponentes da adesão da Polónia à União Europeia.

Na preparação da sua tese o autor, tendo consciência de que o problema da adesão polaca à União Europeia e a influência da Igreja Católica neste processo não é bem conhecido em Portugal, tentou aproximar o assunto através da abordagem das relações entre o Estado e a Igreja fazendo referência a muitos eventos ocorridos na história contemporânea da Polónia, como por exemplo: a escolha de Karol Wojtyła para Papa, a fundação do Solidariedade, as negociações da Mesa Redonda, ou as eleições parlamentares em 1989, as primeiras após a Segunda Guerra Mundial.

Estrutura da tese:

O primeiro capítulo da tese corresponde a uma parte analítica do trabalho, onde está apresentada a questão do papel de João Paulo II no processo do colapso do Bloco de Leste na Europa. O autor apresentou a influência da actuação e do ensinamento de Karol Wojtyła durante o seu pontificado para a oposição democrática, em crescimento desde o início dos anos 80. Outra questão abordada no primeiro capítulo foi a visão da Europa unida segundo o Papa polaco, que várias vezes recorria à génese cristã do velho Continente. João Paulo II tinha também a sua visão do lugar da Polónia nas estruturas da União Europeia, a qual foi também apresentada pelo autor na sua tese. Nesta primeira parte do trabalho não faltou também um olhar da perspectiva papal para a política internacional polaca no contexto do Leste europeu, e também as opiniões e actividade de João Paulo II no âmbito das relações entre a Rússia e o Vaticano, a União Europeia e a Polónia.

O segundo capítulo do trabalho fala dos católicos polacos nos primeiros quatro anos após o colapso do comunismo e do seu empenho no processo de criação de uma nova estratégia na política estrangeira polaca. O ponto de partida aqui foi as relações entre os representantes da Igreja Católica e a oposição democrática, ligada aos Clubes dos Intelectuais Católicos, com que Karol Wojtyła colaborou no passado. O autor apresenta também a criação, na nova realidade após 1989, da ideia de política

internacional entre as elites polacas democráticas, bem como a manifestação pela primeira vez das aspirações à integração da Polónia na direcção dos países da Europa Ocidental.

O terceiro capítulo da tese é dedicado ao processo de negociações polacas com a União Europeia. Esta parte abrange o período entre os anos de 1993 e 2002, que foi marcado pelo fim dos primeiros governos de oposição democrática e da tomada do poder pelos pós-comunistas. Eles introduziram na Polónia para a primeira etapa de negociações com a UE em 1997, e finalizaram este processo em Dezembro de 2002 durante a Cimeira da União Europeia em Copenhaga, que foi um momento-chave, que estabeleceu as condições para a contratação do novo candidato às estruturas europeias.

Devido à importância das decisões da Cimeira para a fase final dos esforços da Polónia no sentido da adesão à União Europeia, o autor apresentou separadamente – no quarto capítulo – as decisões tomadas em Copenhaga e as reacções dos polacos às disposições do Encontro. De facto, o evento abriu um grande debate público sobre o sentido da candidatura polaca à adesão à União Europeia. No debate antes do referendo participaram também activamente representantes do clero polaco, incluindo membros da hierarquia da Igreja Católica. Tratava-se os argumentos sobre os benefícios e prejuízos da possível participação da Polónia nas estruturas da UE.

A quarta e última parte do trabalho, apresenta o debate político durante a última fase antes do referendo, com início na Cimeira da UE em Copenhaga, onde foram aprovadas as condições de adesão polaca às estruturas europeias. O facto de nesta Cimeira se terem fixado as condições de entrada da Polónia levou a que o debate na Polónia se tornasse mais intenso. As condições de adesão, piores do que foram esperadas na Polónia, deram fortes argumentos aos adversários da integração europeia. A Cimeira de Copenhaga também dividiu o clero deste país em relação ao referendo europeu e conduziu a um esclarecimento das ideias daqueles que ainda não tinham revelado as suas opiniões sobre a integração europeia. A fim de mostrar estas opiniões e o seu impacto no debate público na Polónia, o autor apresentou os argumentos dos sacerdotes polacos, apoiantes e opositores, argumentos estes que dizem respeito não apenas à esfera social mas também a aspectos do desenvolvimento político e económico. Neste capítulo, o autor mostrou também os eventos que acompanharam o debate, como por exemplo, o conflito à volta da lei do aborto. Esta questão foi incluída no debate antes do referendo e foi usada como um argumento por ambos os grupos.

Na última parte da tese, o autor apresentou as actividades dos católicos polacos, tanto dos apoiantes como dos oponentes da União Europeia, no âmbito da sensibilização da sociedade para os dois conceitos do futuro do país. Foram também incluídos argumentos manifestados pelo Papa e cardeais e bispos polacos sobre a adesão da Polónia à UE. A voz de João Paulo II sobre a unificação da Europa foi repetidamente usada – nem sempre de acordo com as intenções do Santo Padre – pelos opositores e apoiantes do processo de integração. A tese aborda também as várias iniciativas de católicos polacos antes do referendo com o objectivo de consciencializar o povo sobre os prós e os contras da potencial adesão do país à União Europeia.

A tese de doutoramento do autor é a primeira publicação em Portugal sobre o envolvimento de João Paulo II e da hierarquia da Igreja Católica polaca no processo de integração da República da Polónia na União Europeia. Na Polónia esta questão também ainda não foi muito estudada. No âmbito do assunto escolhido são organizadas anualmente em Cracóvia uma série de conferências sobre o papel da Igreja Católica na integração europeia. Nos outros países europeus o assunto está ainda pouco explorado.

A necessidade de um estudo de doutoramento sobre a questão do envolvimento de João Paulo II e da hierarquia da Igreja Católica na Polónia no processo de integração europeia surgiu não só por causa do pequeno número de publicações sobre o assunto, mas também para ajudar a revelar a posição dos líderes do catolicismo polaco face ao processo de unificação europeia. O seu papel tem sido muitas vezes e ainda continua a ser depreciado, tanto em publicações polacas como estrangeiras. Além disso, este trabalho também se justifica devido à apresentação do Papa João Paulo II como um factor criativo na determinação da nova ordem na Europa Central e Oriental após a queda do comunismo. O Sumo Pontífice polaco, bem como os representantes da Conferência Episcopal polaca, foram apresentados pelo autor como importantes actores da cena política e elementos positivos para o processo de integração europeia.

Esta tese poderá ajudar a compreender o papel e o lugar da Igreja Católica na Polónia contemporânea. Desta forma, podem ser vistas as diferenças e semelhanças da realidade polaca, no quadro das relações entre a Igreja e o Estado, em relação a outros países da União Europeia, em particular de países tradicionalmente católicos como Portugal, Espanha, Itália e Irlanda. As questões desenvolvidas neste trabalho podem de igual forma dar um contributo na compreensão do papel do Vaticano e da relação deste Estado nos processos unificadores ocorridos na Europa.

O presente trabalho, tem o mérito de abordar a história da integração da República da Polónia na União Europeia e do papel da hierarquia da Igreja Católica neste processo, mas também fornece conhecimentos sobre os mecanismos associados ao processo de transição. Esta tese pode servir a países-candidatos a uma futura adesão à UE, muito particularmente no caso dos países com uma comunidade católica com uma dimensão substancial, como por exemplo, a Albânia, a Bósnia e Herzegovina e a Ucrânia.

CAPÍTULO 1. ANALÍTICO, PROBLEMÁTICO, HISTÓRICO

A) O PONTIFICADO POLACO E A QUEDA DO BLOCO DE LESTE

Apesar de existir comumente a opinião de que a integração da Polónia na União Europeia começou com a queda do comunismo em 1989, os primeiros esforços da sociedade polaca para a integração na Europa Ocidental devem ser procurados na escolha dos cardeais que apontaram Karol Wojtyła como Papa durante o conclave de 16 de Outubro de 1978, em Roma. Há vários especialistas na área de assuntos internacionais e políticos que tratam este evento como decisivo para a futura unificação da Polónia com os outros países europeus no quadro da União Europeia.²⁷

É difícil imaginar o que seria o destino da Polónia e dos países da Europa Central e do Leste sem o pontificado do Papa João Paulo II. Durante 25 anos Karol Wojtyła desempenhou um papel crucial como líder dos católicos. Mas a sua actividade não se limitou apenas ao campo de acção da Igreja Católica, pois o Papa polaco mudou o rumo dos acontecimentos em vários Estados através da sua política. Um dos principais territórios da sua actuação foi a sua terra natal, onde influenciou a esmagadora maioria dos seus compatriotas, incluindo muitos líderes políticos do seu país.²⁸ Não há dúvidas de que, o muito longo pontificado de João Paulo II marcado pelo um ciclo de frequentes peregrinações apóstólicas à sua terra natal mudou a sociedade polaca²⁹, que entre os séculos XX e XXI se distanciou dos outros povos europeus na sua atitude religiosa.

O mundo reconheceu os esforços de Karol Wojtyła no âmbito de luta pela liberdade dos povos e ainda durante o seu pontificado começou a ser chamado de “defensor dos direitos humanos”. Para vários autores o período de governação do Papa João Paulo II no Vaticano foi um dos mais importantes para a história da Igreja. Para George Weigel, o historiador norte-americano, o Sumo Pontífice da Polónia foi um dos

²⁷ ROTFELD Adam, “Niebawem minie rok od wejścia Polski do Unii Europejskiej” (Rapidamente passará um ano sobre a adesão da Polónia à UE). Polska Agencja Prasowa, [http://serwis.gazeta.pl/jp2/1,72542,2642704.html], 07.04.2005.

²⁸ O general Wojciech Jaruzelski, procurando a saída da difícil situação internacional, dirigiu-se em primeiro lugar ao Vaticano. Da mesma forma o presidente Aleksander Kwaśniewski procurava o apoio papal à adesão da Polónia à União Europeia.

²⁹ PAWLINA Krzysztof, “Młodzi z Janem Pawłem II u progu III tysiąclecia” (Os jovens com João Paulo II no limiar de Terceiro Milénio), Wydawnictwo Sióstr Loretanek, Varsóvia, 1997, p. 55.

mais importantes Papas desde o tempo da Contra-reformação do século XVI.³⁰ Adam Rotfeld, ex-ministro polaco de Negócios Estrangeiros sublinhou também o papel decisivo de João Paulo II na luta pela transição de comunismo para a democracia³¹, bem como historiador britânico Adam Zamoyski³².

É difícil analisar o impacto da escolha do arcebispo de Cracóvia para Papa e dos 25 anos do seu pontificado, sobre a fé dos polacos e a sua relação com a Igreja Católica. Mesmo no final da sua vida, João Paulo II não deixou de ter influência sobre a vida de milhões dos seus compatriotas, tendo sido na Polónia menos visível a diminuição do interesse pela religião e pela Igreja, comparativamente com outros lugares da Europa. Um dado revelador deste fenómeno é o das vocações para o sacerdócio. A escolha do Papa João Paulo II teve uma influência extraordinária a este nível: no período de 1978 a 1987 o crescimento das vocações espirituais foi de 40%, tendo posteriormente, entre 1988 e 1994, diminuído 20%. Mas no período entre 1994 e 2003, ou seja, no período no qual foi organizado o referendo sobre a adesão da Polónia à União Europeia, o número de vocações para o sacerdócio aumentou novamente em cerca de 16 %.³³

A aproximação da sociedade polaca e a grande confiança do povo na hierarquia da Igreja Católica revelou-se alguns anos antes, especialmente no período que antecedeu a comemoração do Milénio do cristianismo na Polónia. Este evento coincidiu com o aniversário dos mil anos do Estado polaco, e os comunistas polacos tentaram aproveitar esta data para celebrar um evento concorrente às festas da Igreja em 1966.³⁴ Mais uma vez durante a ditadura realizaram naquela altura um ataque contra a Igreja, fazendo a confiscação de propriedades suas e inserindo restrições à liberdade de religião.

Antes da organização das celebrações do Milénio, as autoridades da República Popular da Polónia começaram mais uma vez a confiscar alguns prédios da Igreja que não tinham fins religiosos directos e introduziram impostos altos, o que afectou de forma devastadora as finanças da Igreja. Ao mesmo tempo, as autoridades estatais não expressavam a aprovação da construção de novos edifícios de culto, mesmo naqueles locais onde não existiam construções deste tipo. A governação da República Popular da Polónia perseguia os católicos não apenas no âmbito material, mas também na esfera

³⁰ WEIGEL George, “Testemunho de Esperança. A Biografia de Papa João Paulo II”, Bertrand Editora, Lisboa, 1999, p.11.

³¹ ROTFELD Adam, op. cit.

³² ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, Edições 70, Lisboa, 2010, p. 341-355.

³³ BONIECKI Adam, „Zapatrzeni w Papieża. 25 lat pontyfikatu” (De olhos fixos no Papa. 25 anos do pontificado). Suplemento ao semanário “Tygodnik Powszechny”, 19.10.2003, p. 6.

³⁴ O baptismo da Polónia recebido em 966 pelo príncipe Mieszko significava o início do Estado polaco.

espiritual. Os comunistas proibiram os padres de agir no âmbito das suas funções pastorais em áreas fechadas, como nas prisões, na tropa e em hospitais.³⁵

Um fenómeno curioso é que a Igreja Católica na República Popular da Polónia, quando perdeu mais bens materiais e privilégios, foi quando se tornou mais próxima da sociedade polaca. Esta confiança cresceu constantemente afirmando a autoridade moral dos bispos.³⁶

No período das celebrações do milénio do cristianismo e do Estado polaco aprofundou-se a crise na relação entre a Igreja Católica e o Estado comunista. Estas celebrações também fizeram sobressair as duas primeiras divisões no interior do catolicismo polaco. Os comunistas tentaram mesmo fazer inimigos entre os próprios bispos logo depois do Concílio Vaticano II. Alguns dos provocadores tentaram de uma maneira conveniente para o regime interpretar as conquistas do Vaticano II colocando em lados opostos a política progressista dos Papas João XXIII e Paulo VI, contra o Primaz da Polónia, cardeal Stefan Wyszyński.³⁷

Contudo, esta avaliação da propaganda não atingiu o alvo do Primaz da Polónia – guardar os católicos polacos como um monólito e atrasar o mais possível a introdução das iniciativas sociais recomendadas pelo Concílio Vaticano II, baseadas na maior participação dos leigos na vida da Igreja. A resistência do cardeal Stefan Wyszyński teve a sua fonte no medo de que os comunistas usassem mais uma vez a tática “salami”³⁸ para se infiltrarem dentro das estruturas pastorais e enfraquecer a Igreja.³⁹ Uma provável entrada dos agentes comunistas nestas circunstâncias dentro de laicado polaco podia desfragmentar a solidez interior dos católicos e por essa razão o cardeal Stefan Wyszyński não fez parte dos apoiantes da realização do Vaticano II na Polónia, ao contrário do cardeal Karol Wojtyła.

³⁵ EISLER Jerzy, KUPIECKI Robert, SOBAŃSKA-BONDARUK Melania, op.cit, p. 252.

³⁶ O Primaz da Polónia cardeal Stefan Wyszyński em 1957 confirmou ao cardeal de Viena Franz Koenig que perseguições comunistas em vez de enfraquecer tornaram a Igreja Católica polaca mais forte. – Estou feliz sabendo que a Igreja na minha pátria já não tem praticamente nenhuma riqueza...”. Ver: H. Stehle, “To Księdza wino... O kardynale Franzu Koenigu” (É culpa do senhor padre... Sobre o cardeal Franz Koenig) in página na Internet do semanário „Tygodnik Powszechny”, [<http://www.opoka.org.pl/biblioteka/T/TH/THW/wina.html>].

³⁷ A visão da Igreja Católica do Primaz Wyszyński pode ser reconhecida como uma política de apoio à religiosidade tradicional, do povo enquanto Cardeal Wojtyła punha muita atenção no desenvolvimento de movimentos de leigos.

³⁸ A tática “salami” foi usada desde 1945 até 1948 pelos partidos comunistas para chegar ao poder nos países de Europa de Leste. O método foi também usado pelos comunistas polacos que se infiltraram dentro do partido socialista e conseguiram submeter outros partidos. Ao mesmo tempo dominaram a administração do Estado usando chantagens, ameaças e de força, bem como alimentaram o conflito entre vários grupos na sociedade.

³⁹ ZATYKA Marcin, „A tradição e modernidade...”, p.43-44.

Juntamente com a carta aos bispos alemães, a atitude do Episcopado polaco no período das celebrações do milénio do cristianismo no país teve também uma grande importância para a posterior normalização das relações entre os polacos e os alemães.⁴⁰

Karol Wojtyła, que passou muito tempo fora da Polónia, estudando em Roma, participando activamente nas deliberações do Concílio Vaticano II e que foi enviado especial do Papa Paulo VI, deu-se a conhecer não só aos católicos polacos, mas também aos membros da Igreja no mundo inteiro. O cardeal polaco também representava o pensamento do catolicismo universal, aberto às outras nações. A sua eleição como Papa contribuiu também para a abertura sistemática dos católicos polacos à ideia da Igreja universal.

Uma explosão de entusiasmo na Polónia após a eleição do Papa João Paulo II foi algo mais do que a erupção do orgulho nacional. Excluídos da Europa e do mundo pelo sistema comunista, a censura, ou as dificuldades na obtenção de passaportes, os polacos estavam cientes de que ninguém estava interessado em mudar esta situação. Quando de repente um seu compatriota se tornou a principal figura de outro Estado e da maior instituição religiosa, tornando-se o seu porta-voz no mundo.⁴¹

O regime comunista, que dominou na Polónia após a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo provocou o isolamento dos seus cidadãos face ao resto do mundo. A versatilidade e o carácter internacional da Igreja Católica tinham sido sempre um problema para os comunistas. As autoridades da República Popular da Polónia queriam provocar um desentendimento da Igreja Católica local com o Vaticano e a criação de uma igreja nacional, mas não o conseguiram. O pontificado de João Paulo II quebrou o muro que separava os polacos do resto do mundo, porque o interesse em viagens papais chamava a atenção dos seus compatriotas para outros países. Desta forma, a ideia do Papa e o Vaticano tornou-se muito concreta.

As visitas do Papa João Paulo II tinham um impacto muito forte na sociedade polaca. As organizações destes eventos que decorriam em curtos ciclos com intervalos de poucos anos ajudaram os católicos polacos a manter um contacto próximo com a Santa Sé e a sociedade polaca, o que no passado era extremamente difícil e raro. Desta forma, a Igreja polaca manteve um contacto com os fiéis e existia um vínculo que através da pessoa do Papa João Paulo II ajudava a ouvir a voz da hierarquia da Igreja

⁴⁰ RAINA Peter, “Kardynał Wyszyński: konflikty roku milenijnego” (O Cardeal Wyszyński: os conflitos do ano milenar), Wydawnictwo von Borowiecky, Varsóvia, 1999. 192-217.

⁴¹ Comparar com A. Zamoyski, “História da Polónia”, Edições 70, Lisboa, 2010, p. 341.

local. Os polacos ouviam com atenção os discursos papais durante as suas peregrinações apóstólicas. Cada uma das oito visitas papais foi introduzida numa situação específica: de uma forma nos tempos do comunismo, de outra no período de construção e amadurecimento da democracia polaca. O Papa João Paulo II sempre levava aos seus compatriotas os problemas actuais, e chamava-os para um sentido de responsabilidade e, acima de tudo, constituiu para eles um testemunho de fé.

Todo o pontificado de João Paulo II foi cheio de actividades no quadro do ecumenismo e das acções de promoção de ideias libertadoras, que ajudaram a libertar os povos, especialmente da Europa Central e de Leste. Durante a liderança de Karol Wojtyła registou-se o maior número de proclamações de independência nesta parte do mundo. O Sumo Pontífice teve também um papel importante na suavização das relações entre o Ocidente e o Leste. O próprio chefe do Kremlin, Michail Gorbachev, admitiu que “graças ao Papa polaco” a Guerra-fria chegou ao seu final.⁴²

As primeiras eleições democráticas de Junho 1989 foram um acontecimento importante para o Papa João Paulo II, tendo para a sua realização contribuído uma forte posição da Igreja Católica na Polónia, bem como na diplomacia da Santa Sé e das várias peregrinações apóstólicas do Papa a este país sob a ditadura comunista. As mudanças iniciadas pelo sindicato Solidariedade foram decisivas para o início da transformação política que atravessou a Europa Central e de Leste provocando no final dos anos 80 a queda da Cortina de Ferro e o desmantelamento da União Soviética. Na opinião de vários especialistas em relações internacionais, a influência de João Paulo II face à integração do seu país na União Europeia foi muito maior do que se possa pensar.⁴³ Este papel não tem o seu início no momento do pedido de adesão da Terceira República da Polónia, mas sim muito antes, quando Karol Wojtyła foi eleito Papa no Conclave de 1978.

A escolha de Karol Wojtyła para a posição de Sumo Pontífice foi incrível não só dentro da Igreja Católica, como também para o mundo. A decisão dos Cardeais chocou especialmente as autoridades da União Soviética onde, sob as decisões do partido comunista e do Estado, a religião foi praticamente banida. Essa ideia da luta contra a fé cristã foi lançada pelo Kremlin após a Segunda Guerra Mundial também nos outros países do Bloco de Leste, mas o processo de ateização falhou na Polónia, o que foi sem dúvida o resultado da política do cardeal Stefan Wyszyński e do cardeal Karol Wojtyła.

⁴² WEIGEL George, “Testemunho de Esperança...”, p. 41

⁴³ ROTFELD Adam, op.cit.

No entanto, sem o apoio do cardeal de Viena, Franz Koenig, na candidatura do arcebispo de Cracóvia, a posição do polaco no Conclave podia ser definitivamente mais fraca. Na verdade, o Papa João Paulo II, em seguida, adoptou uma estratégia de lidar com o comunismo de forma semelhante à ideia do cardeal de Viena. O cardeal Koenig já na década de 50 observou que a Igreja Católica não se podia afastar da Europa Oriental, e tinha que colocar o seu pé “no espaço estreito da porta”, que estava na área entre a teoria e a prática comunista. “Mas, apesar do comunismo” – disse o cardeal Franz König já em 1965, assistindo a acontecimentos em ambos os lados da Cortina de Ferro – “no final pode acontecer que o problema do ateísmo seja muito mais grave no Ocidente do que no Oriente.”⁴⁴

Não há dúvida de que João Paulo II com a sua mensagem carismática em grande parte contribuiu para a derrocada das ditaduras comunistas na Europa Oriental. O líder da última União Soviética, Mikhail Gorbachev, admitiu-o, bem como muitos historiadores modernos.⁴⁵ O envolvimento directo do Papa na política polaca começou com a legitimização da forte oposição democrática durante a onda de greves dos operários em 1980. Mas o apoio ao Solidariedade não tinha apenas carácter moral. A voz de João Paulo II percorria o mundo inteiro apelando tanto aos activistas oprimidos do sindicato polaco, como aos líderes mundiais. O Papa ajudou os seus compatriotas a sobreviver ao tempo difícil de Dezembro de 1981, mobilizando a opinião pública sobre a introdução da Lei Marcial, e ajudando com a diplomacia católica a acabar com ela. Desta forma se iniciou a ruptura do monólito do bloco comunista na Polónia.⁴⁶

Com o Conclave de 1978, aumentou a autoridade da Igreja Católica na Polónia, que era apoiada cada vez mais por massas que cresceram na sociedade, e que gradualmente começou a ganhar a liderança espiritual. De facto, a primeira peregrinação papal de João Paulo II, que teve lugar em Junho de 1979, foi decisiva para enfraquecer o papel moral do regime comunista. O impacto do evento já tinha sido previsto anteriormente pelos líderes soviéticos.

O próprio Primeiro Secretário do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brezhnev, alertou o primeiro-ministro polaco Edward Gierek sobre um possível crescimento da popularidade da Igreja Católica após a visita papal à Polónia. O líder soviético sugeriu às autoridades da República Popular da Polónia que pedisse ao papa

⁴⁴ STEHLE Hans Jakob, “Tajna dyplomacja Watykanu” (A diplomacia secreta do Vaticano), Real Press, Cracóvia, 1993, p. 15-32.

⁴⁵ ASH Timothy Garton, „The first world leader”, in „The Guardian”, 04.04.2005, p.2.

⁴⁶ BONIECKI, Adam, ks, „Zapatrzeni w Papieża...”, op.cit., str. 6

polaco que não viesse à sua terra natal. Do ponto de vista do movimento comunista, Leonid Brezhnev tinha razão. Ele previu que isso poderia ter consequências de longo alcance não só para os polacos, mas para toda a região. Não é por acaso que se sublinhava naquela altura que o novo papa era eslavo e que isso podia ter influência sobre os povos que na maioria dos casos foram conquistados por Stalin.⁴⁷

A ampla correspondência entre os líderes dos dois países confirmou que ambos não queriam a visita do Papa ao seu país, mas para Edward Gierek esta decisão não foi nada fácil. O líder dos comunistas polacos temendo uma reacção negativa da sociedade polaca, maioritariamente católica, deu luz verde à chegada de João Paulo II em visita apóstólica. Finalmente, graças a esta primeira peregrinação, o Papa tornou-se o líder espiritual da nação e em seguida o regime perdeu a legitimidade do poder aos olhos dos cidadãos polacos.⁴⁸

Um dos pontos mais altos desta peregrinação papal foi a missa realizada na Praça da Vitória, em Varsóvia. Durante a homilia o Papa chamou o Espírito Santo para renovar a “face da terra” polaca.⁴⁹ Estas palavras papais mais tarde tornaram-se o lema principal para as mudanças que ocorrem na Polónia.⁵⁰

A primeira peregrinação de João Paulo II na Polónia libertou um processo de bola de neve, que o sistema já obsoleto e ineficiente do regime comunista não conseguiu parar. Para os acontecimentos futuros também contribuiu uma crise económica acentuada, que se manifestou na República Popular da Polónia no final dos anos 70. Isto foi causado por um enorme desperdício de recursos para o desenvolvimento económico, bem como a excessiva vida à base de crédito que a equipa do Primeiro Secretário do Partido Operário Unificado Polaco (PZPR), Edward Gierek, ofereceu à sociedade polaca.

A chegada de João Paulo II à República Popular da Polónia também teve uma influência definitiva sobre a oposição política. Pouco depois da peregrinação papal começaram a formar-se os sindicatos livres do Solidariedade, que realizaram numerosas e eficazes greves em Agosto de 1980. O Papa polaco foi explicitamente favorável à

⁴⁷ DUDEK Antoni, „Brezniew miał rację” (Breznev tinha razão), in jornal „Dziennik”, 07.06.2009, [<http://wiadomosci.dziennik.pl/opinie/artykuly/90559,dudek-brezniew-mial-racje.html>]

⁴⁸ Ibidem

⁴⁹ Homilia de João Paulo II dita durante a Missa na Praça da Vitória em Varsóvia no dia 2 de Junho de 1979, in www.ekai.pl.

⁵⁰ Em Varsóvia durante a sua homília o Papa disse „Deixai descer o Teu Espírito e que renove a face da terra, esta terra”, e em Czestochowa sublinhou às multidões: „Aqui sempre fomos livres”.

iniciativa⁵¹, aceitando Lech Wałęsa e a sua equipa de oposição a acompanhá-lo em Roma.

A criação do sindicato Solidariedade no ano da primeira visita de João Paulo II à Polónia, foi um sinal de que as autoridades comunistas polacas queriam ser condescendentes face à oposição política apoiada por Karol Wojtyła. E apesar do Papa não ser o iniciador do Solidariedade, logo se tornou o seu grande mentor espiritual e já durante a greve dos estaleiros em Gdansk a sua imagem foi colocada no portão principal. A primeira visita papal à Polónia também ajudou a perceber a sua força. João Paulo II repetiu incessantemente palavras sobre os direitos humanos e o direito de soberania, ficando como um ponto de referência para as pessoas, ajudando a quebrar a barreira do medo.⁵²

As previsões dos comunistas tornaram-se uma realidade. A Igreja Católica começou a ficar cada vez mais forte e a ganhar um maior apoio na sociedade e o poder do Estado perdeu a sua força. Ainda antes, por causa da política de prosperidade lançada por Gierek, no início dos anos 70, os polacos começaram a habituar-se à realidade do socialismo real, o que contribuiu neste processo para uma certa abertura do país ao mundo.

O Conclave de 1978 que deu ao mundo e à Polónia o Papa polaco, travou o bem-estar do regime no país. Após a visita papal à República Popular da Polónia, em 1979, a aceitação do regime começou a baixar e esta diminuição prolongou-se até ao fim do período do comunismo. Alguns anos mais tarde os comunistas perderam a legitimização do seu poder, e já em 1989 perderam as eleições democráticas na corrida ao Parlamento. Mas já em 1979, os polacos que estavam presentes em massa nas rotas da peregrinação papal viram a sua força contra o PZPR e perceberam que podiam enfrentá-lo. Naquela altura começou a crescer a convicção de que o regime comunista e o seu poder estavam nas mãos de uma minoria.⁵³

Embora nos primeiros meses após a peregrinação de João Paulo II não tenha acontecido nada de novo na política polaca, nem se tenha aproximado a queda do sistema, a atitude dos comunistas em relação aos católicos e bispos mudou muito. Gradualmente começou a mudar também a política em relação à oposição.

⁵¹ A oração de João Paulo II após a legalidade do Solidariedade, in “Tygodnik Solidarność”, n.º 1(38), 02.06.1989, p.1.

⁵² BONIECKI, Adam, ks, „Zapatrzeni w Papieża...”, p. 6.

⁵³ A propaganda comunista fazia tudo para não mostrar a verdade sobre a primeira peregrinação de João Paulo II na Polónia. Os realizadores da televisão polaca foram obrigados a não mostrar a multidão durante as missas papais.

Sistematicamente as autoridades da República Popular da Polónia começaram a suavizar a sua atitude face ao próprio Papa João Paulo II.⁵⁴

Por outro lado, a sociedade polaca começou lentamente a compreender que a boa conjuntura económica no país estava a acabar e começou a revoltar-se. Segundo o Doutor Antoni Dudek, um historiador, cientista e político do Instituto da Memória Nacional, sem a peregrinação papal, aconteceria o mesmo em resultado da explosão de descontentamento social, porque a crise em 1979 já estava muito avançada. – A revolta foi uma questão de tempo, porque a prosperidade criada por Edward Gierek retraiu-se. As pessoas sabiam que esta prosperidade correspondia a endividamento. (...) A partir da pesquisa que foi feita entre os membros do Solidariedade, dados empíricos comprovam que o Papa foi um líder espiritual da nação – notou Antoni Dudek.⁵⁵

As alterações iniciadas naquela altura pela Igreja Católica destinavam-se a uma maior democratização da sociedade e por motivos óbvios, preocupavam as autoridades em Moscovo. No entanto, as mudanças democráticas na Polónia foram paradas apenas por alguns anos. As sucessivas visitas do Papa João Paulo II à sua pátria em 1983 e 1987 animavam o espírito da sociedade polaca, que cada vez mais e com maior coragem apresentava o seu descontentamento com as difíceis condições de vida na Polónia comunista. Uma enorme manifestação de milhares de polacos durante o funeral do capelão dos operários do Solidariedade, o padre Jerzy Popiełuszko, assassinado em Outubro de 1984 pelos serviços secretos, demonstrou às autoridades comunistas o alto nível de insatisfação social. Este clima de amargura na sociedade cresceu nos anos seguintes, revelado pelo volume das greves ao local de trabalho. Depois de uma série de greves de operários no Verão de 1988, os líderes políticos comunistas decidiram entrar em conversações com representantes da oposição democrática, que acabaram com as negociações da Mesa Redonda em Fevereiro de 1989.

Na Polónia, o papel mais importante na transição da ditadura para a democracia foi desempenhado um papel muito importante por bispos e padres, como Alojzy Orszulik, Bronisław Dembowski e Henryk Gochowski. Estes ficaram do lado da oposição durante as negociações da Mesa Redonda. Embora tenham mantido uma equidistância para serem mediadores credíveis e aceites pelas duas partes.

⁵⁴ O historiador A. Dudek informa que já no início do pontificado de João Paulo II o I Secretário do PZPR em Cracóvia, Kazimierz Barcikowski, ordenou aos funcionários comunistas para colocar todas as informações sobre Karol Wojtyła num embrulho branco em vez do papel cinzento e decorar com um laço vermelho. Ver A. Dudek „Breżniew miał rację...”, op.cit.

⁵⁵ DUDEK Antoni, „Breżniew miał rację...”, op. cit.

As eleições de Junho de 1989, que terminaram com êxito, estiveram no resultado das negociações entre os comunistas e a oposição, iniciando o processo de uma transformação democrática na Polónia. O passo no caminho para a abertura do país ao resto da Europa e a integração com a parte ocidental do continente estava dado e a política realizada pelo Papa João Paulo II teve aqui um contributo importante.

A influência na queda do comunismo da primeira peregrinação e visitas subsequentes do Papa João Paulo II à Polónia, foi sublinhada tanto pelos principais líderes do regime comunista como pela sua oposição, o Sindicato Solidariedade. Ambos, Wojciech Jaruzelski e Lech Wałęsa concordavam que a mudança do sistema que durava há 20 anos na Polónia decorreu tão facilmente graças a João Paulo II. Os ex-presidentes da Polónia também afirmaram que no início dos anos 80, a invasão soviética da Polónia era muito provável.⁵⁶

Opiniões semelhantes acerca da participação do Papa João Paulo II na queda do comunismo eram expressas também na sociedade polaca. Na pesquisa realizada pela CBOS sobre o Sindicato Solidariedade, 44% dos cidadãos polacos indicaram-no como o motor de mudança, enquanto 38% dos participantes no estudo escolheram o pontificado de João Paulo II. No terceiro lugar, entre os motivos que levaram às mudanças políticas na Polónia, ficou a falência económica do sistema comunista – 27% das respostas e 25% dos entrevistados polacos também optaram pela política da Perestroika realizada pelo Primeiro Secretário do Partido Comunista soviético, Mikhail Gorbachev.⁵⁷

Tanto João Paulo II como a hierarquia da Igreja Católica polaca tiveram definitivamente uma influência sobre a consolidação de uma forte oposição política. Desde o início da criação do Sindicato Independente Autónomo Solidariedade, o clero polaco muitas vezes inspirado pelo próprio Papa, deu publicamente o seu apoio ao poder político emergente.⁵⁸ Por diversas vezes, o clero dirigiu palavras aos fiéis dando apoio e fornecendo abrigo e assistência àqueles que eram reprimidos pelas autoridades

⁵⁶ O general Jaruzelski explicava que introdução da lei marcial na Polónia no dia 13 de Dezembro de 1981 serviu como solução contra a invasão planeada pela União Soviética no território polaco, que podia transformar-se numa guerra entre o Pacto de Varsóvia e a NATO. Vários historiadores negam esta teoria. Ver entrevista de General Wojciech Jaruzelski in CNN, 31.05.2009.

⁵⁷ O estudo realizado pelo CBOS em 2009, in notícia da PAP „Solidarność i Jan Paweł II najbardziej wpłynęli na upadek komunizmu” (O Solidariedade e João Paulo II tiveram a maior influência na queda do comunismo), 19.02.2009.

⁵⁸ O padre Jerzy Popiełuszko (1947-1984) foi o capelão dos operários metalúrgicos de Varsóvia. Organizava orações pela pátria nas quais participavam membros da oposição polaca. Em Outubro de 1984 preso clandestinamente e morto pelos serviços de segurança da Polónia. Alguns historiadores, como Sławomir Cenckiewicz que o padre foi morto pelo KGB.

comunistas, bem como às suas famílias.⁵⁹ A ajuda dada pela Santa Sé aos polacos e o apoio demonstrado pelas várias instituições não-governamentais com perfil religioso e pelos católicos da Europa Ocidental, que naquela altura já se encontravam no processo de integração europeia, demonstrou aos conterrâneos de João Paulo II que os cristãos – e não só – do Oeste do continente estavam solidários com eles, e que os seus verdadeiros aliados viviam não no Oriente, mas no Ocidente europeu.

Também graças ao clero polaco, que fazia uma ligação natural entre o Papa e os católicos polacos, foi possível comunicar directamente com as pessoas que viviam por trás da Cortina de Ferro. A Igreja Católica, os membros da hierarquia e os sacerdotes, levaram a esperança e a liberdade, criando oportunidade de diálogo, de intercâmbio livre de ideias entre as pessoas nas paróquias e igrejas, locais onde aconteciam as reuniões da oposição. Os padres continuaram a transmitir aos fiéis mensagens deixadas à Polónia por João Paulo II durante a sua peregrinação. O vínculo entre o Papa, que apelava às autoridades comunistas para garantir as liberdades civis à sociedade oprimida, e os seus compatriotas, estava cada vez mais fortalecido. Devido à imensa autoridade e crescente prestígio do Papa na sociedade polaca, a Igreja também ganhava confiança como instituição. João Paulo II foi ouvido atentamente, como mais ninguém na República Popular da Polónia, e os seus discursos foram bem recebidos pelo povo polaco.

B) JOÃO PAULO II E A VISÃO DA EUROPA UNIDA

João Paulo II muito tempo antes da sua liderança dentro da Igreja Católica já demonstrava a sua abertura ao diálogo europeu. Ainda nos dramáticos tempos da Igreja polaca no comunismo, Karol Wojtyła não tinha medo de promover dentro da sociedade o assunto pouco popular da reconciliação dos polacos com os alemães. O próprio bispo de Cracóvia foi co-autor da abertura ao diálogo polaco-alemão na base da carta dos bispos polacos aos bispos alemães. O documento foi de facto o primeiro gesto de

⁵⁹ As famílias de membros da oposição polaca foram apoiadas pelas várias instituições católicas internacionais.

amizade entre as duas Igrejas desde o início da II Guerra Mundial.⁶⁰ Numa carta dirigida aos bispos da Alemanha Ocidental, assinada por 36 bispos polacos, o Bispo Karol Wojtyła foi um dos iniciadores do documento, onde foram incluídas palavras de perdão. Num tom directo os bispos polacos escreveram: “Neste espírito muito cristão, mas também muito humano, nós estendemos a vós, sentados nos bancos do Conselho que está a terminar, as nossas mãos, damos o nosso perdão e pedimos perdão. E se vós – os bispos alemães e os pais do Conselho, fraternalmente agarrardes as mãos estendidas, só então poderemos comemorar com uma consciência tranquila o nosso Milénio de maneira totalmente cristã”.⁶¹

A carta dos bispos polacos surgiu no início de uma campanha agressiva por parte dos comunistas.⁶² Em vários eventos eles demonstraram a sua insatisfação com a atitude dos membros da hierarquia católica em relação aos bispos alemães, usando slogans "Não perdoamos" e "Abaixo os traidores da Pátria". Os autores desta campanha acusavam os bispos polacos, entre eles o arcebispo Karol Wojtyła, de traição dos interesses nacionais.⁶³ No seguimento destes ataques, o cardeal Stefan Wyszyński, pela primeira vez após as repressões que acabaram em 1956, não recebeu o passaporte. O Primaz da Polónia não conseguiu participar na inauguração das celebrações do Milénio do Baptismo da Polónia, que decorreram em Roma.⁶⁴

A carta dos bispos polacos dirigida aos bispos alemães tornou-se, por um lado, o começo do diálogo internacional iniciado pela Igreja polaca com os membros da hierarquia da Alemanha, e por outro lado, o início do confronto sobre a simpatia da sociedade polaca. A decisão do Episcopado polaco de preparar uma carta de reconciliação dirigida aos alemães, foi de facto uma abertura da Igreja polaca ao mundo ocidental da Europa, após a participação dos bispos polacos nas sessões do Concílio

⁶⁰ No dia 18 de Novembro de 1965 os bispos polacos presentes no Concílio Vaticano II emitiram cartas aos episcopados de 56 países que incluíram um convite para participar nas comemorações do aniversário dos 1000 anos do cristianismo na Polónia.

⁶¹ A carta dos bispos polacos aos bispos alemães de 1965, in página na Internet de www.opoka.pl, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WE/kep/oredzie-niem_18111965.html].

⁶² Juntamente com a carta aos bispos alemães, a atitude do Episcopado polaco no período das celebrações do milénio do cristianismo no país teve também uma grande importância para a posterior normalização das relações entre os polacos e os alemães. As relações entre ambos os povos normalizaram já na década de 70, com Edward Gierek como o novo líder do Partido Operário Unificado Polaco. Sob esta liderança os comunistas polacos também tentaram reparar as relações com a Igreja Católica. A sua equipa tentou com mais vontade do que a antecessora usar a popularidade da Igreja Católica para a sua política, devendo-se isto ao facto de os líderes comunistas ainda terem na sua memória a grande derrota durante as celebrações do Milénio.

⁶³ EISLER Jerzy, KUPIECKI Robert, SOBAŃSKA-BONDARUK Melania, op.cit., p. 252.

⁶⁴ ODER Slawomir, GAETA Saverio, „João Paulo II Santo”, A esfera dos livros, Lisboa, 2010, p. 73.

Vaticano II. O arcebispo Karol Wojtyła esteve entre os representantes da hierarquia polaca que participaram activamente nos trabalhos do *Vaticanum Secundum*.

Durante o Concílio, o arcebispo de Cracóvia começou a criar uma rede de contactos com o mundo cristão exterior, experiência importante para a visão universalista representada pelo futuro Papa. Wojtyła dedicou muito tempo às viagens ao estrangeiro com fins religiosos. Em Roma durante o Vaticano II entrou em contacto com vários teólogos e membros do clero europeus e também com os irmãos de Taizé, a comunidade ecuménica focada na reconciliação entre os povos da Europa. Os frutos destes encontros foram a amizade com os líderes desta comunidade cristã, o irmão Roger Schutz e o irmão Max Thurian e as inspirações para os futuros projectos europeus do futuro Papa.⁶⁵

O período da participação do arcebispo Karol Wojtyła no Concílio Vaticano II e o período de luta dos comunistas contra a Igreja polaca revelaram como eram diferentes as visões do catolicismo polaco de Wojtyła e do Primaz da Polónia, o cardeal Stefan Wyszyński. Os comunistas tentaram até fazer inimigos entre os próprios bispos logo depois do Concílio Vaticano II. Alguns dos provocadores tentaram de uma maneira conveniente para o regime interpretar as conquistas do Vaticano II colocando em lados opostos a política progressista dos Papas João XXIII e Paulo VI, contra o Primaz da Polónia, cardeal Stefan Wyszyński.⁶⁶ Contudo, esta avaliação da propaganda não atinge o alvo do Primaz da Polónia – guardar os católicos polacos como um monólito e atrasar o mais possível a introdução das iniciativas sociais recomendadas pelo Concílio Vaticano II, baseadas na maior participação dos leigos na vida da Igreja. A resistência do cardeal Stefan Wyszyński teve a sua raiz no medo de que os comunistas usassem mais uma vez o método “salami” para se infiltrarem dentro das estruturas pastorais e enfraquecer a Igreja.⁶⁷ Uma provável entrada dentro do laicado polaco dos agentes comunistas nestas circunstâncias podia fragmentar a solidez interior dos católicos. Por isso o cardeal Stefan Wyszyński não promoveu a aplicação do Vaticano II na Polónia, ao

⁶⁵ Os irmãos de Taizé inspiraram o João Paulo II com a ideia de organizar Jornadas Mundiais de Jovens como uma adaptação de Encontros Europeus de Jovens animados pela esta comunidade ecuménica.

⁶⁶ ODER Slawomir, GAETA Saverio, op.cit., p. 68-77.

⁶⁷ MICEWSKI Andrzej, „Kardynał Wyszyński. Prymas i mąż stanu (Cardeal Wyszyński. O Primaz e o estadista)”, Editions Du Dialogue, Paris, 1982, p.163.

contrário do cardeal Karol Wojtyła, pois temia a perda de autoridade e controle da hierarquia sobre o clero e o laicado.⁶⁸

A participação activa do arcebispo Karol Wojtyła nos trabalhos do Concílio Vaticano II e o seu forte compromisso com a preparação das celebrações polacas do Milénio, foram reconhecidos pela alta hierarquia da Igreja Católica. No final de Maio de 1967, o Papa Paulo VI anunciou a nomeação de 27 novos cardeais, entre os quais se encontrava o arcebispo de Cracóvia. Ele recebeu, de acordo com a antiga tradição romana, uma das igrejas de Roma. Assim, o cardeal Karol Wojtyła começou um período de serviço mais intenso e fiel à Igreja na Europa. Estas tarefas, no entanto, não foram fáceis devido à vigilância constante da Igreja Católica na Polónia pelas autoridades comunistas da República Popular da Polónia.⁶⁹

Karol Wojtyła ainda como bispo polaco, mas também depois como Papa, deu muita atenção à questão da unificação europeia. Várias vezes o líder da Igreja Católica lembrou as raízes cristãs do continente europeu. Fazia isto não só na Polónia, mas também noutros locais do mundo, inúmeras vezes em discursos no Vaticano, bem como em várias visitas apostólicas aos países da Europa. Diversas vezes ele mencionou também o importante lugar da sua pátria na história da Europa, observando que através da entrada na União Europeia, a posição da Polónia podia tornar-se mais forte.⁷⁰

Logo no início do seu pontificado João Paulo II evocou as raízes cristãs da unidade espiritual da Europa. Afirmou que existem valores fundamentais que podem salvar a unidade de espírito dos países durante o processo da integração europeia. No ano de 1978 enquanto começava o seu pontificado Papal, o continente já tinha vivido muito do processo da integração. Portanto, o novo líder da Igreja Católica tinha opiniões parecidas com Paulo VI sobre a integração europeia, na maioria dos casos positivas. Além disso, Wojtyła, como cidadão de um país de regime comunista que perseguia o cristianismo, viu o modelo da unificação da Europa Ocidental mais favorável à Igreja do que os sistemas políticos do Bloco de Leste.

O papel do João Paulo II no processo de consolidação e na criação de uma Europa comum foi visível. O Papa durante o seu pontificado definia a Europa especialmente como uma comunidade espiritual, de cultura, religião e tradição, baseada

⁶⁸ RAINA Peter, „Stefan Kardynał Wyszyński Prymas Polski” (Stefan Cardeal Wyszyński, O Primaz da Polónia), v. III, Oficyna Poetów i Malarzy, Londres, 1988, p.427-434.

⁶⁹ Em Setembro de 1967 as autoridades comunistas negaram acesso ao passaporte para Cardeal Wyszyński para participar no Sínodo de Bispos em Roma. O cardeal Wojtyła também não quis sair solizrizando-se com o Primaz da Polónia. Depois participou em todas as sessões do sínodo.

⁷⁰ JOÃO PAULO II, „Memória...”, p. 89.

e crescida nas raízes do mundo judaico-cristão. A sua visão universal do Velho Continente foi apresentada aos seus contemporâneos já durante a primeira viagem apóstólica à Polónia. João Paulo II falou sobre esta questão pela primeira vez com os bispos polacos, no Santuário de Jasna Góra em 1979. – Europa, que durante a sua história muitas vezes foi dividida, Europa, que no final da primeira parte do actual século foi tragicamente dividida pela guerra mundial, Europa, que entre os seus contemporâneos teve sempre presentes divisões de sistema, ideologia, economia e política, não pode parar de procurar a sua unidade básica e tem que virar-se para o cristianismo. Independentemente das diferenças de tradição que ocorrem no território europeu entre as suas partes do Ocidente e do Oriente, de facto foi o mesmo cristianismo que saiu do mesmo Cristo, que recebeu a mesma palavra de Deus e que se refere aos mesmos doze apóstolos. Aí residem as raízes históricas da Europa – assim disse João Paulo II durante a sua primeira peregrinação à Polónia.⁷¹

Desde o início do seu pontificado o Papa polaco sublinhava a unidade espiritual entre a Europa de Oeste e a Europa de Leste, tendo por base o mesmo cristianismo. João Paulo II fazia isto ainda no período da existência dos dois blocos antagonizados no continente. Sublinhava que as raízes comuns exigem dos europeus a criação da unidade europeia na base dos valores cristãos e na espiritualidade. – O cristianismo tem que de novo participar na criação de uma só Europa. Apenas razões económicas e políticas não a formarão. Temos que ir mais fundo: até às razões éticas. O Episcopado da Polónia e todos os Episcopados e Igrejas da Europa têm aqui uma tarefa muito importante a realizar – disse o Papa.⁷²

Ainda durante a Guerra Fria, o cardeal Karol Wojtyła chamou a atenção para a necessidade de reunificação do cristianismo para o Leste e Oeste com base nas forças espirituais e com o apoio da Igreja. O clero polaco colocava também a questão da sua origem eslava como um evento importante na história da Igreja Católica, o que significou não apenas uma alteração nas suas estruturas, mas também uma nova qualidade nas relações entre a Santa Sé e os países dos povos eslavos, dominados em grande parte por regimes políticos comunistas.

A opinião do Papa, apresentada durante a sua primeira viagem apóstólica à Polónia, em que apontou as raízes cristãs como base da unidade de todas as nações da

⁷¹ Discurso de João Paulo II aos membros da Conferência Episcopal da Polónia, Częstochowa, 5 de Junho de 1979, in „Pielgrzymka do Ojczyzny” (A Peregrinação à Patria), op. cit., p. 78-81.

⁷² Ibidem, p. 78-81.

Europa Ocidental e Oriental, anexou um forte apelo aos povos de Leste. O discurso de João Paulo II foi suportado pela oração do Papa ao Espírito Santo no dia da festa de Pentecostes, em Gniezno. Karol Wojtyła perguntou ali: “Será que Cristo não quer isto? Que o Espírito Santo não manda assim? Que através deste Papa polaco, o Papa Eslavo, não foi demonstrada agora a unidade espiritual da Europa cristã, constituída por duas grandes tradições: do Oeste e do Oriente? Nós, os polacos, que fizemos parte durante todo o milénio da tradição do Ocidente, bem como os nossos irmãos lituanos, sempre estimámos as tradições do Oriente cristão. As nossas terras foram convidadas por estas tradições, que têm as suas origens numa nova Roma – em Constantinopla.”⁷³

Em Gniezno, em 1979, o Papa João Paulo II pela primeira vez como líder da Igreja Católica lembrou o vínculo forte do Estado polaco com o cristianismo⁷⁴ e pediu apoio para os oprimidos e esquecidos povos eslavos. No tempo, em que muitas pessoas do mundo identificavam a Europa apenas como a Europa Ocidental, Karol Wojtyła do túmulo de Santo Adalberto lembrou-se dos “povos e nações muitas vezes esquecidos”, sublinhando ao mesmo tempo, as suas raízes no baptismo e o compromisso baptismal para defender a fé.

Em Gniezno, no sítio do baptismo polaco, o Papa recordou as circunstâncias do baptismo dos croatas, eslovenos, búlgaros, morávios, e eslovacos, baptizados pelos Santos Cirilo e Metódio, mas também vistulanos, sórabios, veletos, e também lembrou o baptismo de Rus, em Kiev. O Santo Padre disse: “chega assim o seu compatriota, o Papa, para falar em frente de toda a Igreja, da Europa e do mundo inteiro sobre essas nações e povos muitas vezes esquecidos. Vem chamar com um grito forte. Vem mostrar estes caminhos [...]. Vem para todos estes povos, incluindo o seu próprio – acolher para o coração da Igreja: o coração da Igreja Mãe, na qual confia sem limites”.⁷⁵

Embora a visão histórica do Papa João Paulo II seja profundamente teológica e eclesial, a sua expressão no período do comunismo, no tempo do regime comunista no país controlado por Moscovo, significava que o Papa polaco prosseguia com premeditação uma política de levantar a consciência dos povos nacionais da Europa Central e Oriental. Essas chamadas pretendiam levantar a moral das nações oprimidas, muitas vezes integradas nas estruturas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

⁷³ Discurso de João Paulo II no Morro de Lech em Gniezno, in „Pielgrzymka do Ojczyzny”, op. cit., p. 84.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Discurso de João Paulo II no Morro de Lech ..., p. 84.

Para estes povos uma proclamação deste tipo era capaz de trazer a esperança e o ânimo. Nos comentários a estes acontecimentos, e não apenas nos países comunistas, várias vezes o Papa foi acusado de falta de realismo político ou mesmo de uma atitude ingénua. No entanto, o Papa estava a olhar para o futuro da Europa, não como um político mas como um profeta, numa perspectiva de fé. Talvez naquela altura tenha sido a única pessoa que realmente “acreditava que o poder do Espírito Santo é mais forte que o poder dos tanques soviéticos e arsenais militares”.⁷⁶

Os apelos feitos pelo Papa João Paulo II em Gniezno durante a sua primeira peregrinação à pátria, foram proféticas. Nos 18 anos seguintes, o Papa reconheceu durante as visitas subsequentes a Gniezno, que em 1979 tinha esperança em Deus de que a situação política iria mudar na Europa Central e de Leste. Em 1997, o Santo Padre chegou mais uma vez à primeira capital da Polónia para as cerimónias de celebração dos 1000 anos da morte do Santo Adalberto, agradecendo a Deus pela liberalização política que ocorreu na década entre 1980 e 1990. – Aqui, ao lado do túmulo de Santo Adalberto agradeço ao Deus Todo Poderoso pelo grande dom da liberdade, que têm recebido as nações da Europa – disse João Paulo II.⁷⁷

O discurso do Papa João Paulo II durante a sua primeira visita apóstólica em Gniezno em 1979 trouxe uma mensagem que o líder do Vaticano recordou em 1997 durante o encontro, também realizado em Gniezno, com os presidentes de sete países da Europa Central e de Leste. O Papa mencionou no dia 3 de Junho de 1997 a sua primeira peregrinação para Gniezno, chamando a sua homilia proclamada naquele dia “o programa de todo o seu pontificado” papal.⁷⁸ Em 1997 o Sumo Pontífice recordou “Guardo profundamente na memória a reunião de Gniezno decorrida em Junho de 1979, quando pela primeira vez o Papa de Cracóvia pode celebrar a Eucaristia na Colina de Lech, na presença do não esquecido Primaz do Milénio, de todo o Episcopado e de muitos peregrinos não só da Polónia, mas também de países vizinhos. Hoje, após dezoito anos, valia a pena voltar a esta homilia de Gniezno, que de qualquer forma se

⁷⁶ MUSZYŃSKI Henryk, „Od wierzy Babel do Wieczernika” (Da torre Babel à Última Ceia), in edição polaca de „L'Osservatore Romano” 1/2003, p. 56-60.

⁷⁷ Homilia de João Paulo II durante a Missa em Gniezno no dia 3 de Junho 1997, in „L'Osservatore Romano”, n.º 7/1997, p. 28.

⁷⁸ Os Congressos de Gniezno são os congressos internacionais dos leigos polacos, que incluem o debate intelectual com oração e expressão artística (concertos, exposições, etc.). A ideia destes eventos esta ligada ao primeiro Congresso de Gniezno, realizado no ano 1000. Naquela altura ao túmulo de São Wojciech em Gniezno chegou o Imperador Otto III, que encontrou ali o príncipe da Polónia Boleslaw Chrobry. O evento teve também um caracter de concílio, durante o qual foi proclamada a criação da primeira diocese metropolitana no território polaco com sede em Gniezno. Portanto de ponto de vista simbólico o congresso significava para a Polónia a entrada no meio dos países europeus.

tornou um programa do meu pontificado. Mas acima de tudo, isto foi uma humilde leitura dos planos de Deus, associada aos últimos 25 anos do nosso milénio.⁷⁹

Os encontros de Gniezno tiveram através da ajuda dos membros da hierarquia da Igreja polaca, o intuito de servir o processo de unificação dos países da Europa Central e de Leste e atraí-los para a ideia de uma Europa integrada. A tradição de organizar eventos regulares em Gniezno – como importantes acontecimentos no domínio espiritual e político de nível europeu – foi estabelecida pelo Arcebispo Metropolitano de Gniezno, Henryk Muszyński. Por sua iniciativa, no dia 3 de Junho de 1997, na data do aniversário da morte do Santo Adalberto, foi realizado o II Congresso de Gniezno, que acompanhou a peregrinação Papal à Polónia. Durante este evento João Paulo II revelou que a ideia da libertação dos povos desta região da Europa foi um dos assuntos mais importantes do seu pontificado. Estas palavras foram dirigidas aos presidentes dos sete países da Europa Central e de Leste convidados para Gniezno: o Presidente da Polónia – Aleksander Kwaśniewski, da República Checa – Vaclav Havel, da Alemanha – Roman Herzog, da Hungria – Arpad Goencz, da Eslováquia – Michal Kovacz, da Lituânia – Algirdas Brazauskas e da Ucrânia – Leonid Kuczma.

O Santo Padre repetiu as mesmas ideias que tinha proclamado em 1979, interpelando os presidentes e 300 mil peregrinos reunidos por essa ocasião, com as seguintes palavras: "Nunca haverá unidade da Europa, enquanto ela não se tornar uma comunidade de espírito comunitário!". O Papa chamou ao Santo Adalberto “o símbolo da unidade espiritual da Europa”. Sublinhou também que o exemplo da vida dele nunca passará, porque é acima de tudo caracterizado pela capacidade de unir harmoniosamente culturas diferentes. Pela iniciativa de João Paulo II foi também fundado o Fórum do Santo Wojciech (Adalberto), uma estrutura de leigos criada para organizar encontros subsequentes com carácter ecuménico com a participação de representantes de vários movimentos, associações e iniciativas cristãs.⁸⁰

Durante a sua visita a Gniezno em 1997 o Papa apresentou o Santo Adalberto como um “símbolo da unidade espiritual da Europa”, um exemplo a seguir pelos contemporâneos de João Paulo II. O Papa observou que é preciso “hoje em dia quando se abrem novos caminhos” conseguir na Europa de maneira criativa colaborar com os

⁷⁹ Homilia de João Paulo II durante a Missa em Gniezno..., p. 28.

⁸⁰ A temática dos foruns em Gniezno trata em primeiro lugar sobre a responsabilidade de todos os cristãos pela Europa, não apenas como testemunho da fé, mas também na área política, social e cultural.

outros, estabelecendo a paz consigo e à sua volta. “Ainda hoje pessoas responsáveis pela política têm grandes tarefas” – disse o Papa polaco.⁸¹

Dirigindo as suas palavras aos sete presidentes europeus, João Paulo II sublinhou que o primeiro Congresso de Gniezno do milénio abriu à Polónia e à Europa um caminho para a unidade com toda a família de países do continente. O Papa disse: “No limiar do segundo milénio o povo polaco ganhou o direito, ao lado das outras nações, de ser incorporado no processo de criação de uma nova imagem da Europa”.⁸² Esta declaração papal em Gniezno em 1997 ilustra muito bem o pontificado de João Paulo II como uma profecia para a Europa. Na opinião de vários autores o pontificado do Papa João Paulo II deixou a imagem dos “dois pulmões” como o símbolo forte da integração europeia espiritual da Europa de Leste e de Oeste e este símbolo ganhou um lugar sólido na consciência ecuménica da Igreja Católica, bem como nas outras Igrejas e comunidades cristãs.⁸³

Uma observação semelhante foi apresentada também pelos outros especialistas de história e relações internacionais, bem como pelos políticos. Adam Rotfel, o ministro dos negócios estrangeiros, o primeiro após a entrada da Polónia na União Europeia, considera a homilia de João Paulo II como uma das mensagens mais pró-europeias apresentadas pelo Sumo Pontífice polaco. – O Papa disse naquele dia sobre os dois pulmões – oriental e ocidental – que através deles devia respirar a Europa. O seu sonho era que o pulmão de Leste fosse tão importante como o do Oeste – observou Adam Rotfeld.⁸⁴

De acordo com o diplomata polaco não há dúvidas de que a fé católica através da política da Santa Sé tem desempenhado durante o pontificado do Papa João Paulo II um papel decisivo não só na queda do comunismo, como também no processo de integração dos povos europeus. Do ponto de vista de Karol Wojtyła foi “essencial, restaurar a unidade do cristianismo, dividida desde o ano de 1054”. Segundo Adam Rotfeld, a influência do Papa sobre o alargamento da União Europeia deve ser vista neste contexto amplo. – Caso contrário, podíamos observar o impacto de João Paulo II no papel de um dos políticos. Mas o Papa tentava evitar este tipo de abordagem. Falava, no entanto, nos momentos decisivos em que foi necessário apoiar as aspirações

⁸¹ Discurso de João Paulo II aos presidentes de sete países europeus, Gniezno, 3 de Junho de 1997, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 7/1997, p. 30.

⁸² Homília de João Paulo II durante a Missa em Gniezno..., p. 28.

⁸³ Mikhail Gorbachev repetiu a frase sobre os dois pulmões da Europa na conferência em Bruxelas, 18-19.03.2012, [<http://www.correio.lu/internacional/4381.html>].

⁸⁴ ROTFELD Adam, “Niebawem minie rok...”, op.cit.

europeias da Polónia. Antes do referendo, o Papa considerou que é preciso encontrar uma fórmula geral que não deixe dúvidas e que ele contava com a integração da Polónia no resto da Europa – considerou Adam Rotfeld.⁸⁵

Da mesma forma o arcebispo de Gniezno, Henryk Muszyński, não tinha qualquer dúvida de que a mudança na Europa e a queda do Muro de Berlim entre a década de 1980 e 90, foram possíveis graças à actividade do Papa João Paulo II. – A liberdade inesperada, em 1989, dos países da Europa Oriental que tinham sido colocados sob o regime comunista, é difícil de explicar em categorias da ordem política, foi concebida profeticamente pelo Papa e foi obra do Espírito Santo. O Papa não apontou apenas “a nova evangelização” como o programa do seu pontificado, mas também o perseguir constante e diligentemente a sua realização. Os frutos desta sementeira são obra do Espírito Santo – observou o arcebispo Henryk Muszyński.⁸⁶

O Papa João Paulo II, falando sobre a integração europeia sublinhava que, este processo tem os seus fundamentos na inspiração cristã.⁸⁷ Falando sobre a Europa no processo de unificação, o Papa referia-se na sua mensagem à realidade concreta da União Europeia. Invariavelmente ele apontava as raízes culturais e inspirações extraídas do Evangelho como fundamento estável da unidade espiritual da Europa. A sua opinião sobre esta questão foi posta em palavras na peregrinação papal a Gniezno. Nesta cidade, em 1997, de maneira semelhante à do início do seu pontificado, João Paulo II reiterou o seu apelo à Europa e ao mundo: “Não temais! Abri as portas a Cristo!” (...) Portanto, o muro, que nasce hoje nos corações, o muro que divide a Europa, não cai sem conversão ao Evangelho. Sem Cristo não se pode construir uma unidade estável. Não se pode fazê-lo, diferenciando dessas raízes, das quais nasceram os povos e as culturas da Europa, e distanciar-se de uma grande riqueza dos séculos passados. Como se pode contar com a construção da «uma casa comum» para toda a Europa, se faltarem os tijolos de consciências humanas queimadas no incêndio do Evangelho, ligados pelo vínculo da caridade social solidária, que é o fruto do amor de Deus? O Santo Adalberto procurava esta realidade e por esse futuro deu a sua vida. Ele também hoje nos ajuda a lembrar que

⁸⁵ Ibidem

⁸⁶ Durante a palestra “A contribuição de João Paulo II na construção da unidade europeia” do arcebispo Henryk Muszynski, apresentada no III Fórum Internacional sobre a contribuição do pensamento e actividade do Papa na criação de uma comunidade e integridade europeia, o membro da hierarquia polaca lembrou, que a Igreja Católica sempre deu o seu apoio à integração europeia quando o processo “expressou a vontade da maioria e serviu o bem comum.”

⁸⁷ Os fundadores da Europa unida, Alcide De Gasperi, Robert Schuman, Konrad Adenauer, Jean Monnet, representaram a corrente da democracia cristã.

não é possível construir uma nova ordem sem um homem renovado, que é o mais forte fundamento de cada sociedade”.⁸⁸

Para sublinhar a unidade e continuidade do processo de integração, o Papa em vez de falar sobre o alargamento de países candidatos, falava sobre a «europeização da Europa». João Paulo II falou sobre o lugar e o papel da Polónia nas estruturas da União Europeia, dirigindo-se aos bispos, aos deputados do parlamento polaco, bem como aos estadistas e políticos durante todas as subseqüentes peregrinações à Polónia e visitas *ad limina apóstolorum* do Episcopal polaco. Na maioria dos casos as suas palavras incluíam um estímulo ao apoio do processo de integração nas estruturas europeias.

Por vezes, as intervenções papais continham avisos. Por exemplo, durante uma visita *ad limina apóstolorum* em 1993, João Paulo II disse aos bispos polacos que “a entrada na Europa não pode ser feita à custa da abdicação do direito a uma consciência saudável em nome da tolerância e do pluralismo mal entendido. – Isso significaria uma submissão voluntária a uma nova forma de escravidão totalitária – ainda mais perigosa porque aprovada por nós próprios. Diante da Igreja, como educadora experiente de consciências humanas, aparecem hoje estas enormes tarefas – disse o Papa.”⁸⁹

Na perspectiva de entrada na União Europeia, teve particular importância para a Polónia o discurso do Papa João Paulo II realizado no dia 11 de Junho de 1999, em que se dirigia a ambas as câmaras do Parlamento polaco. Foi dedicada muita atenção na sua intervenção ao processo de integração da Polónia nas estruturas europeias. O Sumo Pontífice destacou o mérito do movimento Solidariedade no processo de mudanças, que decorreram na Polónia e no continente europeu. João Paulo II observou, que os eventos decorridos em 1989 criaram uma oportunidade histórica para que o continente europeu pudesse abandonar definitivamente as barreiras ideológicas e encontrasse o caminho para a unidade. Karol Wojtyła disse: Já falei sobre isto muitas vezes, desenvolvendo a metáfora dos “dois pulmões” com as quais devia respirar a Europa, unindo em si as tradições do Oriente e do Ocidente. No entanto, em vez do esperado espírito comunitário registamos novas divisões e conflitos. Esta situação traz para os políticos,

⁸⁸ Homília de João Paulo II durante a Missa em Gniezno..., p. 28-29.

⁸⁹ JOÃO PAULO II, „U progów Apostolskich, wizyta Biskupów polskich ad limina Apostolorum z 15.01.1993” (Nos limiares apostólicos. A visita ad limina Apostolorum dos bispos polacos em 15.01.1993), Varsóvia, 1993, p. 24.

para as pessoas da ciência e da cultura, e para todos os cristãos uma necessidade urgente de novas iniciativas que sirvam a integração da Europa.⁹⁰

No seu discurso no Parlamento da Polónia no dia 11 de Junho de 1999, o Papa sublinhou uma vez mais que a unidade deve ser construída na base de valores universais e profundamente humanistas típicos da cultura europeia, tais como a caridade, a fraternidade, a solidariedade, o respeito pela dignidade humana, bem como o respeito pelos princípios fundamentais da ética na vida pública e política. Ele exortou tanto os políticos como as pessoas da cultura e mesmo os bispos polacos a tomar novas iniciativas com vista a servir a integração europeia. – A nova unidade da Europa, se nós queremos torná-la estável – deve ser construída sobre esses valores espirituais, tendo em conta a riqueza e a diversidade de culturas e tradições das várias nações. Assim será uma grande Comunidade Europeia do Espírito. Também aqui, repito o meu apelo, já antes dirigido ao velho continente: “Europa, abre as portas a Cristo!”.

No seu discurso no *Sejm*, João Paulo II manifestou o seu apreço pelos esforços feitos “consequente e solidariamente, no sentido de restaurar a soberania polaca: na procura de um lugar seguro para a Polónia, na Europa no processo de unificação, e no mundo”. – A Polónia tem todo o direito de participar no processo geral de progresso e desenvolvimento do mundo, especialmente da Europa. A integração da Polónia na União Europeia é desde o início apoiada pela Santa Sé. A experiência histórica da nação polaca, a sua riqueza espiritual e cultural podem contribuir para o bem global e para o bem de toda a família humana, especialmente para reforçar a paz e a segurança na Europa – disse o Papa João Paulo II.⁹¹

O Papa lembrou também no *Sejm* aos políticos polacos, que a Igreja Católica se junta fortemente à sua missão, particularmente no continente europeu. Observou que o rosto espiritual da Europa resulta do esforço dos grandes missionários e dos seus mártires. Sublinhou igualmente a importância das igrejas construídas com grande dedicação e dos centros de vida contemplativa, por meio dos quais os europeus foram educados através da mensagem humanista passada nas universidades.

Falando aos deputados da Terceira República polaca, João Paulo II sublinhou que a Igreja foi criada para cuidar do crescimento espiritual dos seres humanos como criaturas sociáveis, e que tinha sido entregue na cultura europeia, um único conjunto de

⁹⁰ Discurso de João Paulo II no Parlamento da República da Polónia em Varsóvia, no dia 11 de Junho de 1999, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 8/1999, p. 54.

⁹¹ Ibidem

valores. O Papa observou que a política cultural autêntica deve reconhecer o ser humano na sua totalidade, isto é, em todas as suas dimensões – “sem abandonar a dimensão ética e religiosa pessoal”.⁹² João Paulo II declarou que a cultura europeia continuaria a ser mais pobre, se lhe faltasse a inspiração cristã. – Por isso a Igreja alerta sobre a visão redutora de uma Europa unida apenas para os aspectos económicos, políticos e a atitude não crítica face a um modelo da vida consumista. Uma nova unidade da Europa, se a queremos tornar sustentável, deve ser construída sobre os valores espirituais que no passado a formaram, incluindo a riqueza e diversidade das culturas e tradições das diferentes nações - disse o Papa João Paulo II no parlamento polaco.⁹³

No mesmo ano, em Dezembro de 1999, por ocasião do 50.º aniversário do Conselho da Europa, o Papa enviou uma carta onde se expressou de forma positiva acerca do processo de integração dos países do continente. Assinalou que o Conselho é a mais antiga das instituições europeias e começou a construção de uma nova unidade dos povos da Europa, com base nos valores morais e espirituais, “que são o património comum dos povos europeus”. – É com grande alegria que me lembro da minha visita à sede do Conselho da Europa em Estrasburgo, em 1988. No meu discurso fiz uma homenagem à perspectiva visionária dos fundadores do movimento europeu, os quais conseguiram construí-lo, por cima de divisões nacionais, rivalidades históricas e ressentimentos de longa data e, dar início à implementação de um novo projecto político, que preveu que os povos da Europa estabeleceriam uma «casa comum», com os vínculos dos inestimáveis valores do perdão, da paz, da justiça, da esperança, da cooperação e da fraternidade – escreveu o Papa João Paulo II. – O dia de hoje é uma excelente oportunidade para recordar as palavras que eu disse: “A Europa deve redescobrir-se novamente e perceber os valores comuns, que constituíram a sua identidade e que fazem parte da sua memória histórica. O princípio central do nosso património comum europeu – religioso, jurídico e cultural – é o exclusivo e intransmissível valor da dignidade humana. O Conselho da Europa, tendo em conta esta rica herança histórica, fez do anúncio e da defesa dos direitos humanos a base das suas actividades políticas. Na Declaração de Budapeste para construção de uma grande

⁹² JOÃO PAULO II, „Mensagem para a Conferência Mundial da UNESCO sobre a política cultural”, 24 de Julho de 1982, [http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents].

⁹³ Discurso de João Paulo II no Parlamento da República da Polónia..., p. 54.

Europa, una, foi afirmado o «primado dos direitos humanos como um critério de formação da [sua] política». ⁹⁴

Na sua intervenção apresentada no 50.º aniversário do Conselho da Europa, o Papa expressou o seu apoio ao processo de integração dos povos europeus e expressou a convicção de que, a unidade do continente pode ajudar a combater distorções na definição dos alvos e funções da lei, distorções essas que ocorreram no tempo dos regimes totalitários. Segundo João Paulo II os programas de ajuda deviam servir para promover “a formação e a preservação da harmonia democrática nos países que recuperaram a sua independência durante os últimos dez anos. O Conselho da Europa contribui para a eliminação das distorções e criação da verdadeira democracia”. – Estou consciente dos defeitos dos modelos sociais existentes hoje em dia, que impedem o estabelecimento da liberdade política, da igualdade e da solidariedade social e tenho profunda esperança de que o Conselho da Europa ajudará os seus países membros na realização criativa dos desafios que eles enfrentam – afirmou o Papa João Paulo II. ⁹⁵

A aproximação do referendo europeu na Polónia provocou mais intervenções do Papa sobre o processo de integração do Velho Continente. O mais activo período de envolvimento de João Paulo II no quadro da unidade europeia foi o ano de 2003, uma vez, que no início de Junho desse ano foi organizado o referendo na Polónia. Antes disto o Sumo Pontífice enviou aos seus compatriotas várias cartas tratando directamente sobre este tópico.

No ano do referendo na Polónia, foi assinado no dia 28 de Junho, uma carta apóstólica intitulada "Ecclesia in Europa", que foi uma conclusão do trabalho do Sínodo dos Bispos para a Europa em 1999. ⁹⁶ Este documento foi um dos mais importantes do Papa João Paulo II sobre o assunto do continente europeu e a sua publicação chegou no ano de 2003, o mais rico em iniciativas papais sobre a integração europeia. Apenas duas semanas depois do referendo europeu na Polónia, o Santo Padre partilhou vários pensamentos e deu indicações à hierarquia católica sobre os processos de unificação do velho continente. O Papa lembrou que os bispos com alegria assistem à abertura das nações europeias e “à integração progressiva dos países da Europa de Leste no processo de unificação”. – O desenvolvimento de relações mútuas, de cooperação e de

⁹⁴ Mensagem de João Paulo II por ocasião do 50.º aniversário do Conselho da Europa, Vaticano, 1999, in serviço da Agência Católica de Informação no dia 23.12.2002.

⁹⁵ Ibidem

⁹⁶ JOÃO PAULO II, Exortação sobre a Europa “Ecclesia in Europa”, in página da Internet do Vaticano, [http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents].

intercâmbios aos diversos níveis, constituem um passo a passo para uma nova cultura e até mesmo uma consciência europeia, que – nós acreditamos – que especialmente entre os jovens, provoca sentimentos de fraternidade e de solidariedade. Constatamos com satisfação o facto de que todos esses processos se realizam por meio democrático, de maneira pacífica e num espírito de liberdade, que respeita e valoriza as diferenças legítimas e levanta e suporta o desejo de unidade da Europa – escreveu o Papa.

No seu documento João Paulo II deixou uma descrição detalhada da ideia papal da Europa. Segundo vários autores a sua encíclica papal sobre este tema foi a mais importante obra no quadro da doutrina social da Igreja após a encíclica papal *Centesimus Annus*, publicada pelo próprio Papa no dia 1 de Maio de 1991.⁹⁷

Na sua Exortação intitulada “*Ecclesia in Europa*” o Papa várias vezes apelou à restauração dos valores no continente e à inscrição na constituição de uma futura União Europeia com referência a Deus e aos valores cristãos. João Paulo II indicou que para dar um novo impulso na sua própria história, a Europa deve reconhecer e recuperar com fidelidade criativa esses valores fundamentais, e que o cristianismo contribuiu de forma decisiva, “e que pode ser resumida como a proclamação da dignidade transcendental de ser humano, dos valores da razão, da liberdade, da democracia, do estado de direito e da separação entre a política e a religião”.⁹⁸

O Santo Padre também apelou para que as instituições europeias e os países europeus reconhecessem as Igrejas e as comunidades eclesiais, bem como outras organizações religiosas, como uma sociedade. Recordou os três princípios complementares da União Europeia, que contam para o respeito pelas instituições: o direito à livre organização de Igrejas e Comunidades religiosas, de acordo com os seus estatutos e as suas crenças; o respeito pela identidade específica das religiões e condução de um diálogo estruturado entre a União Europeia e estas tradições religiosas; o respeito pelo estatuto jurídico que igrejas e instituições religiosas já têm segundo a legislação dos Estados-Membros da União.⁹⁹

João Paulo II sublinhou que o futuro da Europa unida depende especialmente da harmonia de valores, que devem ser expressos na lei e na vida. Na opinião do Papa era

⁹⁷ WEIGEL George, “The End and The Beginning: Pope John Paul II”, Random House Audio, New York, 2010, p.585.

⁹⁸ João Paulo II lembrou na Exortação sobre a Europa que a herança cristã no continente não é apenas uma questão do passado, mas, sim do futuro. Sublinhou que continuar a passar esta herança às próximas gerações é um programa para o futuro.

⁹⁹ JOÃO PAULO II, Exortação sobre a Europa “*Ecclesia in Europa*”.

extremamente importante garantir no Tratado Constitucional da União Europeia “uma referência à herança religiosa e em particular cristã”.¹⁰⁰

O autor da Exortação afirmou que acredita que no futuro aparecerá o “espírito europeu” e que a inspiração cristã pode transcender a coletividade política, cultural e de negócios numa comunidade, em que “todos os europeus se possam sentir como na sua própria casa e criarem uma família de nações, que se poderia tornar uma inspiração para outras regiões do mundo”. O Papa João Paulo II indicou que o velho continente em estado de unificação, sendo uma realidade não uniforme, deve desenvolver um novo padrão de “unidade na diversidade, uma comunidade das nações reconciliadas”, aberta aos outros continentes e incluída no actual processo de globalização.

O Papa polaco fez notar que no que toca à abertura da União Europeia muito há a fazer por parte da Igreja. Observou que a Europa não pode estar fechada, mas deve manter uma atitude de abertura ao mundo. Sublinhou, que a Europa não pode e não deve ignorar o resto do mundo, mas pelo contrário, deve manter a plena consciência de que outros países e continentes estão à espera das suas ambiciosas iniciativas para garantir aos países mais pobres as medidas de promoção do desenvolvimento e organização social de forma a construir um mundo mais justo e fraterno. O Papa recordou também que a Europa deve envolver-se incansavelmente na construção da paz dentro das suas fronteiras em todo o mundo. Afirmou que “por um lado (...) as diferenças nacionais devem ser mantidas como a base da solidariedade europeia, e por outro lado, que a própria identidade nacional só se realiza com a abertura às outras nações e pela solidariedade para com elas”. Ao mesmo tempo, João Paulo II recordou, que a União Europeia deve estar aberta à aceitação de novos países, que aceitam o património europeu. “Podemo-nos desejar mutuamente para que este alargamento seja realizado com respeito por todos, e que sejam apreciadas as especificidades históricas e culturais, a identidade nacional e a riqueza do contributo que pode ser dado pelos novos membros, e que de uma forma madura sejam realizados os princípios da subsidiariedade e da solidariedade. É extremamente importante ter em conta que com o processo de integração a unidade não será estável, se esta for definida apenas na dimensão geográfica e económica e que esta tem que depender principalmente da harmonia de valores, que deverão ser expressos na lei e na vida – escreveu Papa João Paulo II no documento “Ecclesia in Europa”.

100

Ibidem

O documento publicado alguns meses antes do referendo europeu na Polónia indicava claramente a posição positiva de João Paulo II em relação ao processo da integração europeia. O Santo Padre exortou aos católicos e outros leitores do documento a que aspirassem à unificação. O Papa escreveu "A Europa, que se transforma numa "união", também encoraja os cristãos à unidade, para que sejam verdadeiras testemunhas de esperança. Neste âmbito é necessário continuar a expandir a inteligente troca de dons, que na última década se assumiu significativas formas de expressão. Esta troca, realizada entre comunidades com diferentes histórias e tradições, leva ao aprofundamento de laços mais duradouros entre as igrejas em vários países e conduz ao enriquecimento mútuo através de encontros, contactos e da assistência mútua. É particularmente necessário apreciar o contributo das tradições culturais e espirituais trazidos pelas Igrejas Católicas Orientais."¹⁰¹

Outro sinal claro do apoio à integração europeia dado por Papa João Paulo II foi a expectativa por ele criada de que a estrutura da Igreja Católica iria participar activamente no reforço desse processo. Na exortação apóstólica sobre a Igreja na Europa, o Papa referiu que "os organismos continentais de comunhão eclesial" que se espera que continuem a ter apoio. – Entre estes, é preciso reconhecer um lugar capital ao Conselho das Conferências dos Episcopados Europeus ¹⁰², que tem a tarefa de cuidar em escala europeia "da comunhão cada vez mais estreita entre as dioceses e as conferências episcopais nacionais, do desenvolvimento da cooperação ecuménica entre os cristãos, da remoção dos obstáculos que ameaçam a co-existência pacífica e o desenvolvimento das nações, do reforço da afectiva e eficaz unidade e da comunhão com a hierarquia", escreveu João Paulo II. ¹⁰³

O chefe da Igreja Católica também apontou para a necessidade de promover a integração europeia noutra instituição da Igreja Católica – a Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE).¹⁰⁴ No seu documento sobre a Europa o Santo

¹⁰¹ Ibidem

¹⁰² Conselho de Conferências Episcopais da Europa (CCEE - em latim *Consilium Conferentiarum Episcoporum Europae*) é uma conferência internacional que abrange episcopados dos países europeus. Nas suas sessões participam 33 presidentes de conferências episcopais. Fundado em 1965, o CCEE serve para melhorar a colaboração entre as igrejas nacionais da Europa. Representantes da Igreja polaca tiveram durante o período do comunismo dificuldades na participação neste Conselho.

¹⁰³ JOÃO PAULO II, Exortação sobre a Europa "Ecclesia in Europa".

¹⁰⁴ A COMECE foi criada em 1980 com a autorização da Santa Sé durante o pontificado de João Paulo II. A criação de uma organização laica de colaboração entre as conferências episcopais europeias e as Comunidades Europeias foi um assunto muito debatido durante a década de 70 do século XX. A Igreja polaca aproximou-se do COMECE em 1999, quando o representante da Conferência Episcopal Polaca se tornou arcebispo Henryk Muszynski, da metropolitana de Gniezno, o futuro Primaz da Polónia.

Padre expressou o seu apreço pelo trabalho desta instituição ao serviço da unidade do continente. – Seguindo o processo de reforço e alargamento da União Europeia, ela facilita o intercâmbio de informações e coordena as iniciativas pastorais de igrejas europeias que a ela pertencem – observou o Papa João Paulo II.¹⁰⁵

No final de Outubro de 2003, o Papa João Paulo II durante uma audiência para os participantes da Conferência de Ministros dos Assuntos Internos dos países da União Europeia repetiu que a União Europeia devia ser “um espaço de liberdade, segurança e justiça, em que todos se podiam sentir em sua casa”. Ele não excluiu a ideia de alargar a actividade da UE a outras regiões do mundo. O Papa sublinhou a necessidade de reconhecer a importância da religião não só em relação à defesa da vida humana, mas também na promoção da paz. “Isso exige – acrescentou o Santo Padre – a busca de novas soluções para os problemas relacionados com o respeito pela vida, com o direito da família, com a imigração; problemas que devem ser tomados não só na perspectiva europeia, mas também no contexto do diálogo com os países da região mediterrânea”.¹⁰⁶

Poucas semanas depois da reunião com os Ministros da União Europeia, João Paulo II durante um encontro com o novo Embaixador da Estónia, o país-candidato à UE, falou sobre as raízes cristãs do continente e a necessidade de referir este património na futura Constituição da União Europeia. Numa conversa com a Embaixadora Prita Kolbre, o Papa polaco admitiu que confia que o Governo da Estónia irá apoiar os esforços da Santa Sé “para garantir no Tratado Constitucional europeu o lugar devido ao cristianismo.”¹⁰⁷

O Papa, em Novembro de 2003, falou aos jovens da Europa Central e de Leste sobre uma Europa apaziguada e justa, referindo a participação numa conferência organizada em Roma pela Fundação de Robert Schuman. Karol Wojtyła mencionou ter esperança de que “a Europa Nova se torne uma construção sólida, onde vão habitar a concórdia e a justiça”. João Paulo II sublinhou, que “poderia ser injusto não aceitar o contributo dos cristãos para o colapso dos regimes totalitários”. Também apelou ao encontro de um equilíbrio entre os desafios lançados pela globalização à União Europeia, e o respeito da especificidade e da identidade de cada nação, incluindo a sua

¹⁰⁵ JOÃO PAULO II, Exortação sobre a Europa “Ecclesia in Europa”.

¹⁰⁶ O encontro de João Paulo II com os ministros no Vaticano sobre o “diálogo inter-religioso, como um factor da solidariedade social e ferramenta da paz no Mediterrâneo”, notícia in serviço de informação da KAI de 31.10.2003 intitulada „Papież: UE przestrzeni wolności i bezpieczeństwa (O Papa: a UE como um espaço da liberdade e de segurança)”, [http://ekai.pl/europa/kosciol_o/jp2/x5922/].

¹⁰⁷ “O Papa sobre as raízes cristãs da Europa”. Notícia in serviço de informação da KAI de 12.12.2003, [http://ekai.pl/europa/kosciol_o/x6187/papiez-o-chrzescijanskich-korzeniach-europy/].

história, cultura e valores religiosos. As origens da UE integram diferentes culturas, “mas é difícil negar que o cristianismo foi a raiz que a fortaleceu” – acrescentou João Paulo II. Portanto, na sua opinião, era necessário o reconhecimento explícito das raízes cristãs do continente europeu na futura Constituição da União.¹⁰⁸

A intensidade das actividades papais em 2003 e 2004 foi enorme no domínio da promoção da integração europeia e do “lobbying” a favor do *Invocatio Dei* na Constituição da União Europeia. O próprio João Paulo II mencionou isto no seu discurso dirigido à Cúria Romana por ocasião do Natal, onde o Papa lembrou novamente o facto de a Europa ter raízes cristãs. Na sua intervenção João Paulo II fez notar a sua grande actividade durante o ano 2003 no quadro do desenvolvimento do assunto europeu, através da publicação da Encíclica “Ecclesia de Eucharistia”, bem como nas exortações apóstólicas pós-sinodais “Ecclesia in Europa”, “Pastores gregis” e “Spiritus et Carta apóstólica Sponsa”. O Sumo Pontífice lembrou também o seu envolvimento no processo de unidade dos cristãos europeus através da intensificação dos contactos ecuménicos com os representantes das igrejas ortodoxas e com o Primaz da Comunidade Anglicana. – Europa! Não se pode deixar de reparar que o continente europeu viveu este ano e ainda vive uma etapa fundamental da sua história, no momento em que está a abrir as suas fronteiras a outros povos e nações. É importante que Europa enriquecida ao longo dos séculos pelo tesouro da fé cristã, confirme a sua genealogia e revitalize essas raízes. O contributo mais importante que os cristãos poderão dar é contribuir para a construção de uma Europa nova, e principalmente com a sua fidelidade a Cristo e ao Evangelho. A Europa em primeiro lugar necessita de santos e de testemunhas – disse o Papa João Paulo II.¹⁰⁹

¹⁰⁸ “O Papa sobre a Europa unânime e justa”, Notícia in serviço de informação da KAI de 07.11.2003, [http://ekai.pl/europa/kosciol_o/jp2/x5983/papiez-o-zgodnej-i-sprawiedliwej-europie/].

¹⁰⁹ Discurso de João Paulo II à Curia Romana de 22.12.2003. In notícia in serviço de informação da KAI de 22.12.2003, [http://ekai.pl/europa/kosciol_o/jp2/x6250/przemowienie-papieza-do-kurii-rzymskiej/].

C) JOÃO PAULO II E A MISSÃO DA POLÓNIA NA UNIÃO EUROPEIA

Apesar de João Paulo II ter uma posição clara sobre a presença da Polónia democrática na União Europeia, o Papa não escondia a sua opinião de que a abertura às ideias liberais da Europa Ocidental podia ter um impacto negativo na sociedade polaca.¹¹⁰ Durante a sua primeira visita à Polónia após o colapso do comunismo, em 1991, o Santo Padre lembrou que a aceitação de todas as tendências que chegam dos países da Comunidade Europeia podem levar os polacos a situações de perigo. Na sua homilia em Wloclawek, Karol Wojtyła apontou para o estilo de vida das sociedades contemporâneas europeias está mergulhado no erotismo. Sugeriu que a Polónia como um estado modelo católico deve-se opor a este tipo de padrões. João Paulo II disse durante sua peregrinação apóstólica: “Não se deviam (...) envolver em toda esta civilização do desejo e do consumo que prevalece entre nós e quer ser chamada com o nome de europeísmo (...) É esta civilização – ou melhor anticivilização de cultura? Cultura ou anticultura? (...) Pois, a cultura é tudo o que torna um homem mais humano. Não é aquilo que apenas “usa” a sua humanidade”.¹¹¹ Ao mesmo tempo o Papa alertava: “Não serve a restauração de valores do homem, empurrá-lo para tudo o que é sensual, todos esses tipos de desejo, todas as facilidades no campo dos sentidos, no campo da vida sexual, na área do consumo. Isto não serve para empurrar o homem, nem é uma medida de cultura, nem uma medida de europeísmo, a que muitas vezes se referem alguns defensores da nossa »entrada na Europa«”.¹¹²

João Paulo II preocupado com a contaminação da moral polaca indicava que é perigoso tudo o que vem da Europa Ocidental e que de forma negativa influencia a sociedade polaca. Mas apesar do Papa recordar os seus conterrâneos, as raízes cristãs do continente, por outro lado deu aos polacos a entender que parte da Europa já se afastou da religião. Durante a sua homilia papal em Varsóvia, Wojtyła observou que embora Cristo fosse criador do espírito europeu e da liberdade, mas foi colocado hoje em dia entre parênteses e começou a criar-se uma mentalidade europeia diferente. O Papa disse que esta mentalidade podia ser resumida na frase: “Temos que pensar de maneira como

¹¹⁰ DOMOSŁAWSKI Artur, “Pielgrzymka do Polski w 1991 r.” (A peregrinação à Polónia em 1991), p. 22.

¹¹¹ Homilia de João Paulo II em Wloclawek em 1991, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 6/1991, p.7.

¹¹² Ibidem

se Deus não existisse”. (...) Também isto faz parte do espírito europeu. (...) É por isso que ainda falam sobre a necessidade de uma nova evangelização.” Segundo o desejo do Papa, a Polónia católica ía estar na oposição destas tendências.¹¹³

Apesar das críticas papais a alguns aspectos da vida na Europa Ocidental, o Papa manteve posição a favor da divisão entre o Estado e a Igreja, explicando que a Santa Sé não pretende criar um estado religioso na República da Polónia. Durante a missa em Olsztyn, Karol Wojtyła lembrou que “a Igreja quer (...) participar na vida das sociedades apenas como um testemunho do Evangelho”, mas está longe de desejar dominar qualquer área da vida pública, que não lhe pertence. Ao mesmo tempo, o Santo Padre apresentou o seu próprio entendimento acerca da neutralidade ideológica do Estado.¹¹⁴ Durante a peregrinação de 1991 João Paulo II visitou Lubaczów, onde durante a homilia, disse que a exigência de neutralidade ideológica é correcta neste quadro, que o Estado devia proteger a liberdade de consciência e de religião de todos os seus cidadãos, independentemente da sua religião ou crença. – Mas o postulado para não permitir qualquer manifestação de santidade na vida social e do Estado é um postulado de ateização do Estado e da sociedade e tem pouco em comum com a ideia de neutralidade do conceito do mundo – disse o Papa.¹¹⁵

Durante a primeira visita à Polónia democrática, João Paulo II mostrou a sua posição negativa em relação à prática do aborto, uma tendência comum no Oeste europeu. O Papa apelou aos seus conterrâneos pela protecção da vida desde a concepção. Durante a sua peregrinação papal reuniu-se também com os deputados e os senadores que naquela altura preparavam um projecto de lei sobre a protecção da vida desde a concepção, e agradeceu-lhes por terem “uma atitude compatível com as crenças católicas”, e “o espírito da nação”. – Este cemitério de vítimas da crueldade humana do século, acompanha outro grande cemitério: o cemitério de crianças não nascidas, cemitério de indefesos, que o seu rosto não foi reconhecido até mesmo por sua própria mãe, aceitando ou cedendo à pressão para as suas vidas tiradas antes de nascer (...). Será que existe uma instância humana, será que há um parlamento que tem o direito de

¹¹³ Homília de João Paulo II em Varsóvia durante a peregrinação papal de 1991, in página de Internet de serviço Mateusz.pl, [<http://mateusz.pl/jp99/pp/>].

¹¹⁴ Homília de João Paulo II em Olsztyn durante a peregrinação papal de 1991, in página de Internet de serviço Mateusz.pl, [<http://mateusz.pl/jp99/pp/>].

¹¹⁵ Homília de João Paulo II em Lubaczow durante a peregrinação papal de 1991, in página de Internet de serviço Mateusz.pl, [<http://mateusz.pl/jp99/pp/>].

legalizar o assassinato de um ser humano inocente e indefeso? – perguntou retoricamente João Paulo II durante a missa papal em Radom.¹¹⁶

Segundo alguns autores o Papa polaco apesar de apoiar a presença da Polónia nas estruturas da União Europeia não se vinculava aos grupos dos pró-europeus polacos. Estes autores apontam que as elites intelectuais católicas da Polónia desiludiram João Paulo II.¹¹⁷ Apesar de no período do bispado de Cracóvia, o cardeal Wojtyła patrocinar o semanário dos progressistas católicos “Tygodnik Powszechny”, numa carta a Jerzy Turowicz por ocasião das comemorações do 50.º aniversário da revista, usou o argumento próximo dos católicos nacionais, os então oponentes de formações pós-conciliares. O Papa usou uma linguagem que nunca se tinha encontrado nas suas publicações e no seu ensino. – A recuperação da liberdade, paradoxalmente, coincidiu com um forte ataque de esquerda e grupos liberais que estavam contra a Igreja, contra os bispos e o próprio Papa. Senti isso, especialmente no contexto da minha recente visita à Polónia em 1991 – apontou João Paulo II. O Papa observou que o impacto dessas influências também se sentiu no “Tygodnik Powszechny”. – Durante este tempo difícil a Igreja infelizmente não encontrou o apoio e a defesa suficientes, que tinha o direito de esperar, “ela não se sentiu suficientemente amada” – escreveu o Santo Padre.¹¹⁸

João Paulo II também é visto através do prisma de um membro da hierarquia católica que acreditava no papel messiânico da nação polaca. De facto, os elementos do messianismo apareceram no pensamento do Papa João Paulo II durante o seu pontificado promovendo a ideia de que a Polónia foi desenhada como um país capaz de ter um papel importante no processo da nova evangelização na Europa.¹¹⁹ Também não faltam autores que observaram que o messianismo de João Paulo II se revelou através do encorajamento da sociedade a criar uma ordem económica e social na base dos

¹¹⁶ Homilia de João Paulo II em Radom durante a peregrinação papal de 1991. link

¹¹⁷ DOMOSŁAWSKI Artur, “Pielgrzymka do Polski w 1991 r.”, p.22.

¹¹⁸ A carta de João Paulo II a Jerzy Turowicz por ocasião dos 50 anos da fundação do “Tygodnik Powszechny”.

¹¹⁹ O messianismo apareceu no ensinamento de João Paulo II durante a peregrinação papal à Polónia em 1991. Jerzy Sosnowski, colunista da “Gazeta Wyborcza” escreveu: “O Papa apelou à salvação das verdades perdidas na Europa. Mas este conceito messianista esconde tentações, que é preciso apontar, pois já cedemos no passado: as pretensões da nação, que tendo muitos problemas em si própria quer ensinar os outros; um medo provinciano de tudo o que é diferente”. In página da paróquia em Turek, [http://ichtis.parafia.turek.pl/index.php?option=com_content&task=view&id=156&Itemid=84].

valores cristãos.¹²⁰ Efectivamente, o líder da Igreja Católica não apenas durante o seu pontificado mas ainda antes, costumava recorrer a argumentos relacionados com o messianismo polaco. Karol Wojtyła escreveu na carta dirigida ao Mieczysław Kotlarczyk no dia 2 Novembro 1939: “Ora a Polónia. Vejo-a da mesma maneira que tu [...] Será que nós mesmo nos libertamos? Acho, que a nossa libertação devia ser uma porta do Cristo. Penso sobre a Polónia de Atenas – mas muito mais perfeita por causa do cristianismo. E sobre a tal pensaram poetas, profetas da escravidão babilónica. A nação caiu como o Israel, pois não reconheceu o ideal messianista, o seu ideal que já foi levantado como tocha – mas não realizado!”, observou o futuro Papa.¹²¹

Nos primeiros anos após a queda do comunismo na Polónia, as opiniões de João Paulo II sobre a integração europeia não foram reveladas pelo Papa, nem aos fiéis, nem aos bispos polacos. A mudança chegou com a visita *ad limina apóstolorum* no dia 14 de Fevereiro de 1998.¹²² Naquela altura o governo polaco já estava significativamente envolvido no processo de negociações com as instituições da União Europeia sobre a futura adesão da República da Polónia às estruturas europeias. E apesar de um ano antes se ter realizado a primeira visita dos representantes da Conferência Episcopal da Polónia a Bruxelas, que incluiu o Primaz da Polónia cardeal Jozef Glemp, a hierarquia da Igreja Católica polaca raramente apresentava em conjunto as suas ideias sobre a perspectiva da adesão da Polónia à UE. Embora houvesse já evidentes divisões entre os bispos polacos que eram defensores e os bispos que eram opositores da adesão do país às estruturas europeias, o primeiro grupo incluía a maioria dos representantes da Conferência Episcopal da Polónia, e era liderado pelo arcebispo de Lublin, Józef Życiński e pelo arcebispo de Gniezno, Henryk Muszyński. No segundo grupo, por sua vez, o mais alto opositor da integração europeia era o bispo auxiliar de Sandomierz, Edward Frankowski.

No dia 14 Fevereiro de 1998 o Papa fez um discurso intitulado “A renovação do homem e da sociedade é feita pela renovação da consciência”. No parágrafo 4 do

¹²⁰ WOŁODŹKO Krzysztof, “Czy Jan Paweł II był mesjanistą”, in página de serviço www.deon.pl, [http://www.deon.pl/religia/kosciol-i-swiat/komentarze/art,781,czy-jan-pawel-ii-był-mesjanista.html], 23.07.2012.

¹²¹ Ibidem

¹²² JOÃO PAULO II, “Odnova człowieka i społeczeństwa dokonuje się za sprawą odnowy sumień” (A renovação do homem e da sociedade decorre graças à renovação de consciências) – Discurso aos bispos polacos no dia 14.02.1998, Watykan, in página de serviço [opoka.pl](http://www.opoka.org.pl), [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WP/jan_pawel_ii/przemowienia/bpi_pl3_1998.html].

referido documento, o Sumo Pontífice fez comentários sobre a reunificação do continente europeu e o lugar da Polónia neste processo. O assunto da integração europeia apareceu somente no terceiro e último discurso aos bispos no âmbito da visita *ad limina*. Na sua intervenção o Papa João Paulo II enfatizou o papel da cultura polaca na unificação do continente europeu. Assinalou que é preciso fazer tudo para que esse processo não seja reduzido apenas aos aspectos puramente económicos e materiais. O Papa recordou também a sua homilia da missa em Gniezno, durante a sua peregrinação à pátria, e observou que é necessário proteger o património espiritual fornecido pelos Países cristãos da Europa contemporânea. – Eu disse muito claramente nas homilias em Gniezno: «Para a verdadeira unificação do continente o caminho ainda está longe. Vai haver unidade da Europa, quando ela se tornar uma comunidade espiritual. Este fundamento mais profundo da unidade foi entregue à Europa e foi fortalecido pelo cristianismo com o seu Evangelho, com a sua compreensão do homem e contribuição no desenvolvimento dos povos e das nações. (...) A história da Europa é como um grande rio, onde fluem vários rios e fontes, uma diversidade que compõe a tradição e cultura é a sua grande riqueza. A base da identidade da Europa é construída sobre o cristianismo» - recordou João Paulo II.¹²³

Durante a visita *Ad Limina* em 1998, o Papa fez uma observação importante, dizendo aos bispos que “neste grande trabalho, que vai enfrentar o continente no processo de integração, não pode faltar a participação dos católicos polacos”. João Paulo II afirmou que a Europa precisa da Polónia, profundamente crente e do ponto de vista cristão culturalmente criativa, “consciente do seu papel designado pela providência divina”. – Isso, que a Polónia pode e deve servir a Europa, é essencialmente idêntico à tarefa de reconstruir a comunidade espiritual na sua própria casa, com base na fidelidade ao Evangelho. A nossa nação, que já sofreu muito no passado e particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, tem muito para oferecer à Europa, acima de tudo a sua tradição cristã e rica experiência religiosa contemporânea – observou o Papa.

Segundo João Paulo II, a Igreja Católica da Polónia por meio da integração europeia enfrenta uma grande tarefa histórica, para cuja realização são necessários a frescura missionário e o zelo apostólico. Ele apontou que os polacos devem encontrar dentro de si muita força, para que o povo polaco possa efectivamente resistir às tendências da civilização moderna, que sugerem um afastamento de valores espirituais e

¹²³

Homilia de João Paulo II durante a Missa em Gniezno..., p. 28-29.

a aproximação ao consumo ilimitado ou ao abandono dos princípios morais tradicionais da religião, virando-se para a cultura laica e relativismo moral. A cultura cristã polaca, o *ethos* religioso e nacional são valiosos locais de energia, que a Europa de hoje precisa de manter dentro das suas fronteiras e promover o desenvolvimento integral do ser humano. Neste domínio juntam-se esforços da Igreja universal e todas as igrejas locais da Europa. Cada um devia contribuir para esta grande obra com a sua cultura, tradição, experiência, fé e zelo apóstólico – disse João Paulo II no seu discurso aos bispos polacos por ocasião da visita *Ad Limina*.¹²⁴

O Papa reiterou várias vezes, que entre os benefícios da entrada da Polónia na cooperação com os países da Europa Ocidental, é que esta também tem uma missão importante a cumprir no continente – entregar um conjunto de valores. Quanto mais próximo do referendo europeu na Polónia, tanto mais as opiniões de João Paulo II se tornavam mais claramente a favor da participação polaca nas estruturas da União Europeia, sublinhando que o país tem a sua própria face espiritual, cultural e religioso. O Papa lembrou, que a sua pátria pertence ao círculo da cultura cristã ocidental há mais de mil anos, e que a Polónia foi co-criadora da Europa. Portanto, o líder da Igreja Católica lembrou aos seus compatriotas, que eles não têm de entrar na Europa, porque já vivem nela há dez séculos.¹²⁵

Os discursos do Papa feitos durante a visita *Ad Limina* indicaram claramente as linhas mestras das responsabilidades pedidas à Igreja Católica polaca na perspectiva da futura adesão da República da Polónia às estruturas da União Europeia. Mas não era apenas a hierarquia e os membros da Igreja católica que eram interpelados, mas o Papa também se dirigiu a pessoas ligadas à cultura, bem como se referiu às questões da construção da democracia e da unidade na sociedade civil. Os mais altos membros da hierarquia da Igreja Católica polaca receberam a mensagem papal como a entrega de uma missão à sociedade polaca, a qual é constituída tanto pelas autoridades civis, como pelas Igrejas cristãs e de outras confissões existentes na Polónia.¹²⁶

Especificando as novas responsabilidades que a Polónia assume, o Papa apresentou também os perigos e os desafios associados ao processo de integração

¹²⁴ JOÃO PAULO II, “Odnova człowieka i społeczeństwa...”.

¹²⁵ Comparar com a homilia de João Paulo II em Włocławek..., p.7.

¹²⁶ MUSZYŃSKI Henryk, “Wkład Jana Pawła II w budowanie jedności europejskiej – w świetle przesłania skierowanego do Polski i Polaków” (O contributo de João Paulo II na construção da unidade europeia). A palestra realizada em Roma no dia 22.02.2002 durante III Forum Internacional organizado pela Fundação de Alcide De Gasperi, in página de Internet de serviço de informação Opoka.pl, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WE/muszynski/jp2_dlaeuropy02.html].

européia. Ele sublinhou, que a Europa precisa da Polónia profundamente crente. A sua mensagem para a importante missão histórica dos polacos nas estruturas da União Europeia dirigia-se em primeiro lugar aos representantes da Conferência Episcopal da Polónia. As suas orientações significativas nesta matéria foram apresentadas pelo Papa durante a visita *Ad Limina* dos bispos polacos ao Vaticano, em Fevereiro de 1998. O Sumo Pontífice observou, que tudo com que a Polónia pode e deve servir a Europa é essencialmente idêntico à tarefa de reconstrução da comunidade espiritual, baseada na fidelidade ao Evangelho. – A nossa nação, que sofreu muito no passado, especialmente durante a II Guerra Mundial, tem muito para oferecer à Europa, especialmente a sua tradição cristã e ricas experiências religiosas contemporâneas – observou João Paulo II.¹²⁷

As peregrinações papais à Polónia em 1997 e 1999 foram para João Paulo II uma oportunidade perfeita para participar num debate sobre o futuro da Europa unida. O Sumo Pontífice falou frequentemente sobre o assunto da integração europeia e o lugar que ocupa no continente, lembrando também a história do cristianismo europeu, em que os polacos tiveram uma rica participação. Mas sobre as estreitas relações da Polónia com a Europa João Paulo II falava ainda do período em que o regime comunista dominou no seu país, ou seja, até ao final dos anos 80. No seu discurso dirigido aos peregrinos no dia 17 de Maio de 1984, no Vaticano, por ocasião do 40.º aniversário da batalha de Monte Cassino, Karol Wojtyła lembrou o papel da Igreja Católica de aproximar a Polónia à Europa. – Através do baptismo, a nossa pátria permanentemente esteve associada a Roma, à capital de São Pedro e à cultura cristã do Ocidente. Assim foi durante os primeiros mil anos da nossa história. Nós acreditamos que vai ser assim também durante os milénios seguintes, e que nada tirará a Polónia das fontes do cristianismo e da cultura cristã – disse o Papa em 1984.¹²⁸

A integração da Polónia nas estruturas europeias era na opinião de João Paulo II, não apenas uma oportunidade, mas também uma obrigação. Entre os valores espirituais com os quais a Polónia podia enriquecer a Europa, o Papa apontava a fé viva, a ligação à tradição religiosa e ao zelo dos sacerdotes polacos no trabalho pastoral.¹²⁹ Entretanto

¹²⁷ JOÃO PAULO II, Discurso aos bispos polacos por ocasião da visita ad limina Apostolorum no dia 14 Fevereiro 1998, in “Program dla Kościoła w Polsce” (O programa para a Igreja na Polónia), Znak, Cracóvia, 1998, p. 50-51.

¹²⁸ JOÃO PAULO II, Discurso aos peregrinos polacos por ocasião do 40.º aniversário da batalha de Monte Cassino, „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 5/1984, p. 17.

¹²⁹ MUSZYŃSKI Henryk, “Wkład Jana Pawła II w budowanie...”.

durante a sua visita à Polónia em 1997, João Paulo II lembrou aos seus conterrâneos sobre as tarefas que os católicos tinham perante a adesão à União Europeia. No dia 8 de Junho de 1997 durante o seu encontro com os bispos polacos, que se realizou em Cracóvia – terra natal de Karol Wojtyła, o Papa relembrou este tema. O Sumo Pontífice observou, que a Igreja católica polaca pode oferecer à Europa no processo da unificação a “ligação à fé, inspirada pela religião, pela tradição, pelo esforço dos bispos e sacerdotes, bem como outros valores, através dos quais a Europa poderia ser ajudada a ser um organismo não apenas com um bom nível económico, mas com profundidade de vida espiritual”.¹³⁰

João Paulo II via na cultura cristã polaca uma valiosa fonte de energia, que podia ajudar muito particularmente a Comunidade Europeia. Segundo o Papa, outros factores relevantes eram o *ethos* religioso e patriótico dos polacos. No entanto, colocava uma condição - neste processo deve ser respeitada a dignidade e o bem de toda a sociedade. O Santo Padre indicava, que só um esforço comum de todos os cristãos, inspirado pelo Evangelho, pode de maneira eficaz opor-se às tendências de laicização da cultura, consumismo, relativismo ético, afastamento dos valores religiosos e morais, bem como dos outros fenómenos da vida contemporânea. O Papa João Paulo II dedicou também muito tempo a falar sobre o direito à vida desde a concepção até à morte natural e muitas vezes chamou a atenção para a ameaça do aborto e da eutanásia para o futuro do continente Europeu e do mundo. No entanto, a sua atitude negativa em relação a estas questões não significava que o Papa estava contra o processo da integração europeia, como fora sugerido por vários euro-cépticos no período antes do referendo europeu na Polónia.¹³¹

O Papa polaco no seu pensamento não hesitava em apresentar um vínculo forte da Polónia com a Europa, que se mantinha através das raízes cristãs do Velho Continente. O Santo Padre por um lado, costumava sublinhar que “os fundamentos da identidade da Europa são cristãs”, e por outro lado, indicava que a fidelidade às raízes e a identidade histórica não significam um retrocesso ou a ocupação da história, mas deve ser adaptada às novas e diferentes condições que existem na Europa no tempo presente. O Papa falou sobre isto nas suas últimas palavras da peregrinação na Polónia em 1997 durante a sua despedida, em Cracóvia. – A fidelidade às raízes não significa copiar

¹³⁰ Mensagem de João Paulo II à Conferência Episcopal da Polónia de 8 Junho de 1997, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 7/1997, p. 60.

¹³¹ BAJDA Jerzy, „Co z tą Europą?” (Que tal com a Europa?), artigo in jornal „Nasz Dziennik”, 31.01.02/1.1.2003, [http://www.naszawitryna.pl/europa_704.html].

padrões do passado de maneira mecânica. A fidelidade às raízes é sempre criativa, pronta para ir ao mais profundo, aberta aos novos desafios, sensível «aos sinais dos tempos». Manifesta-se também no interesse pelo desenvolvimento da cultura, onde o fio condutor cristão esteve presente desde o início. A fidelidade às raízes significa uma capacidade de construir os vínculos orgânicos entre os valores eternos – que muitas vezes na história já foram comprovadas – e os desafios de mundo contemporâneo estão, entre a fé e a cultura, entre o Evangelho e a vida. Eu desejo aos meus compatriotas e desejo à Polónia, que desta forma consigam ser fiéis a si próprios e às suas raízes, de onde cresceram. A Polónia fiel às suas raízes. A Europa fiel às suas raízes – disse o Papa João Paulo II.¹³²

D) A EUROPEIZAÇÃO DO LESTE EUROPEU

João Paulo II assinalou em vários discursos a necessidade de uma melhor integração da República da Polónia nas estruturas comunitárias e falou sobre o lugar da Polónia na Europa unida. O Papa referiu muitas vezes, não apenas sobre a questão da integração cultural e espiritual, mas também material. Entre os numerosos textos papais sobre a questão europeia vale a pena lembrar o momento da apresentação das cartas de autenticação da Embaixadora polaca para a Santa Sé – Hanna Suchocka, bem como a ocasião da entrega a João Paulo II pela Escola Superior Rural de Varsóvia do título de doutor *honoris causa*. No primeiro evento referido, o Papa disse: „A Igreja pretende estar também presente no processo de preparação da Polónia para a completa unificação com a União Europeia. É justo o esforço para garantir que a Polónia tenha lugar dentro das estruturas políticas e económicas da Europa comum. No entanto, é necessário que exista ali como que um Estado que tem o seu rosto espiritual e religioso, a sua tradição histórica invendível, ligada desde o início ao cristianismo. Esta tradição, esta identidade nacional não pode ser abandonada. Tornando-se um membro da Comunidade Europeia, a República da Polónia não pode perder os seus bens materiais e espirituais, que foram

¹³² Discurso de despedida de João Paulo II no aeroporto de Cracóvia no dia 10 de Junho de 1997, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 7/1997, p. 71.

defendidos pelas várias gerações dos nossos antepassados com o preço do seu sangue. Na defesa destes valores, a Igreja pretende ser aliada e parceira das autoridades que regem o nosso país".¹³³

É difícil mas importante descrever o papel da Igreja Católica polaca no processo da unificação da República da Polónia com as estruturas da União Europeia. O seu papel foi definido especialmente como o dever de defender a identidade cristã, bem como a identidade nacional, que inclui tanto bens espirituais como materiais. Recebendo o título de doutor honorário pelas mãos do reitor da Escola Superior Rural de Varsóvia, o Papa assumiu a sua opinião sobre os difíceis problemas que o sector da agricultura polaca enfrentava naquela altura face à perspectiva próxima da integração na União Europeia. João Paulo II apelou aos seus compatriotas para que não esquecessem as raízes da tradição da pátria e de amor à «terra mãe», e pediu aos polacos para fazerem tudo para que "a aldeia polaca pudesse entrar com dignidade nas estruturas de uma Europa unida, com bens materiais e rica de espírito".¹³⁴

O Papa polaco apresentou também as responsabilidades específicas dos líderes da política do Estado, que serviriam para o bem material dos seus cidadãos. Durante o encontro em Gniezno com os sete presidentes da Europa Central e Oriental, João Paulo II sublinhou que os responsáveis pela política ainda continuam a ter um papel importante. – O reforço das instituições democráticas, a promoção do desenvolvimento económico, a cooperação internacional – estas metas só alcançarão o seu objectivo real quando conseguirem estabelecer um padrão de vida, que permita que o homem desenvolva todas as dimensões da sua personalidade. A sublime missão das pessoas que dirigem a política consiste em operar para que sempre seja respeitada a dignidade de cada ser humano; criando as condições propícias à estimulação da solidariedade altruísta, sem marginalizar nenhum cidadão; permitindo que todos tenham acesso aos bens culturais; reconhecendo e implementando os maiores valores humanos e espirituais; conseguindo demonstrar as suas convicções religiosas e apresentando o seu valor aos outros. Seguindo esse caminho, o continente europeu reforçará a sua unidade,

¹³³ Discurso de Jan Paweł II por ocasião da entrega das cartas credenciais do Embaixador da Polónia na Santa Sé no dia 3 de Dezembro de 2001, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 2/2002, p. 34.

¹³⁴ Discurso de João Paulo II por ocasião de recepção de título de doutor honoris causa da Escola Superior de Agricultura de Varsóvia no dia 11 de Janeiro de 2002, in “Tygodnik Powszechny”, n.º 3, 20.01.2002, p.2.

guardará fidelidade àqueles que fizeram o fundamento da sua cultura e cumprirá a sua vocação no mundo – disse o Papa João Paulo II.¹³⁵

O Papa apesar de referir os valores espirituais, religiosos e polacos, lembrava também, que estes são essenciais para a realização de outros valores. Durante a sua peregrinação a Gniezno em 1997, João Paulo II sublinhou que "a espiritualidade de Santo Adalberto pode ser como que uma placa de sinalização para alcançar estes valores, que são indispensáveis para a Europa que procura uma unidade duradoura".¹³⁶ Karol Wojtyła observou que as regras representadas em bronze nas portas da Sé em Gniezno e que tratam sobre a vida do Santo Adalberto, não perderam a sua actualidade e que "podem ser um ponto de referência também na procura de valores para uma Europa cada vez mais integrada." Os valores apresentados nas portas da Sé demonstram cenas que dizem respeito a uma vida familiar duradoura, a uma educação sólida que corresponde às necessidades da época, à colaboração pacífica do poder religioso e secular para o bem comum da sociedade, variedade em função da situação histórica, e especialmente uma fé viva e um testemunho da vida cristã.¹³⁷

O Papa João Paulo II anteviu para os cidadãos da Polónia um futuro melhor, não apenas na esfera da liberdade de consciência, mas também a possibilidade de promover a religião. Por vezes referiu-se igualmente à situação económica e social do país, falando para profissões específicas. Entre os argumentos que aparecem nos seus discursos esteve a tentativa de encorajar a abertura aos outros países europeus. O Sumo Pontífice quis incentivar os seus conterrâneos a abrir a possibilidade de garantir à sua pátria um futuro económico melhor no quadro da cooperação com a Europa no processo da integração.¹³⁸

Durante os discursos papais sobre o futuro da Polónia dominava também a preocupação do Papa sobre a estabilização política do país. João Paulo II várias vezes reiterava o mérito da Igreja polaca no esforço para estabilizar a liberdade na sua terra natal, indicando os valores cristãos como uma base para o sucesso futuro da República da Polónia.¹³⁹ Segundo vários autores, é difícil refutar a tese que defende que a Igreja

¹³⁵ Homília de João Paulo II durante a Missa em Gniezno..., p. 30.

¹³⁶ Discurso de João Paulo II no fim da missa papal em Gniezno no dia 3 de Junho de 1997, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 7/1997, p. 29.

¹³⁷ MUSZYŃSKI Henryk, “Wkład Jana Pawła II w budowanie...”.

¹³⁸ Discurso de João Paulo II no Parlamento..., p.54.

¹³⁹ Discurso de João Paulo II no dia 19 de Maio de 2003, in artigo “25 anos de encontros com os polacos – reflexo da história dos últimos 25 anos da Polónia, Europa e Igreja, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WP/jan_pawel_ii/przemowienia/polska_ue_19052003.html].

Católica polaca e especialmente a pessoa do Papa João Paulo II, tiveram realmente um impacto substancial na queda do comunismo na Polónia e no enfraquecimento significativo da influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Europa Central e de Leste. O efeito de dominó iniciado com as conversações da Mesa Redonda na Polónia, provocada pelos bispos polacos¹⁴⁰, realizou-se poucos meses depois da queda do comunismo no país do Papa e logo também nos outros ex-estados-membros da URSS. Logo depois da Polónia, as ditaduras comunistas de dentro do Império do Oriente entraram em erosão, tendo em 1990 saído da URSS os três Estados Bálticos, com a Lituânia católica e logo depois tendo-se separado do poder de Kremlin a Bielorrússia e a Ucrânia. Os novos vizinhos da República da Polónia não ficaram de fora dos processos de mudança que ocorreram no país de Karol Wojtyła, onde a nova liderança democrática, derivada do movimento social cristão Solidariedade, se direccionou para a integração nas estruturas da Aliança Euro-atlântica e da Comunidade Económica Europeia.

Nos novos países democráticos da Europa Central e de Leste a situação da Igreja Católica normalizou gradualmente. Poucos meses depois da queda da ditadura comunista na Polónia, o Vaticano começou a restabelecer as relações diplomáticas com outros países desta região do continente. Entre Fevereiro e Abril de 1990 foi celebrado um acordo entre a Santa Sé e a República da Hungria, depois da União Soviética e da Checoslováquia. Em Maio do mesmo ano, houve um reatamento das relações diplomáticas com a Roménia e em Dezembro de 1990 com a Bulgária. No segundo semestre de 1990, o Papa João Paulo II reuniu-se em audiências privadas com Lech Wałęsa e com Mikhail Gorbaczow. Nos meses seguintes foi continuada a política de estender os acordos entre o Vaticano e os outros países eslavos da Europa Central e Oriental, que pouco a pouco estavam a adquirir a independência e a sair das ditaduras comunistas da União Soviética e da Jugoslávia. No dia 8 de Fevereiro de 1992, a Santa Sé estabeleceu relações diplomáticas com a Eslovénia, a Croácia e também com a Ucrânia.

Juntamente com a restauração das relações bilaterais com os países do antigo bloco de Leste, o Vaticano começou a colocar ali também os seus nuncios apóstólicos, em cuja escolha o Papa João Paulo II teve grande influência. Ele próprio não apenas monitorizou o processo da consolidação das estruturas da Igreja nos territórios do antigo

¹⁴⁰ FRISZKE Andrzej, "Nineteen Eighty-Nine. Polish path towards freedom", Wydawnictwo Sejmowe, Varsóvia, 2009, p. 82-104.

inimigo que lutou contra os católicos mais de 45 anos, mas pessoalmente entrava em novos Estados da Europa Central e Oriental. Em Abril de 1990, o Papa realizou a sua visita à Checoslováquia, e um ano mais tarde visitou a cada vez mais democrática Terceira República da Polónia.

As peregrinações papais às Repúblicas do Báltico: Lituânia, Letónia e Estónia foram de extrema importância nas relações da Santa Sé com os países independentes da antiga União Soviética. O acontecimento teve lugar entre 4 e 10 de Setembro de 1993. João Paulo II chegou à Lituânia poucos dias após o último soldado soviético deixar este país. O envolvimento do Papa no reconhecimento da independência perdida com a II Guerra Mundial, revelou-se a partir de 1993 durante a visita da Santa Sé. Neste país com povo na sua maioria católico, a visita e o apoio do Papa foram muito importantes, sendo a visita papal um símbolo da fé e da liberdade. O Papa manteve-se em estreito contacto com os bispos lituanos, bem como com os católicos locais. Desta forma, João Paulo II conseguiu ganhar nesta ex-república soviética uma grande popularidade.¹⁴¹ Segundo o Bispo Jonas Ivanauskas, o Papa era a pessoa mais amada pelos Lituanos nos últimos 30 anos. – O Papa polaco foi para nós muito próximo ainda no tempo em que os lituanos estavam sob a ocupação soviética. Na altura em que foi celebrado o aniversário dos 600 anos do Baptismo da Lituânia, e em que ele beatificou padre Jerzy Matulewicz, e que lembrava o Santo Casimiro, o padroeiro do nosso país, não só em Roma mas acima de tudo em visita à Polónia – observou o bispo lituano.¹⁴²

A política e a actividade do Vaticano durante o pontificado do Papa João Paulo II, enfraquecia a influência do comunismo, o que preocupava uma parte da sociedade na União Soviética, que com o colapso do bloco comunista perdeu antigos privilégios e que não se identificava com o pensamento patriótico renascido nas novas repúblicas. As razões para o afastamento da diplomacia do Vaticano mantido pelos políticos russos eram óbvias, especialmente para aqueles que não estavam próximos da ideia de uma Rússia democrática. Na opinião de muitos especialistas, existia um grande risco de que, da mesma forma que a Igreja Católica contribuiu para o colapso das ditaduras comunistas nos países da Europa Central e Oriental, podia conduzir à erosão dos regimes autoritários da Rússia.¹⁴³

¹⁴¹ IKONOWICZ Mirosław, “Litwa: Obchody 15-lecia pielgrzymki Jana Pawła II na Litwę” (Lituânia: Celebrações de 15.º aniversário da visita de João Paulo II à Lituânia), in serviço da Agência de Informação Polaca, 07.09.2008. [www.pap.pl].

¹⁴² Ibidem

¹⁴³ A ideia representada por George Weigel, Timothy Garton Ash, Norman Davies, entre outros.

Houve várias críticas, acusações e mesmo acções contra o Papa polaco e a Igreja Católica por parte das autoridades russas no período pós-comunista. A Igreja Ortodoxa libertada da longa perseguição comunista, também manteve uma atitude negativa perante os representantes dos católicos. Nos primeiros anos após a queda da União Soviética especialmente os hierarcas do Patriarcado de Moscovo acusaram o Vaticano de “actividades de armadilha” nas áreas “tradicionalmente pertencentes à influência da Igreja Ortodoxa”, servindo somente os alvos do proselitismo. Quanto mais próximo da entrada da Polónia na União Europeia, as alegações do Patriarcado do Moscovo sobre o “proselitismo católico” tornaram-se mais frequentes. Especialmente o Patriarca de Moscovo, Aleksjej II, acusou o Vaticano de tentativas de puxar para “o seu lado” cidadãos da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia Oriental. O culminar da tensão entre a Igreja Ortodoxa russa e a Igreja Católica ocorreu em Junho de 2001, por ocasião da visita papal à Ucrânia, bem como alguns meses mais tarde, na sequência do estabelecimento pela Santa Sé das estruturas administrativas das dioceses católicas no território da Federação Russa.

Os sentimentos anti-vaticano estiveram também presentes na vizinha Bielorrússia, cuja autoridade por causa dos laços estreitos com a Rússia e ligações com o Patriarcado de Moscovo adoptaram uma política semelhante em relação à Igreja Católica. Sem dúvida, esta situação foi influenciada pela ligação estrutural da hierarquia – o Exarca de Minsk Filaret, subordinado ao Patriarca de Moscovo, Aleksiej II, e membro do Santo Sínodo da Igreja Ortodoxa Russa.

O colapso da União Soviética contribuiu para a criação de um Estado independente na Bielorrússia, a primeira vez na história desta nação. O território da nova república foi dominado pelos residentes, principalmente ortodoxos de origem bielorrussa, russa e ucraniana, bem como pela minoria católica, constituída na sua maior parte por polacos e lituanos. De uma forma relativamente rápida estes terrenos foram naturalmente “ocupados” pelo clero da Igreja Ortodoxa, cujos representantes muitas vezes afirmavam que a tradição ortodoxa supera a confissão católica na Bielorrússia e tem prioridade por causa da alegada dominação nestas áreas da população de origem ortodoxa.

Na Bielorrússia existiram também obstáculos de natureza política. A tomada de posse do Presidente Stanislaw Szuszkiewicz e o curso inicial de Minsk em política externa na direcção do Oeste, depois de ganharem a independência, foi travado por grupos com ideias de retrocesso à União Soviética. A jovem democracia bielorrussa no

período de transição teve de enfrentar uma série de dificuldades políticas e económicas com grande impacto sobre a perda parcial de soberania e na escolha da opção do regime pró-russo de Alexander Lukashenko. Logo no início do período da independência reapareceu em larga parte da sociedade um saudosismo relativamente ao antigo império soviético. A fraqueza do espírito nacionalista dos bielorrussos aprofundou o fenómeno de aproximação a Moscovo, especialmente entre os residentes de origem russa que residiam na Bielorrússia. Apoiado pelo Kremlin, Alexander Lukashenko tomou o poder em 1994, apenas três anos depois da Bielorrússia deixar as estruturas da União Soviética e começar a firmar uma aliança com a Rússia. Uma das primeiras acções do ditador foi a tentativa de enfraquecer a influência da Igreja Católica na Bielorrússia e da minoria polaca deste país.

No entanto, ao longo do tempo, o ânimo de promover a integração na União Europeia tornou-se cada vez mais fraco na sociedade bielorrussa. As autoridades deste país, especialmente o presidente Lukaszenko, várias vezes acusaram a UE de alimentar na oposição bielorrussa resistência face ao poder legítimo e de tentativas de enfraquecer a economia nacional. No início do século XXI a maioria dos habitantes da Bielorrússia dava o seu apoio ao processo da integração, mas não com a União Europeia. Os bielorrussos preferiam relações mais próximas com a Federação Russa. Em sondagem realizada pelo Laboratório Nowak em Abril de 2001, 59,9% da população da Bielorrússia era a favor do processo intenso de reunificação com a Rússia e 17,2% eram contra a integração destes dois países. Num eventual referendo, 57,6% dos bielorrussos iriam votar a favor da unificação da Bielorrússia com a Rússia num Estado comum, e apenas 25,6% das pessoas iriam votar contra esta solução. Segundo Agata Wierzbowska-Mizaga do Centro de Estudos de Leste (Ośrodek Studiów Wschodnich), a atitude pró-russa na sociedade bielorrussa foi reforçada continuamente pela propaganda oficial do Estado, através dos meios de comunicação social, bem como pela hierarquia ortodoxa bielorrussa submissa ao Patriarcado do Moscovo.¹⁴⁴

O diálogo realizado pelos membros da hierarquia da Igreja Católica na Rússia e Bielorrússia foi frequentemente cercado por suspeitas de representantes da Igreja Ortodoxa, que além de acusações de proselitismo faziam também acusações aos sacerdotes polacos que trabalhavam neste território de promover a oposição democrática entre a minoria polaca na Bielorrússia. As acções do Papa João Paulo II no quadro do

¹⁴⁴ WIERZBOWSKA-MIZAGA Agata, “Białoruś – “najdalszy” sąsiad UE” (Bielorrússia – o mais distante vizinho da UE), in “Zeszyty Europejskie”, Centrum Europejskie Natolin, vol.3, Varsóvia, 2004.

ecumenismo também não foram bem recebidas pelos sacerdotes ligados ao Patriarcado de Moscovo. A resistência da Igreja Ortodoxa russa foi a principal razão para a não realização das visitas do Papa à Rússia, apesar das várias tentativas feitas pela Santa Sé. Um dos maiores sonhos do chefe da Igreja Católica foi bem do conhecimento não apenas dos bispos, mas também de alguns diplomatas e políticos polacos. Adam Rotfel, ex-ministro de negócios estrangeiros da Polónia lembrou-se que numa visita realizada em 1999, o Papa João Paulo II esteve muito focado no assunto da Rússia. – Pensei que íamos falar sobre assuntos ligados às minhas tarefas daquele altura, como os problemas da segurança internacional e o controle das armas, mas o Papa estava interessado especialmente no assunto da Rússia e das Igrejas orientais. E falámos mesmo sobre isto. O Santo Padre perguntou-me também detalhadamente sobre a atitude dos russos face a Michail Gorbaczow.¹⁴⁵ Respondi, que ele estava muito mal visto na Rússia e que o povo deste país o responsabilizava pela sua muito difícil condição de vida. O Papa respondeu: É pena, pois este homem é de facto uma grande figura na história da Rússia, e ele próprio tirou esta nação de um regime desumano – disse Adam Rotfeld.¹⁴⁶

Nos primeiros anos após o colapso da União Soviética, as autoridades da Federação Russa estiveram positivamente viradas para o diálogo com o Vaticano. Ao contrário da Igreja Ortodoxa Russa Cerkwii, que depois de muitos anos de presecução e enfraquecimento pelos comunistas, era bastante débil nos antigos terrenos da fé ortodoxa. Já no tempo da presidência de Boris Yeltsin as acusações de proselitismo contra os católicos começaram a ser bastante comuns. Os representantes do Patriarcado de Moscovo acusavam os sacerdotes da Igreja Católica de acções missionárias de conduta consciente em "áreas dos outros" e "tentativas de dominação do povo ortodoxo". Assim, o diálogo ecuménico com a Igreja Ortodoxa na Rússia, Bielorrússia e Ucrânia foi extremamente difícil para a Santa Sé.

Segundo alguns especialistas, a preocupação da hierarquia ortodoxa com a "possibilidade de proselitismo" por parte dos católicos e uma grande desconfiança mostraram o trauma do Patriarcado de Moscovo, que poderá ter a sua origem na história difícil da Igreja Ortodoxa no Leste. – Tudo o que aconteceu durante muitos anos de destruição da Igreja, também precisa de muitos anos de recuperação. A Igreja russa

¹⁴⁵ Segundo Michail Gorbaczow, o Papa Joao Paulo II foi um dos actores principais que ajudaram a chegar ao final da Guerra Fria, ver: George Weigel, "Testemunho de Esperança. A Biografia do Papa João Paulo II", Bertrand Editora, Lisboa, 1999. p.10

¹⁴⁶ ROTFELD Adam, "Niebawem minie rok...".

sente-se fraca. O catolicismo está forte, organizado e provou ser atraente para os jovens. Acho que esta é a principal razão pela qual os membros da hierarquia da Igreja Ortodoxa Cerkwii temem a abertura ao ecumenismo. Uma Igreja mais forte seria muito mais aberta ao diálogo. Com o fortalecimento da espiritualidade da Igreja Ortodoxa ela vai tornar-se cada vez mais aberta ao diálogo – observou o ex-ministro dos negócios estrangeiros da Polónia, Adam Rotfeld.

O caso romeno, na opinião do diplomata polaco, mas sem a concordância de outros especialistas, leva a pensar que as dificuldades do passado não podem desculpar a atitude negativa face às outras tradições cristãs. Na Roménia, apesar da Igreja Ortodoxa ter sofrido no período do comunismo, durante a transição para a democracia verificou-se uma grande abertura da hierarquia local ao diálogo no quadro de ecumenismo.

Segundo outros especialistas, a culpa das más relações entre a Igreja Católica e Ortodoxa na Europa de Leste deve-se à estreita cooperação social, política e económica entre o Patriarcado de Moscovo e o Kremlin.¹⁴⁷ Entretanto, na Roménia não houve relações tão fortes entre o poder político e as estruturas eclesiásticas como na Rússia e Bielorrússia. Enquanto isso, o Patriarca de Moscovo, particularmente durante a Presidência de Vladimir Putin, fechou-se ao diálogo ecuménico e aumentou o seu apoio ao Kremlin. Uma parte dos intelectuais e dos políticos russos acusaram o Papa João Paulo II de através das estruturas eclesiásticas manter a população polaca nos terrenos dos antigos estados-membros da União Soviética.

Simultaneamente outros comentadores observaram, no entanto, que o Papa representava nestes territórios mais os interesses dos católicos do que dos polacos. Sergei Byczkow no jornal "Moskowskij Komsomolets" salientou o mérito de João Paulo II ao nível da organização da Igreja Católica durante o período da sua confusão no Ocidente. O colunista russo observou que Karol Wojtyła neste trabalho “foi mais Papa do que polaco”. Segundo Byczkow, os dois principais motivos para o impasse nas relações entre Roma e Moscovo na última década do pontificado foram o conflito entre os greco-católicos e os ortodoxos na Ucrânia Ocidental e as "intrigas" anti-católicas de Cyril Gundiadjew, o hierarca metropolitano de Smolensk e Kaliningrado. Segundo o

¹⁴⁷

Alexei II, o líder do Patriarcado de Moscovo fez parte de publicidade da empresa estatal Lukoil.

autor, este representante da Igreja Ortodoxa russa fazia tudo para evitar a organização do encontro em 1997 entre o Papa e o Patriarca de Moscovo em Viena.¹⁴⁸

Na elite russa, bem como entre as mais importantes autoridades do Patriarcado de Moscovo, o Papa era visto principalmente como "o polaco", que chefiou a instituição do Ocidente, ou seja, a inimiga da Rússia. Os intelectuais e colunistas que apoiaram a ideia da Grande Rússia procuravam "em todo o lado intrigas polacas" e recebiam o apoio pelos vários dignitários do Patriarcado de Moscovo, como por exemplo, o Metropolita Cyril Gundiayew. Em Novembro de 2005, ele disse na televisão pública "Rossiya" que os polacos durante o tempo das Grandes Dificuldades¹⁴⁹ no início do século XVII fizeram na Rússia mais danos do que a Alemanha de Hitler em meados do século XX.¹⁵⁰

A atitude negativa do Patriarcado de Moscovo em relação ao diálogo com a Igreja Católica foi especialmente visível durante a visita de João Paulo II à Ucrânia em 2001, quando o Patriarca Alexei II mais uma vez se recusou a aceitar enviar o convite para o Papa poder visitar a Rússia, mas ele próprio organizou uma peregrinação que competia com a viagem apóstólica do Sumo Pontífice no sul da Bielorrússia. O caminho deste evento espontâneo do Patriarca de Moscovo passou muito perto da fronteira com a Ucrânia e segundo vários especialistas o objectivo era mostrar ao Papa quem é o "legítimo dono" das terras localizadas a leste do rio Bug. Curiosamente, a peregrinação papal na Ucrânia, apesar de ter distanciado os líderes do Patriarcado de Moscovo do Vaticano, não causou, no entanto, uma má percepção acerca de João Paulo II na sociedade russa.¹⁵¹

João Paulo II foi muito dedicado ao caso da independência do povo ucraniano. O Papa já em 1991 falou sobre esta nação. Naquele ano recordou publicamente que os

¹⁴⁸ PRZEBINDA Grzegorz, "Jan Paweł II nie zdobył Kremla" (João Paulo II não conquistou o Kremlin), in "Gazeta Wyborcza", 15.12.2006, [http://www.rubl.uj.edu.pl/pracownicy/fiszka.php?os=01_przebinda&jed=KKS&opis=przeb_gwl&w=1].

¹⁴⁹ Tempo de Dificuldades foi um período da história russa que compreende os anos de intervalo entre dois monarcas: o último dos Rurikides de Moscovo, o Tsar Feodor Ivanovich, em 1598 e o estabelecimento da Dinastia Romanov em 1613. A Polónia e Suécia influenciaram a escolha de monarca russo.

¹⁵⁰ PRZEBINDA Grzegorz, "Jan Paweł II nie zdobył...".

¹⁵¹ Segundo a sondagem do Centro de Jurij Lewada, realizado em Julho de 2001, ou seja, logo após a peregrinação à Ucrânia, a maioria dos russos – incluindo aqueles que se definiram a si próprios como "ortodoxos" – não achou mal que o Papa tenha decidido visitar Kiev e Lviv. Na pergunta, se João Paulo II no seguimento da sua visita devia visitar também a Rússia, 61 por cento ia ficar satisfeito com a visita, contra estavam apenas 29 por cento. As proporções mudaram com a pergunta, se a peregrinação papal era conveniente caso a Igreja Ortodoxa Russa se opusesse, o grupo dos apoiantes emagreceu para 31 por cento do total e o peso de oponentes cresceu até aos 43 por cento.

ucranianos têm uma grande vontade de adquirir a independência, tal como os Bielorrussos. O legítimo direito dos ucranianos à independência foi apontado ainda mais fortemente em Junho de 2001 durante a sua peregrinação a Kiev e a Lviv. Não há dúvida que aquela visita apóstólica fez muito para o reforço da consciência nacional e europeia dos ucranianos, e que em seguida se iria apresentar em pleno vigor durante a Revolução Laranja na Ucrânia em 2004.

No entanto, a questão ucraniana não piorou as relações entre o Patriarcado de Moscovo e a Santa Sé, da mesma forma como aconteceu no caso do estabelecimento do dia 11 de Fevereiro de 2002 pelas dioceses católicas no território da Federação Russa. Naquele dia o Papa João Paulo II erigiu quatro administraturas apóstólicas para os católicos de rito romano neste país, tornando-as dioceses. À frente da Arquidiocese Católica Romana da Mãe de Deus, com sede em Moscovo o polaco Tadeusz Kondrusiewicz tornou-se arcebispo. Um outro bispo da Polónia, Jerzy Mazur, foi enviado para a Diocese de São José, com sede em Irkutsk. Conforme informou o Vaticano, a decisão acerca das novas estruturas ocorreu com a normalização da situação da Igreja Católica na Rússia e a realização do direito da liberdade de consciência, factores constitutivos da base para a dignidade humana.¹⁵² A criação das dioceses e a escolha dos seus bispos polacos foram na Federação Russa recebidos como uma nova aliança entre a Santa Sé e o expansionismo polaco, com raízes ainda na época da dinastia Jaguielónica.

O problema da missão católica na Rússia apareceu, no entanto, logo após a dissolução do Bloco do Leste. No dia 13 de Abril de 1991 o Vaticano estabeleceu, ainda no período de declínio da União Soviética, três administraturas apóstólicas. Estas estruturas iriam manter a autoridade espiritual e administrativa sobre os católicos romanos na parte europeia da Rússia, bem como na Sibéria e no território do Cazaquistão. O Papa durante a sua peregrinação à Polónia, em Junho de 1991, expressou grande optimismo sobre esta questão, dizendo: "Queremos que a iniciativa da Santa Sé, que às vezes é chamada de "iniciativa do instante", por pessoas que manifestam uma certa preocupação de que esta iniciativa seja implementada demasiado rápido, em vez de ser realizada em espírito de diálogo e cooperação ecuménica."¹⁵³

¹⁵² BONIECKI Adam, „Koniec prowizorki” (O fim do provisório), in „Tygodnik Powszechny”, n.º 8, 24.02.2002, p.1.

¹⁵³ Homilia de João Paulo II durante oração ecumenica em Varsóvia, 9.06.1991, in página de Internet www.mateusz.pl, [<http://mateusz.pl/jp99/pp/>].

As esperanças papais foram, no entanto, erradas, porque a Igreja Ortodoxa na Rússia reconheceu esta iniciativa do Vaticano como um acto de violação do seu território canónico, o que resultaria com a retirada de fiéis da fé ortodoxa. A transformação de administraturas em dioceses em 2002 contribuiu para dificuldades nas relações entre o Vaticano e a Rússia para o resto período do pontificado do Papa João Paulo II. As autoridades estatais e religiosas da Federação Russa reagiram rapidamente perante o estabelecimento das dioceses católicas. Apesar de uma tensa campanha de difamação contra o Papa e os bispos católicos nos meios de comunicação social do governo, foram usadas formas raras em países democráticos de tratar a hierarquia da Igreja. No dia 19 de Abril de 2002, o novo Bispo de Irkutsk, Jerzy Mazur, no regresso à sua diocese foi detido no aeroporto de Moscovo e enviado à força no mesmo dia para a Polónia. Desde então, ficou na sua terra natal, onde liderou a Diocese de São José, em Irkutsk, até ao dia 17 de Abril de 2003. Em seguida, Jerzy Mazur foi nomeado pelo Papa João Paulo II Bispo da Diocese de Ełk, na Polónia.¹⁵⁴

Hoje em dia é possível ver que neste conflito de 2002 estiveram em confronto duas razões diferentes e sensibilidades distintas. A Santa Sé após a queda do comunismo ganhou pela primeira vez na história uma possibilidade de “tomar conta” de todos os católicos que viviam no território histórico com maioria de fiéis de tradição ortodoxa na Rússia. Mas estas circunstâncias foram reconhecidas pela hierarquia do Patriarcado de Moscovo, tal como pelos conhecidos intelectuais russos, como Solzhenitsyn, como uma tentativa do Vaticano de retirar fiéis da Igreja Ortodoxa.¹⁵⁵

Havia também outros obstáculos para melhorar a relação entre o Vaticano e a Igreja Ortodoxa Russa, como por exemplo, a forte ligação entre o Patriarcado de Moscovo e o Kremlin, liderado por antigos oficiais dos serviços secretos soviéticos. Ambas estas autoridades acreditavam na possibilidade de restaurar uma Rússia forte no palco internacional, semelhante à potência da União Soviética. Para muitos especialistas estas circunstâncias deixavam certo, que durante o pontificado do Papa polaco não haveria possibilidade de aproximar estas duas confissões cristãs. Por outro lado, João Paulo II estava consciente de que o poder de Vladimir Putin, na Rússia e de Alexander Lukashenko, na Bielorrússia, serviam as tentativas russas de tentar dominar no futuro próximo a Ucrânia, levando à intensificação do processo de renovação do império da

¹⁵⁴

Substituiu-o o bispo católico Cyryl Klimowicz do Cazaquistão.

¹⁵⁵

PRZEBINDA Grzegorz, “Jan Paweł II nie zdobył...”.

União Soviética, falido em resultado da transformação democrática decorrido na Europa Central e de Leste no início dos anos 90.¹⁵⁶

A intensa cooperação entre a maioria das repúblicas da antiga União Soviética no âmbito da Comunidade de Estados Independentes, tornou-se um facto. Nestas circunstâncias, ao longo do tempo começaram a aparecer mais frequentemente nos documentos do Vaticano os sinais de maior apoio e cooperação na integração entre países da Europa Ocidental e Central. Em 1995, a Comunidade Europeia ficou mais alargada com os três novos membros: Suécia, Finlândia e Áustria, de tradição católica. Parece que um dos estímulos, que influenciou um maior interesse por parte de João Paulo II à participação no debate público sobre a integração da Europa foi naquela altura o aumento de encontros entre políticos polacos e representantes da Comunidade Europeia no quadro de negociações sobre a futura adesão da República da Polónia às estruturas europeias.

Depois de entrada em vigor o Pacto Europeu¹⁵⁷ a pátria do Papa tornou-se oficialmente um candidato à entrada na CE. O Papa observava com grande interesse o processo de negociações e o início do debate público na Polónia, mas também a realidade europeia, especialmente no quadro sócio-político, como sendo este o futuro ambiente onde iriam viver os seus compatriotas. João Paulo II também se interessava pela situação nos países não integrados na Comunidade Europeia. O Papa falava cada vez mais sobre a necessidade de participação dos países de tradição católica nas estruturas europeias, como é o caso da Polónia, da Lituânia e da Eslováquia. Certamente que para o Papa também a intensificação do processo de unificação dos países da Europa Ocidental teria impacto sobre a promoção da integração através da sucessiva criação de instituições fortes, de carácter transnacional. Sem dúvida que o cada vez mais intenso processo de integração teve influência no pensamento positivo de Karol Wojtyła acerca do alargamento europeu. Estruturas europeias cada vez mais fortes e eficazes, sendo instituições capazes de resolver vários problemas num ambiente democrático, seriam suficientes para mostrar estabilidade no processo de aproximação dos países da Europa Ocidental e Central.

Não é difícil notar na política do Papa João Paulo II, no que se refere às ex-repúblicas do antigo Bloco de Leste, tendências parecidas com as encontradas no

¹⁵⁶

Ibidem

¹⁵⁷

No dia 16 de Dezembro de 1991 a Polónia assinou o Tratado Europeu de Associação, tornando-se uma espécie de país associado às Comunidades Europeias. O tratado entrou em vigor no dia 1 de Fevereiro de 1994.

pensamento de Jerzy Giedroyc. O colunista polaco, fundador da revista "Cultura" publicada em Paris desde 1947, apresentava na sua revista mensal assuntos ligados à situação socio-política da Polónia e dos países vizinhos. Nas páginas da revista, Jerzy Giedroyc em 1974 apresentou em conjunto com Juliusz Mieroszewski, um conceito segundo o qual a soberania da Ucrânia, da Bielorrússia e da Lituânia era um factor propiciador da independência da República da Polónia. De acordo com esta ideia, a dominação russa sobre estes países abria também caminho à perda da soberania dos polacos.¹⁵⁸

Com base nesta ideia formulada por Giedroyc e por Mieroszewski, alguns anos mais tarde vários ambientes políticos da Polónia orientaram a sua política em função dos países vizinhos da Europa Oriental. Depois de 1989, a ideia de Jerzy Giedroyc de construção de relações com a Europa Central encontrava solo cada vez mais fértil na Polónia e ganhava mais apoiantes. Após o colapso da União Soviética e aparecimento de países independentes como a Lituânia, a Ucrânia e a Bielorrússia, a ideia de Giedroyc perdeu temporariamente a sua importância por causa do curto processo de democratização da Rússia. Mas logo se tornou visível com a mudança para o novo Presidente Vladimir Putin, que desde 2000 se realizava no Kremlin uma nova política de tentativa de reconstrução da influência de Moscovo nas antigas repúblicas soviéticas e nos ex-Estados membros do Bloco de Leste, política esta que tendo-se desmontado em 1989, voltou novamente a ganhar importância na Polónia. A convicção de Jerzy Giedroyc de que a potencial ameaça do Kremlin nos países, ex-membros do Conselho para a Assistência Económica Mútua (COMECON), tornou-se ideia comumente aceite a restauração em Moscovo de uma tendência da posição imperial da Rússia, como herdeira dos remanescentes da antiga União Soviética.

Apesar de Jerzy Giedroyc não ser muito ligado à Igreja Católica, recebeu a eleição de Karol Wojtyła na função de Papa como um indicador de possível desrussificação da Europa Central e Oriental. O intelectual polaco escreveu na revista mensal "Cultura", que a escolha dos bispos católicos abria entre os cristãos, não só na Polónia, mas em todo o Bloco a Leste, uma enorme esperança. A Revolução bem-sucedida do "Solidarność" na Polónia e o colapso de outros regimes comunistas em 1989-1990, bem como finalmente o desmantelamento da União Soviética deixaram a esperança da implementação da ideia de Giedroyc. No entanto, segundo alguns autores,

¹⁵⁸ GIEDROYĆ Jerzy, MIEROSZEWSKI Juliusz, "O +complexo polaco+ da Rússia e o terreno de ULB", in „Kultura”. n.º 9/1974, p.3.

como Grzegorz Przebinda, o Vaticano dava demasiado apoio ao Papa polaco na implementação do plano de "conquistar o Kremlin", e Moscovo fez tudo para não o permitir.¹⁵⁹

De facto, apesar dos intensos esforços diplomáticos da Santa Sé, o Papa João Paulo II nunca foi convidado a visitar a Rússia. Mesmo que supostamente anunciado por Vladimir Putin durante a sua audiência no Vaticano em 2000, o convite nunca foi feito. O Presidente da Federação Russa explicou que o obstáculo era a falta de vontade por parte dos líderes do Patriarcado de Moscovo.¹⁶⁰

Segundo muitos autores, as elites políticas da Rússia e as autoridades do Patriarcado de Moscovo estavam preocupadas com um possível enfraquecimento da sua posição causada por uma eventual visita de João Paulo II à Federação Russa. As elites políticas russas estavam particularmente preocupadas com o facto de que o Papa poderia lembrar-se de apelar ao respeito pelos direitos humanos, cada vez mais limitados após a chegada ao poder de Vladimir Putin. Por sua vez, os líderes espirituais da Igreja Ortodoxa Russa olhavam para João Paulo II não apenas como o maior representante da Igreja Católica, mas como um potencial concorrente.

Ambos os grupos de russos também podiam temer que o Papa João Paulo II durante a sua visita à Rússia apontasse e popularizasse a ideia da Igreja Uniata, associada com a Santa Sé, que existiu durante o período do comunismo e depois da queda da União Soviética. A existência no território da Federação Russa de uma Igreja subordinada ao Vaticano podia enfraquecer a imagem de certa forma construída naquela altura pelo Patriarcado de Moscovo de que a Igreja Ortodoxa Russa dominava todas as outras igrejas de rito oriental.¹⁶¹

Apesar das autoridades estatais e espirituais da Federação Russa bloquearem a possível peregrinação papal a Moscovo, a maior parte da sociedade deste país aprovava a viagem apóstolica de João Paulo II à Rússia. Prova disso foram os inquéritos realizados no período entre 2001 e 2005 onde foi colocada a pergunta sobre a hipotética

¹⁵⁹ PRZEBINDA Grzegorz, "João Paulo II não conquistou...".

¹⁶⁰ PRZEBINDA Grzegorz, "Między Moskwą i Rzymem" (Entre Moscovo e Roma), Universitas, Cracóvia, 2003, p. 212-235.

¹⁶¹ Em 1988 estava muito próxima a realização da viagem do Papa à Rússia soviética por ocasião de milésimo aniversário do baptizado de Principado de Kiev. O problema foi a condição da Igreja Ortodoxa Russa que exigiu de João Paulo II falar sobre a questão dos uniatas. O Papa não aceitou a condição dizendo que apoiava os unionistas pois eles durante "séculos foram fiéis à Santa Sé. Ainda durante a era de Gorbachev as relações entre ambas as Igrejas tornaram-se difíceis e a questão dos uniatas não ajudou à reconciliação.

visita do Papa à Rússia. Os resultados das sondagens realizadas por importantes institutos sociológicos revelaram que o povo russo olhava de forma positiva uma possível peregrinação apóstólica ao seu país.¹⁶² Os efeitos das sondagens foram colocados na página de Internet de Centro de Jurij Lewada. A primeira sondagem intitulada “Hipótese de peregrinação de João Paulo II à Rússia” foi realizada a 27.06.2001 entre 1600 cidadãos em 33 regiões da Federação Russa.

Embora o pontificado de João Paulo II tivesse trazido mudanças positivas na política, na sociedade e na economia, especialmente para os povos oprimidos pelo comunismo no Leste da Europa, esta transição não foi bem reconhecida pelas ex-repúblicas da União Soviética. Ao longo do tempo, as autoridades russas dificultavam a diplomacia do Vaticano no que respeita às actividades no quadro administrativo e social, mas também na realização do trabalho pastoral. Nos últimos anos do pontificado de João Paulo II, o processo ecuménico entre Roma e Moscovo perdeu a sua dinâmica.

No limiar do século XXI, João Paulo II reiterava também o alerta sobre os perigos do processo de unificação da Europa. Em 1997 em Gniezno, o Papa observou que existia uma necessidade de libertar todos os povos da Europa. Ele disse no seu discurso: "A recuperação do direito de auto-determinação e de várias liberdades de ordem política e económica não chegam para a reconstrução da unidade europeia. Como não mencionar aqui a tragédia dos povos da antiga Jugoslávia, o drama da nação albanesa e as enormes cargas sofridas por todas as sociedades, que recuperaram a liberdade com grande esforço, deixando o peso do sistema comunista. Mas a meta para a verdadeira unificação do continente europeu ainda está muito distante. Não existirá unidade na Europa, enquanto esta não se tornar uma comunidade espiritual. O mais profundo fundamento da unidade da Europa apareceu através do cristianismo, que durante séculos o fortaleceu, com o seu Evangelho, com o seu entendimento acerca do Homem e com a sua contribuição para o desenvolvimento dos povos e das nações. Não se trata de uma ocupação da história. Pois a história da Europa é como um grande rio, em que entram múltiplos afluentes e fontes, e a diversidade de tradições e culturas pelas quais ela é composta, é que a tornam numa grande riqueza. O fundamento da identidade

¹⁶² 49 por cento dos participantes declarou-se como "ortodoxo", 13 por cento – como "católicos, protestantes e de outras confissões cristãs, 6 por cento como "muçulmanos", 24 por cento – como "ateus". À pergunta "Está a favor da aproximação entre a Igreja Ortodoxa e a Igreja Católica" responderam positivamente 35 por cento dos participantes, negativamente – 29 por cento, e 36 por cento não tinha opinião formada. Ainda melhor decorreu a sondagem "Qual a sua atitude em relação à possível visita de João Paulo II à Rússia". A ideia foi apoiada por 61 por cento dos participantes, e contra estavam – apenas 17 por cento.

européia é construído no cristianismo. E actualmente a falta de unidade espiritual acontece principalmente por causa da crise desta auto-consciência cristã".¹⁶³

Durante as homilias dirigidas aos seus compatriotas, João Paulo II não se esquecia de lembrar também acerca da difícil situação dos outros países do antigo Bloco Leste enfrentando os primeiros anos após a queda do comunismo, confrontando-se com a falta de democracia. O Santo Padre não se limitava apenas a frases abstractas, mas formulava regras de acção, chamando os políticos a uma "harmoniosa ligação entre culturas diferentes, (...) independência na incansável defesa da dignidade humana e no aumento do nível de vida da sociedade; na realização de serviço aos pobres de profundidade espiritual".¹⁶⁴

O Papa João Paulo II na sua política universal da Santa Sé reservava em relação aos Estados da Europa também um lugar para a coabitação pacífica de várias tradições cristãs na região da Europa Central e Leste. Segundo diversos autores, o Sumo Pontífice teve vários sucessos na abordagem e diálogo com os ortodoxos da Rússia e da Ucrânia.¹⁶⁵

O Papa salientou também a oportunidade de construir nesta área do continente um bloco de países, bem relacionados entre si, que se assemelhasse com a República das Duas Nações formada no período da dinastia Jaguielónica pela Polónia e Lituânia. Em defesa do direito à independência dos povos de Leste, o Santo Padre não hesitou em tocar neste assunto mesmo num período muito pouco favorável para as relações entre a Santa Sé e o Kremlin. Quando o Papa elogiou a decisão "instantânea" do Vaticano de criação das administraturas católicas no território da União Soviética, acrescentou que os polacos também deviam alegrar-se com a recuperação da liberdade por parte dos ucranianos e bielorrussos. Lembrou aqui a história da República das Duas Nações entrando numa polémica com o escritor russo Alexander Solzhenitsyn, dizendo: "Sabemos como durante vários séculos estas áreas [da Ucrânia e Bielorrússia] não foram objecto da colonização polaca, como escreveu num folheto Solzhenitsyn, mas sim, faziam parte de um estado comum, uma República comum. Uma "commonwealth" polaco-lituano-russa. Estas nações fazem esforços para a sua autonomia, a sua

¹⁶³ Homilia de João Paulo II durante a Missa em Gniezno no dia 3 de Junho 1997, p. 28.

¹⁶⁴ Discurso de João Paulo II aos presidentes..., p. 30.

¹⁶⁵ PRZEBINDA Grzegorz, "Większa Europa. Jan Paweł II a Rosja i Ukraina" (A Europa maior. João Paulo II, a Rússia e Ucrânia), Wydawnictwo Znak, Cracóvia, 2001, p.10-22.

soberania, a sua própria subjectividade, também política. (...) Estamos satisfeitos com este desenvolvimento, com esta maturação dos vizinhos do Leste".¹⁶⁶

Este não foi o primeiro confronto das convicções do Papa João Paulo II com o famoso escritor russo. No décimo quinto aniversário do seu Pontificado, em 16 de Outubro de 1993, o Papa encontrou-se com Alexander Solzhenitsyn no Vaticano. O polaco e este russo falaram sobre vários assuntos, entre os quais sobre as relações da Igreja Católica Romana com as Igrejas Ortodoxas. O autor do “Arquipélago Gulag” durante a conversa acusou o catolicismo de olhar durante vários séculos para a ortodoxia como se fosse uma religião inferior, e após a queda da União Soviética a Santa Sé fez a expansão nas áreas da Rússia. O Papa, por sua vez, lembrou a Solzhenitsyn que, no território da Federação Russa viviam também católicos, como por exemplo, os polacos, os lituanos, os ucranianos e os alemães, os quais deviam receber apoio e deviam “ser cuidados” por parte de Roma.¹⁶⁷

As crescentes manifestações de má vontade em relação à Santa Sé por parte de líderes da Igreja Ortodoxa russa, apoiados pelo Kremlin, após o estabelecimento das dioceses católicas na Federação Russa, não deixou a mínima dúvida de que o diálogo com as autoridades religiosas deste país, herdeiro da União Soviética, seria difícil para os bispos católicos. Neste contexto, os membros da hierarquia do Vaticano bem como os representantes da Conferência Episcopal polaca, no que se refere ao referendo que se aproximava sobre a integração da Polónia na União Europeia estavam mais próximos da opção pró-europeia do que da perspectiva da República da Polónia ficar de fora do processo de integração do continente europeu. Nos últimos meses antes do referendo, agitavam e optavam publicamente no sentido da adesão às estruturas europeias colocando esta eleição como uma escolha entre a Europa Ocidental democrática e o outro bloco dos países de Leste, como a Rússia e a Bielorrússia, dirigidos por regimes anti-democráticos.¹⁶⁸ Os bispos católicos dos países da Europa Ocidental demonstravam também preocupações semelhantes em relação à possibilidade da Polónia não entrar na União Europeia, tendo por várias vezes durante a participação em simpósios e encontros com os católicos polacos tentado convencê-los da escolha da opção europeia.¹⁶⁹

¹⁶⁶ PRZEBINDA Grzegorz, “Jan Paweł II nie zdobył...”.

¹⁶⁷ Ibidem

¹⁶⁸ Abp Józef Zycinski avisou, que o voto contra a adesão à UE significa o apoio à situação de permanência da Polónia na zona da influência russa ou a tentativa de copiar o caminho da Bielo-Rússia.

¹⁶⁹ Exemplo disto foi a participação dos bispos estrangeiros no IV Congresso de Gniezno.

CAPÍTULO 2. OS CATÓLICOS E A CONSTRUÇÃO DO NOVO PENSAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DA TERCEIRA REPÚBLICA POLACA (1989-1993)

A) A IGREJA, OS CATÓLICOS E AS PRIMEIRAS ELITES DA POLÓNIA DEMOCRÁTICA

A criação das primeiras elites políticas e especialistas em relações internacionais não comunistas polacas começou dentro dos Clubes dos Intelectuais Católicos (KIK). Já no período de 1957-1976 os representantes de KIK no Parlamento polaco formaram uma espécie de oposição moderada à Associação PAX¹⁷⁰, ligado com o governo comunista. Desta forma apareceu mais um representante das comunidades dos crentes no Sejm, mas os KIK tiveram relações próximas com bispos e sacerdotes. Após 1976, muitos activistas dos KIK entraram em actividades da oposição, cooperando com o Comité de Defesa dos Trabalhadores (KOR)¹⁷¹, e depois ajudaram a criar o Sindicato Solidariedade. No final da década de 80. as pessoas dos KIK desempenhavam o papel de ponte entre as autoridades da República Popular da Polónia e os membros de oposição do Solidariedade, contribuindo para as negociações da Mesa Redonda. Depois de 1989, muitos activistas de Clubes dos Intelectuais Católicos organizaram-se activamente nas mudanças políticas na Polónia, nomeadamente na promoção da ideia de seguir o processo de integração europeia.¹⁷²

Os Clubes dos Intelectuais Católicos, que começaram a funcionar nas principais cidades polacas, criaram a elite polaca religiosa, mas também os líderes políticos que tomaram posse em 1989, focado-se na política estrangeira à aproximação a Europa Ocidental. A maioria dos membros de elite do movimento Solidariedade nos primeiros anos após a queda do comunismo na Polónia desempenhou um papel importante na vida

¹⁷⁰ A associação PAX fundada em 1947 colaborava com os comunistas polacos. Apresentava-se como uma organização de católicos fiéis ao mesmo tempo à Igreja e ao regime político.

¹⁷¹ KOR – O Comité de Defesa dos Trabalhadores existiu entre 1976 e 1977. Foi uma das primeiras organizações da oposição polaca. O movimento ajudava pessoas da oposição polaca e as suas famílias perseguidas pelo regime comunista.

¹⁷² FRISZKE Andrzej, “Rok 1989. Polska droga do wolności”. Wydawnictwo Sejmowe, Varsóvia, 2009, p. 160-171.

pública da Terceira República. Muitos deles, que eram responsáveis pela mudança de orientação polaca da antiga integração no Bloco de Leste para o novo caminho com a Comunidade Económica Europeia, mantinham boas relações com a hierarquia da Igreja Católica. Alguns deles pertenciam a organizações católicas, que já na década de 70 e 80 tiveram a oportunidade de contacto com os fiéis de tradição católica da Europa Ocidental.¹⁷³ Aqueles grupos foram até certo ponto, limitados a certos ambientes e não totalmente livres, mas de facto existiram.¹⁷⁴ Neste quadro a inteligência católica agia com grande empenho, reunindo-se nos Clubes dos Intelectuais Católicos ou em associações internacionais, como a Pax Romana entre outras. Embora os intelectuais polacos tivessem um papel importante e contactos nessas organizações¹⁷⁵ uma parte das elites, especialmente os católicos leais às autoridades comunistas, entre os quais membros da Associação PAX, tiveram maiores oportunidades de circular livremente por toda a Europa. Apesar de fazer vários contactos com os cristãos, nunca tiveram estreita relação com a Santa Sé. O cardeal Stefan Wyszyński não aceitava a política de colaboração com os comunistas dos católicos polacos, e nunca teve boa opinião sobre as actividades da Associação PAX. Mas desta organização saíram e juntaram-se aos Clubes dos Intelectuais Católicos dois políticos importantes para o rumo da política estrangeira da Terceira República da Polónia e o caminho na direcção da ocidentalização da Polónia: Tadeusz Mazowiecki e Andrzej Wielowieyski.¹⁷⁶

Os Clubes dos Intelectuais Católicos tornaram-se para vários membros da inteligência polaca de esquerda uma alternativa às actividades de oposição com base na doutrina social católica.¹⁷⁷ Apesar de haver uma certa independência no pensamento dos seus membros, os KIK colaboravam com vários membros do Episcopado polaco. O bispo Karol Wojtyła, foi um dos membros da hierarquia católica aberto à integração e actividades comuns com os Clubes. O vínculo entre a elite católica progressista e o futuro Papa existia também através do círculo de amigos comuns, como o padre Fedorowicz, Stefan Wilkanowicz do „Znak” ou Jerzy Turowicz, chefe-director do

¹⁷³ FRISZKE Andrzej, „Opozycja polityczna w PRL 1945-1980” (1945-1980. A oposição política na República Popular da Polónia), Aneks, Londres, 1994, p. 188-195.

¹⁷⁴ Em Outubro de 1976 foi criada na onda de „um degelo político” uma rede de associações de leigos católicos chamados - os Clubes dos Intelectuais Católicos. Estes Clubes começaram a desempenhar um papel cada vez maior na República Popular da Polónia e além disso, beneficiavam da simpatia de alguns dos membros da hierarquia da Igreja Católica e até mesmo alguns sacerdotes tinham neles uma participação activa. Entre eles estiveram os padres Jan Zieja e Tadeusz Rydzyk.

¹⁷⁵ Como exemplo temos o caso de Stefan Wilkanowicz, activista católico, director da editora católica Znak.

¹⁷⁶ Depois de 1955, ambos deixaram as fileiras da organização leal aos comunistas.

¹⁷⁷ FRISZKE Andrzej, „Opozycja polityczna...”, p. 184-200.

semanário „Tygodnik Powszechny” ou o prof. Stefan Swiezawski. João Paulo II mantinha estreitas ligações com os seus amigos da „esquerda católica” polaca no tempo do comunismo e depois de 1989. De facto inspirava e apoiava os primeiros passos do primeiro governo não comunista, mantendo um vínculo muito forte com os seus amigos dos Clubes dos Intelectuais Católicos e da Universidade Católica de Lublin.¹⁷⁸

Os KIK acolhiam na sua maioria laicos católicos de pensamento liberal ou esquerda, e uma visão mais cosmopolita do que ideias do Primaz da Polónia cardeal Stefan Wyszyński. Também sempre obediante ao líder da Igreja polaca bispo Karol Wojtyła tinha muita simpatia para este muito aberto ao mundo movimento dos católicos laicos com o perfil progressista. O futuro Papa ainda acomo um sacerdote novo costumava escrever para o semanário “Tygodnik Powszechny”, que como o periódico “Znak” apresentavam pensamento mais aberto aos mudanças na Igreja.¹⁷⁹ Ambas revistas reuniram padres e leigos, que formaram os KIK, grupos de reflexão que se converteu numa organização de juventude que oferecia uma alternativa às associações patrocinadas pelo Partido.¹⁸⁰ Karol Wojtyła apresentava também a sua visão de Igreja como professor na Universidade Católica de Lublin (KUL), naquela altura a única sede de pensamento livre era na República da Polónia Popular.

A hierarquia da Igreja Católica teve uma influência grande para as mudanças democráticas que decorreram no final de década de anos 80 na República da Polónia Popular. Os bispos polacos conseguiram ajudar levar ambas partes – autoridades comunistas e oposição democrática – ao diálogo, que finalizou-se com uma decisão de negociações da Mesa Redonda. Ao chegar a este evento foi necessario unir pelos bispos ambos os lados em Magdalenka, perto de Varsóvia. Isto foi o primeiro encontro após a lei marcial onde participavam os membros do naquela altura proibido Sindicato Solidariedade e os líderes da República Popular da Polónia. Embora o Solidariedade

¹⁷⁸ Os amigos de Karol Wojtyła, o professor Stefan Swiezawski e o Padre Tadeusz Fedorowicz, informavam o Papa sobre todos os acontecimentos na vida da Igreja, da sociedade e da política polaca. Ver: Wojtyła Karol, Swiezawski Stefan, Fedorowicz Aleksander, Fedorowicz Tadeusz (2002). “Pełny wymiar. Korespondencja Jana Pawła II z przyjacielem z lat 1953- 2002” (A dimensão cheia. A correspondência de João Paulo II com o seu amigo entre 1953 e 2002), Wydawnictwo Biblos, Tarnów, 2002.

¹⁷⁹ Ambos publicados em Cracóvia, foram os únicos jornais a manter alguma liberdade editorial.

¹⁸⁰ ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, p. 331.

não fosse considerado legal, só o simples facto de os comunistas quererem encontrar-se com os seus representantes foi quase como um reconhecimento deste sindicato.¹⁸¹

As negociações da Mesa Redonda, que estreiam-se no dia 6 de Fevereiro de 1989, foram realizadas em três grupos. Um incluiu debates sobre o pluralismo sindical e os outros dois sobre as reformas políticas e económicas. Houve também muitas sub-mesas temáticas. No total na reunião participaram 245 representantes da oposição. Não foram esquecidos também os representantes da Igreja Católica, que tinham o estatuto de observador.¹⁸²

Com o resultado das negociações da Mesa Redonda, no dia 17 de Abril de 1989, o Sindicato Solidarnosc foi registado e ambas as partes tomaram a decisão da organização das primeiras eleições parcialmente livres para o Sejm e para o Senado. A Igreja Católica teve também uma importante contribuição para a construção do Sejm “de contracto”.¹⁸³

Contrariamente às expectativas dos comunistas polacos, a Igreja não permaneceu imparcial. Os bispos e os sacerdotes continuavam a ser apoiantes da oposição. Os membros do clero polaco deram o seu apoio activo aos candidatos da oposição nas eleições, por exemplo disponibilizando salas das suas paróquias para se encontrarem com eleitores ou realizarem outras reuniões. As autoridades da República Popular da Polónia, esperando uma atitude neutra da Igreja, opuseram-se ao apoio desta aos candidatos do Comité Cívico do Solidarnosc. Antes das eleições parlamentares os comunistas polacos tinham tentado conquistar os bispos com a aprovação pelo Sejm, no dia 17 de Maio de 1989, das leis sobre as relações entre Igreja e Estado, que iam de encontro às expectativas que os membros do Episcopado polaco tinham tido durante muitos anos. Nesta nova legislação a Igreja Católica e as suas instituições receberam vários privilégios incomuns em Estados socialistas: personalidade jurídica, a capacidade de criar organizações, a possibilidade de ter editoras, bem como canais de rádio e televisão. Além disso, a Igreja polaca também

¹⁸¹ STELMACHOWSKI Aleksander, Relatório escrito por Stelmachowski em Setembro de 1988, publicado na revista “Most” 1988, n.º 19/20, reprodução in “Jarro partido”. Recolha de documentos do Sindicato “Solidarność” 1988-1990”, Szczecin, 1991, p.44.

¹⁸² A Igreja teve também os seus representantes na Mesa Redonda: o Bispo Janusz Narzyński, o Padre Alojzy Orszulik e o Padre Bronisław Dembowski, tiveram o estatuto de observadores da Igreja.

¹⁸³ Nas eleições de 1989 os comunistas garantiram para si a maioria dos lugares no Sejm, antes da votação. Na base do acordo com a oposição, o PZPR recebeu 65% dos lugares da câmara baixa. Os candidatos da oposição disputaram os restantes 35%.

recebeu incentivos fiscais e aduaneiros e a promessa de no futuro receber de volta propriedades que no passado foram confiscados pelo Estado.¹⁸⁴

A derrota dos comunistas polacos nas eleições livres de Junho de 1989 foi uma surpresa.¹⁸⁵ Poucos dias antes das eleições, alguns dos líderes do Partido Operário Unificado Polaco (PZPR) consideravam qual a reacção da opinião pública dos países ocidentais face à derrota do Solidariedade. Previa-se entre os comunistas que a oposição democrática pudesse ganhar alguns lugares no Parlamento. A oposição, por sua vez, pensava como ia agir num Parlamento, dominado pelos membros do partido comunista. Especulava-se que se obteria pouco mais do que uma dúzia de mandatos. Ambos os lados estavam alheios ao apoio popular ao Solidariedade. A nova realidade, com a vitória eleitoral do Solidariedade também se tornou mais favorável para a Igreja Católica. No dia 17 de Julho, foram retomadas as relações diplomáticas entre a República Popular da Polónia e o Vaticano.¹⁸⁶

Os católicos polacos pouco a pouco chegaram ao voto na política do Estado. O primeiro-ministro polaco Tadeusz Mazowiecki foi o primeiro democrata pós-guerra, um activista de longa data no Clube dos Intelectuais Católicos, e tomou também parte activa no trabalho da Fundação Polónia na Europa. Esta instituição, que foi fundada no final dos anos 80, reuniu a elite intelectual, política e cultural da Polónia, cujos representantes, após as eleições de 1989 começaram a desempenhar funções públicas importantes no país. Além de Tadeusz Mazowiecki, também tem sido associado com a Fundação, Krzysztof Skubiszewski que assumiu o papel de ministro das Relações Exteriores e Andrzej Wieolwieyski que foi o vice-presidente do *Sejm* na Terceira República da Polónia. Outro membro desses círculos que recebeu uma função importante, foi Alexander Hall, o líder do Movimento da Polónia¹⁸⁷, um dos grupos mais antigos da oposição democrática neste país. Este colaborador de confiança de Tadeusz Mazowiecki contou com a confiança também na Secretaria do Episcopado da

¹⁸⁴ FRISZKE, Andrzej, “Rok 1989...”, p. 157.

¹⁸⁵ KAUFFMANN Sylvie, “Solidarité se déclare prêt «à partager les responsabilités» à Varsovie”, em “Le Monde”, 07.06.2012, p. 5.

¹⁸⁶ No dia 12 de Setembro de 1945, o primeiro governo comunista publicou o despacho informando a sociedade polaca de que a Concordata entre a Polónia e a Santa Sé não se encontrava em vigor no território polaco.

¹⁸⁷ O movimento de oposição anti-comunista polaco centrado à volta de Aleksander Hall manifestava a sua ligação ao pensamento político da direita e sublinhava no seu programa que o seu alvo principal era a independência da Polónia.

Polónia. Depois da mudança de 1989, Alexander Hall foi nomeado para a posição de ministro da cooperação com organizações políticas e associações.¹⁸⁸

A Igreja Católica desempenhou influência significativa não só no palco da política interna, mas também nas suas actividades externas. O facto de a Santa Sé ser importante para a política internacional deste país emergente do comunismo foi sublinhado já durante a primeira visita estrangeira do novo primeiro-ministro, Tadeusz Mazowiecki. O chefe do primeiro governo democrático pós-guerra foi ao Vaticano e este encontro com o papa polaco teve um significado simbólico.¹⁸⁹

A escolha do Vaticano para a primeira visita do novo Primeiro-ministro polaco não foi coincidência na sua relação próxima com o Papa polaco, e de foi ao mesmo tempo uma forma de agradecer-lhe pelo seu apoio no tempo de comunismo. A viagem de Tadeusz Mazowiecki a Roma mostrou também, que apesar da queda do comunismo o papel da Igreja Católica na Polónia na política do novo governo vai ser muito importante. De facto a visita de Mazowiecki e conselheiros do Primeiro-ministro com João Paulo II foi um encontro dos conhecidos e amigos do tempo da oposição anticomunista ligada aos Clubes dos Intelectuais Católicos.

Um dos principais KIK funcionava em Varsóvia e efectivamente foi muito importante para a formação do pensamento da política externa da Polónia democrática. Este núcleo foi o centro no qual uma parte significativa dos representantes teve a oportunidade de fazer viagens bastante frequentes ao exterior. Foi neste grupo, associado com o mensal „Wież”¹⁹⁰, que muito antes do início das mudanças democráticas e do colapso do regime comunista se começou a desenvolver um debate sobre a futura forma do Estado polaco. Foram feitos também vários cenários e colocadas hipóteses acerca da política externa da Polónia democrática representada por um governo livre. Já no final de 1985 e 1986 surgiu com a iniciativa de um membro do KIK de Varsóvia, Zygmunt Skórzyński, um novo grupo de pessoas que começaram uma forma de estudo independente sobre a Europa e o lugar polaco nos processos de integração que decorriam no continente. Desta maneira começou a funcionar o Fórum intitulado „A Polónia na Europa”. Esta instituição desde o início funcionou com base na escolha selectiva dos seus participantes, seguindo critérios de competência e confiança, a participação sistemática em reuniões regulares com carácter de seminários, mantendo

¹⁸⁸ FRISZKE, Andrzej, “Rok 1989...”, p. 207.

¹⁸⁹ Ibidem

¹⁹⁰ O mensal social e cultural católico publicado em Varsóvia desde 1958.

a contenção e discrição absoluta e até um certo isolamento. A discrição foi uma das características mais marcantes da nova instituição e esta foi mantida até mesmo dentro dos grupos de oposição. Embora a maioria dos membros deste grupo fosse da Inteligência Católica, que geralmente é independente em relação às autoridades da hierarquia da Igreja, neste caso os líderes do Fórum „A Polónia na Europa” decidiram ligar os seminários à estrutura da Igreja Católica. – Uma vez que a iniciativa se reuniu com grande hospitalidade ao aberto e tolerante pároco da Paróquia de Santa Trindade em Varsóvia e com o nosso inestimável vice-reitor padre Marek Kiliszek – como lembra Zygmunt Skórzyński.¹⁹¹

O Fórum „A Polónia na Europa” centrou-se nos mais de cinquenta elementos regulares, a maioria dos quais participando assiduamente durante cinco anos, dois sábados por mês. Neste grupo havia vários jornalistas e escritores, bem como cientistas e políticos. De acordo com Zygmunt Skórzyński todos eles, mesmo com várias opções políticas e ideológicas, mantinham uma atitude moral forte. Os participantes mais activos, que regularmente apareciam nos encontros do Fórum foram entre outros futuros primeiros-ministros da Polónia democrática: Tadeusz Mazowiecki e Jan Olszewski, o futuro presidente do Tribunal de Estado: Adam Strzembosz e o ministro das Relações Exteriores da Terceira República da Polónia, Bronislaw Geremek, bem como o ministro da Cultura, Andrzej Drawicz e várias diplomatas e políticos, como Janusz Reiter e Andrzej Wielowieyski. Colaboraram também com este primeiro centro da iniciativa da integração europeia da oposição democrática polaca especialistas externos, tais como o Secretário de Estado do Presidente americano Jimmy Carter – Zbigniew Brzezinski e Jan Nowak Jezioranski, director da lendária Rádio Free Europe.¹⁹² Ao longo dos anos 1986-1989 no Fórum „A Polónia na Europa” foram organizados no total cerca de oitenta reuniões sob a forma de seminários, com temas ligados aos problemas mais importantes e actuais da Polónia e da situação internacional, na Europa e no mundo. Os materiais que incluíram a discussão foram publicados em „Cadernos” clandestinamente publicados.¹⁹³

Além da Igreja da Santa Trindade em Varsóvia, onde tiveram lugar as reuniões do grupo, o Fórum também cooperou com a Ordem Dominicana. Segundo Zygmunt

¹⁹¹ CZPUTOWICZ Jacek, “Polityka zagraniczna w działalności opozycji przed 1989” (A política estrangeira em acções de oposição antes de 1989), in “Polski Przegląd Dyplomatyczny”, n.º 4/5 (2009), p.57-86.

¹⁹² Ibidem

¹⁹³ Ibidem

Skórzyński, o acordo final da fase inicial do funcionamento do grupo de especialistas sobre o futuro da Polónia na Europa foi o simpósio organizado em 1989 - depois de quase dois anos de preparação – no Mosteiro Dominicano de Cracóvia e em Tyniec, perto de Cracóvia no Mosteiro dos Padres Bernardinos. Durante este seminário internacional que durou quatro dias abordava-se assuntos à volta de tema „Europa Central: uma ilusão ou uma oportunidade”. No evento participaram cerca de cinquenta eminentes especialistas do mundo ocidental, e trinta pessoas escolhidas da Europa Central e Oriental. – Discutidas ideias e propostas que alguns anos mais tarde ultrapassaram as expectativas dos políticos polacos, húngaros, checos e eslovacos, levando ao surgimento do Grupo de Visegrad.¹⁹⁴

Poucos dias antes do início das negociações da Mesa Redonda, que iniciou em Fevereiro de 1989 o processo de eleições democráticas na República Popular da Polónia, ao lado de Fórum „A Polónia na Europa” começou a funcionar o Clube de Kajetan Morawski. A nova organização, que incluiu pessoas associadas a França, realizava reuniões sobre a temática franco-polaca. Desta vez não foi estabelecida a cooperação com as estruturas organizacionais da Igreja Católica, mas este grupo cheio de intelectuais, artistas, diplomatas e políticos de ambos os países começaram a organizar discussões sobre temas importantes para as relações entre a Polónia e a França.¹⁹⁵

A influência da Igreja Católica no grupo de palestrantes e participantes do Fórum „A Polónia na Europa” não parou, mesmo depois do início das negociações da „Mesa Redonda”. Naquela altura muitos participantes permanentes do grupo, juntamente com vários representantes da hierarquia da Igreja polaca, reuniram-se em Varsóvia durante as negociações entre os representantes do regime comunista e os representantes da oposição democrática. Boas escolhas de pessoas para a participação no tal seminário, verificaram-se logo com as primeiras mudanças democráticas, especialmente revelou-se logo após as primeiras eleições parlamentares realizadas de maneira democrática. – Entre as pessoas que ali trabalham emergiu, entre outros dois primeiros-ministros, presidentes e diversos vice-presidentes do Parlamento, seis embaixadores, muitos deputados e senadores e um grande número de representantes de

¹⁹⁴

O Grupo de Vysehrad, também chamado V4, é uma aliança entre quatro países da Europa Central (Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria) para fins de cooperação política e económica.

¹⁹⁵

As pessoas ligadas ao mensal „Wież” e ao Fórum „A Polónia na Europa” tinham relações excelentes com a Comunidade Ecuménica de Taizé. Esta aldeia francesa foi visitada ainda no tempo de comunismo por familiares de políticos da oposição democrática polaca.

destaque da vida pública da Terceira República da Polónia – notou Zygmunt Skórzyński. – Muitos deles tornaram-se membros das equipas políticas do Estado polaco renovado. (...) Hoje, é evidente que o Fórum „A Polónia na Europa” foi o primeiro centro de estudos políticos sobre questões internacionais e europeias desta escala no nosso país, realizando análise sistemática. O seu pressuposto carácter elitista criou as condições propícias para os efeitos do cognitivo e futuras abordagens programáticas, bem como a sua genealogia deu origem a uma ampla verificação de teses apresentadas e de um debate sistemático – observou Zygmunt Skórzyński.¹⁹⁶

Segundo o fundador do Fórum „A Polónia na Europa”, a maioria dos participantes achava que os seminários e estudos realizados no seu âmbito levaram à definição do cânone das direcções principais da futura política externa do país, que recentemente tinha recuperado a sua soberania de forma plena.¹⁹⁷ Foi neste círculo que se desenvolveram as ideias da integração com a Comunidade Europeia e que pessoas como o primeiro Primeiro-ministro democrático Tadeusz Mazowiecki e o Ministro dos Negócios Estrangeiros polaco, Wladyslaw Geremek, tentavam colocá-las em prática. Com o tempo, tanto eles como os outros participantes dos seminários começaram a entrar em outras estruturas. O avanço político levou ao surgimento de novas iniciativas e novas estruturas organizacionais, que de facto eram a continuação directa da experiência do Fórum „A Polónia na Europa”. Em 1989, o Senado da República da Polónia eleito livremente achou necessário criar um perito de estúdio em questões de política externa usando a experiência dos seminários sobre „A Polónia na Europa”.

Baseado na sua experiência e dos seus participantes, foi fundado o Centro de Estudos Internacionais (OSM) do Senado, cujas tarefas incluíam a implementação de pesquisas e estudos, organização de conferências e reuniões de consulta sobre questões relacionadas com a política internacional e as actividades polacas no cenário internacional, com particular ênfase para as actividades para a integração na União Europeia e Aliança Atlântica. Como parte da OSM foram sistematicamente desenvolvidos conhecimentos sobre relações internacionais e a posição polaca em muitas questões da política externa.¹⁹⁸

O Centro de Estudos Internacionais com uma existência de cerca de 5 anos, acompanhou a formação da política externa da Terceira República Polaca mantendo nas

¹⁹⁶ SKÓRZYŃSKI Zygmunt, „Konwersatorium i Fundacja »Polska w Europie«” (O conversatório e a Fundação “A Polónia na Europa”), in revista “Polska w Europie”, Varsóvia, Maio de 1990, p. 98–100.

¹⁹⁷ Ibidem

¹⁹⁸ Ibidem

suas estruturas pessoas que no futuro chegaram a desempenhar um papel importante no processo de integração polaca na União Europeia. Vários delas tiveram papéis importantes na diplomacia polaca, incluindo Jacek Czaputowicz, Wojciech Lamentowicz, Kazimierz Dziwanowski, Jerzy Marek Nowakowski, ou Rafal Wisniewski.¹⁹⁹ O Centro de Relações Internacionais funcionou apenas para o Senado. O OSM também colaborou com as estruturas do governo e com o Gabinete do Presidente, bem como com diversos grupos políticos, instituições científicas e institutos de relações internacionais no país e no exterior.

Os seminários realizados durante encontros ilegais no quadro do Fórum „A Polónia na Europa”, na segunda parte do ano de 1989 tornaram-se legais e mudaram a sua forma para reuniões consultivas. A primeira dessas reuniões ocorreu em meados de Dezembro de 1989, iniciando uma série de encontros que se realizaram mensalmente no Senado organizados pelo Centro de Relações Internacionais, em conjunto com o Fórum „A Polónia na Europa”. Mais tarde o evento foi co-organizado também com a Fundação „A Polónia na Europa”, criada em 1990. Nestes reuniões participaram activamente dezenas de representantes de círculos políticos do Parlamento e do governo, bem como diplomatas e especialistas em política externa polaca e relações internacionais. O tema principal foi a questão da integração da Terceira República da Polónia nas instituições europeias e euro-atlânticas. Vale a pena notar que o alvo principal desta Fundação era a promoção da unidade cultural, social e económica da Europa e acções para a superação das divisões do continente, com especial consideração para a plena participação da Polónia nas estruturas da Comunidade Económica Europeia e da NATO.²⁰⁰

A Fundação „A Polónia na Europa”, que teve o seu raiz no movimento de Inteligência Católica, nos primeiros anos após o colapso do comunismo na Polónia também implementou um programa sociológico intitulado “A consciência europeia dos polacos”. O programa baseava-se na convicção de que a condição principal da parceria polaca com os países da CEE seria a remoção de barreiras políticas, económicas, jurídicas e especialmente estereótipos acumulados na consciência de ambas as partes do continente europeu. Este projecto consistiu basicamente numa análise crítica de materiais de mais de trinta pesquisas sociológicas, na observação das mudanças de consciência europeia actual dos polacos e na formulação de diagnósticos, conclusões

¹⁹⁹

Nos anos seguintes eles fizeram parte de altos cargos da diplomacia polaca.

²⁰⁰

SKÓRZYŃSKI Zygmunt, “Konwersatorium i Fundacja...”, p. 99-100.

prático-políticas e educativas. Também neste caso, o programa foi implementado em uma série de seminários, reuniões e publicações.²⁰¹

As várias actividades realizadas no âmbito da Fundação „A Polónia na Europa”, têm ajudado a lançar um programa especial desta organização, cujo principal objetivo era trabalhar para a introdução da Polónia no institucional Movimento Europeu internacional.²⁰² Como se lembram os membros da Fundação, essas acções, apoiadas em parte por Bruxelas e Estrasburgo, foram realizadas com a ajuda da organização do Centro de Estudos Internacionais do Senado polaco. Isto necessitou, por um lado, de um alcance dos credíveis representantes de autoridades de várias organizações, associações e clubes que operavam em diferentes partes da Polónia no quadro da integração europeia, e por outro, chegar a uma série de representantes destacados da vida pública, política, cultural, científica e diplomática na Polónia que tinham muito forte orientação pro-europeia.²⁰³ Na consequência disto, foi criada em Novembro de 1992 a associação do Conselho Polaco do Movimento Europeu. Esta organização, estabelecida por 35 membros-fundadores, dois meses mais tarde tornou-se membro do Movimento Europeu Internacional. Entre aqueles que contribuíram para a criação desta associação encontram-se ministros do governo, bem como pessoas intimamente ligadas aos círculos da Igreja Católica polaca, incluindo o Padre Adam Boniecki, o editor de revista “Tygodnik Powszechny”, o professor Jerzy Kłoczowski da Universidade Católica de Lublin, e também pessoas ligadas ao KIK da Varsóvia, como Zygmunt Skórzyński e Andrzej Wielowieyski. Também faziam parte da composição do grupo fundador pessoas que no futuro teriam papel de líderes das negociações da adesão da Polónia à União Europeia: Jan Kulakowski e Jacek Saryusz-Wolski. A nova associação realizava entre outras uma actividade analítica, por exemplo, na área das questões da integração e estruturas da União Europeia. Também foram ali realizados eventos como seminários informativos, educativos e formativos.²⁰⁴

Enquanto isso, em 1996 a Fundação “A Polónia na Europa” iniciou a cooperação com outra organização com base nos valores cristãos – o Gabinete de Informação Católica e de Iniciativas Europeias (OCIPE). Em cooperação com a organização começou a realização de um *workshop* intitulado “A Polónia no sistema internacional –

²⁰¹ Ibidem

²⁰² O Movimento Europeu é uma organização não-governamental internacional fundada em 1948, que está baseada em mais de 30 secções nacionais nos países da Europa. A organização inclui também por volta de 20 outras associações profissionais, locais e políticas.

²⁰³ SKÓRZYŃSKI Zygmunt, “Konwersatorium i Fundacja...”, p. 99-100.

²⁰⁴ Ibidem

os problemas da integração e segurança.” Para a participação nestes trabalhos foram seleccionados especialistas que lidaram profissionalmente em várias áreas tratando de assuntos relacionados com questões internacionais, diversas instituições científicas, administrativas, estatais e da sociedade. A tarefa principal deste seminário foi o confronto mútuo de opiniões e também uma consolidação das questões conceptuais relativas à integração europeia e segurança internacional, constituindo um lugar de troca livre de opiniões sobre os determinantes internacionais da política externa polaca. As conclusões deste trabalho foram feitas em vários livros separados, como por exemplo os livros editados por Jacek Czaputowicz “A Segurança europeia. Conceitos, instituições, as implicações para a Polónia” e “Integração europeia. Implicações para a Polónia”.²⁰⁵

Na transição do século XX para o século XXI a Fundação “A Polónia na Europa” focou-se na continuação da organização de reuniões e em emitir uma publicação politológica trimestral “Cadernos: A Polónia na Europa”. As pessoas que no início desta organização, ainda quando ela funcionava como Fórum “A Polónia na Europa” formaram o grupo principal, com as novas circunstâncias do país entraram activamente na política polaca. Alguns deles foram directamente envolvidos na orientação ou realização de preparação das condições da entrada da Polónia nas estruturas da União Europeia.²⁰⁶

Após o colapso do comunismo, criaram-se na Polónia várias instituições ligadas à ideia do europeísmo, os católicos polacos tiveram cada vez mais a oportunidade de experimentar a universalidade da Igreja. Os primeiros anos da década de 90 significaram uma multiplicidade de iniciativas que apareceram nas paróquias, de movimentos religiosos e o aumento da participação em peregrinações estrangeiras. Os polacos católicos começaram também a envolver-se directamente em grupos e movimentos religiosos com dimensão internacional.²⁰⁷

A abertura dos católicos polacos às novas correntes²⁰⁸, derivando principalmente da Europa Ocidental, e a cada vez mais intensa actividade destes grupos começou de

²⁰⁵ CZAPUTOWICZ Jacek, „Bezpieczeństwo europejskie. Koncepcje, instytucje, implikacje dla Polski” (A segurança europeia. Conceitos, instituições e implicações para a Polónia), Ararat, Varsóvia, 1997, e CZAPUTOWICZ Jacek, „Integracja europejska. Implikacje dla Polski” (A integração europeia e implicações para a Polónia), WAM, Cracóvia 1999.

²⁰⁶ SKÓRZYŃSKI Zygmunt, “Konwersatorium i Fundacja...”, p. 99-100.

²⁰⁷ WERON Eugeniusz, “Budzenie olbrzyma” (Acordar o gigante), Pallotinum, Poznań, 1995, p. 207-214.

²⁰⁸ Entre estas comunidades mais comuns encontra-se o Caminho Neocatecumenal com raízes em Espanha, o movimento italiano Focolari, bem como os movimentos franceses Emmanuel e Chemin Neuf.

maneira natural a abrir a Igreja polaca às ideias pró-europeias.²⁰⁹ Antes a participação dos fiéis polacos nos movimentos da Igreja foi de forma “natural” limitada pelas restrições impostas pelas autoridades da República Popular da Polónia e realizada pelo Episcopado político de centralismo das estruturas da Igreja. Os movimentos religiosos não só preencheram o vazio de actividade espiritual e social dos leigos católicos presentes durante o tempo da República Popular da Polónia, mas em alguns casos promoveram o processo de unificação do continente europeu. A Comunidade Ecuménica de Taizé, fundada em 1940 por Roger Schutz²¹⁰ – o conhecido Irmão Roger, que tinha sido fortemente influenciado por ambas as Igrejas Católica Romana e Protestante, teve um papel nesse campo. Através da Comunidade Ecuménica de Taizé, os polacos, especialmente os jovens, começaram a tomar parte nas Jornadas Mundiais com o Papa²¹¹, bem como a participar nos encontros ecuménicos organizados pelos irmãos de Taizé.²¹² Os representantes de instituições europeias²¹³ foram sempre convidados para estes encontros e foi promovida a ideia de unificação dos cristãos e povos da Europa.

As mudanças na Polónia, incluindo o papel da Igreja na vida pública, nos primeiros anos após o colapso do comunismo não agradaram nem a católicos, nem a anticlericais. O próprio Papa durante a peregrinação à sua terra natal em Junho de 1991, expressou a sua desaprovação face às mudanças democráticas, durante a qual João Paulo II fez uma avaliação negativa do processo de recuperação da liberdade, criticando atitudes liberais que se viravam, entre outros, contra a protecção da vida humana desde a concepção. Também nos meios de comunicação social estrangeiros foi relatada esta peregrinação papal como a mais fraca de todas as visitas do Papa João Paulo II à sua pátria. O próprio Papa foi retratado como um homem velho que não entende bem o mundo, que ele próprio ajudou a criar.

²⁰⁹ A realidade contemporânea da Igreja Católica é diferente dos tempos antes do Vaticano II. O Concílio mudou muito neste contexto, especialmente no que toca ao papel dos leigos na Igreja. De qualquer modo ganhou também maior liberdade pelo facto de aumentar a importância dos movimentos religiosos a um nível que antigamente só a Acção Católica tinha. Na Polónia o comunismo travou a implementação destas mudanças.

²¹⁰ Roger Schutz, conhecido como o Irmão Roger, foi o fundador da Comunidade Ecuménica de Taizé. A comunidade desde os anos 70 organiza Encontros Europeus de Jovens, promovido a reconciliação entre cristãos e nações.

²¹¹ A ideia de organizar Jornadas Mundiais com o Papa foi tirada por João Paulo II do projecto de Encontros Europeus de Jovens realizados pela comunidade de Taizé.

²¹² ZATYKA Marcin, ZATYKA Michał, “Ekumeniczna Wspólnota z Taizé”, p. 28-42.

²¹³ Todos os anos durante Encontros Europeus de Jovens os irmãos de Taizé convidam para estes eventos representantes de autoridades da União Europeia. Desde os anos 90 que os líderes da comunidade europeia dirigem palavras aos participantes de encontros organizados pela Comunidade Ecuménica de Taizé.

Nos primeiros anos após a queda do comunismo na Polónia a percepção do papel da Igreja mudou, não tanto pela sociedade, mas pela elite política e social. Nos meios da comunicação social, especialmente da esquerda e da corrente liberal, sugeriam-se novos desafios que a Igreja começava a enfrentar desde 1989.²¹⁴ Em diversas publicações vários autores destacaram a dimensão das dificuldades sentidas pela Igreja Católica na Polónia, esquecendo que a experiência da mudança não era para esta instituição incomum ou extraordinária nas últimas décadas. Às vezes parecia que, para alguns formadores de opinião o período de mais de 40 anos de comunismo fora um período favorável para a Igreja Católica e que a construção de um Estado democrático era para ela um desafio muito mais difícil e complicado do que a realidade da República Popular da Polónia. Uma forte ligação dos católicos polacos à tradição muitas vezes foi considerada como um sério obstáculo para o bom funcionamento da democracia, liberdade e economia de mercado. Na perspetiva de estudos realizados mais tarde estes estereótipos foram em grande parte desmistificados.²¹⁵ No entanto, uma das alegadas dificuldades para a Igreja era o confronto com o tema da integração europeia – sugeria-se que ela não sabia lidar com este assunto. As ansiedades sobre a capacidade da Igreja Católica enfrentar os desafios associados ao processo de transformação política depois de 1989, e as consequências da integração da Polónia na União Europeia acompanharam frequentemente previsões de inevitável secularização da sociedade polaca.²¹⁶

As opiniões da sociedade polaca sobre a Igreja mudavam com a evolução da situação no palco político, especialmente o apoio dos bispos dado aos partidos de centro-direita. As visitas do Papa João Paulo II à sua terra natal tiveram também influência na opinião pública sobre a hierarquia católica. De acordo com sondagens realizadas pelo CBOS (Centro de Investigação da Opinião Pública) no início dos anos 90, a actividade da Igreja Católica foi avaliada positivamente neste período por quase 60 por cento dos polacos. O número de pessoas hostis à instituição rondava os 25 por cento. Naquela época também houve momentos em que as cotações da Igreja foram um

²¹⁴ Relatório „Kościół na przełomie wieków”(A Igreja entre séculos), in „Rzeczpospolita”, 15-16.03.2003 r., [http://archiwum.rp.pl/artukul/426378-Kosciol-na-przelomie-wiekow.html].

²¹⁵ FEDYSZAK-RADZIEJOWSKA Barbara, “As mudanças sociais e adesão da Polónia à União Europeia como tarefa e desafios da Igreja Católica – opiniões de sacerdotes paroquiais, in livro “Kościół katolicki w przededniu wejścia Polski do Unii Europejskiej” (A Igreja Católica na véspera da adesão da Polónia à União Europeia), obra colectiva sob coordenação de Piotr Mazurkiewicz, Instytut Spraw Publicznych, Varsóvia, 2003, p. 61.

²¹⁶ Ibidem, p. 62

pouco piores, mas a Igreja Católica sempre foi uma das três instituições públicas que contavam com maior confiança por parte da sociedade polaca.

Os resultados eleitorais não permaneciam isolados do nível de apoio para a Igreja Católica na Polónia, como mostrou um estudo de CBOS intitulado "A Igreja na Terceira República da Polónia." Uma análise da evolução das avaliações mostram que, nos momentos em que aumentava o apoio aos partidos de esquerda, por exemplo entre 1991 e 1993, a Igreja Católica perdeu o seu apoio na sociedade polaca – nessa altura o nível de aprovação foi o menor e de reprovação o maior. Os anos seguintes mudaram esta tendência, especialmente após as visitas apostólicas do Papa João Paulo II à Polónia. Já em meados dos anos 90., isto é, na altura da peregrinação papal a Skoczów, a atitude dos polacos em relação à Igreja Católica começou a melhorar. Já em 1995, o nível de aprovação desta instituição aumentou significativamente. A situação melhorou ainda mais entre 1997 e 1999, isto é, no período das duas peregrinações papais à Polónia.

Segundo vários especialistas²¹⁷, essa mudança na opinião pública acerca da Igreja Católica tinha uma relação directa com as visitas de João Paulo II e o seu ensinamento aos polacos durante as estadias na sua terra natal.²¹⁸

O impacto negativo da percepção da posição da Igreja pelos polacos intensificou-se por causa das aulas de religião e moral dadas nas escolas públicas em 1990 e antes do estabelecimento da lei do aborto em 1993, o qual foi um compromisso entre a direita e a esquerda polaca. As reacções negativas e uma onda de anti-clericalismo na sociedade polaca surgiram também no período marcado pelos debates sobre a Concordata. Os representantes de governos pós-comunistas levantaram vários obstáculos à questão da possibilidade de ratificar a Concordata entre a Santa Sé e a República da Polónia. O documento foi assinado em 28 de Julho de 1993 na sede de Conselho de Ministros pelo arcebispo Jozef Kowalczyk, Nuncio Papal na Polónia, e por Krzysztof Skubiszewski, Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Hanna Suchocka. Desde a queda do referido gabinete não foram tomadas quaisquer decisões-chave sobre a aplicação da Concordata. Enquanto isso, após as eleições do Outono de 1993 que foram ganhas pelos pós-comunistas, os novos governantes da Polónia

²¹⁷ Segundo G. Weigel, a peregrinação papal de 1997 foi preparada pela Igreja melhor do que em 1991. Os bispos em 1997 já tinham ao seu dispor a Agência Católica de Informação, que foi fundada pela Conferência Episcopal. A instituição ajudou a transmitir de melhor forma no meios de comunicação social a peregrinação, (ver Weigel G., *The End and The Beginning*, p. 644).

²¹⁸ „Kościół w Trzeciej Rzeczypospolitej” (A Igreja na Terceira República da Polónia), o estudo de CBOS, Maio 1999, p. 7.

começaram a usar a questão da ratificação deste documento como um argumento útil para ganhar capital político. Os representantes do partido SLD argumentando de que a Concordata constituía uma ameaça ao laicismo do Estado polaco, conseguiram com isso bloquear a ratificação deste documento por um período de cinco anos. Além disso, os meios de comunicação social ligados à esquerda e os movimentos liberais pegaram na Concordata para "assustar" a sociedade polaca. O debate acalorado nos órgãos de comunicação social polacos no período dos governos de Józef Oleksy e Włodzimierz Cimoszewicz sobre as relações entre o Estado e a Igreja foi estéril e desprovido de referências às disposições da Lei da Concordata. Este não trazia consigo nenhuma ameaça ao secularismo na República da Polónia, nem dava nenhuma prioridade à Igreja Católica. De facto, o documento era apenas um acordo internacional comum que regulamentava as relações entre os dois países.

A Concordata entre a Polónia e a Santa Sé referia a Constituição do Concílio Vaticano II “*Gaudium et Spes*”, e também foi usada uma fórmula adoptada na Concordata firmada entre o Estado italiano e a Santa Sé em 1984, a qual em grande parte serviu de modelo para o desenvolvimento da Concordata polaca. A nova regra foi adoptada no lugar de outra, que antigamente definia o estado de separação entre a Igreja e o Estado. A Concordata polaca expressou esta nova regra com as seguintes palavras: “A Polónia e a Santa Sé confirmaram que o Estado e a Igreja Católica são – cada um no seu campo – um, com independência e autonomia, e se comprometem a respeitar plenamente este princípio nas suas relações mútuas e na cooperação para o desenvolvimento humano e do bem comum” (artigo 1). Essa regra foi também mais tarde inscrita como um dos princípios fundamentais da Constituição polaca aprovada pelo referendo de 1997.²¹⁹

²¹⁹ Constituição da República da Polónia de 1997, artigo 1. Wydawnictwo Sejmowe, Varsóvia, 1997.

B) AS NOVAS REALIDADES DA POLÍTICA EXTERNA POLACA

A prioridade de colocar a primeira visita do chefe do primeiro governo democrático pós-guerra no Vaticano podia ser visto não só como uma homenagem ao esforço da Santa Sé e à Igreja Católica durante o pontificado de João Paulo II na luta pela liberdade da Polónia, mas também na manutenção de um certo equilíbrio entre o Bloco de Leste e os países da Europa Ocidental. A Terceira República da Polónia apesar de ser um Estado com estruturas cada vez mais independentes continuava com uma intensa dependência da União Soviética, não apenas ao nível económico e político, mas também militar. Na Polónia, no final da década de 80 ainda estavam estacionadas 70 mil tropas soviéticas. Ao nível diplomático também as novas autoridades polacas continuavam com funcionários ligados ao partido comunista ou pessoas submissas ao antigo regime. Mesmo dentro da administração estatal ainda não estava claro depois da vitória eleitoral de Junho de 1989 quem iria continuar no poder.²²⁰ Em conversações de bastidores, o general Wojciech Jaruzelski propôs a formação de um governo de coligação presidido pelo general Tadeusz Kiszczak, ex-ministro dos Assuntos Internos. Lech Wałęsa avançou com o nome de Tadeusz Mazowiecki. Michnik sugeriu o compromisso de “o vosso presidente, o nosso primeiro-ministro” como base para acordo, uma sugestão retomada pelo Presidente de Estados Unidos, George C. Bush, que estava de visita à Polónia e que no dia 10 de Junho, discursou para ambas as câmaras do Parlamento polaco. Também outro líder do Solidariedade, Jacek Kuron naquela altura disse na televisão que era essencial deixar a presidência para Wojciech Jaruzelski de modo a tranquilizar a União Soviética acerca da posição da Polónia no Pacto de Varsóvia. No dia 19 de Julho de 1989, o general foi eleito pelo Parlamento, ganhando apenas por um voto. A 12 de Setembro, Tadeusz Mazowiecki indignou o seu governo, que incluía cinco ministros do partido comunista, entre os quais o general Tadeusz Kiszczak, como Ministro do Interior, e general Florian Siwicki – o mais próximo colaborador de Jaruzelski – como Ministro da Defesa, para garantir ao Kremlin que o seu sistema de segurança estava a salvo.²²¹

O início da realização da política externa da Terceira República da Polónia foi ainda fortemente condicionada pela existência da União Soviética. Para os líderes do

²²⁰ FRANKLAND Mark, “Victor in a duel without bullets” in “The Observer”, 11.06.1989, p.25.

²²¹ ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, p. 353.

primeiro governo democrático polaco era claro que enquanto esta se mantivesse de pé, as mudanças na Europa Central não estavam garantidas, nem no caso polaco, nem no caso dos outros países. Apesar de domínio de Moscovo sobre estas nações desde 1945 ter motivos ideológicos – como os imperativos do comunismo – existiam também razões geopolíticas, resultantes da Realpolitik imperial da Rússia soviética. De facto, os sinais vindos de Moscovo ao longo de três anos após 1989 eram muito inconsistentes e, na maioria dos casos, acentuavam a incerteza relativamente à verdadeira posição da União Soviética perante a Primavera dos Povos que se ia desenrolando do lado de fora das suas fronteiras. O *putsch* falhado em Agosto de 1991, que pretendia travar a desintegração da União Soviética, demonstrava que havia forças na Rússia que não aceitavam o colapso do comunismo e a desintegração do bloco. Mas as forças centrípetas mostraram-se mais fortes. A 12 de Dezembro de 1991, os líderes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia confirmaram a desagregação da União Soviética. Isto não significava que o Kremlin passava a renunciar às suas ambições hegemónicas na região, mas deu à Polónia a margem de manobra que lhe permitiria proceder a mudanças internas e pôr em marcha uma revisão integral da sua política externa.²²²

Um acontecimento importante para a política exterior da Polónia democrática foi também a reunificação da Alemanha. Os vizinhos ocidentais dos polacos queriam assegurar o êxito desta situação difícil, e por isso procuraram evitar quaisquer acções que pudessem incomodar Moscovo, para que não lhes levantassem obstáculos. Por si só a reunificação da Alemanha vinha criar uma nova realidade geopolítica no continente europeu. Isto representava um importante desafio para muitos países, também para a República da Polónia. A reunificação alemã tornou premente o estabelecimento de novas estruturas de tratados. No caso polaco trouxe a lume a necessidade da confirmação da fronteira comum aos dois Estados. Governos de vários países da Europa Ocidental assumiram posturas muito cautelosas em relação a estas mudanças. No caso francês, Paris deixou claro que os seus interesses se centravam na manutenção da ordem internacional pré-existente, incluindo a ordem no seio da Europa, e não demonstrou qualquer entusiasmo acerca das consequências geopolíticas que decorreram no continente em 1989.²²³

²²² KUZNIAR Roman, “A Primavera dos Povos de 1989”, in revista “Relações Internacionais”, Setembro 2009., p. 23.

²²³ Ibidem, p. 24

O fim da história da Polónia no bloco de Leste significava um novo desafio para a política externa polaca e o início de uma nova história.²²⁴ Mas antes de definir a direcção da política externa polaca os primeiros governos tiveram que se confrontar com várias dificuldades políticas e económicas que acompanhavam o processo de transição para a democracia. A queda do comunismo não significava uma mudança rápida de sistema político.²²⁵ Com o tempo e dificuldades várias, cristalizava-se o novo palco político e a vida partidária na Polónia democrática.²²⁶ O processo de ajustamento da sociedade polaca teve também muitas turbulências para as novas condições sociais e económicas que para muitos polacos tiveram um preço alto. A liberalização do mercado económico dirigido durante mais do que 40 anos pelos governos comunistas e a transição brusca para o sistema capitalista numa sociedade pouco preparada para tal mudança, gerou várias controvérsias, protestos e contestação social. O novo vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos foi o economista relativamente desconhecido Leszek Balcerowicz, um professor do Instituto de Economia de Varsóvia, que se tornou o arquitecto de uma transformação alargada do sistema económico. A Polónia iniciou então um período de profundas mudanças de sistema em todos os domínios, mudanças que foram acompanhadas por crises, instabilidade política e agitação social. A princípio, “a terapia de choque” de Balcerowicz, que visava passar de uma economia estatal planeada e centralizada para uma economia de mercado aberto, em simultâneo com uma reestruturação acelerada da economia, acentuou ainda mais o declínio económico. Os cofres do Estado, já muito debilitados, e a dívida externa privaram o Governo dos recursos necessários para criar uma rede de segurança social durante a reforma económica, incluindo a possibilidade de travar a rápida subida dos níveis de desemprego. As dificuldades que acompanharam a mudança de sistema fizeram subir a temperatura da competição política durante os primeiros anos da Terceira República da Polónia. Segundo vários autores este era o preço inevitável das mudanças que restituiram a Polónia à Europa.²²⁷

O caminho percorrido pela República da Polónia na direcção da União Europeia foi mais complexo e demorado no tempo, do que no caso da sua integração na Aliança

²²⁴ PACZKOWSKI Andrzej, “Jesień Ludów 1989 (1989: O Outono dos Povos)”, in suplemento de “Tygodnik Powszechny”, 08.11.2009. p.7-8.

²²⁵ Os comunistas não deixaram logo o palco político. Na Polónia não foi realizado o processo de comunicação, onde se penalizava comunistas com o período de afastamento de vários anos da política (como por exemplo, na RDA e na Checoslováquia).

²²⁶ RESENDE MEYER Madalena, *The Unintended Effects of Europe on Central and East European Party systems: Poland and Beyond*. Tallina University Press, Tallinn, 2009. p.175.

²²⁷ KUZNIAR Roman, “A Primavera...”, p. 25.

Atlântica. Este facto teve que ver com as questões económicas que no início da transição causaram na Polónia muita polémica e confusão. Enquanto para a maioria dos cidadãos polacos o argumento de colocar o país numa organização internacional que pudesse garantir a segurança externa era indiscutível, para uma parte alargada da sociedade a situação financeira e económica do país depois da possível entrada na União Europeia gerava muita polémica. O próprio ministro de Negócios Estrangeiros da Polónia apontava que a força fundamental do Estado era sempre a economia. Num dos seus discursos, Krzysztof Skubiszewski observou que um Estado economicamente fraco vê limitadas as suas possibilidades de agir na arena internacional. O chefe da diplomacia polaca sublinhou que as hipóteses da Polónia residiam, acima de tudo na “eficácia económica e organizacional”, e o dever da política externa era “criar condições para que fosse possível o apoio externo para a reconstrução e para a modernização civilizacional do país.” O ministro de Negócios Estrangeiros admitiu que por falta de meios económicos a Terceira República da Polónia não tinha capacidade actuar no palco internacional. – Dada a nossa actual situação económica, de tempos a tempos, na nossa política externa, somos obrigados a evitar várias coisas por ainda sermos economicamente tão fracos – disse Krzysztof Skubiszewski no seu discurso no Parlamento polaco no dia 7 de Setembro de 1990.²²⁸

A melhoria da situação económica e a mudança de estilo de vida eram vistas pela sociedade polaca, durante as últimas décadas do comunismo, como as mais importantes e necessárias transformações e avistavam a possibilidade de saída do comunismo como “um sonho americano”, esperando que o efeito de fim da ditadura permitisse aumentar a prosperidade. No final da década de 80 e no início da governação do gabinete de Tadeusz Mazowiecki, cresceu na Polónia o interesse pelo seu desenvolvimento económico. Mas a transformação de uma economia de Estado, planeada centralmente, numa economia de mercado livre, não era um processo fácil. Pelo contrário, para muitos polacos os primeiros anos de democracia polaca foram marcados por sacrifícios muito dolorosos. Ainda no final da época do comunismo a situação da economia polaca era catastrófica. O novo governo de oposição de Solidariedade herdou dívidas gigantescas, um sistema de segurança social oneroso e uma inflação de 586 por cento. As indústrias-bandeira da era soviética, tais como a do aço e a da construção naval, não só se revelaram incapazes de tirar a economia da crise,

²²⁸ SKUBISZEWSKI Krzysztof, “Raison d’être of the Polish Republic”, in “Polityka Polska”, 21.01.1993, p. 301.

como provocavam uma constante hemorragia financeira.²²⁹ Uma vasta parte da sociedade ligada a este sector profissional ficou de um dia para outro numa situação instável e com um futuro incerto. Curiosamente o despedimento de trabalhadores em massa aconteceu nas grandes fábricas que foram os principais locais de activação da oposição do sindicato Solidariedade. Os melhores exemplos desta injustiça social pós-comunista foram a fábrica naval em Gdansk e a fábrica de tractores de Ursus, em Varsóvia. A fábrica de tractores Ursus em Varsóvia empregava no fim de comunismo 18 mil trabalhadores, entre os quais muitos faziam parte da oposição democrática. Após os 5 primeiros anos de democracia foram despedidos 75 por cento dos funcionários. Ursus no período da transição fazia parte dos primeiros grupos de protesto de operários contra as autoridades da Terceira República da Polónia. Os sindicalistas e trabalhadores desta fábrica aproximaram-se a partidos como a Liga das Famílias Polacas (Liga Polskich Rodzin – LPR) e o Partido Lei e Justiça (Prawo i Sprawiedliwość – PiS).

Tanto em Ursus, como na fábrica naval em Gdansk os líderes da oposição, após 1989, tornaram-se as principais figuras do palco político polaco, no entanto, várias pessoas, mesmo membros da oposição democrática durante o comunismo, perderam o seu posto de trabalho nas novas circunstâncias de vida capitalista, cada vez mais presente na economia do país.

O problema da reestruturação da economia comunista surgiu também em várias partes da Polónia menos industrializadas, como por exemplo, na região de Suwalki, no norde-leste do país, onde no início dos anos 90 se registou um nível de desemprego de 30 por cento. Esta área do território polaco pouco industrializada precisava de tempo para se habituar às novas circunstâncias de mercado livre. Nas outras partes do país foi mais fácil arranjar trabalho, mas entre 1991 e 1993 em toda a Polónia se registou um aumento significativo do nível de desemprego – de 6,6 para 14,2 por cento.²³⁰

A transição de economia comunista para uma nova realidade de capitalismo foi realizada com muito vigor. As medidas ousadas tomadas pelo Ministro de Finanças polaco nos primeiros meses convenceram o mundo de que a Polónia estava a falar a sério, e em 1990 o Fundo Monetário Internacional concedeu-lhe um crédito de 700 milhões de dólares e o Banco Mundial de 1,5 mil milhões. A primeira etapa de mudanças foi marcada pelo processo de privatizações públicas, entre as quais várias passaram de ser nacionais de um dia para outro, frequentemente provocando

²²⁹

ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, p. 371.

²³⁰

Dados de Instituto Nacional de Estatística polaco em Varsóvia.

despedimentos colectivos. Esta questão preocupava não só sociedade polaca, mas também os principais partidos da oposição, especialmente o Partido Social-democrata (ex comunistas), bem como o Entendimento Centro (Porozumienie Centrum) da direita polaca, e os membros de sindicato Solidariedade. As bruscas mudanças deixaram uma vasta parte do povo deprimido pelo desequilíbrio causado pela completamente nova realidade económica, indiferente à evolução do mercado polaco. Em Março de 1991 foi cancelada quase metade da dívida externa da Polónia. No ano seguinte, todas as explorações agrícolas estatais foram vendidas e viram-se os primeiros sinais de melhorias, não obstante as difíceis condições criadas pela recessão mundial. Em 1992, a produção industrial subiu 4 por cento e a produção agrícola 12 por cento. Em 1993, o produto interno bruto (PIB) subiu 3,8 por cento, a metade deste crescimento deveu-se ao sector privado. A inflação desceu para 35 por cento e o povo polaco começou a habituar-se aos impostos como IRS e IVA. Nos anos seguintes continuou a privatização das grandes empresas públicas. O investimento estrangeiro, apesar de desencorajado por um complicado sistema regulatório e fiscal, começou a afluir à República da Polónia – 33 mil milhões de dólares nos cinco anos seguintes.²³¹

Contudo, aquele período de quatro anos muito difíceis e politicamente instáveis em que estava de nascer uma nova república foi suficientemente longo para transformar completamente a política externa. E isto deveu-se ao facto de o realizador principal do novo modelo de política externa polaca, o ministro Krzysztof Skubiszewski, ter conseguido manter a sua independência, mesmo no meio da dura batalha política interna. Uma questão adjuvante foi o consenso informal no seio da classe política polaca acerca dos princípios fundamentais da política externa: a orientação para a Europa e as relações com o Leste. Com efeito, embora a nível doméstico a classe política decidida fosse incapaz de dar um verdadeiro apoio àquele modelo de política externa, o facto é que também não lhe levantou dificuldades. A fragilidade económica da Polónia foi um grave problema durante este período, o que implicou limitações materiais no modo de pôr em prática a nova política externa.²³²

Para além dos problemas complexos a nível interno, os governos da Polónia, tal como os de outros países da Europa Central e de Leste, tiveram ainda de se confrontar

²³¹ ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, p. 371.

²³² Ibidem, p. 26

com sérios desafios a nível externo.²³³ No caso da Polónia foi muito importante o estabelecimento de relações com os novos países que apareceram na sequência da queda da União Soviética e Checoslováquia, bem como a reunificação da Alemanha. Apenas algumas semanas depois da formação do governo contractual, em Setembro de 1989, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Krzysztof Skubiszewski, estabeleceu relações diplomáticas com as repúblicas soviéticas da Lituânia, da Bielorrússia e da Ucrânia, como se fossem Estados soberanos. Decorrido um ano, assinou acordos bilaterais com a Ucrânia, ignorando os clamores na Ucrânia, de exigência de um pedido de desculpas da Polónia pela Operação Vístula²³⁴, e na Polónia de exigência de um pedido de desculpas da Ucrânia pela limpeza étnica da Volínia. As relações com a Bielorrússia viram-se limitadas pela sua proximidade com a Rússia, as relações com a Lituânia foram complicadas pela estridente minoria polaca do país, que exigia o estatuto de minoria especial. Em resposta, o ministro Skubiszewski declarou que a Polónia nunca procuraria rever a sua fronteira com a Lituânia e que não considerava os Polacos residentes no país outra coisa que não cidadãos lituanos. Esta atitude face às minorias polacas além-fronteiras contrastou de forma nítida com o irredentismo demonstrado por outros Estados da região, nomeadamente a Hungria, a Eslováquia e a Sérvia. Mas as relações com a Lituânia permaneceram tensas, em parte porque o nacionalismo lituano se definira desde o princípio, por oposição à República da Polónia, e também porque a Rússia não estava disposta a abrir mão do seu domínio na região.²³⁵

C) OS PRIMEIROS PASSOS NA DIRECÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A atitude da hierarquia da Igreja Católica na Polónia face à adesão à União Europeia prende-se com a difícil história contemporânea deste país. Se por um lado, o

²³³ DIMITROV Vesselin, “Transições políticas na Europa Central e de Leste. Dimensões interna e externa”, in revista “Relações Internacionais”, Setembro 2009., p. 23.

²³⁴ A operação Vístula conhecida como Operação Wisla, tem o nome secreto dado em 1947 à operação de deportação de populações de ucranianos e lemkos do sudoeste da Polónia e foi levada a cabo pelas autoridades comunistas polacas com a ajuda da União Soviética e da Checoslováquia comunista. O objectivo declarado da operação era a supressão do Exército Insurgente Revolucionário da Ucrânia (UPA), ao qual se atribuiu o terror e o assassinato de polacos nos territórios sul-orientais desde 1944.

²³⁵ ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, p. 367.

desejo de liberdade da confissão limitado pelos comunistas durante 40 anos orientava uma vasta parte de membros da Conferência Episcopal da Polónia, por outro lado, a perspectiva de perder mais uma vez a soberania cedendo uma parte do poder às instituições europeias colocava angústias e fazia lembrar os pesadelos e os traumas do domínio soviético passado. De mesma forma, se viu esta distância na política do Papa polaco. João Paulo II apesar de representar uma onda cosmopolita e pró-europeia mantinha fortes convicções patrióticas, que na nomenclatura dos países ocidentais, que em vários casos já abandonaram as tradições patrióticas, eram reconhecidos como uma face nacionalista. Para além disso, a maioria dos cardeais e bispos polacos estava convencida que o melhor caminho para o futuro da Polónia era a aproximação aos países da Europa Ocidental, bem como adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). A principal razão para esta posição relacionava-se, não apenas com a duvidosa questão do aspecto económico, mas sobretudo com a questão da segurança interna e externa da Terceira República da Polónia.²³⁶

Na política do primeiro governo polaco pós-comunista estava claro que a questão mais importante para o país era o assunto de recuperação da soberania. Tadeusz Mazowiecki falou sobre isso no seu primeiro discurso. No dia 12 de Setembro de 1989 o primeiro-ministro disse no Parlamento: „Desejamos viver com dignidade num Estado soberano, democrático, governado por leis.” O primeiro-ministro da Terceira República da Polónia sublinhou que „as relações internacionais baseadas na soberania e na parceria são mais estáveis do que a ordem assente no domínio da força”, e que „as relações com a União Soviética devem ser estruturadas com base no respeito pela soberania do nosso Estado, sendo nós completamente livres para formarmos a nossa própria política interna”.²³⁷

No final de Setembro de 1989, o ministro de Negócios Estrangeiros da Polónia apresentou os princípios da política externa do país na Assembleia Geral das Nações Unidas. Na sua primeira aparição internacional no desempenho das suas funções, num discurso claro referiu-se às implicações militares da localização geoestratégica da República da Polónia e de toda a região.²³⁸ As declarações do chefe de diplomacia polaca mostraram o argumento de que o governo de Mazowiecki devia continuar o que

²³⁶ A sondagem de “Tygodnik Powszechny” realizada entre os membros de Episcopado da Polónia provou que para muitos bispos a questão da segurança exterior da Polónia é um argumento muito importante.

²³⁷ KUZNIAR Roman, “A Primavera...”, p. 26

²³⁸ SKUBISZEWSKI Krzysztof, “Raison d’être...”, p.301.

a sociedade polaca já tinha começado: a transformação geopolítica da Europa de Leste. Isto representava especificamente a rejeição da divisão da Europa em esferas de influência. “Zonas de segurança não podem significar o mesmo que esferas de influência”, disse Krzysztof Skubiszewski perante a Assembleia-Geral em Nova Iorque. Referindo-se ao Pacto Ribbentrop-Molotov, fez um apelo a que se pusesse fim à influência que determinados acontecimentos passados exerciam sobre uma parte essencial das relações internacionais contemporâneas.”²³⁹

A vontade de conduzir a sua política externa foi apenas um passo na direcção de mudanças irreversíveis do novo Estado polaco. Os líderes do país ainda no ano 1989 declararam conquistar uma certa „visão de paz e de liberdade numa região que na época contemporânea tem estado demasiadas vezes numa arena de conflitos, de divisões e de dominação”.²⁴⁰

A recuperação da soberania significava para os polacos tentativas de conduzir a sua diplomacia em matérias externas de maneira independente e voltar à política livre, como antes da Segunda Guerra Mundial. Do mesmo modo os primeiros líderes da Terceira República da Polónia optaram pela liberdade de escolha dos caminhos na política internacional. Um dos princípios do novo poder polaco foi “o regresso à Europa”. Este slogan muito comum na Polónia após a queda da ditadura significava a possibilidade de voltar aos valores e princípios da Europa, pois o sistema comunista opunha-se a eles. Apesar de depois de 1945 o território polaco continuar a fazer parte da Europa, e os seus cidadãos permanecerem europeus, o regime tinha um forte vínculo ao Kremlin e colocava a sociedade polaca numa zona baseada nas regras de totalitarismo, marcadas pela violência, o medo e o controle autoritário. Os polacos não puderam participar na criação de um quadro institucional para a Europa unida, e mantiveram-se fora da comunidade criada após a Segunda Guerra Mundial pelas nações da metade ocidental do continente. As transformações que decorriam na Polónia após as eleições de Junho de 1989, e as que se seguiram, tanto na política interna como na externa, eram a manifestação desse desejo de regressar à Europa.²⁴¹ A concretização desta ideia na política realizada no patamar internacional pelas elites polacas precisava de anos para ganhar forma, mas desde o início os líderes polacos deixaram bem claro que o seu objectivo era devolver a Polónia à Europa e ao Ocidente, bem como fazer dela um país

²³⁹ Ibidem

²⁴⁰ Ibidem

²⁴¹ KUZNIAR Roman, “A Primavera...”, p. 26.

ocidental no pleno sentido da expressão. A tarefa não foi fácil e várias vezes foi posto em causa por todos aqueles que não entendiam o seu significado profundo, mas também aqueles que esperavam que depois de saída de um bloco internacional a Polónia ganhasse plena autonomia, força e eficácia na sua política externa sem compromissos com outros países em organizações onde podia ser posta em causa uma parte da liberdade e soberania do Estado democrático recém-nascido. No início do processo de transição para a democracia apareceram na Polónia vários grupos que se opuseram à ideia da integração polaca nas estruturas dos outros países ou organizações internacionais. A Polónia seguia o caminho dos outros países da Europa Central e de Leste que foi marcado pela falta de eficácia dos governantes, mas também pelos complexos problemas a nível interno. Os governos dos países desta região tiveram ainda de se confrontar com sérios desafios a nível externo. O mais importante destes desafios tinha sido talvez o de lidar com as múltiplas exigências decorrentes do acesso à integração na União Europeia.²⁴² No período das negociações das condições de adesão às estruturas europeias começou a crescer o número de oponentes à integração europeia.

Desde o início do novo governo polaco liderado por Tadeusz Mazowiecki que se colocava nos discursos do seu chefe, bem como no dos seus ministros, o destaque no sentido da europeização do país. Isto significava a reconstrução e o reforço das relações bilaterais com os principais Estados europeus, assim como o relacionamento com as instituições multilaterais que emergiram após a Segunda Guerra Mundial com o objectivo de consolidar o mundo ocidental. Nos primeiros meses de governo de Tadeusz Mazowiecki os discursos oficiais ainda incluíam garantias de que a Polónia estava pronta a respeitar as obrigações decorrentes das suas alianças e a cooperar com os países do COMECON. Essas garantias eram apenas uma aplicação da atitude de evitar uma reacção nervosa ou uma oposição obstinada por parte do Kremlin. Os mesmos motivos causaram que os objectivos da orientação polaca para Europa Ocidental só foram revelados de forma gradual, à medida que a situação no continente foi evoluindo. A Terceira República da Polónia teve neste processo uma participação muito activa.²⁴³

Apesar da queda do comunismo na Polónia e do processo de democratização da União Soviética, as relações entre os países foram no início de década de 90 bastante tensas. Existia um grande número de tropas russas estacionadas no território polaco e a Rússia ainda esperava manter o país na sua esfera de influência. Ambas as partes foram

²⁴² DIMITROV Vesselin, “Transições políticas...”, p. 24.

²⁴³ KUZNIAR Roman, “A Primavera...”., p. 28

cautelosas, a Polónia absteve-se de levantar a questão das tropas e os soviéticos reconheceram formalmente que o massacre de Katyn²⁴⁴ fora perpetrado pelo Comissariado do Povo para Assuntos Internos (Narodniy Komissariat Vnutrennikh Del - NKVD), um gesto que foi muito apreciado na Polónia.²⁴⁵

A evolução dos princípios da política externa polaca decorreu em circunstâncias difíceis tanto dentro de país como fora dele. Naquela altura costumava dizer-se que a volatilidade da cena política, a fragilidade das novas instituições democráticas e o desastre económico herdado da República Popular da Polónia, nunca poderiam construir uma fundação sólida para a diplomacia²⁴⁶

Mas as turbulências no processos de transição do comunismo para o capitalismo não foram tão preocupantes como o perigo real de Moscovo manter a sua posição hegemónica na região da Europa Central e de Leste. Por isso, o governo de Mazowiecki até ao final da sua governação concentrava-se em ir „gradualmente criando factos e não em palavras radicais mas ocas”.²⁴⁷

Em Março de 1990 a diplomacia polaca começou a dar os primeiros passos na direcção das estruturas ocidentais. O ministro de Negócios Estrangeiros, Krzysztof Skubiszewski, visitou o quartel geral da Aliança Atlântica, o que na prática significava o estabelecimento de relações diplomáticas entre a República da Polónia e a NATO. Alguns meses mais tarde os líderes desta organização apresentaram aos países ex-membros do Pacto de Varsóvia a iniciação do processo de desenvolvimento das relações militares, reconhecendo que ambos os blocos militares deixaram de ser concorrentes.

O maior passo na direcção das estruturas ocidentais foi dado pelo governo liberal de Jan Krzysztof Bielecki. O seu gabinete no dia 10 de Setembro de 1991 durante uma sessão de forum do Conselho Atlântico em Washington apresentou uma moção de integrar as estruturas da Aliança Atlântica os países da Europa Central e de Leste. O representante do governo polaco sublinhou que a proposta é uma forma de garantir a democracia e a liberdade.

²⁴⁴ Katyn, localidade na Rússia Ocidental, onde na Primavera de 1940 foram assassinados pelo NKVD milhares de polacos.

²⁴⁵ ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, p. 368.

²⁴⁶ KUZNIAR Roman, “A Primavera...”, p. 29

²⁴⁷ SKUBISZEWSKI Krzysztof, “Budowaliśmy od podstaw politykę zagraniczną Polski” (Estávamos a construir desde os fundamentos a política estrangeira), in “Państwo i Prawo”, n.º 3, 1994, p. 14-15.

O ano 1991 deu acontecimentos importantes para o futuro mapa da Europa. A fragmentação da União Soviética foi um ponto de viragem. A República da Polónia foi o primeiro país a reconhecer a declaração de independência da Ucrânia e o segundo a reconhecer a Lituânia. A situação era mais complicada em relação à Bielorrússia, que se indentificava mais próxima da Rússia e onde os nacionalistas reclamavam grandes áreas do antigo Grão-Ducado da Lituânia.²⁴⁸

Os primeiros líderes da Terceira República da Polónia orientavam-se no sentido da colaboração dentro da região da Europa Central. No início dos anos 90, as elites polacas rumaram na direcção da colaboração entre os países vizinhos. Em Fevereiro de 1990 Lech Wałęsa encontrou-se com os presidentes Vaclav Havel, da Checoslováquia, e Jozsef Antall, da Hungria, em Vysehrad, em Praga. Neste encontro foi concluído um acordo tripartido de modo de estabelecer um quadro da acção regional conjunta. Os polacos propuseram uma adesão conjunta à União Europeia mas esta sugestão foi rejeitada pela Checoslováquia, a qual, sendo economicamente mais poderosa contava aderir mais cedo sozinha. A Polónia pretendia também que o Grupo de Vysehrad, como ficou conhecido, fosse uma ponte para a Europa para países como a Lituânia, mas esta proposta também foi rejeitada.²⁴⁹

Apesar do Grupo de Vysehrad nunca se ter tornado uma organização que contou com a forte colaboração dos seus membros, foi o palco de apresentação da vontade dos antigos países do Bloco de Leste de se juntar aos Estados da Europa Ocidental. No dia 15 de Fevereiro de 1991 foi assinada a Declaração Vysehrad, onde foram aceites pelos presidentes da Polónia, Checoslováquia e Hungria, os principais alvos de cooperação entre estes países. Naquele dia, durante as negociações foi confirmada pelas autoridades destes três países uma tarefa superior deste documento que foi a integração nas estruturas euro-atlânticas. Em Vysehrad foram também acordados pelos presidentes os alvos comuns na política internacional e no dia 5 de Outubro de 1991, em Cracóvia, foi tomada a decisão de que além da cooperação na esfera internacional os membros do Grupo de Vysehrad iriam colaborar também no quadro da economia, transportes, ambiente e ciência. Na Declaração de Cracóvia os presidentes da Europa Central e de Leste mencionaram o seu desejo de aceitação de acordos sobre a liberalização mútua do comércio. Esta foi a base de criação, no dia 1 de Março de 1993, do Acordo Centro-

²⁴⁸ ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, p. 368.

²⁴⁹ SKUBISZEWSKI, Krzysztof, “Polish foreign policy in 1991”, in Relatório Anual de Ministério de Negócios Estrangeiros da Polónia de 1991, Varsóvia, 1993, p. 16.

Europeu de Livre Comércio (CEFTA). Contudo, na maioria dos casos os encontros dos parceiros do Grupo de Vysehrad concentraram-se nas questões de política internacional e no apoio mútuo para se tornarem membros das estruturas euro-atlânticas.

A iniciativa de Vysehrad teve também os seus momentos menos felizes. Os valores do Grupo estavam mais próximos dos políticos e menos das sociedades destes três países. As diferenças que surgiram de forma natural durante o processo de ajustamento à política do mercado livre provocaram ansiedade por parte de alguns políticos e fizeram-nos pensar sobre tornar o processo de integração europeia mais lento. Na sequência disto os membros da organização começaram a concorrer entre si, provocando rupturas dentro da unidade do Grupo e a criar a convicção de que a continuação desta forma de colaboração era desnecessária.

Os líderes polacos, ligados aos partidos de democracia cristã tentaram aproximar-se dos países da Europa Ocidental na base da Iniciativa da Europa Central (IEC), uma organização de colaboração de países constituída em 1989 pela Itália, Hungria, Austria e Jugoslávia. Na sua fase inicial chamou-se Quadrangone, e depois de entrada da Checoslováquia em 1990 e a Polónia em 1991 tornou-se Hexagone. O seu nome actual perdura desde 1992.

O início da actividade da Iniciativa da Europa Central esteve ligado à diplomacia italiana. A organização ia preencher o espaço vazio depois da queda do Bloco de Leste e prevenir uma possível dominação da Alemanha na Europa Central. Uma tarefa muito importante da nova organização internacional foi facilitar os contactos entre ex-países comunistas preparando bases para a futura cooperação com o Ocidente. A IEC ajudou e continua a trabalhar para o estabelecimento da unidade europeia no quadro político, económico, social e da segurança. E apesar da organização ter poucas oportunidades – especialmente na base das consultas políticas, apoio às instituições democráticas, ao respeito pelos direitos humanos e na colaboração económica, principalmente nas zonas fronteiriças – a Iniciativa da Europa Central ajudou os líderes polacos a afirmar o seu desejo de se juntar na colaboração com os países ocidentais.²⁵⁰

O maior passo na direcção da integração europeia foi feito ainda durante 1991 pelo novo governo de Jan Olszewski. O gabinete minoritário feito pelos vários partidos

²⁵⁰

A Iniciativa de Europa Central criou uma oportunidade de cooperação dos países do Bloco de Leste com Ocidente Europeu, representado pela Itália e Austria, que naquela altura só se candidatava à CCE. Hoje em dia os membros da IEC são: Albânia, Austria, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Montenegro, Croácia, Republica Checa, Servia, Polónia, Moldávia, Romenia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Itália, Ucrânia.

da direita funcionava já em condições mais favoráveis do que a equipa de Mazowiecki. A maior mudança na política internacional foi o desmantelamento da União Soviética no dia 8 de Dezembro de 1991. Este acontecimento deu ao novo governo polaco um estímulo à afirmação do desejo da maioria da nação de agir oficialmente no quadro da aproximação do país à Comunidade Económica Europeia e à Organização do Tratado do Atlântico Norte. Pela primeira vez, nos documentos oficiais do Ministério da Defesa foi escrito que a participação nas estruturas da Aliança Atlântica era um alvo estratégico da política de defesa da República da Polónia.²⁵¹ Ao seguir este passo na direcção do Ocidente europeu, no dia 16 de Dezembro o ministro Leszek Balcerowicz assinou o tratado de associação da Polónia com a Comunidade Europeia, a EURATOM e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

O primeiro-ministro Jan Olszewski manifestou mais claramente do que Tadeusz Mazowiecki o desejo do povo polaco de se juntar às estruturas ocidentais. Na sua apresentação dos projectos mais importantes do seu governo sublinhou, em Dezembro de 1991, que a Polónia iria fortalecer a sua ligação à Organização do Tratado do Atlântico Norte. – Reconhecemos esta organização como uma base da segurança europeia e a presença das tropas norte-americanas na Europa como um elemento de estabilidade – disse o primeiro-ministro Jan Olszewski, no dia 21 de Dezembro de 1991.

252

O primeiro gabinete da direita polaca começou a sua governação com a finalização de vários elementos de ordem comunista. Os ministros de Jan Olszewski começaram a negociar a saída das tropas russas do território polaco, bem como o processo de descomunização dentro das forças armadas polacas e no próprio Ministério da Defesa nacional. Os representantes da direita polaca acabaram também com a privatização de empresas públicas, que durante o tempo de anterior governo de Jan Bielecki se tornou um processo de massa. A paragem desta política deixou o gabinete de Olszewski em conflito com os partidos liberais, pró-europeus. Mas o assunto da integração europeia não dividia os conservadores polacos e os liberais. O ministro dos Negócios Estrangeiros continuava o mesmo – Krzysztof Skubiszewski. Os membros do gabinete de Olszewski promoveram a rápida aproximação da Polónia à União Europeia.

²⁵¹ BERES Witold, „Polska droga do NATO” (O caminho polaco para a NATO), in „Gazeta Wyborcza”, 08.02.2007, [<http://wyborcza.pl/1,78302,3905779.html>].

²⁵² OLSZEWSKI Jan, Expose de primeiro-ministro de 21.12.1991, in página de revista „Stosunki Miedzynarodowe”, [<http://www.stosunki-miedzynarodowe.pl/teksty-zrodlowe/przemowienia/1124-expose-premiera-jana-olszewskiego-fragment-dotyczacy-polityki-zagranicznej-21-grudnia-1991-r>].

Neste contexto, o governo da direita polaca chocou-se até com o presidente Lech Wałęsa, que surpreendentemente em Março de 1992 apresentou a sua visão da integração polaca na Europa, baseada nos projectos NATO-bis e Comunidade Europeia-bis. O projecto do chefe de Estado polaco não foi consultado com o governo e de maneira muito visível negava o rumo da diplomacia polaca para a integração nas estruturas atlânticas e na CEE. A ideia NATO-bis, apresentada pela primeira vez durante a viagem de Wałęsa à Alemanha Ocidental, incluía a criação de uma organização internacional de defesa baseada na participação dos países, ex-membros do Pacto de Varsóvia.²⁵³ O presidente polaco explicava que tal proposta podia agradar os líderes da Federação Russa, que nos documentos oficiais ainda tratavam a Polónia como um país da sua zona de influência.

A ideia de NATO-bis era um conceito que agradava a Rússia, que queria da Aliança Atlântica uma garantia de segurança no caso de países da Europa Central e de Leste, que não se vão envolver em políticas contra a Federação Russa. Os líderes do Kremlin preocupavam-se cada vez mais com a aproximação das fronteiras da NATO aos territórios da antiga União Soviética. Era evidente que tanto o exército polaco como as forças húngaras, eslovacas ou checas tinham um grande conhecimento do seu recente aliado do Pacto de Varsóvia. Lech Wałęsa colocando a sua proposta de NATO-bis tentou evitar a irritação por parte de Moscovo, mas o conceito do presidente polaco era pouco realista depois de 1989, quando as nações da Europa Central e de Leste ganharam a liberdade e manifestaram a sua vontade de pertencer à Organização do Tratado do Atlântico Norte e à Comunidade Económica Europeia. Além disso, a ideia de NATO-bis, não consultada com o governo e apresentada na viagem de Wałęsa a Bona criou uma enorme confusão no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Varsóvia. O Ministro Krzysztof Skubiszewski enviou rapidamente informação às embaixadas polacas explicando que o alvo principal da política externa da Polónia se mantinha e incluía uma rápida adesão às estruturas euro-atlânticas.

A proposta de Wałęsa não tratou apenas da integração da Polónia na NATO, mas também sugeriu distância da III República da Polónia face às estruturas da Comunidade Económica Europeia. Na Alemanha Ocidental, o Presidente polaco declarou em nome dos polacos a vontade de construir na Europa Central e de Leste uma organização

²⁵³ SKUBISZEWSKI Krzysztof, “Stosunki pomiędzy Polską i NATO w latach 1989-1993 – przyczynek do historii dyplomacji w III Rzeczypospolitej (Relações entre a Polónia e a NATO entre 1989 e 1993 – introdução da história da diplomacia da Terceira República da Polónia)”, Wykłady Polskiej Rady Biznesu, Varsóvia, 2005, p. 5-41.

chamada CEE-bis, com os antigos membros de Pacto de Varsóvia desta região da Europa. As propostas surpreendentes de Wałęsa criaram a impressão que os líderes da Polónia democrática ainda não tinham definido bem o futuro do país na política internacional. A atitude do presidente polaco contrastava com a declaração de Wałęsa do dia 3 de Julho de 1991 quando durante o seu encontro em Bruxelas o antigo líder do “Solidariedade” disse ao secretário-geral da NATO, Manfred Wörner, que as garantias de segurança da Polónia se encontram na Aliança Atlântica.²⁵⁴

As ideias de NATO-bis e CEE-bis provocaram também uma abertura por parte dos líderes da Organização do Tratado do Atlântico Norte. No dia 12 de Março de 1992 durante a sua visita à Polónia, Manfred Wörner declarou que as portas da NATO estavam abertas para os polacos. Esta declaração tranquilizou as elites polacas que durante os dois anos após a queda do comunismo no país não receberam nenhum sinal por parte das autoridades da Aliança Atlântica de estarem interessadas em acolher a República da Polónia nas suas estruturas.

Durante muito tempo ninguém falou sobre uma possível entrada de um dos ex-membros do Pacto da Varsóvia na NATO, até que em Outono de 1990 chegou à Polónia o secretário-geral da Aliança Atlântica, Manfred Wörner, que em resposta à pergunta sobre a possibilidade de acolher os novos membros dos países das novas democracias, este disse: "Nada indica que esta opção está a ser considerada". Mais ainda, os mais importantes políticos do Oeste sublinharam que não queriam provocar as autoridades do Kremlin com nenhum gesto. Mesmo o Presidente George Bush que manifestou a sua alegria por causa das mudanças decorridas no Pacto de Varsóvia, não concordava com a questão do final desta organização. O ex-secretário de Estado americano, Henry Kissinger, propôs que depois da eventual saída do Pacto de Varsóvia, a Polónia, a Checoslováquia e a Hungria criassem uma "zona neutral". Um dos principais políticos conservadores dos Estados Unidos, Irving Kristol, chegou ainda mais longe apresentando uma proposta para que as fronteiras na Europa fossem garantidas pelos americanos e a União Soviética. Os próprios russos propuseram a substituição dos dois blocos pelas forças europeias de paz, e em seguida declararam a opção de encerrar o Pacto de Varsóvia exigindo o mesmo das estruturas da NATO. Outra questão que se tornou visível naquela altura foi uma grande falta de unidade entre os membros de

²⁵⁴

BEREŚ Witold, „Polska droga...”.

Comunidade Económica Europeia e os países do Grupo de Vysehrad.²⁵⁵ As discórdias entre ambos os lados foram visíveis no primeiro encontro do Conselho de Cooperação da Aliança Atlântica, em Bruxelas, no dia 20 de Dezembro de 1991. Esta entidade iria ser uma plataforma de colaboração da NATO com os países do antigo Bloco de Leste.

Apesar de declarar publicamente a sua vontade de se juntar às estruturas ocidentais, as autoridades da Polónia continuavam cautelosos em relação a Moscovo e muito divididas entre si. No dia 22 de Maio de 1992 o primeiro-ministro Olszewski recusou-se a assinar uma cláusula do tratado de amizade e cooperação entre a Polónia e a Rússia. O novo documento – que surgiu da iniciativa de Lech Wałęsa – considerava que depois da saída das tropas russas do território polaco as bases militares se tornariam propriedade de empresas russo-polacas. Apesar da forte oposição ao documento por parte de Jan Olszewski, o Ministério dos Negócios Estrangeiros polaco assinou-o, facto que provocou uma forte tensão entre o governo conservador e Lech Wałęsa e também o próprio ministro Krzysztof Skubiszewski. Para mostrar o seu desacordo em relação à cláusula, o primeiro-ministro polaco enviou ao presidente um telegrama no qual pedia para não assinar o documento. Nos dias seguintes rebentou uma crise por causa da lista de ex-colaboradores do regime comunista apresentada pelo governo de direita, que incluía nomes da política activa e segundo alguns também o nome do próprio presidente polaco. Wałęsa insatisfeito com o trabalho de governo de Olszewski apresentou no Parlamento a proposta de voto de moção ao governo, o qual acabou por não receber o número de votos de confiança suficientes para sobreviver. Os governos seguintes, de Waldemar Pawlak e Hanna Suchocka, não mudaram o rumo da política externa da III República da Polónia que já estava fortemente orientada para se juntar às estruturas ocidentais.

A diplomacia polaca precisou de algum tempo para expressar claramente e publicamente a sua vontade de se juntar às estruturas das organizações ocidentais. A primeira definição explícita da política polaca foi apresentada pelo ministro de Negócios Estrangeiros, Krzysztof Skubiszewski, antigo membro de Clube dos Intelectuais Católicos e participante de debates do fórum “A Polónia na Europa”. O

²⁵⁵ No dia 20 de Dezembro de 1991, em Bruxelas, realizou-se a primeira sessão de Conselho de Cooperação Atlântica. Este órgão ia ser um fórum de colaboração da NATO com os países da Europa Central. A expectativa de ambos os lados era, por parte dos políticos dos países das novas democracias, exigir da NATO garantias de segurança, enquanto que para o Ocidente, era ainda não provocar Moscovo.

chefe da diplomacia polaca pouco a pouco revelou durante os seus discursos parlamentares as aspirações, sobretudo no período de 1990-1992, do novo Estado democrático se juntar à Comunidade Económica Europeia e à Aliança Atlântica. Em vez de falar de ânimo leve acerca da relação da Polónia com os seus vizinhos do Bloco de Leste, o ministro Skubiszewski salientava que o “regresso da Polónia à Europa” e ao mundo ocidental era uma prioridade. O chefe dos negócios estrangeiros polaco deixou bem claro que estava convencido de que só uma sólida implantação da Polónia na comunidade ocidental possibilitaria a adopção de políticas eficazes em relação aos seus vizinhos de Leste. Desta maneira Krzysztof Skubiszewski rejeitou a pensamento da política externa da Polónia de Jerzy Giedroyc, que teria dado prioridade à política em relação aos países de Leste. O jornalista polaco defendia que “quanto mais importância tivermos na Europa Ocidental maior será o nosso papel a desempenhar no Leste”. Segundo alguns autores, a falha deste pensamento era não considerar que se a Rússia impedisse a Polónia de desempenhar um papel importante no Leste europeu, ou seja, na sua esfera de influência, a Polónia não teria qualquer hipótese de ocupar uma posição de destaque na comunidade europeia.²⁵⁶ Mas por outro lado, o fortalecimento do papel da Polónia na Europa de Leste correspondia ao visível enfraquecimento de Moscovo. A voz do Kremlin naquela altura não era muito forte, nem ninguém se preocupava com ele. O mal finalizado golpe de estado de Janajew mostrou que entre os líderes da União Soviética, havia várias forças e várias opções políticas. Os acontecimentos de Agosto de 1991 ajudaram ao colapso deste país. O veto da Rússia já não foi considerado importante e os países da Europa Central e de Leste exigiram o seu reconhecimento no palco internacional.

²⁵⁶

KUZNIAR Roman, “A Primavera...”, p. 36.

CAPÍTULO 3. AS NEGOCIAÇÕES DA POLÓNIA COM A UNIÃO EUROPEIA E A IGREJA CATÓLICA (1993-2002)

A aproximação aos países do Ocidente, tinha para os polacos um profundo significado ao nível da segurança. À medida que abandonava o Bloco de Leste, a Polónia não se podia permitir a possibilidade de vir a encontrar-se no meio de uma Europa Central instável e incerta, privada de laços institucionais com o Ocidente.

Apesar dos sinais de permissão por parte dos líderes da Aliança Atlântica em 1993 o futuro da presença polaca nas estruturas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) não era certo. Ainda em Junho de 1993 o Secretário do Estado americano, Warren Christopher, anunciou que a entrada de novos países na organização era uma questão para um futuro distante. Nesta altura a Rússia de Borys Jelcyn não tinha uma posição equilibrada sobre o assunto. Apesar do Presidente russo durante o encontro com Lech Wałęsa em Varsóvia, no dia 25 de Agosto de 1993, ter declarado que o Kremlin não se opunha à adesão da Polónia às estruturas da Aliança Atlântica, no final de Setembro do mesmo ano Moscovo enviou uma carta aos líderes dos países ocidentais ameaçando que a integração dos Estados da Europa Central e de Leste na NATO podia provocar o isolamento em relação à Rússia.

A ameaça de Jelcyn não assustou os americanos. Em Outubro de 1993 Les Aspin, Secretário da Defesa dos Estados Unidos, apresentou em Travemünde na Conferência dos Ministros da Defesa dos países membros da Aliança Atlântica o programa da integração dos Estados europeus na NATO, intitulado “Associação para a Paz” (Partnership for Peace). No documento foram definidas regras que iam decorrer no quadro das relações entre os candidatos e a organização ocidental, bem como os princípios de participação nas suas estruturas. Na base do programa estavam acordos bilaterais entre os países candidatos e a NATO.

A ideia subjacente ao novo programa era a resposta dos países membros da Aliança Atlântica face às aspirações dos Estados da Europa Central de Leste de se juntarem às estruturas da NATO. De facto, o novo programa foi uma resposta da Organização do Tratado do Atlântico Norte à carta do Presidente da Federação Russa, Boris Jelcyn, aos líderes políticos dos Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha dirigida em Setembro de 1993. O chefe do Kremlin avisou neste documento que

qualquer aproximação das fronteiras da Aliança Atlântica na direcção do Leste iria ser reconhecido como uma ameaça à segurança da Rússia. O novo programa lançado pela NATO foi um sinal evidente de que apesar de Moscovo ser contra o alargamento da Aliança Atlântica, a adesão dos novos membros na Organização do Tratado do Atlântico Norte era possível.²⁵⁷

O lançamento do programa “Associação para a Paz” revelou a verdadeira face da política americana e as aspirações dos países do Ocidente europeu em garantir a paz, segurança e estabilidade nos terrenos mais a Leste do rio Oder. Deu também um sinal visível a Moscovo de que a Aliança Atlântica estava interessada no seu alargamento geográfico e que a integração dos novos Estados da Europa era possível.

A participação no programa “Associação para a Paz” não era equivalente às garantias de segurança que a Aliança Atlântica dava aos seus membros, segundo o artigo 5.º do Tratado de Washington, que referia que um ataque a um dos membros da NATO significava a obrigação de que os outros se juntassem em apoio à vítima. Oficialmente isto não dava nenhum privilégio na entrada na Aliança Atlântica, mas no caso da Polónia, da República Checa e da Hungria ajudou na sua adesão a esta organização militar.

Em Bruxelas no dia 10 de Janeiro de 1994, durante a Cimeira da Aliança Atlântica foi aceite um documento oficial que tinha todas as condições e regras da participação no programa “Associação para a Paz”. Naquele dia foi dirigido a todos os países europeus um convite à colaboração com a NATO com base nesse programa. Em meados do ano de 1995 entraram nesta cooperação 25 países da Europa.

A colaboração com os países no âmbito da “Associação para a Paz” teve três alvos principais. O primeiro, foi o desenvolvimento da cooperação na área da segurança. O segundo, tratava dos esforços para manter a estabilidade no continente e contava com elementos como: o aumento dos orçamentos da defesa militar, o fortalecimento do controlo civil das tropas, bem como os exercícios conjuntos e o planeamento comum dos membros do programa. O terceiro alvo da cooperação dos países no quadro da “Associação para a Paz”, foi os membros do programa receberem a capacidade para agir em cooperação com a NATO em acções de paz, humanitárias e outras.

²⁵⁷ “Polityka zagraniczna RP 1989-2002” (1989-2002. *A política estrangeira da Republica da Polónia*), redacção R. Kuźniar, K. Szczepanik, Askon, Varsóvia, p. 15-66.

Uma iniciativa importante para o desenvolvimento das relações entre a Terceira República da Polónia e a Aliança Atlântica, foi o documento chamado SOFA (Status of Forces Agreement) estabelecida no âmbito do programa “Associação para a Paz”. Este foi um acordo entre a NATO e os outros países que participaram na “Associação para a Paz” no qual estabeleceram as Forças deste programa. Esta iniciativa concretizou-se através da assinatura de um documento em Novembro de 1995.

No quadro da colaboração dentro da “Associação para a Paz” os países europeus começaram a assinar acordos individuais com a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Estes documentos definiram tarefas na cooperação com a NATO, por exemplo, exercícios de tropas comuns. Para ver a determinação da elite polaca na colaboração com os países da Aliança Atlântica, basta mencionar que a Polónia foi o primeiro Estado a assinar o acordo.

Com o passar do tempo a atitude dos políticos americanos mudava para uma maior abertura da NATO. Ainda em 1994 o ministro dos Negócios Estrangeiros polaco, Andrzej Olechowski, recebeu uma garantia de que a Rússia não iria ter o direito de veto para bloquear a integração da Polónia nas estruturas da Aliança Atlântica. No dia 2 de Fevereiro de 1994, o primeiro-ministro Waldemar Pawlak assinou em Bruxelas o documento sobre o acesso da Polónia ao programa “Associação para a Paz”.

O mais importante para a aproximação da Polónia à Organização do Tratado do Atlântico Norte foi a declaração do presidente americano Bill Clinton, feita durante a sua visita a Varsóvia em Julho de 1994. Durante o seu discurso o chefe de estado dos EUA confirmou que o processo de alargamento da Aliança Atlântica já não era uma questão de „se?” mas de “quando e como?”. No dia 8 de Outubro de 1994 o Congresso americano aceitou a “correção de Brown”, que deu ao Presidente o direito de alargar a cooperação militar da NATO à Polónia, à República Checa, à Eslováquia e à Hungria.

No dia 22 de Outubro de 1996 o presidente Bill Clinton anunciou pela primeira vez a data da possível entrada dos novos membros da Europa Central e de Leste na Aliança Atlântica. O prazo foi estabelecido para o ano de 1999, para comemorar o aniversário dos 50 anos da fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte. O alargamento da NATO tornou-se um facto em Março de 1999 quando os três países da Europa Central e de Leste que antigamente faziam parte do Pacto de Varsóvia: a Polónia, a República Checa e a Hungria, se tornaram os primeiros Estados ex-comunistas a pertencer à Aliança Atlântica.

Em 1993 a situação económica do país era a principal motivação para as mudanças no palco político polaco. Só quatro anos depois da queda do regime comunista os antigos membros do Partido Operário Unificado Polaco (Polska Zjednoczona Partia Robotnicza - PZPR) conseguiram ganhar as eleições parlamentares representando o novo bloco político dos partidos de esquerda, chamado Aliança de Esquerda Democrática (Sojusz Lewicy Demokratycznej - SLD). Após as eleições do Outono de 1993, a coligação com o Partido Camponês Polaco (Polskie Stronnictwo Ludowe - PSL) teve a maioria no Parlamento polaco, praticamente esvaziado de partidos do centro-direita.

Apesar de previsto pela opinião pública, o travão pelos ex-comunistas da privatização de empresas nacionais e o atraso na abertura ao Ocidente, não parou o processo de integração na Comunidade Económica Europeia. Embora um dos lemas da Aliança de Esquerda Democrática (SLD), que ganhou as eleições em 1993, fosse ter uma atitude distante em relação à aproximação às estruturas ocidentais, o rumo à unidade com a Europa Ocidental foi continuado pelas equipas de Waldemar Pawlak do PSL e dos governos seguintes, de Józef Oleksy e de Włodzimierz Cimoszewicz, ambos da SLD. Entre 1993 e 1997 os gabinetes polacos intensificaram o processo de integração da República da Polónia na União Europeia e na NATO.

Apesar dos políticos da corrente democrata cristão terem definido como objectivo a presença da Polónia nas estruturas da Comunidade Económica Europeia, este percurso não estava muito avançado e a primeira acção concreta do Estado polaco nessa direcção apenas ocorreu no início dos anos 90 quando a República da Polónia apresentou o pedido de início das negociações no âmbito da adesão à Comunidade Económica Europeia. O passo seguinte só foi dado mais de um ano depois. Apenas a 16 de Dezembro de 1991 é que os polacos assinaram o Tratado europeu que estabeleceu um diálogo político entre a Polónia e a Comunidade Económica Europeia e iniciou a liberalização do comércio, deixando entrar em vigor a liberalização do comércio dos artigos industriais até ao momento de instituir a zona de comércio livre. Isto facilitou o aumento substancial do intercâmbio comercial entre a Polónia e a Europa. A parte comercial do tratado entrou em vigor em 1992, e a Polónia tornou-se formalmente país associado no dia 1 de Fevereiro de 1994.²⁵⁸

²⁵⁸

BEREŚ Witold, „Polska droga...”.

As mudanças internas nas estruturas de Comunidade Económica Europeia foram factos importantes para a Polónia. No dia 7 de Fevereiro de 1992 foi assinado o Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia, onde através dos seus artigos foi estabelecida a União Europeia. O funcionamento da nova organização entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1993. Uma das regras do Tratado dava a oportunidade formal aos países europeus de se tornarem um Estado-Membro da UE: "Cada país europeu pode candidatar-se ao status de membro da União". Em Junho de 1993 o Conselho Europeu reconheceu o alargamento aos países da Europa Central como um alvo da União Europeia. Naquele documento foram definidos critérios que os candidatos deviam cumprir, como: o respeito pela lei, a democracia, a defesa dos direitos humanos, a economia de mercado e a capacidade de cumprir os deveres atribuídos aos países candidatos à União Europeia.

O período de pré-adesão da República da Polónia começou dirigido pelo governo baseado na coligação de social-democratas (SLD – Sojusz Lewicy Demokratycznej), ou seja, ex-comunistas, com o partido dos camponeses (PSL - Polskie Stronnictwo Ludowe). O líder deste Partido, Waldemar Pawlak, tornou-se o primeiro-ministro do governo de esquerda. O PSL teve muita atenção à questão da futura situação do país após a entrada nas estruturas europeias. Apesar de alguns medos dos membros deste partido e do grupo camponês, de que a integração europeia pudesse trazer à agricultura polaca fenómenos negativos, como por exemplo, a aquisição de terrenos por parte de estrangeiros ou a introdução de limites à produção agrícola polaca, o partido de PSL continuou uma política de apoio moderado ao projecto de adesão da Polónia à União Europeia. O parceiro da coligação governamental, partido SLD, foi mais aberto ao plano da integração europeia.

A prova de boa vontade do governo de Pawlak no processo de aproximação da Polónia às comunidades europeias ocidentais foi o pedido oficial de 8 de Abril de 1994. O documento foi entregue em Atenas ao representante da presidência grega da União Europeia pelo ministro de Negócios Estrangeiros polaco, Andrzej Olechowski. Um mês mais tarde realizou-se na Polónia a primeira visita oficial do presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors.

A abertura da União Europeia aos novos membros teve a sua etapa mais importante ainda no final de 1994, por causa de reunião realizada entre 8 e 10 de Dezembro em Essen, na Alemanha. O Conselho Europeu adoptou ali uma estratégia de preparação dos países da Europa Central e Oriental às estruturas da União Europeia, a

chamada estratégia de pré-adesão. A estratégia de Essen constituiu o desenvolvimento da decisão do Conselho Europeu de Copenhaga, feita em 1993, e definia actividades para os países candidatos à União Europeia, da Europa Central e Oriental. No dia 10 de Dezembro de 1994, pela primeira vez teve lugar nesta ocasião um encontro de chefes de Estado e de governo dos Estados-Membros da União Europeia, com os dos países candidatos à adesão à UE.

O início de 1995 trouxe à Polónia a mudança de governo. Desta vez a liderança na coligação foi colocada nas mãos dos ex-comunistas. O partido social-democrata tornou-se cada vez mais empenhado nas funções públicas da Terceira República polaca. No dia 7 de Março, Jozef Oleksy, político muito activo durante o regime comunista, tornou-se primeiro-ministro da Polónia e conseguiu ficar no poder durante um ano.²⁵⁹ O ex-secretário do Partido Comunista durante a sua governação do país não travou o processo de aproximação da Polónia à integração na União Europeia. Em resposta ao Livro Branco do Conselho Europeu, no dia 14 de Novembro de 1995 o Conselho de Ministros adoptou a Resolução 133/95, que exigia que o representante do Governo para a Integração Europeia e Ajuda Externa desenvolvesse e supervisionasse a implementação do ajustamento da legislação polaca aos requisitos da União Europeia no mercado interno. Em 15 de Outubro de 1996, a implementação desta obrigação foi transferida para o Secretário da Comissão da Integração Europeia.²⁶⁰

Três meses depois da tomada de posse de Józef Oleksy como primeiro-ministro polaco, a Polónia recebeu a visita do Papa após uma ausência de quatro anos. João Paulo II chegou à sua pátria com uma mensagem ética baseada no chamamento dos seus conterrâneos a que se tornassem cada vez mais conscientes. O Sumo Pontífice pediu também o respeito pela liberdade religiosa e advertiu para os efeitos negativos da secularização. Durante as onze horas que durou a sua visita, o Santo Padre visitou Skoczów, Bielsko Biala e Zywiec. A chegada à Polónia era de facto uma extensão da peregrinação papal à República Checa. Durante a sua curta estadia do lado polaco, o Papa lembrou aos fiéis que em todo o século XX muitas pessoas tiveram que pagar pelas suas convicções. Ele ressaltou que isto fazia parte de experiência especialmente dos povos da Europa Central e Oriental. O Papa advertiu que as consequências do

²⁵⁹ A demissão aconteceu como resultado da denúncia de que o primeiro-ministro guardou em segredo o facto que pertencia à espionagem polaca.

²⁶⁰ Entre 26 e 27 de Junho de 1995 em Cannes o Conselho Europeu aprovou documento chamado “O Livro Branco” que trata de questões das preparações dos países candidatos da Europa Central e Leste à adesão ao mercado da União Europeia.

desprezo pela consciência das pessoas podiam durar muito tempo. Também lembrou que é necessário lutar pelos direitos da consciência mesmo num ambiente de democracia. Apontou que a tolerância mal entendida pode ser perigosa para a sociedade. – Sob o pretexto da tolerância, na vida pública, nos meios de comunicação social espalha-se a intolerância. É dolorosamente sentida por pessoas crentes – disse o Papa. João Paulo II destacou também que os crentes são marginalizados na vida pública na Terceira República da Polónia, e muitas vezes é "ridicularizado e escarnecido tudo isto que para o outro é (...) a maior santidade." Estas palavras, que foram amplamente ouvidas no mundo, poderiam ser entendidos como um testemunho da desilusão de João Paulo II pela forma assumida pela Polónia independente e em relação ao lugar que nela tinha a Igreja Católica.²⁶¹

Apesar das desvantagens detidas pelas autoridades polacas na aproximação à Santa Sé, os ex-líderes do Partido Operário Unificado Polaco não realizavam uma política desfavorável relativamente ao processo de integração europeia. Nos primeiros meses de governação do gabinete de Wlodzimierz Cimoszewicz, os membros do Parlamento polaco tinham convidado o governo a intensificar os trabalhos para a adesão da Polónia à União Europeia. No dia 14 Março de 1996 o Sejm da República da Polónia aprovou uma resolução sobre a preparação da Polónia para o processo da integração nas estruturas da União Europeia. O Parlamento sublinhou que era necessário intensificar os trabalhos para a implementação efectiva da transformação jurídica e económica, a fim de preparar a adesão da Polónia à União Europeia. O governo de Wlodzimierz Cimoszewicz também encomendou ao Sejm a preparação de uma estratégia nacional para a adesão polaca à UE.

Em Agosto de 1996 na base de lei aprovada pelo Parlamento polaco foi constituída a Comissão da Integração Europeia, o principal órgão do governo para a programação e coordenação das políticas em matéria de integração da Polónia na União Europeia. Outra das tarefas da Comissão foi a programação e coordenação da adaptação da Polónia às normas europeias, bem como a coordenação da administração do Estado no quadro da ajuda externa recebida.

O ano de 1997 foi marcado pela intensificação dos esforços das autoridades polacas no processo da adesão à União Europeia. No dia 28 de Janeiro o governo de Wlodzimierz Cimoszewicz aprovou a Estratégia Nacional para a Integração, que se

²⁶¹

Homilia de João Paulo II em Skoczów, 22.05.1995, [<http://mateusz.pl/jp99/pp/>].

tornou um dos principais documentos para a definição das metas e objetivos na área de adesão da Polónia à União Europeia. O documento foi elaborado pela Comissão de Integração Europeia, em resposta à resolução do Parlamento de 14 de Março de 1996. Outra decisão importante do gabinete dos ex-comunistas foi a adopção pelo governo do documento intitulado "Roteiro para ajustar o sistema jurídico às recomendações do Livro Branco da Comissão Europeia sobre a integração polaca no mercado único da União Europeia".

Enquanto isso, a visita em Junho de 1997 do Papa João Paulo II à Polónia não ficou sem influência na sociedade polaca, que no quadro político estava cada vez mais posicionada à direita. A atitude negativa da equipa dirigida pelos social-democratas em relação à Igreja Católica e uma série de escândalos económicos revelados durante o ano de 1997 prejudicaram os ex-comunistas nas eleições de Outono, privando a esquerda polaca do poder político. O governo de Jerzy Buzek, formado no dia 31 Outubro de 1997, começou a fase seguinte de estrada polaca nas estruturas da União Europeia. Entre 12 e 13 Dezembro de 1997 o Conselho Europeu aceitou em Luxemburgo abrir as negociações de adesão dos primeiros seis países candidatos – a Polónia, a Hungria, a República Checa, a Estónia, a Eslovénia e o Chipre – designando 31 áreas de negociação. As negociações da Polónia começaram oficialmente em 31 de Março de 1998. Antes deste acontecimento o Conselho Europeu decidiu implementar a estratégia de pré-adesão reforçada, que se baseava em acordos de parceria com cada um dos países candidatos à adesão à União Europeia.

O ano de 1997 também trouxe uma aproximação entre a Igreja Católica polaca e da sua hierarquia às instituições da União Europeia. Em Outubro uma delegação de bispos polacos liderados pelo cardeal Primaz da Polónia, Józef Glemp, realizou uma visita à sede da União Europeia, em Bruxelas. O evento foi um dos primeiros contactos de alto nível do representante da Igreja da Polónia. Durante esta viagem os representantes oficiais da Conferência Episcopal da Polónia reuniram-se com os dirigentes da União Europeia. Foi também a primeira visita a Bruxelas de uma delegação do Episcopado de um país candidato, facto este que a tornou um acontecimento. Mais tarde, deslocaram-se à capital belga delegações da Igreja Católica checa e húngara em missões semelhantes.

Durante a visita de Outono de 1997, os bispos polacos reuniram-se com representantes de instituições comunitárias, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. A Comissão Episcopal da Comunidade Europeia (COMECE) foi responsável

pela organização desta viagem a Bruxelas. Os bispos polacos foram convidados a participar no debate na qualidade de observadores. Os comentadores apontaram a singularidade deste evento, porque apesar dos bispos católicos dos países da União Europeia estarem interessados nos problemas da integração europeia, nomeadamente da identidade espiritual da União, da sua política social, das relações com os países do Terceiro Mundo, ainda assim foram muito raras as visitas dos episcopados nacionais à sede das autoridades da União Europeia. O Primaz polaco observou depois de voltar de Bruxelas, que a organização a que a Polónia aspira juntar-se, é uma nova instituição. – A União Europeia é uma estrutura que amadurece, e que se desenvolve plenamente só no século XXI. Reconhecemos plenamente, e até temos muita admiração por essa complexa instituição, que podemos agora ter a oportunidade de entender melhor – disse o Primaz Jozef Glemp após a sua visita a Bruxelas.²⁶²

A visita dos bispos polacos à Bélgica não foi importante apenas para ajudar a definir a posição da hierarquia da Igreja Católica polaca face à União Europeia, mas também resultou na continuação dos contactos entre as duas partes. Um de seus resultados foi a decisão de participação do representante da Conferência Episcopal da Polónia, na pessoa do arcebispo Henryk Muszynski, como observador nos trabalhos da Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE).

O ano 1997 demonstrou maior empenho de membros da hierarquia da Igreja Católica polaca na política. O final das preparações da nova Constituição polaca mobilizou vários bispos e padres em agitação contra a fórmula do documento sem *invocatio Dei* dirigido ao Deus cristão. O referendo constitucional revelou que a maioria da sociedade polaca não se importava de confirmar na sua Constituição direitos iguais a crentes e não crentes, ao mesmo tempo sublinhando a importância da herança cristã de nação. A questão da *invocatio Dei* foi muito debatida nos seus vários aspectos durante os trabalhos no âmbito do projecto de Constituição. E apesar de não ter sido aceite pela Comissão Parlamentar o apelo tradicional a Deus, a Polónia ganhou um documento novo e único na Europa, onde apesar de chamar o nome de Deus eram garantidos os mesmos direitos a crentes e não crentes.

No dia 25 de Maio de 1997 através do referendo foi aprovada a nova Constituição, resultando um compromisso que efectivamente não entusiasmou nenhum

²⁶² “Kościół katolicki w Polsce dziś” (A Igreja Católica na Polónia hoje), na página da internet do portal “Dziedzictwo e-kai” [<http://dziedzictwo.ekai.pl/text.show?id=4501>], 01.06.2006.

dos lados do espectro político, nem mesmo os bispos católicos. Mas o documento promovia com vigor a adesão da Polónia à União Europeia e à NATO.

A primeira parte do ano de 1997 foi para a Igreja Católica na Polónia marcada também pelas preparações da visita de João Paulo II ao seu país. Estiveram empenhados neste processo não apenas os bispos e os padres, mas também os leigos, o que mereceu a administração do governo pós-comunista de Włodzimierz Cimoszewicz. Mais uma vez as datas das visitas apostólicas do Papa à sua pátria coincidiram com as eleições na Polónia. Segundo alguns comentadores²⁶³ as visitas eram tratadas como uma arma secreta da Igreja para convencer o povo a votar nos partidos de direita, próximos do ensinamento dos bispos. De facto, verificou-se que as visitas não tiveram grande influência no resultado final da votação, tanto em 1991 quando ganharam os liberais e ex-comunistas, como em 1995 quando Aleksander Kwasniewski, o candidato da esquerda, ganhou as eleições presidenciais. No entanto, apesar disso durante as campanhas eleitorais criava-se nos grupos esquerdistas uma linguagem cheia de medos do clericalismo mítico.²⁶⁴

As eleições parlamentares de 1997 trouxeram um resultado diferente. O desejo de evitar uma repetição da derrota que tinham sofrido em 1993, em grande medida por não terem falado a uma só voz, os partidos pós-Solidariedade prepararam-se para as eleições parlamentares de Setembro de 1997 coligando-se na Acção Eleitoral Solidariedade (AWS). Venceram as eleições com 33,8% dos votos e formaram governo sob a liderança de Jerzy Buzek. O político foi o único Primeiro-ministro que cumpriria em pleno o seu mandato.

O Partido de Buzek pouco mais não era do que uma aliança instável e viu-se obrigado a formar uma coligação com a União da Liberdade (UW), que se viria a revelar um parceiro pouco fiável. Buzek tinha pela frente o desafio de alinhar o país com as normas europeias como parte do processo de pré-adesão à União Europeia, e de implementar uma série de reformas nos serviços de saúde, na educação, no sistema de pensões, no funcionalismo público e nas autarquias, reformas que mexeriam com interesses instalados e que causariam inevitavelmente dificuldades.²⁶⁵

²⁶³ GRABOWSKI Marek, “Wybory’97” (As eleições de 1997), in página da Internet de portal Prawica.net., [http://prawica.net/31068], 23.08.2012.

²⁶⁴ CYWINSKI Piotr, PRZECISZEWSKI Marcin. “A Igreja na Polónia após 1989 em relação aos desafios da democracia”, in página da Internet de P. Cywinski, [http://www.cwi.pl/tekst15a.htm], 1.10.2004.

²⁶⁵ ZAMOYSKI Adam. (2009). “História da Polónia”, p.361-362.

O Parlamento escolhido nas eleições de 1997 aprovou no ano seguinte a Concordata com a Santa Sé. O documento foi assinado em 1993 pelo governo de Hanna Suchocka, mas durante quatro anos os governos pós-comunistas de maioria parlamentar de esquerda não quiseram aprová-lo. Mais uma vez os representantes da social-democracia polaca ameaçavam que a Concordata podia privilegiar e fortalecer o clericalismo na Polónia. De facto, o texto do documento não tinha nenhum factor de suposta supremacia da Igreja Católica. A Concordata confirmava a independência e autonomia entre a Igreja e o Estado, mas para além disso deixava o espaço para a colaboração entre as duas partes para o bem delas e para o bem comum. No documento a Igreja recebeu a garantia de liberdade religiosa de todas as pessoas e comunidades religiosas.²⁶⁶ O novo acto trouxe também vantagens para outras confissões religiosas na Polónia, pois na base da Concordata o Estado começou a regularizar as suas relações com elas.

Finalmente, a Lei de consentimento para a ratificação da Concordata foi aprovada pelo Sejm no dia de 8 de Janeiro de 1998, depois das eleições vencidas pela Acção Eleitoral Solidariedade (Akcja Wyborcza Solidarność - AWS) e a constituição de um novo governo de centro-direita chefiado por Jerzy Buzek. O documento de ratificação foi assinado pelo presidente Aleksander Kwasniewski no dia 23 de Fevereiro de 1998, e no mesmo dia também foi ratificada a Concordata pelo Papa João Paulo II. A troca dos documentos de ratificação teve lugar a 25 de Março, um mês depois da Concordata entrar em vigor.

Indirectamente, a assinatura da Concordata terá sido benéfica para outras religiões presentes na República da Polónia. Tornou-se um impulso para a adopção de leis que regularam as relações mútuas entre o Estado e outras igrejas no país.²⁶⁷ O Papa João Paulo II compreendeu perfeitamente o papel da Concordata quando no Vaticano, durante a entrega de credenciais pela embaixadora polaca Hanna Suchocka, disse: "Ao contrário das opiniões dos cépticos, a Concordata não só contribuiu para a melhoria da cooperação entre a Igreja e os organismos estatais para bem das áreas comuns e para

²⁶⁶ Concordata entre a Polónia e a Santa Sé, in Arquivo do *Sejm*, [<http://isap.sejm.gov.pl/DetailsServlet?id=WDU19980510318>].

²⁶⁷ A opinião foi expressa por Hanna Suchocka na entrevista à KAI „A Concordata – manifestação de realismo político”, in página do portal Wiara.pl, [<http://info.wiara.pl/doc/146106.Konkordat-wyrzaz-politycznego-realizmu>], publicado em 29.07.2003.

ampliar a liberdade dos indivíduos e das comunidades, mas também se tornou um instrumento ecuménico em relação a outras igrejas e comunidades religiosas."²⁶⁸

A Concordata entre a Polónia e o Vaticano foi de facto um documento único. Primeiro, porque durante os quase 25 anos de pontificado de João Paulo II, a Santa Sé assinou uma única Concordata e apenas com a República da Polónia. Em segundo lugar, porque a Concordata polaca se tornou de qualquer forma um modelo na Europa Central e Oriental para outros países. O documento polaco iniciou uma série de acordos semelhantes entre a Santa Sé e a Croácia, a Lituânia, a Letónia, a Estónia, a Eslováquia, o Cazaquistão e a Albânia. Nos contratos destes países com o Vaticano havia uma série de disposições quase idênticas às da Concordata polaca.

Mas os partidos da esquerda polaca e os meios de comunicação liberal apresentavam a Concordata de forma negativa, como sendo um documento ditado à Polónia pela Igreja. Ambos esconderam o facto de que o documento, como no caso de acordos internacionais deste tipo, precisava para a sua plena implementação da existência de leis específicas, cuja preparação ficava dentro da competência do Estado.²⁶⁹

Duas semanas antes do início das negociações sobre a integração da Polónia o Conselho da União Europeia aprovou em Bruxelas o documento chamado “Parceria de Adesão”, que contém uma lista de prioridades para o curto e médio prazo, e um anexo que teve todas as recomendações do parecer da Comissão Europeia sobre um pedido de adesão à União Europeia. Simultaneamente, as autoridades polacas estavam preparando uma equipa de especialistas para as negociações. No dia de 24 de Março de 1998 o governo de Jerzy Buzek estabeleceu o escritório do Representante do Governo para as Negociações sobre a Adesão da Polónia à União Europeia, intitulado de negociador-chefe. Para esta posição e para função do secretário de Estado do primeiro-ministro foi nomeado Jan Kulakowski.²⁷⁰ As tarefas do representante incluíam as preparações estratégicas e coordenações do processo de negociação para a adesão polaca na UE, bem como a preparação e a negociação do Tratado de Adesão. Três dias depois o

²⁶⁸ JOÃO PAULO II, “Los naszej Ojczyzny, Kościoła i świata są ze sobą związane” (Os destinos da nossa Pátria, da Igreja e do Mundo estão vinculados). Discurso ao Embaixador da República da Polónia em Santa Sé em 3.12.2001, in página de Internet de opoka.pl [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WP/jan_pawel_ii/przemowienia/ambpl_03122001.html/], 03.12.2001.

²⁶⁹ Os detalhes da Concordata polaca foram resolvidos pela Comissão da Concordata da Igreja, bem como uma comissão equivalente do governo polaco.

²⁷⁰ Jan Kulakowski foi diplomata e professor polaco, com ligações aos democratas cristãos da Polónia. Foi o primeiro negociador durante as negociações da adesão da Polónia à UE.

primeiro-ministro formou a Equipa para as Negociações da República da Polónia com a União Europeia. O presidente deste grupo foi o negociador-chefe, ou seja, o mesmo Jan Kulakowski.

O processo de alargamento da União Europeia foi lançado em 30 de Março de 1998 em Bruxelas durante a reunião do Conselho da UE para Assuntos Gerais, ou seja, os ministros de Negócios Estrangeiros dos países membros da UE com os ministros de Negócios estrangeiros dos países candidatos à adesão à União Europeia. Os países candidatos à adesão receberam “Parcerias de Adesão”, preparadas individualmente para cada um deles, ou seja uma lista de prioridades de curto e médio prazo.

Um dia depois, os países candidatos à UE, conhecidos como os países do Grupo do Luxemburgo, iniciaram negociações durante a primeira sessão da Conferência Intergovernamental Bilateral de Adesão. O lado polaco e representantes da UE forneceram declarações introdutórias, que abriram de facto o processo de adesão da Polónia.

O processo de aproximação às negociações com a UE tornou-se mais dinâmico depois da publicação pelo Senado polaco de uma resolução sobre as tarefas relacionadas com o início das negociações para a adesão polaca à União Europeia. Além do apoio integral ao processo de adesão, o Senado apontou a necessidade de reforçar os preparativos para as negociações de adesão à UE, em particular a necessidade de garantir uma coordenação interministerial eficaz em matéria de integração europeia. A Câmara Alta do Parlamento polaco sublinhou também a necessidade de intensificar os trabalhos sobre a adaptação da legislação polaca à lei europeia.

No dia 23 Junho de 1998 o governo polaco adoptou um programa nacional de preparação para a adesão à União Europeia. Este documento, actualizado anualmente, marcou a estratégia para se adaptar às exigências da adesão à UE e foi uma resposta à “Parceria de Adesão”.

Outro acontecimento importante na etapa das negociações dos líderes polacos com a União Europeia foi a publicação pela Comissão Europeia no dia 4 de Novembro de 1998 do primeiro relatório periódico, que incluiu a avaliação dos progressos dos países candidatos à adesão à UE, incluindo a Polónia, na adaptação às normas da União Europeia. Uma semana mais tarde, decorreu em Bruxelas a segunda reunião de representantes do governo polaco e ministros de Negócios Estrangeiros dos Estados-membros da UE no âmbito da Conferência Intergovernamental da Adesão. A delegação polaca liderada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Bronislaw Geremek, fez um

encerramento oficial temporário das negociações em três áreas de negociação: "Ciência e Estudos", "Educação, Formação e Juventude" e "Pequenas e médias empresas". Antes durante as sessões de trabalho foram feitos acordos da Conferência Intergovernamental da Adesão, que permitiram o encerramento temporário das negociações oficiais durante a mesma sessão ministerial. A conclusão final das negociações em todas as áreas foi previsto para uma reunião no final da etapa das negociações de adesão. Isto tornou-se uma realidade na Cimeira de Copenhaga em Dezembro de 2002.

Um evento importante tanto na República da Polónia como no âmbito de cooperação com a Igreja Católica e as relações do Vaticano com a União Europeia foi a visita de João Paulo II à sede do Sejm polaco. No seu discurso perante deputados do parlamento polaco no dia 11 de Junho de 1999, o Papa recordou os acontecimentos que tiveram lugar em 1989 na Polónia, lembrando que a mudança política criou uma oportunidade histórica para o continente europeu, tendo abandonado as barreiras ideológicas, e para ajudar o encontrar o seu caminho para a unidade. – Eu falei sobre isso muitas vezes, usando a metáfora dos dois pulmões, o que a Europa deve respirar juntando as tradições do Oriente e do Ocidente – recordou João Paulo II, que em 2004 voltou a lembrar que o diálogo ecuménico pode num “futuro não muito distante” conduzir à plena unidade entre Oriente ortodoxo e Ocidente católico.²⁷¹

Durante a sua intervenção no Parlamento o Papa polaco também observou os aspectos negativos da integração europeia. Notou que, em vez de existir um espírito de comunidade são visíveis novas divisões e conflitos. Ele ressaltou que esta situação representa para a política, ciência e cultura e para todos os cristãos, uma necessidade urgente de novas iniciativas para a integração da Europa.

Mais uma vez, o Papa recordou que o Velho Continente tem, como nenhum outro, relações muito estreitas com a Igreja. – A face espiritual da Europa foi formada graças aos esforços de grandes missionários e ao testemunho dos mártires. Foi criado dentro de templos erguidos com grande sacrifício e nos centros de vida contemplativa e mensagem humanista das universidades. A Igreja, chamada a cuidar do crescimento espiritual do homem como um ser social, trouxe para a cultura europeia um conjunto único de valores. Ela sempre esteve convencida de que uma verdadeira política cultural deve reconhecer o homem na sua totalidade, ou seja, em todos os aspectos pessoais –

²⁷¹ JOÃO PAULO II, “Memória...”, p.98.

sem esquecer o ético e o religioso. Como a cultura europeia teria sido pobre sem a sua inspiração cristã! – observou o Papa João Paulo II.

O Papa no seu discurso lembrou aos deputados polacos que a Igreja adverte contra uma visão reduzida da Europa unida, focada apenas nos seus aspectos económicos, políticos, e contra uma atitude acrítica em relação a um modelo de vida consumista. O Sumo Pontífice observou que deve ser construída uma unidade nova e duradoura sobre os valores espirituais que já no passado formaram a Europa, tendo em conta a riqueza e a diversidade de culturas e tradições de cada nação. – Esta deve ser a grande Comunidade Europeia do Espírito. Mais uma vez, renovo o meu apelo ao Velho Continente: Europa, abre as portas a Cristo! - disse o Papa João Paulo II.

Na última parte do seu discurso, o Papa polaco expressou o seu apreço face aos esforços feitos "permanentemente e de forma solidária", no sentido de, desde o tempo da recuperação da soberania, conquistar e preservar o seu lugar devido e seguro na Europa unida e no mundo. João Paulo II também proferiu palavras significativas aos deputados polacos, os quais contavam com o apoio do chefe da Igreja Católica no processo de integração europeia. – A Polónia tem o direito de participar no processo global de progresso e desenvolvimento do mundo, especialmente da Europa. A integração polaca na União Europeia desde o seu início é apoiada pela Santa Sé. A experiência histórica da nação polaca, a sua riqueza espiritual e cultural podem efectivamente contribuir para o bem geral de toda a família humana, especialmente na consolidação da paz e da segurança na Europa – sublinhou o Sumo Pontífice no seu discurso.

João Paulo II apesar de optar explicitamente pela integração europeia da Polónia, convidou também os seus conterrâneos no Parlamento sobre uma reflexão acerca do dom da liberdade, “oferecido” e ao mesmo tempo uma tarefa para cumprir. Referindo-se à Encíclica papal "Redemptor hominis", o Papa salientou que se trata de uma liberdade que exige um esforço constante na sua consolidação e não na vivência com esta liberdade de modo responsável. – Deixo o testemunho maravilhoso de amor à pátria, de abnegação e heroísmo, que tanto temos na nossa história, para nos desafiar a dedicarmo-nos aos grandes objectivos nacionais, pois o melhor uso da liberdade é o amor, que vem da devoção e serviço – disse no Parlamento polaco o líder da Igreja Católica, em Junho de 1999.²⁷²

²⁷²

Discurso de João Paulo II no Parlamento da República da Polónia, p. 54.

Enquanto isso, no mesmo mês, houve mais um passo importante na adesão da Polónia às estruturas europeias. No dia 22 de Junho de 1999 no Luxemburgo, a delegação polaca liderada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Bronislaw Geremek, participou na terceira reunião da Conferência de Adesão Intergovernamental a nível ministerial, levando a um encerramento formal temporário das negociações em quatro áreas de negociação: "Telecomunicações e tecnologias da informação", "Política Industrial" "Os consumidores e protecção da saúde" e "Estatística". Outra área em que as novas negociações foram concluídas – em Dezembro de 1999 – foi a "União Económica e Monetária".

No período do cada vez mais intenso processo de negociações entre a Polónia e a União Europeia, os bispos europeus definiram melhor a sua posição sobre a integração europeia e o próprio continente. No Outono de 1999 durante o Sínodo dos Bispos para a Europa os membros da hierarquia da Igreja Católica do Velho Continente fizeram uma base para uma carta apostólica intitulada "Ecclesia in Europa".²⁷³ O documento foi uma das publicações mais importantes de João Paulo II sobre a Europa. A exortação foi editada no ano de 2003, o ano mais rico em iniciativas papais sobre a integração europeia. Apenas duas semanas depois do referendo europeu na Polónia, o Santo Padre partilhou vários pensamentos e deu indicações à hierarquia católica sobre os processos de unificação do Velho Continente. O Papa lembrou que os bispos com alegria assistem à abertura das nações europeias e “à integração progressiva dos países da Europa de Leste no processo de unificação”. Na “Ecclesia in Europa” o Papa várias vezes apelou à restauração dos valores no continente e à inscrição na constituição de uma futura União Europeia com referência a Deus e aos valores cristãos. João Paulo II afirmou que acredita que no futuro aparecerá o “espírito europeu” e que a inspiração cristã pode transcender a colectividade política, cultural e de negócios numa comunidade, em que “todos os europeus se possam sentir como na sua própria casa e criar uma família de nações, que se poderia tornar uma inspiração para outras regiões do mundo”. O Papa João Paulo II indicou que o velho continente em estado de unificação, sendo uma realidade não uniforme, deve desenvolver um novo padrão de “unidade na diversidade, uma comunidade das nações reconciliadas”, aberta aos outros continentes e incluída no actual processo de globalização.²⁷⁴

²⁷³

JOÃO PAULO II, Exortação sobre a Europa “Ecclesia in Europa”.

²⁷⁴

Ibidem

Os autores da exortação observaram, que a Europa não pode e não deve ignorar o resto do mundo, mas pelo contrário, deve manter a plena consciência de que outros países e continentes estão à espera das suas ambiciosas iniciativas para garantir aos países mais pobres as medidas de promoção do desenvolvimento e organização social de forma a construir um mundo mais justo e fraterno. Ao mesmo tempo, João Paulo II e os bispos recordaram, que a União Europeia deve estar aberta à aceitação de novos países, que aceitam o património europeu.²⁷⁵

No Outono de 1999 tornou-se um facto, que a Comissão Europeia aprecia os esforços da Polónia no processo da adesão à União Europeia e vê a Polónia entre os candidatos da primeira entrada nas estruturas europeias. Esta informação foi publicada no dia 13 Outubro de 1999 no Relatório da Comissão Europeia sobre os progressos na implementação de compromissos de negociação e adaptação dos países candidatos à adesão à União Europeia.

A vontade da adesão rápida às estruturas europeias permaneceu também no outro lado. No dia 18 Fevereiro de 2000 o Sejm polaco aprovou uma resolução sobre os preparativos para a integração polaca na União Europeia, pedindo ao governo de Jerzy Buzek que tomasse uma série de medidas mais activas para ajustar o sistema jurídico polaco ao direito comunitário e a criar uma divisão clara e uma correlação de funções e tarefas neste processo entre o Comité para a Integração Europeia, o Centro de Legislação do Governo e dos vários departamentos ministeriais que tratavam da harmonização da lei. A Câmara Baixa do Parlamento polaco também exigiu do governo que forneça estimativas dos custos incorridos pela Polónia no processo de pré-adesão e os benefícios, mas também estimar a quantidade de tais custos a serem incorridos pela Polónia no processo de integração europeia e os benefícios esperados.

O passo seguinte foi a nomeação do primeiro-ministro do Grupo Interministerial para a Elaboração de estimativas de custos e benefícios do processo da integração da República da Polónia na União Europeia, presidida pelo subsecretário de Estado para a economia. Simultaneamente, as autoridades polacas tomaram medidas para a aproximação da legislação polaca aos requisitos da União Europeia. Em Julho de 2000 foi proclamada uma declaração conhecida como a Tríplice Entente entre o presidente do *Sejm*, o presidente do Senado e o primeiro-ministro. Neste documento foi apresentada a vontade do governo e do Parlamento de intensificar a cooperação e coordenação para

²⁷⁵

Ibidem

implementar a legislação comunitária. Graças à Tríplice Entente, foi dada maior prioridade aos decretos de adaptação dentro dos trabalhos parlamentares e do governo.

No início de Dezembro de 2000, em Bruxelas, durante a sexta sessão da Conferência de Adesão Ministerial Intergovernamental, a delegação polaca liderada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Wladyslaw Bartoszewski, e do lado da UE, liderada por um representante da Presidência da UE, o ministro de Negócios Estrangeiros francês, Hubert Vedrine, levou a um encerramento oficial temporário das negociações em duas áreas de negociação: "Política, Cultura e Audiovisual" e "A liberdade de prestação de serviços."

No mesmo mês houve um outro passo importante no processo de integração europeia. Entre 7 e 12 de Dezembro de 2000, em Conselho Europeu de Nice, os Estados-membros concordaram no conteúdo do projecto de Tratado de Nice, contendo, nomeadamente, informações sobre as mudanças institucionais na União Europeia. Em um dos anexos do Tratado de Nice foi prevista a participação dos novos Estados-Membros, incluindo a Polónia, nas instituições da União Europeia. O Tratado de Nice foi assinado pelos Estados-Membros da União Europeia no dia 26 de Fevereiro de 2001.

Em meados de Junho de 2001 no Luxemburgo, a delegação polaca liderada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Wladyslaw Bartoszewski, participou na sétima sessão ministerial da Conferência de Adesão Intergovernamental, onde, juntamente com representantes dos Estados-Membros da União Europeia foi oficialmente o encerramento temporário das negociações da "política social e emprego".

Logo depois, no dia 15 de Junho de 2001 o Conselho Europeu comprometeu-se a ter disponibilidade para aceitar novos membros na União Europeia em 2004, desde que preenchessem os critérios e exigências pré-determinados. O Conselho também disse que o objectivo era a participação dos países candidatos à adesão nas eleições do Parlamento Europeu em 2004, já como Estados-membros da União Europeia.

O Outono de 2001 deu uma oportunidade adicional às reuniões de alto nível entre representantes da Igreja Católica e as autoridades da União Europeia. Em Bruxelas, nos dias 17 e 18 de Novembro decorreu a visita do cardeal Primaz polaco Józef Glemp. Este membro da hierarquia católica polaca reuniu-se também com a comunidade polaca na Bélgica para rezar a Missa, bem como participou na conferência sobre o cardeal Stefan Wyszyński, organizada a pedido da Missão Católica Polaca na Bélgica. Durante a homilia em Bruxelas, o Primaz da Polónia reconheceu os esforços para aderir à União Europeia como uma "necessidade histórica".

O convite ao líder da Igreja Católica polaca para visitar a principal cidade da União Europeia foi feito pelo cardeal de Bruxelas, Godfried Danneels. Durante a sua visita, o cardeal Jozef Glemp reuniu-se com representantes da Igreja Católica belga e com o comissário para o alargamento da União Europeia, Günter Verheugen, responsável pelos contactos com os candidatos à UE. Ele declarou sua vontade de se encontrar com o Primaz polaco indicando estar "pronto para conversar com vários países candidatos, incluindo autoridades religiosas, que desempenham um papel fundamental nos debates públicos".²⁷⁶

O local para o encontro Verheugen-Glemp foi preparado pelas autoridades da República da Polónia. A iniciativa surgiu também por parte do ministério dos Negócios Estrangeiros em Varsóvia. Falando com jornalistas após a reunião, organizada na residência do embaixador polaco, Ivo Byczewski, o cardeal Jozef Glemp sublinhou que estava muito satisfeito com o encontro.²⁷⁷ O Primaz da Polónia disse que esperava que a atitude simpática de Verheugen facilitasse futuras negociações entre a União Europeia e a República da Polónia. O Comissário Europeu para o alargamento da UE declarou que ainda tinha na sua consciência o papel e o lugar que a Igreja Católica mantém na Polónia. – Sem a Solidariedade e sem a Igreja Católica na Polónia, não haveria o colapso da Cortina de Ferro e não poderíamos debater a questão da adesão da Polónia à União Europeia - observou o comissário europeu. Günter Verheugen sublinhou que tanto ele como o cardeal Józef Glemp estavam de pleno acordo, que a União Europeia devia ser um lugar reservado também para os valores representados pela Igreja Católica.

²⁷⁸

O início do novo século trouxe mudanças nas relações entre o Estado e a Igreja, na medida em que os bispos ficaram mais distantes dos partidos políticos que se apresentavam como católicos. No início da década de 2000 o número de bispos que dava o seu apoio aos partidos políticos como a União Cristã Nacional (Zjednoczenie Chrześcijańsko-Narodowe – ZChN) era muito reduzido. A queda do projecto do AWS, baseado na coligação de vários partidos cristãos revelou que a tentativa de construir um partido democrata-cristão na Polónia não tinha muitas hipóteses. O Episcopado

²⁷⁶ Notícia da Agência Católica de Informação, 16.11.2001, in página de Internet de KAI, [www.e-kai.pl].

²⁷⁷ A visita de Cardeal Józef Glemp a Bruxelas não foi o primeiro contacto de um membro da hierarquia polaca à sede da União Europeia. No início de Novembro de 1997 com a visita oficial chegou ali a delegação da Conferência Episcopal da Polónia. Esta foi a primeira visita da delegação do Episcopado dum país candidato à UE a Bruxelas. Depois dos bispos polacos, virem à capital belga delegações da Igreja checa e húngara.

²⁷⁸ Notícia da Agência de Informação da Radio, 18.11.2001.

distanciou-se das tentativas de criação de um movimento ou partido nacional-católico, lembrando que o nome católico é reservado apenas aos grupos aceites pela Igreja. Com o passar do tempo a presença de assuntos políticos desapareceu também das homilias. As exceções foram, neste contexto, os períodos de campanha eleitoral anteriores ao referendo constitucional de 1997, bem como ao referendo europeu de 2003.²⁷⁹

O Outono de 2001 trouxe distanciamento nas relações entre a Igreja Católica e as autoridades da República da Polónia. Em resultado das eleições parlamentares, no dia 19 de Outubro foi criado o governo do ex-comunista Leszek Miller. Dentro do governo foram preparados também lugares para ministros da coligação do partido de esquerda União do Trabalho (Unia Pracy - UP), bem como para os representantes do Partido Camponês Polaco (Polskie Stronnictwo Ludowe - PSL) -. O governo de Leszek Miller, assumidamente ateu, realizava a sua política de afastamento nas negociações com a Igreja Católica. O primeiro-ministro, adversário das relações próximas entre o Estado e a Igreja, mantinha uma certa distância no diálogo com os bispos. Tanto ele quanto alguns dos seus ministros, várias vezes se manifestaram negativamente acerca da participação da Igreja na vida pública da Polónia. Enquanto isso, em relação ao processo de integração europeia, Leszek Miller, tal como os seus antecessores, enquanto Primeiro-ministro ligado à Aliança de Esquerda Democrática (Sojusz Lewicy Demokratycznej - SLD), não queria travar os esforços polacos no processo da adesão à União Europeia. Uma decisão importante do governo de esquerda neste quadro foi a adopção no dia de 15 de Novembro de 2001 de um documento intitulado "Uma estratégia europeia para o governo". O documento previa a adesão da Polónia à União Europeia em 2004, de acordo com a extensão de calendário da União Europeia aprovado nos Conselhos Europeus de Nice e de Gotemburgo.

O início do ano de 2002 trouxe uma outra aproximação da Polónia à finalização do processo de unificação com as estruturas europeias. O mês de Janeiro foi marcado pelo início e a primeira fase do trabalho sobre o texto do Tratado de Adesão. Na fase inicial destas actividades participou a Comissão Europeia, e do lado polaco, o Ministério dos Negócios Estrangeiros em colaboração com a Comissão de Integração Europeia. Os trabalhos por parte da Polónia foram dirigidos pelo negociador-chefe Jan Truszczyński.

²⁷⁹

CYWINSKI Piotr, PRZECISZEWSKI Marcin. "A Igreja na Polónia após 1989..."

Quanto mais próximo da conclusão das negociações com a União Europeia, tanto mais quente ficava o debate sobre os benefícios e os aspectos negativos da adesão da Polónia às estruturas europeias. Um elemento essencial do processo de negociações, que no Outono de 2002 se aproximava rapidamente do final, era o consenso no país face às soluções negociadas, bem como um nível suficiente de adaptação e saúde da economia. Para ganhar isto foi preciso contactos regulares com a Comissão Europeia no Parlamento polaco e consulta de algumas das soluções negociadas com os parceiros sociais como a Igreja Católica, bem como representações de interesses sectoriais.²⁸⁰

Ao mesmo tempo, a Comissão Europeia avaliou o estado das preparações para a adesão dos países candidatos à União Europeia. No dia 9 de Outubro foram publicadas sob a forma de relatórios periódicos, as penúltimas avaliações de progresso dos candidatos a avaliar com vista à adesão na União Europeia. Ali foi decidido que os dez países aderentes – Chipre, República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Hungria – satisfaziam os critérios políticos de adesão e que nos primeiros meses de 2004 iriam satisfazer todos os critérios económicos e jurídicos. A Comissão Europeia anunciou para o Julho de 2003 a publicação das últimas avaliações, e, portanto, após o referendo europeu na Polónia.

As negociações da Polónia no quadro da adesão às estruturas da União Europeia entraram numa fase decisiva em Novembro de 2002. Os dias 4, 12 e 26 daquele mês foram marcados por um intenso trabalho em ambos os lados, realizado em Bruxelas. Durante este período, houve três rondas de negociações organizadas na nova fórmula prevista para a fase final das negociações de adesão. A reunião contou com representantes da presidência da União Europeia, da Comissão Europeia e do Governo da República da Polónia. O objectivo da primeira reunião foi definir o modo e a forma de trabalho para concluir as negociações. Foram também abordadas todas as questões até ainda em aberto, como "Política de concorrência" e "Agricultura", e em áreas onde as negociações foram suspensas, como: "Impostos" e "Ambiente". Foram discutidos igualmente assuntos relativos ao pacote financeiro como "Finanças e Orçamento" e "Agricultura".

Durante a segunda ronda de negociações foram discutidos assuntos ainda não abordados e questões relacionadas à negociação de áreas como "Finanças e Orçamento",

²⁸⁰ TRUSZCZYŃSKI Jan, "Estado e as perspectivas das negociações de adesão da Polónia à UE", in "Negocjacje w sprawie członkostwa Polski w Unii Europejskiej. Wybrane problemy" (As negociações da adesão da Polónia à União Europeia. Algumas questões), Ministério de Negócios Estrangeiros. Varsóvia, 2002, p.7

"Política de concorrência" e "Assuntos Diversos". Por sua vez, na terceira reunião um representante da presidência dinamarquesa da União Europeia anunciou uma nova oferta financeira preparada em cooperação com a Comissão Europeia. Poucos dias depois em Bruxelas, a 2 de Dezembro, durante a quarta sessão de negociações na nova fórmula foram debatidas questões de áreas de negociação como " Orçamento e Finanças" e "Agricultura". A parte polaca respondeu à proposta da presidência dinamarquesa apresentada na terceira sessão de negociações, no dia 26 de Novembro.

A última e quinta ronda de negociações teve lugar no dia 9 de Dezembro de 2002, e decorreu ao nível ministerial. Os representantes da delegação polaca apresentaram as suas prioridades na última fase de negociações. A Polónia foi representada por uma equipa chefiada pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, Włodzimierz Cimoszewicz. À frente da delegação de representantes da União Europeia ficaram o representante da presidência da EU, ministro de Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Per Stig Moeller, e um representante da Comissão Europeia – Comissário para o Alargamento, Günter Verheugen.

Uma semana antes do processo decisivo de negociação da Cimeira da UE em Copenhaga, o Sejm da Polónia aprovou uma resolução sobre a integração polaca na União Europeia. Neste documento a delegação polaca foi chamada a assumir atitudes duras nesta fase final de negociações com a União Europeia.

CAPÍTULO 4. A CIMEIRA DE COPENHAGA E AS REACÇÕES NA POLÓNIA (2002-2003)

A sociedade polaca teve oportunidade de tomar conhecimento de uma larga lista de argumentos dos opositores e apoiantes da integração europeia durante uma intensa campanha eleitoral antes do referendo europeu. Naquela altura confrontaram-se as ameaças, os medos e as esperanças, nomeadamente de que na Polónia a situação na agricultura, na indústria, na educação e na saúde iria melhorar. Trocavam-se nos media opiniões sobre o quadro legislativo da União Europeia (UE) ao qual a Polónia teria de se adaptar no futuro. Questões morais controversas como a legalização do aborto, da eutanásia ou do casamento entre homossexuais foram sobejamente debatidas, especialmente entre os euroscepticos. Discutiui-se também o papel e o lugar da Igreja polaca depois de uma eventual adesão à União Europeia.

As negociações polacas, com os representantes da UE, que decorreram no âmbito da agricultura, indústria e comércio também criaram muitas incertezas. As respostas à maioria das questões que se levantavam, era suposto serem dadas durante a Cimeira da União Europeia em Copenhaga, nos dias 12 e 13 de Dezembro 2002. Mas a decisão sobre a data de encerramento do encontro, 13 de Dezembro, trouxe as más memórias do início do estado de sítio de 1981 e das opressões contra a oposição democrática, o que poderia dar uma aparência de escolha de um mal menor e sugerir uma nova oportunidade para a sociedade polaca.²⁸¹

As preparações para a Cimeira em Copenhaga foram acompanhadas não só pelos negociadores e representantes dos países da União Europeia e dos países candidatos, mas também foram seguidos pela hierarquia da Igreja Católica. O Vaticano observou a aproximação das posições de ambas as partes e o culminar do processo de negociações.

Os bispos europeus encontraram-se nos dias 28 e 29 de Novembro de 2002 em Bruxelas para a sessão plenária da Comissão Episcopal de Comunidade Europeia (COMECE), duas semanas antes de Cimeira em Copenhaga, com o intuito de debater entre outros assuntos os problemas da agricultura, tendo sido discutido especialmente a situação deste sector da economia nos países candidatos à União Europeia. Outro assunto largamente debatido em Bruxelas foi a Cimeira Europeia na Dinamarca.

²⁸¹

A entrevista com G. Verheugen “Polska mogła zostać na boku” (A Polónia podia ficar na margem), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 3, 19.01.2003, p.24.

Durante a sessão plenária os representantes da Convenção Europeia informaram os bispos sobre o estado dos trabalhos no quadro da Constituição Europeia, tendo sido igualmente debatido o papel e o empenhamento da Igreja Católica na elaboração do documento. Entre os outros temas em debate encontravam-se: o estatuto da Igreja na futura União Europeia alargada, a sua posição face à invocação da futura constituição e os valores cristãos que constroem a identidade europeia. Curiosamente estes eram os assuntos que preocupavam naquela altura os eurocepticos polacos.²⁸²

Durante o encontro da COMECE em Bruxelas os bispos visitaram também o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, com quem discutiram entre outros temas a futura constituição da União Europeia. Era muito importante debater este assunto antes de Cimeira de Conselho Europeu em Copenhaga pois provocava grandes emoções entre os católicos polacos. O arcebispo Henryk Muszynski, delegado polaco para a COMECE depois do encontro em Bruxelas revelou ter esperança que a proposta polaca fosse aceite na invocação da Constituição da União Europeia, que antes tinha sido aprovada pelos bispos europeus como projecto seu. O texto aprovado era o seguinte: “A União toma em consideração os valores daqueles que acreditam em Deus, enquanto fonte dos valores da verdade, da justiça, do bem e da beleza, bem como os que não partilham esta fé, mas respeitam estes valores universais, provenientes de outras fontes”.²⁸³

Alguns bispos polacos conseguiram prever, que a questão do *Invocatio Dei* encontraria uma oposição muito forte nas sociedades laicas. Apesar disto, o arcebispo Henryk Muszyński acreditava que a proposta da invocação é muito neutral e invoca o Deus pessoal que reúne os crentes das três grandes religiões do mundo: os cristãos, judeus e muçulmanos. O arcebispo de Gniezno entendeu que a União Europeia, que pretende tornar-se uma comunidade de várias nações tem que procurar raízes espirituais comuns. O membro da hierarquia da Igreja polaca sublinhou que, na maioria dos países da União Europeia e nos países candidatos se acredita que a adesão à União Europeia dos novos membros não é só um alargamento político-económico comum, mas inspirará uma nova qualidade espiritual na comunidade europeia.²⁸⁴

O projecto da invocação da constituição europeia proposto pelos bispos polacos foi aceite também pelos representantes do Partido Popular Europeu (EPP), que colocou

²⁸² Boletim de OCIPE, n.º11(65), Dezembro de 2002, p.2-10.

²⁸³ „Tygodnik Powszechny”, n.º 49, 08.12.2002, p.2.

²⁸⁴ Entrevista com abp. Henryk Muszynski, “Kościół pod kryteria głosowania” (A Igreja apresentará os critérios de votação), in Boletim da KAI, 01.12.2002.

na sua proposta o projecto da constituição europeia. O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, deu também o seu apoio ao projecto dos bispos polacos. Durante o seu encontro com os bispos da COMECE em Dezembro 2002, Romano Prodi disse que a fórmula do projecto de invocação da constituição europeia não excluía ninguém e é esse o caminho certo para a procura comum das raízes espirituais do continente europeu.²⁸⁵

A agricultura foi outro tópico de discussão importante antes da Cimeira do Conselho Europeu em Copenhaga, tanto na perspectiva polaca como na dos bispos europeus. Durante a última reunião dos bispos da COMECE em Bruxelas foi aprovado um documento intitulado “Towards sustainable agriculture in Europe”. Neste documento os bispos europeus reconheceram positivamente o relatório da Comissão Europeia apresentado no dia 10 de Outubro no Parlamento Europeu. O relatório apresentou várias sugestões para os países candidatos e para as autoridades polacas em relação ao trabalho que ainda era preciso fazer, entre os quais no quadro da agricultura.²⁸⁶ No documento os bispos europeus pediram entre outros para que todos os agricultores na União Europeia fossem tratados de igual maneira. Chamaram a atenção também para os apoios não éticos às instituições ligadas com a agricultura, que dificultam a participação numa concorrência livre aos outros países.²⁸⁷

O arcebispo Henryk Muszyński, que participou na aprovação do documento “Towards sustainable agriculture in Europe”, durante o debate na sessão da COMECE sublinhava que a agricultura não é só uma questão económica, mas também uma forma de vida de milhões de polacos e uma questão relevante na identidade nacional polaca. O membro da hierarquia católica admitia que esta conclusão fosse muito difícil de entender por muitos bispos europeus. – Tentei explicar que ao longo da história várias vezes os polacos foram tirados do seu campo e por isso muitos habitantes das aldeias polacas tinham medo e achavam que depois da adesão polaca à União Europeia iam tornar-se cidadãos de “segunda categoria”. Sublinhei que toleramos a adesão gradual, com dotações graduais, sobretaxas diferenciadas para os agricultores polacos, mas temos expectativas de que o mais rápido possível se chegue ao equilíbrio destas diferenças e ser tratados da mesma forma na base das mesmas regras e valores. Isto foi

²⁸⁵ “Sesja plenarna CMECE”, in Boletim de OCIPE, n.º11(65), Dezembro de 2002.

²⁸⁶ GESIAK Leszek, „Widziane z Brukseli – Radosny raport” (Visto de Bruxelas – Um relatório alegre), in Boletim de OCIPE, n.º 11 (65), Dezembro de 2002.

²⁸⁷ Documento da COMECE intitulado “Versun modèle d’agriculture durable pour l’Europe – Commentaires de la Commission des Episcopats de la Communauté européenne (COMECE)”, Bruxelas, 29.11.02, [<http://www.comece.eu/content/site/fr/publications/pubcomece/index3.html>].

muito bem entendido pelos membros da COMECE – disse o arcebispo Henryk Muszyński.²⁸⁸

Durante a sessão plenária da COMECE em Novembro de 2002, os bispos anunciaram a publicação de uma declaração especial dos bispos católicos europeus antes da Cimeira em Copenhaga. O documento intitulado “Esperança, confiança e solidariedade”, assinado em Bruxelas no dia 6 de Dezembro de 2002, incluiu alguns princípios éticos, os quais deviam ser usados no futuro, depois do alargamento da União Europeia. O documento tratava entre outros tópicos sobre a igualdade de tratamento de todos os agricultores, indicando como não é ético o financiamento de algumas estruturas que impossibilitam a concorrência dos outros países e apelou à solidariedade. Os autores desta declaração demonstraram satisfação por causa do processo de “europeização” da União Europeia e recomendaram a esperança, a confiança e a solidariedade como valores para conseguir realizar esta tarefa. Ao mesmo tempo, as hierarquias católicas da COMECE sublinharam que é necessário o Estado dotar a agricultura porque esta é uma área que se refere a todas as pessoas. Os bispos chamaram a atenção de que alargamento da União Europeia iria ser um grande retorno na história do continente europeu, e a continuação desta abertura da União à diversidade cultural significaria um passo muito importante para o bem comum da Europa. Os representantes da COMECE constatarem que a integração não significa só um “alargamento” da União Europeia, mas a sua “europeização”, o que confirmará a missão inicial de promover a liberdade, a justiça, a paz e a prosperidade interior e exterior. As hierarquias católicas manifestaram o desejo de que a europeização enriqueça a União Europeia, dando-lhe uma nova qualidade e identidade cultural e histórica. Segundo esta opinião, este processo podia abrir um debate sobre os alvos e as fronteiras do projecto de integração. Os bispos, iniciando com a regra da igualdade de todos os membros da UE, procuraram dizer que os países deviam agir não só no seu interesse particular, mas no interesse comum. Sugeriram a necessidade da solidariedade comum, tal como o reconhecimento das instituições europeias, que receberam de todos os países-membros o trabalho necessário para o bem comum. – Os países-membros da União Europeia vão ter que reformar a sua política, especialmente no âmbito da agricultura e partilhar com os novos estados da UE o seu apoio estrutural – os bispos da COMECE escreveram no documento. – Tanto os novos como os velhos países membros da UE deviam ser

²⁸⁸

Entrevista com abp. Henryk Muszyński, “Kościół poda...”.

incluídos neste processo, para que os cidadãos pudessem aproveitar plenamente os frutos da adesão à União Europeia. Essa solidariedade será necessária especialmente depois de 2006, quando acabarem as decisões da Agenda 2000 e forem reorganizados novos enquadramentos financeiros da UE. Talvez os proveitos não fossem visíveis logo para os novos membros, por isso pede-se o reconhecimento e o respeito da solidariedade dos actuais países da UE, mesmo quando ainda não sintam as vantagens do alargamento de imediato – previam os autores do documento.²⁸⁹

Na declaração “Esperança, confiança, solidariedade” os bispos apelaram à direcção do espírito civil, lembrando a sua posição no ano de 1997 e sublinhando a necessidade de construir “uma plataforma espiritual de unidade entre os povos”. Encorajaram instituições, grupos e cidadãos particulares a várias iniciativas tomadas para construir a confiança entre as nações europeias. Ao mesmo tempo repararam, que aquelas iniciativas deviam ter mais pleno apoio da parte das autoridades políticas.²⁹⁰

Os bispos da COMECE pediram aos católicos que tivessem maior empenho, referindo-se ao fragmento da carta dos bispos da Eslováquia e avisando de uma posição de observador dos processos políticos. Sublinharam também que a tarefa dos católicos é juntar-se de maneira construtiva “na procura de soluções para os desafios sociais e éticos, que favoreçam o bem comum e a dignidade de ser humano, segundo os valores universais e a imagem cristã do homem”.²⁹¹

Um dos mais importantes membros do Episcopado da Polónia, arcebispo Tadeusz Gocłowski não achou a declaração da COMECE muito surpreendente, apontando que já tinha sido publicado um documento muito parecido pelos bispos polacos no ano anterior. Apesar do membro da hierarquia da Igreja não achar extraordinário o texto do documento dos bispos europeus intitulado “Esperança, confiança, solidariedade”, admitiu que o uso da expressão “a europeização da Europa” fazia sentido nas circunstâncias da adesão do seu país. – Nós não entramos em lado nenhum. Nós estamos simplesmente no nosso sítio e só exigimos que a Polónia ocupe o lugar que merece. Os lemas do documento dos bispos europeus como “esperança, confiança, solidariedade e responsabilidade”, manifesta empenho pela unidade do nosso continente europeu – disse o arcebispo de Gdansk.²⁹²

²⁸⁹ Documento da COMECE intitulado “Hope, Trust and Solidarity”, 6.12.2002, in „The Warsaw Voice”, n. 3/2003, 21.01.2003, p. 3-9.

²⁹⁰ Ibidem

²⁹¹ Documento da COMECE intitulado “Hope...”.

²⁹² Notícia da Agência de Informação Polaca, 10.12.2002.

Uma clara posição dos bispos da COMECE na declaração “Esperança, confiança, solidariedade” não incluiu pormenores acerca das importantes negociações que tiveram lugar, na perspectiva da polaca. Por motivos óbvios não era suposto analisar os pormenores do tratado negociativo, porque aqueles eram desconhecidos mesmo pelos políticos. Os debates mais importantes, acerca dos limites da produção de leite, trigo, açúcar e outros produtos foram adiados para os últimos dias antes de Cimeira de Copenhaga. Os bispos polacos tiveram a noção da existência de assuntos mal definidos, questões difíceis de tratar, cuja resolução foi adiada para o final das negociações da adesão. A aproximação da Cimeira de Copenhaga criou na Polónia expectativas e deu esperança, virando de maneira natural as atenções da opinião pública para a última etapa do processo de negociações.²⁹³

As condições de adesão da Polónia à União Europeia foram aceites durante a Cimeira do Conselho Europeu em Copenhaga nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2002. O evento finalizou os debates de acesso no quadro das áreas de negociação com os 10 países candidatos, nomeadamente: a Polónia, o Chipre, a República Checa, a Estónia, a Lituânia, a Letónia, Malta, a Eslováquia, a Eslovénia e a Hungria. A lista de postulados da Polónia na conferência incluiu sete assuntos principais: (1) o aumento da avença em dinheiro ao orçamento polaco; (2) o crescimento da quota leiteira até 8,5 mil toneladas; (3) o aumento da reserva leiteira; (4) a necessidade de incrementar o apoio orçamental aos agricultores em 55, 60 e 65% do valor pago nos países de antiga UE nos anos de 2004 a 2006; (5) o estabelecimento do valor do IVA sobre os serviços de construção civil; (6) o reconhecimento de habilitações e direitos adquiridos das enfermeiras, e por fim, (7) o aumento de 1.000 para 1.250 euros de apoio ao investimento anual dos agricultores em regime de semi-subsistência. Segundo Jan Truszczyński, o principal negociante da Polónia no encontro em Copenhaga, nem a lista não foi cumprida nem os postulados foram muito exigentes.²⁹⁴

O ajustamento das questões orçamentais foi um dos alvos mais importantes da conferência, justificando-se o debate por não terem sido esgotados os limites orçamentais destinados pela Agenda 2000 para o alargamento. Entre as decisões tomadas encontra-se a atribuição à Polónia de 1 milhão de euros, tendo sido esta

²⁹³ Entrevista com abp. Henryk Muszyński, “Kościół poda...”.

²⁹⁴ TRUSZCZYŃSKI Jan, „Prawda o Kopenhadze. Replika” (A verdade sobre Copenhaga. Réplique), in „Rzeczpospolita”, 23.12.2002, [<http://archiwalny.msz.gov.pl>].

proposta apresentada para o orçamento polaco nos anos 2004-2006 por parte do chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder, meios estes atribuídos com o intuito de ajudar a manter a liquidez da economia polaca.

Como já se previa, as decisões da Cimeira dinamarquesa provocaram muitas reacções na Polónia. Os euroentusiastas sublinharam que a proposta do chanceler alemão de aumentar os meios financeiros para Varsóvia iria fortalecer o orçamento polaco, sendo este apoio visto como uma grande vantagem para as finanças públicas. O Fundo de Apoio à implementação do Acordo de Schengen nos novos países da União Europeia foi reconhecido como outro resultado positivo do encontro em Copenhaga. O Fundo seria a fonte financeira para suportar os orçamentos no processo de introdução das novas regras fronteiriças nos primeiros anos de membro da União Europeia. Os 108 milhões de euros adicionados à quota de 172 milhões atribuídos a Varsóvia para fortalecer a fronteira de leste do país, foram vistos como mais uma vantagem da Cimeira do Conselho Europeu. Estes recursos deram um alívio ao orçamento no âmbito dos investimentos na construção e modernização da infra-estrutura de postos de controlo e formação nos serviços de controlo da fronteira leste da Polónia.²⁹⁵

As questões orçamentais tiveram um papel muito importante durante o encontro de Copenhaga em Dezembro de 2002 e por isso concentraram todas as opiniões públicas. Depois da Cimeira parecia que, tanto eurocepticos como euroentusiastas tinham expectativas mais altas, esperando que no período 2004-2006 fosse atribuído pela União Europeia mais do que 21,5 mil milhões de euros ao orçamento polaco. Alguns críticos repararam que neste período a Polónia haveria de pagar quota de membro na ordem dos 6,5 mil milhões de euros, por isso o reforço real do orçamento polaco seria muito mais baixo.²⁹⁶

Uma das decisões financeiras da Cimeira em Copenhaga foi o acordo dos países da UE para o apoio de 13,8 mil milhões de euros à Polónia no quadro dos fundos estruturais previstos no período de 2004-2006. Os líderes dos 15 países chegaram a acordo que um terço desta quota beneficiaria o Fundo da Coesão, que serviria para apoiar a realização de grandes investimentos infraestruturais, como por exemplo, auto-estradas e pontes ou estações de tratamento de águas residuais. Esta fonte podia financiar até 85% de valor de investimento. Outro resultado positivo das negociações no

²⁹⁵ BARCZ Jan, „Prawo UE. Prawo materialne i polityki” (Lei da UE. Lei dos bens e da política), Wydawnictwo Prawo i Praktyka Gospodarcza, Varsóvia, 2003.

²⁹⁶ SZPRINGER Zofia, “Rozliczenia budżetu z Unią Europejską” (Contabilidade do orçamento com a União Europeia), Biuro Studiów i Ekspertyz, Outubro 2005, p. 89-94.

âmbito da construção foi a autorização dada à Polónia de guardar 7% da taxa do IVA para a construção civil. A Polónia foi o único país entre os candidatos à União Europeia que recebeu este direito em Copenhaga.²⁹⁷

Outro ponto nevrálgico do debate da Cimeira de Copenhaga residiu na agricultura. Os polacos com grandes expectativas, esperavam notícias positivas sobre o resultado das negociações das subvenções destinadas à aldeia polaca. Segundo o acordo estabelecido na capital da Dinamarca, os subsídios agrícolas no primeiro ano da presença polaca na União Europeia seriam de 55% do valor dos meios financeiros recebidos pelos agricultores dos 15 países da antiga UE, no segundo ano – 60%, e no terceiro ano – 65%. Mas isto não foi o suficiente para frustrar as expectativas polacas, pois foi visível a desilusão maior por parte da Polónia especialmente no que respeita às subvenções directas do orçamento europeu para a produção agrícola, que no período de 2004 até 2006 foram fixas em quase 40% das recebidas pelos 15 primeiros países da UE. Nesta questão foi visível frustração da parte polaca. A opinião pública polaca deu uma avaliação desfavorável especialmente no que respeita à decisão dos líderes da União Europeia de que a diferença nos subsídios até ao nível estabelecido na Cimeira seria paga aos agricultores polacos pelo orçamento nacional.

Segundo as decisões da Cimeira de Dezembro de 2002, a Polónia para a modernização das suas quintas agrícolas podia usar 800 milhões de euros do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural, sendo 1/5 desta quota distribuída aos agricultores polacos na forma de subvenções directas. Esta decisão não satisfez Jaroslaw Kalinowski, o então ministro da agricultura polaco, que no entanto sublinhou que não foi possível a obtenção de melhores resultados. O vice-primeiro-ministro explicava, que a Polónia não conseguiu negociar as melhores condições por causa das grandes concessões apresentadas pelos outros candidatos à EU, como por exemplo, a Eslovénia, país de cujos negociadores antes da Cimeira em Copenhaga eram capazes de aceitar os subsídios aos seus agricultores ao nível dos 25%.

Entre os bispos polacos dominava também a previsão de que os 15 países da União Europeia continuariam a negociar fortemente a questão dos subsídios directos à agricultura. O arcebispo Henryk Muszyński, representante do Episcopado da Polónia na COMECE, que tinha previsto ao nível dos 40%, ainda antes da Cimeira em Copenhaga, achou razoável e vantajosa a proposta aos agricultores polacos apresentada pela

²⁹⁷

TRUSZCZYNSKI, Jan, „Prawda o Kopenhadze...”.

Dinamarca, então líder da UE. – A proposta parece ser favorável, porque o subsídio não dependerá de tamanho da produção agrícola de uma fazenda, mas da área de terreno. Tive oportunidade de falar muito sobre aspectos económicos com o embaixador polaco da UE, que me informou sobre o estado das negociações neste âmbito. Sublinhou que o período inicial pode ser bastante difícil – disse arcebispo Henryk Muszyński.²⁹⁸

O arcebispo metropolitano de Gdansk Tadeusz Gocłowski também foi claro ao afirmar que os líderes da Europa Ocidental defenderam os seus próprios interesses. Na opinião dele, o desequilíbrio económico entre oeste e leste do continente provoca uma tensão entre negociantes durante a conferência do Conselho Europeu. Numa entrevista à Agência de Informação Polaca explicou, que esta diferença financeira é um drama da Polónia. – Por isso queremos o máximo de garantias possíveis, para que os nossos cidadãos possam ter o mesmo ponto de partida que os outros europeus. O início da Europa não é hoje, nem em Maio do próximo ano, mas a Europa continuará. Portanto, a luta na Cimeira por seguranças e garantias dos nossos direitos que concluem a situação económica é absolutamente necessária. Espero que o governo polaco lute por isto de maneira eficaz – sublinhou o arcebispo de Gdansk.²⁹⁹

O resultado do encontro dos líderes europeus com os representantes dos países candidatos foi muito debatido pela hierarquia da Igreja Católica na Polónia. Os comentários concentraram-se não só nas questões que podiam influenciar a vida religiosa dos cidadãos, mas também no quadro das consequências económicas e sociais da integração da Polónia na União Europeia. Os bispos falaram publicamente também sobre a futura constituição europeia, mostrando a sua preocupação em relação ao preâmbulo, bem como em relação ao *Invocatio Dei*. Na opinião do bispo de Koszalin e Kołobrzeg, Marian Gołębiewski, a Cimeira na Dinamarca foi significativa do ponto de vista da propaganda política mas acima de tudo no aspecto psicológico, não sendo esta a última etapa, apesar da Cimeira ter sido um momento muito importante no caminho dos 10 países-candidatos da União Europeia. O bispo admitiu que a integração europeia da Polónia é muito importante e sublinhou o seu significado no aspecto histórico e cultural. – Vejo a adesão da Polónia à União Europeia como um dos elementos importantes de um mais largo processo da integração europeia, que começou para nós no momento da entrada polaca no círculo dos países cristãos, e que depois, durante a muito agitada história do continente, adoptou formas diferentes nos vários países. Depois da II Guerra

²⁹⁸

Entrevista com abp. Henryk Muszyński, “Kościół poda...”.

²⁹⁹

Notícia da Agência de Informação Polaca, 10.12.2002.

Mundial, a Europa dolorosamente magoada com o totalitarismo recentemente combatido, desejava uma integração como um antídoto a guerras, rupturas, divisões, extermínio de povos, etc. Tudo começou de forma muito simples, com a Comunidade do Carvão e do Aço, apesar dos grandes arquitectos da Europa pós-guerra sonharem com algo maior e mais profundo. E desta forma, a pouco e pouco, formou-se uma ideia de Comunidade, e depois de União Europeia – apontou o bispo da diocese de Koszalin e Kołobrzeg.³⁰⁰

A posição dos bispos polacos perante a integração na União Europeia, manteve-se clara nos últimos dias do ano 2002. Ainda durante a Cimeira da COMECE em Bruxelas o arcebispo Henryk Muszyński anunciou, que a hierarquia da Igreja iria pedir aos polacos a participação no referendo europeu. Sublinhou simultaneamente que a Igreja não iria participar na campanha do referendo, mas apresentar "critérios de valorização".³⁰¹ Alguns dias depois o arcebispo de Gniezno mencionou na entrevista à Agência Católica de Informação, que as primeiras indicações aos católicos foram apresentadas já na primeira carta do Episcopado da Polónia sobre a integração europeia. Neste documento os bispos esclareceram que a apresentação dos "critérios de valorização" sobre o referendo é uma tarefa da Igreja. O primeiro referiu-se à questão de em que dimensão a integração europeia iria servir o bem do país; o segundo – se os métodos de modificar o país para a integração europeia são democráticos, e o terceiro – se o alvo das todas reformas é o ser humano e o seu bem.³⁰² – Além disso sublinhamos que não fazemos parte num debate sobre a integração e somos só uma autoridade moral, que faz o seu papel de conselheiro. Durante conversas com os bispos não escondemos que pensámos também sobre os fiéis e achamos que no quadro do processo da integração europeia é necessário garantir em primeiro lugar a liberdade religiosa em três aspectos: pessoal, comunitário e estrutural. O ser humano na Europa unida tem que ter o direito de professar a sua fé e guardar a sua identidade, que é o melhor garante do respeito pela dignidade humana – disse o arcebispo Henryk Muszyński. – A COMECE lembra-nos também que nas sociedades europeias a grande maioria das pessoas são crentes. Portanto, os fiéis perguntam no debate sobre a constituição europeia e no seu

³⁰⁰ Sondagem do "Tygodnik Powszechny" "Biskupi o integracji europejskiej" (Os bispos sobre a integração europeia), n.º 6/2003, in página da Internet de "Tygodnik Powszechny", [http://www.tygodnik.com.pl/numer/279606/odredakcji.html], 9.02.2003.

³⁰¹ Documentação da PAP "A Igreja sobre a adesão da polónia à UE", serviço de notícias da PAP, 13.12.2002.

³⁰² Documento da Conferência Episcopal da Polónia, aprovado na 316.ª sessão plenária em Varsóvia "Os bispos polacos e a integração europeia", 21.03.2002, in página da Internet de "Tygodnik Powszechny" [http://www.tygodnik.com.pl/numer/279606/odredakcji.html], 9.02.2003.

preâmbulo porque uma minoria, declarada como ateu, pode impor a sua vontade à maioria.³⁰³

O argumento de colocar o *Invocatio Dei* na constituição europeia inicialmente não foi tão importante na Polónia, como as questões das decisões favoráveis à agricultura e à indústria polaca. Dominou a atmosfera da insuficiência das condições negociadas durante a Cimeira em Copenhaga. Mesmo o primeiro-ministro Leszek Miller, que participou neste encontro e finalmente assinou o Tratado de Adesão, tinha a consciência de que a Polónia podia ganhar mais no capital da Dinamarca. Na opinião dele o governo do antecessor Jerzy Buzek deixou a Polónia mal preparada para o processo de negociações das condições de adesão polaca à União Europeia. Segundo Leszek Miller, a Polónia estava naquela altura no último lugar entre os dez países candidatos por causa de fraca estratégia de negociações e do caos de competências. O primeiro-ministro polaco achou que por causa destas dificuldades os negociadores polacos obtiveram em Copenhaga tudo o que foi possível receber. Sublinhou que a parte que representava os interesses da União Europeia no capital da Dinamarca tinha criado condições muito difíceis de negociação. – O primeiro-ministro da Dinamarca Anders Fogh Rasmussen disse-nos que se ainda gostaríamos de negociar isso significava que a Polónia não estava preparada para entrar na União Europeia. Podemos tentar na próxima vez, daqui a alguns anos e em 2002 a UE finaliza as negociações com aqueles países que já estão prontos. Esse foi o momento muito dramático das conversas – mencionou o principal representante da Polónia na Cimeira da UE em Copenhaga.³⁰⁴

A parte polaca sabia bem que um dos maiores factores de bloqueio à dinâmica das negociações era a incerteza dos países da antiga UE relativamente à manutenção do status quo na sequência da adesão dos novos membros economicamente menos desenvolvidos. A sociedade polaca tinha consciência que nos países da União Europeia os cidadãos têm um olhar sobre a integração europeia numa perspectiva de custos económicos e sociais.³⁰⁵ O facto da União Europeia negociar ao mesmo tempo com os

³⁰³ Entrevista com abp. Henryk Muszyński, “Kościół poda...”.

³⁰⁴ Entrevista com o primeiro-ministro Leszek Miller intitulada “Zostałem fatalną sytuację...”.

³⁰⁵ Sondagem de TNS OBOP „Polacy o przystąpieniu do Unii Europejskiej przed i po szczycie w Kopenhadze” (Os polacos sobre a adesão à União Europeia antes e depois da Cimeira de Copenhaga), Warszawa: TNS OBOP 2003, [<http://obop-arch.tnsglobal.pl/archive-report/id/1371>], 13.01.2003.

10 países candidatos, mais a Roménia e a Bulgária, foi um factor pouco favorável para a Polónia.³⁰⁶

As difíceis condições de negociação propostas pelos líderes dos países da União Europeia não ajudaram a criar um ambiente tranquilo e cheio de confiança durante a Cimeira do Conselho Europeu em Copenhaga. Segundo o primeiro-ministro polaco, os maiores amigos da Polónia, como a chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder, o Primeiro-ministro sueco, Goran Persson, o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, e o comissário europeu do alargamento à EU, Günter Verheugen, conseguiram dominar a crise nas negociações. Leszek Miller lembrou, que depois do primeiro grande conflito durante a Cimeira, as negociações e a análise das propostas polacas começaram novamente. Mencionou também que, a Polónia foi depois alvo de críticas devido a “estragar o programa da Cimeira cuidadosamente preparado, incluindo o cancelamento do jantar solene organizado pela rainha da Dinamarca Margarida II”.³⁰⁷

A imprensa ligada aos católicos liberais, apesar de admitir que o encontro do Conselho Europeu na Dinamarca não trouxe o sucesso máximo para a Polónia, mas apontou que a delegação de Varsóvia conseguiu obter nas negociações condições favoráveis. O diário “Gazeta Wyborcza”³⁰⁸, tal como o semanário “Tygodnik Powszechny”, concentraram-se na apresentação dos aspectos positivos dos resultados da Cimeira em Copenhaga. No dia 19 de Janeiro, o “Tygodnik Powszechny” publicou uma entrevista com Günter Verheugen, onde o responsável na Comissão Europeia pelo processo de alargamento convencia que a Cimeira em Copenhaga deu um bom resultado para cada um dos participantes, especialmente para a Polónia. Segundo o comissário alemão, o resultado final foi muito melhor de que as expectativas antes do encontro na capital dinamarquesa, dado que a situação antes da conferência não era muito proveitosa para a Polónia.³⁰⁹

Na opinião de Günter Verheugen alguns assuntos importantes encontraram a sua finalização só em Copenhaga por causa da “resistência polaca”. Admitiu que além da Polónia, todos os países candidatos à UE manifestaram antes da Cimeira a disponibilidade para fechar as negociações e que os líderes europeus esperavam uma atitude muito dura durante os debates. Verheugen apontou a existência de dificuldades

³⁰⁶ O relatório do Conselho de Ministros sobre os resultados das negociações da adesão da República da Polónia à União Europeia, Varsóvia, Dezembro de 2002, p. 5.

³⁰⁷ Entrevista com o Primeiro-ministro Leszek Miller intitulada “Zastałem fatalną sytuację ...”.

³⁰⁸ “Gazeta Wyborcza”, diário liberal polaco fundado em 1989.

³⁰⁹ A entrevista com G. Verheugen “Polska mogła...”, p. 24.

ligadas à situação complicada do Partido Social Democrata (SLD), em que se encontrava em relação ao seu parceiro governamental, Partido Popular Polaco (PSL), que representa os interesses dos agricultores, fazendo antes várias promessas a cumprir no quadro das negociações.³¹⁰

Os representantes das instituições públicas que conduziram o processo de adesão da Polónia à União Europeia também repararam que a delegação de Varsóvia alcançou a vitória em Copenhaga. Admitiram que os resultados positivos da conferência não eram muito visíveis, apesar de dar ao país uma posição forte na UE. Segundo os funcionários do Serviço do Comité da Integração Europeia (Urząd Komitetu ds. Integracji Europejskiej - UKIE), o efeito da Cimeira de Copenhaga devia ser avaliado de maneira complexa e ser reconhecido como um resultado vantajoso para a Polónia.³¹¹

O governo polaco também notou que em Copenhaga a delegação de Varsóvia alcançou os alvos mais importantes definidos na primeira rodada de negociações. Os autores do relatório final do governo, admitiram que a partir do primeiro dia na UE a Polónia torna-se um membro da comunidade com plenos direitos por causa de limitação máxima dos instrumentos de transição. Estes pareciam ser inevitáveis por causa das grandes diferenças em desenvolvimento entre os países membros e candidatos, causadas no passado e fora dos processos de integração europeia.³¹² Os autores sublinharam, que o balanço entre a limitação do número de períodos de transição necessários para evitar os efeitos de choque ligados à integração foi um resultado favorável das negociações, sendo isto importante especialmente nos sectores frágeis da economia polaca. O relatório sublinhou que garantidos em Copenhaga períodos de transição, estes ajudarão a Polónia a implantar mais facilmente as adaptações aos critérios da UE e a possibilitar uma locação de recursos mais racional nas estruturas de participação europeias suportados pela sociedade polaca, entidades económicos e orçamento do estado. O documento concluiu que na sequência da Cimeira em Copenhaga os negociadores polacos receberam boas condições para se juntar ao mercado único europeu, obtendo uma oportunidade de desenvolvimento e melhoria da competitividade.³¹³ Os autores do relatório final do governo sublinharam que, graças aos períodos de transição recebidos a realização dos processos adaptativos seria apoiada pelos meios financeiros da UE,

³¹⁰ A entrevista com G. Verheugen “Polska mogła...”, p. 24.

³¹¹ Documento do Serviço do Comité da Integração Europeia “Filiação da Polónia na União Europeia – em que condições?”, Varsóvia 2003, p. 196.

³¹² O relatório do Conselho de Ministros sobre os resultados das negociações da adesão da República da Polónia à União Europeia, Varsóvia, Dezembro de 2002, p. 5.

³¹³ Ibidem, p. 5

através dos fundos estruturais. Na opinião dos representantes do governo, o número e o âmbito dos períodos de transição recebidos foram os mais favoráveis para a Polónia entre todos os países candidatos à União Europeia. Isto foi reconhecido como um dos principais sucessos das negociações.³¹⁴

Por enquanto, tanto os relatórios do governo polaco e do Serviço de Comité da Integração Europeia (UKIE) como as opiniões dos altos representantes do governo polaco e da União Europeia,³¹⁵ que sublinharam a convicção sobre o sucesso polaco na Cimeira de Copenhaga, não corresponderam plenamente ao ponto de vista dos cidadãos polacos.³¹⁶ Nos primeiros dias depois da conferência do Conselho Europeu na Polónia, na opinião pública dominava a sensação de insuficiência das condições negociadas. A comunicação social ligada aos eurocepticos baseou-se nas expectativas não realizadas em relação ao acordo de negociações. Do mesmo modo, os adversários do resultado da Cimeira observaram uma grande desproporção na relação entre quem ganhou versus quem perdeu a favor da União Europeia.³¹⁷

Muito antes do Conselho Europeu em Copenhaga a atmosfera entre os eurocépticos polacos manifestava já previsões negativas relativamente à reunião esperada na capital dinamarquesa, onde seria decidido o futuro alargamento da União Europeia. As datas previstas para a realização da cimeira tinham força simbólica e ao mesmo tempo na perspectiva de muitos polacos traziam memórias dramáticas, associadas ao início do estado de sítio proclamado a 13 de Dezembro de 1981. Alguns críticos diziam que não era coincidência a sobreposição de datas e que o Conselho Europeu em Copenhaga seria também ele trágico e doloroso para os polacos.³¹⁸

A liderança na crítica à Conferência de Copenhaga foi dirigida em primeiro lugar pelos ouvintes da “Radio Maryja” e leitores do diário “Nasz Dziennik”, os meios de comunicação associados ao padre Tadeusz Rydzyk. O padre Rydzyk rodeava-se de uma parte bastante significativa dos conservadores e patriotas polacos.³¹⁹ Poucos dias antes da data prevista para a Cimeira em Copenhaga – 13 de Dezembro de 2002, a

³¹⁴ Ibidem, p. 6

³¹⁵ O Senador do SLD Bogdan Podgórski que fortemente criticava as decisões da Cimeira em Copenhaga.

³¹⁶ Sondagem de TNS OBOP „Polacy o przystąpieniu do Unii...”.

³¹⁷ LIPIŃSKI Zbigniew, “Ou Polónia, ou UE”, in página da Internet „Nasza Witryna”, [http://www.naszawitryna.pl/index_europa_30.html], 03.07.2002.

³¹⁸ A entrevista com G. Verheugen “Polska mogła...”, p. 24.

³¹⁹ MASZKOWSKI Rafał, „A sociedade aberta e a sua rádio”, in “Nigdy więcej”, n.º 14, Outono-Inverno 2004, [http://www.nigdywiecej.org/index.php?option=com_content&task=view&id=91].

Rádio Maryja apresentava argumentos para tranquilizar os eurocépticos na convicção de que a adesão da Polónia à União Europeia não era necessária e traria muitos perigos para a vida política, económica, social, cultural e religiosa. O carismático padre redentorista explicava que a integração europeia era um projecto que serviria a perda de soberania nacional e também de tolerância para os católicos.³²⁰

No ar, a “Radio Maryja” apresentava as opiniões não só do padre Tadeusz Rydzyk e de alguns outros padres redentoristas, mas também de ouvintes e convidados do Director da Rádio, especialmente políticos e especialistas. A esmagadora maioria das opiniões veiculadas por este meio de comunicação eram particularmente críticas relativamente à ideia da integração da República da Polónia nas estruturas europeias. O programa de rádio intitulado “Conversas inacabadas”, com a participação de Carl Beddermann, foi um dos mais espectaculares programas emitidos pela Rádio Maryja, já que aí foram questionadas as aspirações polacas face à União Europeia e foi apresentada uma forte crítica à Cimeira de Copenhaga. Os autores do programa realizado no dia 8 de Dezembro de 2002, apresentaram o seu convidado, Carl Beddermann, como um ex-assessor da União Europeia. No início do seu discurso, ele explicou que “algumas forças do Ocidente” estão a tentar a todo custo “impelir” a Polónia para a União Europeia. – Cada vez se torna mais claro, que se prepara uma guerra real para obrigar a Polónia e a nação polaca a aderir à União Europeia. Agora, pouco antes da reunião da União Europeia em Copenhaga, que irá fazer avançar a União Europeia na integração da Polónia e que será um passo decisivo neste processo, os pós-comunistas e os meios de comunicação social controlados por eles, usam métodos que ninguém há seis semanas atrás podia imaginar. E isto é apenas uma amostra do que poderá vir a ser nos próximos tempos – especulava Carl Beddermann.³²¹

Na opinião do oficial alemão, a adesão polaca à União Europeia poderia levar a um desastre nacional. Segundo Beddermann os sinais visíveis da tragédia na Polónia eram os distritos industriais decadentes e as terras deixadas em pousio. O ex-funcionário da União Europeia, achava que esta situação tinha sido provocada pelo acordo da associação da Polónia com a União Europeia de 1991³²², que influenciou a resignação da política de protecção da indústria e do comércio, bem como dos sectores financeiro e

³²⁰ Ibidem

³²¹ “Radio Maryja”, programa “Rozmowy Niedokończone” (Conversas Inacabadas), 08.12.2002, in “NaszaWitryna”, [http://www.naszawitryna.pl/europa_646.html].

³²² Tratado de associação da Polónia com a Comunidade Europeia de 1991, [http://polskawue.gov.pl/files/Dokumenty/uklad_europejski/ue.pdf], 17.06.1994.

agrícola. Na opinião de Beddermann, o documento obrigou a Polónia também a aceitar normas europeias nestas áreas da economia. – O Ocidente, sem vergonha nenhuma, aproveitou estas condescendências de pré-concessão e usando o seu capital dominante garantiu-se posições principais na economia nacional da Polónia. Nestas áreas onde a compra não vale ou existe uma resistência, faz-se dumping e desta maneira elimina-se a concorrência polaca. A agricultura polaca foi praticamente arruinada por causa das fronteiras abertas e das práticas de dumping europeias. Brevemente pode acontecer nas áreas da metalurgia e na indústria naval polacas – o especialista alemão apontava os perigos futuros.³²³

As advertências de Carl Beddermann corresponderam bem às preocupações apresentadas em outros programas da “Radio Maryja”, onde vários políticos da extrema-direita, economistas e outros especialistas ultra-conservadores partilharam com os ouvintes o sentimento de medo perante a invasão económica alemã. Uma das formas de acção seria através da compra de terrenos na Polónia.³²⁴

Na opinião do primeiro-ministro, Leszek Miller, alguns meses antes do referendo europeu em ambos as margens do rio Oder existiam preconceitos muito fortes, de um lado de que os alemães preparavam uma invasão aos terrenos polacos e na outra margem, de que os polacos iriam invadir a Alemanha procurando postos de trabalho. Segundo Leszek Miller, estes dois mitos alimentavam-se mutuamente.³²⁵

A “contratação” de Carl Beddermann pela “Radio Maryja”, como especialista em assuntos europeus, céptico em relação à integração europeia podia ser muito eficaz para assustar os polacos que acreditavam na União Europeia. O ex-funcionário europeu apontava nos seus discursos a difícil questão das relações polaco-alemãs, fazendo notar que durante os últimos séculos a Polónia era um alvo de colonização sistemática, tornando-se o resultado cada vez mais fraco. Observou que os polacos não puderam contar com apoio de ninguém durante o pesadelo de Segunda Guerra Mundial, tal como ficaram sós depois do estabelecimento do regime comunista na Polónia. Carl Beddermann admitiu que os polacos nunca esperavam obter uma pequena parte do grande capital que a Alemanha tinha investido na sua parte oriental. O especialista alemão fez reparar que após a queda do comunismo, existia “uma esperança de uma

³²³ “Radio Maryja”, programa “Rozmowy Niedokończone”, 08.12.2002.

³²⁴ MASZKOWSKI Rafał, „A sociedade aberta...”.

³²⁵ Entrevista com o primeiro-ministro Leszek Miller intitulada “Zostałem fatalną sytuację...”.

benevolente e justa colaboração proveitosa para os dois lados e uma convicção de que ninguém incomodaria a Polónia”.³²⁶

Nos programas da Rádio sublinhava-se que nos primeiros anos de transição do comunismo para a democracia, a Polónia não pode contar com a parceria amigável dos países da União Europeia. Os ouvintes da rádio admitiam que algumas forças tentaram com premeditação enfraquecer a economia polaca através da aquisição de bancos, da posse de vários sectores de indústria, liquidando as partes mais lucrativas do comércio e da comunicação social. Os autores destes programas acusavam as forças europeias de terem mantido uma luta consciente contra os agricultores polacos e de terem tentado tomar posse das fábricas polacas, eliminando negociantes polacos dos mercados de Leste e bloqueando a exportação polaca fazendo especulação com a moeda polaca. Num dos programas da “Radio Maryja”, Carl Beddermann apelou também aos bispos polacos a sua activa resistência face ao processo da integração europeia. Admitia que o seu próprio país – a Alemanha, teve também culpa do estado avançado do processo de adesão da Polónia à União Europeia – Como alemão estou assustado e envergonhado com a forma como o meu governo se tornou um dos maiores exploradores da Polónia, através deste processo chamado Integração Europeia. De tal forma, como nunca existiu nos últimos 38 anos de história comum polaco-alemã, graças ao histórico apelo dos bispos polacos aos bispos alemães de 18 de Novembro de 1965, que incluiu as palavras “desculpamos e pedimos desculpas”. Desta forma o Episcopado da Polónia ajudou a chegar ao verdadeiro florescimento, aquela flor sensível que é a reconciliação polaco-alemão – observou Carl Beddermann.³²⁷

Carl Beddermann era a pessoa ideal para confrontar os euroentusiastas e apoiantes da adesão da Polónia à União Europeia. Este alemão conhecia bem os mecanismos de funcionamento da União Europeia e era-lhe uma voz crítica muito forte, chamando a atenção dos polacos, advertindo-os para o facto de aderirem à União Europeia em condições desiguais. Não surpreendentemente, os eurocépticos polacos

³²⁶ MISTARZ Martyna, “Incómodos saem – ou seja, democracia ao modo da UE”, in página da “Radio Maryja”, [http://www.radiomaryja.pl.eu.org/arch/ofiary/www.arkitowie.win.pl/wydruk.php%3Fid=69], 22.08.2002.

³²⁷ “Programa sobre a União Europeia”, Radio Maryja, 8.12.2002, in página da Internet da Radio Maryja, [http://www.radiomaryja.pl.eu.org/nagrania/20021208-beddermann/20021208-beddermann.html].

utilizaram este inesperado aliado da Alemanha, que negava o sentido das aspirações polacas às estruturas europeias.³²⁸

Alguns publicistas avisaram também os ouvintes da “Radio Maryja” sobre a possibilidade de expansão de agricultores holandeses no território polaco. Fizeram notar o aumento de pequenos negócios holandeses, especialmente de agricultura biológica na Polónia, no pós 1989. O doutor Marek Czachorowski, colaborador de “Radio Maryja” e do diário “Nasz Dziennik” observava que o crescimento do número de agricultores holandeses na Polónia tem a sua raiz na preocupação deste povo com os efeitos negativos do aquecimento global. O docente nas universidades católicas em Lublin e Varsóvia explicava que durante o século actual o nível das águas em mares irá subir e a Holanda vai perder 1/3 do seu território. – Por isso eles já sabem o que vai acontecer e com que antecedência estão a comprar a terra polaca – escreveu Marek Czachorowski no diário “Nasz Dziennik”.³²⁹

Argumentos contra a integração europeia usados pelos eurocépticos polacos não eram constituídos numa base de perigo sobre a exploração da Polónia pelos povos da Europa Ocidental. O padre Tadeusz Rydzyk no livro-entrevista publicado no final de ano 2002, intitulado “Padre Tadeusz Rydzyk CSsR, Sim-sim, não-não” explicou que as mudanças na Polónia não correm na direcção certa e que ele sente uma dor grande quando fala sobre a situação actual da Polónia.³³⁰ Noutra parte deste livro o padre redentorista afirma que a Polónia independente não existe, por causa da ocupação estrangeira. – Vejo uma destruição complexa e a destruição planeada da Polónia [...] O projecto de destruir a Polónia não é uma coincidência [...] Já estamos feitos como povo, para nos tornarmos escravos e agarrar esta terra, realizando um plano. Existem algumas forças, existem pessoas, grupos de interesse que nos são hostis – explicou Padre Rydzyk.³³¹

Segundo o fundador da “Radio Maryja”, a União Europeia vê muitos lucros e vários interesses na Polónia e tenta conquistá-la. – Não se trata só da terra polaca, isto tem ligação com um novo plano para o mundo, intitulado o globalismo ateu. A União Europeia não é para construir a unidade, mas é uma mudança na direcção do

³²⁸ BEDDERMANN Carl, “A União sem fundo”, in “Nasz Dziennik”, 12.01.2003, [http://www.naszawitryna.pl/europa_682.html].

³²⁹ Citação de Marek Czachorowski, in página da Internet Ithink.pl, [http://www.pino.pl/article-view/id,571015,type,1,t,ojciec-rydzyk-i-przyjaciele-cytaty], 23.05.2002.

³³⁰ KRAJSKI Stanisław “Ojciec Tadeusz Rydzyk CSsR, Tak-tak, Nie-nie” (Padre Tadeusz Rydzyk CSsR, Sim-sim, não-não), Wydawnictwo Sióstr Loretanek, Varsóvia 2002, p. 230.

³³¹ Ibidem, p. 71-73.

globalismo. Isto fazem aqueles cujo Deus não é o Deus de Jesus Cristo [...] Trata-se de centros ateus que funcionam de maneira muito eficaz. Assim, a acção contra a Polónia deve ser entendida como uma acção contra a Igreja [...], eles querem suprimir o nosso povo e dominar a terra, fazer as suas repúblicas. Desta forma criam um lugar no Leste, segundo os planos da União Europeia, os pulmões da Europa, um sítio para caça de ursos. Excelências, enquanto sentirem necessidade de caçar vão brincar e os polacos vão servi-los – disse o padre redentorista polaco.³³²

Na opinião de Tadeusz Rydzyk, a unidade proposta pela União Europeia é uma forma de neo-colonialismo. Explicou que este facto não pode ser negado apesar de intervenções pró europeias de alguns membros do clero polaco, que defendem que a União Europeia não mudaria nada. Sublinhava que este tipo de união é para os polacos uma desgraça, por causa de um processo de destruição do país que começa a afectar a vida do povo. – Se eu fosse concordar com a tal União Europeia, eu concordava com uma coisa que é oposta à fé e à moral cristã. Eu não quero ir para a União Europeia – sublinhou Rydzyk.³³³

O pensamento sobre a União Europeia revelado no livro “Padre Tadeusz Rydzyk CSsR, Sim-sim, não-não” foi criticado por Zbigniew Nosowski, director de redacção da revista católica “Wież”, e também consultor do Conselho Papal para Leigos. O jornalista apontou que as ideias do padre Tadeusz Rydzyk não ligam bem com o pensamento do Papa João Paulo II e também do Concílio Vaticano II. Nosowski observou que o padre redentorista tem uma visão da política e da economia não adequada ao pensamento da Igreja Católica. – Infelizmente, o director da Rádio Maryja não sabe ou rejeita completamente um dos elementos fundamentais do ensinamento do Concílio Vaticano II – o princípio da Constituição “Gaudium et Spes”, sobre a autonomia da ordem temporal. Em resposta à pergunta: Qual deve ser a Polónia, dos sonhos do padre? Lemos: do Cristo. Se do Cristo, então é feliz. [...] Este é o significado mais profundo da Polónia e do povo polaco [...] Mas a Polónia de Cristo é um país de Cristo, a política de Cristo, a economia de Cristo, a escola de Cristo, e a cultura de Cristo. Mesmo se levarmos como boa moeda uma frase: o estado de Cristo não é um estado religioso, de que outros podem ter medo, e assim vê-se que o autor dessas palavras não terá recebido os ensinamentos da Igreja, inclusive dos papas pós-

³³²

Ibidem, p. 74.

³³³

Ibidem, p. 95, 223-224.

conciliares, pois não se pode falar sobre política cristã ou economia cristã, porque o país cristão já deixou de ser dos católicos! – escreveu Nosowski.³³⁴

A defesa ao padre Tadeusz Rydzyk perante as críticas do Zbigniew Nosowski surgiu do autor do livro-entrevista, Stanislaw Krajski. O publicista, próximo do padre redentorista explicou que o director da revista “Wież” é representante da esquerda na Igreja polaca e de maneira tendenciosa interpretou mal as opiniões do fundador da “Radio Maryja”. Krajski deu razão ao padre Tadeusz Rydzyk, que tinha dito que é necessário amar os inimigos da Igreja Católica, maçonaria, e ateus, mas também os representantes do catolicismo de esquerda - ligados às revistas “Wież” e “Tygodnik Powszechny”, do mesmo modo que se ama as crianças com necessidades especiais. Observou que o Padre Tadeusz Rydzyk falando sobre a Polónia do Cristo, sobre política, economia, cultura, escola, pensa que estas áreas possam ser do agrado do Cristo e são-no, segundo o ensinamento dele. – Poderia um católico dizer, enquanto é ainda católico, que devemos construir na Polónia, uma política, economia, cultura, etc, de tal forma que o Cristo não gostasse, e ficando isso em conflito com os ensinamentos de Cristo? – perguntava um dos mais próximos colaboradores do padre Tadeusz Rydzyk.³³⁵

Stanislaw Krajski não admitiu a crítica ao fundador da “Radio Maryja” pelo redactor duma revista de “esquerda católica“, apontando que Nosowski tinha má vontade em perceber as intenções do padre Tadeusz Rydzyk. Na edição da revista “Wież”, publicada em Fevereiro de 2003, o jornalista ficou indignado com a ideia do padre redentorista que tinha dito, que “aqueles que não gostam da Polónia, deviam sair desta terra. Quem não gosta da Polónia, faz-lhe mal”. Stanislaw Krajski perguntava retoricamente: – O que é terrível segundo Nosowski nesta frase? O padre não diz – “deviam excluí-los da Polónia.” Ele diz, “deviam sair por iniciativa própria”. Isto não é lógico? Ninguém agarra ninguém para viver na Polónia. Ninguém tem o direito de ajustar a Polónia às suas ideias. Ninguém permite tais actos, por exemplo em Israel. E se de uma forma activa não era permitida, Zbigniew Nosowski, com certeza não criticava este estado de coisas – escreveu Stanislaw Krajski.³³⁶

Na opinião do publicista da “Radio Maryja” a Europa contemporânea não tem nada a ver com o espírito do cristianismo. Observava que alguns membros da hierarquia

³³⁴ KRAJSKI Stanislaw, “Wielu ma apetyt na Polskę” (Muitos têm apetite pela Polónia), in página da Internet do autor [www.krajski.com.pl/rydzyk.htm], 23.05.2002.

³³⁵ Ibidem

³³⁶ KRAJSKI Stanislaw “Ojciec Tadeusz Rydzyk ...”, p. 68.

e jornalistas católicos progressistas estão enganados pensando que o continente europeu ainda tem pouca ligação com a Igreja Católica. – A Europa foi criada pelo cristianismo e a Igreja. É um facto com o qual ninguém pode discutir. O problema é que Zbigniew Nosowski tenta não notar que hoje em dia, o continente europeu ou a União Europeia construída nas suas instalações, têm pouco em comum com o cristianismo e com a Europa ou o europeísmo – reparou Stanislaw Krajski, sublinhando também que os polacos não vão seguir os exemplos dos outros países e não deixarão a sua identidade. – A Polónia é a Polónia. Têm que reconhecer isto. A Polónia não é a Hungria, a França, a Alemanha, os Estados Unidos ou Israel, mas é a Polónia. E assim, esperamos, irá permanecer. Vamos lutar por isso. Para este efeito, vamos trabalhar – acrescentou o publicista do “Nasz Dziennik”.³³⁷

Os autores de programa na “Radio Maryja” e os artigos no diário “Nasz Dziennik” admitiam frequentemente que os líderes da União Europeia estão interessados no alargamento da comunidade europeia. O padre Tadeusz Rydzyk disse no livro-entrevista: - Na verdade, a Polónia tem tudo. A Polónia, é como o paraíso. Sim, sim, assim posso imaginar o paraíso. (...) Enfim, é por isso que a muitos lhes apetece a Polónia.³³⁸

De forma parecida falava-se na Rádio sobre as motivações dos líderes da União Europeia na promoção da integração europeia. O canal conservador observava que os países da Europa Ocidental têm os seus interesses no alargamento da comunidade. Citava o comissário europeu Guenter Verheugen, que disse à revista “Wirtschaftswoche”: “As taxas que a Alemanha deve pagar por todo o país aderir à União Europeia, são financiadas facilmente por enormes excedentes comerciais, gerados através das ligações comerciais com esses países. De um ponto de vista económico, não se colocam, portanto, para a Alemanha nenhuns custos extra. A contribuição alemã para a extensão é pouco superior a um bilhão de euros. Mais barato a Alemanha não poderia comprar a estabilidade na sua fronteira oriental”.³³⁹

Preocupações sobre o alargamento da União Europeia eram visíveis também do lado alemão, principalmente por causa do possível futuro fluxo da mão-de-obra barata da Polónia. A melhoria das relações polaco-alemãs não servia também o estereótipo do polaco-imigrante muito enraizado na Alemanha. As sondagens realizadas pelo instituto

³³⁷ Ibidem

³³⁸ KRAJSKI Stanislaw, “Wielu ma apetyt...”

³³⁹ VERHEUGEN Guenter, “EU-Osterweiterung: Billiger geht es nicht”, in “Wirtschaftswoche”, n.º, 28.02.2002, p.38.

TNS OBOP mostravam que existiam alguns preconceitos também na sociedade holandesa e dinamarquesa, embora não em tão grande escala.³⁴⁰

Na véspera de um referendo à União Europeia na Polónia, num ambiente de desconfiança mútua de ambos os lados do rio Oder, outros funcionários da Comissão Europeia se pronunciavam. Entre eles, a ministra dos assuntos europeus da Comissão Europeia, a polaca Danuta Hübner, admitia que existe na Polónia um medo perante a União Europeia. Numa entrevista à Agência de Informação Polaca (PAP) realizada no dia 30 de Dezembro de 2002, sublinhou que os polacos tinham os mesmos medos do que os povos da antiga União Europeia e que isso tinha a sua fonte em aspectos económica. Na opinião dela, os polacos tinham os mesmos receios que os outros cidadãos dos países membros da União Europeia. – É provavelmente o medo do desconhecido, a nova situação para ambas as partes. Ansiedade, o que se reflecte sobre o que é mais importante: que nós estamos com medo de que eles serão mais competitivos, e eles acham que seremos nós – explicava Danuta Hübner.³⁴¹

Muitos comentários negativos dirigidos à ideia do alargamento da União Europeia estavam ligados à questão da protecção do mercado de trabalho. Isso foi importante devido ao facto de, naquela altura mostrarem sondagens de opinião pública, que revelavam que para os polacos um dos aspectos mais importantes do alargamento da União Europeia seria o seu impacto no mercado de trabalho na Polónia. Esta questão foi reconhecida como o problema mais importante do país e qualquer consequência do alargamento para o mercado podia ajudar ou piorar a situação. Além disso, o estudo realizado pelo CBOS provou que a intenção dos polacos de dar o seu apoio à adesão não significava automaticamente uma atitude positiva perante esta organização. Entre os apoiantes da adesão encontravam-se pessoas que tinham uma atitude negativa em relação à União Europeia e também pessoas que eram indiferentes em relação a ela.³⁴²

As sondagens realizadas logo depois da Cimeira de Copenhaga confirmaram as preocupações dos polacos em relação aos seus vizinhos ocidentais. O estudo TNS OBOP apresentado em Fevereiro de 2003, intitulado “Quem é amigo, quem é inimigo dos polacos” mostrou que para os 28% dos polacos existem países que, são hostis em relação à Polónia. Dentro deste grupo, a maioria eram residentes das maiores cidades do

³⁴⁰ “Postawy Polaków, Duńczyków i Holendrów wobec rozszerzenia UE” (Atitudes dos polacos, dinamarqueses e holandeses sobre o alargamento da UE), comunicado do estudo de opinião do CBOS, Varsóvia, 2003, p.3-13.

³⁴¹ Documentos do Comité de Serviço da Integração Europeia (UKIE), [<http://archiwum-ukie.polskawue.gov.pl/WWW/dok.nsf/0/20B9AACB0905EC22C1256FF700467439?open>]

³⁴² “Postawy Polaków ...”, p.3-13.

país, com uma população superior a 500 mil (41%). Essas pessoas apontam como principal inimigo da Polónia a Rússia (35%), enquanto em segundo lugar, foram colocados os alemães. Mais de 23% dos entrevistados admitiam a existência de más intenções da parte ao vizinho polaco ocidental. Um resultado interessante desta investigação foi que, 13% dos polacos que acreditavam que a Polónia tem um amigo apontaram a Alemanha como um país amigo dos polacos, ficando no segundo lugar após os Estados Unidos.³⁴³

Os vizinhos ocidentais da Polónia não eram a única preocupação para os ouvintes da “Radio Maryja”. Por vezes nos programas da rádio liderada pelos padres redentoristas alertavam para o facto de a comunidade judaica na Polónia não apoiar os interesses do Estado Polaco. Três semanas antes do início da Cimeira de Copenhaga o padre Tadeusz Rydzyk explicou que muitos judeus que vivem no estrangeiro tentam obter a cidadania polaca, que em seguida, após a adesão da Polónia à União Europeia poderá servi-lhes para se tornarem cidadãos da União Europeia. Numa audição no dia 23 de Novembro de 2002, o redentorista falou à antena de rádio directamente da sede da União das Associações da Diáspora Polaca na América Latina (Unia Stowarzyszeń i Organizacji Polskich w Ameryce Łacińskiej - USOPAL), liderada por Jan Kobylanski, ex-embaixador honorário da Polónia na Argentina.³⁴⁴ Neste programa o padre Rydzyk, usando – como explicou – “estimativas alegadamente obtidos pelo povo polaco que vive na América Latina, informou que 500 mil judeus tentam conseguir um passaporte da República da Polónia. Durante o programa o director da “Radio Maryja” queixou-se sobre as dificuldades no processo de emissão de passaportes para os polacos que vivem naquele continente, ao contrário dos judeus, que na sua opinião, “em muitos casos, terão recebido a confirmação da sua nacionalidade polaca no local das comunidades judaicas”. O padre Tadeusz Rydzyk afirmando que não tem nada contra nenhuma nação, reconheceu o fenómeno como um elemento no processo de bens nacionais polacos. – Naturalmente, a terra, e tudo o que ainda podem tirar de cá – e através da Polónia entrar na Europa e na União Europeia. Trata-se de tal plano. Por isso tantos esforços e tentativas deste tipo. Querem roubar tudo ou que ainda podem. Mas então, querem

³⁴³ “Kto przyjacielem, kto wrogiem Polaków” (Quem é o amigo e o inimigo dos polacos), o Estudo de TNS OBOP, Varsóvia, Fevereiro de 2003, p.5-17.

³⁴⁴ Jan Kobylanski – empresário polaco, diplomata e activista da União das Associações e Organizações de Emigrantes Polacos na América Latina (USOPAL).

desviar a atenção do problema. Portanto, desviam atenções do problema do desemprego, da destruição da Polónia – disse o padre Tadeusz Rydzyk.³⁴⁵

No mesmo programa da “Radio Maryja” o sacerdote redentorista apontou uma versão da União Europeia em relação aos meios de comunicação independentes na Polónia. O padre Tadeusz Rydzyk revelou um plano de monitorização de rádios, incluindo a sua estação de rádio, que se manifestaria através de um controle. O fundador da “Radio Maryja” observou que essa acção pode ser usada contra a Igreja Católica e servir entre outros fins para “a destruição do bom nome de padres e bispos”. O padre redentorista apontou a ligação dos organizadores desta acção à Maçonaria. – E isso é o quê? – perguntava o padre Tadeusz Rydzyk. – Isto é baseado nos mais baixos instintos, num primitivismo, tudo isto é muito simplista. Tal como durante a Revolução Francesa – lumpemproletariado. Tal como durante a Revolução de Outubro, como em cada revolução, que prepararam. E agora também é o mesmo. Quem é? É a Maçonaria, os mais altos graus da Maçonaria. Isto é, uma Anti-Igreja. Devem saber disto – dizia o director da “Radio Maryja”.³⁴⁶

Uma forte frente de acusações contra à União Europeia estava ligada com uma convicção de que esta organização internacional gere dinheiro de maneira errada e injusta. “Radio Maryja” explicava que a UE hoje em dia não é a mesma coisa que no início das Comunidades Europeias e está baseada nos interesses económicos. O argumento financeiro foi um dos dominantes nas declarações contra a UE, que a Radio considerava como uma “monstruosidade burocrática, cujos membros estão envolvidos na luta em curso, e se está tentando colher os benefícios económicos à custa dos outros.”³⁴⁷

Um dos mais importantes rádios polacos referiu-se também aos apelos de alguns professores, que tinham desaconselhado a sociedade polaca a votar a favor da integração europeia no referendo em Junho de 2003. Um deles foi o professor Rafał Broda, o físico nuclear da Universidade Jagiellonicum de Cracóvia, que tinha reconhecido como uma ideia utópica a realização pelos polacos da missão de evangelização dos povos secularizados da Europa Ocidental.³⁴⁸

³⁴⁵ “Radio Maryja”, programa nocturno, 23.11.2002, [http://www.radiomaryja.pl.eu.org/nagrania/20021123-rydzyk/20021123-rydzyk.html].

³⁴⁶ Ibidem

³⁴⁷ “Radio Maryja”, programa nocturno “Rozmowy niedokończone”, 23.11.2010, [http://www.radiomaryja.pl.eu.org]

³⁴⁸ BRODA Rafał, “Unia Europejska a Polska – rozważmy to jeszcze raz” (UE e a Polónia – pensamos nisto mais uma vez), Ostoja, Kszeszowice, 2002, p.10-25.

Stanislaw Krajski, Carl Beddermann, Jerzy Maria Nowak e Tomasz Jazwinski, publicistas conservadores, ligados à “Radio Maryja” e ao “Nasz Dziennik”, acusavam os negociantes polacos de ingenuidade nos debates com os líderes da União Europeia. Apontavam que as decisões da Cimeira de Copenhaga não traziam vantagens para a economia polaca e que os polacos eram permanentemente enganados na distribuição dos dinheiros europeus.³⁴⁹

O país continuou a revisão da decisão da Cimeira de Copenhaga. A oposição patriótica, cheia de preocupações sobre a possível compra de terras polacas pelos estrangeiros – especialmente de origem alemã – foi tranquilizada através da decisão dos dirigentes da União Europeia, segundo a qual durante os doze anos seguintes à adesão polaca à União Europeia, os cidadãos dos Estados-Membros não poderiam comprar livremente terras na Polónia. A excepção seria para os casos de agricultores dos países da antiga União Europeia, que tinham alugado o terreno antes do final das negociações em Copenhaga. Esses, ganhariam o direito de comprar terra ao fim de três anos.³⁵⁰

Os críticos também levantavam a questão do direito adquirido por empresas estrangeiras que, segundo as decisões da Cimeira de Copenhaga, a partir do primeiro dia da adesão polaca obteriam o direito à liberdade de comprar terreno para os seus investimentos. Após cinco anos, os cidadãos dos países da antiga União Europeia poderiam adquirir propriedade de recreio, mas sem ser possível usá-la para habitação permanentemente.³⁵¹

No início de 2003 na Polónia também foi muito criticada a decisão da Cimeira de Copenhaga sobre a promessa do governo polaco de introduzir uma taxa de 3% do IVA sobre os produtos agrícolas. Os líderes da União Europeia não concordaram que na Dinamarca se tivesse atribuído à Polónia uma taxa menor de IVA sobre as máquinas agrícolas.

Na opinião de políticos, activistas e comentadores eurocépticos, as condições financeiras da adesão da Polónia à União Europeia, resultantes das decisões tomadas em Copenhaga, significaram uma derrota para os apoiantes da integração europeia do

³⁴⁹ MISTARZ Martyna, “Niewygodni odchodzą” (Incómodos saem) in www.radiomaryja.pl.eu.org, 22.08.2002.

³⁵⁰ HELLER Janusz, „Integracja Polski z Unią Europejską” (A integração da Polónia na UE), Branta, Bydgoszcz-Olsztyn, 2003, p.106-107.

³⁵¹ Ibidem

país.³⁵² Segundo Tomasz Jazwinski, as condições negociadas no âmbito da Cimeira de Copenhaga sobre o regime financeiro para a Polónia não foram além daquilo que a Comissão Europeia ofereceu na sua posição de 30 de Janeiro de 2002 – 1,5 biliões de euros de compensação do orçamento para o período 2004-2006.³⁵³

O redactor da revista “Nowa Myśl Polska”, Tomasz Jazwinski, dizia que a delegação polaca voltou da Dinamarca derrotada, especialmente no quadro das finanças e da agricultura. – Teria sido possível, como o comprovam os resultados finais das negociações em relação a outros países, ganhar muito mais – escreveu Tomasz Jazwiński. – A agricultura na Eslováquia, em Malta e no Chipre a partir do primeiro dia da sua adesão à União Europeia veio a receber os mesmos pagamentos directos que no caso da agricultura dos países da actual União Europeia. Além disso, uma vez que a União Europeia é – como dizem – tão generosa e compartilha a sua riqueza com os outros, porque não foi proposto ao nosso país, pelo menos por causa dos enormes benefícios alcançados à custa da Polónia na fase de sua associação, por exemplo, 120% de subsídios directos à agricultura? Porque não é estúpida. Porque não é do seu interesse – essas e outras respostas apareceram na sua boca? Curiosamente, essas respostas davam-nas a maioria dos nossos compatriotas. Então, por que muitos deles acreditaram no mito do “sucesso” da conclusão das negociações? – perguntou retoricamente o comentador da revista “Nowa Myśl Polska”.³⁵⁴

Os eurocépticos acusavam os políticos da UE de impedirem encargos adicionais com a Polónia e de evitarem assumir responsabilidades no apoio solidário aos novos membros desta organização. – Mesmo a parte dos subsídios directos à agricultura, proveniente do orçamento da UE, tem que ser no primeiro ano financiada suportada pelo orçamento do Estado, que só um ano mais tarde será reembolsado por Bruxelas. Por tudo isto parece que vamos ter uma grande sobrecarga do orçamento. Especialmente se a Polónia queria alcançar o nível máximo de ajudas em subsídios directos, previstos para a agricultura polaca na Cimeira de Copenhaga, isto exigirá que os mesmos sejam complementados pelo Orçamento do Estado polaco – reparou Tomasz Jazwiński.

As decisões tomadas em Copenhaga significaram grandes mudanças, não só para a agricultura polaca, mas também para a indústria. Os líderes dos quinze países da

³⁵² Debate no parlamento da Voivódia da Pomerania. Página da Internet da Voivódia da Pomerania, [http://bip.wrotapomorza.pl/res/BIP/UMWP/sejmik/posiedzenia_sejmiku/protokol_nr_vi___24_02_2003.pdf] , 24.02.2003

³⁵³ JAZWIŃSKI Tomasz, “Po szczycie w Kopenhadze - miliardy w wyobraźni” (Após a Cimeira de Copenhaga – os bilhões na imaginação), in “Nowa Myśl Polska”, n.º 3, 19.01.2003, p.3-5.

³⁵⁴ Ibidem

União Europeia concordaram com o plano de apoio dado por Bruxelas às siderúrgicas polacas no valor de 3,3 mil milhões de złoty. O aspecto negativo disto foi a obrigação de reduzir a capacidade de produção em cerca de 10% e em consequência, baixar o nível de emprego.

Outro assunto bastante criticado pelos eurocépticos polacos foi o facto que a UE impor a necessidade de as siderúrgicas polacas alterarem o perfil de produção de produtos em metal, sugerindo focar-se nos produtos laminados planos. Previam-se mudanças também no mercado das matérias-primas. Em Copenhaga, a Polónia assumiu o compromisso de liberalizar o mercado do gás a partir de 1 de Janeiro de 2003. Isto significava independência das eléctricas polacas em escolher fornecedores de energia do mercado europeu. Outra decisão importante da Cimeira da Copenhaga foi a aprovação por parte da Polónia da pauta aduaneira comum da União Europeia. Isto significava, na prática, a cobrança de taxas alfandegárias e outras taxas na sua fronteira oriental, em nome da UE. O dinheiro recebido deste título seria transferido para Bruxelas.

Na opinião do primeiro-ministro Leszek Miller, que assinou o documento final da Cimeira de Copenhaga por parte da República da Polónia, na conferência foi ganho tudo o que era possível. Segundo o político, o efeito do encerramento das negociações com a União Europeia, não podia ser melhor para a Polónia. Miller apontou que foi um grande sucesso o facto que nos anos 2004-2006 entrar no orçamento polaco 1,5 mil milhões de euros provenientes de Bruxelas. Segundo o primeiro-ministro, outra meta alcançada pela Polónia foram as taxas dos subsídios directos aos agricultores polacos previstas da seguinte forma: 55% no primeiro ano da adesão, 60% – no segundo, e 65% no terceiro.³⁵⁵

Tomasz Jązwiński não estava de acordo com a opinião manifestada por Leszek Miller, olhando para os resultados da Cimeira dinamarquesa de maneira diferente. Na sua opinião, na capital da Dinamarca decidiu-se manter o nível desigual de subsídios directos à agricultura polaca. Apontou também que não foi diminuído o período de transição para o pagamento completo, previsto para 10 anos. O autor do artigo afirmava que, desde 2002, a União Europeia realizava uma política de limitação de recursos para os novos membros. – No dia 25 de Outubro de 2002, durante a Cimeira da União Europeia em Bruxelas, chegámos finalmente a saber a posição da toda a União Europeia acerca das questões financeiros relacionadas com o alargamento. Os líderes dos 15

³⁵⁵

Entrevista com o primeiro-ministro Leszek Miller intitulada “Zostałem fatalną sytuację ...”

países da União Europeia reduziram aos novos membros os meios de fundos estruturais mais do que em 2,5 mil milhões de euros em relação à proposta da Comissão Europeia apresentada em Janeiro. No caso polaco isto significa menos de 1,5 mil milhões de euros – estimou o publicista da revista “Nowa Mysl Polska”.³⁵⁶

Num tom bastante negativo avaliavam as decisões da Cimeira de Copenhaga também outros jornalistas que antes tinham apoiado a ideia da integração europeia. Na edição do diário liberal “Rzeczpospolita” de 23 de Dezembro de 2002, Jędrzej Bielecki publicou o seu artigo mostrando cepticismo perante o “sucesso dos negociadores polacos na capital dinamarquesa”.³⁵⁷ No seu artigo intitulado “O sucesso que nós pagamos”, Jędrzej Bielecki escreveu que o único sucesso real em Copenhaga foi os 108 milhões de euros para financiar “a vedação da fronteira oriental”.³⁵⁸

As observações de Jędrzej Bielecki sobre os resultados da Cimeira de Copenhaga irritaram especialmente o negociador principal da Polónia no quadro da adesão do país à União Europeia. Jan Truszczyński no artigo intitulado “A verdade sobre Copenhaga. Réplica”, publicado no diário “Rzeczpospolita” criticou o texto de Jędrzej Bielecki. O negociador polaco salientou que a conclusão das negociações da integração europeia da Polónia, no dia 13 de Dezembro de 2002, resultou num “momento de satisfação e orgulho desejado durante muito tempo pela sociedade polaca”. O autor do texto fez notar que durante o período de mais de 10 anos, a Polónia “aspirava tornar-se um membro do clube dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo” e na Cimeira de Copenhaga “obtivemos este passe”. Na opinião de Truszczyński, a conferência foi acompanhada por um clima de entusiasmo e “muitas vezes, com momentos de euforia”. Na sua opinião, estas emoções eram sentidas não só pelos representantes da delegação polaca, mas também pela população na Polónia. O ministro admitiu que, após a reunião em Copenhaga, encontrou muitas provas disso.³⁵⁹ Jan Truszczyński entrou também numa polémica com o argumento de Jędrzej Bielecki, segundo a qual “o alvo do governo polaco na última fase de negociações foi o sucesso da propaganda”. O ministro polaco declarou que esta opinião é falsa.

O representante do governo polaco nas negociações com a União Europeia considerava falso o argumento de Jędrzej Bielecki de que a delegação polaca conhecia

³⁵⁶ JAZWIŃSKI Tomasz, “Po szczycie...”.

³⁵⁷ BIELECKI Jędrzej, “Za sukces zapłacimy sami” (O sucesso que nós pagamos), 23.12.2002, www.archiwum.rp.pl

³⁵⁸ Ibidem

³⁵⁹ TRUSZCZYŃSKI, Jan, „Prawda o Kopenhadze...”.

mal as oportunidades de acordo. – Entretanto, até à noite de 12 para 13 de Dezembro seria razoável supor que os líderes dos países da União Europeia iriam pretender adicionar aos elementos financeiros do pacote dinamarquês uma quota de dinheiro bastante grande ainda não usada no alargamento, que foi prometida há três anos e meio atrás em Berlim – mencionou Jan Truszczyński ao diário “Rzeczpospolita”. As premissas disso foram por um lado o próprio conhecimento dos polacos, tal como o conhecimento guardado pelos outros países candidatos. Entretanto, o redactor Bielecki está enganado pensando que eu fui “afastado das conversações”. Pelo contrário, participei activamente na equipa política de preparação da versão final da posição da Polónia para a Cimeira da Copenhaga – acrescentou o negociador polaco.³⁶⁰

Os argumentos contra o processo final de negociações sobre a União Europeia não foram muito visíveis nos principais *media* polacos. O motivo foi, que a imprensa conservadora não tinha grande espaço no mercado de imprensa e na maioria dos casos fazia parte de um nicho jornalístico. “Nowa Mysl Polska”, “Nasz Dziennik” ou “Radio Maryja” nunca fizeram parte dos principais meios de comunicação social da Polónia e eram identificados na sociedade como uma onda de pensamento concentrado na crítica à Europa. Ao contrário, “Gazeta Wyborcza” ou “Tygodnik Powszechny” – dois meios de comunicação social relacionados com os católicos progressistas – apresentavam outra visão da integração europeia da Polónia, virados para o aspecto positivo do alargamento. Em ambos se sentiu, depois de encerramento das negociações da Polónia com a UE, uma atmosfera de alívio. Na última edição do ano 2002 do semanário “Tygodnik Powszechny”, Krzysztof Kozłowski publicou o texto intitulado “Graças a Deus, entrámos na União”. O autor, glorificando o encerramento das negociações da Polónia com a UE escreveu: Realmente, graças a Deus. Há momentos em que se pode justificar um pouco de nostalgia dos tempos passados, quando a Igreja não estava separada do Estado, e quando os nossos antepassados encontravam formas simples de manifestar a satisfação nacional, sem grandes palavras.³⁶¹

O autor do artigo elogiava o fim de processo de candidatura da Polónia à adesão europeia, sublinhando que este “sucesso” fora obtido também graças aos eurocépticos. Referia que mesmo as reclamações e pedidos exigentes da parte dos oponentes do alargamento, estes factores faziam parte dos que jogavam a favor da Polónia. – Então,

³⁶⁰ Ibidem

³⁶¹ KOZŁOWSKI Krzysztof, “Bogu niech będą dzięki: wchodzimy do Unii” (Graças a Deus: Entramos na União), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 51-52 (2789), 22-29.12.2002, p.3, [<http://www.tygodnik.com.pl/numer/278951-52/kozlow.html>], 22.12.2002

quando já sabemos que a partir de 1 de Maio de 2004 vamos aderir à União Europeia – agradecemos a uns e a outros. Agradecemos porque resistimos à pressão nervosa, porque não expressámos uma série de disparates, porque as exigências dos intrusivos e as resistências cheias de medo de alguns grupos da sociedade foram valiosas, em última instância, os elementos do jogo comum. Agradecemos que Leszek Miller, tarde mas ainda na recta final, deixou de ser o líder do principal partido e entrou no papel de representante da toda a Polónia. Que o primeiro-ministro se referiu não só à continuidade da política externa da Terceira República Polaca, depois de 1989, mas também do histórico Solidariedade e do Papa – assinalou o comentador do semanário “Tygodnik Powszechny”.³⁶²

Apesar do seu elogio à finalização das negociações da Polónia em Copenhaga, Krzysztof Kozłowski admitiu que o resultado da Cimeira na capital da Dinamarca não correu suficientemente bem. Acrescentou que a parte final do processo de candidatura da Polónia às estruturas europeias foi marcado por um compromisso.³⁶³ O jornalista do semanário católico escreveu: – É necessário jogar desta maneira e assim estabelecer um compromisso razoável. Não nos preocupa que as grandes batalhas decisivas sejam feitas de uma multidão aparentemente caótica e de pequenos conflitos (...) que no nosso caso resultam num benefício modesto adicionado no último momento das negociações em Copenhaga. Estas daqui a pouco já não serão relevantes. Ganhámos não muito dinheiro, embora seja importante, mas o nosso futuro na União Europeia será também uma oportunidade para as próximas gerações.³⁶⁴

Segundo o comentador católico a actual posição da Polónia, é melhor quando comparada com a situação de há duas décadas atrás. Apontava que a Cimeira de Copenhaga pôs fim a uma realidade de ditadura e finalizou um processo de liberalização democrática da Polónia. – Exactamente há 21 anos atrás, no dia 13 de Dezembro de 1981, nós – a nação polaca, os cidadãos deste país – estávamos literalmente no fundo. Há 13 anos atrás, já numa Polónia livre, começaram as mudanças económicas fundamentais. Há quase quatro anos atrás entrámos na NATO. E hoje deixamos de ser uma vaga Europa de Leste e Central, apagada do mapa durante os últimos três séculos, cortada do resto do mundo por Teherã e Yalta. Juntamente com a vizinha Lituânia e a

³⁶² Ibidem

³⁶³ “Projekt dokumentu końcowego potwierdza datę rozszerzenia i duński pakiet”, in “Wirtualna Polska”, [http://wiadomosci.wp.pl/kat,1699,title,Projekt-dokumentu-koncowego-potwierdza-date-rozszerzenia-i-dunski-pakiet,wid,351673,wiadomosc.html], 13.12.2002.

³⁶⁴ KOZŁOWSKI Krzysztof, “Bogu niech będą dzięki...”.

Eslováquia, que há algumas semanas também foram convidadas da NATO, e com a vizinha República Checa e outros seis bravos países desta região, voltamos a ser parte do conjunto histórico. Com essa aceleração enorme é difícil perceber o que realmente aconteceu diante de nossos olhos. E ainda vai ser necessário continuar a manter o ritmo, e o “estímulo” da União Europeia, que já é a nossa União Europeia, e vai ser durante esta corrida realmente necessário. Mas agora, contudo, a bola está no nosso campo. Então, nós, todos os cidadãos da República da Polónia, nós temos daqui a um semestre o referendo - como nunca antes na nossa história recente – para decidir sobre a forma da Europa. Não vamos falar que o vento é “demasiado para as nossas lãs”. Acreditamos em nós mesmos – escreveu Krzysztof Kozłowski no semanário “Tygodnik Powszechny”.³⁶⁵

Alguns especialistas moderados apontavam factores determinantes da fase final das negociações de adesão da Polónia à União Europeia. Um dos factores desfavoráveis foi a situação internacional e alguns autores definiram-no, como o período mais difícil tanto nos países da Europa Ocidental, como no resultado desvantajoso das negociações no caso dos países-candidatos à UE. Jędrzej Krakowski, diplomata e especialista em relações internacionais, chamava a atenção para os factores de natureza política e económica que influenciaram o resultado do documento final de adesão: a recessão e a disciplina financeira do Tratado de Maastricht e o aumento do desemprego em muitos países da União Europeia. Tudo isto, segundo Jędrzej Krakowski, provocou a preparação aos países-candidatos, pelos antigos membros da EU, de uma proposta de condições da integração que não se baseava nos princípios fundamentais da solidariedade e da igualdade dos países membros.³⁶⁶

No debate sobre os benefícios da conferência de Copenhaga participaram também membros da hierarquia da Igreja Católica na Polónia. O resultado das negociações sobre a adesão da Polónia à União Europeia foi bem acolhido pela maioria dos bispos polacos. Na opinião do presidente da Conferência Episcopal, o cardeal Józef Glemp, a última cimeira da UE em Copenhaga foi “um grande evento para a Polónia”. O Primaz polaco disse que a partir desse momento “o país tem a oportunidade de criar um futuro melhor”.³⁶⁷ “Aspirar à unidade é uma tarefa e um ideal do Evangelho, que a Igreja exprime há séculos” – desta forma comentava a cimeira da União Europeia, o

³⁶⁵ Ibidem

³⁶⁶ KRAKOWSKI Jędrzej, “Polska w Unii Europejskiej – negocjacje i negocjatorzy” (A Polónia na UE – as negociações e os negociadores), in página da Internet do autor, [http://www.krakowski.us.edu.pl/?p=ue-14], 21.08.2006.

³⁶⁷ “Kronika”, in “Tygodnik Powszechny”, n.º 51-52, 22-29.12.2002, p. 2, [http://www.tygodnik.com.pl/numer/278951-52/kronika.html].

vice-presidente da Conferência Episcopal Polaca, o arcebispo Józef Michalik. Segundo o arcebispo de Gniezno, Henryk Muszynski, que representa a Igreja polaca nas reuniões da Comissão Episcopal da Comunidade Europeia (COMECE), o processo de integração joga a favor da Polónia e também da UE. De forma parecida, eram avaliadas as decisões da Cimeira dinamarquesa pelo bispo Tadeusz Pieronek. – Até agora, onde se decidia o destino polaco, estávamos sempre a perder. Neste momento, parece que se abre uma perspectiva de desenvolvimento, que nos custará muito esforço, mas também dá esperança e certeza de que este desenvolvimento, com a nossa participação, pode ocorrer muito rapidamente – disse o bispo Tadeusz Pieronek, presidente da Comissão da Concordata na Igreja polaca.³⁶⁸

Ao mesmo tempo, os bispos salientaram que as negociações finais não encerraram a discussão sobre o futuro da Europa. O arcebispo Józef Michalik disse que tem medo da Europa, onde os parceiros estão a lutar por dinheiro, e não por ideais. – Temos benefícios materiais concretos, mas na Convenção Europeia estão a decorrer debates de algo ainda mais importante, ou seja, sobre a forma espiritual da Europa – recordou o arcebispo Muszynski, fazendo notar as tentativas de preparar uma Constituição Europeia.

Naquela altura o debate sobre os fundamentos da Constituição Europeia na Polónia ainda não tinha atingido o seu máximo vigor, apesar de alguns bispos polacos se preocuparem com o processo da integração europeia. O alvo da crítica era “a diferença mental” entre os povos da antiga União Europeia e os polacos. Entre os membros do clero conservador, o bispo de Sandomierz Edward Frankowski era um dos mais activos.³⁶⁹ Este bispo católico na sua homilia apresentada no Santuário de Jasna Góra aos agricultores polacos, no dia 9 de Março de 2003, advertia os participantes da missa do perigo “da adesão da Polónia à União Europeia”. Durante este discurso o bispo disse: – Não! À televisão, que quer escravizar o nosso espírito. Não! À impiedade da União Europeia. Não deixemos a terra em mãos estrangeiras! Não desistamos diante dos nossos opressores, aqueles que nos prejudicam. A nossa tarefa é ir ao referendo de Junho. Como não há lugar para Deus na União Europeia, também não pode haver um lugar para mim – advertiu o bispo Edward Frankowski, e na sequência do seu discurso recebeu uma calorosa ovação dos agricultores. No entanto, esta intervenção tornou-se

³⁶⁸ Ibidem

³⁶⁹ Edward Frankowski – o bispo auxiliar da diocese de Sandomierz entre 1992 e 2012. Declarado como oponente da adesão da Polónia à União Europeia.

alvo de críticas por parte dos bispos reunidos no 321.º Encontro Plenário da Conferência Episcopal polaca. – Esta homilia revelou-se imprudente e o bispo Frankowski tentou explicar o seu discurso de maneira também pouco prudente – disse um dos membros do clero depois da reunião dos bispos ao diário “Gazeta Wyborcza”. O arcebispo Henryk Muszynski avaliou a intervenção do bispo de Sandomierz de forma parecida. – As opiniões pessoais de bispos não podem ocultar a unanimidade espiritual. Não se pode instrumentalizar a Igreja, e especialmente a Santa Missa, sublinhou o arcebispo Henryk Muszynski, acrescentando que o episcopado polaco não está dividido acerca da questão da integração europeia. – Eu não vejo divisões, apenas vejo por vezes alguns bispos com uma opinião diferente – disse o arcebispo de Gniezno.³⁷⁰

Embora os membros da hierarquia católica apoiassem o processo de negociações da Polónia com a União Europeia, opiniões parecidas com as do bispo de Sandomierz não eram únicas entre os membros da Conferência Episcopal polaca. De maneira muito crítica o bispo da diocese de Drohiczyn, da Polónia de Leste, ligado com o movimento de Famílias da “Radio Maryja”, avaliava também negativamente o processo de negociações. O bispo Antoni Pacyfik Dydyecz observava, que o acordo tomado pela delegação polaca em Copenhaga não foi vantajoso para a Polónia. O membro da hierarquia católica admitia numa carta ao semanário “Tygodnik Powszechny” que tinha dificuldades em assumir uma posição acerca da União Europeia. Um dos motivos desta atitude foi o facto de o bispo achar que a UE tem fundamentos vagamente definidos, sobre os quais se baseia o processo da integração europeia. Outro motivo era a falta de condições na base das quais a Polónia ia entrar na União Europeia. – Estou preocupado ouvindo as últimas notícias de que Bruxelas vetou uma proposta polaca para dividir o dinheiro para subsídios directos à agricultura. Parece que o governo tem negociado em Copenhaga condições diferentes daquelas que estão agora a ser apresentados. Tenho a impressão de que os nossos negociadores ou não sabem com quem falam, ou esqueceram-se em nome de quem falam – explicava o bispo Antoni Dydyecz, de diocese rural de Drohiczyn, quanto ao seu cepticismo em relação à integração europeia.³⁷¹

Finalmente, vários tópicos ligados com o debate – às vezes muito crítico – sobre o resultado da Cimeira de Copenhaga, não influenciaram significativamente a relutância

³⁷⁰ ZAJĄC Marek, “Quo vadis? Do Europy” (Quo vadis? À Europa), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 12, 23.03.2003, [<http://www.tygodnik.com.pl/numer/tp/zajac.html>].

³⁷¹ “Sonda „TP”: biskupi za UE ale z zastrzeżeniami” (A sondagem do TP: Os bispos a favor da UE, mas com reclamações) , in serviço de notícias de Agência Católica de Informação (KAI), 05.02.2003, [<http://ekai.pl/wydarzenia/x4114/sonda-tp-biskupi-za-ue-ale-z-zastrzezeniami/>].

dos polacos face à integração europeia. A maioria da sociedade polaca, bem como a maior parte dos membros da hierarquia da Igreja Católica, mantinha-se a favor do processo de adesão à União Europeia. Esse fenómeno confirma a sondagem realizada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Ośrodek Badania Opinii Publicznej - TNS OBOP) e publicada em Fevereiro de 2003. O estudo, que consistiu em duas fases, foi feito numa amostra de 1.007 cidadãos polacos acima de 15 anos de idade. O início da sondagem, sobre as atitudes dos polacos acerca da adesão do país às estruturas europeias, foi realizado uma semana antes da cimeira da UE em Copenhaga, entre os dias 7 e 9 de Dezembro de 2002. A segunda parte concluiu-se após a conferência do Conselho Europeu, em Janeiro de 2003.³⁷²

No início do ano 2003 muitos polacos tinham uma opinião positiva acerca da integração europeia. A resposta à pergunta sobre as emoções provocadas pela perspectiva da adesão polaca à União Europeia foi positiva para 36% dos entrevistados, enquanto 31% manifestaram indiferença, e 25% - preocupação, 8% não tinham opinião formada sobre o assunto. Finalmente, a Cimeira de Copenhaga ajudou a mudar os sentimentos dos polacos que estavam contra, para favorável e indiferente. Em Dezembro de 2002, existia um empate entre as respostas favoráveis e negativas, e quase o mesmo número de entrevistados estavam satisfeitos (33%), preocupados (31%) e indiferentes (27%) relativamente ao assunto da integração europeia. Uma coisa era certa: antes da decisão da UE sobre a adesão polaca, a perspectiva de aproximação do país às estruturas europeias não revelava um grande entusiasmo, nem alegria na sociedade. No entanto, após a Cimeira Social de Copenhaga, registou-se um ligeiro acréscimo dos sentimentos positivos e indiferentes. De referir principalmente a diminuição (de 8% para 3%) da percentagem de pessoas que viam com “muita preocupação” a provável integração da Polónia na União Europeia.³⁷³

Segundo especialistas, a opinião dos polacos sobre a integração europeia melhorou no final de 2002 e no início de 2003 por causa de vários factores, sendo os mais decisivos: a educação superior, a melhoria da situação financeira e também o local de residência. O estudo mostrou que as opiniões positivas sobre a Conferência de Copenhaga apareciam mais frequentemente nas grandes cidades. As preferências políticas dos pesquisados tinham também a sua influência na atitude em relação à integração europeia. A sondagem mostrou que o facto de terem finalizado as

³⁷²

Comunicado de estudo “Polacy o przystąpieniu do Unii...”, p.2-8.

³⁷³

Ibidem

negociações polacas, satisfaz o eleitorado do centro-direita polaca, a Plataforma Cívica (Platforma Obywatelska - PO) e o Partido Lei e Justiça (PiS), os dois partidos ligados aos valores cristãos, bem como a coligação pós-comunista SLD-UP. Em menor grau, esse entusiasmo foi compartilhado pelos militantes dos partidos de agricultores (Polskie Stronnictwo Ludowe – PSL), Auto-Defesa (Samoobrona) e pelo partido conservador LPR.³⁷⁴

Contrariamente à opinião dos cépticos europeus que criticavam as decisões da conferência de Copenhaga, no início de 2003 a posição geral da sociedade polaca não se alterou. Tanto antes da cimeira europeia como depois dela, o número de inquiridos que expressaram uma atitude negativa em relação à União Europeia foi inferior ao número total de apoiantes da integração. Em Janeiro de 2003, algumas semanas depois do encontro na Dinamarca, a percentagem de apoiantes e os críticos da adesão polaca caiu um pouco em ambos os grupos. A sondagem realizada pelo Centro de Investigação da Opinião Pública (Centrum Badania Opinii Społecznej – CBOS) teve resultados muito parecidos com os obtidos pelo instituto TNS OBOP. Ambos os estudos mostraram que o debate nos *media* polacos, muitas vezes desfavorável aos euro-entusiastas, curiosamente melhorou a atitude da sociedade polaca em relação à adesão. Também neste caso os estudos foram feitos antes e depois da cimeira de Copenhaga. As sondagens revelaram, que após uma queda da aprovação da integração europeia em Dezembro de 2002, provocada pelo debate político sobre as condições da adesão, o número de apoiantes depois da Cimeira começou a crescer de novo. Mas comparando com o estudo realizado em Novembro de 2002 este aumento foi ligeiro. Na opinião de Beata Roguska, representante de CBOS, este resultado pode conduzir a uma desilusão entre apoiantes da adesão polaca, tendo em conta os esforços do governo para tornar a Cimeira de Copenhaga um sucesso dos negociadores polacos. A especialista polaca observou que as flutuações relativamente à baixa do nível de apoio à integração europeia nos últimos anos na Polónia, demonstram um avançado processo de cristalização das opiniões na sociedade em relação à adesão à União Europeia. Com base no estudo, os autores prepararam uma tese segundo a qual tanto os defensores da integração como os seus adversários iriam encontrar dificuldades de encontrar argumentos a favor das suas

³⁷⁴ SĘDKOWSKA Elzbieta, “Badania opinii Polaków o Unii Europejskiej” (Estudos da opinião publica dos polacos sobre a UW), Zeszyty Naukowe Zakładu Europeistyki Wyższej Szkoły Informatyki i Zarządzania w Rzeszowie, n.º 3/2007, p. 246-268, [http://znze.wsiz.rzeszow.pl/z05/10_Elzbiet_Sedkowska_Badania.pdf]

opções, que podiam mudar significativamente a posição da sociedade polaca sobre esta questão.³⁷⁵

No entanto, o resultado do referendo de Junho de 2003, mostrou como nesta matéria os sociólogos polacos estavam enganados. Os representantes de CBOS acreditavam que parte da sociedade estava orientada negativamente em relação à adesão e não seria capaz de mudar a sua opinião. Embora a quatro meses do referendo europeu na Polónia, os inquéritos sociológicos indicassem uma ligeira vantagem dos euro-entusiastas, sentia-se na sociedade polaca alguma insatisfação em relação às decisões tomadas na Cimeira de Copenhaga. Muitas pessoas expressaram naquela altura a convicção de que a UE não está interessada no apoio financeiro à Polónia nos primeiros anos da sua adesão às estruturas europeias. Comentários semelhantes a esses apareceram também nos meios de comunicação social, bem como em debates públicos de nível nacional e local.³⁷⁶

Com o tempo, na sociedade polaca demonstrou-se um maior apoio à adesão à União Europeia. Provavelmente isso podia ter a ver com o debate pública sobre a integração europeia e as decisões tomadas em Copenhaga, que esclareceram quanto ao futuro próximo da Polónia nas estruturas da UE, após o alargamento. O custo final da adesão da Polónia, que antes era desconhecido e podia ser assustador para muitos oponentes, foi conhecido. O debate na imprensa polaca também ajudou o público a compreender as condições nas quais o país iria aderir às estruturas europeias. Era certo que até Junho de 2003 ocorreriam algumas mudanças nas opiniões do povo polaco. Outro inquérito de opinião realizado pelo CBOS na Polónia, confirmou que o grupo de eurocépticos começou a diminuir. A sondagem intitulada “As atitudes dos polacos, dinamarqueses e holandeses em relação ao alargamento da UE” publicada em Março de 2003, provou que apesar de haver essa convicção na sociedade, a posição dos polacos face à adesão não mudou de maneira negativa, pelo contrário. Em relação ao período anterior à Cimeira de Copenhaga, aumentou o número de apoiantes da União Europeia e diminuiu o número de pessoas críticas em relação à organização.³⁷⁷

Segundo alguns especialistas, os resultados das sondagens após a Cimeira de Copenhaga, de maneira surpreendente, mostravam um ligeiro aumento dos euroentusiastas polacos, ou seja, dos que tinham a forte convicção de que adesão à

³⁷⁵ “Poparcie dla integracji z Unią Europejską po szczycie w Kopenhadze” (O apoio à integração europeia após a Cimeira de Copenhaga), comunicado do estudo do CBOS, Janeiro de 2003, p. 2-8.

³⁷⁶ Debate no parlamento da Voivódia da Pomerania...

³⁷⁷ “Postawy Polaków...”, p.3-13.

União Europeia era a única solução lógica para o futuro da Commonwealth. Na opinião do doutor Jędrzej Krakowski, o director do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Silesiana de Katowice, existiam dois fortes argumentos para o povo polaco aceitar a conclusão das negociações de adesão à União Europeia – que na sua opinião – revelaram uma discriminação contra os países-candidatos. – Primeiro, não existiam motivos para acreditar que no futuro a Polónia poderia receber melhores condições na adesão europeia. Na nossa situação macro-económica, devido aos elevados défices orçamentais e da balança de transacções correntes, somos dependentes da entrada de capital estrangeiro. O adiamento de data de adesão por um tempo indeterminado podia resultar num refluxo de capital e no seguimento, provocar uma crise cambial profunda. Aqui não há espaço para considerar quem é responsável pela política económica, que conduziu a esta situação. A adesão à UE não elimina o risco de uma crise como essa, mas certamente reduz a possibilidade de tal risco acontecer – disse Jędrzej Krakowski.³⁷⁸

As observações de especialistas reconheciam os autores das sondagens de opinião pública. Os sociólogos apontavam que uma parte da sociedade polaca, que declarava votar no referendo pela adesão da Polónia à União Europeia, tinha perante esta organização uma atitude negativa ou indiferente. A decisão de apoiar a integração europeia surgia por causa da falta de outras alternativas. Os estudos demonstraram, entretanto, que a grande maioria dos entrevistados com atitude positiva perante a UE queria participar no referendo e votar a favor da adesão polaca. Só uma percentagem muito pequena de pessoas com uma atitude positiva perante a UE pensava votar contra a integração europeia da Polónia. Enquanto isso, os inquiridos com uma atitude negativa perante a UE não eram tão enfáticos ao se pronunciarem sobre a sua decisão eleitoral. Apenas cerca de 50% deles relataram ir votar.³⁷⁹

Entretanto, como demonstram as sondagens do Instituto CBOS apresentados numa comunicação de Fevereiro de 2003, intitulada “Optimismo e pessimismo no pensamento sobre os efeitos da integração europeia”, para o apoio da integração não foi necessário optimismo sobre os efeitos da adesão. De acordo com Michal Strzeszewski de CBOS, em ambos os casos, a integração era vista pelos polacos provavelmente como uma necessidade sem alternativa. Da mesma forma isso foi provado no estudo do CBOS

³⁷⁸

KRAKOWSKI Jędrzej, “Polska w Unii Europejskiej...”.

³⁷⁹

“Postawy Polaków, Duńczyków i Holendrów...”, p.10-15.

“Os motivos do apoio ou da rejeição da integração”, publicado em Janeiro de 2003.³⁸⁰ Em tais condições, a motivação para votar a favor da integração era muito mais fraca do que numa situação em que existisse uma atitude claramente positiva perante a UE e em presença de previsões optimistas acerca dos efeitos da adesão polaca.³⁸¹

Na opinião de alguns especialistas, o índice de deslocamento de apoio à integração europeia resultou também por causa do crescimento na consciência da sociedade polaca de uma convicção segundo a qual a adesão a longo prazo seria totalmente benéfica para os polacos. O esclarecimento das datas e fases de aproximação total da Polónia à plena igualdade também foi um factor importante, até porque a visão negativa dos polacos em relação à integração foi o resultado da avaliação dos efeitos de curto prazo, e não da adesão em geral. No que diz respeito às políticas estruturais tratava-se especialmente dos primeiros dois ou três anos de participação polaca nas estruturas europeias, e dez anos no caso da agricultura.³⁸²

O alargamento do território para o Oriente foi importante para o projecto político da União Europeia, aumentando a estabilidade política no continente europeu. Ao mesmo tempo trouxe ganhos económicos e sociais mensuráveis, que os novos estados membros não podiam esperar nos primeiros anos da integração.³⁸³

Alguns autores, não só polacos mas também ocidentais, achavam que o prejuízo do colapso das negociações para a adesão à União Europeia podia ser substancialmente mais elevado do que os custos orçamentais do acordo para a realização plena das expectativas dos países candidatos.³⁸⁴ Mais ainda, alguns especialistas alegavam que tinha sido melhor negociar, tentando ganhar mais, e desta forma chegar ao limite de ruptura das negociações, mas receber condições de adesão vantajosas à partida.

Segundo o professor Jędrzej Krakowski, as posições de negociação da União Europeia foram apresentadas como máximas, na expectativa de que os candidatos teriam que aceitá-las porque não tinham alternativas melhores do que a adesão. – Mas isso não significa que nós não tivemos qualquer ou nenhum espaço de negociação –

³⁸⁰ Comunicado do estudo do CBOS “Motywy popracia lub odrzucenia integracji” (Os motivos do apoio ou da rejeição da integração), Varsóvia, Janeiro de 2003.

³⁸¹ Comunicado do estudo do CBOS “Postawy Polaków...”.

³⁸² KRAKOWSKI Jędrzej, “Polska w Unii Europejskiej...”.

³⁸³ GÓRSKA Dominika, „Polacy wobec UE – aspekt przystapienia” (Os polacos sobre a UE – questão de adesão), ZNZE WSliZ, n.º 1-1/2006, p. 170-194, [http://znze.wsiz.rzeszow.pl/z01/8_Dominika%20Gorska_Polacy.pdf].

³⁸⁴ BOYES Roger, “Jednym kawior, drugim kaszanka” (Para uns caviar e para os outros chouriço), The Times, 11.12.2002 cyt. za Tygodnikiem Forum, 17.12.02, [http://forum.gazeta.pl/forum/w,522,4028310,,Times_przeciw_UE_Radujcie_sie_przeciw_nicy_UE_.html?v=2&wv.x=1].

afirmou o director do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Silesiana de Katowice. O professor Jędrzej Krakowski observou ao mesmo tempo que os antigos líderes da União Europeia se impuseram à Polónia e aos outros países da Europa Central e Oriental, usando a divisa da “necessidade de adaptação às normas europeias” para forçar a continuação das concessões favoráveis para si próprios. “E quando o nosso mercado estava quase totalmente – embora ainda sem a agricultura – aberto, as empresas dos 15 países da antiga UE iniciaram as negociações e apresentaram as condições para a adesão – acrescentou Jędrzej Krakowski.³⁸⁵

Da forma parecida o britânico “The Times” escreveu sobre as determinantes da fase final das negociações dos candidatos de adesão à União Europeia. O jornal reconheceu as práticas dos países da UE como uma espécie de “aquisição hostil da Europa Central”. O autor do artigo, Roger Boyes, concluiu que “Bruxelas oferece aos seus candidatos um bónus, que na melhor das hipóteses, é um estatuto de país de segunda classe”.³⁸⁶

Outro argumento que jogava a favor da conversão dos oponentes da adesão da República da Polónia à União Europeia, foi a aproximação de decisões sobre o período orçamental para 2007-2013. Na Polónia, cada vez mais pessoas começavam a perceber que a presença nas estruturas europeias do país era um momento crucial, considerando especialmente que nos meses seguintes Bruxelas ia tomar decisões importantes no quadro da adaptação do seu funcionamento e quanto ao seu financiamento. Foi sublinhado que a Polónia e os outros países da Europa Central e Oriental estavam a seguir um longo período de negociações e já tinham muitos vínculos com a União Europeia. Os especialistas e comentadores políticos salientavam que o recesso do presente processo iria complicar a política interna – cada vez mais dependente da UE – bem como as relações políticas e económicas com os países vizinhos. Isto podia também significar para a Polónia uma perda de influência sobre o futuro da uma nova UE. A adesão às estruturas europeias dava algumas garantias.³⁸⁷

Os primeiros anos de adesão polaca nas estruturas da União Europeia confirmaram estes cálculos. – Felizmente, não foi abandonada “a luta pela igualdade de condições de concorrência no mercado europeu para os agricultores polacos” – escreveu alguns anos depois da entrada à UE Barbara Fedyszak-Radziejowska no seu artigo

³⁸⁵ KRAKOWSKI Jędrzej, “Polska w Unii Europejskiej...”.

³⁸⁶ BOYES Roger, “Jednym kawior...”

³⁸⁷ KRAKOWSKI Jędrzej, “Polska w Unii Europejskiej...”.

“Doutrinários do Vistula”, publicado no diário “Rzeczpospolita”. – Hoje, o sucesso da integração é medido principalmente através do aumento das exportações de alimentos para a União Europeia e pela absorção, surpreendentemente alta, de 100% dos fundos da UE no âmbito dos planos e programas para os agricultores e para a aldeia polaca – observou a colunista.³⁸⁸

³⁸⁸ FEDYSZAK-RADZIEJOWSKA Barbara, “Doktrynerzy znad Wisły” (Os doutrinários da área do Vistula), in “Rzeczpospolita”, n.º 82, 6.04.2006, [<http://archiwum.rp.pl/artykul/608955-Doktrynerzy-znad-Wisly.html>]

CAPÍTULO 5. A HIERARQUIA CATÓLICA E O CLERO NO DEBATE SOBRE A ADESÃO DA POLÓNIA À UNIÃO EUROPEIA (2002-2003)

A) A IGREJA CATÓLICA NO DEBATE EUROPEU E DIVISÕES ENTRE A HIERARQUIA DA IGREJA E O CLERO

O papel da Igreja Católica na formação da opinião pública na Polónia foi enorme durante os doze anos entre a queda do comunismo e a adesão da República da Polónia à União Europeia. A hierarquia da Igreja não se distanciava do debate público sobre a integração europeia. O seu exemplo foi seguido pelos representantes do clero. Em várias paróquias, padres polacos organizavam reuniões, conferências sobre uma eventual adesão à União Europeia. Animavam estes eventos também activistas de vários movimentos e membros de organizações católicas, como por exemplo, a Acção Católica ou a Família da Radio Maryja. Por vezes, a agitação foi realizada directamente durante missas, quer pelos sacerdotes com uma forte convicção pró-europeia, quer pelos padres de orientação anti-europeia.³⁸⁹

Nas sondagens, a opinião da Igreja Católica foi um ponto de referência importante tanto para os apoiantes, como para os opositores da integração europeia. Ambos os lados se baseavam nas suas declarações sobre o assunto. Segundo o estudo realizado pelo CBOS em 2003 (ver quadro 3), apenas um mês antes do referendo de adesão, os polacos que iam votar a favor da integração europeia manifestavam levar em conta a posição do presidente, do governo, do seu partido político preferido e as opiniões da família ou amigos. Neste caso, a Igreja Católica destacou-se com menor frequência, embora a sua influência sobre as decisões fosse evidente no inquérito. Os opositores da entrada da República da Polónia na União Europeia comprometeram-se nas suas escolhas de voto geralmente com o apoio da família e os amigos. Além disso,

³⁸⁹ OKONSKI Michal, “Duchowni AD 2002” (Os sacerdotes Anno Domini 2002), “Tygodnik Powszechny”, n.º 3, 19.01.2003, [<http://www.tygodnik.com.pl/numer/279303/okonski.html>]

muitas vezes, declararam que podiam ser guiados também pela posição da Igreja Católica, a opinião do padre da paróquia e a tendência do partido político que apoiam.³⁹⁰

Os inquéritos realizados um ano antes do referendo da adesão da Polónia, mostraram que as várias autoridades polacas da Igreja Católica não terão tido um impacto sobre as decisões eleitorais dos polacos.³⁹¹ Os participantes das sondagens raramente apontaram nomes específicos. Apenas fez a diferença a personalidade do Papa polaco João Paulo II. A maior figura do catolicismo recebeu 3% do apoio de pessoas que tinham garantido que durante o referendo europeu iriam participar seguindo a opinião de uma outra pessoa com autoridade. Até um terço dos polacos anunciaram que vão ser guiados no referendo por este critério, especialmente pela posição de membros da sua família – 14% dos prováveis participantes na votação, de 7% – entre os colegas e amigos, e 2% – de professores e formadores.³⁹²

A Igreja Católica através dos seus representantes teve também alguma influência, embora os autores do estudo intitulado „As percepções na sociedade das relações entre o Estado e a Igreja”, realizado na Polónia em Setembro de 2002, afirmassem inicialmente que o papel desta instituição na formação das opiniões políticas e no comportamentos dos polacos tinha sido um pouco exagerado.³⁹³ No entanto, em última análise a pesquisa mostrou que os polacos estavam conscientes acerca de que posição assumiam os órgãos do poder executivo, os partidos políticos e a Igreja Católica sobre a integração europeia.³⁹⁴

O impacto das posições assumidas por parte de representantes da Igreja Católica aumentou de forma significativa sobre as decisões dos eleitores polacos. Se os analistas do CBOS em 2002 afirmaram „que o papel da Igreja Católica parece ser superestimado”, também eles posteriormente mostraram que este impacto terá continuado a aumentar. A pesquisa realizada pelo CBOS em Abril de 2003 (ver quadro 2) mostrou que a posição da Igreja iria ser seguida por um total de 42% dos potenciais participantes no referendo, incluindo 16% em „grande” e „muito grande” extensão. – Com base nas declarações dos entrevistados, podemos dizer que muito menor será o

³⁹⁰ Comunicado de estudo de CBOS „Deklaracje udziału i głosowania w referendum akcesyjnym” (As declarações da participação e votação no referendo europeu), Maio de 2003, p.11-15.

³⁹¹ „Postrzeganie stosunków Państwo-Kościół” (Pontos de vista sobre as relações Estado-Igreja), comunicado de estudo de CBOS, Setembro de 2002, p. 3-15.

³⁹² Comunicado de estudo de CBOS „Deklaracje udziału i głosowania w referendum akcesyjnym” (As declarações da participação e votação no referendo europeu), Maio de 2003, p.11-15.

³⁹³ Os autores do estudo perguntaram aos polacos em que dimensão vão ser influenciados durante a votação no referendo pelas instituições políticas, grupos religiosos ou opiniões de pessoas mais próximas.

³⁹⁴ „Poparcie dla integracji...”, p.2-8.

impacto das opiniões dos párocos e da „Radio Maryja”. 25% dos potenciais participantes no referendo pretendem seguir a sugestão do padre da sua paróquia na sua decisão de voto, dos quais 8% em „grande” e „muito grande” medida – observaram os autores do estudo. O relatório refere também que as opiniões expressas nos programas da „Radio Maryja” iam ser consideradas por 20% de todos os eleitores, mas apenas 6% em „grande medida”.³⁹⁵

Na sondagem realizada em Abril de 2003, revelou-se também que os oponentes da adesão da Polónia à UE mais frequentemente do que os seus apoiantes se referiam à posição da Igreja Católica sobre o assunto. – Isto aconteceu apesar do facto de a maioria dos polacos acreditar que a Igreja é a favor da integração. Em Junho de 2002, 64% dos participantes no inquérito consideravam que a Igreja apoia a adesão polaca à União Europeia, enquanto 11% tiveram a opinião contrária. Aparentemente, para algumas pessoas cépticas face à integração europeia, a posição da Igreja sobre esta questão não é inequivocamente pró-europeia – observaram nas conclusões os autores da pesquisa.³⁹⁶

Os produtores da sondagem decidiram analisar também no seu estudo a atitude dos eleitores para as próximas eleições. O estudo revelou que, os eleitores simpatizantes dos partidos de camponeses (PSL – 29%, e de Samoobrona – 25%) mantinham uma opinião negativa acerca do peso do seu voto no resultado final do referendo. Igualmente negativo foi o eleitorado da conservadora Liga das Famílias Polacas (LPR) – 25%. Aqueles que declararam a sua simpatia por estes três partidos, na maioria dos casos eram cépticos em relação à integração polaca na União Europeia.³⁹⁷

Quanto mais próximo do referendo, tanto mais se cristalizava a opinião dos eleitores polacos. Como revelam os resultados da sondagem do CBOS intitulada „O apoio da sociedade na integração na União Europeia” publicado em Abril de 2003, três quartos dos polacos (75%) declararam a sua participação no referendo, dos quais 64% manifestaram que certamente iriam às urnas. Mais de dois terços dos potenciais participantes no referendo (68%) disseram que iriam dar o seu voto a favor da adesão da República da Polónia à UE, e mais de um quinto (22%) – iria votar contra a integração.³⁹⁸

³⁹⁵ Comunicado de estudo de CBOS „Społeczne poparcie dla integracji z Unią Europejską” (O apoio da sociedade à integração na União Europeia), Abril de 2003, p. 4-12.

³⁹⁶ Comunicado de estudo de CBOS „Deklaracje udziału i głosowania...”, p.10-12.

³⁹⁷ Ibidem, p. 12-14.

³⁹⁸ “Poparcie dla integracji...”, p.2-8.

Os sociólogos do CBOS notaram que o alto nível de apoio obtido de forma consistente pela ideia da adesão à União Europeia, foi influenciado não só pelas políticas inequivocamente pró-europeias dos sucessivos governos da III República da Polónia, mas também pela atitude positiva face à integração europeia de grande parte da elite política polaco.³⁹⁹

A influência da doutrina da Igreja Católica sobre a sociedade polaca era visível. De acordo com o inquérito realizado na Primavera de 2003 pelo Centro de Pesquisa da Opinião Pública (CBOS), intitulado „As declarações de participação e votação no referendo de adesão”, 42% dos potenciais participantes no referendo iam votar seguindo a posição da Igreja. Entre eles, 16% admitiam que essa influência tinha sido muito grande ou grande. A sondagem revelou que a opinião do padre da paróquia foi considerada por 25% dos participantes no referendo europeu, entre os quais 8% – consideraram em „grande medida” e „muito grande medida”.

Quanto mais próximo da decisão final sobre a participação da Polónia nas estruturas da União Europeia, mais se aprofundaram as diferenças nas posições dos partidos políticos. Os seus programas tornaram-se neste sentido mais transparentes. No estudo realizado pelo CBOS em Abril de 2003 (ver quadro 4), foi marcada uma clara divisão entre os católicos que apoiavam a opção mais conservadora, representada especialmente pelo partido a Liga das Famílias Polacas (LPR) e um outro grupo de católicos abertos à adesão à União Europeia.⁴⁰⁰ Os apoiantes do LPR revelaram no inquérito seguir a posição do seu partido preferido, bem como a opinião da Igreja Católica. Em menor proporção comprometeram-se a levar em consideração a opinião do seu pároco e as opiniões expressas nos programas da „Radio Maryja”. Neste âmbito, foram bastante semelhantes as declarações do eleitorado do outro partido radical – Samoobrona. É interessante notar que, para os apoiantes do partido LPR a opinião dos membros da família e amigos foi também uma fonte importante de orientação de voto no referendo europeu.⁴⁰¹

As previsões do CBOS em Abril de 2003 sobre o resultado do referendo não estavam longe do seu resultado final. Pode-se supor que durante vários meses antes do referendo europeu a grande maioria dos polacos sabia que lado ia apoiar. Uma tendência semelhante foi observada antes do estudo. A maioria dos polacos (63%) achava que

³⁹⁹ Esta influência foi visível após as eleições parlamentares de 2001, quando começou a crescer significativamente o nível de aprovação da integração europeia.

⁴⁰⁰ Outros católicos, especialmente eleitores dos partidos PO, PiS e PSL.

⁴⁰¹ Comunicado do estudo do CBOS „Społeczne poparcie dla integracji...”, p. 4-12.

iriam ganhar no referendo os apoiantes da integração europeia. Em Abril de 2003, Beata Roguska do CBOS observou que nos últimos seis meses as previsões sobre o resultado do referendo não tinham mudado. No entanto, ela confirmou que a previsão sobre o resultado final afectava claramente a atitude face à integração. Acreditavam que o resultado ía ser positivo para 86% de apoiantes da adesão da Polónia à União Europeia.⁴⁰²

Com a aproximação do referendo sobre a adesão da Polónia à União Europeia cada vez mais se concretizava a posição da hierarquia da Igreja Católica. Alguns anos antes do momento decisivo para o alargamento europeu, a Conferência Episcopal da Polónia apresentou uma atitude bastante positiva perante este processo, salientando que todos os cidadãos, de acordo com sua consciência e as suas convicções, deveriam tomar uma decisão final neste âmbito.⁴⁰³

Muitos dos bispos polacos demonstraram que eles próprios também tinham as suas convicções nesta matéria. Apesar de existir uma avaliação positiva do processo de integração europeia por parte do Episcopado, os vários membros da hierarquia articularam publicamente a sua opinião pessoal sobre esta questão.⁴⁰⁴ Nos últimos meses antes do referendo não se ouviam muitas vozes negativas por parte dos bispos polacos sobre as expectativas não cumpridas durante a Cimeira de Copenhaga. Os membros da Conferência Episcopal polaca raramente criticaram a parte final das negociações sobre a adesão polaca à União Europeia nos meios conservadores de comunicação social, evitando especialmente a sua participação nos programas controversos “Radio Maryja”. No entanto, muitas vezes estiveram lá representantes de organizações católicas e também dos partidos políticos conservadores e populares.⁴⁰⁵ Na sua retórica anti-europeia, muitas vezes apontavam os perigos que podiam vir da União Europeia para a Polónia após a adesão, provocando prejuízos especialmente para a agricultura. Alguns deles tentaram assustar os ouvintes com a possibilidade de aquisição de terras polacas por estrangeiros. Embora as disposições da Cimeira de Copenhaga aprovassem que durante o período de 12 anos após a adesão os cidadãos europeus estariam impedidos de comprar livremente terras na Polónia, existia uma

⁴⁰² Ibidem

⁴⁰³ “Biskupi polscy wobec integracji europejskiej” (Os bispos polacos sobre a integração europeia), documento da Conferência Episcopal da Polónia, 21.03.2002, [<http://ekai.pl/biblioteka/dokumenty/x313/biskupi-polscy-wobec-integracji-europejskiej/>].

⁴⁰⁴ Para os programas de “Radio Maryja” costumava ser convidado Jan Lopuszanski, político de partidos da direita como ZchN, LPR e Porozumienie Polskie, oponente da integração europeia.

⁴⁰⁵ Os melhores exemplos destes políticos eram membros de LPR ou Samoobrona.

possibilidade de contornar esta proibição. Os resultados de Copenhaga foram muito menos graves para os agricultores dos países da União Europeia que arrendaram a terra antes do final das negociações feitas na capital da Dinamarca. Esses agricultores adquiriram o direito de compra de terras agrícolas, após três anos, dependendo da região. Um argumento adicional para os opositores da adesão da Polónia à União Europeia foi a decisão tomada em Copenhaga, segundo a qual a partir do primeiro dia da adesão, as empresas estrangeiras estavam livres para comprar a terra para investimento. Outras disposições da Cimeira estabeleceram a possibilidade de cidadãos da UE após cinco anos adquirirem bens de recreio na Polónia, como por exemplo, vivendas de verão nas quais não podiam viver permanentemente.⁴⁰⁶

Havia na altura muitas pessoas com opiniões pouco claras relativamente ao resultado da Cimeira de Copenhaga, especialmente agricultores que ouviam atentamente os discursos da hierarquia da Igreja Católica. As vozes dos bispos eram tradicionalmente bem acolhidas nas zonas rurais do país. A posição dos representantes da Conferência Episcopal polaca tornava-se cada vez mais clara. A posição vaga do Primaz, o principal representante da Igreja Católica na Polónia, cristalizou. No início de Fevereiro de 2003, o cardeal Józef Glemp demonstrou a sua preocupação relativamente à adesão da Polónia à União Europeia, quando informou que nunca pertenceu ao grupo dos eurocépticos. – Eu nunca fui contra a adesão da Polónia à União Europeia. Tenho reservas quanto à forma. Devia ter uma atitude crítica em relação às posições de muitos estados da UE no quadro do aborto ou da legalização das uniões homossexuais. Quanto a esses fenómenos temos uma atitude crítica, mas vale a pena lembrar que este não é um programa fixo da União Europeia – explicou o cardeal Józef Glemp numa entrevista publicada no dia 9 de Fevereiro de 2003.⁴⁰⁷

Com a aproximação do referendo na Polónia, o Primaz tornou-se cada vez mais um aliado da integração europeia. Numa entrevista realizada pelo diário “Rzeczpospolita” intitulada “Deus quer a nossa entrada na Europa comum” o cardeal Józef Glemp apresentou o seu pleno apoio à adesão polaca às estruturas europeias. Quatro meses antes do referendo europeu na Polónia o bispo de Varsóvia já não tinha nenhumas dúvidas de que o seu país devia fazer parte da UE. – Acredito, que isto é a vontade de Deus (...). Acredito, que isto é um plano de Deus que os povos europeus,

⁴⁰⁶ KUBIK Mariusz, “Kopenhaga: Koniec negocjacji!!!”, in “Gazeta Uniwersytecka”, Janeiro 2003, n.º 4 (104), [<http://gu.us.edu.pl/node/215501>].

⁴⁰⁷ Sondagem de “Tygodnik Powszechny” “Biskupi o integracji ...”.

depois da experiência das tantas guerras, poderem finalmente colaborar uns com os outros – disse o Primaz da Polónia, que simultaneamente apresentou algumas reservas, principalmente em relação à dimensão material da cooperação europeia.⁴⁰⁸

Na zona rural da Polónia foram muito bem recebidas as intervenções do bispo Roman Andrzejewski. O membro da hierarquia, de certa forma tinha uma posição privilegiada entre os bispos, já que ele foi capelão nacional dos agricultores. Apesar de ter visitado várias vezes a “Radio Maryja”⁴⁰⁹ fazia parte do grupo dos membros da hierarquia que apoiavam a adesão polaca à União Europeia. Poucos dias antes do referendo decisivo para o futuro do país, o bispo Roman Andrzejewski falou na Basílica em Lichen para os participantes da XI Peregrinação Nacional dos Líderes das Comunidades Rurais. O próprio nome do evento “Maria, ajuda-nos a enfrentar novos desafios” poderia sugerir uma atitude positiva em relação à integração europeia. No dia 25 de Maio de 2003 o bispo auxiliar de Włocławek apontou que os polacos fizeram um longo caminho “desde os meandros do regime totalitário até à liberdade”. O bispo lembrou que os seus compatriotas não podiam deixar de incentivar a próxima etapa deste percurso. O membro da hierarquia acrescentou sublinhando, que a decisão devia ser feita no discernimento que se baseia no pensamento sobre as futuras gerações. Ele lembrou que o Papa João Paulo II fez uma observação muito clara de que o lugar da Polónia é na União Europeia.⁴¹⁰

O encontro organizado na Basílica de Lichen foi uma das várias iniciativas da Igreja que serviram para o esclarecimento e apresentação dos argumentos pró-europeus aos oponentes deste processo. O evento mostrou, que apesar dos vários medos dos católicos polacos em relação à adesão polaca à EU, os bispos queriam promover um debate público sobre o assunto e não hesitavam nesse âmbito em colaborar com o governo pós-comunista. O Ministro da Agricultura, Adam Tanski, foi convidado para Lichen.⁴¹¹ Os representantes da aldeia polaca, durante a conversa com o membro do governo social-democrata não esconderam os seus medos sobre a integração europeia,

⁴⁰⁸ GLEMP Józef, “Bóg chce abyśmy weszli do wspólnej Unii” (Deus quer a nossa entrada numa União comum); in “Rzeczpospolita”, 19.02.2003, [http://www.rp.pl/artukul/973386.html].

⁴⁰⁹ BONIECKI Adam, “Biskup rolników” (O bispo dos agricultores), in “Tygodnik Powszechny”, n.º. 29, 20.07.2003, [http://www2.tygodnik.com.pl/tp/2819/religia01.php].

⁴¹⁰ PONINSKI Antoni, “Zmarły Ksiadz Biskup Roman Andrzejewski” (O falecido bispo Roman Andrzejewski), in “Wiadomości Diecezjalne”, 07.07.2003, [http://web.diecezja.wloclawek.pl/Wiad/Archiwum/index2003.html#ra-sylw].

⁴¹¹ “Licheń: Burzliwe spotkanie rolników z ministrem Tańskim” (Licheń: O encontro agitado de agricultores com o ministro Tański), 25.05.2003, in serviço de informação de KAI, [http://system.ekai.pl/kair/?screen=depezzatekstowo&_scr_depesza_id_depeszy=107531].

sobre o futuro da agricultura após a adesão da Polónia à União Europeia e revelaram as suas preocupações sobre possível corrupção. Durante o evento que decorreu na Basílica de Lichen, nenhum dos camponeses quis declarar o seu apoio à União Europeia. Apenas um agricultor entre cerca de mil participantes na reunião confirmou que daria o seu voto à integração europeia, e no entanto foi vaiado.⁴¹²

A sondagem do semanário “Tygodnik Powszechny” realizada entre os bispos no início do ano 2003, revelou muito sobre a atitude da hierarquia católica da Polónia em relação à integração europeia. O director da revista, o padre Adam Boniecki, na sua análise das respostas dos bispos polacos, chamou a atenção para a sua atitude positiva perante a adesão polaca às estruturas europeias. No prefácio à sondagem publicada no dia 9 de Fevereiro de 2003, o redactor expressou a sua satisfação com a voz pessoal e não colectiva dos bispos da Polónia. A maioria deles apresentou ao semanário a sua opinião. – Na sombra das disputas sobre o pagamento, o montante e os fundos estruturais, a integração na União Europeia surge como uma operação gigantesca, em que conta apenas aquilo que pode ser contado. A resposta de bispos ao inquérito, são “nesta a atmosfera abafada como uma brisa fresca – observou o padre Adam Boniecki.

Os bispos polacos viam a integração europeia como “um sinal dos tempos”. Alguns, como o arcebispo Jan Martyniak, sugeriam em nome de fé abandonar medos e preocupações. “Que tipo de fé é esta que deve ser defendida com fronteiras de “gueto”? – perguntava de maneira retórica Martyniak. Outros bispos apontaram que a integração é para os cristãos uma oportunidade e um desafio, apesar de despertar medo. O arcebispo Józef Zycinski, de Lublin, por seu lado observou, que as grandes obras de Deus começaram com a superação dos medos humanos.⁴¹³

Na sondagem, em que a pergunta foi “está a favor ou contra a adesão da Polónia à União Europeia após a finalização das negociações de Copenhaga?”, participaram 21 dos 42 bispos ordinários de diocese. A maior parte dos membros da hierarquia que não aceitou este convite, explicou que o motivo era já ter sido apresentada a posição pela Conferência Episcopal Polaca no documento intitulado “Os bispos polacos e a integração europeia” de 21 de Março de 2002.

O estudo publicado no “Tygodnik Powszechny” contou com a presença dos principais bispos da Igreja Católica polaca. A atitude destes em relação à União Europeia foi apresentada, entre outros, pelo cardeal Jozef Glemp, Primaz da Polónia,

⁴¹² PONINSKI Antoni, “Zmarły Ksiadz Biskup...”.

⁴¹³ Sondagem do “Tygodnik Powszechny” “Biskupi o integracji ...”.

pelo cardeal Henryk Gulbinowicz e pelos arcebispos: Tadeusz Gocłowski, Zygmunt Kamiński, Henryk Muszyński, Edmund Piszcz, Stanisław Nowak, Damian Zimoń e Józef Zyciński. Este grupo fazia parte dos promotores da adesão polaca à União Europeia. A sua atitude pró-europeia foi argumentada de diferentes maneiras. Alguns representantes da Conferência Episcopal sublinhavam a necessidade da Polónia se juntar com o resto da Europa Ocidental por causa das raízes cristãs comuns e de terem a mesma missão de evangelização do continente. Outros apontavam para a garantias de desenvolvimento económico dentro da UE, e ainda outros chamavam a atenção para a possibilidade de a Polónia melhorar a sua segurança externa com a adesão às estruturas europeias.

O Primaz da Polónia, o cardeal Glemp, observou na sua carta enviada ao “Tygodnik Powszechny” que já várias vezes havia comentado a questão da adesão da Polónia à União Europeia e se referia à necessidade de abrir os católicos polacos à Europa Ocidental.⁴¹⁴ – Fui eu que estive entre os iniciadores da ida dos representantes do Episcopado polaco a Bruxelas em 1997.⁴¹⁵ (...) Eu nunca fui contra a adesão da Polónia à União Europeia! Só tenho reservas quanto à forma – disse o Primaz da Polónia, que aconselhou a ser crítico perante a atitude de muitos países da União Europeia que aceitam o aborto e a legalização das uniões homossexuais, lembrando que não existe um programa fixo da União Europeia.⁴¹⁶

O Primaz da Polónia fazia parte das pessoas que estavam a ver a integração na União Europeia como um processo complexo. Apesar de reconhecer a existência de argumentos de um grupo de oponentes que apontava para os valores que a Polónia podia adquirir por causa da adesão europeia.⁴¹⁷ Não só na sondagem do “Tygodnik Powszechny”, mas também em outras intervenções afirmava que para cada um dos membros da União Europeia a ideia do apoio mútuo a nível económico, apontando para os países que aderiram à União mais recentemente, como Portugal, Espanha e Grécia. O

⁴¹⁴ “Prymas: Po Kopenhadze otwiera się nowa szansa” (Primaz: Após Copenhaga abre-se uma nova oportunidade), in página de notícias da KAI, [<http://ekai.pl/wydarzenia/x3633/prymas-po-kopenhadze-otwiera-sie-nowa-szansa/>], 16.12.2002.

⁴¹⁵ Depois da primeira visita dos bispos polacos em Bruxelas em 1997 foi preciso esperar vários meses por documentos oficiais sobre a integração europeia. Um dos importantes acontecimentos foi o II Sinodo Plenário Polaco e os seu documentos, publicados em Gniezno no dia 23 de Abril de 1999. Os bispos aceitaram no Sinodo a opção da possível participação da Polónia na construção de uma Europa comum. Ver: „Kościół wobec rzeczywistości politycznej” (A Igreja em relação à realidade política), in „II Polski Synod Plenarny (1991-1999)” (1991-1999. Segundo Sínodo Plenário da Polónia), Pallotinum, Poznań, 2001, s. 91.

⁴¹⁶ “Prymas: Po Kopenhadze otwiera się...”.

⁴¹⁷ Mensagem de Natal do Primaz da Polónia, Cardeal Józef Glemp, [www.opoka.pl], 16.12.2002.

cardeal Glemp acrescentava que os efeitos desta cooperação são evidentes. Numa das entrevistas explicou: – Nós também podemos ganhar como país, apenas pelo facto de os países ricos da Europa irem partilhar connosco a sua riqueza. Naturalmente, eles vão fazê-lo de modo a que também não percam muito. Não nos podemos opor à adesão da Polónia se a integração na União Europeia poder elevar o nosso nível de ecologia, ajudar a ter uma extensa rede de estradas e introduzir melhorias ao nível da saúde. Mas devemos estar conscientes de que o crescimento da prosperidade da sociedade se atribui à ansiedade moral. Isto, portanto, é um desafio para a Igreja, que deve lembrar as pessoas que com o aumento da riqueza não se pode esquecer de que há vida eterna – sublinhou o cardeal Józef Glemp.⁴¹⁸

O estudo realizado pelo “Tygodnik Powszechny” mostrou também declarações favoráveis à integração europeia por parte dos outros bispos polacos. De facto, apesar das várias críticas sobre a adesão da Polónia à União Europeia, entre os membros da Conferência do Episcopado polaco existia a convicção de que o alargamento da União Europeia era uma oportunidade para o país. Uma das principais razões para aderir à UE foi a convicção de que ela conduziria à melhoria da situação económica nacional, especialmente a situação dos agricultores polacos. As dificuldades deste grupo social nos primeiros anos da presença polaca na União Europeia, foi uma das maiores preocupações da hierarquia católica. Alguns dos bispos, especialmente responsáveis pelas dioceses de zonas rurais da Polónia, chamaram a atenção acerca da situação difícil dos agricultores. O arcebispo Edmund Piszcz observou que os agricultores que vivem na região de Warmia têm medo da concorrência. – Partilho estes sentimentos com os meus fiéis, os quais ajudamos, mas isso não é suficiente. É necessário apoio e mudanças estruturais – disse o membro da hierarquia católica. – As pessoas querem trabalhar, e na terra que durante anos foi dominada por cooperativas estatais não encontram trabalho.⁴¹⁹

Vários membros da Conferência Episcopal da Polónia apontaram a questão económica como central no debate. Alguns bispos argumentavam que para as realidades da pobre província polaca, a missão evangelizadora podia ficar em segundo plano. O arcebispo da diocese de Warmia Edmund Piszcz reparava que as pessoas desta região essencialmente agrícola tinham medo perante a União Europeia, mas também esperança quanto à possibilidade de transformação da situação económica. Apontava que as

⁴¹⁸ “Prymas: Po Kopenhadze otwiera się...”.

⁴¹⁹ Ibidem

questões materiais pareciam naquele momento mais importantes e que não podiam ser ignoradas.

O bispo Bronislaw Dembowski, outro defensor da integração europeia entre os membros da hierarquia, salientou nas páginas do „Tygodnik Powszechny” a necessidade de melhorar a competitividade da agricultura polaca e as duras realidades da União Europeia. Na sua opinião „ninguém vai subsidiar a nossa agricultura, que deve melhorar a sua qualidade independentemente da entrada na União, e a União pode ajudar nisso”. O bispo de Wloclawek expressou tristeza observando que „na UE não se trata da mesma forma os países candidatos e os agricultores polacos terão subsídios mais baixos.”⁴²⁰

Também o cardeal de Wroclaw, Henryk Gulbinowicz, tinha algumas preocupações a esse respeito. Na sua opinião, a tarefa principal da Polónia antes de aderir à União Europeia, seria preparar a sociedade para os custos reais da integração europeia. Salientou que os polacos não iriam sentir imediatamente a mudança, e para sentir bem-estar teriam ainda de esperar um longo tempo.⁴²¹

Uma série de vantagens ligadas à adesão polaca foram previstas pelo bispo Adam Dyczkowski da diocese de Zielona Góra - Gorzów Wielkopolski. O membro da hierarquia católica apontou concretamente vários benefícios da presença do seu país nas estruturas da União Europeia, como a política estrutural da UE que na sua opinião podia ajudar os empresários polacos no quadro da gestão de empresas mesmo em outros Estados-membros da UE, bem como comercializar os seus produtos. Segundo o bispo, a protecção do ambiente da UE podia dar aos polacos o acesso aos recursos financeiros que o país antes não poderia ter destinado para este fim. A adesão seria favorável também para os alunos, estudantes universitários e trabalhadores que pretendem melhorar as suas qualificações e poderão beneficiar dos muitos programas de formação organizados pela União Europeia. Isto seria uma forma de combater o desemprego.⁴²²

Os bispos polacos apoiantes da ideia da Europa comum apontavam para uma desilusão das pessoas de regiões pobres do país onde os investidores ocidentais „prometeram muitas coisas, ou fizeram aquisições e depois fecharam” os negócios, agravando o desemprego. No entanto, sublinhavam a necessidade de segurança interna e externa do país que podia ser alcançada graças à participação da Polónia na integração europeia. O arcebispo de Przemyśl-Varsóvia do rito bizantino-ucraniano, Jan Martyniak

⁴²⁰ Ibidem

⁴²¹ Ibidem

⁴²² Sondagem de „Tygodnik Powszechny” „Biskupi o integracji europejskiej”.

explicou na sondagem que as vozes cépticas dos adversários da União Europeia pareciam fazer eco da antiga divisão da Europa pós-II^a. O arcebispo Jan Martyniak referia-se à história difícil da Polónia, e aconselhou a seguir o realismo económico na escolha entre a integração na União Europeia e a rejeição deste projecto. – Nós já uma vez rejeitámos a ajuda do Ocidente e criámos um bloco, o COMECON ⁴²³, e estamos a sentir até hoje as suas consequências. Infelizmente, a nossa situação actual na agricultura é a triste herança do COMECON – recordou o prelado da Polónia de leste. – Será que uma melhor integração com a Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Bulgária e Roménia, e o desenvolvimento do comércio com a Ásia, América do Sul, África vão criar para a República da Polónia um bom sistema de desenvolvimento, independente da União Europeia? Acho que cada polaco que pensa de maneira sóbria o mundo vê que para a economia polaca, e por causa da nossa posição geopolítica, a integração na União Europeia parece ser o mais benéfico. Nós não somos a rica Noruega ou a Suíça, para ficarmos fora da Europa que se está a unir – assinalava o arcebispo Martyniak sublinhando que “a União Europeia tem mais aspectos positivos do que negativos”. ⁴²⁴

Alguns membros da hierarquia católica apontavam que a Polónia podia de maneira semelhante à Irlanda pertencer às estruturas europeias e ao mesmo tempo manter a sua própria identidade nacional. Enfatizavam que os polacos têm uma cultura muito forte, que não será eliminada na União Europeia.

O terceiro argumento apontado pelos bispos polacos a favor da integração europeia foi, além das vantagens económicas e da segurança externa e da estabilidade política e social do país, a questão moral da presença na UE. Vários membros da Conferência Episcopal da Polónia sublinhavam que a Polónia tem uma missão evangelizadora a cumprir na Europa. A maioria dos bispos polacos no período antes do referendo europeu sugeria que também houvesse preocupação quanto aos valores espirituais que deviam ter um espaço adequado. Os bispos sublinhavam que os católicos da Polónia, que representam 90% da sociedade polaca, deviam desejar partilhar os seus valores com a Europa Ocidental. Alguns membros da hierarquia citavam Stephan Biller, vice-presidente da Fundação Robert Schuman no Luxemburgo e ao mesmo tempo consultor do Partido Cívico Europeu para as relações com as organizações religiosas, que escreveu o artigo intitulado „No processo de integração na União Europeia vamos

⁴²³ O Conselho de Ajuda Económica Mútua foi uma organização fundada em 1949 que visava a integração económica dos países comunistas do Leste Europeu.

⁴²⁴ Sondagem de “Tygodnik Powszechny” “Biskupi o integracji europejskiej”.

perder a identidade nacional?” Na sua opinião, a Polónia depois da entrada na UE podia entregar aí a sua alma.⁴²⁵

Na sondagem do “Tygodnik Powszechny ouviram-se vozes semelhantes”. – Frequentemente os homens do Ocidente sabem apreciar o nosso património histórico. É importante partilhar com eles não só esses valores, mas também garantir as condições para continuar a crescer de forma criativa – disse o arcebispo de Wroclaw, cardeal Henryk Gulbinowicz sobre as perspectivas da integração europeia.⁴²⁶

Outro apoiante da adesão polaca à EU, o arcebispo metropolitano de Gniezno, Henryk Muszynski, observou que a Igreja tem que se preocupar com a protecção dos direitos da família e da vida na legislação da futura Europa unida. O representante do Episcopado polaco nas estruturas da COMECE sublinhou que mesmo no caso de falta destes valores nas normas jurídicas da União Europeia „ninguém pode proibir-nos de ser testemunhas credíveis destes valores no mundo moderno”. O arcebispo de Gniezno salientou que a Igreja Católica não é nem um partido nem uma ONG, nem o braço religioso do governo. O clérigo sublinhou na sua carta enviada à redacção do semanário “Tygodnik Powszechny” que a Igreja católica é uma instituição autónoma, independente, que tem a sua própria tarefa e missão. Na sua carta sobre a opinião em relação à integração europeia, o arcebispo Henryk Muszynski chamou a atenção para a possibilidade de modificar o carácter futuro da UE.

Na opinião apresentada ao “Tygodnik Powszechny”, o arcebispo Henryk Muszynski salientou que os cidadãos da Polónia deviam lembrar-se que a Europa é “a pluralidade e diversidade na unidade”. – Muito depende de nós próprios se vamos ser capazes de manter tudo o que é bom em nós e o que nos distingue das outras nações, incluindo a nossa religiosidade e a vitalidade da fé. Se nós conseguirmos fazer crescer uma nova medida de desafios, vamos sair desta prova com a nossa identidade reforçada – notou o representante da Igreja Católica polaca na organização de conferências episcopais da União Europeia.⁴²⁷

Uma voz importante no debate-inquérito do semanário “Tygodnik Powszechny” sobre a integração europeia, foi a do arcebispo Józef Zycinski. Ele também sublinhou a questão da missão moral polaca dentro da UE. O responsável pela arquidiocese de

⁴²⁵ FRYDRYCH Marcin, „Polish and Italian bishops on EU integration”, in „Euobserver.com”, [http://euobserver.com/news/3473], 17.09.2001.

⁴²⁶ Sondagem do “Tygodnik Powszechny” “Biskupi o integracji europejskiej”.

⁴²⁷ Ibidem

Lublin, considerado como um membro liberal da hierarquia, ressaltou que “para uma Europa unida não há alternativa” e sugeriu que a Polónia deveria encontrar-se nela.⁴²⁸

O arcebispo destacou também que os polacos deviam livrar-se de ansiedades, porque o próprio cristianismo apela contra este tipo de atitude. Na opinião dele, essa postura fazia “ligação com a tradição cultural, cujo símbolo era o Muro de Berlim e a Cortina de Ferro, sendo esta posição inaceitável para os membros da Igreja.” Além disso, o arcebispo de Lublin apontou para a missão histórica que os polacos têm que desempenhar no cristianismo contemporâneo.

O arcebispo Jozef Zycinski chamava os seus compatriotas para o cuidado espiritual da liberdade “num mundo dominado pelo pragmatismo e pelo consumo”. – É preciso ter uma preocupação comum para a liberdade espiritual. Precisamos de um testemunho coerente de liberdade espiritual numa escala continental (...). Em vez de lutas dramáticas glorificadas pela tradição, hoje em dia nós precisamos da sabedoria dos corações sensíveis, que podem realizar uma visão ousada de uma Europa unida no espírito, que se propaga de forma consistente ao longo do pontificado do Papa polaco – disse o arcebispo de Lublin.⁴²⁹

Outra personalidade conhecida da Conferência Episcopal da Polónia, o arcebispo Tadeusz Gocłowski também se apresentava no seu discurso enviado ao semanário “Tygodnik Powszechny” como apoiante da adesão da Polónia às estruturas europeias apontando a necessidade da nova evangelização na Europa Ocidental. Ele, no entanto, admitia que os polacos deviam garantir o respeito pelos valores fundamentais, que afectam a identidade polaca. Sublinhou, que no anexo do Tratado de Adesão é preciso encontrar tudo o que diz respeito à cultura polaca, que influencia a identidade da nação e do Estado, que “está ligado à garantia dos valores fundamentais: a defesa da vida humana desde a concepção até à morte natural, a forma do casamento e da família definida como a união entre homem e mulher”. – No entanto, questões específicas, sem dúvida difíceis, não podem ser sujeitas a pressões eclesiais. A sua regulação é tarefa dos especialistas – observou o arcebispo Tadeusz Gocłowski, de Gdansk, na sua carta dirigida ao semanário “Tygodnik Powszechny”.⁴³⁰

⁴²⁸ ŻYCINSKI Józef, “Europejska wspólnota ducha”, in “Gość Niedzielny” (A comunidade europeia do espírito), n.º 10/2000, in página da Internet da opoka.pl, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/X/XU/eurowspolny.html].

⁴²⁹ Ibidem

⁴³⁰ Ibidem

Apesar de nenhum dos bispos polacos se ter pronunciado de forma inequívoca contra a integração europeia, na sondagem ouviram-se várias vozes críticas em relação a ideia da integração da Polónia na UE. Alguns dos membros da hierarquia sublinharam que são mais importantes para o povo os problemas económicos, apresentando a sua convicção de que a Polónia, mais fraca que a Europa Ocidental tem que aceitar a supremacia dos outros países mais ricos da UE. Lamentaram que a sua pátria não seja tratada de forma semelhante aos países que entraram mais cedo na EU - como Espanha, Portugal e Irlanda. Também chamaram a atenção para o facto das preocupações acerca da competitividade dos agricultores e pescadores serem muito baixas.

Da mesma forma que para os apoiantes da UE a possibilidade de fortalecer a economia polaca foi um argumento utilizado, os oponentes da integração tinham medo do seu possível enfraquecimento. Mas não apenas isso. Alguns dos bispos explicavam que a população polaca que residia em antigos territórios alemães temia a hipótese de revindicação dos terrenos pelos antigos donos. A questão de segurança teve, entretanto, também as duas abordagens opostas.

O bispo Pacyfik Dydyecz da diocese de Drohiczyn foi considerado como uma das figuras da liderança católica com convicção mais negativa em relação à União Europeia. A sua atitude foi explicada pela sua função de ordinário numa diocese relativamente pobre, onde a maioria dos cidadãos eram agricultores. Em resposta ao “Tygodnik Powszechny” ele expressou a sua preocupação sobre „o veto de Bruxelas apresentado contra a proposta polaca para a afectação financeira a subsídios directos à agricultura”. – Parece que o governo polaco tem negociado em Copenhaga condições diferentes daquelas que nos propõe agora. Tenho a impressão de que os nossos negociadores, ou não sabem com quem falam, ou esqueceram-se em nome de quem falam – queixou-se o membro da hierarquia da Igreja do leste da Polónia. – A estrutura, com que nós lidamos, comete abusos, chamando-se União Europeia. Devia ser chamada a União da Europa Ocidental. Além disso, ainda falta muito para a plena unidade, como indica João Paulo II. É ainda uma espécie de cartel que protege os seus próprios interesses económicos. Não se sabe se tal união económica não guarda o início de tensões e conflitos. Onde apenas são importantes os interesses económicos, aí é muito difícil ter uma unidade duradoura – explicou o bispo Pacyfik Dydyecz o seu cepticismo em relação à União Europeia.⁴³¹ O membro da Conferência Episcopal da Polónia recusou-se a responder à

⁴³¹

Sondagem do “Tygodnik Powszechny” “Biskupi o integracji europejskiej”.

pergunta, se apoia ou está contra a adesão do seu país às estruturas europeias. Da mesma forma reagiu Andrzej Dzięga, o bispo de outra diocese rural – Sandomierz. – Eu neste momento não sou capaz de responder à questão colocada pelos editores de „Tygodnik Powszechny”. Estamos ainda na recolha e análise dos argumentos a favor e contra a União Europeia, por isso ainda não decidi como vou votar. Estou ansioso por novos argumentos e sigo a evolução – explicou o bispo de Sandomierz quanto à sua relativa passividade em relação ao inquérito.⁴³²

Na Polónia não faltavam membros da hierarquia da Igreja católica segundo os quais, a adesão do país à União Europeia servia principalmente para a realização dos objectivos das elites políticas polacas. Alguns dos bispos acusavam também os meios de comunicação social de ter reforçado a convicção ilusória de que o voto a favor da integração era a decisão correcta. Segundo o bispo Zbigniew Kiernikowski, a discussão e as formas de apresentação da adesão não refletia a intenção dos autores desta ideia para que a integração fosse um processo de crescimento orgânico das nações e bom para todos, garantindo uma escolha completamente livre. O bispo da diocese de Siedlce viu tudo isto como tentativas de realização de interesses próprios de certos grupos, círculos de pessoas que usam nos seus discursos termos „progresso e bem-estar para todos”. O membro do clero referiu na sua carta enviada ao semanário „Tygodnik Powszechny” que neste contexto „a ideologia e propaganda prevalecem sobre a realidade.” Entretanto o bispo Zbigniew Kiernikowski pediu aos jornalistas e políticos polacos uma informação justa, integral e honesta, e sugeriu limitar „a demagogia, às vezes tão subtil, já presente nas escolas. – A falta de completa, robusta, multilateral, e mais objectiva informação juntamente, com o uso de „uma linguagem” que gera preocupações de que isto não é mais do que uma tentativa de repetir a experiência da torre de Babel – disse o bispo Zbigniew Kiernikowski. – Além disso, é preocupante de que maneira foram tratadas pelos nossos negociações algumas questões importantes para nós, crentes: a vida desde a concepção até à morte natural, o casamento, a união homossexual, a adopção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo – observava o clérigo responsável pela diocese de Siedlce.

Em contraste com o arcebispo de Warmia, o bispo Zbigniew Kiernikowski acreditava que no quadro da União Europeia seria fácil diminuir a distância do desenvolvimento económico da Polónia. Este membro da hierarquia católica estava

⁴³²

Ibidem

mais preocupado com a dimensão antropológica e religiosa da unificação com os países da Europa Ocidental. Na opinião do bispo, o perigo era maior na questão da condição da sociedade polaca. Observava, que é muito mais fácil manipular e sugerir certos conceitos a uma sociedade com uma moralidade „podre”.⁴³³

Muito distante da integração da Polónia com a União Europeia esteve o bispo de Plock Stanislaw Wielgus.⁴³⁴ Ele não quis participar na sondagem da revista “Tygodnik Powszechny” por causa das suas convicções bastante conservadoras. As opiniões do bispo eram influenciadas também pelo facto de ele viver numa diocese rural e pobre, habitada por 55% de agricultores.⁴³⁵

O bispo Stanislaw Wielgus na última fase de preparação para o referendo europeu usou também argumentos que focavam mais a realidade política e económica do que os próprios assuntos religiosos. Tal como os membros da hierarquia católica pró-europeus, o bispo expressava a sua preocupação sobre as possíveis consequências da adesão da Polónia à UE devido à difícil situação económica e social nas aldeias do país. Ele admitiu que na sua diocese de Plock “se nota uma atmosfera de alguma preocupação” relacionada com esta questão. Este membro do clero polaco disse numa entrevista à Agência Católica de Informação que ele próprio tem alguns medos em relação ao futuro da agricultura polaca e sobre o período de adaptação após a adesão da República da Polónia à União Europeia.⁴³⁶ Referiu que este período podia demorar muitos anos. Lembrou que irresponsavelmente foram fechadas, em ondas de “euforia do capitalismo”, fazendas de propriedade estatal⁴³⁷ e que milhares de pessoas ficaram sem emprego.⁴³⁸

A sondagem realizada pela revista “Tygodnik Powszechny” de Cracóvia foi uma das mais preciosas amostras de opiniões sobre a integração europeia da elite católica polaca. A maioria das respostas foram pró-europeias, mostrando que apesar das várias divisões na classe política e na sociedade polaca, a adesão é uma boa opção para a

⁴³³ Ibidem

⁴³⁴ Stanislaw Wielgus em Janeiro de 2007 ia tornar-se arcebispo da Varsóvia. A sua nomeação foi cancelada e ele próprio abdicou após a apresentação de provas, que o arcebispo ocultou, da sua colaboração com o regime comunista.

⁴³⁵ O arcebispo Wielgus participou em programas da Radio Maryja. A Fundação Nasza Przyszlosc ligada à Radio Maryja publicou várias homilias suas em disco.

⁴³⁶ “Bp Wielgus: Glosowanie w sprawie Unii kwestia sumienia”, Entrevista com o Bispo Stanislaw Wielgus para a KAI, in página da Internet da KAI, [http://ekai.pl/europa/kosciol_o/x4447/bp-wielgus-glosowanie-w-sprawie-ue-kwestia-sumienia/], 18.03.2003.

⁴³⁷ Państwowe Gospodarstwa Rolne (PGR) foi uma forma de propriedade agrícola na Polónia comunista. O dono dos terrenos era o Estado.

⁴³⁸ “Bp Wielgus: Glosowanie w sprawie...”.

República da Polónia. No entanto, entre o inquérito realizado pelo „Tygodnik Powszechny” e várias entrevistas dos membros do clero polaco, na maioria dos casos positivas em relação à integração europeia, existia uma grande parte da hierarquia da Igreja sem opinião visível nos meios de comunicação social. De facto, eram eles que tinham um contacto directo com a sociedade polaca, nas 10 mil paróquias polacas dispersas pelo todo o território do país. Mantinham esta convivência através de missas com homilias e várias acções dirigidas ao povo. Esta influência foi um pouco esquecida e ignorada nos meios de comunicação social.

O grande apoio dado à ideia de integração europeia pelos bispos da Polónia no inquérito do semanário de “Tygodnik Powszechny”, foi reconhecido pelos muitos comentadores políticos e jornalistas como uma opinião representativa dos outros padres polacos.⁴³⁹ Um inquérito do Instituto de Assuntos Públicos,⁴⁴⁰ publicado em Janeiro de 2003. “Clero paroquial e a integração europeia”, editado por Lena Kolarska-Bobinska, parecia confirmar essa tendência. O relatório final do estudo, que foi financiado pela Delegação da Comissão Europeia em Varsóvia, afirmou que antes do referendo europeu “a atitude dos párocos e vigários para a campanha do referendo e da participação nela de representantes da Igreja é decisiva”. A sondagem demonstrou que a maioria dos padres polacos – acima de 59% – estão a optar pela integração da República da Polónia na União Europeia. Comparado com o estudo anterior, realizado pelo Instituto de Assuntos Públicos em 1998, o apoio à adesão caiu 25%, e poucos meses antes do referendo foi avaliado pelos autores da sondagem como “comparável ao nível de apoio em toda a sociedade polaca, e menor do que entre as pessoas com educação superior”.

Os representantes do Instituto de Assuntos Públicos apontaram no seu estudo que a integração europeia gera entre os padres polacos mais emoções positivas, como: curiosidade, esperança e aceitação, do que negativas, como: medo, ressentimento, tédio ou indiferença. Os autores do estudo observaram que os sacerdotes conhecem bem a posição da Conferência Episcopal da Polónia e de João Paulo II em relação ao alargamento da União Europeia e têm a convicção do que a Igreja fez bem apresentando a sua opinião face a esta questão. No entanto, os padres polacos admitiam que “têm

⁴³⁹ LIZUT Mikołaj, “Ksiądz idzie do Unii – raport Instytutu Spraw Publicznych” (Um padre vai à União – relatório do Instituto dos Assuntos Públicos), in página da Internet de jornal “Gazeta Wyborcza”, [<http://wiadomosci.gazeta.pl/kraj/1,34308,1254394.html>], 07.01.2003.

⁴⁴⁰ Instytut Spraw Publicznych (Instituto dos Assuntos Públicos) é uma organização não governamental polaca de análise, tipo think tank. Fundado em 1995.

receio de ter atitudes que poderiam ser interpretadas pela sociedade como o envolvimento da Igreja na política”.⁴⁴¹

O estudo realizado pelo Instituto dos Assuntos Públicos confirmou que o apoio apresentado à ideia da integração com a União Europeia foi para os padres polacos uma decisão estratégica, vantajosa para a sua pátria. Esta opção foi mais favorável do que qualquer outra das escolhas possíveis, como a neutralidade da República da Polónia, relações mais próximas com os Estados Unidos ou uma reaproximação com a Rússia. Além disso, a questão da adesão à UE não foi estranha ao clero polaco. – Os sacerdotes interessam-se sobre as questões da integração europeia a um nível comparável com o resto da sociedade, mas menos do que as pessoas com educação superior. Quase todos os padres pesquisados declararam a intenção de participar no referendo sobre a adesão. Os leitores do jornal conservador “Nasz Dziennik” deram um apoio mais fraco à integração europeia, da mesma forma que entre os ouvintes da “Radio Maryja” os apoiantes da adesão polaca à União Europeia estavam em vantagem – revelou o relatório do Instituto dos Assuntos Públicos. Segundo o relatório, 53% dos ouvintes regulares da estação davam o seu apoio ao processo da integração europeia.⁴⁴²

O estudo realizado pelo Instituto dos Assuntos Públicos entre 2002 e 2003 confirmou que, por um lado, quase metade dos padres na Polónia consideravam má a situação do país, embora muitos acreditassem que com o tempo iria melhorar. As suas previsões quanto à evolução da situação nos cinco anos seguintes eram claramente melhores do que no caso de um polaco médio, bem como de pessoas com curso superior. Optimismo sobre a situação na Polónia foi um traço característico para a maioria dos sacerdotes que apoiavam a adesão à União Europeia. Outra observação importante na sondagem foi que uma clara maioria do clero (59%) considerava a democracia como o melhor de todos os sistemas políticos possíveis e mais da metade dos sacerdotes (52%) expressavam a sua satisfação com o modelo da democracia que existe na República da Polónia.⁴⁴³

Além disso, o relatório concluiu que, embora a maioria dos párocos concordasse com a opinião de que a Igreja Católica não devia ser directamente envolvida na política, a questão da participação no referendo europeu não foi considerada por eles com o

⁴⁴¹ KOLARSKA-BOBINSKA Lena, “Duchowieństwo parafialne a integracja europejska” (Os sacerdotes paroquiais e a integração europeia), Instytut Spraw Publicznych, Varsóvia, 2003, [<http://www.isp.org.pl/files/2859202120524500001117705942.pdf>].

⁴⁴² Ibidem

⁴⁴³ OKOŃSKI, Michał, “Duchowni AD...”.

mesmo rigor. A maioria dos padres que responderam ao inquérito do Instituto dos Assuntos Públicos acreditava que a Igreja devia apresentar a sua posição sobre o referendo e exortar aos fiéis a sua participação nesse referendo.⁴⁴⁴

A songadem confirmou, que apesar de um quarto dos padres polacos ter participado numa reunião, seminário ou formação em questões ligadas com a integração europeia, uma parte significativa do clero não quer tomar qualquer parte envolvido na questão durante a campanha do referendo. A maioria dos sacerdotes da Polónia não aceitava uma possível divulgação de material informativo sobre a integração europeia nas igrejas. Entre os padres que se envolvem em determinadas actividades de integração, as acções tomadas mais frequentemente foram: o incentivo às associações paroquiais e organizações ligadas a paróquia para assumir a discussão sobre o assunto da adesão, iniciar conversas com os fiéis, ou a formação dos seus paroquianos sobre os padroeiros da Europa. Na opinião da maioria dos sacerdotes, os seus paroquianos estavam interessados na integração europeia, mas apenas 26% dos padres acreditavam que fiéis dessem o seu apoio à adesão. A maioria dos padres tinha, no entanto, a convicção que existem nas comunidades locais grandes medos relacionados com a integração europeia – afirmou o relatório do Instituto dos Assuntos Públicos.⁴⁴⁵

A pesquisa realizada cinco meses antes de referendo europeu na Polónia, confirmou que os padres polacos acreditam de que os países da União Europeia partilham mais os seus interesses comuns do que os valores. Na maioria dos casos sacerdotes admitiam achar que a UE cria condições adequadas para o desenvolvimento das culturas nacionais. Nos últimos anos tinha aumentado também o número dos membros do clero polaco que acreditava que esta organização europeia se preocupava principalmente com os interesses dos países economicamente mais fortes. Isto podia ser resultado do período em que foi realizado o estudo – logo depois da Cimeira de Copenhaga.⁴⁴⁶ – Os sacerdotes, tal como toda a sociedade, estão cada vez mais inclinados para a opinião de que as relações entre a Polónia e a União Europeia são especialmente rentáveis para aos países da UE. De mesma forma que a maioria dos polacos se preocupa se a Polónia se vai tornar um membro da segunda categoria, semelhante convicção tinha a maioria dos padres – concluiu o relatório final do estudo

⁴⁴⁴ KOLARSKA-BOBINSKA Lena, “Duchowieństwo parafialne...”.

⁴⁴⁵ Ibidem

⁴⁴⁶ LIZUT Mikołaj, “Ksiądz idzie do Unii...”.

realizado pelo Instituto dos Assuntos Públicos.⁴⁴⁷ Os representantes do Instituto dos Assuntos Públicos observaram também que existem algumas preocupações do clero polaco em questões de moralidade, especialmente no impacto negativo da integração sobre a estabilidade da família, a religião e a liberdade de costumes. Apenas 6% dos entrevistados disseram que a adesão da República da Polónia com a União Europeia terá “um efeito bastante positivo” sobre a religião neste país. Tanto quanto 51% dos padres apresentaram opinião diferente, e 33% consideram que na UE não haverá nenhum impacto.⁴⁴⁸

Por sua vez, quase dois terços do clero acreditava que a adesão da Polónia à União Europeia seria contra a sustentabilidade da família polaca. Nestas questões particularmente sensíveis para a Igreja, ao contrário do ponto de vista sobre as implicações da integração de outras áreas da vida, o clero foi mais pessimista do que a sociedade em geral, incluindo as pessoas com curso superior.⁴⁴⁹

Além disso, a maioria do clero esperava que a entrada na União Europeia contribuisse para o aumento da liberdade moral na Polónia. Eram visíveis também as preocupações acerca das alterações legislativas pertinentes do ponto de vista da Igreja Católica, especialmente sobre questões como: o aborto, a eutanásia e as uniões homossexuais. Alterações nestes âmbitos eram esperadas como possíveis após da adesão da Polónia à União Europeia.⁴⁵⁰

O estudo realizado pelo Instituto dos Assuntos Públicos demonstrou também que apesar de desde 1998 as opiniões do clero sobre os efeitos da integração europeia serem mais pessimistas nas várias esferas da vida, especialmente no quadro da moralidade, havia em muitas áreas mais esperanças, comparando com o resto da sociedade. – Os sacerdotes esperavam principalmente a melhoria da segurança internacional polaca e que a UE influenciaria positivamente o equilíbrio ambiental, maior justiça no sistema judicial, na democracia e nas liberdades civis. Eram essas as expectativas de natureza política. A maior parte dos padres polacos também esperava por benefícios sócio-económicos, nomeadamente: o crescimento do espírito empresarial, a melhoria da economia, a redução do desemprego, uma influência positiva nas condições de vida da sociedade. É interessante notar que entre os sacerdotes, assim como na sociedade em

⁴⁴⁷ KOLARSKA-BOBINSKA Lena, “Duchowieństwo parafialne...”.

⁴⁴⁸ Comparar com o estudo realizado em 2002 pelo Instituto de Estatística da Igreja Católica (ISKK SAC) sobre a atitude dos párocos polacos em relação à integração europeia. Em posse de autor da tese.

⁴⁴⁹ LIZUT Mikołaj, “Ksiądz idzie do Unii...”.

⁴⁵⁰ KOLARSKA-BOBINSKA Lena, “Duchowieństwo parafialne...”.

geral, havia a esperança da redução do desemprego após a adesão da Polónia à União Europeia, e que estas expectativas eram maiores do que alguns anos antes, apesar do declínio do optimismo sobre os efeitos da integração. A agricultura é a área da economia, em cuja integração europeia podia ter um maior impacto negativo, não apenas na opinião dos padres – afirmou o relatório do Instituto dos Assuntos Públicos.⁴⁵¹

O clero polaco admitia que existem valores que vão favorecer o seu país em resultado da adesão à União Europeia. A maioria dos sacerdotes na véspera do referendo considerava que a assistência financeira da União Europeia à República da Polónia teria uma grande ou muito grande importância. Ao mesmo tempo, quase metade do clero acreditava que era a Polónia que iria suportar os custos financeiros da integração. Segundo os participantes no estudo, os benefícios da integração não iam ser imediatos, mas aparecer ao fim de alguns anos. Entretanto, uma grande parte dos padres polacos – 62% – manifestou ter a convicção que haverá um impacto positivo da integração na economia da República da Polónia. As esperanças dos padres polacos em relação à adesão da Polónia à União Europeia também diziam respeito à hipótese de melhor segurança internacional, o Estado de Direito e das liberdades civis. Significativamente, foi que, até o 2/3 dos participantes da sondagem não reconhecia a adesão às estruturas europeias como uma ameaça à sua soberania e identidade nacional polaca. Por outro lado, a maioria dos entrevistados salientava que é necessário contemplar no texto da Constituição Europeia informação sobre as raízes cristãs deste continente. Da mesma forma, os sacerdotes tinham grandes expectativas em relação à referência no tratado constitucional à questão da liberdade religiosa, *Invocatio Dei* e ao reconhecimento da Igreja como uma entidade na legislação da União Europeia. No entanto, os entrevistados não tinham esperança que o catolicismo ocidental lhes pudesse oferecer algo neste âmbito. Entre os sacerdotes dominava a opinião que a Igreja polaca tem mais para oferecer às Igrejas dos outros países da UE do que receber deles.⁴⁵²

O inquérito realizado entre 2002 e 2003 demonstrou na atitude da Igreja Católica polaca face à integração europeia, diferenças de opinião entre o clero regular e a hierarquia.⁴⁵³ O estudo realizado por TNS OBOP ao Instituto de Assuntos Públicos numa amostra aleatória de 600 padres polacos parecia que os sacerdotes têm uma maior

⁴⁵¹ Ibidem

⁴⁵² Ibidem

⁴⁵³ Sondagem do “Tygodnik Powszechny” “Biskupi o integracji europejskiej”.

preocupação em relação à União Europeia do que os bispos que demonstraram a sua posição na sondagem feita pelo semanário “Tygodnik Powszechny”. Os 300 párocos e 300 vigários envolvidos no estudo realizado pelo TNS OBOP para Instituto dos Assuntos Públicos demonstraram a convicção de que não existe a unidade na Igreja Católica polaca. O relatório final do estudo concluiu que os padres estão conscientes – e que consideram como perfeitamente natural – que dentro da Igreja existem diferenças bastante significativas do ponto de vista sobre as questões-chave para a Igreja. Ao mesmo tempo, 60% dos inquiridos consideravam que a Igreja devia procurar maximizar a uniformidade de pontos de vista entre os sacerdotes polacos.⁴⁵⁴

Publicadas pelo semanário „Tygodnik Powszechny” opiniões dos bispos sobre a integração europeia também confirmaram uma rotura entre Episcopado e clero na Polónia. Para muitos deles, o processo de adesão à União Europeia foi reconhecido como um potencial perigo da perspectiva da fé. No inquérito realizado em 2002 foi visível esta preocupação sobre a possibilidade de haver um impacto negativo da adesão na vida religiosa das paróquias polacas. O estudo realizado pelo Instituto de Estatística da Igreja Católica (ISKK SAC) feito numa amostra de 9059 padres católicos provou claramente que apenas 5,8% dos participantes achavam que a adesão da Polónia à União Europeia traria benefícios para a espiritualidade dos católicos polacos. Sobre a questão levantada pelos investigadores „Como o Senhor acha que a adesão da Polónia à União Europeia irá afectar a vida religiosa de paroquianos?” apenas 0,7% dos padres deram resposta fortemente positiva, enquanto que 5,1% – „bastante positiva”. Os indiferentes, que afirmavam que a integração do país nas estruturas europeias não ia mudar nada neste âmbito era constituído por um grupo de 17,2%, enquanto 16% dos entrevistados não poderia dar qualquer resposta.⁴⁵⁵

As estatísticas do Instituto de Estatística da Igreja Católica polaca mostram claramente que os sacerdotes da Igreja Católica estavam convencidos de que a integração europeia não iria beneficiar a vida religiosa dos paroquianos. Manifestavam tal preocupação um total de 42,7% dos entrevistados durante o estudo. Para 9,6% dos inquiridos a adesão da Polónia à UE podia ter um efeito „significativamente adverso”, e para 33,1% –consequências bastante negativas. O estudo existir um grande número de pessoas indecisas. Esta questão não poderia ser respondida pelos 18,3%, e 16% dos entrevistados não queria responder. Neste último caso, quem apresentou as maiores

⁴⁵⁴ KOLARSKA-BOBINSKA Lena, “Duchowieństwo parafialne...”.

⁴⁵⁵ Estudo realizado em 2002 pelo Instituto de Estatística da Igreja Católica (ISKK SAC).

resistências ao processo de integração europeia foram os sacerdotes de dioceses localizadas nas margens de leste e do oeste do país. Na diocese de Zielona Gora, caracterizada por uma elevada percentagem de sacerdotes em relação à população, na pergunta sobre o impacto da adesão da Polónia à União Europeia sobre a vida religiosa não quiseram responder 99,5% dos entrevistados. Em Przemysl a taxa foi também alta – 78,9%. Por sua vez, uma diocese considerada relativamente tradicional – a diocese de Kalisz – 63,8% dos sacerdotes não responderam ao inquérito, e na diocese de Torun, onde se encontra a sede da conservadora „Radio Maryja” – 43,8 % não responderam. Um traço comum a todos estes territórios é o carácter agrícola e um nível bastante elevado de desemprego.⁴⁵⁶

O estudo realizado em 2002 pelo Instituto de Estatística da Igreja Católica apresentou opinião relativamente negativa dos padres polacos sobre o futuro da vida religiosa na Polónia após a adesão à União Europeia. Um fenómeno característico das respostas „definitivamente negativas” na attitude face à integração europeia, observava-se especialmente nas regiões tipicamente agrícolas, localizadas principalmente na Polónia de Leste. Neste sentido, o líder foi a diocese de Siedlce – 20,4%, e depois Lomza – 19,8%, Elblag – 17%, Zamość – 16,9%, Drohiczyn – 16,7% e Elk – 16,2%. No período pré-adesão estas áreas tinham uma elevada taxa de desemprego. Assim, parece que os padres que participaram na pesquisa juntaram também preocupações sobre o futuro da vida religiosa com a perspectiva das dificuldades económicas das famílias. Nessas áreas, houve também uma taxa extremamente baixa de sacerdotes que deram opinião „fortemente positiva” face à influência da integração europeia – entre 0,0 e 0,7%. O menor número de respostas positivas „fortemente positivos” e „ligeiramente positivas” foram observadas na diocese de Drohiczyn, liderado por bispo eurocéptico Pacyfik Dydyecz, bastante ligado com a Radio Maryja - apenas 1% de participantes. Na diocese vizinha de Siedlce também uma percentagem igualmente baixa de sacerdotes olhavam de forma positiva a questão da adesão – 1,7%.⁴⁵⁷

Em relação à influência da adesão na vida religiosa foram observados níveis muito baixos de votos „muito positivos” e „ligeiramente positivos” entre os sacerdotes católicos nas dioceses com ordinários relativamente tradicionais, como os bispos de Przemysl (2,3% do total) e de Plock (total 3,5%). Parece que isto podia ser afectado pelo ensino dado por conservadores ordinários destas dioceses: o arcebispo Tadeusz

⁴⁵⁶

Ibidem

⁴⁵⁷

Ibidem

Michalik e o arcebispo Stanislaw Wielgus. Não sem importância é o facto de que, enquanto nas duas dioceses mencionadas anteriormente – Drohiczyn e Siedlce – o nível de desemprego no período anterior ao referendo se encontrava entre 20,1 e 25%, na arquidiocese de Przemyśl e diocese de Plock registou-se uma taxa de desemprego estrutural acima dos 25%. Além de um factor potencial que diz respeito à obediência ao superior hierárquico, um elemento importante que influenciava as opiniões dos sacerdotes podia ser o elemento económico. A análise da situação na diocese de Sandomierz traz conclusões semelhantes. Nesta região ¼ de população não tinha emprego, além disso, de acordo com a pesquisa realizada pela ISKK, apenas 4,5% dos padres católicos nesta diocese tinha esperança de um impacto positivo da integração europeia sobre a vida religiosa dos paroquianos. Também neste caso, o bispo local Edward Frankowski não pertencia aos apoiantes da ideia da adesão da Polónia à União Europeia.⁴⁵⁸ A questão do maior apoio ao processo de integração europeia da República da Polónia foi relativamente visível na área das dioceses situadas no oeste e norte da Polónia e no Ordinário Militar do exército polaco, em que o impacto positivo da entrada polaca na União Europeia se encontrava ao nível de 12,1%.⁴⁵⁹

Taxas relativamente elevadas foram também relatadas na diocese de Katowice e de Koszalin-Kolobrzeg (em ambos os casos 11,9%), bem como de Gdansk e Szczecin (em ambos os casos 9,2%). Em todas essas áreas o nível de desemprego foi mais baixo do que em todas as dioceses orientais da República da Polónia. Outro factor que foi definitivamente maior era o nível de urbanização dessas áreas e da atitude favorável da hierarquia local da Igreja Católica, onde os bispos locais tinham uma postura mais pró-europeia.⁴⁶⁰

A visão negativa dos sacerdotes polacos sobre a influência na vida religiosa da União Europeia após a adesão foi visível em todo o país, embora existisse também um factor regional. O nível da taxa média nacional encontrava-se nos 50,3%, mas o maior número de eurocépticos entre o clero vivia nas regiões orientais do país. Na diocese de Siedlce, registou-se o maior número de oponentes – atingindo os 65,4%. Uma atitude semelhante à dos padres confirmava-se também entre a população local.

Em outras dioceses orientais foi semelhante. Em Drohiczyn a visão negativa da vida religiosa na Polónia depois da adesão à União Europeia tinha 59,4% dos

458 Ibidem

459 Ibidem

460 Ibidem

sacerdotes, enquanto que em Zamosc – 55,1%, em Lomza – 54,3%, em Bialystok – 52%, e em Elk – 50,8%. Poucas expectativas sobre uma evolução favorável da vida religiosa nas estruturas da União Europeia tinham também os padres de dioceses com um nível de desemprego maior do que 25%: Wloclawek e Plock. No primeiro caso, a percentagem dos sacerdotes locais que temiam a adesão à UE era de 57,1%, enquanto que no segundo caso – 51,3%. Um número surpreendentemente elevado de padres que acreditavam que a adesão da Polónia à União Europeia influenciaria de maneira „pouco negativa” ou „extremamente negativa” a vida religiosa dos paroquianos da diocese foi também observado em Pelplin. Esta diocese, por sua vez, não pertencia em 2002 ao grupo de áreas com taxas de desemprego muito elevadas.

Tanto a maioria dos bispos como dos sacerdotes polacos foi, no entanto, consistente sobre o facto de que a adesão da República da Polónia à União Europeia, não iria fazer sofrer os agricultores. A hierarquia da Igreja Católica e o clero regular polaco conheciam bem a situação no país, já que a maioria nasceu e cresceu em zonas rurais. O estudo de Instituto dos Assuntos Públicos provou que mais de metade dos sacerdotes (55%) vem de aldeias, com ensino básico, enquanto que os restantes 20% de bispos – de pequenas cidades com o máximo de 20 mil habitantes.⁴⁶¹

Embora a maioria dos padres polacos tenha nascido em aldeias, tinham um bom nível de educação – todos frequentaram o ensino superior, e 1/3 tinha concluído um curso complementar de estudos. Além disso, os sacerdotes polacos estavam muito bem informados sobre a vida no estrangeiro. Apenas 5% do clero polaco nunca esteve no estrangeiro, e mais de metade tinha já viajado para fora do país em 2002. É interessante notar que cerca de três quartos dos elementos do clero polaco conhecia uma língua estrangeira e 50% dos padres tinha acesso à Internet.⁴⁶²

O estudo conduzido pelo Instituto dos Assuntos Públicos demonstrou que padres que viviam na Polónia se interessavam bastante pela vida política. Cerca de 32% deles descreveram-se como muito interessados neste assunto, e 14% – como “mais interessados do que media polaca”. O conhecimento sobre estas questões, derivam principalmente de fontes bastante conservadoras. O jornal mais popular entre o clero polaco era o diário “Nasz Dziennik”⁴⁶³, o qual era lido por mais de 50% dos entrevistados. Por sua vez, a revista com maior número de leitores entre sacerdotes era a

⁴⁶¹ KOLARSKA-BOBINSKA Lena, “Duchowieństwo parafialne...”.

⁴⁶² Ibidem

⁴⁶³ “Nasz Dziennik” é um diário fundado em 1998 por iniciativa do padre Tadeusz Rydzyk. O jornal é ligado aos grupos relacionados com a “Radio Maryja”.

revista semanal “Niedziela”. Quanto às estações de rádio, o clero polaco em geral escolhia a estação conservadora, “Radio Maryja”. Regularmente, pelo menos várias vezes por semana, metade dos inquiridos ouviam esta rádio dos padres Redentoristas. No entanto, registou-se uma queda significativa na escuta desta estação entre os sacerdotes polacos, em comparação com o ano de 1998, quando o Instituto dos Assuntos Públicos realizou uma pesquisa parecida entre os padres na Polónia.

Em comparação com o inquérito anterior de 1998, a sondagem realizada antes do referendo europeu mostrou que os sacerdotes polacos mudaram a sua opinião em relação à “Radio Maryja”. Durante 5 anos houve entre os padres a convicção que esta estação era representativa de todos sacerdotes na Polónia. Apenas um terço dos entrevistados expressaram a convicção de que o conteúdo político desta estação de rádio reflectia a opinião do clero polaco. Ao mesmo tempo, os sacerdotes estavam divididos nas suas opiniões, quanto à pergunta se a “Radio Maryja” devia ou não apresentar nos seus programas questões políticas.⁴⁶⁴

O estudo concluído no final do ano de 2002 pela TNS OBOP para o Instituto dos Assuntos Públicos mostrou a sensibilidade social dos sacerdotes polacos. Embora a maioria deles avaliasse as suas condições materiais de maneira positiva, sublinhando que têm condições muito melhores do que o cidadão médio polaco, por outro lado os padres mostraram grande sensibilidade para as injustiças sociais. Os representantes do clero, entrevistados durante o estudo, indicaram que os maiores problemas que enfrentam os polacos são o desemprego, a criminalidade e a incompetência das autoridades.⁴⁶⁵

Tanto o clero paroquial da província polaca, que tinha o contacto directo com as dificuldades de vida dos agricultores polacos, como também as elites eclesiais, partilhavam preocupações acerca da situação do país após a adesão da Polónia às estruturas da União Europeia. Dentro da Conferência Episcopal da Polónia havia a consciência do peso das reformas políticas e económicas necessárias depois de mais de 40 anos do sistema comunista em que o país tinha estado mergulhado. Para muitos bispos era óbvio que a República da Polónia antes do referendo europeu se encontrava numa situação onde nem todos os seus cidadãos, tinham as melhores condições de vida. Vários membros da hierarquia da Igreja Católica referiam nas suas declarações que os

⁴⁶⁴

KOLARSKA-BOBINSKA Lena, “Duchowieństwo parafialne...”.

⁴⁶⁵

Ibidem

habitantes das cidades e aldeias faziam parte do grupo que carregava o maior peso decorrente das reformas políticas e económicas.⁴⁶⁶

A mensagem do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Polaca, apresentada no dia 18 de Fevereiro de 2003, foi passada num importante documento da Igreja Católica da Polónia sobre a situação social do país. Os bispos sublinharam nesta carta, que vivem com empatia os distúrbios civis, especialmente dos agricultores. Os membros da hierarquia da Igreja Católica viram que as mudanças sociais, associadas com a reestruturação e adaptação às exigências da União Europeia, afectavam todos os grupos sociais, mas não da mesma maneira e, portanto, não deviam ser avaliadas de uma perspectiva temporária.⁴⁶⁷

Poucos meses após a publicação da Comunicação do Conselho Permanente da Conferência de Bispos da Polónia, os membros da hierarquia mais uma vez manifestaram a sua opinião sobre a integração europeia. Conforme publicado em Outubro de 2003, em duas declarações, em resultado de 324.^a Reunião Plenária da Conferência Episcopal Polaca, os líderes católicos apelaram ao governo para ter atenção „às verdadeiras dificuldades” enfrentadas pela sociedade. Nestes textos os bispos apontaram algumas questões sociais, como o desemprego, a pobreza e a corrupção. Os representantes do Episcopado polaco também chamaram a atenção para a falta de preparação adequada dos agricultores polacos „para as novas condições de vida na Europa unida”. Na opinião da hierarquia da Igreja, a resolução destes problemas seria mais gratificante para o bem comum do que para a realização de exigências ideológicas formuladas por grupos radicais.⁴⁶⁸

A questão camponesa era particularmente próxima dos bispos provenientes de comunidades rurais. Para vários membros da hierarquia da Igreja este assunto foi o ponto de saída nos debates sobre a integração europeia. Por vezes o „bem da aldeia”, na opinião de alguns bispos, entrava em conflito com as declarações oficiais da Igreja Católica polaca, publicadas pelo Episcopado. Um dos bispos cépticos em relação à eventual entrada da Polónia nas estruturas europeias era o bispo Edward Frankowski. O bispo auxiliar de Sandomierz mantinha a ligação com o círculo da „Radio Maryja” e de

⁴⁶⁶ Sondagem da “Tygodnik Powszechny” “Biskupi o integracji europejskiej”.

⁴⁶⁷ Komunikat Rady Stałej Konferencji Episkopatu Polski (Comunicado do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Polaca), 18.02.2003, in arquivo virtual da Conferência Episcopal Polaca, [<http://episkopat.pl/0.37,index.html>].

⁴⁶⁸ “List Episkopatu Polski na temat przykazań kościelnych” (Carta da Conferência Episcopal Polaca sobre os mandamentos), 21.10.2003, in arquivo virtual da Conferência Episcopal Polaca, [<http://episkopat.pl/0.37,index.html>].

vez em quando colocava visões negativas sobre a Polónia dentro da União Europeia. Numa das mais significativas intervenções, em Dezembro de 2002, em Godziszów, chamou a atenção dos participantes de um retiro destinado a agricultores, para a questão de manipulação política.⁴⁶⁹ O bispo Edward Frankowski apontou que é necessário lembrar que estas ferramentas eram usadas antigamente pelos comunistas para agarrar o poder na Polónia pós Segunda Guerra Mundial. O bispo auxiliar de Sandomierz no seu discurso admitiu que o ambiente de manipulação estava presente no país antes de referendo europeu. Frankowski apelou aos agricultores polacos para não estarem indiferentes em relação ao referendo europeu e se dirigirem às urnas, evitando o erro no tempo do referendo da apropriação de 1996.⁴⁷⁰

Durante o seu discurso no referido retiro para agricultores em Godziszów, o bispo Edward Frankowski sugeriu a todos a participação no referendo europeu, indicando para votar contra a adesão da Polónia. Este membro da hierarquia católica chamou a atenção para a manipulação dos meios de comunicação social e de pessoas do círculo pró-europeu. Entretanto, os argumentos escolhidos pelo bispo foram muito bem sucedidos seis meses depois. O referendo europeu realizado no início de Junho de 2003 provou que Godziszów era a mais eurocéptica Junta de Freguesia da Polónia, onde 88% do eleitorado votou contra a integração na União Europeia. Isto foi uma espécie de fenómeno ocorrido no referendo europeu na República da Polónia. Nas outras 2.478 Juntas de Freguesia a opção pró-europeia teve maior apoio.⁴⁷¹ Curiosamente Chrzanów, localizada ao lado do Godziszów, foi no referendo reconhecida como a cidade polaca mais eurocéptica.⁴⁷²

Não se sabe quanta influência nos resultados do referendo europeu nos distritos rurais da província de Lublin, teve o retiro em Dezembro de 2002, organizado para os agricultores, liderado pelo Bispo Edward Frankowski. Argumentos usados pelo hierarca durante a sua homilia de encerramento pareciaram os avisos por vezes apresentados na

⁴⁶⁹ “Kościół w obronie Polski” (A Igreja em defesa da Polónia), homilia do Bispo Edward Frankowski em Godziszów, in “Nasz Dziennik”, 06.01.2003, in página da Internet, [http://www.naszawitryna.pl/europa_705.html], 30.01.2003.

⁴⁷⁰ O referendo da apropriação na Polónia decorreu em 1996. No dia 18.02.1996 foram realizados dois referendos nacionais. O primeiro foi o referendo da apropriação e o segundo, o referendo da privatização do património nacional. No referendo da apropriação participaram apenas 32,40% das pessoas com direito de voto. A maioria deles (94,54%) votou a favor da apropriação.

⁴⁷¹ Resultados de referendo europeu em Godziszów, in página da Internet da Comissão Nacional Eleitoral, [<http://www.referendum.pkw.gov.pl/sww/gminy/06/05/04A.1.html>].

⁴⁷² Ibidem

antena da “Radio Maryja”. O bispo expressava em Godziszów as suas preocupações sobre a situação das relações entre a Igreja e o Estado, especialmente na esfera da moralidade, após a adesão à União Europeia. O bispo de Sandomierz durante o seu discurso mencionou as manifestações da juventude belga em 1998 “contra a política económica e financeira do governo da UE em Bruxelas”. Edward Frankowski destacou que a União Europeia é rejeitada pelos jovens. – Assim começa o fim do paraíso europeu, sonhado por uma comunidade de capitalistas, e começa outra guerra, e as consequências dela podem ser mais perigosos do que as guerras mundiais. Sem disparar um tiro na Europa foram mortas milhões de crianças inocentes no ventre das mães. Agora vem a liberdade para curar pedófilos, homossexuais, lésbicas, drogados, mal-educados por filmes e pela televisão, e da imprensa dos tablóides. Eles iam nos libertar! Eles iam nos ensinar a liberdade! Depois vão se revelar e tirar a máscara de verdadeiros “amigos” da liberdade do ser humano. E vai-se descobrir quem está por trás disto. Embora existam pressões, sedução, e novamente a pressão, sabemos bem que nem a marca nem um franco ou um euro, que vem agora em forma de ajuda, nunca é dado gratuitamente. Tenham isso em mente hoje – alertou contra a integração europeia o bispo Edward Frankowski.⁴⁷³

Poucas semanas antes do referendo europeu, mais uma vez levou as críticas da candidatura polaca para a UE. Em No dia 9 Março de 2003, o ordinário de diocese de Sandomierz fez a homilia dirigida aos agricultores polacos reunidos no Santuário mariano em Jasna Gora. Durante o encontro o hierarca por diversas vezes advertiu os ouvintes contra o perigo de entrada da República da Polónia nas estruturas da União Europeia. Naquele dia o bispo de Sandomierz disse: “Não! Para a televisão, que quer escravizar as nossas almas. Não! Por causa da impiedade da União Europeia. Não deixem a terra em mãos de estrangeiros! Não desistimos dos nossos malfeitores, aqueles que nos prejudicam. A nossa tarefa é ir para o referendo em Junho. Como não há lugar para Deus na União, da mesma forma não pode haver um lugar para mim – advertiu o bispo Edward Frankowski na sua homilia, que foi bem recebida pelos desesperados agricultores polacos.⁴⁷⁴

No entanto, o bispo Edward Frankowski, tornou-se alvo de críticas dos outros membros da hierarquia da Igreja reunidos na 321.^a sessão plenária da Conferência do Episcopado polaco. – Esse sermão foi imprudente, e o bispo Frankowski esclareceu a

⁴⁷³

“Kościół w obronie...”.

⁴⁷⁴

ZAJAC Marek, “Quo vadis...”.

sua intervenção de maneira pouco inteligente – disse um dos participantes ao jornal “Gazeta Wyborcza”.⁴⁷⁵ – As opiniões pessoais dos bispos não podem ocultar a sua unanimidade espiritual – disse o arcebispo Henryk Muszynski. – Não se pode instrumentalizar a Igreja, e especialmente a Santa Missa. O arcebispo de Gniezno declarou que o Episcopado não está dividido em relação à integração europeia e “não há rupturas, simplesmente por vezes alguns bispos têm uma opinião diferente”.⁴⁷⁶

No entanto, em Março de 2003, durante a sessão plenária da Conferência do Episcopado, os bispos polacos disseram que vêem claramente o bem do alargamento da União Europeia, sublinhando que a Igreja católica não pretende fazer uma campanha pró ou contra a integração.⁴⁷⁷

B) A LEGISLAÇÃO DO ABORTO COMO UMA PARTE DO DEBATE SOBRE A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Alguns meses antes do referendo europeu na Polónia rebentou novamente o debate sobre a lei do aborto. O assunto voltou à discussão pública graças aos políticos do partido governamental pós-comunista SLD e ligados a ele, activistas de organizações feministas. A carta aberta dirigida no dia 4 de Fevereiro de 2002 ao Parlamento Europeu foi preparada pela União das Mulheres (Unia Kobiet) de 8 de Março e pela fundação feminista OŚKa (Ośrodek Informacji Środowisk Kobietych – Centro de Informação da Mulher).⁴⁷⁸ Neste documento as famosas mulheres de ciência, cultura, arte, negócios e política exigiram “um debate democrático, livre de ameaças sobre a situação das mulheres na Polónia”. Segundo elas, a discussão pública sobre este assunto foi

⁴⁷⁵ LIZUT Mikolaj, “Konferencja Episkopatu: złe kazanie biskupa Frankowskiego” (A Conferência Episcopal: uma homilia do bispo Frankowski), in “Gazeta Wyborcza”, 11.03.2003, in página da Internet do jornal, [<http://wyborcza.pl/1,75248,1366720.html>], 12.03.2003.

⁴⁷⁶ ZAJAC Marek, “Quo vadis...”.

⁴⁷⁷ Comunicado de 321. Sessão Plenária da Conferência Episcopal da Polónia, 12.03.2003, [http://episkopat.pl/dokumenty/komunikaty_zp_kep/4793.1,Komunikat_z_321_Zebrania_Plenarnego_Konferencji_Episkopatu_Polski.html].

⁴⁷⁸ “Arcybiskup Życiński dementuje doniesienia +Listu Stu Kobiet+” (O arcebispo Zycinski desmente informações da “Carta das Cem Mulheres”), in ekai.pl, [<http://ekai.pl/wydarzenia/x1759/abp-zycinski-dementuje-doniesienia-listu-kobiet/>], 07.03.2002.

impedida pelo acordo entre o governo de Leszek Miller com a Igreja Católica. As activistas destes movimentos feministas acreditavam que existe uma conciliação entre os bispos e os políticos do governo na base da qual o gabinete de Miller ia desistir da participação num debate sobre o aumento na legislação polaca das possibilidades de realização do aborto. Em troca, a Conferência Episcopal da Polónia daria o seu apoio à adesão à União Europeia no período do referendo.

As acusações feitas pelas feministas em relação ao diálogo entre o governo e a Igreja sugeriam que tanto o governo como os bispos querem manter a decisão do Tribunal Constitucional de 1997, que um ano mais cedo anulou a lei de permissão do aborto por motivos sociais. Após as eleições parlamentares de 2001 parecia que a questão do aborto vai ser prioritária para o governo esquerdista de Leszek Miller, que sinalizara antes das eleições alguns pós-comunistas. Mas o novo gabinete não seguiu este caminho concentrando-se especialmente na questão das negociações da adesão polaca à União Europeia. Os simpatizantes da mudança da lei do aborto sentiram-se frustrados e começaram a sugerir que o assunto do aborto foi para o governo do Miller uma troca para garantir o apoio dos bispos à integração europeia.

No entanto, no dia 7 de Março de 2002 o arcebispo de Lublin, Józef Życiński, negou informações sobre o possível acordo entre o governo de Esquerda e os bispos católicos. O membro da Conferência Episcopal da Polónia definiu a Carta de Cem Mulheres (List Stu Kobiet) como “o mais insensato documento de protesto dos últimos tempos”. Acrescentou que, para provar a falsidade desta convicção a Igreja Católica podia abdicar completamente do seu apoio dado às iniciativas pró-europeias. – Só desta maneira a Igreja polaca podia convencer a sociedade de que nunca estabeleceu nenhum acordo com o governo sobre a integração europeia – disse o Arcebispo Józef Życiński.

Segundo o membro da hierarquia polaca, as autoras da carta não apresentaram nenhuma prova para autenticar a tese de que existe um acordo secreto entre o gabinete de Miller e os bispos polacos. O arcebispo Józef Życiński sublinhou que não existe e que ele próprio nunca ouviu falar sobre o documento. O membro da hierarquia da Igreja achou ridículo o uso pelas feministas polacas de citações do Bispo Tadeusz Pieronek, na carta dirigida aos deputados do Parlamento Europeu. – Não se envia a sítios como o PE este tipo de cartas (...). As reclamações dirigidas ao Bispo Pieronek, é melhor que sejam tratadas directamente com ele, pois ele é um homem do diálogo. Entretanto, assinaturas num documento baseado em suspeições privadas baixam o status das cartas de protesto e fazem a sociedade habituar-se a este tipo de protestos – disse o

Arcebispo de Lublin em entrevista à KAI.⁴⁷⁹ Józef Życiński observou ao mesmo tempo, que documentos como a Carta de Cem Mulheres não terão nenhuma influência no crescimento do número de oponentes da integração europeia.⁴⁸⁰

As intervenções dos políticos polacos da esquerda, feitas nas primeiras semanas do ano 2003 não ficaram sem a reacção dos bispos da Igreja. As críticas provocaram na hierarquia católica uma convicção forte de que é necessário anexar ao Tratado de Adesão um protocolo. Segundo o arcebispo Tadeusz Gocłowski, um dos dirigentes da Comissão Comum do Governo e Episcopado, o documento deveria proteger o actual estado judicial na Polónia.⁴⁸¹

O assunto da lei do aborto, muito debatido no início da década de 90 na Polónia voltou ao palco público também por iniciativa de bispos. A questão da protecção da vida concebida tornou-se um argumento no período da finalização das negociações com a União Europeia. Apesar do elemento principal da crítica feita pela hierarquia da Igreja polaca às decisões tomadas na Cimeira em Copenhaga dizer respeito a questões económicas, muitos eurocépticos na Polónia levantaram também questões diferentes, sugerindo que algumas decisões podiam futuramente influenciar de forma negativa a vida dos católicos na Europa unida. Alguns reclamaram que o governo polaco não fizera o suficiente para proteger a Polónia da possibilidade da União Europeia impor regras da lei europeia, nomeadamente na área moral. Um dos exemplos que melhor representa esta preocupação, foi um documento chamado “o protocolo sobre o aborto”. Os críticos indicavam que já em 1992 a Irlanda tinha lutado por um regulamento vantajoso que protegesse o país, no caso de uma eventual mudança da lei europeia, da introdução de um regulamento que legalizasse o aborto. Mostravam desilusão pelo facto de a Polónia não ter conquistado estas garantias para o seu país durante as negociações em Copenhaga.⁴⁸² A delegação polaca foi criticada por em vez de se preocupar na Cimeira com a conquista de uma maior autonomia para a Polónia no âmbito da defesa da vida humana, concentrou-se mais nos assuntos económicos. Malta serviu como exemplo de um país que fez ao contrário, ganhando em Copenhaga um regulamento favorável que eliminava qualquer tentativa futura de impor a lei do aborto. A questão foi indicada

⁴⁷⁹ BRZEZIECKI Andrzej, FLAK Mateusz, “Zagwarantować zagwarantowane” (Garantir o garantido), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 5, 2.02.2003, [<http://www.tygodnik.com.pl/numer/279505/brzezieski.html>].

⁴⁸⁰ Ibidem

⁴⁸¹ Ibidem

⁴⁸² Tratado de Maastricht, Protocolo 17, in página da Internet do Parlamento polaco, [<http://biurose.sejm.gov.pl/teksty/i-573.htm>].

tanto por tradicionalistas como por liberais na Igreja Católica polaca. – Em Outubro de 2002, Malta candidatava-se à UE, seguindo a Irlanda.⁴⁸³ Enquanto em Dezembro na Cimeira em Copenhaga o vice-primeiro-ministro, Jarosław Kalinowski, negociava a dimensão das quotas leiteiras, os malteses garantiram “o protocolo do aborto” – escreveram, Andrzej Brzeziecki e Mateusz Flak, algumas semanas depois da Cimeira em Copenhaga, no semanário “Tygodnik Powszechny”.⁴⁸⁴

O protocolo defendido por Malta protegia a legislação interna desse país, contra a lei do aborto imposta pelo exterior, imitando o protocolo conquistado pela Irlanda em 1997 no Tratado de Amesterdão e referia: „Nada no Tratado da União Europeia, nem em tratados que estabelecem as Comunidades Europeias, nem em tratados ou outros documentos que modificam ou completam estes tratados, pode influenciar o uso de legislação nacional no território de Malta, no que diz respeito ao aborto.”⁴⁸⁵

Alguns dias depois do fim das negociações em Copenhaga, a hierarquia da Igreja Católica polaca chamou a atenção para o facto de não haver nenhuma garantia da UE em forma de declaração, de que a União Europeia não tentaria influenciar o regulamento interno no âmbito do aborto. Esta questão foi apresentada pelos bispos na sessão da Comissão Comum de Governo e Episcopado, que decorreu em Varsóvia no dia 20 de Janeiro 2003. Os representantes do bispado polaco apresentaram um apelo sobre a colocação num anexo da afirmação de que a República da Polónia aceitaria a superioridade da sua própria legislação sobre a legislação europeia no âmbito da defesa da vida desde a concepção até à morte natural, e também nas questões que dizem respeito à família e ao matrimónio, definido como a união entre uma mulher e um homem.⁴⁸⁶ Durante as negociações, os representantes do governo de Leszek Miller asseguraram que de facto não havia necessidade de preparar nenhuma declaração sobre o aborto.⁴⁸⁷

O encontro entre os representantes do governo e os membros da hierarquia da Igreja polacos, no quadro da questão do aborto, rapidamente encontrou a sua

⁴⁸³ “Maltańczycy opowiedzieli się za integracją z Unią Europejską” (Os malteses optaram pela integração na União Europeia), in página da Internet de UKIE, [<http://archiwum-ukie.polskawue.gov.pl>], 8.03.2003.

⁴⁸⁴ BRZEZIECKI, Andrzej, FLAK, Mateusz, “Zagwarantować zagwarantowane”.

⁴⁸⁵ Tratado de Maastricht...

⁴⁸⁶ KRZYSZKOWSKA, Renata, “Referendum życia” (O Referendo da vida), in “Przewodnik Katolicki”, n.º 7/2003, p. 3-7.

⁴⁸⁷ “Kościół chce deklaracji UE w sprawie aborcji, rząd nie” (A Igreja quer uma declaração da UE sobre o aborto, e o governo não), in “Gazeta Wyborcza”, [<http://wyborcza.pl/1,75248,1232369.html>], 23.12.2002.

continuação na comunicação social polaca. O arcebispo, Henryk Muszyński, numa entrevista feita ao diário “Rzeczpospolita” disse que “a Igreja Católica tem que exigir que no tratado de adesão polaco seja colocada uma cláusula especial, que confirme a legislação polaca em questão de defesa da vida e nas condições de admissão do aborto”. Na opinião do arcebispo de Gniezno a cláusula é necessária, porque na Polónia existe um grande perigo para a vida.⁴⁸⁸

Por outro lado, os representantes do partido da esquerda polaca, União do Trabalho (Unia Pracy), membro da coligação governamental, anunciavam que não deixam introduzir nenhuma declaração que trate da questão da defesa da concepção da vida. Marek Pol, o líder e ao mesmo tempo o vice-primeiro-ministro do governo, demonstrou a expectativa de que o gabinete de Leszek Miller não iria forçar este tipo de anexo. Izabela Jaruga-Nowacka, representante do governo para a igualdade entre homens e mulheres, manifestou-se também contra a cláusula relativa à questão do aborto. Estes sintomas de aversão à declaração apresentada pelos bispos polacos encontraram os seus comentários na hierarquia da Igreja polaca. O Primaz da Polónia, cardeal Józef Glemp, disse: – Este tipo de atitude era previsível. Criou-se uma situação de luta desnecessária – acrescentou o membro da hierarquia da Igreja.⁴⁸⁹

A atmosfera entre a parte governamental e os bispos era difícil e cada vez se tornava mais tensa por causa dos discursos de ambos lados. Finalmente, no dia 28 de Janeiro o governo polaco apresentou um documento acerca dos pedidos da Igreja Católica. Na sua declaração o governo informou que, “entende que nem o regulamento do tratado da União Europeia que constitui as comunidades europeias, nem as decisões dos tratados que os modificam ou completam, incomodam a República da Polónia na regulamentação das questões morais ou assuntos relativos à protecção da vida humana.”⁴⁹⁰

A posição apresentada pelo governo foi acolhida com satisfação pelo Primaz da Polónia. O cardeal Józef Glemp reconheceu esta opinião como um compromisso e apresentou o seu contentamento por ocasião deste gesto. O arcebispo de cidade de Gdańsk tinha uma opinião diferente sobre a atitude do governo. Segundo Tadeusz Gocłowski, a declaração do governo de Leszek Millera criava dúvidas no quadro

⁴⁸⁸ “Do Unii z ochroną życia. Rozmowa z arcybiskupem Henrykiem Muszyńskim” (A União com a defesa da vida. A conversa com o arcebispo Henryk Muszynski), in „Rzeczpospolita” 23.12.2002.

⁴⁸⁹ KRZYSZKOWSKA, Renata, “Referendum życia”.

⁴⁹⁰ “Mam Prawo” (Tenho direito), Boletim da Federação para as Mulheres e o Planeamento Familiar, n.º 2/2003, [www.federa.org.pl].

legislativo. O membro da hierarquia achou que não vale a pena apresentar qualquer declaração, mas um documento que proteja suficientemente os direitos da Polónia na União Europeia. Sugeriu que este documento devia dar prioridade à identidade nacional da cultura polaca. Além disso, o arcebispo Tadeusz Gocłowski disse também que, a declaração apresentada pelo governo era geral demais e não protegia a vida humana desde o início até à morte natural, nem definia claramente que a família resulta da união entre uma mulher e um homem, como está escrito na constituição polaca.⁴⁹¹

Entretanto, os especialistas tentaram acalmar o debate, indicando que é pouco provável uma futura intervenção da União Europeia para impor à Polónia uma nova lei do aborto. Referiram que a legislação europeia nada dizia em relação ao aborto e que em questões de cultura e moral na UE existia superioridade de regulamento dos países membros. – Na verdade, de vez em quando o Parlamento Europeu, no seguimento do pedido dos socialistas e organizações feministas, recomenda a legalização do aborto, mas as suas decisões não têm nenhum significado legislativo, mas só político – explicaram os publicistas do semanário católico-social “Tygodnik Powszechny”.⁴⁹²

A supremacia da legislação nacional sobre o regulamento comunitário da União Europeia podia ser mais importante também em outras questões controversas de ponto de vista moral, e assustadoras para uma parte da sociedade polaca, como a eutanásia, o casamento entre homossexuais, ou a legalização da prostituição. Então, teoricamente Bruxelas não impõe em nenhum dos países membros da União Europeia de que maneira agir nesta matéria, mas cada um dos estados-membros pode seguir a sua própria tradição legislativa e sensibilidade social.⁴⁹³ Apesar disto, os membros da hierarquia católica na Polónia e os representantes de partidos ligados ao pensamento democrata-cristão pediram garantias, apontado a Irlanda e Malta como os países que asseguraram os seus protocolos de aborto. Segundo Marek Jurek, o membro de parlamento da direita, sem uma clara declaração, semelhante ao documento maltês, existia uma possibilidade de futura pressão à Polónia por parte da União Europeia depois da adesão. Da mesma forma, o arcebispo liberal de Lublin Józef Życiński tinha medo que a falta de garantias pudesse no futuro prejudicar a Polónia. Dizia, que nunca se sabe, se este tipo de declaração pode ser útil. Observava, que uma cláusula pode servir também a adesão

⁴⁹¹ KRZYSZKOWSKA, Renata, “Referendum życia”.

⁴⁹² BRZEZIECKI, Andrzej, FLAK, Mateusz, “Zagwarantować zagwarantowane”.

⁴⁹³ URBANOWICZ-SYPIAŃSKA Aleksandra, “Czy Unia zagraża prawu do życia?” (Será que a UE ameaça o direito à vida?), in revista “Edukacja i dialog”, n.º 147/2003, página da Internet da revista: [http://www.eid.edu.pl/archiwum/2003,101/maj,189/czy_unia_zagraza_prawu_do_zycia,1455.html].

polaca ajudando a convencer eurocépticos, que depois da entrada na UE os valores principais não estejam em perigo.⁴⁹⁴

Apesar da União Europeia não ter competências no âmbito da questão do aborto, não existia nenhuma opinião comum nas instituições europeias neste assunto. Os apoiantes de garantias da protecção da vida desde a concepção no protocolo sobre o aborto, apontavam na decisão do Tribunal Europeu da Justiça que, na sua sentença no caso SPUC contra Grogan, feita em Setembro de 1991, foi reconhecido que o aborto podia ser um serviço no raciocínio do 60.º artigo do Tratado de Roma. Na sequência desta interpretação, a Irlanda, o país que tinha proibido o aborto, pediu um anexo ao protocolo do Tratado de Maastricht, para evitar no futuro qualquer possível questionamento da legislação nacional.⁴⁹⁵

Nos primeiros dias de 2003 os comentadores políticos polacos debateram intensamente a questão da falta de garantias em guardar a lei contra o aborto, na declaração final da Cimeira de Copenhaga. Alguns perguntavam “porque os negociadores polacos” não incluíram durante o encontro do Conselho da Europa na Dinamarca, os outros sugeriram que os representantes do governo socialista polaco “se esqueceu” propositadamente de debater a questão do aborto. Os jornalistas lembravam-se da posição pouco clara do primeiro-ministro, Leszek Miller, perante uma pergunta que lhe foi dirigida em Dezembro de 2002, designadamente se a Polónia iria seguir Malta e pedir em Copenhaga um anexo que garantisse a superioridade de lei nacional sobre o regulamento europeu, ao que o chefe do governo respondeu que o seu “governo não tem nenhuma posição neste caso”.⁴⁹⁶

Alguns publicistas observavam que o primeiro-ministro tanto antes da Cimeira em Copenhaga como depois, anunciava que nem antes do referendo europeu na Polónia nem depois, pretendia mudar a lei do aborto. Ao mesmo tempo pedia para não se tratar esta declaração como uma arma táctica que pudesse enganar a opinião pública ou os partidos políticos. Segundo Leszek Miller, esta opinião foi pensada de maneira muito intensa e baseada em fundamentos fortes. Apesar destas declarações, muitos especialistas achavam que a ansiedade numa parte da sociedade provocada pelo debate

⁴⁹⁴ BRZEZIECKI, Andrzej, FLAK, Mateusz, “Zagwarantować zagwarantowane”.

⁴⁹⁵ Judgment of the Court of 4 October 1991. “The Society for the Protection of Unborn Children Ireland Ltd v Stephen Grogan and others. Reference for a preliminary ruling: High Court - Ireland. Freedom to provide services - Prohibition on the distribution of information on clinics carrying out voluntary terminations of pregnancy in other Member States”. Case C-159/90. European Court reports 1991, Page I-04685.

⁴⁹⁶ “Kościół chce deklaracji UE w sprawie aborcji...”.

sobre o aborto, podia prejudicar o resultado do referendo europeu em Junho de 2003. Observavam que, embora tivesse ganho a opção pró adesão da Polónia à União Europeia, este assunto mal resolvido não satisfazia todos os polacos.⁴⁹⁷

Apesar dos esforços diplomáticos de Leszek Miller, tentando evitar a questão da liberalização da lei do aborto e a não associação deste assunto ao referendo europeu, o debate sobre o tema rebentou por causa dos seus colegas partidários. Alguns representantes de Partido Social Democrático Polaco (SLD) exigiram do primeiro-ministro um empenho maior na realização das promessas feitas antes das eleições parlamentares em 2001.⁴⁹⁸

Uma intervenção de Marek Dyduch, o secretário-geral de Partido Social-democrata (SLD) polaco, provocou grandes controvérsias na opinião pública polaca por ter anunciado que iriam mudar o regulamento do aborto, logo depois do referendo europeu.⁴⁹⁹ Numa entrevista ao diário “Rzeczpospolita” o representante do SLD disse revelar este plano antes de referendo europeu para que no futuro a Igreja Católica não se sentisse enganada. Marek Dyduch informou também que os partidos do governo – Partido SLD e União do Trabalho, tinham o projecto de avançar com a liberalização do aborto depois do referendo europeu. Entretanto, revelou que as propostas para a mudança legislativa iam ser apresentadas em nome da esquerda, pelo Senado do Parlamento polaco.

As preocupações da Igreja tinham a sua origem não só em factores exteriores, mas também na posição clara dos partidos da esquerda polaca em relação à questão do aborto. No seguimento da entrevista de Marek Dyduch, o arcebispo de Gniezno disse, que aquela posição traduz “um tratamento muito pragmático da União Europeia, Igreja e da lei que protege da vida. Numa entrevista do arcebispo Henryk Muszyński à Agência Católica de Informação o membro da hierarquia católica de Gniezno anunciou que no seguimento das ameaças de representantes da esquerda⁵⁰⁰, a Igreja ia exigir um anexo ao Tratado de Adesão, visando garantir a não violação do regulamento polaco que

⁴⁹⁷ KRZYSZKOWSKA, Renata, “Referendum życia”.

⁴⁹⁸ WIŚNIEWSKA, Agnieszka, “Będą momenty” (Haverá momentos), in „Krytyka Polityczna”, 30.09.2010, página da Internet da revista [http://www.krytykapolityczna.pl/AgnieszkaWisniewska/Bedamomenty/menuid-192.html?comment_id=17631&joscclean=1].

⁴⁹⁹ GÓRNY Grzegorz, „Powrót do aborcji” (Regresso ao aborto), in „Przewodnik Katolicki”, 24/2003, [http://www.przewodnik-katolicki.pl/nr/publicystyka/powrot_do_aborcji1.html].

⁵⁰⁰ OLEKSY Józef, “Z Bogiem czy bez Boga?” (Com Deus ou sem Deus), in „Trybuna”, 13.02.2003.

protege a vida. Na outra entrevista o arcebispo sublinhou que este tipo de documento é necessário, não só para a Irlanda e para Malta, mas também para a Polónia.⁵⁰¹

Também os representantes dos partidos da oposição de centro-direita, que faziam referência aos valores cristãos, consideraram inoportunos os apelos à modificação da lei do aborto na Polónia. Segundo Maciej Płażyński, o presidente do Clube dos Deputados da Plataforma Cívica (PO), o referendo não podia decidir sobre princípios morais. Sublinhou que para ele a mudança da lei não era aceitável, nem através de votação no parlamento, nem através de um referendo. Uma posição semelhante manteve também o conservador Marek Jurek, representante do Partido Lei e Justiça (PiS), dizendo que a organização do referendo sobre o aborto seria uma forma de linchamento de bebés ainda não nascidos.⁵⁰²

Os comentadores notaram que naquela altura houve uma mudança de posição dos bispos face ao documento sobre o aborto. Publicistas repararam no fortalecimento da convicção, da parte dos membros da hierarquia católica, de que o protocolo sobre o aborto era uma questão necessária. Lembraram que, enquanto o primeiro-ministro polaco, Leszek Miller, confirmava na Cimeira em Copenhaga que as questões principais de valores estavam e estariam resolvidas dentro da União Europeia pelos países membros, o mesmo dizia o presidente da Polónia, Aleksander Kwaśniewski (da esquerda), mas também o cardeal Józef Glemp. – O Primaz transformou a sua opinião em relação a este assunto. Acho que neste momento, o cardeal Glemp está convencido que a cláusula é necessária. – Entretanto, satisfaz-nos a declaração, apresentada por parte do primeiro-ministro. Portanto, achamos que, agora não há nenhuma dificuldades em juntá-la em forma de anexo ao Tratado de Adesão. Uma declaração verbal não tem a mesma importância que um texto – concluiu o arcebispo de Gdansk Tadeusz Gocłowski.⁵⁰³

De maneira parecida, outros bispos convenciam a opinião pública.⁵⁰⁴ O bispo Tadeusz Pieronek, outro importante representante de Conferência Episcopal da Polónia, achava que o anexo referente ao aborto era desejado pela sociedade polaca e representava a sua vontade. – O Senhor primeiro-ministro apresentou a sua opinião em seu próprio nome, em nome do governo, mas não da União Europeia. Reconhecemos

⁵⁰¹ “Kościół chce deklaracji UE w sprawie aborcji...”.

⁵⁰² KRZYSZKOWSKA, Renata, “Referendum życia”.

⁵⁰³ Ibidem

⁵⁰⁴ “Kościół w każdym zakamarku. Religia. Starcie Dyducha z Pieronkiem” (A Igreja em cada esquina. Religião. Confronto entre Dyduch e Pieronek), in „Trybuna”, 1.04.2003.

como verdadeiro tudo o que diz a União Europeia sobre cultura e moral, só às vezes podemos ter objecções às intervenções de alguns políticos europeus ou do Parlamento Europeu. (...). A União Europeia não devia intrometer-se em questões culturais e religiosas que existem desde há já muitos séculos – disse o bispo Tadeusz Pieronek.⁵⁰⁵

No seguimento da posição apresentada pelos bispos polacos, manifestando a convicção acerca da necessidade de garantir o anexo do Tratado de Adesão sobre a proibição do aborto, jornalistas e publicistas católicos juntaram-se a esta opinião, assim como vários activistas e políticos católicos, tanto da extrema-direita como dos partidos de centro-esquerda. Um exemplo disso foi Tadeusz Mazowiecki, o primeiro-ministro do primeiro governo pós comunista de 1989, que até Novembro de 2002 representava Partido Unia Wolności de centro-esquerda. Tadeusz Mazowiecki, naquela altura era também o presidente da Comissão de Integração Europeia no parlamento polaco, estava de acordo com a opinião de primeiro-ministro Leszek Miller, de que não havia nenhuma indicação de que a União Europeia forçaria a Polónia a liberalizar a lei do aborto. Apesar disto, Tadeusz Mazowiecki achava que era melhor de qualquer forma tomar uma atitude preventiva relativamente a esta possibilidade. – O facto de na Bélgica e Holanda ter sido aprovada a lei da eutanásia, é significativo. É necessário garantir a defesa perante este perigo. Contudo, na futura constituição europeia está previsto também um parágrafo sobre a possibilidade da eventual saída de estruturas da União Europeia – disse Tadeusz Mazowiecki.⁵⁰⁶

O primeiro chefe do governo da Polónia independente argumentou que o anexo com a proibição do aborto podia dissipar as preocupações da sociedade e afectar positivamente o resultado do referendo sobre a integração europeia.⁵⁰⁷

Finalmente tornou-se claro que o sentimento de desconfiança revelado pelos bispos e políticos polacos da direita era justificado. No dia 9 de Abril de 2003 o Parlamento Europeu, em resposta a anteriores declarações de alguns países candidatos à UE, incluindo Malta, adoptou a posição, que rejeitou “as tentativas de enfraquecer pelos governos dos países candidatos os valores relativos à igualdade entre homens e mulheres, e em particular a Carta das Liberdades Fundamentais”. O documento afirmava que o Parlamento Europeu estava a favor da proibição da discriminação,

⁵⁰⁵ BRZEZIECKI Andrzej, FLAK Mateusz, “Zagwarantować zagwarantowane”.

⁵⁰⁶ Ibidem

⁵⁰⁷ Ibidem

através da colocação das cláusulas que diziam respeito à moralidade nos anexos ao Tratado de Adesão.

Os maiores obstáculos ao anexo não foram as resoluções do Parlamento Europeu, nem os protestos de feministas, mas que o Episcopado polaco expressou as suas objecções já depois da Cimeira de Copenhaga, após o prazo.⁵⁰⁸ Na opinião de alguns políticos, se a Polónia reagisse depressa e apresentasse, tal como Malta, a introdução de um aditamento, não seria difícil nem seriam exigidas negociações especiais. O arcebispo de Gdansk não concordava com esta posição, observando que a Igreja Católica da Polónia não esteve representada na conferência do Conselho Europeu de 12-13 de Dezembro de 2002 e não teve um impacto real sobre o resultado final da conferência dinamarquesa. – Tivemos a oportunidade de articular o nosso pedido só durante a reunião da Comissão. Além disso, eu não entendo porque não haveria problema apontar o assunto há um ano e meio atrás, e há um problema agora, quando o Tratado de Adesão ainda não existe? – perguntou o arcebispo Tadeusz Gocłowski.⁵⁰⁹

Os membros da hierarquia católica e os colunistas polacos chamaram a atenção, no entanto, para a culpa parcial do governo de Leszek Miller de desconsiderar o aborto durante a conferência em Copenhaga. O bispo Tadeusz Pieronek lamentou que a questão do protocolo do aborto tenha sido apresentada apenas quatro meses antes do referendo sobre a Europa. Entretanto, ele duvidava que a posição da representação polaca neste âmbito fosse suficientemente forte e estivesse formalizada.⁵¹⁰

Segundo alguns especialistas, a lentidão do governo na prestação de uma garantia de mudança da lei do aborto na Polónia, podia ter a sua raiz no desejo do governo de Leszek Miller esperar até passar um problema difícil. Por outro lado foi levantada a questão, que determinada atitude da Igreja exigiu que o governo polaco tomasse a sua posição. A foi manifestada algumas semanas depois, nos pressupostos da política externa para o ano de 2003. O ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polónia, Włodzimierz Cimoszewicz, disse naquela altura que a cláusula iria acalmar à opinião pública e iria “garantir o garantido”.⁵¹¹

Nos últimos dias de Janeiro de 2003, o primeiro-ministro Leszek Miller, após a consulta à liderança do SLD, disse que “as conversações estão sendo realizadas com a

⁵⁰⁸ KRZYSZKOWSKA, Renata, “Referendum życia”.

⁵⁰⁹ BRZEZIECKI, Andrzej, FLAK, Mateusz, “Zagwarantować zagwarantowane”.

⁵¹⁰ Ibidem

⁵¹¹ Discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia, Włodzimierz Cimoszewicz, sobre os princípios da política externa do país em 2003, in Arquivo de Ministério dos Negócios Estrangeiros, [www.ms.gov.pl].

União Europeia sobre o Tratado de Adesão no sentido de juntar uma declaração de soberania polaca em matéria de valores, de cultura e de defesa da vida”.⁵¹²

Apesar do diálogo avançado entre a Igreja e o governo polaco no âmbito do protocolo de aborto, foi visível que a hierarquia católica não acreditava plenamente nas promessas das autoridades do Estado. Alguns com uma certa desconfiança olhavam para os partidos do governo esquerdista pensando que o ambiente de tranquilidade servia só para acalmar a sociedade polaca antes do referendo europeu. Suspeitavam que depois deste acto eleitoral os políticos da esquerda iriam votar a favor da alteração do regulamento relativo ao aborto. Alguns observavam existência da possibilidade de que os social-democratas e membros do Partido União do Trabalho (Unia Pracy – UP), mantendo a maioria no parlamento polaco, tentarão no futuro mudar a lei do aborto. Desta maneira os partidos do governo de esquerda podiam de modo soberano decidir sobre o aborto, sem o perigo de a UE influenciar esta mudança.⁵¹³

Alguns publicistas católicos⁵¹⁴ foram cépticos, apontando que, embora o primeiro-ministro Leszek Miller tenha dito que na Polónia “não há condições para a alteração da lei do anti-aborto”, esta intervenção não foi bem acolhida pelos líderes do partido de coligação. Representantes da União do Trabalho não escondiam a sua indignação por causa da cláusula, que na opinião deles ia congelar a lei actual.⁵¹⁵

No entanto, a Polónia seguiu o caminho de Malta, que em Dezembro de 2002, durante as negociações de adesão em Copenhaga recebeu um registro anti-aborto. No final de Janeiro de 2003 uma fonte próximo do governo polaco confirmou que a Polónia quer adicionar ao Tratado de Adesão uma declaração unilateral sobre o aborto e as questões morais.⁵¹⁶

No dia 28 de Janeiro de 2003, Michal Tober, porta-voz do governo de Leszek Miller, disse, durante uma conferência de imprensa sobre o envio de uma declaração a Bruxelas, que o documento tinha o seguinte texto: “O Governo da República da Polónia entende que nada no Tratado da União Europeia, que institui a Comunidade Europeia, bem como nos tratados que modificam ou completam o Tratado, poderá interferir na regulação de casos da República da Polónia de senso moral e relativas à protecção da

⁵¹² BRZEZIECKI, Andrzej, FLAK, Mateusz, “Zagwarantowac zagwarantowane”.

⁵¹³ Ibidem

⁵¹⁴ LUTER, Andrzej, “Zatruta atmosfera”, in “Rzeczpospolita”, 02.04.2003, [<http://archiwum.rp.pl/artykul/428915-Zatruta-atmosfera.html>].

⁵¹⁵ BRZEZIECKI, Andrzej, FLAK, Mateusz, “Zagwarantowac zagwarantowane”.

⁵¹⁶ PAWLICKI, Jacek, “W traktacie akcesyjnym znajdzie się polska deklaracja w sprawie aborcji” (No tratado de adesão haverá a declaração polaca sobre aborto), in “Gazeta Wyborcza, 24.01.2003.

vida humana". O membro do governo destacou, durante o encontro com jornalistas, que o tal documento significa a realização das garantias, que iriam impedir a indução em erro dos polacos, e sugerindo que “a integração na UE poderia afectar a legislação polaca no domínio da moral, da cultura e da protecção da vida”.⁵¹⁷

A inclusão no Tratado de Adesão da Polónia da declaração da supremacia da lei polaca sobre a protecção da vida, terminou no final de 2002 e início 2003 o debate político e social sobre o aborto. Na opinião dos apoiantes da legislação, garantiu-a a manutenção da proibição do aborto após a entrada na União Europeia, independentemente do sentido em que a UE iria desenvolver a lei nesta área. Por outro lado, os oponentes e cépticos argumentavam que a declaração unilateral do Estado polaco não era necessária, porque a União Europeia não pretendia impor nada à Polónia.

João Paulo também respondeu às tentativas de introduzir na legislação polaca o aborto com base na lei europeia. Na exortação sobre a Europa publicada em 2003 o Papa sugeriu que os católicos deviam exigir das instituições europeias a protecção da vida.⁵¹⁸

Depois de um acordo para assinar o Tratado de Adesão pelo Parlamento Europeu, obtido no dia 9 de Abril de 2003, algum tempo depois, no dia 14 de Abril, o Conselho da União Europeia aceitou as propostas da adesão. No dia 16 de Abril, foi assinado em Atenas o Tratado de Adesão da Polónia à União Europeia. Foi anexado ao documento também a declaração contra o aborto chamado oficialmente “Declaração de Governo da República da Polónia no que diz respeito à moralidade pública”. O texto previa que no raciocínio do governo polaco nenhum dos tratados da UE constitui um obstáculo ao processo de regulamento das questões de moral e no que respeita à vida humana, incluindo-se aí essencialmente as questões do aborto, a eutanásia e o consentimento para o casamento de homossexuais.

⁵¹⁷ PSZCZÓŁKOWSKA Dominika, “Deklaracja do traktatu z UE: Sami ochronimy życie” (A declaração do tratado com a UE: Defenderemos a vida sozinhos), in “Gazeta Wyborcza”, [www.gazeta.pl], 28.01.2003.

⁵¹⁸ João Paulo II escreveu na exortação sobre a Europa: O alvo das instituições europeias é a defesa dos direitos do ser humano. Cumprindo esta tarefa elas servem para construir uma Europa de valores e de direito. Os padres de Sínodo dirigiram-se aos responsáveis da Europa com um apelo: „Levantem os vozes quando são pisados os direitos dos seres humanos, das minorias e dos povos, começando desde o direito de liberdade religiosa; prestem atenção especialmente a tudo o que diz respeito à vida humana desde a concepção até à morte natural e à família baseada no matrimónio, pois estes são fundamentos da nossa casa europeia comum [...] segundo os princípios da justiça e iguais direitos para todos, e em espírito de uma grande solidariedade com os que enfrentam problemas ligados ao fenómeno crescente da migração, para que se tornem a fonte de uma nova energia para o futuro do continente; não parem com os esforços para garantir às gerações jovens um futuro digno do ser humano através do trabalho, da participação na cultura, e a educação para valores éticos e espirituais”.

Em Atenas, a Polónia fez mais duas declarações. A primeira foi a “Declaração do Governo da República da Polónia para a competitividade da produção polaca de certas frutas”. O documento afirmava que a Polónia previa a possibilidade de haver dificuldades neste sector, e anunciava a possibilidade da aplicação de uma cláusula de salvaguarda. A última declaração que a Polónia juntou ao Tratado de Adesão foi a “declaração do Governo da República da Polónia sobre a interpretação da negação das exigências definidas na directiva 2001/81/WE e na directiva 2001/83/WE” ⁵¹⁹, que tratam respectivamente dos tectos máximos nacionais de emissão de certos poluentes atmosféricos e do código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano.

⁵¹⁹ O Tratado da Adesão da República da Polónia à União Europeia, in Dziennik Ustaw n.º 90, 30.04.2004.

CAPÍTULO 6. A IGREJA CATÓLICA POLACA NO PERÍODO DO REFERENDO (2003)

A) AS ACÇÕES DE FORMAÇÃO SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

No período antes do referendo na Polónia foi visível um maior empenho dos apoiantes e oponentes da adesão à União Europeia. Os membros da hierarquia da Igreja Católica juntaram-se às acções organizadas para aumentar a consciência dos fiéis sobre esta questão. Oficialmente os bispos polacos não tomaram parte de nenhum lado do debate europeu, mas o seu apoio apesar de ser silencioso foi também sistemático e com a aproximação da data do referendo cada vez mais concreto. Assim, multiplicaram-se as iniciativas oficiais, bem como as não oficiais, dos membros da Conferência Episcopal da Polónia. Apesar de inúmeros anúncios dirigidos pelos bispos polacos que anunciavam a sua distância em popularizar a promoção de uma das opções do referendo europeu, em várias dioceses da Polónia foram realizadas acções de sensibilização das comunidades locais. Os representantes da hierarquia da Igreja Católica, muitas vezes apoiavam a organização de simpósios e congressos científicos, ou simplesmente uma discussão sobre a integração europeia com a participação dos membros dos círculos políticos e académicos. Alguns bispos apesar de darem o seu apoio também participavam nestes eventos. Um dos que teve um papel activo no âmbito da promoção da ideia da Europa comum, foi o arcebispo de Lublin Jozef Zycinski. Este membro da hierarquia da Igreja várias vezes na sua diocese animou formações e debates com o intuito de elevar a consciência da sociedade local sobre a integração europeia. O arcebispo – reconhecido como um simpatizante da integração europeia – ele próprio, encorajava os católicos da sua diocese à participação nestes eventos, sabendo das dificuldades económicas e sociais desta região do país.⁵²⁰

Além de um arcebispo que dava o seu apoio à adesão polaca à União Europeia, a cidade de Lublin tinha também a Universidade Católica de Lublin onde foram realizados diversas reuniões sobre a integração europeia. Neste sítio onde Karol Wojtyła

⁵²⁰

Lublin e o território da Voivódia de Lublin, era uma região com um elevado nível do desemprego no período antes do referendo europeu. Além disso, nesta zona rural eram visíveis os medos dos agricultores locais acerca do seu futuro depois da adesão polaca à União Europeia.

foi professor universitário, houve um intenso debate sobre o futuro da República da Polónia, especialmente nos meses antes do referendo europeu. Ali foram organizadas conferências no domínio da adaptação da legislação polaca com a legislação europeia, ou mesmo a situação da Polónia, no contexto da ecologia no âmbito da adesão à UE. A Faculdade de Direito, Direito Canónico e de Administração da Universidade Católica de Lublin esteve extremamente activa neste quadro.⁵²¹ O seu representante, o padre professor Józef Krukowski⁵²², um dos maiores especialistas polacos em relações Estado-Igreja, realizou inúmeras palestras sobre a integração europeia, tanto na Universidade Católica em Lublin como em outras universidades polacas, incluindo palestras, por exemplo: “Os cristãos e a futura Constituição da União Europeia”, “A União Europeia e a sua relação com a religião”, “A protecção do direito de viver no projecto da futura Constituição Europeia”.

A Universidade do cardeal Stefan Wyszyński em Varsóvia foi uma outra entidade académica de perfil católico que participou activamente na promoção de debates sobre a integração europeia.⁵²³ Nesta universidade foram organizadas também conferências sobre a possível adesão da Polónia à União Europeia.⁵²⁴

Além das universidades católicas de Lublin e de Varsóvia, a Academia Papal de Teologia de Cracóvia revelou também uma grande actividade na área da formação sobre a integração europeia.⁵²⁵ Desde 2001 esta Academia começou a organizar, em colaboração com outras instituições, incluindo a Fundação Luxemburguesa de Robert Schuman, e a Fundação de Konrad Adenauer, uma conferência anual onde foram levantadas várias questões sobre a integração europeia. Os seus objectivos foram

⁵²¹ Uma destas conferências foi o seminário “Eurosceptycy i euroentuzjaści, czyli różne spojrzenia na proces integracji Polski z Unią Europejską.” (Os euroscepticos e os euroentusiastas, ou seja, os vários olhares sobre o processo da integração da Polónia na UE). O evento foi organizado em 26.10.2002 conjuntamente pela Faculdade de Direito europeu da KUL (Katolicki Uniwersytet Lubelski) e a KAAD (Katholischer Akademischer Ausländer-Dienst).

⁵²² O Professor Józef Krukowski é padre católico de KUL e um dos maiores especialistas polacos em relações jurídicas entre o Estado e a Igreja.

⁵²³ No dia 11.12.2002 o Dr. Maciej Rudnicki da KUL fez uma palestra sobre as condicionantes jurídicas e económicas da Polónia. O evento decorreu durante a conferência organizada pela Faculdade de Filosofia, Ecologia e Bioética da Universidade de Kardynal Stefan Wyszyński em Varsóvia (UKSW). Um outro acontecimento importante foi a criação alguns meses antes de um núcleo científico que tinha como missão promover o debate sobre a integração europeia.

⁵²⁴ Um dos eventos importantes foi a conferência “Europejskie wyzwania” (Desafios europeus), realizado no dia 24.11.2001 na UKSW.

⁵²⁵ Actualmente esta instituição funciona como a Universidade Papal de João Paulo II em Cracóvia.

tentativas de demonstração de aspectos contemporâneos na relação entre a Igreja e a União Europeia.⁵²⁶

A conferência organizada entre 13 e 14 de Setembro de 2002 em Przegorzały da Cracóvia, teve um grande impacto na actividade da Igreja Católica na Polónia no quadro da formação europeia. O evento foi intitulado “Modernização e fé. O papel da Igreja Católica no processo de integração europeia”. Os participantes da conferência, entre os quais muitos membros da hierarquia da Igreja Católica polaca, apelaram a que não se temesse o processo de integração polaca com a União Europeia. Os participantes reunidos no simpósio diziam que a Polónia por causa da adesão às estruturas europeias iria receber não só benefícios económicos, mas também ter a oportunidade de reforçar – e não enfraquecer, como alguns especulavam – a sua identidade, e trazer para a Europa valores específicos. O bispo Tadeusz Pieronek, que participou na conferência, disse que o remédio para o medo irracional é o conhecimento, e anunciou imitar brevemente a publicação de materiais do simpósio. Ele informou que esta publicação será enviada a todos os párocos, acrescentando que o sucesso desta acção de informação, no entanto, ia depender, entre outros do empenho da hierarquia da Igreja Católica da Polónia. O bispo Tadeusz Pieronek admitiu que tal empenho não é “provavelmente o melhor”. Para a conferência organizada pela Academia Pontifícia de Teologia de Cracóvia foram convidados todos os padres polacos e bispos – mas a vontade de participar nela relatou apenas cinquenta padres, e chegaram só dois bispos.⁵²⁷

O encontro em Cracóvia reuniu não só representantes da Igreja Católica da Polónia, mas também vinte especialistas em ciência política, os próprios políticos e teólogos. Na plateia assistiram padres e freiras – para quem de facto a conferência foi dedicada – mas também ex-primeiros-ministros, Tadeusz Mazowiecki e Jerzy Buzek, e representantes da diplomacia polaca como o principal negociador polaco nas negociações com a UE, Jan Kułakowski e Władysław Bartoszewski, ex-ministro dos negócios estrangeiros da República da Polónia. A hierarquia da Igreja polaca foi representada pelo bispo Tadeusz Pieronek, principal organizador da conferência, o arcebispo Henryk Muszyński, moderador do debate e também pelos bispos Damián Zimoń e Jan Tyrawa. O cardeal de Cracóvia, Franciszek Macharski, reuniu-se com os

⁵²⁶ Em 2001 o tema principal da conferência foi o lema “A consciência da identidade europeia” (“Świadomość tożsamości europejskiej”), e no ano 2002 “A modernização e a fé” (“Modernizacja i wiara”).

⁵²⁷ SPORNIAK Artur, STRZAŁKA Jan, “Europy nie trzeba się bać” (Não há que ter medo da Europa), in “Tygodnik Powszechny” n.º 38, 22.09.2002.

participantes da conferência durante um jantar oferecido pelas autoridades de Cracóvia. Em Przegorzały houve também dois representantes do Vaticano: o nuncio apostólico na Polónia o arcebispo Józef Kowalczyk, e o arcebispo Jean-Louis Tauran, o secretário para as relações com a Santa Sé. O arcebispo francês apresentou em Cracóvia uma palestra sobre o envolvimento da Santa Sé no processo de integração europeia. O enviado especial do Papa também transmitiu aos participantes do simpósio uma saudação e a bênção de João Paulo II.⁵²⁸

Sem dúvida que na conferência em Cracóvia não estiveram representados eurocépticos da Igreja, mas o evento reuniu os representantes da hierarquia católica, que demonstravam uma atitude pró-europeia. A voz dos bispos polacos teve o apoio de outros oradores, que sublinhavam que a Europa unida não é apenas um projecto político e desenvolvimento económico. Eles apontaram que a União Europeia já desde há algum tempo era vista como uma estrutura espiritual, baseada em valores cristãos.⁵²⁹ Os participantes da conferência chamaram a atenção para o facto de que apesar de existirem controvérsias e uma certa discórdia relacionada ao *Invocatio Dei* no projecto da constituição europeia, a questão de espiritualidade da União Europeia é muito importante.⁵³⁰

O padre católico Remigiusz Sobanski, advogado e teólogo da Universidade da Silésia, que também participou na conferência salientou que a União Europeia não é um projecto acabado. Acrescentou, que a UE, da mesma forma como no passado, hoje está determinada pela política e pela economia, por isso actualmente não é apenas a elite a discutir sobre a sua face espiritual e cultural. O padre Sobanski lembrou que o Ocidente está a contar com um novo espírito, que vai ser entregue à UE pelos países candidatos. Tanto ele, quanto os outros participantes do debate salientaram que o exemplo positivo da integração é a nação católica da Irlanda. Remigiusz Sobanski lembrou que o dinheiro da UE, tem desenvolvido ali várias iniciativas culturais interessantes, incluindo a recuperação de línguas gaélicas. O padre professor Remigiusz Sobanski disse que os católicos polacos não se devem preocupar com o seu futuro. Ele afirmou que a UE espera que a Igreja polaca adopte uma posição de ética e se envolva numa discussão sobre o futuro do continente europeu. A sua declaração foi apoiada pelos hóspedes de

⁵²⁸ Ibidem

⁵²⁹ De maneira parecida falou a antiga presidente de Banco Nacional da Polónia, Hanna Gronkiewicz-Waltz. Segundo ela um aspecto importante da integração foi o factor não material. Durante o seu discurso em Cracóvia Gronkiewicz-Waltz apontou que o Ocidente Europeu podia ganhar vantagens espirituais do alargamento da União Europeia.

⁵³⁰ SPORNIAK Artur, STRZAŁKA Jan, “Europy nie trzeba...”.

Bruxelas e Estrasburgo, convidados a participar no simpósio organizado pela Academia Pontifícia de Teologia de Cracóvia. O padre Remigiusz Sobanski alegou ter medo da integração da Polónia na União Europeia só atinge aqueles que não confiam na força dos seus valores. – A integração europeia não é o abandono do seu património cultural, tradição e experiência, mas dar a contribuição do seu próprio património para uma estrutura comum. O respeito pela identidade de cada Estado-Membro da União Europeia é uma característica importante, mas se alguém sente medo, então isto significa que certamente não confia nos seus padrões culturais, éticos e sociais – disse o representante do clero polaco.⁵³¹

Outro membro da hierarquia da Igreja Católica representou também a posição pró-europeia em Cracóvia. O padre Noel Treaner, secretário-geral da COMECE chamou a atenção para as conquistas contemporâneas, que a República da Polónia católica poderia partilhar com a União Europeia. Como exemplo, deu uma oportunidade de usar nos debates sobre a Constituição Europeia a versão polaca de *Invocatio Dei* baseada no preâmbulo da Constituição polaca de 1997.

Na opinião de especialistas, um argumento forte para suportar o debate com uma forte atitude pró-europeia do Vaticano para o projecto da integração polaca na União Europeia, foi a presença do enviado especial do Papa João Paulo II na conferência em Cracóvia. Os comentadores de “*Tygodnik Powszechny*” assinalaram que a chegada do arcebispo Jean-Louis Tauran foi um acento eloquente e importante da Santa Sé, para apoiar os esforços de adesão da Polónia à UE. – Nem sempre o chefe do Vaticano, o arcebispo da diplomacia Tauran visita a Polónia. A sua presença na conferência de Cracóvia constituiu um claro incentivo para superar seus medos da União. Mas será que este sinal tão forte de apoio da Santa Sé para as aspirações polacas irá silenciar os assobios barulhentos dos eurocépticos católicos?⁵³² – perguntaram no semanário “*Tygodnik Powszechny*” Artur Sporniak e Jan Strzałka.⁵³³

Os representantes da Igreja polaca que organizaram a conferência em Cracóvia, convidaram também representantes da Comissão Europeia para o evento. No simpósio participou entretanto Franz Fischler, o Comissário da Agricultura da UE, que admitiu

⁵³¹ Discurso do padre Remigiusz Sobanski durante a conferência intitulada „Modernizacja i wiara. Rola Kościoła katolickiego w procesie integracji europejskiej” (Modernização e fé. O papel da Igreja Católica no processo de integração europeia). O evento foi organizado entre 13 e 14 de Setembro de 2002 em Cracóvia.

⁵³² O discurso de comissário europeu Franz Fischler foi assobiado no Parlamento polaco.

⁵³³ SPORNIAK Artur, STRZĄŁKA Jan, “Europy nie trzeba...”.

compreender as preocupações dos eurocépticos polacos e representantes de algumas comunidades, mas encorajou a superação dos seus medos.⁵³⁴

Organizado no Outono de 2002 em Cracóvia, o Simpósio Internacional intitulado “A modernização e fé. O papel da Igreja Católica no processo de integração europeia” não foi o único evento apoiado pela hierarquia católica polaca. Debates e conferências sobre a integração da República da Polónia à União Europeia foram organizados e por vezes até mesmo nos seminários sacerdotais. Um dos exemplos foi o simpósio realizado no Seminário Major Sacerdotal da Diocese de Gorzów-Zielona Góra, em Paradyż. Os participantes do evento discutiram em Outubro de 2002 temas ligados à questão da adesão polaca às estruturas europeias.

Com algumas excepções, os representantes da alta hierarquia da Igreja Católica não participavam no apoio a nenhuma das partes, tendo a sua actividade neste domínio se revelado algumas semanas antes do referendo Europeu. O Congresso de Gniezno (Zjazd Gnieznienski) foi uma das plataformas de diálogo organizado por iniciativa dos líderes da Conferência Episcopal da Polónia, em Março de 2003.

As acusações mútuas lançadas por eurocépticos e euroentusiastas sobre a má interpretação de palavras de João Paulo II fazem parte da etapa final do debate público sobre a integração europeia na Polónia. Nos meios de comunicação social tornou-se mais forte nos dias antes do referendo decisivo sobre o alargamento das estruturas da União Europeia. Ainda na primeira semana de Junho de 2003, na imprensa católica continuava a aparecer uma troca de argumentos “a favor” e “contra” a adesão da República da Polónia à UE. Apesar de algumas excepções⁵³⁵, representantes da alta hierarquia da Igreja Católica não participaram na campanha aberta promovendo uma das opções. A sua actividade neste quadro revelou-se só algumas semanas antes do referendo, na Primavera de 2003. Embora os bispos católicos polacos não pudessem tornar pública a sua opção, e chamar os fiéis a votar a favor ou contra a adesão, é impossível subestimar o papel do Episcopado polaco no debate sobre a integração europeia. Foi utilizada a grande autoridade e influência da Igreja na ocasião da implementação de iniciativas organizadas nas várias dioceses do país. Alguns até tinham um estatuto internacional, e foram abertamente apoiados pelos bispos da Polónia. O exemplo mais evidente e com maior feedback entre os católicos polacos foi o IV

⁵³⁴ Ibidem

⁵³⁵ PYLAK Bolesław, “W imię prawdy”, in “Nasz Dziennik”, 29.05.2003, [http://www.naszawitryna.pl/europa_821.html].

Congresso de Gniezno, uma reunião chamada “Quo vadis, Europa”, que teve lugar nos dias 15 e 16 de Março de 2003. O evento foi organizado indirectamente pelo Episcopado polaco através do Fórum de Santo Adalberto (Fundacja Swietego Wojciecha) e pela Agência de Informação Católica (KAI), vinculada aos bispos, criada por ocasião da vinda do Papa a Gniezno em 1997. O seu chefe-editor, Marcin Przeciszewski, antes do início do debate no congresso definiu a natureza do evento, que na verdade tinha a intenção de formar a opinião dos leigos católicos sobre a integração europeia. Durante as sessões do encontro em Gniezno, várias vezes foi sublinhada a posição favorável de João Paulo II em relação à adesão da Polónia às estruturas europeias. O responsável pela KAI explicou que o alvo da conferência não era convencer ninguém, mas apresentar as ideias do Papa sobre o processo de integração no continente europeu. – Este encontro não é um congresso onde nós em conjunto vamos tomar decisões, se vamos votar a favor ou contra a Europa – explicou o representante da KAI. – Este é um congresso de associações e movimentos católicos polacos que acreditam ter algo a dizer à Europa. A nossa responsabilidade não deve ser limitada apenas à nossa identidade nacional, porque nós também somos responsáveis pela identidade da Europa. Acerca disso o Papa já fala desde há alguns anos. E parece que muitas vezes não queremos ouvir – observou Marcin Przeciszewski.⁵³⁶

Chegaram a Gniezno, a primeira capital polaca, mais de 500 representantes de 200 organizações católicas e movimentos de todo o país para debater sobre a questão da unificação da Europa. Este número foi significativo, dado que raramente em congressos católicos na Polónia o assunto da integração europeia reunia um tão largo espectro de participantes: apoiantes da adesão, indecisos e cépticos, e até os declarados adversários da União Europeia. De facto, o evento organizado pelo Fórum de Santo Adalberto e a KAI, foi realmente a primeira reflexão de maior escala sobre o lugar da Europa na Igreja Católica polaca.⁵³⁷

A maioria dos participantes do Congresso em Gniezno eram animadores de dinâmicas organizações religiosas, ou seja, líderes locais de opinião, mais credíveis dentro das suas comunidades do que as publicidades pró-europeias lançadas pelo governo nos meios de comunicação social. Na opinião de Marcin Witan, editor na Redacção Católica da Rádio Polaco, a reunião organizada em Gniezno teve uma grande importância na perspectiva do referendo, porque os participantes faziam nas suas

⁵³⁶

KRYSA Piotr, “Quo vadis...”.

⁵³⁷

Ibidem

paróquias parte de grupos activos de católicos polacos. – Quando disserem às outras pessoas o que aconteceu em Gniezno, podem influenciar as convicções de um grupo enorme de católicos passivos, que são uma maioria. Por causa disto podem decidir como votar no referendo – disse a jornalista da rádio pública polaca.⁵³⁸

Por sua vez, na opinião de Marek Zajac do semanário “Tygodnik Powszechny” o Congresso de Gniezno quebrou o estereótipo de conferências europeias, onde geralmente ocorre um processo de “convenção dos convencidos” – Por outro lado, a conferência quebrou também a barreira de um guetto de informação, onde a maioria dos católicos mais distantes em relação à União Europeia formam as suas opiniões através dos meios de comunicação social ligados ao padre Tadeusz Rydzyk ou a uma peregrinação de deputados da Liga das Famílias Polacas pelos salões paroquiais da Polónia – escreveu o colunista de “Tygodnik Powszechny”.⁵³⁹

De facto o Congresso em Gniezno foi um bom sítio onde fiéis católicos cépticos em relação à adesão da Polónia à União Europeia puderam apresentar as suas preocupações face à hierarquia da Igreja Católica. No evento participou não apenas o arcebispo de Gniezno, Henryk Muszynski, mas também estiveram: o cardeal Lubomyr Husar de Lviv, o Primaz da Polónia, cardeal Józef Glemp, o arcebispo Stanislaw Gadecki de Poznan, o arcebispo de Lublin, Józef Zycinski, bem como o bispo luterano Tadeusz Szurman. O Congresso foi marcado também pela presença do presidente da Comissão Episcopal da Comunidade Europeia, Josef Homeyer, e contou com a presença de políticos polacos e europeus, entre os quais: o ex-primeiro-ministro da República da Polónia, Józef Oleksy, Danuta Hübner, Edmund Wittbrodt⁵⁴⁰, o ministro para os Assuntos Europeus de Itália, Rocco Buttiglione, Michael Weninger, o conselheiro do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, para um diálogo com as comunidades religiosas, Elmar Brok, o chefe da Delegação do Partido Popular Europeu à Convenção Europeia, o Presidente das facções europeias do Partido Popular, Hans-Gert Poettering, o antigo primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orban, bem como Jan Kulakowski,

⁵³⁸ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁵³⁹ Ibidem

⁵⁴⁰ Edmund Wittbrodt (1947-) foi Ministro da Educação no governo de Jerzy Buzek entre 2000 e 2001. Ligado à Plataforma Cívica (PO).

Maciej Plazynski⁵⁴¹, Marek Jurek e intelectuais como Jerzy Kłoczowski⁵⁴², o padre Andrzej Szostek⁵⁴³ e Piotr Cywinski⁵⁴⁴.

Por causa da variedade de participantes do Congresso de Gniezno, o evento foi uma fonte de informações sobre o clima predominante entre os católicos polacos em vésperas do referendo europeu, dada informação representativa e muito valiosa. O cardeal Józef Glemp no seu discurso falou acerca dos medos dos católicos polacos. Na introdução à conferência o Primaz da Polónia indicou a diferença entre os social-democratas de países ex-comunistas, “criados em Marx”, e os seus “parentes” ideológicos do Ocidente, “criados no Plano de Marshall”. O cardeal da Varsóvia observou que, vários cidadãos polacos-crentes sentem o incómodo de a União Europeia introduzir no seu país um governo de esquerda. Józef Glemp acrescentou que acredita que muitos católicos polacos aceitam provavelmente mais facilmente declarações sobre os benefícios da integração europeia feitas por um primeiro-ministro da direita do que o actual chefe do governo – Leszek Miller.⁵⁴⁵ A observação do cardeal de Varsóvia encontrou resposta do ex-primeiro-ministro Jozef Oleksy, membro do Partido Social-democrata. O político assegurou que o seu partido funciona dentro da família social-democrata europeia, e às vezes preocupa-se com a questão dos valores até mais do que os social-democratas do Ocidente.⁵⁴⁶

Além dos representantes da esquerda polaca, na Conferência em Gniezno apareceram também representantes dos dois principais partidos da oposição: Direito e Justiça (Prawo i Sprawiedliwosc - PiS) e da Plataforma Cívica (Platforma Obywatelska - PO). O político do PO, Maciej Plazynski, sublinhou a necessidade da actividade dos polacos na esfera da identidade nacional. Observou também que no caso do seu possível desaparecimento no futuro a culpa tem que ser assumida pela sociedade polaca.

Por sua vez, Artur Zawisza, membro do Partido Lei e Justiça (PiS), dos irmãos Kaczynski, classificou as pessoas que escolhiam o “não” ou o “sim” de “eurofóbicos” e “eurófilos”, respectivamente. Descreveu ambos os grupos como de indivíduos

⁵⁴¹ Maciej Plazynski (1958-2010) um dos fundadores do partido liberal Plataforma Cívica (PO). Entre 1997 e 2001 foi Presidente de Sejm. Morreu na catástrofe do avião presidencial em Smolensk.

⁵⁴² Jerzy Kłoczowski (1924-) historiador polaco, professor de ciências humanas.

⁵⁴³ Andrzej Szostek (1945-) padre católico, professor de filosofia e reitor da Universidade Católica de Lublin entre 1998 e 2004.

⁵⁴⁴ Piotr Cywinski (1972-) historiador, director do Clube dos Intelectuais Católicos em Varsóvia entre 2000 e 2010.

⁵⁴⁵ O governo de Leszek Miller perdeu credibilidade na sociedade polaca por causa de vários casos de corrupção descobertos em grupos próximos de SLD e pessoas próximas do primeiro-ministro.

⁵⁴⁶ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

extremistas e hipersensíveis. O deputado do Partido PiS, apesar de estar próximo das convicções eurocépticas, no seu discurso em Gniezno surpreendeu o público com a sua abertura à possibilidade da adesão polaca às estruturas da União Europeia. Artur Zawisza tratava este organismo como uma realidade tanto com oportunidades como com riscos, apontando para a oportunidade da participação da Polónia no “império europeum”, construído “diante dos nossos olhos”. Segundo o deputado do Partido Lei e Justiça, a entrada da Polónia na UE podia permitir ao seu país participar na tomada de decisões da política mundial.⁵⁴⁷

Os políticos presentes no IV Congresso de Gniezno também falaram sobre a possibilidade de uma possível perda de soberania por parte da Polónia na sequência da integração europeia. O professor Zdzisław Najder⁵⁴⁸, antigo director da secção polaca da Rádio Europa Livre (Radio Free Europe), discordou com este argumento, observando que a adesão da República da Polónia à União Europeia não significa a perda da independência. Na sua opinião, a identidade polaca faz parte da identidade europeia. – Não existe uma cultura europeia fora das culturas das nações da Europa, e a Europa só existe através da cultura dos vários povos. De mesma maneira não há língua europeia, há apenas uma família comum de línguas europeias – explicou o ex-membro da oposição polaca no período do comunismo. Zbigniew Najder também enfatizou que a Europa e a União Europeia baseiam-se na diversidade cultural, e as instituições da UE, que promovem essa diversidade, tentam apoiá-la.⁵⁴⁹

Em Gniezno, Hans-Gert Pottering – o líder dos democratas-cristãos no Parlamento Europeu, tranquilizou também relativamente às preocupações acerca da perda de soberania. O seu discurso foi principalmente uma resposta negativa à comparação da União Europeia com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, feita na Conferência. Segundo o político alemão, aquilo que distingue a União Europeia do império soviético, é o princípio da comunidade, o que significa a cooperação dos Estados-Membros, e com respeito as suas diferenças. – Isto é essencial para que a União Europeia não se tornava apenas uma comunidade inter-governamental, e ainda não foi governada apenas por três ou quatro estados – disse o presidente do Partido Popular Europeu. Hans-Gert Pottering também assegurou que as actividades dos democrata-cristãos na Europa também são considerados muito importantes para proteger a vida

⁵⁴⁷ KRYSA Piotr, “Quo vadis...”.

⁵⁴⁸ Zdzisław Najder (1930-), jornalista e membro da oposição democrática. Na década de 80 foi o director da secção polaca da Radio Free Europe.

⁵⁴⁹ KRYSA Piotr, “Quo vadis...”.

humana, apontamento para os limites que a medicina não devia atravessar e a questão da protecção das pessoas em todas as fases da sua vida. - Gostaríamos de chamar a nós a Europa dos valores, mas isto só será possível quando estivermos em solidariedade com os países relativamente mais pobres da Europa Central – sublinhou o político alemão.⁵⁵⁰

Viktor Orban, ex-primeiro-ministro da Hungria, ligado ao movimento eurocéptico de direita “Fidesz”, tendo também participado no debate sobre o futuro da Europa, em Gniezno, interveio dizendo que um político cristão deve colocar a verdade acima do sucesso eleitoral. Viktor Orban observou que a verdade está fora de questão e devia ser respeitada, mas nem sempre é apoiada pela maioria política. O antigo chefe do governo húngaro expressou também forte oposição ao relativismo, e como antídoto introduziu o cristianismo. – O futuro dos nossos filhos depende de nós e dos nossos esforços de manter esses valores e algumas formas de expressão política, ou os nossos oponentes vão tentar juntos apresentar o cristianismo como um mundo retrógrado, alienado, nacionalista, clerical ou oposto às conquistas contemporâneas – observou Viktor Orban.⁵⁵¹

Outro participante estrangeiro presente durante a Conferência em Gniezno, Michael Weninger, conselheiro do presidente da Comissão Europeia, responsável pelos contactos com as igrejas e as comunidades religiosas, indicou que a discussão sobre a soberania das nações devia basear-se nas semelhanças. Observou que todos os europeus têm uma herança espiritual e religiosa comum, simbolizada pelos três locais: Jerusalém, de onde vem a religião cristã, Atenas, o lugar do nascimento da democracia e Roma, o berço do direito. O político observou que esta base deve servir na construção de uma Europa comum. Michael Weninger lembrou que a Polónia tem sido sempre parte da Europa, observando que a actual UE não é idêntica à Europa. Sublinhou que o seu alargamento significa a europeização da União Europeia para esta se tornar uma Europa unida. O conselheiro de presidente da Comissão Europeia viu também um lugar importante nas futuras estruturas europeias. – Não sei se a Polónia precisa da Europa, mas sei que a Europa precisa da Polónia. A União Europeia espera dos polacos solidariedade, lealdade, e que mantenham os seus valores. Temos que construir juntos a política da UE e ser responsáveis por ela. A UE convida a Polónia, porque o processo de integração precisa da Polónia e dos polacos com a sua identidade. Esperamos que os polacos permaneçam nela firmemente e lhe entreguem uma parte da cultura polaca, e

⁵⁵⁰ Ibidem
⁵⁵¹ Ibidem

tudo o que a distingue das outras nações – disse aos participantes do IV Congresso de Gniezno, Michael Weninger.

O professor Rocco Butiglione, filósofo e político italiano, tentou também convencer os leigos católicos polacos a votar "sim" no referendo à integração da Polónia na União Europeia. Este ministro dos Assuntos Europeus de Itália, considerado como um conservador, salientou na Conferência em Gniezno que, em cada geração existe uma luta entre o bem e o mal. Observou que em cada geração a Europa luta pela presença dos valores cristãos no Velho Continente. Butiglione advertiu que seria errado pensar que a Polónia poderia sozinha manter estes princípios, sublinhando que a Polónia pode ajudar a Europa a encontrar a sua identidade cristã. O político acrescentou que a Europa Ocidental não está tão estragada como por vezes parece.⁵⁵²

O Congresso de Gniezno foi uma oportunidade para os líderes do Episcopado polaco mostrarem aos leigos, bem representados na conferência, os seus pontos de vista. Os bispos polacos, que participaram no evento, representaram a opção pró-europeia⁵⁵³, destacando que as religiões, especialmente as igrejas, ocupam um lugar secundário na União Europeia. Observaram que, apesar disso, no entanto, elas trazem os princípios básicos, tais como a família, a defesa da vida, o casamento como a união entre homem e mulher.⁵⁵⁴

Foi apresentada durante a homilia da missa celebrada no final do primeiro dia do Congresso de Gniezno uma opinião interessante sobre a integração europeia. O Primaz da Polónia, Józef Glemp, observou que a reflexão de pessoas de fé sobre o futuro da Europa se justifica, pois no passado o continente foi o palco de guerras e grande sofrimento. O cardeal de Varsóvia ressaltou, no entanto, que os crentes gostariam que Deus lhes mostrasse o objectivo da Europa, e também o caminho para a dignidade humana, para a paz e para o bem. Considerando a grande questão da conferência “Quo vadis, Europa?” o Primaz apontou que a resposta a esta pergunta está colocada na “descoberta da vontade de Deus e na confiança nele.” O cardeal Glemp observou que é preciso olhar para o futuro com “humildade, sem medo e com a coragem que vem da fé”. – Se Deus nos envia para as pessoas menos fiéis, pobres, necessitadas, devemos

⁵⁵² KRYSA Piotr, “Quo vadis...”.

⁵⁵³ Os membros da hierarquia católica polaca apoiaram plenamente a ideia da adesão da Polónia à União Europeia. O Cardeal Józef Glemp, bem como os Arcebispos Józef Życiński de Lublin, Stanisław Gondecki de Poznań e Henryk Muszyński de Gniezno, faziam parte deste grupo.

⁵⁵⁴ Discurso de Cardeal Józef Glemp no IV Congresso de Gniezno, in página da Internet do Arquivo de Congressos de Gniezno, [<http://old.zjazd.eu/teksty/?year=2003>], 15.03.2003.

fazer a sua vontade. Vamos caminhar com confiança por este caminho, que o próprio Deus nos indica – disse o Primaz da Polónia.⁵⁵⁵

Um dos principais representantes do Episcopado polaco argumentou que a integração europeia é um jogo de interesses, e não é um motivado pelo amor de alguém por outro país. Lembrou também que o actual processo de unificação europeia não tem nada a ver com a reunificação do continente que decorreu há mil anos atrás, quando o sentido religioso da sociedade desempenhou um papel mais importante, que entretanto, com o tempo foi destruído. O Primaz Glemp acreditava no renascimento do espírito da Europa. Observou que a União Europeia é frequentemente comparada com um clube, para o qual candidatos podem ser convidados com base em critérios políticos e económicos, enquanto as questões religiosas são empurradas para o fundo. cardeal Józef Glemp ressaltou, no entanto, que as coisas espirituais vão voltar de ter um lugar importante porque a fé tem as suas consequências na vida social. De acordo com o membro da hierarquia de Varsóvia, a unificação devia ser composta por dois processos distintos – um económico, na base da União Europeia e outro, no plano da integração espiritual da Europa. Glemp expressou também a sua convicção de que a religião, e especialmente as Igrejas, não estão confortáveis com a administração da UE alargada, mas que ela dá a garantia dos princípios fundamentais como a vida matrimonial baseada nas leis da natureza, a na família, ou seja, uma comunidade de educação de futuros cidadãos.⁵⁵⁶

Em Gniezno, também o arcebispo Jozef Zycinski tentou acalmar os cépticos da integração europeia. O ordinário da diocese de Lublin admitiu que – “o alargamento da Europa não é apenas um piquenique, e a Europa não é o paraíso, mas também apelou aos participantes do debate a rejeitar o medo face à integração europeia”. O membro da hierarquia referiu-se ao Novo Testamento evocando a figura de São Paulo, e pedindo aos católicos a coragem para ir aos “Corinthians contemporâneos”. O arcebispo de Lublin lembrou, que Paulo foi o primeiro apóstolo que foi de uma aldeia da Galileia para a Europa, acreditando que através da graça de Cristo é capaz de transformar a cultura grega e romana. Na opinião de Józef Zycinski, em vez de temer a Europa é melhor repetir São Paulo que disse que “nada nos pode afastar de Deus.” O arcebispo de

⁵⁵⁵

Ibidem

⁵⁵⁶

KRYSA Piotr, “Quo vadis...”.

Lublin declarou muito claramente a sua posição sobre a integração europeia – “uma alternativa à integração é escapar para a ilusão”.⁵⁵⁷

Outro participante do IV Congresso de Gniezno – o arcebispo de Poznan, Stanislaw Gadecki, usou argumentos baseados na Bíblia. – O membro da Conferência Episcopal polaca disse que o Evangelho não cede a quaisquer condições e que não há nada a temer em questão de valores. O arcebispo Gadecki garantiu que mais cedo ou mais tarde, sob a lei do pêndulo, a Europa irá retornar aos valores espirituais, incluindo a isto o que traz o cristianismo.

Os membros da hierarquia da Igreja Católica polaca foram em Gniezno apoiados pelo Bispo Josef Homayer⁵⁵⁸, o presidente da Comissão de Conferências Episcopais da Comunidade Europeia (COMECE). Na sua opinião os elementos mais importantes da Comunidade Europeia foram: o conceito cristão da dignidade humana, de liberdade e da historicidade. O convidado observou que actualmente a Europa está estabelecida especialmente na economia, na segurança social e segurança exterior. – Mas os processos que decorrem no Mundo e na Europa mostram que não são suficientes para a unificação – disse o membro da hierarquia católica alemã.⁵⁵⁹

O bispo Josef Homeyer compartilhou o seu conhecimento sobre os processos ocorridos no Ocidente com os participantes da convenção em Gniezno. Na sua opinião, os maiores desafios foram: a globalização, a migração, a perda de solidariedade social e o enfraquecimento da autoridade das instituições internacionais. – O primado do mercado livre significa que os trabalhadores alemães estão lutando por ordens contra os trabalhadores japoneses. Isso resulta em uma perda de solidariedade laboral. Outra coisa alarmante é a crise demográfica na Alemanha, desagregação dos laços familiares – disse o bispo.⁵⁶⁰

Josef Homeyer falando sobre uma comunidade lembrou sondagens, que revelam que hoje em dia os alemães ainda se sentem alemães e os dinamarqueses como dinamarqueses, mas não como europeus. Segundo o Bispo, isso acontece porque as duas guerras mundiais destruíram o sentido de identidade europeia que agora é muito pequena, e até mesmo inexistente. Na sua opinião, a reconstrução dessa identidade é o maior desafio de pessoas que moldam o novo rosto da Europa. Homayer comentou

⁵⁵⁷ Ibidem

⁵⁵⁸ Josef Homeyer, bispo alemão, presidente da Comissão de Conferências Episcopais da Comunidade Europeia (COMECE).

⁵⁵⁹ KRYSA Piotr, “Quo vadis...”.

⁵⁶⁰ Ibidem

também que a ideia formulada pelo Papa João Paulo II, que fala da europeização da Europa, nomeadamente a descoberta das verdadeiras raízes de nosso continente. Simultaneamente o bispo alemão mencionou em Gniezno três elementos dessa identidade. O mais importante, segundo ele, é a dignidade humana baseada no facto de que é dada por Deus. – Com essa concepção humanista da dignidade retiram-se direitos, como por exemplo, a protecção da vida humana desde a concepção até a morte natural, ou a oposição contra a eutanásia – disse o Bispo Josef Homayer durante o Congresso.

O bispo alemão referiu durante o seu discurso o segundo elemento da dignidade humana, ou seja, a liberdade. Segundo Homayer, o conceito cristão de liberdade baseia-se na verdade sobre Deus, enquanto a Europa avança para uma abordagem individualista, como uma reacção à tentativa de coletivização da liberdade. A Igreja está longe de qualquer forma da colectivização, mas considera que é necessário lembrar à Europa o conceito comunitário de liberdade – explicou o Bispo Homayer, no IV Congresso de Gniezno.

O terceiro elemento da comunidade, segundo o convidado, foi a atitude da historicidade dos europeus, que se reflecte nas suas demonstrações de São Tomas de Aquino sobre “a fé, que apela à razão.” O bispo Josef Homayer desenvolveu esta ideia, explicando que a Igreja não rejeita as ideias do Iluminismo, aprecia o valor da razão, mas estipula que não pode ser baseada apenas sobre ele, excluindo a fé. No entanto, admite, que o abandono da razão levou no passado à criação de mitos nacionais e da falsificação da história. - Se tivéssemos uma estratégia claramente definida, a identidade europeia comum, então isso levaria a divergências sobre o Iraque ou o comportamento irritante de alguns líderes da União Europeia para os novos membros – observou o bispo alemão.⁵⁶¹

Vários participantes no congresso falaram sobre a necessidade de basear a Europa unida na espiritualidade. Alguns especialistas leigos referiram a oportunidade de construir uma Europa do Espírito, a qual o arcebispo de Poznan mencionou também no seu discurso. Jerzy Kłoczowski, historiador da Universidade Católica de Lublin disse que a Europa em busca da sua identidade devia referir-se à Idade Média, quando o elemento unificador para as nações europeias era o Cristianismo. Segundo o professor, esta unidade tinha sido minada no século XVIII, quando o Estado e as razões de Estado se tornaram os elementos primordiais no lugar do papado, e a sua destruição se

⁵⁶¹

Ibidem

completou na idade das guerras fratricidas, que muitas vezes foram provocadas pelo nacionalismo agressivo. O especialista avisou também os apoiantes de slogans como “A Polónia para os polacos” e defendeu a tese de que o país se deveria unir na construção da Europa e não reduzir o seu papel a fazer um gueto.⁵⁶²

A Conferência “Quo vadis, Europa”, despertou as emoções mais fortes em relação aos assuntos associados à protecção da vida humana. O presidente da Federação Polaca dos Movimentos Pro-Life, Pawel Wosicki criticou o governo por aceitar a “declaração de valores” demasiado geral e unilateral que acabaria por ser incluída no Tratado de Adesão. Em resposta a esta questão, falaram o arcebispo de Gniezno, Henryk Muszynski, o ex-primeiro-ministro, Jozef Oleksy e a ministra, Danuta Hübner. Graças aos seus discursos foram descobertos pormenores das negociações entre o governo, o Parlamento e a Conferência Episcopal da Polónia, no quadro da preparação desta Declaração. Os participantes do debate informaram que o conteúdo do documento ainda pode ser alterado através do trabalho da Comissão Europeia e da Comissão da Cultura. Referindo-se ao debate sobre o documento anti-aborto, os membros de movimentos pró-vida organizaram em Gniezno uma conferência de imprensa, durante a qual ameaçaram que sem a aceitação da fórmula da declaração postulada por eles iriam pedir um voto contra a União Europeia antes do referendo.

Neste debate emocional sobre a declaração anti-aborto também falou Michael Weninger⁵⁶³, que apelou aos movimentos polacos pró-vida ao voto a favor da adesão à União Europeia. Durante o seu discurso, sublinhou que na Europa Ocidental há muitas pessoas que sobre a protecção da vida têm opiniões parecidas com as dos activistas polacos. Michael Weninger observou que sem o apoio dos polacos, a voz dos activistas da Europa de Oeste seria mais fraca.⁵⁶⁴

Durante o encontro dos católicos em Gniezno foram também apresentadas preocupações da parte conservadora da sociedade polaca em relação à descristianização da lei. De facto, este assunto ligado à questão dos valores fundamentais da Europa comum, despertou os mais quentes debates entre os participantes desta conferência na antiga capital polaca. Durante o Congresso, o deputado Marek Jurek do Partido Lei e Justiça explicou que os opositores da adesão da Polónia à União Europeia não querem

⁵⁶² Discurso do professor Jerzy Kłoczowski no IV Congresso de Gniezno, in página da Internet de Arquivo de Congressos de Gniezno, [<http://old.zjazd.eu/teksty/?year=2003>], 16.03.2003.

⁵⁶³ Michael Weninger (1951-), diplomata austríaco, entre 2001 e 2004 foi conselheiro do presidente da Comissão Europeia no âmbito do diálogo com Igrejas e religiões. Após a morte da sua mulher tornou-se padre em 2011.

⁵⁶⁴ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

limitar a sua negação à integração europeia apenas para aos medos e ansiedades. O político polaco ressaltou que os cristãos têm o dever de formar as instituições públicas segundo o espírito do Evangelho. Acrescentou, que além disso, no debate sobre o futuro da Europa é preciso dizer a verdade. Apontou que a descristianização do direito na União Europeia se revela pelo facto de que no Tratado de Amesterdão a homossexualidade foi reconhecida de maneira igual à vida familiar.⁵⁶⁵

A opinião de Marek Jurek foi apoiada por muitos representantes activos dos movimentos polacos pró-vida durante o Congresso de Gniezno. O presidente da Federação Polaca de Movimentos Pró-Vida apresentou duas exigências dirigidas ao governo polaco e ao Parlamento Europeu.⁵⁶⁶ O primeiro dizia respeito a um documento extra que podia ser vinculado ao Tratado de Adesão onde havia a garantia da protecção da vida desde a concepção até à morte natural e o direito de família como a união entre homem e mulher. O segundo continha uma chamada para a retirada da resolução do Parlamento Europeu de 3 de Julho de 2002.⁵⁶⁷ Numa conferência de imprensa realizada em Gniezno onde se falou sobre as questões da moralidade, os defensores da vida ameaçaram que sem declaração bilateral do governo sobre este assunto iriam apoiar a opção eurocéptica, e pedir à sociedade polaca o voto contra a União Europeia.

Presente no congresso em Gniezno, o deputado do Partido Social-Democrata polaco (SLD), Jozef Oleksy, membro da Convenção Europeia, minimizou a importância das resoluções do Parlamento Europeu. Reconheceu a resolução do Parlamento Europeu de 3 de Julho de 2002, como um abuso de algumas facções no parlamento da União Europeia. O ex-primeiro-ministro polaco observou que tais declarações não têm força coerciva na Polónia, ou seja, não podem de modo algum substituir a lei polaca. Além disso, os membros polacos da Convenção Europeia propuseram a inclusão no preâmbulo da futura Constituição Europeia uma referência a Deus parecida com a que está na Constituição polaca. O ex-primeiro-ministro polaco salientou que foi por inspiração da delegação polaca que os trabalhos da Convenção sobre a Constituição da UE, anteriormente dominados por economia, expandiram-se por uma parte significativa da axiologia.⁵⁶⁸

⁵⁶⁵ Discurso de Marek Jurek no IV Congresso de Gniezno, in serviço de notícias da KAI, 16.03.2003, [<http://ekai.pl/wydarzenia/x4436/ouo-vadis-europo-zakonczyl-sie-zjazd-gnieznienski/>].

⁵⁶⁶ KRYSA Piotr, “Quo vadis...”.

⁵⁶⁷ European Parliament resolution on sexual and reproductive health and rights (2001/2128 (INI)), 3.07.2002, [<http://eur-lex.europa.eu>].

⁵⁶⁸ Discurso de Józef Oleksy no IV Congresso de Gniezno, in serviço de notícias da KAI, 16.03.2003, [<http://ekai.pl/wydarzenia/x4436/ouo-vadis-europo-zakonczyl-sie-zjazd-gnieznienski/>].

O IV Congresso de Gniezno foi assistido por muitos representantes das associações e movimentos católicos polacos e católicos leigos. Eles representavam as duas opiniões sobre a integração europeia: a favor e contra. Ewa Jurewicz, de Varsóvia, membro da Cruzada de Libertação Humana⁵⁶⁹ avaliou o evento positivamente. – O Congresso aprovou uma série de observações importantes, explicando as questões ligadas à integração económica, social e espiritual. Ainda bem que durante o encontro estiveram representados círculos tão diferentes. Graças a esta reunião foi possível uma troca de opiniões e espero que depois da saída de Gniezno, muitos participantes estejam convencidos a incentivar outras pessoas a votar a favor da integração europeia.⁵⁷⁰ – disse Ewa Jurewicz logo após o anúncio de encerramento do IV Congresso de Gniezno, o qual finalizou com o documento intitulado “Mensagem para a Europa”.⁵⁷¹

Mas nem todos os participantes do encontro em Gniezno se deixaram convencer com apelos de euroentusiastas a votar a favor da adesão da Polónia à União Europeia. – Vim a Gniezno com a certeza que no referendo vou votar contra a integração na União. Mesmo depois de ouvir todos estes argumentos no Congresso, vou votar contra. Mas durante o debate reparei na diferença entre o domínio do espírito e o domínio económico e político. Entendo o dilema que provavelmente se aplica a muitos polacos, que gostariam de dizer “sim” à Europa unida em espírito, mas não vêem lugar para a Polónia na esfera da economia⁵⁷² – observou Władysława Czyż, membro da Acção Católica.⁵⁷³

Em resumo do IV Congresso de Gniezno, a maioria de publicistas católicos receberam com satisfação o facto de que, o evento provou que na Polónia é possível o diálogo entre adversários e apoiantes da União Europeia. Marek Zajac, e como observou o colunista do semanário “Tygodnik Powszechny”, em Gniezno ninguém temia expressar claramente a sua intenção de voto, mas todos procuraram justificar a sua

⁵⁶⁹ A Cruzada de Libertação Humana é uma organização católica de ajuda aos alcoólicos na luta contra o vício.

⁵⁷⁰ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁵⁷¹ “Przesłanie uczestników Kongresu Gnieźnieńskiego do Polaków, Europejczyków, władz jednoczącej się Europy, chrześcijan i ludzi dobrej woli” (Mensagem dos participantes do Congresso de Gniezno aos polacos, europeus e dirigentes da Europa que se está a unir, aos cristãos e homens da boa vontade), in “Tygodnik Powszechny”, n.º12, 23.03.2003, [<http://www.tygodnik.com.pl/numer/tp/przeslanie-kongres.html>].

⁵⁷² ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁵⁷³ A Acção Católica polaca nunca publicou o seu comunicado oficial mostrando a sua posição a favor ou contra a adesão da Polónia à União Europeia.

decisão o mais racionalmente possível. – A Igreja Católica foi um excelente moderador da discussão – notou Marek Zajac.⁵⁷⁴

Marcin Przeciszewski, o presidente da Agência Católica da Informação (KAI), também falou de maneira positiva sobre o encontro de Gniezno. Segundo o jornalista e comentador polaco, o evento iria influenciar positivamente o clima na Igreja polaca antes do referendo europeu. Przeciszewski observou que é necessário que os polacos saíam do círculo de discussão sobre a questão se o verdadeiro católico devia ser contra ou a favor da União Europeia, mas deviam entender o assunto. – A Polónia permanece na Europa e é neste continente um país com uma religiosidade muito viva. Acho que chegou o momento para uma grande mudança na consciência católica polaca – a necessidade de abrir olhos ao facto que nós sermos responsáveis pela identidade religiosa não apenas da Polónia, mas especialmente da Europa. Temos que tomar conta desta responsabilidade sobre o futuro do continente. Este congresso seria para nos preparar para dar o testemunho na Europa – disse o presidente da Agência Católica da Informação.⁵⁷⁵

A preparação do debate público em Gniezno sobre a integração europeia mostrou que a questão do referendo envolve não apenas os membros da hierarquia da Igreja Católica, mas também leigos e membros de diversas associações e movimentos religiosos. E apesar do arcebispo de Gniezno, Henryk Muszynski, ter notado que o IV Congresso de Gniezno, foi inteiramente feito com o trabalho de leigos polacos, de facto, os representantes da Conferência Episcopal da Polónia, como a instituição-mãe, que orienta os leigos católicos, tiveram um grande papel na organização e na selecção dos convidados.⁵⁷⁶

A internacionalização e capacidade de levar personalidades de várias áreas à participação no debate sobre a integração europeia, foram um sucesso inquestionável dos organizadores da Conferência de Gniezno. O simpósio reuniu conhecidos representantes da vida pública, entre eles os membros polacos da Convenção Europeia, os representantes do Parlamento Europeu, o clero, representantes da política, cultura, ciência e arte da Polónia e Europa. Na opinião do arcebispo Henryk Muszynski de Gniezno, foi notável após o evento de que o alargamento da União Europeia precisa de

⁵⁷⁴ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁵⁷⁵ Ibidem

⁵⁷⁶ Esta iniciativa não podia ser realizada sem o apoio da Conferência Episcopal da Polónia. Já o facto do Primaz da Polónia abrir a sessão inaugural do congresso revelou a posição dos bispos polacos como anfitriões do evento.

se adaptar às novas necessidades, mas também de estabelecer uma nova ordem e repensar os objectivos, tarefas, bem como definir os valores sobre os quais irá assentar a construção da Europa. – Neste contexto, também se falou sobre a necessidade de reconstruir a sua identidade, que consiste na dignidade humana, liberdade e um compromisso com a sua própria história. Durante várias reuniões e debates foram colocadas as questões sobre o lugar e a tarefa da Polónia e dos polacos na União Europeia e as oportunidades e riscos que estão associados a este evento histórico. Os participantes pensavam também de que maneira inspirar as pessoas, especialmente os jovens, a assumir a responsabilidade para a forma espiritual e religiosa da comunidade polaca dentro da comunidade das nações europeias – resumiu o arcebispo Henryk Muszynski.⁵⁷⁷

Numa mensagem dirigida no final do simpósio aos “polacos, europeus, autoridades da Europa unida, os cristãos e pessoas de boa vontade”, os participantes do encontro de Gniezno escreveram entre outras coisas: “No limiar de uma nova Europa não podemos deixar de valorizar a vida e testemunho cristão.” Também apelaram à inclusão no preâmbulo da futura Constituição europeia, de uma nota sobre a herança religiosa da Europa, as garantias na legislação da União Europeia sobre a vida humana desde a concepção até à morte natural, e o cancelamento da resolução da UE que incentivou os candidatos à introdução do aborto a pedido.⁵⁷⁸

Os participantes da reunião em Gniezno estavam bem conscientes de que o Papa João Paulo II foi informado sobre a organização deste evento e no final do simpósio publicaram um telegrama conjunto ao Santo Padre. Deixaram ali uma mensagem, de que não têm medo da Europa, e compreendem e assumem uma missão importante, que é “a oração e a reflexão sobre o futuro rosto do continente, da sua identidade, cultura e espiritualidade”.⁵⁷⁹

No entanto, o sucesso do IV Congresso de Gniezno foi parcial. Na primeira capital da Dinastia Piast, não apareceram no debate sobre a integração europeia muito cépticos e religiosos que costumavam criticar publicamente os esforços de adesão da Polónia à UE, tais como o padre Tadeusz Rydzyk. Assim, faltou neste único fórum

⁵⁷⁷ MUSZYŃSKI Henryk, “V Zjazd Gnieźnieński” (V Congresso de Gniezno), in página da Internet de Opoka.pl, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/Z/ZW/5zjazd_gnieznienski_abphm.html], 30.05.2004.

⁵⁷⁸ Ibidem

⁵⁷⁹ MUSZYŃSKI Henryk, “V Zjazd...”.

comum da Igreja Católica polaca a pessoa muito importante para o debate sobre o futuro da República da Polónia.

As iniciativas favoráveis ao processo de integração europeia surgiram não apenas da inspiração dos bispos polacos, mas também do Papa. Um dos eventos mais importantes para o apoio dado pela Santa Sé ao processo de integração europeia foi a oração dos jovens europeus com o Papa, realizada quase dois meses antes do referendo europeu na Polónia. João Paulo II, no final do VI Dia Europeu dos Estudantes, organizado em Roma no dia 15 de Março de 2003 rezou por intenção da Europa unida. A oração com os jovens criou mais uma oportunidade do Papa polaco apresentar a sua posição sobre o processo da unificação das estruturas da Europa. Também neste evento, a Santa Sé recebeu o apoio dos irmãos da Comunidade Ecuménica de Taizé e dos seus voluntários na preparação da oração com o Papa.⁵⁸⁰

No dia 15 de Março de 2003, o Papa João Paulo II durante o encontro com os jovens europeus reunidos no auditório do Vaticano de Paulo, encorajava os estudantes a livrarem-se dos medos acerca do futuro da integração do continente. – Os jovens podem e devem participar na construção de uma nova Europa, contribuindo com as suas aspirações e ideais, estudos e trabalho, criatividade e uma entrega generosa – disse o Papa aos estudantes que participam na vigília de oração em Roma.⁵⁸¹

O principal organizador do Dia Europeu dos Estudantes era o Conselho das Conferências Episcopais Europeias (CCEE) em colaboração com o Comité Europeu dos Capelães Académicos e com o Bureau da Capelania Académica do Vicariato de Roma. O lema do dia foi traduzido nas palavras: “O amor intelectual – a alma de uma nova Europa em comunhão com os seus santos padroeiros”. O encontro do Papa com os estudantes em Roma, foi transmitido via satélite às outras partes da Europa onde rezavam estudantes, como: em Bratislava, em Colónia, em Fátima, em Uppsala e em Viena, bem como na Igreja da Colegiada de Santa Ana em Cracóvia.⁵⁸² No dia 15 de Março de 2003, o Papa João Paulo II rezou com os jovens o terço em frente do ícone de Maria “Sedes Sapientiae”, e após o encontro, os jovens foram em procissão para a Igreja

⁵⁸⁰ Alguns jovens polacos que no final dos anos 80 acompanhavam a Comunidade de Taizé tinham um importante papel no processo de negociações para a adesão da Polónia às estruturas da NATO. Um deles foi Mariusz Handzlik, o futuro Ministro de Negócios Estrangeiros da Chancelaria de Presidente da República da Polónia entre 2008 e 2010.

⁵⁸¹ O discurso de João Paulo II no dia 15.03.2003 por ocasião de I Dia Europeu de Mundo Académico, in página de Diocese de Wloclawek, [<http://web.diecezja.wloclawek.pl/da/przesJPiI.html>], 20.03.2003.

⁵⁸² “Kronika religijna” (Crónica religiosa), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 12 (2802), 23.03.2003, p. 2.

de Sant'Ivo alla Sapienza. Nesta ocasião, disse João Paulo II aos jovens europeus – Confio-vos esta noite o desejo o que realmente tenho no coração: para que as jovens gerações sejam fiéis aos nobres e morais princípios espirituais que historicamente têm sido a inspiração para os pais de uma Europa unida”.⁵⁸³

No final do encontro com a juventude cristã João Paulo II saudou as novas tecnologias. Assistindo ao vídeo-wall, no auditório Paulo VI, o Papa disse: - Esta televisão é uma grande instituição. Por exemplo, enquanto estou aqui em Roma, nesta sala posso ver a igreja da Santa Anna em Cracóvia! Esta igreja eu conheço muito bem. (...) Podemos dizer novamente: a televisão é uma instituição abençoada!”⁵⁸⁴

A hierarquia da Igreja Católica polaca tentou usar não apenas novas tecnologias, mas também convencer outras igrejas cristãs à uma acção comum a favor da integração europeia. Segundo alguns analistas, uma carta conjunta escrita pelos bispos das igrejas cristãs na Polónia podia ter uma forte influência sobre a posição polaca em relação ao referendo europeu. Esperava-se que a carta da unidade pudesse ocorrer na Primavera de 2003, e dar um apoio à iniciativa do conselho editorial do semanário “Tygodnik Powszechny”.⁵⁸⁵

No entanto, nem todas as tradições cristãs na Polónia gostavam da ideia de uma carta dirigida aos fiéis sobre a integração europeia. Os membros da hierarquia da Igreja Ortodoxa já antes tinham anunciado que não iriam emitir nenhuma declaração sobre o referendo.⁵⁸⁶ Eles apelaram às práticas do passado. – Esta é a tradição que falará apenas sobre questões directamente relacionadas com teologia – explicava o padre Jan Kojło, director da rádio “Orthodoxia” da diocese ortodoxa de Bialystok-Gdansk, no semanário “Tygodnik Powszechny”. A posição dos bispos da União Ortodoxa, no entanto, é simples: - A Igreja Ortodoxa tenta enfatizar a liberdade de consciência e de escolha. E não é contra a integração, porque vê pela experiência de outros países, nomeadamente em termos do estatuto jurídico, a situação da Igreja Ortodoxa na Finlândia melhorou após a entrada do país na União Europeia – explicava o padre Jan Kojło.⁵⁸⁷ Pouco antes do referendo, a Igreja Luterana da Polónia não dirigiu uma carta aos seus

⁵⁸³ O discurso de João Paulo II no dia 15.03.2003 por ocasião de I Dia Europeu de Mundo Académico.

⁵⁸⁴ Ibidem

⁵⁸⁵ ZAJĄC Marek, “Quo vadis?...”.

⁵⁸⁶ A Igreja Autocefala Polaca, conhecida como a Igreja Ortodoxa Polaca, é a segunda maior Igreja na Polónia. Têm meio milhão membros, que vivem em 7 dioceses.

⁵⁸⁷ ZAJĄC Marek, “Quo vadis?...”.

fiéis.⁵⁸⁸ O bispo Tadeusz Szurman, da diocese de Katowice, explicou ao “Tygodnik Powszechny” que “antes do referendo, seria um passo tardio e visto como uma interferência em assuntos políticos”. Segundo o bispo luterano, para um evento tão importante como o referendo os fiéis deviam preparar-se durante um longo tempo. – Portanto, a atitude oficial no sentido da integração europeia já foi incluída na declaração do Conselho Sinodal da Igreja Luterana, em Janeiro de 2000 e no documento do Sínodo “Europa Comum”, publicado em Março de 2000. Nesses documentos a nossa Igreja aponta para os benefícios da integração na União Europeia, que na nossa opinião, superam os sacrifícios e dificuldades. Claro que, uma Igreja que respeita a democracia, não pode instruir ninguém de que maneira votar. Nós só falamos abertamente sobre as vantagens da adesão – explicou o bispo da Igreja Luterana polaca.⁵⁸⁹

Além das acções directas e indirectas de sacerdotes polacos na organização de eventos de promoção do debate sobre a integração europeia, os leigos de movimentos e organizações religiosas tiveram também um papel importante naquele processo. Embora as igrejas cristãs na Polónia não tivessem conseguido preparar uma posição comum sobre a questão da adesão da República da Polónia à UE, a Comunidade Ecuménica de Taizé, fundada pelo Irmão Roger Schutz, teve um grande papel na formação de sociedade polaca sobre a unificação dos povos europeus.

A comunidade que promove a reconciliação entre nações e entre as tradições cristãs tem servido a democratização da Polónia e a sua adesão à UE através do trabalho com os jovens. Os primeiros grandes grupos organizados chegavam a Taizé já na década de 80, e nos anos seguintes, especialmente depois do colapso do comunismo começou a peregrinação em massa de jovens polacos.⁵⁹⁰

Os encontros europeus, organizados três vezes na Polónia, após o colapso do comunismo – em Wroclaw (1989 e 1995) e em Varsóvia (1999) enfatizaram o carácter comunitário do continente, as suas fontes cristãs e encorajaram a estar aberto à integração com outras nações. Além destas reuniões, as orações de acompanhamento nos Encontros Europeus de Jovens foram também importantes na formação “europeia” dos jovens da Polónia. Assim, tal como durante os workshops destes Encontros, também na aldeia francesa de Taizé os jovens debatiam e partilhavam as questões sócio-

⁵⁸⁸ A Igreja Evangélica Augsburga é a mais velha e a mais numerosa Igreja protestante da Polónia. Vivem em seis dioceses, 90 mil membros desta confissão.

⁵⁸⁹ ZAJĄC Marek, “Quo vadis?...”.

⁵⁹⁰ A Comunidade de Taizé colaborava no período do comunismo intensamente com a oposição polaca. Além de organizar encontros para os jovens polacos em Taizé e em várias cidades europeias, também os irmãos visitavam a Polónia.

políticas, no contexto da integração europeia. Frequentemente foram convidados para participar nestes encontros políticos proeminentes ou especialistas. Por exemplo, durante o Encontro Europeu de Jovens organizado em Varsóvia, na passagem de 1999 para 2000, os irmãos da comunidade ecuménica de Taizé convidaram as maiores instâncias da hierarquia da Igreja Católica na Polónia, como o cardeal Józef Glemp e o bispo da Arquidiocese de Varsóvia-Praga, Kazimierz Romaniuk.⁵⁹¹ Durante o encontro em Varsóvia os irmãos de Taizé organizaram também palestras e workshops com a participação de representantes da cena política da Polónia. Entre eles estavam: Wladyslaw Bartoszewski, ex-ministro dos negócios estrangeiros da República da Polónia e Tadeusz Mazowiecki, o primeiro-ministro da Terceira República Polaca, que falaram entre outros assuntos sobre o papel da oposição democrática e a Igreja Católica nas transformações democráticas na Polónia.⁵⁹²

Durante o período de transição todos os anos centenas de milhares de jovens polacos passavam não apenas pelos encontros europeus, mas também pela aldeia francesa ficando em contacto com outros jovens europeus e tendo a oportunidade de conhecer o continente no caminho entre as suas paróquias e Taizé.⁵⁹³

Os irmãos de Taizé costumavam estar presentes durante as visitas papais à Polónia, e também tomavam parte activa na organização do Dia Mundial da Juventude celebrado anualmente pela Igreja Católica.⁵⁹⁴ Os estreitos laços de Taizé com a Santa Sé influenciavam fortemente a participação activa dos jovens polacos na organização dos Encontros Europeu dos Jovens. Tanto a hierarquia da Igreja católica polaca como os bispos estrangeiros, durante a sua estadia em Taizé ou na sua participação nos Encontros Europeus de Jovens, deram um apoio importante às acções da comunidade ecuménica. Colaboravam com os irmãos desta comunidade, o cardeal de Varsóvia e o Primaz da Polónia Jozef Glemp, o cardeal de Wroclaw, Henryk Gulbinowicz, o bispo auxiliar de Varsóvia, Wladyslaw Miziołek, e também o arcebispo de Poznan, Stanislaw Gondecki. Um dos membros da hierarquia ligado durante muitos anos à Comunidade de Taizé, foi o bispo Bronislaw Dembowski, considerado como o representante da esquerda no

⁵⁹¹ ZATYKA Marcin, ZATYKA Michal, “Taizé...”, p. 69-72.

⁵⁹² Vários políticos europeus, alguns polacos, costumavam participar nos encontros organizados pelos irmãos de Taizé. Durante o Encontro Europeu em Varsóvia em 1999 participaram dois primeiros-ministros polacos: Tadeusz Mazowiecki e Jerzy Buzek. O Irmão Roger também no tempo de encontro em Wroclaw em 1989 se reuniu com o Primeiro-ministro Tadeusz Mazowiecki.

⁵⁹³ ZATYKA Marcin, ZATYKA Michal, “Taizé...”, p. 28-43.

⁵⁹⁴ Assim os chamados encontros com o Santo Padre, quem teve a ideia de organizar foi João Paulo II, mas este inspirou-se nos Encontros Europeus de Taizé concebidos pelo Irmão Roger de Taizé.

Episcopado polaco e um defensor da ideia da presença da Polónia na União Europeia.
595

Durante a transição para a democracia polaca, costumavam ir a Taizé não apenas sacerdotes abertos à ideia da integração europeia, mas também os padres da parte da Igreja polaca menos favorável à adesão da Polónia à União Europeia. O padre Tadeusz Rydzyk, fundador e líder da “Radio Maryja”, costumava ir a Taizé e aos encontros organizados pelos irmãos desta comunidade. Mesmo durante a maior propaganda anti-europeia apresentada nesta rádio, os representantes da Família da “Radio Maryja” participavam nas viagens a Taizé, e até mesmo nos encontros de Inverno.⁵⁹⁶

A “Radio Maryja” e os grupos de leigos organizados à volta deste canal dos padres Redentoristas, no âmbito da Família da „Radio Maryja”, foram a maior oposição contra a integração europeia dentro da Igreja polaca. O apoio dado a alguns bispos, especialmente líderes de dioceses rurais, onde a adesão à UE foi vista como um perigo para a economia local. Os círculos da “Radio Maryja” tratavam também a integração europeia como uma ameaça à ética e à moral do povo e um perigo para a soberania do país, que uma dezena de anos antes ainda fazia parte de um bloco comunista internacional dirigido pela União Soviética.

Ao contrário da Comunidade Ecuménica de Taizé, os grupos da “Radio Maryja” funcionaram como um movimento, bem organizado ao nível paroquial e diocesano. Os membros deste círculo conservador estiveram presentes praticamente em todas as dioceses polacas e participavam regularmente nos encontros organizados pelos animadores das Famílias da “Radio Maryja”. Uma vez por ano, dezenas de milhares destes membros encontravam-se numa peregrinação nacional no principal santuário polaco de Jasna Góra, em Czestochowa. Durante as missas comuns não faltavam opiniões críticas sobre a União Europeia ou integração europeia feitas pelo director da Radio, o padre Tadeusz Rydzyk ou um dos bispos próximos deste canal presente nas celebrações.

Em Março de 2003, no Congresso de Gniezno sobre a integração europeia não faltaram apenas os bispos euroscépticos como Edward Frankowski, Stanislaw Wielgus ou Pacyfik Dydych. A Agência Católica de Informação (KAI), o organizador do evento ligado à Conferência Episcopal da Polónia, evitou convidar os membros da Família da

⁵⁹⁵ A Comunidade de Taizé foi ligada aos movimentos de católicos liberais, como os Clubes dos Intelectuais Católicos e o círculo dos leitores do semanal “Tygodnik Powszechny”.

⁵⁹⁶ Eles participaram no Encontro de 1998 em Milão, e também estavam activamente envolvidos nos preparativos para os encontros de Inverno organizados em várias cidades europeias.

“Radio Maryja”. Assim, a voz dos católicos oponentes da integração europeia não foi muito bem ouvida durante o maior congresso dos leigos católicos polacos sobre a UE. Embora os grupos ligados à Radio conservadora não tivessem conseguido organizar um evento que concorresse com o Congresso de Gniezno, semanas antes do referendo europeu ocorreu um debate de eurocépticos. Os grupos da direita polaca, apesar de terem enviado só alguns representantes ao congresso em Gniezno, decidiram apresentar a sua posição sobre a integração polaca na União Europeia numa conferência organizada em Varsóvia. O evento não contou com o apoio da hierarquia da Igreja Católica. A posição apresentada na capital polaca não correspondia à mensagem pró-europeia do congresso “Quo vadis Europa?”. Um mês após este evento, realizou-se no Cinema “Cultura” em Varsóvia um simpósio intitulado “E não é melhor com a América?”. O evento fazia parte da terceira edição da Conferência Anual Eurocéptica Polaca organizada pelo semanário “Najwyższy Czas”, a revista eurocéptica britânica “These Tides”, o partido Unia Polityki Realnej e a organização KoLiber. O evento foi muito menor do que o encontro em Gniezno, mas também reuniu muitas pessoas ligadas aos partidos da direita polaca e da Igreja Católica, na maioria dos casos, os opositores da União Europeia. A terceira edição da Conferência Anual Eurocéptica Polaca, organizada por fundos privados, teve um alcance muito maior do que as suas edições anteriores. Isto foi compreensível no período da campanha do referendo europeu. Naquele ano de 2003 foi mudada também a fórmula do evento, que se deslocava no terreno. O Simpósio dos eurocépticos visitou várias cidades no Leste e no Sul da Polónia: no dia 9 de Abril a conferência realizou-se em Lublin e Rzeszow, e um dia mais tarde foi organizada em Tarnów e Cracóvia. O passo seguinte dos eurocépticos polacos foi nas cidades de Piotrków Trybunalski e Łódz, e por último, Varsóvia. Os organizadores destes eventos consideraram a aplicação desta fórmula com grande efeito, apontando para uma enorme vantagem dos “integradores” ligados ao governo, que têm ao seu alcance muito dinheiro e apoio dos maiores meios de comunicação social da Polónia”. – Em situação um pouco melhor do que nós encontramos os eurocépticos da Lituânia, cujo representante era um dos convidados a participar na conferência em Varsóvia – escreveu após a terceira edição da Conferência União céptica Malgorzata Kamyk, associada ao serviço de notícias de direita “Nasza Witryna”. – Apesar de, desde há apenas seis semanas terem na lei do referendo o direito de apresentação dos seus pontos de vista na televisão da Lituânia. O mesmo direito foi garantido antigamente pelos irlandeses: o dinheiro dos contribuintes para a campanha foi dividido em partes

iguais entre apoiantes e opositores da adesão à União Europeia. Infelizmente, os nossos cépticos da União no Parlamento polaco no momento são menos eficazes – observou a colunista.⁵⁹⁷

A conferência dos eurocépticos polacos realizada em Varsóvia foi muito parecida na forma de organização com o encontro em Gniezno, que tinha decorrido no mês anterior. No entanto, neste simpósio organizado na capital polaca não participou nenhum dos bispos ou representantes da Conferência Episcopal da Polónia. Apareceram, no entanto, durante o evento oradores que participaram no IV Congresso de Gniezno, como por exemplo, Artur Zawisza, membro do Partido Lei e Justiça (PiS). No seu discurso realizado dia 12 de Abril de 2003 apresentou a sua ideia de integração europeia, bem diferente comparando com opiniões manifestadas um mês antes no congresso em Gniezno. No simpósio dos eurocépticos, ele argumentou contra a “unificação polaca com a União”, mas afirmou que a posição dos irmãos Kaczynski, líderes do seu partido “aceitam o processo de integração”. Ao mesmo tempo Artur Zawisza ressaltava que o seu grupo político dava apoio à integração do país nas estruturas europeias pensando sobre o conceito favorável para a Polónia, ou seja, a Europa dos Estados nacionais soberanos. O deputado da direita manifestou alguma insatisfação com o facto de terem sido mal conduzidas as negociações com a União Europeia. Ele também apontou para a negligência dos negociadores polacos apresentando os factores devastadores como: a falta de um protocolo anti-aborto negociado de maneira precoce, parecido com o documento conquistado pela Irlanda e Malta; a fiabilidade em relação à harmonização fiscal que pudesse tirar à Polónia uma das principais ferramentas de competitividade; a falta de negociação de todas as isenções de legislação comunitária, por exemplo em termos de IVA. Artur Zawisza também criticou os representantes do governo, não terem previsto que a Polónia iria pagar a taxa total de adesão, e não vai ser capaz de aproveitar os fundos comunitários. Segundo o deputado do PiS, a participação da Polónia na União Europeia pode ter no futuro “a fórmula de pedinte”. No final do seu discurso, Artur Zawisza observou que, nas condições de integração polaca na UE, mal negociadas, é melhor não votar a favor da adesão. Ele alegou que era melhor votar “não” e não entrar na União Europeia “nestes termos e com este governo.” Zawisza acrescentou que a oposição manifestada

⁵⁹⁷ KAMYK Małgorzata, “III Polska Konferencja Uniosceptyczna” (III Conferência Uniocéptica Polaca), in “Nasza Witryna”, 15.04.2003, [http://www.naszawitryna.pl/europa_777.html].

no referendo pode por fim ajudar o governo polaco e a própria União Europeia a tomar consciência.

Stanislaw Michalkiewicz, um dos líderes da União de Política Real teve uma voz importante no debate dos cépticos europeus em Varsóvia. Este político costumava ser convidado frequentemente para participar em programas da Rádio Maria e o seu ponto de vista anti-europeu e as suas ideias eurocépticas foram publicadas em páginas de jornais de direita, como “Najwyższy Czas” e “Nasza Polska”. No seu discurso, o político e jornalista provou que a Polónia iria ter no futuro na União Europeia, no máximo o papel da fronteira alemã. Segundo Stanislaw Michalkiewicz, a UE foi uma experiência política realizada ao abrigo de um acordo entre a Alemanha e a França. Na sua opinião esta organização foi construída para garantir a governação conjunta da Europa após a Segunda Guerra Mundial, que resultou com apenas duas grandes potências, como os Estados Unidos e a União Soviética. Stanislaw Michalkiewicz salientou que a União Europeia apareceu depois da guerra como a única e a melhor maneira para recuperar a influência na Europa, especialmente para a Alemanha. Por isso, segundo o líder do Partido Unia Polityki Realnej, a Alemanha é o principal “banqueiro da UE, que financia esta brincadeira”, mas não para drenar o bolso dos contribuintes alemães para apoiar a Grécia, Portugal ou a Polónia, mas para realizar os seus objectivos nacionais de longo prazo. Na opinião do político polaco, o objectivo final da República Federal da Alemanha depois de se juntar com a República Democrática da Alemanha era absorver os antigos territórios alemães, que após a Segunda Guerra Mundial estavam do lado polaco. – Mas esta ainda não é uma união total, já que o artigo 116 da Constituição da Alemanha fala sobre as fronteiras do Estado em Dezembro de 1937. Para a felicidade completa falta-lhes os nossos territórios recuperados – disse Stanislaw Michalkiewicz durante a conferência em Varsóvia.⁵⁹⁸

Um dos líderes políticos do partido União da Política Real (UPR) chamou a atenção dos participantes do Simpósio para uma possível mudança das fronteiras polacas, em resultado da entrada do país na União Europeia. Por isso esta questão seria, na opinião de Stanislaw Michalkiewicz, o melhor “advogado” da República da Polónia em relação às estruturas europeias. O político ameaçou os seus conterrâneos com a possibilidade da tomada de terras pelos cidadãos da Alemanha na parte polaca do fronteiro rio Oder. Na sua opinião, um pré-requisito claro para avançar com este

598

Ibidem

processo era uma resolução Bundestag que declarou a “expulsão” dos alemães, no período da Segunda Guerra Mundial, das actuais terras da Polónia como um acto de desrespeito pela lei e ordenar todos os governos alemães de seguir esta linha. Michalkiewicz lembrou que Edmund Stoiber, o candidato dos partidos CDU/CSU para a função de chanceler nas últimas eleições⁵⁹⁹, chamou para devolver propriedade aos cidadãos alemães nas antigas terras alemãs que hoje em dia funcionam dentro do território polaco. O político polaco indicou que a adesão da Polónia à União Europeia, criaria aos alemães mais possibilidades de exigir posse de terrenos dos seus antigos familiares. Stanislaw Michalkiewicz chamou a atenção para as respectivas reivindicações no período pré-referendo por parte de membros da Associação Alemã de Exilados dirigida por Erika Steinbach. A organização várias vezes exigiu a devolução de terras localizadas em território polaco, que antes da Segunda Guerra Mundial pertenciam aos proprietários alemães.⁶⁰⁰

O representante da União da Política Real (UPR) assinalou durante a conferência em Varsóvia que, graças ao direito europeu de deslocação livre, nada iria impedir os “expulsos” de viverem nas suas preferidas terras polacas, ou até mesmo na participação nas eleições para as autoridades locais. Stanislaw Michalkiewicz acrescentou que o actual mercado de imprensa polaca, incluindo a imprensa local, dominado pelo capital alemão cria condições favoráveis para que a Alemanha seja capaz de cultivar a sua própria propaganda e sem muito esforço colocar os “seus” para as câmaras municipais e juntas de freguesia. O resto do problema seria, na opinião de Michalkiewicz, resolvido através de um plebiscito.⁶⁰¹

Stanislaw Michalkiewicz também apontou durante a conferência para a inadequação dos esforços da Polónia à União Europeia, que se encontra cheia de conflitos internos e o seu futuro é muito incerto. Observou que, como um projecto político pode durar algum tempo, mas como qualquer tipo de experiência vai acabar. Ressaltou que as diferentes posições dos países da UE em relação à guerra no Iraque revelaram algumas fissuras, indicando que os Estados Unidos podem facilmente quebrar a União Europeia. O político de direita perguntou retoricamente onde pode ficar a Polónia quando após a sua eventual adesão da União Europeia, a organização decair.

⁵⁹⁹ Edmund Stoiber (1941-) foi o candidato dos partidos CDU/CSU para a função de chanceler da Alemanha nas eleições de 2002.

⁶⁰⁰ Erika Steinbach (1943-), a política alemã, presidente de União de Expatriados na Alemanha. A organização exigia mais recompensas para os alemães que perderam terrenos a favor da Polónia depois da Segunda Guerra Mundial, apesar do Estado alemão lhes ter pago recompensas no passado.

⁶⁰¹ KAMYK Małgorzata, “III Polska Konferencja...”.

Michalkiewicz terminou o seu discurso com a conclusão que, embora não saibamos o que realmente acontecerá, a probabilidade dos acontecimentos por ele previstos efectivamente acontecerem é alta. – Os alemães não fazem segredo das suas inclinações, e o nosso governo não sabe como reagir nesta situação. Daí a necessidade de evitar a armadilha alemã votando contra a adesão da Polónia à União Europeia – aconselhou Stanislaw Michalkiewicz.⁶⁰²

Na III Conferência “Uniosceptica”, o presidente da UPR, Stanislaw Wojtera, alertou sobre o perigo que os alemães representam. Ele argumentou que a União Europeia não é nenhum “oásis de liberdade”, como assim o desejariam os euroentusiastas, e a situação actual na Europa, não é bem-sucedida para os polacos. Neste contexto, apontou para Stoiber, o candidato a chanceler da Alemanha, para a política da reivindicação alemã, o boicote europeu da Áustria após a eleição de Heider⁶⁰³, o “insolente” discurso de Chirac dirigido aos candidatos à União Europeia.⁶⁰⁴ Tudo isso, na opinião dele, provou que a União Europeia não se foca na ideia de liberdade, mas nos seus interesses. Segundo Stanislaw Wojtera, ficou claro que a UE vai perder com os Estados Unidos em termos económicos, pois sugeria que já hoje é melhor ficar ao lado de vencedor. Ele argumentou que os EUA dominam a União Europeia também no quadro de potência militar. O político sugeriu que os polacos deviam votar no referendo contra a participação do país nas estruturas europeias, e “a Polónia pode ser segura e rica só fora da União Europeia.”⁶⁰⁵ No entanto, Stanislaw Wojtera viu desvantagens na integração na UE também no lado polaco.⁶⁰⁶ Observou que a Polónia é agora um país de que é difícil gostar, porque os criminosos estão livres, e o país está regido pela burocracia. Segundo o político, a realidade no ano de 2003 era pouco favorável ao país e não valia a pena iludir-se de que a República da Polónia se iria tornar um estado rico, especialmente após a adesão à União Europeia. Lembrou também a questão do imposto sobre o consumo de combustível na Polónia, o que provocaria

⁶⁰² Ibidem

⁶⁰³ Stanislaw Michalkiewicz (1947-) político polaco da direita, líder da União de Política Real (UPR) entre 1997 e 1999.

⁶⁰⁴ Em 2003 o Presidente francês Jacques Chirac ofendeu publicamente representantes dos países da Europa de Leste, dizendo que “perderam a oportunidade para ficarem quietos”. Desta maneira Chirac criticou o apoio que deram aos EUA países da Europa de Leste, em relação ao Iraque. Para os oponentes da adesão polaca, o discurso de Chirac foi uma prova de que os líderes dos países da União Europeia tratam os países candidatos como se fossem Estados da segunda categoria.

⁶⁰⁵ KAMYK Małgorzata, “III Polska Konferencja...”.

⁶⁰⁶ Antes do referendo europeu a Polónia viveu uma série de escândalos políticos onde estiveram envolvidos ministros e funcionários do governo de Leszek Miller, bem como autarcas do SLD, partido ex-comunista.

uma subida generalizada dos preços. Wojtera afirmou que a União Europeia iria impor o aumento de impostos à Polónia, o que considera apropriado, da mesma forma que foi imposto à Irlanda.” – Não é preciso procurar muito, basta olhar para os efeitos do nosso Acordo de Associação com a UE – o aumento do desemprego e o cada vez menor crescimento económico – observou o presidente do Partido União da Política Real.⁶⁰⁷

Na conferência de eurocépticos em Varsóvia participaram também representantes do partido conservador, Liga das Famílias Polacas (LPR). Esta força política estava representada por Dariusz Grabowski e Antoni Gut. Durante o Simpósio o primeiro apresentou argumentos pouco usados pelos outros eurocépticos. Observou que os polacos decidindo entrar na União Europeia, realmente não sabem onde querem chegar. Ressaltou que a população da UE de 370 milhões está cheia de pessoas que estão a envelhecer rapidamente e para competir efectivamente com o mundo, a UE deve nos próximos 30 anos acomodar até 150 milhões de mão-de-obra imigrante. O político de direita apontou para a possibilidade do aparecimento de problemas sociais na sequência da entrada de uma onda de imigrantes. Dariusz Grabowski referia-se a possíveis conflitos racistas no seio da União Europeia, que podiam afectar as políticas externas de cada país. Como exemplo, deu a oposição do presidente da França, Jacques Chirac, contra a guerra no Iraque, ligada ao medo do eleitorado árabe imigrante em França.

Dariusz Grabowski e outros participantes no debate da extrema-direita polaca sugeriram que a melhor opção de que a integração na União Europeia podia ser para a Polónia a aproximação e a cooperação com os Estados Unidos. Repetidamente levantavam a pergunta retórica, que também foi utilizado como senha do simpósio “E por que não a América?”. Vários participantes eurocépticos salientaram que o objectivo da existência e expansão da UE é a ambição dos líderes europeus de estabelecer uma rivalidade com os Estados Unidos. Alguns sugeriram que a ideia da comunidade europeia nasceu como um contrapeso à presença dos americanos, cada vez mais difundida na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial.

Dariusz Grabowski da Liga das Famílias Polacas argumentou na conferência em Varsóvia que a opção da integração com a União Europeia é ilógica em vista da diferença económica substancial que separa a UE dos EUA. O político argumentou que a Europa Ocidental está nesta competição sem hipóteses, pois de acordo com

⁶⁰⁷

KAMYK Małgorzata, “III Polska Konferencja...”.

Grabowski nos Estados Unidos há cerca de um milhão de novos empregos por ano, na União Europeia em geral, não se criam novos empregos. – Após a Cimeira de Laeken, também é sabido que a União Europeia quer criar o seu próprio exército, pois a NATO nestas circunstâncias perdia a razão da existência – observou Dariusz Grabowski. – Quando se fala sobre esta questão, raramente é levantado o problema do financiamento desta ideia. Pode-se supor que a maioria dos fundos da União Europeia vai para este mesmo fim, em vez de apoiar o desenvolvimento de novos membros, mais pobres. É claro que a União mudou a sua doutrina de apoiar os países com atraso para usá-los para os seus próprios fins. E pior ainda, a nossa elite coopera eficazmente nisto. Esta política é mais claramente ilustrativa da decisão de eurocratas, segundo a qual até 2013 os novos membros não terão impacto na atribuição dos fundos comunitários – argumentou o representante da Liga das Famílias Polacas.⁶⁰⁸

Alguns participantes da Terceira Conferência “Unioesceptica” apontaram que os líderes da União Europeia não pretendiam ampliar a sua área de integração para o Leste. Alguns temiam que com a adesão da República da Polónia às estruturas europeias iria parar o processo da integração europeia na direcção oriental. – Para nós, polacos, no entanto, existe outro aspecto importante das declarações da União Europeia. Os líderes da União anunciaram que não está prevista a expansão para os terrenos mais além de rio Bug... Mas lá fica a Ucrânia, que é crucial para nós e para a nossa independência! – explicou Dariusz Grabowski, da LPR, acerca da sua preocupação com o futuro da Polónia na UE. No resumo do seu discurso o político conservador alertou que se os polacos como uma nação não se organizam e não mudam, as suas elites dominantes vão ter “grande azar”.⁶⁰⁹

⁶⁰⁸

Ibidem

⁶⁰⁹

Ibidem

B) AS SUGESTÕES DE JOÃO PAULO II E DOS BISPOS SOBRE A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Os leigos católicos polacos que pertenciam aos partidos políticos muitas vezes durante os debates usaram argumentos ligados à Doutrina Social da Igreja Católica, os discursos do Sumo Pontífice, bem como os representantes da hierarquia da Igreja polaca. Notavam-se grandes rupturas não apenas dentro do círculo dos leigos, mas também entre os padres. No seio da Conferência Episcopal da Polónia existiam também diferentes visões da eventual adesão do país à União Europeia. Os membros da hierarquia católica mantinham, entretanto, uma certa moderação nas suas opiniões sobre a questão da integração. Apesar desta postura de distância em relação ao assunto, a maioria dos bispos polacos estava convencida acerca da necessidade de votar a favor do alargamento da União Europeia. Mas, nunca foi dado um sinal claro sobre este assunto. A decisão para não manifestar explicitamente o seu apoio teve base na convicção de que com o apoio dos bispos à integração podia diferenciar ainda mais a sociedade polaca, já dividida sobre este assunto. Os líderes espirituais dos católicos polacos não queriam tomar partido de nenhum dos lados no debate, para não perder a confiança de uma parte dos fiéis.

Outro factor de distanciamento dos bispos face a esta questão, foi a falta de concórdia sobre a integração europeia. O consenso não existia, apesar dos membros da Conferência Episcopal da Polónia inúmeras vezes terem declarado que nesta questão estavam unidos. As declarações oficiais dos bispos no domínio da integração europeia basearam-se em manter a unidade. Alguns escritores, no entanto, ainda esperavam por uma opinião clara, mesmo uma indicação por parte da Conferência Episcopal de como os polacos deviam votar. Quando no início de 2003, os jornalistas perguntaram ao bispo Piotr Libera, porque os bispos ainda não tinham abordados uma posição sobre a adesão da Polónia à União Europeia, tão clara como a expressa pelo Papa João Paulo II, o secretário do Episcopado explicou que a posição da hierarquia da Igreja Católica polaca surge como resultado de “um compromisso”. O Bispo Piotr Libera observou que a posição do Papa sobre o assunto era mais fácil, pois a tomada da perspectiva de Roma. O bispo assumiu que dentro da Conferência Episcopal havia várias opções sobre o tema

de alargamento da UE, e os bispos “não se conseguiam libertar completamente das emoções.”⁶¹⁰

Nas últimas semanas antes do referendo europeu estava claro que os bispos polacos não iriam apresentar nenhum documento comum sobre a questão da integração europeia. Foi também óbvio que por parte dos líderes espirituais dos católicos polacos não haveria sugestões oficiais sobre votar a favor da adesão. Tudo já fora dito no documento de 21 de Março de 2002 intitulado “Os bispos polacos perante a integração europeia”⁶¹¹, bem como no documento “A palavra dos bispos polacos sobre adesão da Polónia à União Europeia”, publicada no dia 2 de Maio de 2003.⁶¹² Ambos foram escritos de maneira bastante positiva em relação às estruturas europeias, mas faltou ali um claro apoio ao processo da integração europeia.

Parece que um dos motivos da omissão dos bispos polacos à União Europeia foi o medo de mais uma onda de críticas da hierarquia da Igreja e atitudes anticlericais da sociedade polaca perante uma maior participação de alguns dos bispos na vida política no início da década de 90. O envolvimento e uma rede de ligações entre algumas figuras da Igreja e os políticos de partidos da direita polaca foi naquela altura criticado por João Paulo II ⁶¹³ e depois de 1993 os membros da hierarquia católica evitaram dar opiniões claras publicamente sobre assuntos directamente ligados à política. Portanto, na véspera do referendo europeu alguns bispos estavam convencidos de que a Igreja devia exercer contenção em lidar com a posição em assuntos económicos e políticos. Outros membros da Conferência Episcopal não queriam provocar um maior antagonismo entre os fiéis. Havia também alertas para não deixar a Igreja polaca com roturas interiores por causa de assuntos políticos.⁶¹⁴

Segundo Marek Zając, colunista de “Tygodnik Powszechny”, a causa principal de falta de apelo ao voto a favor da adesão da Polónia foi a falta de acordo dentro do Episcopado polaco. Exemplos não faltavam: a declaração do bispo de Sandomierz, Edward Frankowski em Jasna Góra, onde abertamente pediu aos agricultores para votar

⁶¹⁰ ZAJĄC Marek, “W jedności podzieleni”.

⁶¹¹ “Biskupi polscy wobec integracji...”.

⁶¹² A carta dos bispos polacos “Słowo Biskupów Polskich w sprawie...”.

⁶¹³ Durante a visita ad limina dos bispos polacos a Roma, João Paulo II pediu à hierarquia da Igreja para evitar o envolvimento na política. O Papa nos seus dois discursos (dia 12 e 15) em Janeiro de 1993 anunciou “a hora dos leigos no catolicismo polaco”. João Paulo II sublinhou que a Igreja tem que ficar distanciada dos partidos políticos e não se pode identificar com nenhum sistema político. Lembrou que nenhum partido pode representar a Igreja. A sugestão papal ajudou a definir pelo Episcopado polaco uma estratégia para evitar futuras declarações políticas dos bispos.

⁶¹⁴ ZAJĄC Marek, “W jedności podzieleni”.

contra a UE. Esta atitude contrastava com a posição do arcebispo Metropolitano de Katowice, Damian Zimoń. O arcebispo sublinhou que é necessário “estar na Europa unida, tomar o nosso lugar e fazer o que nos compete a nós”. Com opiniões tão diferentes não era fácil dentro do Episcopado chegar a uma posição comum. – E ainda, os documentos oficiais devem ser assinados pelo bispo Frankowski e pelo arcebispo Zimoń – observou o colunista de “Tygodnik Powszechny”.⁶¹⁵

Graças ao compromisso em relação à UE os bispos polacos conseguiram manter a unidade, embora se revelassem muitas vezes as tensões e diferenças de opinião. Por exemplo, quando a hierarquia católica polaca recebeu o documento “Bispos polacos e a integração europeia”, a votação decorreu em cada frase individual. O texto final revela que os bispos eurocépticos abdicaram da sua opinião, pois neste documento fala-se sobre a Europa unida de maneira positiva, embora tenham sido apontadas algumas ameaças. Mas entretanto não se trata em termos dos obstáculos irremovíveis à UE, mas sim dos desafios que o cristão europeu deve atender.⁶¹⁶

Devido a factores externos e internos, a posição comum dos bispos sobre a adesão à União Europeia apresentada em mensagens aos fiéis, podia ser considerada como um sucesso. Alguns alegaram que quase até ao último minuto não havia garantia de que, devido às diferenças nítidas entre os bispos não iria ser possível a emissão pelo Episcopado de uma carta dedicada ao referendo. A sua admissão na sessão plenária da Conferência Episcopal da Polónia também podia ser reconhecida como um êxito dos bispos polacos apoiantes da adesão à UE. Neste caso, foi importante a atitude do Primaz, cardeal Józef Glemp, que muitas vezes apoiou de forma clara e forte a adesão polaca às estruturas europeias.⁶¹⁷

Algumas semanas antes do referendo europeu nos meios de comunicação social da Polónia foi resumida a posição da Conferência Episcopal polaca em relação à União Europeia. Após o apoio inequívoco do Papa a favor da adesão à UE, houve comentários de que João Paulo II mais uma vez salvou a honra da Igreja Católica polaca, optando por um gesto, que nunca foi manifestado pelos bispos. Marek Zajac, colunista de “Tygodnik Powszechny” observou que essas opiniões faziam parte de uma tese repetida desde muitos anos na imprensa, que a Igreja na Polónia vive de uma peregrinação papal à outra, a sua autoridade constrói quase exclusivamente sobre a autoridade do Papa João

⁶¹⁵ Ibidem

⁶¹⁶ “Biskupi polscy wobec integracji...”.

⁶¹⁷ GLEMP Józef, “Bóg chce...”.

Paulo II, sofre de uma apatia na tomada de decisões e solução de questões sensíveis atrasa, fingindo que eles não existem, ou está aguardando a intervenção do Vaticano.⁶¹⁸

A Natalia Jackowska, autora do livro “A Igreja Católica na Polónia e a integração europeia”, acredita que no caso da hierarquia da Igreja polaca não faz sentido contar com frases rápidas e dramáticos gestos ou declarações. A especialista de assuntos religiosos observou que a posição da Conferência Episcopal polaca elabora um método de diálogo e troca de ideias, e que estes valores deviam ser apreciados e ser tratados como uma vantagem, e não uma desvantagem.⁶¹⁹

Houve também uma outra opinião, que como a Conferência Episcopal, por causa da estrutura organizacional e especificidade da Igreja polaca, nem sempre é capazes de tomar decisões rápidas, então maior responsabilidade recai sobre cada um dos bispos. Colunistas de “Tygodnik Powszechny” sublinharam que a adesão da Polónia à União Europeia, não aconteceu só graças ao Papa, mas também por causa do trabalho de cardeais e bispos. O semanário de Cracóvia acima de tudo apreciou aqui os esforços feitos pelos cardeais Józef Glemp, Henryk Gulbinowicz e Franciszek Macharski, bem pelos arcebispos Henryk Muszynski, Józef Zycinski, Damian Zimoń, Tadeusz Gocłowski, Alfons Nossol, e os bispos Tadeusz Pieronek e Alojzy Orszulik. Além disso, na opinião do padre Trzeciak a influência decisiva sobre a elevada participação dos polacos no referendo europeu aconteceu graças as declarações anteriores feitas por líderes da Igreja Católica, incluindo discursos do Papa sobre a integração europeia, bem como as autoridades políticas e sociais.⁶²⁰

Para a influência da Igreja em um alto nível da participação dos polacos no referendo também apontou Natalia Jackowska. Na sua opinião, foi graças a Igreja Católica que foi possível atravessar o limiar de 50 por cento para de participação dos eleitores no referendo. Segundo a autora, declarações do clero a favor e contra a adesão da Polónia a UE mobilizou os fiéis a participar no referendo. Jackowska observou que na validade do referendo ajudaram também aqueles que votaram “Não”, e que a Igreja efectivamente mobilizou os apoiantes e oponentes de integração europeia.⁶²¹

Desde o início o debate sobre o referendo foi dominado pela crença de que o resultado da votação depende principalmente da posição da Igreja Católica, tendo

⁶¹⁸ ZAJĄC Marek, “W jedności podzieleni”.

⁶¹⁹ JACKOWSKA Natalia, “Kościół katolicki w Polsce wobec integracji europejskiej”, Intytut Zachodni, Poznań, 2003, p. 301-304.

⁶²⁰ ZAJĄC Marek, “W jedności podzieleni”.

⁶²¹ JACKOWSKA, Natalia, “Kościół katolicki w Polsce...”, p. 85-107.

contribuído para isso provavelmente o facto de a maioria dos argumentos dizerem respeito a questões religiosas ou nacionais, como a protecção da vida, os perigos de invasão da cultura popular e da civilização de morte. As sondagens realizadas antes do referendo demonstraram que a sociedade polaca na sua grande parte foi guiada pelas opiniões do Papa, ou bispos, ou pelo menos, pelo seu pároco.⁶²²

A professora Lena Kolarska-Bobinska do Instituto de Assuntos Públicos alegou, com base na sua própria avaliação que apenas 3% dos eleitores no referendo europeu na Polónia levaram em conta sugestões do Papa João Paulo II. Por outro lado, o professor Tadeusz Szawiel chamou a atenção para a dificuldade de medir objectivamente o impacto real do ensino da Igreja Católica sobre a integração europeia e o comportamento dos polacos nas urnas. – Para os sociólogos é extremamente difícil quantificar o impacto e a influência da Igreja sobre a votação. Mas acho que posso deixar a ideia geral de que claramente a carta dos bispos é pró-europeia e especialmente as palavras do João Paulo II tiveram uma grande influência sobre as decisões eleitorais dos polacos⁶²³ – comentou o professor Tadeusz Szawiel.⁶²⁴ Muitos autores apontam que o debate sobre a integração da Polónia na União Europeia, antes do referendo reforçou ainda mais a autoridade da Igreja Católica. Segundo Natalia Jackowska, a autoridade da Igreja saiu neste período pré-referendo mais reforçada em consequência da demonstração que o envolvimento da Igreja na vida pública é não-partidário e ajuda a unir a sociedade.⁶²⁵ Por outro lado, foi visível que a Igreja polaca ganhou cada vez maior apoio público na sequência dos frequentes ataques dos partidos de esquerda – SLD e UP – que no final da sua governação procurou introduzir a liberalização da lei do aborto, mesmo que este assunto naquela altura não fosse o mais importante. Também uma série de escândalos levaram a o governo de Leszek Miller a perder drasticamente a sua credibilidade. Vários escândalos de corrupção ligados ao grupo de políticos ligados ao primeiro-ministro e dos membros do gabinete de Miller, enfraqueceram consideravelmente o SLD e ao mesmo tempo o governo da esquerda. No período do referendo europeu o governo tinha apenas a confiança de 10% da população polaca.⁶²⁶

⁶²² Comunicado de estudo de CBOS „Społeczne poparcie dla integracji...”, p. 10-12.

⁶²³ ZAJĄC Marek, “W jedności podzieleni”.

⁶²⁴ Tadeusz Szawiel é sociologo polaco, professor da Universidade de Varsóvia.

⁶²⁵ JACKOWSKA Natalia, “Kościół katolicki w Polsce...”, p. 301-313.

⁶²⁶ “Rząd, premier i prezydent w ocenie Polaków na początku drugiego kwartału 2003 r.” (Governo, primeiro-ministro e presidente em avaliação dos polacos no início do segundo trimestre de 2003), Sondagem de OBOP, Varsóvia, Abril 2003, p.1.

Para muitos, o repentino aparecimento de assunto da mudança da lei do aborto parecia ser uma tentativa forçada de desviar as atenções do público da situação do país.

Existiam também algumas opiniões de que antes do referendo na Polónia, a Igreja Católica e o partido SLD tinham chegado a acordo na questão de um pacto de não-agressão informal sobre o caso do aborto. Segundo vários comentadores e políticos o apoio dos bispos a favor da integração foi ganho pelo governo de Leszek Miller numa garantia, que a promessa pré-eleitoral de liberalização da lei do aborto nunca será realizada. De facto, não há evidências sobre tal acordo, apesar da esquerda polaca ter deixado tacticamente de usar antes do referendo slogans ideológicos que pudessem piorar a relação com a Igreja. No entanto, poucos meses antes do referendo europeu o assunto do aborto voltou ao debate público graças ao secretário-geral de SLD Marek Dyduch. Esta declaração poderia colocar a Igreja numa situação difícil, e dar aos eurocépticos católicos um novo argumento contra a integração europeia.⁶²⁷

Enquanto isso, os bispos polacos habilmente separaram o interesse do país, ou seja, a participação nas estruturas europeias e as ideias lançadas pelo eleitorado do SLD, especialmente pessoas do núcleo duro da esquerda. Os líderes deste partido esperaram até ao período do referendo para começar mais uma campanha contra os valores cristãos. O primeiro-ministro, Leszek Miller poucos dias após o referendo europeu anunciou que o governo pretendia liberalizar a lei do aborto na Polónia.⁶²⁸ Portanto, segundo alguns autores foi a Igreja que mostrou instinto pró-estatal, diferenciando-se da jogada dos políticos do SLD.⁶²⁹ Mas havia também opiniões segundo as quais a Igreja Católica da Polónia não saia como vencedor absoluto no debate da integração europeia. O padre Boguslaw Trzeciak, especialista em assuntos europeus na Conferência do Episcopado polaco, apontou que a autoridade da Igreja Católica sofreu com o envolvimento de alguns membros do clero e leigos na propaganda anti-europeia. – Esta actividade mostrou que uma grande parte das pessoas na Igreja são fechadas, excessivamente emocionais e míopes – notou o padre Trzeciak.⁶³⁰

A questão da adesão da Polónia à União Europeia também prejudicou de alguma forma a coerência interna da Igreja Católica polaca. Apesar das várias declarações de membros da hierarquia católica sobre uma grande unidade no pensamento do

⁶²⁷ ZAJĄC Marek, “W jedności podzieleni”.

⁶²⁸ O Primeiro-ministro polaco Leszek Miller fez este anúncio, mesmo que alguns meses antes ele próprio se distanciasse da questão do aborto.

⁶²⁹ ZAJĄC Marek, “W jedności podzieleni”.

⁶³⁰ Ibidem

Episcopado polaco, existia entre os bispos uma clara diferença de visão sobre o futuro do país. Em meados dos anos 90 ainda havia um silêncio no quadro dos assuntos europeus na Igreja Católica, que deu origem à impressão de que os bispos e os sacerdotes polacos estavam pelo menos desconfiados em relação à integração na União Europeia. A distância face a esta questão só foi quebrada depois da visita da delegação do Episcopado polaco a Bruxelas, em Novembro de 1997. Durante esta viagem os bispos reconhecem que dentro da UE existe um lugar para a Igreja, e ela devia receber várias responsabilidades. Desde então, os membros da Conferência Episcopal falaram muitas vezes sobre a integração, às vezes até mais do que os próprios políticos. A Igreja começou a enfatizar a dimensão espiritual da unidade, permitindo deslocar o debate sobre a UE de uma discussão sobre a taxa de subsídios para o nível da reflexão sobre os valores e a identidade europeia. Enquanto isso, na preparação para o referendo europeu também manifestaram claras diferenças de opinião entre os bispos. Uma ruptura no assunto da integração europeia dividiu a Conferência Episcopal da Polónia entre os cépticos e os euroentusiastas. O grupo dos euroentusiastas dominava, como comprovou a sondagem realizada pelo “Tygodnik Powszechny” entre os bispos polacos.⁶³¹ O Papa João Paulo II teve também uma atitude favorável à adesão da Polónia à UE, tendo demonstrado publicamente a sua convicção.⁶³²

Na Primavera de 2003, no semanário “Tygodnik Powszechny”, Marek Zajac sugeriu no seu artigo intitulado “Quo vadis Europa?” que há uma oportunidade de preparação pelo Conselho Ecuménico polaco uma carta dirigida aos fiéis sobre o referendo europeu.⁶³³ A iniciativa de emissão da carta ia ainda ser confirmada naquela altura pelo arcebispo ortodoxo Jeremias Anchimiuk, o presidente do Conselho Ecuménico polaco. Finalmente, houve uma posição comum sobre esta questão. O documento aprovado foi apresentado em Abril de 2003 aos bispos da Igreja Católica polaca numa reunião da Comissão para o Diálogo entre a Conferência do Episcopado polaco e o Concílio Ecuménico. Os bispos cristãos da Polónia concordavam que é necessário apoiar os compatriotas na crença de que é preciso definitivamente participar no referendo europeu e também recordavam que a opção mais adequada é a de votar a favor da adesão do país à União Europeia. Eles explicavam na sua carta que, “se a

⁶³¹ “Tygodnik Powszechny”, “Os entusiastas cépticos...”, p.3

⁶³² Discurso de João Paulo II no Parlamento da República da Polónia..., p. 54.

⁶³³ O Conselho Ecuménico Polaco é uma organização ecuménica que integra Igrejas polacas protestantes e ortodoxas, bem como a Velha Igreja Católica.

Europa quer estar com a Polónia, então por isso a Polónia devia estar com a Europa”. Anteriormente, uma opinião semelhante tinha sido expressada numa carta aos fiéis, pelos bispos católicos da Hungria e da Lituânia.⁶³⁴

Enquanto isso, os bispos polacos aprovaram informações à Comissão para o Diálogo entre a Conferência do Episcopado polaco e o Concílio Ecuménico com satisfação, mas decidiram não sugerir nenhuma escolha particular aos membros da Igreja Católica. Os cardeais, arcebispos e bispos polacos reunidos na 322.^a Conferência Episcopal Plenário em Varsóvia, no dia 2 de Maio de 2003, decidiram que seria o suficiente convencer os fiéis a participar no referendo europeu. Os membros da hierarquia da Igreja Católica não tinham a coragem de sugerir como os polacos deviam votar, e a sua decisão argumentavam na carta que este tipo de questão não é “o tema de ciência, nem da fé”.⁶³⁵

Na carta, porém, os bispos lembraram aos fiéis que os altos representantes das outras igrejas cristãs na Polónia tinham também uma visão semelhante à dos membros da hierarquia católica sobre a necessidade de participar no referendo europeu. – Temos consciência de que unindo-se no âmbito da Comunidade Europeia não ganhamos apenas uma oportunidade, mas também novos desafios. Junto com as Igrejas protestantes e com a Comissão para o Diálogo entre o Episcopado polaco e o Conselho Ecuménico, esperamos que no processo de integração seja respeitada, tanto a identidade nacional e religiosa como a diferença e diversidade. Neste momento histórico, precisamos de toda a luz especial e um apoio de Deus. Portanto, os bispos pedem que os esforços no sentido de uma integração cada vez mais completa dos povos e das sociedades, sejam acompanhados pela oração da Igreja de Deus – escreveram aos fiéis bispos católicos da Polónia.⁶³⁶

Os representantes da Conferência Episcopal polaca salientaram que todos os cidadãos do país, especialmente o crentes, deviam participar no referendo europeu “no sentido de ter responsabilidade pelo futuro do seu país e pelo lugar devido da pátria na família das nações europeias”. Desta forma o documento emitido pelos bispos um mês

⁶³⁴ LIZUT Mikołaj, “Biskupi o UE: głosujcie” (Os bispos sobre a UE: Votem), in página da Internet da “Gazeta Wyborcza”, [http://wyborcza.pl/1,75248,1457447.html], 04.05.2003.

⁶³⁵ A carta de bispos polacos “Słowo Biskupów Polskich w sprawie wejścia Polski do Unii Europejskiej” (A palavra dos bispos polacos sobre a adesão da Polónia à UE), in página da Internet da Arquidiocese de Poznań, [http://www.archpoznan.org.pl/serwis/komun/2003/episkopat/slowo_ue.html], 02.05.2003.

⁶³⁶ Ibidem

antes do referendo europeu na Polónia, do podia ser lido pelos fiéis como uma adesão pró-europeia.⁶³⁷

A carta dos bispos assinada no dia 2 de Maio de 2003, intitulada “A palavra dos bispos polacos na adesão da Polónia à União Europeia”, após a chamada “carta de referendo”, tinha então que ser lida em todas as paróquias da Polónia. Neste documento, a hierarquia da Igreja Católica polaca pela última vez antes do referendo europeu respondeu à questão da eventual adesão do país à UE. Os bispos lembravam simultaneamente as suas intervenções anteriores, sobre este assunto, que tinham sido levadas em consideração pela Conferência Episcopal polaca⁶³⁸

Um mês antes da votação final os bispos da Polónia lembraram na sua carta que, nos seus documentos anteriores apontavam o lugar, e as tarefas e o papel unificador da Igreja no processo da integração da Europa de Leste e Oeste. Os membros da hierarquia observaram que as suas intervenções tinham incluído os critérios básicos que deviam guiar os fiéis durante o referendo sobre a integração da Polónia na União Europeia.⁶³⁹

No seu documento de 2 de Maio a hierarquia da Igreja Católica polaca, apontou para a finalização do debate público sobre as condições de adesão da Polónia à União Europeia, que passou para a fase de “dever cívico de tomar decisões no referendo de adesão”. Os bispos sublinharam que mais uma vez tomaram a palavra por causa da “grande importância deste evento e as consequências que daí resultarão” dirigindo a sua opinião não só aos fiéis da Igreja, mas também para às pessoas de boa vontade. – No momento em que a nação polaca está a enfrentar uma decisão importante para se juntar aos outros países europeus, para juntamente com eles, construir uma comunidade mais completa e uma nova realidade social, económica e política no nosso continente – escreveram os bispos. – A Igreja como o sacramento da unidade do homem com Deus e os seres humanos entre eles, para quem o princípio interior de vida é o amor, ultrapassa todas as comunidades terrestres, e a participação nela é um compromisso ainda mais forte para construir uma comunidade na dimensão temporal. Portanto, cada polaco, especialmente o crente, num sentido de responsabilidade pelo futuro do nosso país e dar o devido lugar na família das nações europeias devia participar no referendo. O crente devia ser capaz de votar de acordo com o mais profundo entendimento e a sua

⁶³⁷ Ibidem

⁶³⁸ Os bispos falaram sobre este assunto na carta “Biskupi Polscy wobec integracji europejskiej” (Os bispos polacos e a integração europeia) (21.03.2002) e no comunicado da 321ª Sessão Plenária da Conferência Episcopal da Polónia (12.03.2003).

⁶³⁹ A carta dos bispos polacos “Słowo Biskupów Polskich w sprawie wejścia Polski...”.

consciência, formada pela fé e pelos critérios morais objectivos nela baseados. Lembramos também que não se deixem enganar pela propaganda dos dois lados – respeitar a hierarquia da Igreja Católica na Polónia.⁶⁴⁰

A carta dos bispos polacos sobre o referendo europeu foi bem acolhida, tanto fora como dentro da Igreja Católica. Não estavam descontentes após a sua publicação nem os eurocépticos polacos, nem os apoiantes de opção pró-europeia. Os comentadores católicos tinham observado que a hierarquia da Igreja polaca cumpriu o seu dever de sensibilizar o público da sua grande responsabilidade na definição do futuro do país. Não houve “o pecado de negligência”, sobre o qual advertia o presidente da Agência de Informação Católica (KAI) – Marcin Przeciszewski.⁶⁴¹ Na opinião de redactor isto certamente podia ocorrer na ausência de reacção do episcopado polaco. – A tradição da Igreja polaca mostra que os seus pastores sempre acompanharam o povo nos momentos decisivos. Então, agora eu não posso falar numa voz importante da autoridade social tal como dos bispos – explicava ao semanário “Tygodnik Powszechny” Marcin Przeciszewski.

A voz concreta dos bispos, colocada na carta pastoral aos fiéis, também mostrou claramente que, apesar das muitas diferenças de opinião sobre o futuro do país, a hierarquia católica polaca continua unida. – Hoje há uma tentativa de dividir a Igreja, em nome dos interesses dos adversários políticos da integração. Alguns grupos têm durante muito tempo levado o jogo para a Igreja: como não foi possível apanhá-la para o ambiente anti-europeu, tentam dividi-la - infelizmente, com bons resultados – observou na Primavera de 2003 Marcin Przeciszewski, o presidente da Agência de Informação Católica (KAI).⁶⁴²

Na carta de 2 de Maio de 2003 os representantes do Episcopado polaco, recorreram ao magistério de João Paulo II, que, como uma “boa placa de sinalização está acima dos direitos da fé, da religião e da moral cristã numa Europa unida, que reconhece explicitamente a posição polaca nas estruturas europeias”. A hierarquia da Igreja Católica, recordou as palavras pró-europeias nos discursos de João Paulo II, especialmente as palavras do Papa dirigidas no dia 3 de Dezembro de 2001 ao embaixador polaco para a Santa Sé. – É justo aspirar que a Polónia tenha o seu lugar dentro das estruturas políticas e económicas de uma Europa unida. No entanto, é preciso

640

Ibidem

641

ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

642

Ibidem

para ela existir nelas como um país que tenha o seu rosto espiritual e cultural, a sua tradição histórica inalienável, vinculada desde os séculos ao cristianismo. Esta tradição, a identidade nacional polaca não pode ser abandonada. Ao tornar-se um membro da Comunidade Europeia, a República da Polónia não pode perder nada dos seus bens materiais e espirituais, que para o preço do sangue foram defendidos pelos nossos antepassados – os bispos polacos citaram no seu discurso as palavras de João Paulo II, acrescentando que a realização dessa mensagem poderia tornar-se possível somente por actos.⁶⁴³

A Conferência Episcopal da Polónia convidava os católicos e não crentes a tomar em consideração as palavras de Papa polaco sobre a integração europeia. Os bispos afirmavam que, embora a questão da entrada na União Europeia não esteja sujeita às doutrinas da fé, no entanto, os crentes e homens de boa vontade “deviam levar seriamente em conta nas suas escolhas do referendo a voz de João Paulo II, a cabeça visível da Igreja, o homem com grande experiência em assuntos humanos e da mais alta autoridade moral contemporânea”. Os bispos tinham consciência de que a fé católica em si não pode directamente derivar numa posição sobre o referendo, de modo a tentar entender as várias posições, as preocupações e críticas. Ao mesmo tempo os membros da hierarquia apelaram a que se levantassem acima de todas as divisões, preconceitos e antipatia mútua e “por causa nacional de tão grande importância, como a adesão da Polónia à União Europeia, os polacos deviam expressar a vontade que vai servir da melhor maneira o bem-estar da Pátria.”

A intervenção dos bispos polacos sobre a entrada da República da Polónia na União Europeia concluiu também com uma explicação de que a resposta à pergunta do referendo não deveria ser considerada na categoria de pecado, mas na categoria de virtudes cívicas de prudência e de responsabilidade e atenção para a situação actual e o futuro do país. Os autores da carta apontaram, no entanto, que unindo-se às estruturas europeias os polacos deviam lembrar-se não só que ficam perante uma possibilidade, mas também novos desafios. – Junto com as igrejas protestantes e da Comissão para o Diálogo entre o Episcopado polaco e o Conselho Ecuménico, esperamos que no processo de integração venha a ser respeitada, tanto a identidade nacional e religiosa, mas também a diferença e a diversidade – escreveram na sua carta os bispos. – Neste momento histórico, precisamos de toda a luz especial e apoio de Deus. Portanto, os

⁶⁴³

JOÃO PAULO II, “Los naszej Ojczyzny...”.

bispos pedem que os esforços no sentido de uma integração cada vez mais completa dos povos e das sociedades sejam acompanhados pela oração da Igreja de Deus – pediram na sua intervenção os representantes do episcopado polaco.⁶⁴⁴

Os bispos da Polónia, na sua carta de 2 de Maio de 2003, sinalizaram a sua simpatia pelo processo de integração europeia, embora não tenham explicitamente incentivado a votar “sim” ou “não”. Definitivamente os bispos católicos da Lituânia deram um passo mais longe através da emissão de uma carta pastoral para o referendo. Eles apelaram a que os seus compatriotas votassem a favor da integração na União Europeia, dizendo que a nação lituana “hoje não tem outra escolha senão tornar-se uma parte da Europa unida”. Na opinião deles, a Lituânia já desde há muitos séculos fazia parte da história da Europa. Antes do referendo europeu previsto no país vizinho da Polónia, nos dias 10 e 11 Maio de 2003, os bispos lituanos manifestaram a sua opinião dizendo “queremos permanecer na Europa”.⁶⁴⁵

Na opinião dos especialistas, na Polónia não foi possível uma declaração tão clara como foi apresentada pelos bispos da Lituânia. Uma intervenção tão concreta das autoridades da Igreja Católica sobre a integração europeia não aconteceu por esta questão dividir internamente os católicos polacos. Alguns jornalistas argumentavam, portanto, que os membros da Conferência Episcopal da Polónia foram confrontados com um dilema: se os bispos apelavam a votar contra a União Europeia, alguns apoiantes da integração europeia deixariam de se identificar com a Igreja, e no caso de apelar ao voto a favor “a resposta dos adversários da UE poderia ser ainda mais abrupta.”⁶⁴⁶

A diferença também foi evidente entre os bispos e padres que trabalham em paróquias. Como se observou no “Tygodnik Powszechny”, muitos de párocos não leram – apesar da sugestão dos bispos – a mensagem do Papa aos participantes da peregrinação nacional a Roma no dia 19 de Maio, no qual João Paulo II apoiou os esforços polacos para aderir à União Europeia. Apresentado na Praça de São Pedro, o discurso do papa polaco seria anexado à carta “de referendo” dos bispos de 2 de Maio de 2003.⁶⁴⁷

⁶⁴⁴ A carta dos bispos polacos “Słowo Biskupów Polskich w sprawie wejścia Polski...”.

⁶⁴⁵ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁶⁴⁶ Ibidem

⁶⁴⁷ ZAJAC Marek, “W jedności podzieleni” (Divididos em união), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 25 (2815), 22.06.2003, [http://www2.tygodnik.com.pl/tp/2815/wiara02_print.html].

As palavras com que João Paulo II falou aos seus compatriotas foram significativas e mostraram claramente a posição do chefe da Igreja Católica relativamente à questão da integração europeia. No seu discurso aos participantes da peregrinação nacional a Roma, na qual participaram o presidente da República da Polónia, Aleksander Kwasniewski,⁶⁴⁸ e os representantes do governo e as autoridades locais, Karol Wojtyła recordou a história recente e difícil da Polónia contemporânea. O Papa fez alusões às suas reuniões anteriores com os representantes da República Popular da Polónia, lembrando também as suas várias peregrinações à pátria “mergulhada no comunismo”. João Paulo II fez também uma breve análise dessas suas visitas à Polónia após a queda do comunismo.⁶⁴⁹

Durante o seu discurso em Roma, o papa chamou a atenção para uma reunião com os presidentes dos países vizinhos da Polónia em 1997, em Gniezno. O Papa disse que “não haverá unidade da Europa, até que ela se torne uma comunidade de espírito”. Ele acrescentou também que o cristianismo teve um grande papel neste quadro, que é “o fundamento mais profundo da unidade” para a Europa, e que “o núcleo da identidade europeia está construído sobre o cristianismo”.⁶⁵⁰ – Hoje, quando a Polónia e outros ex-países do Bloco de Leste estão a entrar nas estruturas da União Europeia, repito essas palavras. Não digo isto para vos desanimar. Pelo contrário, para indicar que esses países têm uma missão importante na Europa – falou o papa João Paulo II para os polacos reunidos em Roma três semanas antes do referendo europeu na Polónia. – Eu sei que há muitos que são contra a integração. Eu aprecio a sua preocupação em preservar a identidade cultural e religiosa de nossa nação. Partilho as suas preocupações sobre o arranjo das forças económicas, em que a Polónia – depois de muitos anos de exploração do antigo sistema – parece ser um país com grandes oportunidades, mas também com poucos recursos. Mas tenho que salientar mais uma vez que a Polónia tem sido sempre uma parte importante da Europa e hoje não se pode excluir desta comunidade, esta comunidade, que embora em níveis diferentes vive através de crises, mas constitui uma família de nações com base na tradição cristã comum. A entrada nas estruturas da União

⁶⁴⁸ Aleksander Kwasniewski foi Presidente da Polónia entre 1995 e 2005. Ex-comunista, foi Ministro do Desporto no último governo comunista polaco de Mieczysław Rakowski. O primeiro líder do Partido Social-Democrata da República da Polónia.

⁶⁴⁹ JOÃO PAULO II, “25 lat spotkań z Polakami - odzwierciedlenie historii ostatniego ćwierćwiecza Polski, Europy i Kościoła” (Os 25 anos de encontros com os polacos – retrato da história dos últimos 25 anos da Polónia, Europa e da Igreja), discurso do dia 19.05.2003, in página de Internet de opoka.pl

[http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WP/jan_pawel_ii/przemowienia/polska_ue_19052003.html].

⁶⁵⁰ Discurso de João Paulo II aos Presidentes de sete países europeus.

Europeia em igualdade de direitos com os outros países, é para a nossa nação e para os vizinhos povos eslavos uma expressão da justiça histórica, e por outro lado, pode constituir um enriquecimento para a Europa. A Europa precisa da Polónia. A Igreja na Europa precisa do testemunho de fé dos polacos. A Polónia precisa da Europa. De União de Lublin à União Europeia!⁶⁵¹ Este é um grande atalho, mas nisto se coloca muito conteúdo. A Polónia precisa da Europa. É um desafio que a modernidade que se coloca em frente de nós e de todos os países, que coloca uma onda de mudanças políticas na região chamada Europa Central e de Leste que conseguiu sair do círculo de influência do comunismo ateu. Este desafio, entretanto, impõe sobre os crentes uma tarefa – a tarefa de se empenhar em construir um espírito de comunidade baseado nos valores, que permitiram suportar décadas de ateísmo planeado – disse aos seus conterrâneos João Paulo II.⁶⁵²

A carta muito pessoal do papa, não foi lida em todas as paróquias da Polónia. Colunistas de semanário “Tygodnik Powszechny” tentavam explicar o comportamento de alguns sacerdotes polacos que desta maneira tacitamente evitaram a apresentar a opinião de João Paulo II expressa a 19 de Maio de 2003, num momento importante para o país. A primeira hipótese levantada pela redacção do semanário de Cracóvia foi o facto de que dentro do meio sacerdotal na organização da Igreja o discurso papal não foi bem acolhido e por isso, apesar de existir as instruções para o ler, o documento não chegou a tempo para algumas paróquias. Outra explicação proposta pelo “Tygodnik Powszechny” foi o facto de que os sacerdotes têm ignorado os seus superiores e, indirectamente, também o papa. O padre Trzeciak relembrou as cenas desses eventos.⁶⁵³ – Na verdade, em algumas paróquias, e na minha também o discurso papal não chegou. E em algumas igrejas nem foi lida a carta de referendo preparada pelos bispos! Isto foi interpretado como uma demonstração de hostilidade em relação à entrada da Polónia na União Europeia. Aqueles sacerdotes que não leram do púlpito da igreja a mensagem papal, nem a carta dos bispos, eram guiados no seu comportamento por

⁶⁵¹ Unia Lubelska foi um acto político assinado em 01.07.1569 em Lublin, na Polónia, que transformou o Reino da Polónia e o Grão-Ducado da Lituânia em um único Estado chamado a República das Duas Nações. A República foi governada por um único monarca eleito que continuou com as funções de Rei polaco e Grão-Duque da Lituânia governando juntamente com o Senado e o Parlamento, chamado a Sejm.

⁶⁵² JOÃO PAULO II, “25 lat spotkań z Polakami...”.

⁶⁵³ Padre Bogusław Trzeciak, especialista da Conferência Episcopal da Polónia sobre a integração europeia.

motivos específicos da sua perspectiva de mundo, especialmente por ideias acerca da União Europeia.⁶⁵⁴

Uma terceira explicação da rejeição da mensagem do Papa aos seus compatriotas sobre a União Europeia foi um motivo muito banal. – Vários párocos com quem nós conversámos, não esconderam a sua irritação que pelo quarto domingo seguido foi-lhes pedido para lerem um documento da Conferência Episcopal polaca. Além disso, a combinação de uma carta dos bispos com o discurso do Papa aumentou o tempo de leitura muito mais do que a homilia média. Portanto, alguns dos mais eurocépticos decidiram ler apenas a letra dos bispos, mas alguns – pró-europeus – apenas o discurso do Papa João Paulo II, ou – frequentemente – a parte que tratava deste texto – escreveu no semanário “Tygodnik Powszechny” Marek Zajac.⁶⁵⁵

O Papa, no seu último livro “Memória e Identidade” mais uma vez lembrou aos polacos a forte ligação do seu país com a Europa. Observou que os seus conterrâneos deviam ficar em contacto próximo com o pensamento europeu. – Um polaco não pode realizar uma reflexão profunda sobre a pátria, sem chegar a falar da Europa sem acabar por se interrogar sobre a incidência que teve a Igreja no desenvolvimento de ambas as realidades diversas mas também com influências recíprocas profundas, pelo que se torna inevitável aludir, no discurso, a qualquer uma destas realidades: Europa, Igreja, mundo”.⁶⁵⁶

C) INTERPRETAÇÃO DAS OPINIÕES DE JOÃO PAULO II SOBRE A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

As acusações mútuas entre euroentusiastas polacos e oponentes da visão da integração europeia cruzaram-se no âmbito da interpretação da opinião de João Paulo II sobre a adesão polaca à UE. Faziam também parte do debate público na Polónia antes do referendo, concretamente o debate ganhou impulso nos meios de comunicação social

⁶⁵⁴ ZAJAC Marek, “W jedności...”.

⁶⁵⁵ Ibidem

⁶⁵⁶ JOÃO PAULO II, “Memória e Identidade”, p. 89.

durante a Primavera de 2003. Na primeira semana de Junho, nos media católicos continuava uma troca de argumentos “pró” e “contra” a adesão polaca à União Europeia. Os bispos e os padres polacos não se distanciavam dela, bem como os leigos católicos, que entre vários argumentos trocavam também aqueles ligados à autoridade mais importante da vida religiosa polaca, e não só – João Paulo II. Opiniões de outros membros da hierarquia da Igreja polaca já não foram tão usadas no debate sobre a integração europeia.

Os centros de oposição contra a UE, embora estivessem em minoria, apareciam de vez em quando nas cerimónias públicas. Uma destas cerimónias foi realizada como um piquete em frente ao Museu das Origens do Estado Polaco em Gniezno, onde decorreu a reunião de movimentos e organizações católicas intitulada “Quo vadis a Europa?”, a 15 e 16 de Março 2003.⁶⁵⁷

Nestas intervenções embora contassem com poucos participantes, estes expressavam os seus sentimentos de maneira muito radical: “Ontem Moscovo, hoje Bruxelas”, “Se a União Europeia não é lugar para Deus, não há também um lugar para os polacos”, “Não construa EuroSodoma” e “O Santo André Bobola, patrono da Polónia, defenda-nos contra a União Europeia maçónica!” – Antes da entrada na conferência em Gniezno estava um carrinho de mão, onde colocaram uma cadeira com uma nota: “Para euro-entusiastas o transporte gratuito”. Um dos organizadores do piquete claramente agitado saiu do evento e mostrando alguns bispos disse: – Isto é uma camarilha. Estes são os traidores, incluindo o Primaz – diz, apontando também na direcção do arcebispo de Lublin Józef Życiński. – Por que ninguém convidou para Gniezno o bispo Frankowski? Neste momento um outro homem, empunhando uma bandeira grande com uma águia da dinastia polaca de Piast, começou a gritar: “Os bispos ao confessionário!” – relatava “Tygodnik Powszechny” a minifestação em Gniezno, notando que participaram nela apenas um pequeno grupo de opositores da integração polaca na União Europeia.⁶⁵⁸

Quando foi pedido ao arcebispo de Gniezno, Henryk Muszynski, um comentário sobre o piquete, este observou que conhece e compreende a natureza desses medos de vários grupos. Em resposta, o ordinário desta arquidiocese lembrou a mensagem de

⁶⁵⁷ O evento realizou-se em Gniezno nos dias 15 e 16 de Março de 2003, ou seja, três meses antes do referendo europeu. Participaram mais do que 600 pessoas, especialmente membros de movimentos e organizações de leigos católicos.

⁶⁵⁸ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

João Paulo II aos polacos “Não tenham medo!”⁶⁵⁹ Henryk Muszynski lembrou também que o Santo Padre na sua recente visita à pátria, exortou: “Parem de ter medo”. O arcebispo compartilhou as suas reflexões, que João Paulo II tentava desta forma convencer os seus compatriotas a distinguir as ameaças reais das aparentes, pois só assim “estaremos em condições de suportar o peso de co-responsabilidade para a Europa. Segundo o hierarca polaco, isto é um dos principais objetivos da conferência de católicos polacos em Gniezno com participantes de países da Europa Ocidental.”⁶⁶⁰

Os colunistas católicos, no entanto, chamavam a atenção para o facto de hierarquia da Igreja polaca não ter medo da reação negativa do seu povo em relação ao apoio dado pelos bispos à promoção da opção pró-europeia. Desta vez, os comentadores definiam a posição dos bispos polacos como “geralmente “sim” à integração europeia, mas ...”. – Este projecto não indica claramente qual a decisão que deve ser tomada no referendo. Aqueles que vão votar contra a adesão, referiram-se a esta palavra “mas”, enquanto aqueles que optam pela União, justificaram o seu comportamento pela aceitação geral da integração europeia na Igreja Católica na Polónia – disse nas páginas do “Tygodnik Powszechny” Marek Zajac.⁶⁶¹

Entre os grupos ligados ao Episcopado polaco foram realizadas numerosas acções que tinham como alvo aproximar dos fiéis questões relacionadas com a integração europeia. Iniciativas semelhantes foram realizadas não só na arquidiocese de Gniezno, mas também em várias dioceses e paróquias. No entanto, por causa de falta de unidade na questão do referendo a hierarquia católica não decidiu fazer uma campanha nacional para educar o povo polaco sobre a integração europeia, promovida pela Igreja. O arcebispo de Lublin, reconhecido como liberal,⁶⁶² apontou numa carta dirigida aos fiéis da sua diocese que ele tem algumas preocupações sobre a questão do referendo europeu. – Eu já dirigi sobre este assunto algumas cartas e dei à União algumas palavras – disse o hierarca polaco. – que entretanto foram lidas nas igrejas e não causaram reacções emocionais. Portanto, hoje prefiro reunir-me com grupos e explicar estas questões dos assuntos europeus. Para convencer alguém, é necessário criar uma

⁶⁵⁹ Aquelas palavras foram repetidas várias vezes pelo Papa. Pela primeira vez no Vaticano, no dia 22 de Outubro de 1978 na missa que inaugurou o seu pontificado.

⁶⁶⁰ KRYSA Piotr, “«Quo vadis, Europa?» - pytanie wciąż otwarte” (Onde vais, Europa? - uma pergunta ainda aberta), in “Przewodnik Katolicki”, n.º 13/2003, in página de opoka.pl, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/X/XU/quovadis_europe.html].

⁶⁶¹ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁶⁶² Foi a opinião de vários meios de comunicação social, especialmente de Direita. Ver M. Kamyk, “Replika o katolicyzmie i patriotyzmie” (Réplica do catolicismo e patriotismo), in “Nasza Witryna”, 19.08.2002.

oportunidade para o diálogo. Em áreas de região de Lublin, a situação é tão difícil que as pessoas têm medo do Ocidente, e têm boas relações com a Ucrânia. Muitos deles dizem: – é melhor ter o velho modo, nós vamos comunicar com os ucranianos – e na União Europeia vão fechar as fronteiras e os ucranianos vão parar de vir para a Polónia, o que provocará a queda do comércio. Portanto, na minha diocese, há o grave perigo de que o comparecimento às urnas no referendo possa ser baixo, ou que a maioria opte por votar “não”. Assim, eu tento participar o máximo possível nos encontros directamente com os fiéis – explicou o arcebispo Jozef Zycinski.⁶⁶³

Existia também uma forte oposição à ideia pró-europeia. Poucos meses antes do referendo na Polónia os jornalistas do ambiente da “Radio Maryja” tinham apontado para o perigo da Igreja Católica promover a ideia da adesão à União Europeia. Calculavam que o primeiro período de cumprimento de exigências da UE seria muito difícil para o país e colocaria em situação difícil vários grupos sociais que teriam de suportar os custos da integração europeia. Alguns colunistas apontavam aqui principalmente para os agricultores e trabalhadores. Uma semana antes do referendo europeu, o diário conservador “Nasz Dziennik” alertou os seus leitores da propaganda esquerdista acerca da tentativa de manipular a sociedade por parte de pessoas ligadas aos partidos de União de Liberdade (Unia Wolności) e Plataforma Cívica (Platforma Obywatelska). Jerzy Robert Nowak, comentador próximo do padre Tadeusz Rydzyk, no seu artigo intitulado “Manipulações anticlericais” explicou que no futuro a Igreja Católica pode ser acusada pelo possível fracasso da integração europeia. O colunista observou que a Conferência Episcopal da Polónia deixa a cada um o direito de decisão no referendo, e apenas apela à participação. – Por sua vez, o padre Tadeusz Rydzyk rejeita categoricamente mentiras sobre a sua suposta decisão de apoiar a integração na União Europeia. Esses factos contradizem claramente as mentiras daqueles que desejam agora responsabilizar a Igreja pela adesão da Polónia à UE. Esses estão a contar com o facto de que o domínio dos meios de comunicação social irá ajudá-los a esconder a verdade e a semear a confusão. Os manipuladores sabem que um dia a nação pode acordar depois de ouvir várias euro-fábulas, quando um dia chegar o início de euro-miséria. Encorajo todos os leitores mais uma vez a começar a luta sobre a verdade e destruir as actividades dos mentirosos de esquerda – escreveu Nowak.⁶⁶⁴

⁶⁶³

ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁶⁶⁴

NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

O comentador de direita notou também que antes do referendo os políticos do círculo liberal e pós-comunista tentaram manipular os polacos. Ressaltou que esses grupos a todo o custo tentavam que o país entrasse na UE em condições piores. Apresentou uma lista dos por si intitulados “manipuladores”. – São principalmente os pós-comunistas: Kwasniewski, Miller, Wiatr, Oleksy, e também vários outros “cor-de-rosa” da União de Liberdade e da Plataforma Cívica a encorajar-nos sempre, ainda que inconscientemente, a entrarmos em condições de capitulação para este eurokolkhoz na UE. O Santo Padre sublinhou claramente que a adesão da Polónia às estruturas de uma Europa unida deve ser realizado na base da igualdade e “tradição cristã comum” – explicou o colunista do “Nasz Dziennik”.⁶⁶⁵

Os representantes dos meios de comunicação social ligados à “Radio Maryja”, ou aos partidos de direita que na sua maioria incluíam cristãos⁶⁶⁶ chamaram a atenção para uma série de informações incorrectas ou deliberadamente provocadoras de confusão na sociedade. De acordo com os cépticos face à integração europeia, essa manipulação foi projectada para atacar os polacos e servia a desinformação influenciando o comportamento do povo durante o referendo europeu. Jerzy Nowak notou que as semanas anteriores ao referendo trouxeram uma verdadeira explosão de mentiras anti-clericais e de manipulação. Ressaltou no diário “Nasz Dziennik” que muitos dos políticos e jornalistas têm a intenção clara de tentar responsabilizar a Igreja Católica pela integração da República da Polónia na União Europeia, e em seguida culpá-los da adesão, escondendo a sua própria responsabilidade. O comentador acrescentou que de facto só eles se vão aproveitar da integração europeia.⁶⁶⁷

Muitos analistas esperavam que os bispos polacos apresentassem finalmente uma posição comum sobre o referendo europeu. Estas expectativas baseavam-se numa tradição longa da Igreja Católica de apresentar a sua opinião sobre assuntos importantes para o futuro do país. Um outro argumento foi o facto de a Igreja polaca ter um grande apoio na sociedade, e mesmo sem este apoio ter a consciência do seu poder. Os comentadores lembravam que às vezes muitos bispos tomaram decisões impopulares, ao contrário da opinião dominante na sociedade, e o melhor exemplo disso foi a carta aos

⁶⁶⁵

Ibidem

⁶⁶⁶

Especialmente simpatizantes da Liga das Famílias Polacas (LPR) ou da União da Política Real (UPR).

⁶⁶⁷

NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

bispos alemães em 1965, que foi da co-autoria de Karol Wojtyła⁶⁶⁸ mas desta vez seria pouco provável que o polaco fosse alvo de um ataque dos críticos, como antigamente. No entanto, os euroentusiastas polacos tentavam influenciar a opinião do Papa e de facto apresentar a sua opinião de maneira diferente. Ligado ao padre Tadeusz Rydzyk, o jornal “Nasz Dziennik” publicou em Março de 2003 um artigo intitulado “O que se passa com esta Europa?”, no qual o padre Jerzy Bajda sugeriu que João Paulo II nunca foi um defensor da União Europeia.⁶⁶⁹ O autor do texto argumentava que o Papa polaco nunca apoiou directamente a União Europeia e não via nela aspectos positivos. A confirmação desta opinião foram algumas citações do Papa, acompanhadas por comentários do padre Jerzy Bajda, que podiam ser reconhecidos como uma tentativa de manipulação das palavras de João Paulo II. O padre Jerzy Bajda usava no seu texto frases com conotação negativa, como por exemplo: “possuída pela União”, “capitulação à União”. O autor do texto afirmava que as palavras foram ditas pelo Papa durante a sua despedida na última peregrinação à Polónia. Segundo o comentador conservador, João Paulo II não sugeriu no aeroporto de Cracóvia que a República da Polónia deveria aderir à União Europeia. padre Jerzy Bajda escreveu que os euro-entusiastas tentavam manipular w estas palavras papais no âmbito de apoio à integração europeia.⁶⁷⁰ Entretanto, a opinião do Papa apresentada no discurso final da sua visita à Polónia em 2002 foi muito clara. – Deixai o espírito de caridade prevalecer, da solidariedade fraterna, da harmonia e cooperação, e uma verdadeira preocupação pelo bem-estar do nosso país. Espero que tomando em conta esses valores, a sociedade polaca, que durante séculos pertenceu à Europa, vá encontrar o lugar que merece nas estruturas da Comunidade Europeia. E espero que não perca a sua identidade, mas que melhore a sua tradição, neste continente e no mundo inteiro – disse no seu discurso João Paulo II em Cracóvia.⁶⁷¹

Outra afirmação no texto publicado pelo “Nasz Dziennik” que poderia ser considerada como uma manipulação, foi a observação do padre Jerzy Bajda de que os

⁶⁶⁸ “Orędzie biskupów polskich do ich niemieckich braci w Chrystusowym Urzędzie Pastorskim” (Mensagem dos bispos polacos aos irmãos alemães no Serviço Sacerdotal do Cristo) in “Listy Pastorskie Episkopatu Polski (1945-2000)” (1945-2000. Cartas pastorais da Conferência Episcopal Polaca), Michalineum, Marki, 2003, p. 30-55.

⁶⁶⁹ BAJDA Jerzy, „Co z tą Europą?” (Que tal com a Europa?), in „Nasz Dziennik”, 31.01.02/1.1.2003.

⁶⁷⁰ Ibidem

⁶⁷¹ JOÃO PAULO II, discurso de despedida no final da peregrinação papal no aeroporto de Cracóvia, 19.08.2002, in “Miłość i Miłosierdzie – VII i VIII Pielgrzymka Jana Pawła II do Polski” (O Amor e a Misericórdia – VII e VIII Peregrinação de João Paulo II à Polónia) , Polskie Radio, Varsóvia, 2008, CD n.º 19.

euro-entusiastas não deviam usar o discurso papal de 8 de Dezembro de 2002, porque João Paulo II naquela intervenção não deu o seu apoio à integração europeia. – Só faltava descobrir que o apelo do Papa feito aos fiéis de oração pelo debate europeu de Copenhaga, durante o Angelus foi reconhecido *à priori* como uma bênção para todas as conclusões do referido grémio – escreveu o padre Jerzy Bajda no diário “Nasz Dziennik”.⁶⁷² Este argumento, tal como todo o artigo, encontrou uma crítica no semanário católico liberal “Tygodnik Powszechny”. – A frase sugere que os apoiantes da União Europeia fazem tal leitura das palavras do Papa – e não há nenhuma evidência para isto - afirmou no semanário de Cracóvia, Jerzy Galkowski, o chefe do Departamento de Ciências Sociais e Ética Política da Universidade Católica de Lublin, especialista no ensino de João Paulo II. – O apelo papal para rezar o rosário é supostamente um recurso para afastar “da humanidade desastres como a fome, a guerra ou uma praga” – escreveu desta maneira o padre Bajda no contexto da União Europeia. Será que a UE foi segundo João Paulo II uma praga? – perguntava retoricamente Jerzy Galkowski.⁶⁷³

O padre Jerzy Bajda também chamou a atenção dos leitores do “Nasz Dziennik” para o facto de que João Paulo II nunca ter dado – supostamente – o seu apoio à União Europeia. – Apenas olhando de maneira superficial, pode-se ter uma impressão de que o Papa “apoia a União Europeia”, e que os políticos que trabalham para a nossa adesão à União, têm o direito de invocar a autoridade do líder da Igreja – observou Jerzy Bajda.⁶⁷⁴

Enquanto isso, comentadores de imprensa católica liberal polaca ripostaram sobre os argumentos do “Nasz Dziennik”. Jerzy Galkowski nas páginas do “Tygodnik Powszechny” argumentava que o apoio à UE dado pelo Papa não é necessário para votar a favor da adesão. – Não se pode dar o apoio à União sem a insistência do Papa? Aliás isto que João Paulo II apoia a União Europeia todos podem verificar – basta ler alguns dos seus discursos. As diferenças de interpretação podem estar relacionadas com *nuances*, mas não podemos confundir aceitação e negação – embora, claro, essa aceitação não seja incondicional e acrítica – observava o comentador do “Tygodnik Powszechny”.⁶⁷⁵

⁶⁷² BAJDA Jerzy, „Co z tą Europą?”

⁶⁷³ GALKOWSKI Jerzy, “Negacja akceptacji” (Negação da aceitação), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 11 (2801), 16.03.2003.

⁶⁷⁴ BAJDA Jerzy, „Co z tą Europą?”

⁶⁷⁵ GALKOWSKI Jerzy, “Negacja akceptacji”,.

Ambos os autores – tanto o padre Jerzy Bajda, como Jerzy Galkowski – concordaram porém em vários aspectos, entre os quais: que o apoio dado pelo Papa João Paulo II à integração europeia era uma questão complexa e de que o papa polaco “nunca falou de questões estritamente políticas”. Além disso, ninguém tinha dúvidas de que a posição do Papa sobre a União Europeia não se aplicava aos católicos, da mesma forma como em questões ligadas à fé. – Por outro lado, se a discussão passa para um plano eclesial, teológico e filosófico, é difícil não nos referirmos às declarações de João Paulo II. Podemos concordar ou discordar do Papa, mas as suas palavras devem ser devidamente lidas e analisadas. E se as suas palavras não podem suportar simultaneamente opções opostas, é preciso definir se estamos de acordo com elas – mas não manipulá-las. É por isso que quero protestar contra a deturpação do pensamento de João Paulo II – no artigo do padre Jerzy Bajda “O que e que se passa com esta Europa?”, publicado no diário “Nasz Dziennik” – escreveu Jerzy Galkowski.⁶⁷⁶

No entanto, o director do Departamento de Ciências Sociais e Ética Política da Universidade Católica de Lublin dizia que concorda com a opinião de que no pensamento de Papa João Paulo II, a integração europeia parece estar baseada não só em interesses económicos e políticos, mas também em valores como a comunidade do espírito, a moral, a religião ou a cultura. – Os valores espirituais podem ser partilhados sem prejuízo, porque eles são indestrutíveis. Eles não conduzem a conflitos, mas – ensinando o altruísmo – à tolerância e à cooperação. Portanto, João Paulo II apela a que não sejam nas acções comunitárias evitados estes valores, mas que é necessário torná-los um pilar da União. Eu concordo sem reservas com este parecer do padre Jerzy Bajda (...) No entanto, discordo quando ele diz, directamente ou por sugestões, de que o Papa pede primeiro a pureza total dos corações das pessoas que fazem unir a Europa e a perfeição nas estruturas sociais, económicas, políticas, como uma condição para a aceitação da União (...). Será que o Papa não quer ver a União como uma criação perfeita? É claro que quer. Mas sabe que a perfeição não é alcançada rapidamente. Mesmo com trabalho duro e com teimosia é difícil aproximar-se do ideal. A unificação da Europa é um processo, e não um acto único e momentâneo. Claro, que não se pode baixar os braços na luta pelo bem. Mais: é uma obrigação moral. Mas isto não é fácil, e os efeitos não são imediatos, mas a paciência pode trazer-nos o efeito

⁶⁷⁶

Ibidem

desejado – escreveu o comentador de “Tygodnik Powszechny” na sua polémica contra o padre eurocéptico Jerzy Bajda.⁶⁷⁷

Jerzy Galkowski no seu texto também considerou que todo o argumento do padre Bajda é baseado no seu pensamento de que a UE é uma coisa má, então o Papa não pode apoiá-la. Na sua opinião, o padre eurocéptico transfigura o significado dos discursos do Papa, apenas para convertê-los na sua própria visão do mundo. Além disso, Jerzy Galkowski apontou a avaliação injusta feita à UE e à sugestão de se defender contra a integração através de uma fuga. Observou ao mesmo tempo que essa escolha é contrária aos ensinamentos do João Paulo II, que nas suas declarações sublinhou que “os cristãos têm o dever religioso e moral de dar testemunho de Cristo, e de não se isolar”.⁶⁷⁸

O colunista do “Tygodnik Powszechny” discordou da opinião segundo a qual os eurocépticos tinham associações apenas com visões catastróficas da União Europeia. – O mal existe no Oriente e no Ocidente, na Europa, África, América e Ásia. Além disso, o que é bom também lá existe. É claro, o bem e o mal no mundo não estão distribuídos uniformemente. Por outro lado, se existe o mal no mundo, os cristãos não devem retirar-se do mundo, mas construí-lo melhor. O Papa apela à criação na União Europeia de um clima adequado na moral e na religião, mostra aos fiéis o caminho para um objectivo nobre, não uma evasão – notou Jerzy Galkowski.⁶⁷⁹

No seu artigo Jerzy Galkowski acusou o padre Jerzy Bajda de parcialidade e selectividade na escolha dos argumentos no debate sobre a integração europeia. Observou também que o autor do texto publicado no diário “Nasz Dziennik” não apresentou a posição completa do Papa sobre a adesão da Polónia.⁶⁸⁰ – A prova decisiva da opinião de João Paulo II face à União, que foi deixada no silêncio pelo padre Bajda, são as palavras papais pronunciadas durante a visita ao parlamento polaco no dia 11 de Junho de 1999. João Paulo II não só de uma maneira clara e explícita aceitou a UE e a adesão polaca, como também considerou a nossa adesão como uma entrada num “processo de progresso e desenvolvimento” – notou Jerzy Galkowski. – Se ele não tivesse uma opinião positiva acerca da União Europeia, nunca ia aprovar a entrada da Polónia na União Europeia! Vale a pena ouvir estas palavras, porque o Papa vê o todo,

⁶⁷⁷ Ibidem

⁶⁷⁸ Por exemplo, nas opiniões de oponentes faltou o discurso de João Paulo II no Parlamento da República da Polónia em Varsóvia, no dia 11 de Junho de 1999.

⁶⁷⁹ GALKOWSKI Jerzy, “Negacja akceptacji”.

⁶⁸⁰ Ibidem

não só do ponto de vista polaco, mas também no contexto mais amplo do mundo e da Europa, das coisas que se cruzam no Vaticano. “A Polónia tem o pleno direito de participar no processo global do progresso e desenvolvimento do mundo, especialmente na Europa. A integração polaca na União Europeia foi desde o início apoiada pela Santa Sé. A experiência histórica, que tem a nação polaca, a sua riqueza espiritual e cultural pode contribuir efectivamente para o bem geral de toda a família humana, especialmente na consolidação da paz e da segurança na Europa” – citou as palavras do Papa João Paulo II o colunista de “Tygodnik Powszechny”.⁶⁸¹

A Primavera de 2003 foi marcada por confrontos entre eurocépticos e comunidades euroentusiastas nos media polacos. Os meios de comunicação social católicos, que geralmente apoiavam uma das opções, uma vez que estavam a publicitar textos polémicos de vários autores. Muitas vezes, tentavam convencer o seu público por força da interpretação do discurso do Papa polaco. Nos média ligados ao movimento de Famílias da “Radio Maryja” os grandes jornais, a televisão e a rádio polaca foram acusados de manipular as palavras de João Paulo II, tal como alguns políticos “supostamente falando a favor da integração polaca na União Europeia”. Alguns autores de direita têm apontado para o uso deliberado “fora de contexto das palavras do Santo Padre” pelos “vários desonestos semeadores de mentira na vida pública contemporânea”. Apontavam também que muitos deles antigamente faziam parte de ditadura comunista, e que hoje de maneira camuflada “manipulam de forma muito mais esperta”.⁶⁸²

Entre os colunistas que alertavam para a deturpação da mensagem papal encontravam-se não só publicistas laicos, mas também representantes da Conferência Episcopal polaca. Em Maio de 2003, o arcebispo Boleslaw Pylak criticou no diário “Nasz Dziennik” os alegados manipuladores “que usam as palavras de João Paulo II para os seus próprios fins”.⁶⁸³ No artigo intitulado “Em nome da verdade” escreveu ele no dia 29 de Maio de 2003, que “toda a agitação em torno das palavras do Santo Padre é um exemplo clássico de manipulação da mentalidade das pessoas – selecção do texto comentado e apresentação daquilo que encaixa em determinada tese”.⁶⁸⁴

⁶⁸¹ Discurso de João Paulo II no Parlamento da República da Polónia em Varsóvia no dia 11 de Junho de 1999, in „L'Osservatore Romano”, edição polaca, n.º 8/1999, p. 54.

⁶⁸² NOWAK Jerzy Robert, “Alleluja i do przodu” (Aleluia e adiante), Maron, Varsóvia, 2003, p. 43-61.

⁶⁸³ Bolesław Pylak foi entre 1975 e 1997 o Arcebispo da Diocese de Lublin. O representante do grupo de bispos polacos pouco abertos à ideia da adesão da Polónia à União Europeia.

⁶⁸⁴ PYLAK Bolesław, “W imię prawdy”.

Poucos dias antes do referendo, o texto do arcebispo polaco foi apoiado nas páginas do mesmo jornal pelo professor Jerzy Robert Nowak ligado à Radio Maryja. Ele ressaltou que os apoiantes da integração europeia invocavam mais alto as palavras de João Paulo II, usando-as fora de contexto e alterando-as. Observou que apesar disto, eles esqueceram que “antes não queriam ouvir tantas mensagens importantes do Papa”. – Por exemplo, as condenações da guerra no Iraque, muitas vezes tão alto repetidas pelo Papa. Eles preferiram gritar que isto é “a nossa guerra”! – lembrou o professor Jerzy Robert Nowak.⁶⁸⁵

Os redactores do jornal “Najwyższy Czas”⁶⁸⁶, “Nasz Dziennik” e “Radio Maryja” indicavam que o papa polaco queria ver o seu país participar em iguais condições nas estruturas da UE, como os outros países-membros. Eles observavam também que os “manipuladores dos *media*” tentam apagar completamente a questão “fortemente acentuada pelo Santo Padre” que é a condição básica para “a adesão polaca à União Europeia com os mesmos direitos que têm outros estados-membros”.⁶⁸⁷

Esta questão foi também destacada pelo arcebispo Boleslaw Pylak no diário “Nasz Dziennik”, quando este membro do clero escreveu sobre a falta de aplicação da condição de igualdade para a entrada polaca nas estruturas da União Europeia. – Nós não somos tratados da mesma forma que os outros países da UE. A prova disto é o facto de os nossos agricultores irem receber apenas 25% dos subsídios comparando com os agricultores de outros países – afirmou o representante do Episcopado polaco.⁶⁸⁸

No diário “Nasz Dziennik” argumentou-se que a falta da igualdade de tratamento dos novos candidatos à adesão à União Europeia comparando com os antigos, já tinha sido apontada pelo jornal pró-europeu “Gazeta Wyborcza”. Foi citado o artigo de Krystyna Naszkowska de 14 de Março de 2002, onde a jornalista perguntava retoricamente: “Porque não dizemos nós que a União viola o princípio da igualdade, que está na base desta comunidade?”. Exige-se de nós, que dentro de 2-4 anos nos ajustemos às normas da UE em todas as fábricas de processamento de carnes e

⁶⁸⁵ NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje antykościelne” (Manipulações anticlericais), in “Nasz Dziennik”, 02.06.2003, [http://www.naszawitryna.pl/europa_821.html].

⁶⁸⁶ MARCZUK Miłosz, “Pakiet nie do odrzucenia” (Pacote para não recusar), in “Najwyższy Czas”, n.º 29-30, 20.07.2002, [http://www.naszawitryna.pl/europa_486.html].

⁶⁸⁷ NOWAK Jerzy Robert Nowak, “Manipulacje...”.

⁶⁸⁸ PYLAK Bolesław, “W imię prawdy”.

laticínios. Mas, a UE para si própria dá-se o período de 10 anos para adaptação. Esse contraste é muito claro – escreveu Krystyna Naszkowska na “Gazeta Wyborcza”.⁶⁸⁹

Jerzy Nowak Robert apresentou poucos dias antes do referendo uma extensa lista de exemplos dos publicistas que apontavam a violação dos princípios da igualdade e “uma ditadura” da União Europeia contra a Polónia. – Um numeroso grupo de pessoas muito bem informadas da Polónia e do Ocidente já escreveu sobre este assunto. Do Ocidente, para recordar, até mesmo a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, Carl Beddermann, o especialista austríaco da política, Paul Lendvai, o correspondente francês na Polónia, Bernard Margaritte, e os autores do britânico “The Times”, bem como do “International Herald Tribune” dos Estados Unidos escreveram sobre isto. O comentador do The Times observou no seu texto publicado no dia 11 de Dezembro de 2002 e intitulado “Para uns caviar, para outros mortadela”, que “a UE (...) na verdade durante os dois últimos anos aterrorizou a Europa Central e a forçou à continuação do apaziguamento (...) Bruxelas propõe aos países desta região, na melhor das hipóteses, o estatuto de segunda classe”. O que isso tem a ver com a condição “de direitos iguais” para a Polónia, acentuada fortemente por Papa João Paulo II? Mesmo o correspondente alemão pró-europeu, Klaus Bachmann, admitiu no semanário “Política” de 8 de Julho de 2001: “Mas o que é esta União Europeia, onde há uma divisão entre os europeus com todos os direitos (ocidentais) e sem todos os direitos (de Leste)?” – escrevia Jerzy Robert Nowak, sobre as intervenções críticas à União Europeia.⁶⁹⁰

Os comentadores anti-europeus apontavam, que os “manipuladores pró-europeus” interpretaram mal não só as intervenções de João Paulo II, mas também as opiniões sobre a história da Polónia e do patriotismo. – Que direito têm as pessoas que, de forma consistente, ignoram a história polaca para usar a mensagem papal e que até mesmo prejudicam o significado da Constituição de 3 de Maio? – perguntava Jerzy Robert Nowak nas páginas de “Nasz Dziennik”. O colunista ligado com o pensamento da direita polaca, deu como exemplo o artigo publicado por Włodzimierz Kalicki na “Gazeta Wyborcza”. O autor sugeriu no seu texto que a primeira constituição da Polónia não era um documento do “triunfo da sabedoria nacional” e que sem ela o povo polaco podia salvar a independência do país, evitando também o martírio no século XIX e um atraso civilizacional na consequência da ocupação. Chegava apenas ficar quietos e

⁶⁸⁹ NASZKOWSKA, Krystyna, “Nie unikajmy trudnych tematów” (Não omitimos assuntos difíceis), in “Gazeta Wyborcza”, 14.03.2002.

⁶⁹⁰ NOWAK, Jerzy Robert Nowak, “Manipulacje...”.

colaborar, “vender a soberania”.⁶⁹¹ Com o mesmo espírito foi “comemorado” recentemente o feriado do 3 de Maio nas páginas do semanário pós-comunista “Wprost”, no qual um outro deturpador da história, Jan Wróbel, na edição do dia 4 de Maio de 2003, cuidadosamente tentou eliminar o significado da Constituição de 3 de Maio como sendo o nosso mito, porque segundo ele “a Constituição nunca entrou em vigor”, e ao mesmo tempo desnecessariamente provocou os russos – citava à imprensa Jerzy Robert Nowak.⁶⁹²

Algumas semanas antes do referendo europeu, os meios de comunicação social ligados aos círculos dos eurocépticos fortaleceram a sua campanha focada nas opiniões de João Paulo II sobre a União Europeia. A acção de despertar a consciência dos leitores sobre o pensamento do Papa acerca do processo de integração sopunha-se identificar as palavras do Santo Padre abusivamente interpretadas pelos eurocépticos.⁶⁹³ Os conservadores têm apontado várias vezes um desejo expresso por João Paulo II de que os seus compatriotas pudessem defender o património cultural polaco. Em vários casos, os discursos do Papa apresentados pelos eurocépticos foram usadas fora do seu contexto. Por exemplo, o diário “Nasz Dziennik” publicava no contexto da opinião papal negativa sobre a União Europeia os seus discursos onde João Paulo II alertava para alguns perigos. No entanto, algumas citações não correspondiam bem com a situação actual da Polónia, nem com a situação geopolítica contemporânea. Jerzy Robert Nowak no seu texto publicado no dia 2 de Junho de 2003 ⁶⁹⁴ usou um discurso de João Paulo II, que foi apresentado quase 23 anos antes. A intervenção papal foi dirigida aos emigrantes polacos que participavam no encontro com o Santo Padre em Mainz em 1980. João Paulo II disse: “Existe portanto, o perigo de que a destruição de valores culturais herdados, possa resultar também numa perda de fé, especialmente se os novos valores, que são aprovadas no novo ambiente, não têm o carácter cristão que caracteriza pela cultura nativa. (...) E se o homem perde a sua dignidade, fé e consciência nacional só para ter mais, então esta atitude deve levar a um desprezo por si mesmo.”⁶⁹⁵

⁶⁹¹ WRÓŃSKI Paweł, “Milenijny dar niebios” (Milénar prenda dos céus), in “Gazeta Wyborcza”, 11-12.03.2000.

⁶⁹² NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

⁶⁹³ Ambos os lados dos *media* católicos intensificaram a escrita criativa no contexto de João Paulo II e da UE.

⁶⁹⁴ NOWAK, Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

⁶⁹⁵ Discurso de João Paulo II à comunidade de imigrantes polacos em Mainz, 16.11.1980, in Dzwonkowski Roman, “Papież Jan Paweł II do Polonii i Polaków za granicą”, (Papa João Paulo II aos Polacos no estrangeiro), Apostolicum, Ząbki, 2007.

Outras citações fornecidas pelo diário “Nasz Dziennik” mostravam aparentemente uma preocupação de João Paulo II antes da adesão da Polónia à União Europeia, mas eram ainda mais antigas e usadas na altura da Comunidade Económica Europeia. Ninguém naquela altura esperava que a Polónia fosse um dia livrar-se do comunismo e tentar candidatar-se a uma organização da Europa Ocidental.⁶⁹⁶ No entanto, uma semana antes do referendo europeu na Polónia, o diário “Nasz Dziennik” em vez de mencionar o discurso pró-europeu do Papa, feito em Maio⁶⁹⁷, apresentou palavras de João Paulo II proferidas na década de 70. Os colunistas do jornal polaco argumentavam que João Paulo II lembrava aos seus conterrâneos a memória nacional, sugerindo aos polacos que “não perdessem a memória, porque um homem sem memória é uma pessoa privada do futuro”. “Nasz Dziennik” citava também os apelos de Karol Wojtyła, ainda como cardeal de Cracóvia, sobre o cultivo da história nacional: “Rezemos pela pátria, vendo todo o seu passado. Grande e difícil passado, um passado que espremeu lágrimas a gerações inteiras (...). Não vamos fugir do passado! Ela é a essência da nossa identidade, ainda hoje!”⁶⁹⁸

“Nasz Dziennik” também citou um dos primeiros discursos de João Paulo II realizado no dia 2 de Junho de 1979, feito durante a sua visita à Polónia liderada pelo regime comunista. Dirigindo as suas palavras aos seus compatriotas, Karol Wojtyła disse: - Nunca podemos esquecer as lições terríveis da história, como a perda da independência polaca desde o final do século XVIII até ao início do século XX. Esta dolorosa, e de facto negativa experiência, tornou-se como um novo reservatório de patriotismo polaco. A palavra “Pátria” tem para nós tão importante significado, tanto conceptual como emocional, que parece que outros povos da Europa e do mundo não a conhecem. Especialmente aqueles que não experimentaram, como a nossa nação, perdas históricas, injúrias e ameaças.”⁶⁹⁹

Poucos dias antes do referendo de adesão à UE na Polónia, Jerzy Robert Nowak lembrou também uma das mais recentes declarações do Papa, também no contexto das

⁶⁹⁶ Em primeiro lugar, a CEE era, então, apenas constituída por alguns países e, por outro, a Polónia pertencia ao Comecon e ao Pacto de Varsóvia

⁶⁹⁷ Discurso de João Paulo II na peregrinação de polacos a Roma, 19.05.2003, in [<http://www.zakony-zenskie.pl/index.php/sentire-cum-ecclesia/51-kanonizacje-i-beatyfikacje/105--2003-homilia-jana-pawa-ii-narodowa-pielgrzymka-polakow-do-rzymu-18-19052003>].

⁶⁹⁸ Homilia do Cardeal Karol Wojtyła em Cracóvia no dia 25.05.1978., in página de Osrodek Dokumentacji i Studium Jana Pawła II (Centro de Documentação e Estudos de João Paulo II), [http://www.jp2doc.org/jan_pawel/kalendarium.htm].

⁶⁹⁹ Discurso de João Paulo II em Belweder no dia 02.06.1979, in mateusz.pl, [<http://mateusz.pl/jp99/pp/1979/pp19790602c.htm>].

preocupações alegadas de Karol Wojtyła a moldar o futuro da Europa. O colunista ligado à Rádio Maryja baseava-se ao mesmo tempo na opinião de Gustaw Herling-Grudzinski⁷⁰⁰, o escritor e ensaísta polaco, e também de Barbara Spinelli⁷⁰¹ que se iriam opor à integração europeia. O diário conservador lembrava também aos seus leitores de uma citação do escritor que em 1997 alertava no jornal “Rzeczpospolita” para o euroentusiasmo acrítico dos apoiantes da adesão da Polónia à União Europeia. Gustaw Herling-Grudzinski apresentou também uma opinião negativa sobre alguns fenómenos dos países da União Europeia. – E o que há para unir? – perguntou o escritor. – O aumento de roubos e corrupção, a desenfreada pedofilia, a criminalidade, “as vacas loucas” britânicas, o sangue infectado usado em transfusões, o transplante da glândula pituitária de cadáveres, a SIDA, a doença de Creutzfeld-Jakob, um desporto maravilhoso – de momento só na Itália – de deixar cair grandes pedras de pontes sobre estrada e para os carros de passagem, as violações nas portões e nas ruas vazias ou nos comboios e no metro, com a completa indiferença dos passageiros e uma curva crescente de assassinatos dos pais pelos seus filhos” – escreveu Gustaw Herling-Grudzinski.⁷⁰²

No mesmo artigo Jerzy Nowak também apresentou opiniões desfavoráveis à União Europeia manifestadas por Barbara Spinelli. Foi apontado que ela criticava fortemente as tendências cada vez mais visíveis da UE, no seu artigo publicado no final de 1996 em “La Stampa”. O jornal indicou que a italiana, muito famosa publicista e filha de um dos co-fundadores da Comunidade Económica Europeia, se opôs ao processo de integração europeia.”⁷⁰³

Os opositores polacos da integração europeia ligados aos círculos da Família da Rádio Maryja opunham-se a este processo, por causa do perfil alegadamente anti-cristão da União Europeia. Várias vezes mantinham a posição contra a visão da participação da Polónia na “Europa sem Deus”.⁷⁰⁴ Eles sugeriam que esta questão foi uma das

⁷⁰⁰ Gustaw Herling-Grudziński (1919-2000) foi um escritor e jornalista polaco. Durante a II Guerra Mundial foi preso pelos comunistas russos. Foi conhecido como crítico do sistema comunista na Polónia e na Europa Central e de Leste.

⁷⁰¹ Barbara Spinelli é escritora e jornalista italiana. Fez parte de grupo dos fundadores do jornal “La Repubblica”.

⁷⁰² GRUDZIŃSKI-HERLING Gustaw, “Dziennik pisany nocą” (Diário escrito à noite), in “Plus Minus - Rzeczpospolita”, 15.03.1997, [http://archiwum.rp.pl/artykul/133235_Dziennik_pisany_noca.html].

⁷⁰³ NOWAK, Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

⁷⁰⁴ O arcebispo Ignacy Tokarczuk alertou para o perigo da criação de uma Europa comum institucionalizada, em 1993, durante a sua homilia em Przemyśl no dia 11.04.1993, in “Niedziela”, 24.11.2002, n.º 47, p. 16.

principais preocupações do João Paulo II contra a adesão polaca às estruturas europeias. Salientavam que a visão dos apoiantes de uma Europa do “materialismo vulgar e da vigarice” está em oposição com a visão do papa polaco onde a Europa se baseia num profundo respeito pela grande herança espiritual compartilhada pelo continente, “de que não devem ser eliminados o cristianismo e o conceito de Deus”.⁷⁰⁵

O diário “Nasz Dziennik” no artigo publicado uma semana antes do referendo europeu na Polónia, salientou que João Paulo II muitas vezes protestou fortemente contra as tentativas de rejeitar Deus, e “uma relutância em expressar a mínima referência a Cristo, que caracteriza as pessoas que formaram os documentos mais importantes da União Europeia”. – Muito típico nesse sentido foi o facto de se omitir completamente o nome de Deus num documento tão importante da União Europeia como a Carta dos Direitos Fundamentais – escreveu Jerzy Robert Nowak. – O Santo Padre criticou fortemente o documento numa carta dirigida ao cardeal Antonio María Javierre Ortás, o presidente da sessão científica organizada por ocasião dos 1200 anos da coroação de Carlos Magno, escrevendo: – Não consigo esconder a desilusão com o facto do texto da Carta não conter uma única menção de Deus, que é a fonte primária da dignidade humana e direitos fundamentais. Não podemos esquecer que a rejeição de Deus e dos Seus mandamentos levou no século passado à criação da tirania idólatra, que cultivava um culto da raça, classe social, nação, estado ou partido”.⁷⁰⁶

“Nasz Dziennik” citava também o discurso do Papa dirigido ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé em Roma, no dia 10 de Janeiro de 2002.⁷⁰⁷ Foi salientado que João Paulo II referiu “com propriedade e uma grande tristeza” a ignorância e a “marginalização da religião” pelos políticos dominantes na União Europeia. O jornal conservador sublinhava que uma atitude negativa do Papa polaco face à UE podia ser interpretada a partir de um texto – de facto retirado do seu contexto – onde João Paulo II disse: “Eu sei que é considerada a possibilidade de ser feita a constituição da União. Por isso é importante ter objectivos mais claramente definidos para a Europa unida e saber quais os valores em que basear-se. Assim, com tristeza recebi a notícia de que as comunidades dos crentes não foram especificamente mencionadas entre os participantes da reflexão sobre a Convenção, aprovada no mês

⁷⁰⁵ NOWAK, Jerzy Robert, ““Manipulacje...””.

⁷⁰⁶ Ibidem

⁷⁰⁷ JAN PAWEŁ II, “Otwórzmy serca i umysły na wyzwania naszych czasów” (Abrimos corações e mentes aos desafios dos nossos tempos), in página da Internet de opoka.pl, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WP/jan_pawel_ii/przemowienia/cd_10012002.html].

passado numa reunião da Cimeira de Laeken. A marginalização das religiões que deram e continuam a dar a sua contribuição ao desenvolvimento da cultura e do humanismo – o que confere à Europa um motivo legítimo de orgulho – é para mim uma manifestação de injustiça, e também a escolha de uma falsa perspectiva. Mas o reconhecimento do facto histórico indiscutível não significa a rejeição do secularismo devido necessário no mundo contemporâneo, e portanto, na Europa!”.⁷⁰⁸

Os jornalistas do diário “Nasz Dziennik” destacavam que além do facto de João Paulo II sentir na Europa moderna um desprezo crescente pela religião, ao mesmo tempo reconhecia o perigo que constituía para os cristãos o ateísmo e o materialismo. Os autores apontavam que o Papa várias vezes chamou a atenção para esses dois fenómenos.

Jerzy Nowak no seu texto, publicado apenas uma semana antes do referendo europeu na Polónia, lembrou aos leitores de “Nasz Dziennik” que muitas vezes o Papa apresentou no seu discurso uma avaliação crítica da intensificação de fenómenos negativos na esfera dos valores éticos nos países da Europa Ocidental. Mais uma vez o colunista conservador citou duas antigas intervenções de João Paulo II não relacionadas com a questão de alargamento da União Europeia. No discurso de João Paulo II, de 6 Novembro de 1981, apresentado por Nowak, o Papa alegou que vivemos numa Europa em que “cada vez mais se nota a tentação do ateísmo e do cepticismo, em que está enraizada uma dolorosa incerteza moral com a desintegração da família e a quebra das regras morais, em que há o perigo de um conflito de ideias e movimentos”.⁷⁰⁹

A segunda citação do Papa apresentada por Nowak foi feita por João Paulo II em 1982, e na realidade não tinha nada a ver com o processo da integração europeia. O jornal “Nasz Dziennik” lembrou as palavras do Papa ditas em Santiago de Compostela: “Eu, o bispo de Roma e o pastor da Igreja universal, de Santiago dirijo a ti, a antiga Europa, uma chamada cheia de amor: Encontra-te a ti própria! Sê tu mesma! Descobre as tuas origens. Anima as tuas raízes. Anima os autênticos valores que fizeram a tua gloriosa história, e a tua presença cheia de caridade nos outros continentes.”⁷¹⁰

O apelo do Papa apresentado em Santiago de Compostela, também foi lembrado por Slawomir Sowinski e Radoslaw Zenderowski antes do referendo europeu. No livro

⁷⁰⁸ NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

⁷⁰⁹ Ibidem

⁷¹⁰ JOÃO PAULO II, “Acto da Europa”, Santiago de Compostela, 9.11.1982, in S. Sowiński, R. Zenderowski. “Europa drogą Kościoła. Jan Paweł II o Europie i Europejskości” (Europa, o caminho da Igreja. João Paulo II sobre a Europa e o europeísmo), Ossolineum, Wrocław 2003, p. 190-195.

“A Europa – o caminho da Igreja”, eles apontaram que o discurso do Papa tem inspirado muitos políticos e homens de cultura a aprofundar a sua reflexão sobre a condição da Europa contemporânea. Os autores referiram que as palavras do Papa podiam ser uma surpresa e ser reconhecidos como difíceis para alguns ouvintes, uma vez que João Paulo II desafiou a visão idílica do processo de unificação político-económica da Europa “que se está a realizar diante dos nossos olhos”. – Raramente, com algum embaraço, casualmente menciona-se os vínculos morais da Europa Ocidental com as nações da Europa Central e Oriental, tratando-a como um prelúdio para uma discussão sobre dinheiro. Será que não é um sintoma de falta de solidariedade o facto de os quinze estados membros da União Europeia estarem dispostos a aceitar com alegria os europeus da Europa Central e Leste como consumidores, mas não como trabalhadores no mercado de trabalho comum? – perguntaram retoricamente no seu livro Sławomir Sowinski e Radosław Zenderowski.⁷¹¹

Na opinião dos eurocépticos polacos, João Paulo II nunca chegou de ver a construção da Europa, realizada na base dos valores cristãos. Eles apontavam que o Papa reconhece o perigo da marginalização da religião. Um dos exemplos da opinião negativa de Karol Wojtyła sobre a integração europeia foi o discurso dirigido aos participantes do Terceiro Fórum Internacional da Fundação Alcide de Gasperi, realizado no dia 23 de Fevereiro de 2002, no Vaticano. Durante o seu discurso o Papa observou que a religião cristã tem sido “relegada para a esfera privada da vida humana”. João Paulo II também perguntou retoricamente, se não era significativo deste ponto de vista, que a Carta Europeia não tenha qualquer referência directa à religião e, portanto, também ao cristianismo. O Papa lembrou que já tinha expressado pesar por esta razão, pois ele considerava que “este é um comportamento anti-histórico e ofensivo aos pais da nova Europa, entre os quais Alcide de Gasperi ocupa um lugar especial”. – O velho continente precisa de Jesus Cristo para não perder a sua alma e não perder o que o fez de grande no passado e o que ainda hoje em dia o torna um objecto de admiração de outras nações. Hoje a Igreja com energia renovada mostra os valores cristãos à Europa, que pode desistir do relativismo ideológico e niilismo moral, quando o mal é chamado

⁷¹¹

SOWIŃSKI Sławomir, ZENDEROWSKI Radosław, “Europa drogą Kościoła...”, p. 73-75.

de bem e o bem de mal – disse em Roma João Paulo II.⁷¹² Não eram só os colunistas ligados à direita que usavam as palavras do Papa contra a integração europeia.

No debate participaram também alguns representantes da hierarquia da Igreja Católica polaca. Por exemplo, o arcebispo auxiliar de Lublin, Boleslaw Pylak, tentou persuadir os fiéis de que o Papa mantinha uma atitude negativa em relação à integração europeia, argumentando que a União Europeia não era uma organização que pudesse ser apreciada por João Paulo II. Numa entrevista realizada no dia 29 de Maio de 2003, alguns dias antes do referendo europeu, o arcebispo Boleslaw Pylak referiu nas páginas do diário “Nasz Dziennik” que a UE não cumpre a condição essencial de João Paulo II que era construir a família dos povos europeus “numa tradição cristã comum”. Segundo o representante da Conferência Episcopal Polaca, a União Europeia está fora dos valores cristãos, e constrói sobre um fundamento anti-religioso. – As sugestões do Parlamento Europeu de liberalizar o aborto e legalizar os casamentos homossexuais são a prova disto. No geral, as estruturas da União Europeia são más. A questão é, se vale a pena entrar em tais estruturas? Será que um homem, também numa dimensão social, pode expor-se deliberadamente à oportunidade de fazer o mal? – perguntou retoricamente o arcebispo auxiliar de Lublin, Boleslaw Pylak.⁷¹³

Os eurocépticos polacos ligados aos círculos da Igreja Católica acusavam os euroentusiastas de manipular a sociedade com más interpretações de declarações do Papa João Paulo II sobre a integração europeia, e também de tentativas de desinformação a respeito da posição do padre Tadeusz Rydzyk, o fundador da Radio Maryja. Uma semana antes do referendo europeu o jornal “Nasz Dziennik” acusou “os manipuladores da esquerda” de tentar ligar as autoridades da Igreja Católica ao processo de integração europeia. O diário conservador sugeria que essa desinformação servia para a acusação que futuramente podia ser feita pelos amargos milhões de polacos, frustrados após a adesão à UE, que podiam virar-se contra a Igreja, que tinha dado o seu apoio à integração. Os colunistas de “Nasz Dziennik” previam que alguns anos depois da entrada polaca nas estruturas europeias a sociedade podia viver num estado de choque pós-adesão. Jerzy Robert Nowak no seu artigo intitulado “As manipulações anti-ecclesiásticas” afirmou que as pessoas associadas à Esquerda polaca “usando o seu domínio nos mais poderosos meios de comunicação social, falsificam a imagem real da

⁷¹² JOÃO PAULO II, “A Europa precisa de Jesus Cristo”, discurso papal aos participantes de III Congresso Internacional de Fundação de Alcide de Gasperi, 23.02.2002. Vaticano, in Opoka.pl, [http://www.opoka.org.pl/biblioteka/W/WP/jan_pawel_ii/przemowienia/alcidedegasperi_23022002.html].

⁷¹³ PYLAK Bolesław, “W imię prawdy”.

situação de uma maneira mais radical”. O autor sugeria que o alvo desta desinformação é estabelecer na opinião pública que a Igreja Católica na Polónia está orientada favoravelmente para dar o seu apoio à União Europeia.⁷¹⁴ Na opinião deste colaborador próximo do padre Tadeusz Rydzyk esta acção foi calculada para “depois de aderir à União Europeia deixar em pobreza e desespero milhões de polacos e que eles pudessem culpar a Igreja pela sua difícil situação”. – Neste jogo de manipulação da posição do Papa e da Igreja (...) começaram também a falsificar descaradamente a opinião do padre Tadeusz Rydzyk – escreveu Jerzy Robert Nowak no jornal “Nasz Dziennik”. – Com o objectivo de enfraquecer a sua autoridade e minar a sua credibilidade os principais meios de comunicação social começaram a divulgar informações sobre uma alegada mudança de atitude do padre Rydzyk e da “Radio Maryja” sobre a União Europeia. O padre Tadeusz Rydzyk – de acordo com estas afirmações falsas – tinha começado a dar o seu forte apoio à adesão à União Europeia – escreveu o colunista conservador.⁷¹⁵

As informações sobre a alegada mudança de posição do padre Rydzyk acerca da integração europeia foram rapidamente desmentidas pelos meios de comunicação social a ele ligados. A “Radio Maryja” imediatamente reagiu contra as “revelações” publicadas pelo diário pró-europeu “Gazeta Wyborcza”. No dia 26 de Maio de 2003 foi apresentada no jornal “Nasz Dziennik” uma firme declaração da “Radio Maryja” assinada pelo padre redentorista Janusz Dyrek⁷¹⁶ onde ele acusou os autores de publicações sobre o padre Rydzyk de uma manipulação dos eleitores. A declaração afirmou que esta Rádio protesta fortemente contra as tentativas de manipulação da opinião pública e “que tem o fim de destruir a autoridade da Radio Maryja e usá-lo para a propaganda da União Europeia”. – A “Radio Maryja” opõe-se às provocações calculadas para confundir as mentes e corações daquelas pessoas que sinceramente acreditam nesta estação de rádio católica. (...) A “Radio Maryja” cumpre totalmente a missão evangelizadora que corresponde aos documentos da Igreja Católica, acende o amor e a fidelidade a Deus e à Pátria, solidariza-se com os agricultores, as pessoas mais pobres e marginalizadas pela oligarquia política – escreveu em comunicado o padre redentorista Janusz Dyrek, ligado à “Radio Maryja”.⁷¹⁷

⁷¹⁴ NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

⁷¹⁵ Ibidem

⁷¹⁶ Janusz Dyrek, padre redentorista polaco. Jornalista. Um dos responsáveis pelos programas políticos na Radio Maryja e TV Trwam.

⁷¹⁷ Comunicado do Padre Janusz Dyrek, in “Nasz Dziennik”, 26.05.2003, in página da Internet de “Nasza Witryna”, [http://www.naszawitryna.pl/europa_821.html].

Acusações mútuas faziam parte da realidade pré-eleitoral na Polónia. Depois de uma declaração desmentindo firmemente a mudança de opinião do padre Rydzyk, numa parte dos *media* continuava a haver informações sobre uma mudança “para melhor” do fundador da “Radio Maryja” sobre a União Europeia. O diário liberal “Gazeta Wyborcza” era especialmente aquele que mais escrevia sobre a questão da alegada mudança de alguns pontos de vista do padre Tadeusz Rydzyk para uma opção mais pró-europeia. Segundo os colunistas deste jornal, a mudança de atitude de padre Rydzyk ajudou a melhorar recentemente o estado de espírito de alguns membros do governo. De mesma maneira escreveram outros meios de comunicação social.⁷¹⁸

Em resposta, Jerzy Robert Nowak acusou em “Nasz Dziennik” a Ministra da Integração Europeia, Danuta Hübner, de fazer parte do grupo que manipulava a opinião pública sobre a mudança de atitude do fundador da “Radio Maryja”. Ele observou que este membro do governo “mentia também sobre a opinião de mudança de atitude do padre Rydzyk sobre a UE”. – É preciso admitir que esta senhora já tem jeito para mentir, pois fez parte do Partido Comunista até 1987, quase até ao final do partido. E hoje graças a ela ainda podemos ouvir vários contos, por exemplo que a União Europeia não é uma ameaça à nossa agricultura. Ou declarar – numa entrevista na revista “Najwyższy Czas” de 21 de Setembro de 2002 – que as negociações com a UE, “não são negociações comerciais, em que alguém quer enganar a outra parte, mas que se trata de negociações que correm numa casa comum”. Então parece que a ministra Hübner ainda não sabe disso, do que tem sido avisado pela primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, que na UE o vencedor é o que se deixa enganar menos. Aconselho-a a ler antes de dormir vários textos de autores ocidentais, que alertam contra a hipocrisia da política ocidental em relação aos países da Europa Central, por exemplo, o famoso especialista em ciências políticas, o austríaco Lendvaie. Eu recomendo-lhe também reduzir a sua tendência para falsas declarações públicas, como esta que trata da mudança de atitude insinuante do padre Rydzyk – escreveu o jornalista associado ao círculo e da “Radio Maryja”.⁷¹⁹

O colaborador próximo da “Radio Maryja” acusava também directamente a “Gazeta Wyborcza” de uma manipulação no âmbito de uma má interpretação da sua própria publicação. Jerzy Robert Nowak sugeriu que os jornalistas de Adam Michnik,

⁷¹⁸ “Radio Maryja pozytywnie o Unii” (Radio Maria positivamente sobre a União), notícia de PAP, 16.04.2003, in página da Internet de “Nasza Witryna”, [<http://www.wirtualnemedial.pl/artikul/radio-maryja-popiera-ue>].

⁷¹⁹ NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

director de “Gazeta Wyborcza”, davam deliberadamente informações falsas. – Aí foram apresentados alguns fragmentos do meu discurso na “Radio Maryja”, onde eu desmentia informações falsas sobre uma alegada mudança de atitude do padre Tadeusz Rydzyk em relação à União Europeia. Logo depois foi apresentado um discurso do cardeal Józef Glemp, tirado do contexto, com intenções por parte dos editores de desafiar o significado do meu discurso – explicou Jerzy Nowak. – Pode surpreender esta súbita atitude de “Gazeta Wyborcza” para chamar a autoridade do Primaz da Polónia, especialmente considerando que neste jornal já várias vezes tentavam contradizê-lo, deturpar as suas palavras e atacar, lembrando apenas o seu famoso discurso em defesa das Irmãs Carmelitanas, em Oswiecim. Foram mesmo pessoas de “Gazeta Wyborcza” que provocaram as famosas intervenções do Primaz da Polónia sobre “cãezinhos e pastores alemães”.⁷²⁰ Segundo o colunista de “Nasz Dziennik” a verdadeira atitude do jornal “Gazeta Wyborcza” perante o Primaz da Polónia foi apresentada da melhor maneira no artigo de David Warszawski⁷²¹ publicado na “Tikun”, a revista judaica nos Estados Unidos, em 1989. – Ali, faltando à verdade o autor afirmou que “muitos polacos consideram que Glemp é simplesmente demasiado arrogante e estúpido” (Many Poles consider Glemp plain arrogant and stupid). De facto, o conceito da necessidade de diálogo com os cristãos é bastante concreto no caso de alguns judeus, especialmente quando um membro da comunidade judaica na Polónia, como Dawid Warszawski, fez tão indigna observação sobre o líder da Igreja Católica na Polónia – escreveu Jerzy Robert Nowak.⁷²²

Apesar do forte debate entre euroscepticos e euroentusiastas poucas semanas antes do referendo europeu, a posição da Igreja Católica polaca sobre a integração do país na União Europeia estava definida. A hierarquia da Igreja, com poucas excepções, sob a liderança do mesmo Papa, era a favor da escolha da adesão. Era óbvio que os bispos não podiam ir mais longe e instruir os fiéis directamente de que maneira deveriam votar durante o referendo, porque a associação das estruturas político-económicas da Europa não era uma questão de fé, ou escolha na base dos ensinamentos

⁷²⁰ A entrevista com o cardeal Józefa Glemp foi criticada por Adam Michnik, director de jornal “Gazeta Wyborcza” no seu artigo intitulado “Wilczury poszły w las” (Os pastores alemães foram à floresta), in “Gazeta Wyborcza”, 18.08.1991.

⁷²¹ Dawid Warszawski é o nome artístico de Konstanty Gebert, jornalista da “Gazeta Wyborcza” de origem judaica.

⁷²² NOWAK Jerzy Robert, “Manipulacje...”.

morais da Igreja. Não era preciso por causa de opção de votar a favor ou contra a União Europeia ir à confissão.⁷²³

Os resultados do referendo europeu, realizado entre 7 e 8 de Junho de 2003, mostraram que prevaleceu na sociedade polaca a ideia de que é necessário aderir à União Europeia. 77,4% dos que se deslocaram às urnas votaram a favor da adesão, respondendo positivamente à pergunta: concorda com a adesão da República da Polónia à União Europeia? Foi no Oeste do país e nas grandes cidades polacas que se observou um maior apoio à integração polaca na UE, enquanto, como se previa a menor frequência de votos a favor foi registada no Leste, dominado por áreas rurais. A participação da sociedade polaca no referendo, ao contrário do que estava previsto, foi muito elevada para a realidade polaca chegando ao nível de quase 59%, que significa que votaram 17,5 milhões de polacos.⁷²⁴ Mesmo nos casos de menor participação o resultado foi válido, pois no regime do referendo nacional não havia nenhuma exigência específica quanto à frequência.

O referendo de Junho de 2003 na Polónia foi o momento decisivo no caminho deste país para a integração na União Europeia, pondo fim a mais de 10 anos de negociações com o candidato e debates públicos sobre a razão da unificação com as estruturas europeias. Uma das etapas finais deste processo foi a adopção do projecto de compromisso do tratado de adesão na Cimeira de Copenhaga. Após aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, este documento foi assinado pelos chefes de governo dos estados membros e países candidatos à União Europeia, no dia 15 de Abril de 2003 na reunião do Conselho Europeu em Atenas. No período entre os dois eventos as questões relacionadas com o referendo à adesão dominaram completamente os assuntos nos meios de comunicação social e o debate público na Polónia, envolvendo representantes da Igreja Católica. A voz desta instituição sobre a questão da integração europeia teve a sua influência no resultado final do referendo europeu na Polónia.

⁷²³ ZAJAC Marek, “Quo vadis?...”.

⁷²⁴ A participação da sociedade nas eleições na Polónia não costuma ser muito alta. A mais alta participação depois de 1989 registou-se na segunda volta de eleições presidenciais de 1995 – 68,2%. Mas já nas primeiras eleições ao Parlamento Europeu em 2004 participaram apenas 20,9% das pessoas com direito de voto.

Conclusão

O ensino e a actividade do Papa João Paulo II tiveram uma grande influência não apenas na queda do comunismo e na mudança do sistema político na Polónia em 1989, mas também na escolha de uma política externa pró-europeia por parte das elites polacas. As suas decisões pessoais, como as nomeações da hierarquia católica, revelaram um grande desejo do Papa de promover pessoas abertas à União Europeia, apoiantes das aspirações das elites democráticas polacas viradas para a integração na Europa Ocidental. Entre os bispos que no período antes do referendo da UE ocupavam as principais funções ou lideravam as dioceses importantes do país estavam os membros da hierarquia favoráveis à integração europeia, como por exemplo, o arcebispo de Gniezno, Henryk Muszynski, que entre 1999 e 2005 foi presidente da Comissão das Conferências Episcopais da União Europeia (COMECE), o arcebispo de Lublin, Jozef Życiński ou o Nuncio Apostólico da Polónia, o arcebispo Józef Kowalczyk.

João Paulo II partilhou com os seus compatriotas, ainda que de uma forma discreta, as suas convicções sobre a participação da Polónia nas estruturas europeias, sem impor os seus pontos de vista. As várias peregrinações à sua terra natal e especialmente o discurso no parlamento da Polónia em Junho em 1999, deram-lhe a oportunidade de expressar as suas opiniões. As suas visitas à pátria também deram ânimo a todo o povo, provocando a sua saída à rua, demonstrando a força e a posição que o catolicismo mantinha na sociedade polaca.

A atitude positiva do líder da Igreja Católica em relação à União Europeia também se reflectiu nos discursos papais dirigidos aos chefes de Estado e aos embaixadores, bem como nas exortações e cartas pastorais dirigidas aos fiéis. Um exemplo das suas opiniões pró-europeias foi a Exortação “Ecclesia na Europa”, na qual João Paulo II saudou o processo de integração europeia, bem como uma carta dirigida aos seus conterrâneos um mês antes do referendo europeu na Polónia, em que o Papa apresentou o seu desejo da participação da Polónia na UE.

O apoio da Igreja à adesão polaca às estruturas europeias foi visível não só em discursos e homílias, mas também na opinião oficial do Episcopado da Polónia. Mas a atitude dos bispos perante a adesão à UE não foi a mesma no clero polaco e na sociedade católica da Polónia. Existiam divisões, medos e preconceitos, que pouco a pouco perderam apoio. O grupo da anti-europeia „Radio Maryja”, fundada pelo padre

conservador Tadeusz Rydzyk, perdeu os argumentos na luta decisiva antes do referendo por causa da ofensiva dos pró-europeus. Os bispos, políticos católicos e leigos activistas defenderam a ideia da integração europeia, divulgando-a de várias maneiras. O Papa polaco também não se distanciou na demonstração do seu desejo da participação da Polónia na UE.

Parece que a atitude pró-europeia do Papa foi mais bem interpretada pelos bispos do que pelos sacerdotes da Igreja polaca, o que certamente se deverá ao facto de a hierarquia católica estar mais próxima de João Paulo II. O desejo papal da adesão polaca à UE foi várias vezes o tema de conversas entre o líder da Igreja e os membros da Conferência Episcopal da Polónia, não apenas nos encontros individuais, mas também nas audiências públicas, bem como durante as visitas *ad limina apostolorum* no Vaticano. Um dos sinais do tratamento favorável deste assunto pelos bispos foi a carta pastoral da Conferência Episcopal da Polónia aos fiéis, de 21 de Março de 2002, intitulada “Os bispos polacos e a integração europeia”, no qual a hierarquia católica demonstrou o seu apoio ao processo da adesão da Polónia à UE. Uma outra expressão positiva da atitude da hierarquia da Igreja Católica face à integração europeia foi a sondagem de semanário católico “Tygodnik Powszechny”, onde a maioria dos bispos polacos apoiou a candidatura do seu país à União Europeia. Ao contrário, num estudo realizado pelo Instituto de Estatísticas da Igreja Católica em 2002 que contou com a presença de mais de 9 mil párocos apenas 5,7 por cento deles consideraram a integração europeia como um fenómeno positivo para a Igreja polaca.

Uma maior abertura dos bispos à ideia do europeísmo manifestou-se igualmente numa série de entrevistas e artigos nos quais a hierarquia da Igreja Católica encorajava a deixar o medo da União Europeia. Neste âmbito dominaram os bispos das maiores dioceses polacas ou membros da hierarquia que exerceram funções de relevo na Conferência Episcopal da Polónia. A Agência de Informação Católica (KAI), directamente associada à Conferência Episcopal polaca, sendo desde 1993 a maior fonte de informações sobre a Igreja Católica para os meios de comunicação social polacos, foi através dos seus artigos também uma grande ajuda na promoção da ideia de integração da Polónia nas estruturas europeias.

De referir igualmente que os bispos polacos participaram activamente na organização dos debates e conferências sobre a integração europeia e o papel da Polónia no processo de unificação europeia. Uma parte dos membros da hierarquia da Igreja apoiou a realização destes eventos nas suas dioceses. Os maiores eventos foram

organizados nas antigas capitais polacas: em Cracóvia - “O Papel da Igreja Católica no processo de integração europeia” (no âmbito do ciclo anual organizado desde 2001, pela Academia Teológica Pontifícia e pela COMECE) e em Gniezno – o IV Congresso de Gniezno, em 2003. O evento de Gniezno realizou-se apenas dois meses antes do referendo europeu na Polónia, por iniciativa da KAI, apoiada por alguns dos bispos mais destacados, e mostrou claramente que a Conferência Episcopal da Polónia procurava o apoio da comunidade católica no quadro da integração do país na União Europeia. A manifestação de simpatia para com os organizadores do Congresso de Gniezno foi a ausência de convite para o evento dirigido aos bispos e padres que representavam a opção anti-europeia. Nesta circunstância, os oponentes da integração europeia perderam a oportunidade de apresentar os seus argumentos perante um grupo de mais de 600 leigos, principalmente líderes de movimentos e organizações católicas. Os apoiantes da adesão polaca à UE dominaram as palestras realizadas durante o IV Congresso de Gniezno, transmitindo a mensagem de que a Igreja polaca apoia quase planamente o processo de unificação da Europa.

Os leigos polacos no período do pré-referendo estavam sob uma forte influência da hierarquia católica, especialmente do ensinamento do Papa. Como evidência disso pode servir a sondagem do CBOS intitulada „As percepções na sociedade das relações entre o Estado e a Igreja”, realizada na Polónia em Setembro de 2002. A maior figura do catolicismo recebeu 3% de respostas dos inquiridos que garantiram que durante o referendo europeu iriam participar seguindo a opinião de outra pessoa com autoridade. Um terço dos inquiridos responderam que no referendo seriam guiados por este critério, especialmente pela posição de membros da sua família – 14% dos prováveis participantes na votação. A influência da Igreja confirmou-se no estudo feito em Abril de 2003 (ver quadro 2). O resultado do inquérito revelou que a posição da Igreja iria ser seguida por um total de 42% dos potenciais participantes no referendo, incluindo 16% em „grande” e „muito grande” extensão. A sondagem revelou também que, apesar do facto de a maioria dos polacos acreditar que a Igreja é a favor da integração, os oponentes da adesão da Polónia à UE referiam-se à posição da Igreja Católica mais frequentemente do que os seus apoiantes.

A elite política da Polónia democrática manteve-se também sob a influência dos ensinamentos de João Paulo II. Os seus representantes nos primeiros anos após o colapso do comunismo iniciaram o processo de aproximação do país às estruturas da Comunidade Económica Europeia e da Aliança Euro-atlântica. Muitos deles provinham

directamente de Clubes dos Intelectuais Católicos ou da Fundação Polska w Europie (A Polónia na Europa), ambos criados na base de grupos de leigos católicos e com o apoio de representantes do clero polaco. A ideia da integração europeia serviu em primeiro lugar de garantia de segurança externa para a Polónia, especialmente em relação à União Soviética, e depois da Rússia. Os líderes da hierarquia católica tiveram o mesmo objectivo. Para a maioria dos bispos polacos que apoiavam a adesão da Polónia à União Europeia, a segurança e o desenvolvimento económico foram os factores considerados mais importantes para a adesão às estruturas europeias. As questões morais não pareciam ser as principais para os apoiantes da adesão da Polónia à União Europeia no debate, ao contrário do que sucedia no caso dos adversários. Os bispos e padres reservados quanto ao processo de integração alertaram quanto aos possíveis danos na moralidade polaca após a unificação com as estruturas da UE, em consequência da legislação do Parlamento Europeu e das leis em vigor na maioria dos países da UE, favoráveis ao aborto e restringido o lugar da religião na vida pública.

Os opositores da integração europeia na Igreja polaca, em especial os grupos associados à “Radio Maryja” do padre Tadeusz Rydzyk, apontavam para uma ameaça da possível perda de soberania, como resultado de mais uma adesão – após a participação no COMECON – organização supranacional, que limitava as decisões autónomas do povo polaco e das suas autoridades. Outras preocupações estavam ligadas às questões económicas, particularmente às reduzidas oportunidades para a agricultura polaca, menos desenvolvida tecnologicamente e muito fragmentada. Temiam que os agricultores polacos, mais pobres comparando com os seus colegas dos países da antiga União Europeia, iriam ser menos competitivos e marginalizados na nova UE. Também foi apontada a questão de potencial aquisição de empresas e terras agrícolas polacas por estrangeiros.

Contudo, parece que tanto os partidos da direita como da esquerda polaca lembravam o papel tido pela Igreja, impulsionada pelo envolvimento activo dos bispos e do clero polaco, na queda da ditadura em 1989 e queriam ter do seu lado a hierarquia católica no debate sobre a integração europeia. Lembravam-se que a Igreja Católica deu à oposição democrática, não só o apoio moral, mas também o apoio logístico para enfrentar o regime comunista. Na década de 90, os políticos esperavam que a Igreja Católica de novo desse a cara no debate sobre as aspirações polacas à adesão europeia, recebendo a legitimidade da sociedade polaca onde predominavam os católicos. Esperava-se este tipo de bênção, lembrando que a Igreja tinha sido factor decisivo na

formação da consciência cívica durante a passagem da ditadura para a democracia. Neste sentido a voz dos bispos polacos foi desejada não só pelas elites da antiga oposição, mas também pelos grupos pós-comunistas, que depois de 1993 prosseguiram uma política de integração na UE. Embora na primeira fase da transição se ouvissem na Polónia acusações de tentativas de interferência na política por parte da Igreja católica, no período do debate sobre a integração europeia as elites políticos esperavam que os bispos e clérigos dessem o seu apoio ao processo da adesão à Europa unida. E assim aconteceu. A Conferência Episcopal polaca manteve uma posição face a este assunto semelhante à dos grupos liberais e esquerdistas. Em resultado desta “aliança” os oponentes da Igreja baixaram a intensidade das críticas à Igreja Católica no decurso das negociações das condições da adesão à UE. Só por vezes voltava a questão da liberalização da lei do aborto, bem como a ratificação da Concordata entre a Santa Sé e a República da Polónia. Em ambos os casos, conseguiu encontrar-se uma solução favorável à Igreja.

A Santa Sé, liderada por João Paulo II, olhou para a União Europeia como uma espécie de novo campo para a evangelização das nações, principal objectivo da Igreja Católica, mas também como uma missão contemporânea de unir o continente, orientando países não democráticos para a integração numa Europa, baseada nos valores cristãos. Desta forma o Papa da Polónia realizava na sua política a ideia dos publicistas polacos Jerzy Giedroyc e Juliusz Mieroszewski, de retirar o seu país da zona dos interesses russos em direcção à civilização europeia, baseada nas raízes católicas e também de incentivar a independência dos povos que viviam entre a Polónia e a Rússia.

O caso polaco foi contagioso e ocorreu em outros países da Europa Central e de Leste de forma semelhante: a ditadura, o colapso do regime, a transição para a democracia e por fim, a entrada na União Europeia. Mas o caso polaco teve também as suas especificidades, sendo uma delas o envolvimento da Igreja Católica nos processos de transição, já que em nenhum dos países da Europa Central e de Leste o elemento religioso foi tão importante. João Paulo II, homem do bloco soviético, avançava nas suas obras e durante as visitas papais na Europa de Leste com a ideia de liberdade do ser humano, sublinhando a necessidade de respeito pelos direitos humanos por parte das autoridades comunistas e apoiando logo depois da queda das ditaduras comunistas as identidades dos povos do território da União Soviética e dos países satélites – na Lituânia, Ucrânia, Bielorrússia e Polónia, tal como na Checoslováquia e mais tarde, desde 1992, na República Checa e na Eslováquia. E apesar de existir um grande

secularismo na Europa Ocidental, João Paulo II apoiava os povos de Leste a juntar-se aos outros países do continente numa „família baseada historicamente nos valores cristãos”. Por outro lado, os vizinhos da Polónia – como a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia – continuavam na época pós-soviética numa cooperação no quadro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), onde ainda tinham a possibilidade de fazer retroceder o Império Soviético. O pensamento e o activismo católicos não eram bem acolhidos nesta zona. As tensões entre o Vaticano e o Patriarcado de Moscovo, baseadas principalmente nas acusações sobre o proselitismo demonstraram que a cooperação da Igreja Católica com a tradição protestante era muito mais fácil do que com os ortodoxos.

O apoio à integração europeia foi dado tanto pelo Episcopado polaco, como pelo Papa João Paulo II, seguindo o curso das elites políticos polacos em direcção à União Europeia. Ter como destino a integração com a Europa Ocidental parecia uma opção razoável perante uma nova época do neocolonialismo russo realizado desde 1999 por Vladimir Putin. O presidente da Rússia concentrou a política externa russa na tentativa de recuperação dos laços entre os países da antiga União Soviética promovendo a CEI, outro bloco político da Europa. A nova comunidade estabelecida no território ortodoxo, muito influenciado pelo Patriarcado do Moscovo, podia ser pior escolha para o Vaticano do que a secularizada União Europeia.

Apesar de ter passado uma década desde o referendo Europeu na Polónia, ainda é difícil medir com precisão o grau em que as actividades e ensinamentos de João Paulo II e da hierarquia da Igreja Católica influenciaram a decisão final dos cidadãos polacos, mas pode-se concluir que eles marcaram fortemente o debate sobre a adesão da Polónia à União Europeia e não foram indiferentes para o resultado final. Os acontecimentos que se seguiram mostraram que o lugar da Igreja na sociedade polaca ainda é muito forte, e que afecta a realidade política e social. A morte do Papa quase um ano após a adesão da Polónia à UE, as orações em massa que acompanharam a morte e o funeral do Papa na sua terra natal e todo o ambiente social, mudaram o cenário político da Polónia a partir de 2005. Desde essa altura, o palco político permanece sob a dominação dos partidos de centro e da direita, estando o lugar dos social-democratas, pós-comunistas, muito marginalizado.

Bibliografia

Capítulo em livro:

FEDYSZAK-RADZIEJOWSKA Barbara, “As mudanças sociais e adesão da Polónia à União Europeia como tarefa e desafios da Igreja Católica – opiniões de sacerdotes paroquiais, in livro “Kościół katolicki w przededniu wejścia Polski do Unii Europejskiej” (A Igreja Católica na véspera da adesão da Polónia à União Europeia), obra colectiva sob coordenação de Piotr Mazurkiewicz, Instytut Spraw Publicznych, Varsóvia, 2003.

Livros:

„II Polski Synod Plenarny (1991-1999)” (1991-1999. Segundo Sínodo Plenário da Polónia), Pallotinum, Poznań, 2001.

BRODA Rafał, “Unia Europejska a Polska – rozważmy to jeszcze raz” (UE e a Polónia – pensamos nisto mais uma vez), Ostoja, Kszeszowice, 2002.

CZAPUTOWICZ Jacek, „Bezpieczeństwo europejskie. Koncepcje, instytucje, implikacje dla Polski” (A segurança europeia. Conceitos, instituições e implicações para a Polónia), Ararat, Varsóvia, 1997.

CZAPUTOWICZ Jacek, „Integracja europejska. Implikacje dla Polski” (A integração europeia e implicações para a Polónia), WAM, Cracóvia 1999.

DZWONKOWSKI Roman, “Papież Jan Paweł II do Polonii i Polaków za granicą”, (Papa João Paulo II aos Polacos no estrangeiro), Apostolicum, Ząbki, 2007.

EISLER Jerzy, KUPIECKI Robert, BONDARUK-SOBAŃSKA Melania, „Świat i Polska 1939-1992”. (1939-1992. O Mundo e a Polónia), Varsóvia, Omnia, 1993.

ERNSTEIN Carl, POLITI Mario, “His Holiness John Paul II and the hidden history of our time”, Bantam Books, London, 1996.

FRISZKE Andrzej, “Nineteen Eighty-Nine. Polish path towards freedom”, Wydawnictwo Sejmowe, Varsóvia, 2009.

FRISZKE Andrzej , „Opozycja polityczna w PRL 1945-1980”, Aneks, Londres, 1994.

HELLER Janusz, „Integracja Polski z Unią Europejską” (A integração da Polónia na UE), Branta, Bydgoszcz-Olsztyn, 2003.

JACKOWSKA Natalia, “Kościół katolicki w Polsce wobec integracji europejskiej”, Intytut Zachodni, Poznań, 2003.

JOÃO PAULO II, „Memoria e Identidade”, Ras Libri S.P.A. Milão, 2004.

KOLARSKA-BOBINSKA Lena, „Duchowieństwo parafialne a integracja europejska” (Os sacerdotes paroquiais e a integração europeia), Instytut Spraw Publicznych, Varsóvia, 2003.

MICEWSKI Andrzej, „Kardynał Wyszyński. Prymas i mąż stanu (Cardeal Wyszyński. O Primaz e o estadista)”, Editions Du Dialogue, Paris, 1982.

NOWAK Jerzy Robert, „Alleluja i do przodu” (Aleluia e adiante), Maron, Varsóvia, 2003.

ODER Sławomir, GAETA Saverio, „João Paulo II Santo”, A esfera dos livros, Lisboa, 2010.

PAWLINA Krzysztof, „Młodzi z Janem Pawłem II u progu III tysiąclecia” (Os jovens com João Paulo II no limiar de Terceiro Milénio), Wydawnictwo Sióstr Loretanek, Varsóvia, 1997.

„Polityka zagraniczna RP 1989-2002” (1989-2002. A política estrangeira da República da Polónia), redakcja R. Kuźniar, K. Szczepanik, Askon, Varsóvia, 2006.

PRZEBINDA Grzegorz, „Między Moskwą i Rzymem”, Universitas, Cracóvia, 2003.

PRZEBINDA Grzegorz, „Większa Europa. Jan Paweł II a Rosja i Ukraina”, Znak, Cracóvia, 2001.

RAINA Peter, „Kardynał Wyszyński: konflikty roku milenijnego” (O Cardeal Wyszyński: os conflitos do ano milenar), Wydawnictwo von Borowiecky, Varsóvia, 1999.

RAINA Peter, „Stefan Kardynał Wyszyński Prymas Polski” (Stefan Cardeal Wyszyński, O Primaz da Polónia), v. III, Oficyna Poetów i Malarzy, Londres, 1988.

RESENDE MEYER Madalena, „The Unintended Effects of Europe on Central and East European Party systems: Poland and Beyond”, Tallina University Press, Tallinn, 2009.

SKUBISZEWSKI Krzysztof, „Stosunki pomiędzy Polską i NATO w latach 1989-1993 – przyczynek do historii dyplomacji w III Rzeczypospolitej (Relações entre a Polónia e a NATO entre 1989 e 1993 – introdução da história da diplomacia da Terceira República da Polónia)”, Wykłady Polskiej Rady Biznesu, Varsóvia, 2005.

SOWIŃSKI Sławomir, ZENDEROWSKI Radosław, „Europa drogą Kościoła. Jan Paweł II o Europie i europejskości” (A Europa como o caminho da Igreja. João Paulo II sobre a Europa e o europeu), Ossolineum, Wrocław, 2003.

STEHLE Hans Jakob, „Tajna dyplomacja Watykanu” (A diplomacia secreta do Vaticano), Real Press, Cracóvia, 1993.

WEIGEL George, “Testemunho de Esperança. A Biografia de Papa João Paulo II”, Bertrand Editora, Lisboa, 1999.

WEIGEL George, “The End and The Beginning: Pope John Paul II”, Random House Audio, New York, 2010.

WERON Eugeniusz, “Budzenie olbrzyna” (Acordar o gigante), Pallotinum, Poznań, 1995.

ZAMOYSKI Adam, “História da Polónia”, Edições 70, Lisboa, 2010.

ZATYKA Marcin, ZATYKA Michał, “Ekumeniczna Wspólnota z Taizé” (Comunidade Euménica de Taizé), Zabki, Apostolicum, 1999.

ZATYKA Marcin, ZATYKA Michał, “O tym, co najważniejsze” (As coisas mais importantes), Varsóvia, Pressline, 2004.

Programas de rádio:

“Miłość i Miłosierdzie – VII i VIII Pielgrzymka Jana Pawła II do Polski” (O Amor e a Misericórdia – VII e VIII Peregrinação de João Paulo II à Polónia) , Polskie Radio, Varsóvia, 2008, CD n.º 19.

RZEPA Jan, “Polish bishops warn over EU polls”, in “BBC Europe”, 16 April 2004.

Artigos em conferência:

MUSZYŃSKI Henryk, “Wkład Jana Pawła II w budowanie jedności europejskiej – w świetle przesłania skierowanego do Polski i Polaków” (O contributo de João Paulo II na construção da unidade europeia). A palestra realizada em Roma no dia 22.02.2002 durante III Forum Internacional organizado pela Fundação de Alcide De Gasperi.

Dissertação:

ZATYKA Marcin, “Tradycja i nowoczesność Akcji Katolickiej w Polsce” (A tradição e modernidade da Acção Católica na Polónia). Tese para obtenção do grau de Mestre defendida pelo autor na Faculdade de Ciência Política e Jornalismo da Universidade de Varsóvia no dia 30 de Junho de 1999.

Artigos em revista:

A entrevista com G. Verheugen “Polska mogła zostać na boku” (A Polónia podia ficar na margem), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 3, 19.01.2003.

“Arcybiskup Życiński dementuje doniesienia +Listu Stu Kobiet+” (O arcebispo Życiński desmente informações da “Carta das Cem Mulheres”), in ekai.pl, 07.03.2002.

ASH Timothy Garton , „The first world leader”, in „The Guardian”, 04.04.2005.

BAJDA Jerzy, „Co z tą Europą?” (Que tal com a Europa?), artigo in jornal „Nasz Dziennik”, 31.01.02/1.1.2003

BEREŚ Witold, „Polska droga do NATO” (O caminho polaco para a NATO), in „Gazeta Wyborcza”, 08.02.2007.

BASIEWICZ Maciej, “Kto czeka na Unię” (Quem está à espera da União), in semanário “Przegląd”, n.º 24/2003.

BIELECKI Jędrzej, “Za sukces zapłacimy sami” (O sucesso que nós pagamos), in “Rzeczpospolita”, 23.12.2002.

BONIECKI Adam, “Biskup rolników” (O bispo dos agricultores), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 29, 20.07.2003.

BONIECKI Adam, „Koniec prowizorki” (O fim do provisório), in „Tygodnik Powszechny”, n.º 8, 24.02.2002.

BONIECKI Adam, „Zapatrzeni w Papieża. 25 lat pontyfikatu” (De olhos fixos no Papa. 25 anos do pontificado). Suplemento ao semanário “Tygodnik Powszechny”, 19.10.2003.

BOYES Roger, “Jednym kawior, drugim kaszanka” (Para uns caviar e para os outros chouriço), The Times, 11.12.2002.

BRZEZIECKI Andrzej, FLAK Mateusz, “Zagwarantować zagwarantowane” (Garantir o garantido), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 5, 2.02.2003.

CZAPUTOWICZ Jacek, “Polityka zagraniczna w działalności opozycji przed 1989” (A política estrangeira em acções de oposição antes de 1989), in “Polski Przegląd Dyplomatyczny”, n.º 4-5 (2009).

DIMITROV Vesselin, “Transições políticas na Europa Central e de Leste. Dimensões interna e externa”, in revista “Relações Internacionais”, Setembro 2009.

DOMOSŁAWSKI Artur, “Pielgrzymka do Polski w 1991: Nieszczęsny dar wolności” (A Peregrinação à Polónia. A prenda desgraçada da liberdade), in “Gazeta Wyborcza”, n.º 124, 30.05.1997.

DUDEK Antoni, „Bieżniew miał rację” (Bieżniew tinha razão), in jornal „Dziennik”, 07.06.2009.

“Dziesięć kłamstw o Unii Europejskiej” (As dez mentiras sobre a UE), in jornal “Życie Warszawy”, 12.12.2002.

FEDYSZAK-RADZIEJOWSKA Barbara, “Doktrynerzy znad Wisły” (Os doutrinários da área do Vistula), in “Rzeczpospolita”, n.º 82, 6.04.2006.

FRANKLAND Mark, “Victor in a duel without bullets” in “The Observer”, 11.06.1989.

FRYDRYCH Marcin, “Polish and Italian bishops on EU integration”, in „Euobserver.com”, 17.09.2001.

GĄLKOWSKI Jerzy, “Negacja akceptacji” (Negação da aceitação), in “Tygodnik Powszechny”, n.º 11 (2801), 16.03.2003.

GIEDROYĆ Jerzy, MIEROSZEWSKI Juliusz, “O +complexo polaco+ da Rússia e o terreno de ULB”, in „Kultura”. n.º 9/1974.

GLEMP Józef, “Bóg chce abyśmy weszli do wspólnej Unii” (Deus quer a nossa entrada numa União comum), in “Rzeczpospolita”, 19.02.2003.

GÓRNY Grzegorz, „Powrót do aborcji” (Regresso ao aborto), in „Przewodnik Katolicki”, 24/2003.

GÓRSKA Dominika, „Polacy wobec UE – aspekt przystąpienia” (Os polacos sobre a UE – questão de adesão), in ZNZE WSIiZ, n.º 1-1/2006.

GRUDZIŃSKI-HERLING Gustaw, “Dziennik pisany nocą” (Diário escrito à noite), in “Plus Minus – Rzeczpospolita”, 15.03.1997.

HYBEL Dariusz, “Unia to nie objawienie” (A União não é uma revelação), in semanário “Tygodnik Najwyższy Czas!”, n.º 51-52, 21-28.12.2002.

IKONOWICZ Mirosław, “Litwa: Obchody 15-lecia pielgrzymki Jana Pawła II na Litwę” (Lituânia: Celebrações de 15.º aniversário da visita de João Paulo II à Lituânia), in serviço da Polska Agencja Prasowa (Agência de Informação Polaca), 07.09.2008.

JAZWIŃSKI Tomasz, “Po szczycie w Kopenhadze - miliardy w wyobraźni” (Após a Cimeira de Copenhaga – os bilhões na imaginação), in “Nowa Myśl Polska”, n.º 3, 19.01.2003.

KAMYK Małgorzata, “III Polska Konferencja Uniosceptyczna” (III Conferência Uniocéptica Polaca), in “Nasza Witryna”, 15.04.2003.

KAMYK Małgorzata, “Replika o katolicyzmie i patriotyzmie” (Réplica do catolicismo e patriotismo), in “Nasza Witryna”, 19.08.2002.

KAUFFMANN Sylvie, “Solidarité se déclare prêt «à les responsabilités» à Varsovie”, in “Le Monde”, 07.06.1989.

“Kościół w każdym zakamarku. Religia. Starcie Dyducha z Pieronkiem” (A Igreja em cada esquina. Religião. Confronto entre Dyduch e Pieronek), in „Trybuna”, 1.04.2003.

KOZŁOWSKI Krzysztof, "Bogu niech będą dzięki: wchodzimy do Unii" (Graças a Deus: Entramos na União), in "Tygodnik Powszechny", n.º 51-52 (2789), 22-29.12.2002.

KRYSA Piotr, "«Quo vadis, Europa?» - pytanie wciąż otwarte" (Onde vais, Europa? - uma pergunta ainda aberta), in "Przewodnik Katolicki", n.º 13/2003.

KRZYSZKOWSKA, Renata, "Referendum życia" (O Referendo da vida), in "Przewodnik Katolicki", n.º 7/2003.

KUBIK Mariusz, "Kopenhaga: Koniec negocjacji!!!", in "Gazeta Uniwersytecka", Janeiro 2003, n.º 4 (104).

KUZNIAR Roman, "A Primavera dos Povos de 1989", in revista "Relações Internacionais", Setembro 2009.

LIZUT Mikołaj, "Biskupi o UE: głosujcie" (Os bispos sobre a UE: Votem), "Gazeta Wyborcza", 04.05.2003.

LIZUT Mikołaj, "Konferencja Episkopatu: złe kazanie biskupa Frankowskiego" (A Conferência Episcopal: uma homilia do bispo Frankowski), in "Gazeta Wyborcza", 11.03.2003.

LIZUT Mikołaj, "Ksiądz idzie do Unii – raport Instytutu Spraw Publicznych" (Um padre vai à União – relatório do Instituto dos Assuntos Públicos), in página da Internet de jornal "Gazeta Wyborcza", 07.01.2003.

LUTER, Andrzej, "Zatruta atmosfera", in "Rzeczpospolita", 02.04.2003, [<http://archiwum.rp.pl/artikul/428915-Zatruta-atmosfera.html>].

ŁUCZEWSKI Michał, "Mesjanizm dla mas" (O messianismo para as massas), in "Plus Minus", suplemento do diário "Rzeczpospolita", n.º 17(948), 30 Abril - 1 Maio 2011.

MARCZUK Miłosz, "Pakiet nie do odrzucenia" (Pacote para não recusar), in "Najwyższy Czas", n.º 29-30, 20.07.2002.

MICHNIK Adam, "Wilczury poszły w las" (Os pastores alemães foram à floresta), in "Gazeta Wyborcza", 18.08.1991.

MUSZYŃSKI Henryk, „Od wierzy Babel do Wieczernika” (Da torre Babel à Última Ceia), in edição polaca de „L'Osservatore Romano” 1/2003.

NASZKOWSKA, Krystyna, "Nie unikajmy trudnych tematów" (Não omitimos assuntos difíceis), in "Gazeta Wyborcza", 14.03.2002.

NOWAK Jerzy Robert, "Manipulacje antykościelne" (Manipulações anticlericais), in "Nasz Dziennik", 02.06.2003.

OLEKSY Józef, "Z Bogiem czy bez Boga?" (Com Deus ou sem Deus), in „Trybuna”, 13.02.2003.

“O Papa sobre as raízes cristãs da Europa”. Notícia in serviço de informação da KAI de 12.12.2003.

“O Papa sobre a Europa unânime e justa”, Notícia in serviço de informação da KAI de 07.11.2003.

“Os entusiastas cépticos. Os bispos sobre a integração europeia – sondagem”, in semanário “Tygodnik Powszechny” n.º 6, 09.02.2003.

PACZKOWSKI Andrzej, “Jesień Ludów 1989 (1989: O Outono dos Povos)”, in suplemento de “Tygodnik Powszechny”, 08.11.2009.

PAWLICKI, Jacek, “W traktacie akcesyjnym znajdzie się polska deklaracja w sprawie aborcji” (No tratado de adesão haverá a declaração polaca sobre aborto), in “Gazeta Wyborcza”, 24.01.2003.

PONINSKI Antoni, “Zmarły Ksiadz Biskup Roman Andrzejewski” (O falecido bispo Roman Andrzejewski), in “Wiadomości Diecezjalne”, 07.07.2003.

PSZCZÓŁKOWSKA Dominika, “Deklaracja do traktatu z UE: Sami ochronimy życie” (A declaração do tratado com a UE: Defenderemos a vida sozinhos), in “Gazeta Wyborcza”, 28.01.2003.

“Prymas: Po Kopenhadze otwiera się nowa szansa” (Primaz: Após Copenhaga abre-se uma nova oportunidade), in página de notícias da KAI, 16.12.2002.

PRZEBINDA Grzegorz, “Jan Paweł II nie zdobył Kremla” (João Paulo II não conquistou o Kremlin), in “Gazeta Wyborcza”, 15.12.2006

PYLAK Bolesław, “W imię prawdy”, in “Nasz Dziennik”, 29.05.2003.

ROTFELD Adam, “Niebawem minie rok od wejścia Polski do Unii Europejskiej”. Polska Agencja Prasowa, 07.04.2005.

SĘDKOWSKA Elzbieta, “Badania opinii Polaków o Unii Europejskiej” (Estudos da opinião publica dos polacos sobre a UW), in „Zeszyty Naukowe Zakładu Europeistyki Wyższej Szkoły Informatyki i Zarządzania w Rzeszowie”, n.º 3/2007.

SKÓRZYNSKI Zygmunt, “Konwersatorium i Fundacja »Polska w Europie«” (O conversatório e a Fundação “A Polónia na Europa”), in revista “Polska w Europie”, Varsóvia, Maio de 1990.

SKUBISZEWSKI Krzysztof, “Budowaliśmy od podstaw politykę zagraniczną Polski” (Estavamos a construir desde os fundamentos a política estrangeira), in “Państwo i Prawo”, n.º 3, 1994.

SKUBISZEWSKI, Krzysztof, “Polish foreign policy in 1991”, in Relatório Anual de Ministério de Negócios Estrangeiros da Polónia de 1991, Varsóvia, 1993.

SKUBISZEWSKI Krzysztof, "Raison d'être of the Polish Republic", in "Polityka Polska", 21.01.1993.

SPORNIAK Artur, STRZAŁKA Jan, "Europy nie trzeba się bać" (Não há que ter medo da Europa), in "Tygodnik Powszechny" n.º 38, 22.09.2002.

TRUSZCZYŃSKI Jan, "Estado e as perspectivas das negociações de adesão da Polónia à UE", in "Negocjacje w sprawie członkostwa Polski w Unii Europejskiej. Wybrane problemy" (As negociações da adesão da Polónia à União Europeia. Algumas questões), Ministério de Negócios Estrangeiros. Varsóvia, 2002.

TRUSZCZYŃSKI Jan, "Prawda o Kopenhadze" (A verdade sobre a Copenhaga), in „Rzeczpospolita”, 31.12.2002.

URBANOWICZ-SYPIAŃSKA Aleksandra, "Czy Unia zagraża prawu do życia?" (Será que a UE ameaça o direito à vida?), in revista "Educação i dialog", n.º 147/2003.

WALICKI Andrzej "Między polskim mesjanizmem a misjonizmem", in revista "Teologia Polityczna", n.º 4, 2006-2007.

WIERZBOWSKA-MIZAGA Agata, "Białoruś – "najdalszy" sąsiad UE" (Bielorrússia – o mais distante vizinho da UE), in "Zeszyty Europejskie", Centrum Europejskie Natolin, vol.3, Varsóvia, 2004.

WIŚNIEWSKA, Agnieszka, "Będą momenty" (Haverá momentos), in „Krytyka Polityczna”, 30.09.2010.

WOŁODŹKO Krzysztof, "Czy Jan Paweł II był mesjanistą" (Será que João Paulo II foi um messianista?), in página de Internet do diário digital católico www.deon.pl, 23.07.2012.

WRÓŃSKI Paweł, "Milenijny dar niebios" (Milénar prenda dos céus), in "Gazeta Wyborcza", 11-12.03.2000.

VERHEUGEN Guenter, "EU-Osterweiterung: Billiger geht es nicht", in "Wirtschaftswoche", n.º, 28.02.2002.

ZAJĄC Marek, "Quo vadis? Do Europy" (Quo vadis? À Europa), in "Tygodnik Powszechny", n.º 12, 23.03.2003.

ZAJĄC Marek, "W jedności podzieleni" (Divididos em união), in "Tygodnik Powszechny", n.º 25 (2815), 22.06.2003.

ŻYCINSKI Józef, "Europejska wspólnota ducha", in "Gość Niedzielny" (A comunidade europeia do espírito), n.º 10/2000.

Cartas e discursos:

A carta de bispos polacos “Słowo Biskupów Polskich w sprawie wejścia Polski do Unii Europejskiej” (A palavra dos bispos polacos sobre a adesão da Polónia à UE), 02.05.2003.

A carta da Conferência Episcopal da Polónia “Biskupi polscy wobec integracji europejskiej” (Os bispos polacos sobre a integração europeia), documento da Conferência Episcopal da Polónia, 21.03.2002.

A carta da Conferência Episcopal Polaca sobre os mandamentos “List Episkopatu Polski na temat przykazań kościelnych”, 21.10.2003.

Comunicado de 321. Sessão Plenária da Conferência Episcopal da Polónia, 12.03.2003.

Comunicado do padre Janusz Dyrek, in “Nasz Dziennik”, 26.05.2003.

Comunicado de Rada Stała Konferencji Episkopatu Polski (Conselho Permanente da Conferência Episcopal Polaca), 18.02.2003.

GLEMP Józef , Discurso no IV Congresso de Gniezno, in serviço de notícias da KAI, 15.03.2003.

GLEMP Józef, Mensagem de Natal do Primaz da Polónia, 16.12.2002.

JOÃO PAULO II, “25 lat spotkań z Polakami - odzwierciedlenie historii ostatniego ćwierćwiecza Polski, Europy i Kościoła” (Os 25 anos de encontros com os polacos – retrato da história dos últimos 25 anos da Polónia, Europa e da Igreja), discurso do dia 19.05.2003.

JOÃO PAULO II, “A Europa precisa de Jesus Cristo”, discurso papal aos participantes de III Congresso Internacional de Fundação de Alcide de Gasperi, 23.02.2002.

JOÃO PAULO II, A oração após a legalidade de Solidarnosc, in “Tygodnik Solidarność”, n.º 1(38), 02.06.1989.

JOÃO PAULO II, “Acto da Europa”, Santiago de Compostela, 9.11.1982.

JOÃO PAULO II, Discurso aos membros da Conferência Episcopal da Polónia, Częstochowa, 5 de Junho de 1979.

JOÃO PAULO II, Discurso aos presidentes de sete países europeus, Gniezno, 3 de Junho de 1997.

JOÃO PAULO II, Discurso de despedida no aeroporto de Cracóvia no dia 10 de Junho de 1997.

JOÃO PAULO II, Discurso no fim da missa papal em Gniezno no dia 3 de Junho de 1997.

JOÃO PAULO II, Discurso em Belweder, Varsóvia, no dia 02.06.1979.

JOÃO PAULO II, Discurso na peregrinação de polacos a Roma, 19.05.2003.

JOÃO PAULO II, Discurso à Curia Romana, 22.12.2003.

JOÃO PAULO II, Discurso no Parlamento da República da Polónia em Varsóvia, no dia 11 de Junho de 1999.

JOÃO PAULO II, Discurso por ocasião da entrega das cartas credenciais do Embaixador da Polónia na Santa Sé no dia 3 de Dezembro de 2001.

JOÃO PAULO II, Discurso à comunidade de imigrantes polacos em Mainz, 16.11.1980.

JOÃO PAULO II, Discurso por ocasião de recepção de título de doutor honoris causa da Escola Superior de Agricultura de Varsóvia no dia 11 de Janeiro de 2002.

JOÃO PAULO II, Discurso de despedida no final da peregrinação papal no aeroporto de Cracóvia, 19.08.2002.

JOÃO PAULO II, Discurso de João Paulo II no Parlamento da República da Polónia em Varsóvia no dia 11 de Junho de 1999.

JOÃO PAULO II, Discurso no dia 15.03.2003 por ocasião de I Dia Europeu de Mundo Académico.

JOÃO PAULO II, Discurso aos peregrinos polacos por ocasião do 40.º aniversário da batalha de Monte Cassino.

JOÃO PAULO II, Discurso aos bispos polacos por ocasião da visita *ad limina apostolorum* no dia 14 Fevereiro 1998, in “Program dla Kościoła w Polsce”.

JOÃO PAULO II, Exortação sobre a Europa “Ecclesia in Europa”, Vaticano, 2003.

JOÃO PAULO II, Homilia dita durante a Missa na Praça da Vitória em Varsóvia no dia 2 de Junho de 1979.

JOÃO PAULO II, Homilia durante a Missa em Gniezno no dia 3 de Junho 1997.

JOÃO PAULO II, Homilia durante oração ecuménica em Varsóvia, 9.06.1991.

JOÃO PAULO II, Homilia de João Paulo II em Skoczów, 22.05.1995.

JOÃO PAULO II, “Los naszej Ojczyzny, Kościoła i świata są ze sobą związane” (Os destinos da nossa Pátria, da Igreja e do Mundo estão vinculados). Discurso ao Embaixador da República da Polónia em Santa Sé em 3.12.2001.

JOÃO PAULO II, Mensagem à Conferência Episcopal da Polónia de 8 Junho de 1997.

JOÃO PAULO II, „Mensagem para a Conferência Mundial da UNESCO sobre a política cultural”, 24 de Julho de 1982.

JOÃO PAULO II, Mensagem de João Paulo II por ocasião do 50.º aniversário do Conselho da Europa, Vaticano, 1999.

JOÃO PAULO II, “Odnowa człowieka i społeczeństwa dokonuje się za sprawą odnowy sumień”(A renovação do homem e da sociedade decorre graças à renovação de consciências) – Discurso aos bispos polacos no dia 14.02.1998.

JOÃO PAULO II, „U progów Apostolskich, wizyta Biskupów polskich ad limina Apostolorum z 15.01.1993” (Nos limiares apostólicos. A visita ad limina Apostolorum dos bispos polacos em 15.01.1993), Varsóvia, 1993.

JUREK Marek, Discurso no IV Congresso de Gniezno, in serviço de notícias da KAI, 16.03.2003.

KŁOCZOWSKI Jerzy, Discurso no IV Congresso de Gniezno, in serviço de notícias da KAI, 16.03.2003.

OLEKSY Józef, Discurso no IV Congresso de Gniezno, in serviço de notícias da KAI, 16.03.2003.

OLSZEWSKI Jan, Expose de primeiro-ministro de 21.12.1991, in página de revista „Stosunki Miedzynarodowe”, [http://www.stosunki-miedzynarodowe.pl/teksty-zrodlowe/przemowienia/1124-expose-premiera-jana-olszewskiego-fragment-dotyczacy-polityki-zagranicznej-21-grudnia-1991-r].

“Orędzie biskupów polskich do ich niemieckich braci w Chrystusowym Urzędzie Pastorskim” (Mensagem dos bispos polacos aos irmãos alemães no Serviço Sacerdotal do Cristo) in “Listy Pasterskie Episkopatu Polski (1945-2000)” (1945-2000. Cartas pastorais da Conferência Episcopal Polaca), Michalineum, Marki, 2003.

“Przesłanie uczestników Kongresu Gnieźnieńskiego do Polaków, Europejczyków, władz jednoczącej się Europy, chrześcijan i ludzi dobrej woli” (Mensagem dos participantes do Congresso de Gniezno aos polacos, europeus e dirigentes da Europa que se está a unir, aos cristãos e homens da boa vontade), in “Tygodnik Powszechny”, n.º12, 23.03.2003.

WOJTYŁA Karol, Homilia do cardeal em Cracóvia no dia 25.05.1978.

Relatórios e estudos:

Comunicado de estudo de CBOS “Deklaracje udziału i głosowania w referendum akcesyjnym” (As declarações da participação e votação no referendo europeu), Maio de 2003.

Comunicado do estudo do CBOS “Motywy popracia lub odrzucenia integracji” (Os motivos do apoio ou da rejeição da integração), Varsóvia, Janeiro de 2003.

“Kościół w Trzeciej Rzeczypospolitej” (A Igreja na Terceira República da Polónia), o estudo de CBOS, Maio 1999.

“Kto przyjacielem, kto wrogiem Polaków” (Quem é o amigo e o inimigo dos polacos), o Estudo de TNS OBOP, Varsóvia, Fevereiro de 2003.

“Mam Prawo” (Tenho direito), Boletim da Federação para as Mulheres e o Planeamento Familiar, n.º 2/2003.

O estudo realizado em 2002 pelo Instituto de Estatística da Igreja Católica (ISKK SAC) sobre a atitude dos párocos polacos em relação à integração europeia.

“Poparcie dla integracji z Unią Europejską po szczycie w Kopenhadze” (O apoio à integração europeia após a Cimeira de Copenhaga), comunicado do estudo do CBOS, Varsóvia, Janeiro de 2003.

“Postawy Polaków, Duńczyków i Holendrów wobec rozszerzenia UE” (Atitudes dos polacos, dinamarqueses e holandeses sobre o alargamento da UE), comunicado do estudo de opinião do CBOS, Varsóvia, 2003

“Postrzeganie stosunków Państwo-Kościół” (Pontos de vista sobre as relações Estado-Igreja), comunicado de estudo de CBOS, Setembro de 2002.

Relatório „Kościół na przełomie wieków”(A Igreja entre séculos), in „Rzeczpospolita”, 15-16.03.2003.

“Sceptyczni entuzjaści. Biskupi o integracji europejskiej – sondaż” (Os entusiastas cépticos. Os bispos sobre a integração europeia – sondagem), in semanário “Tygodnik Powszechny” n.º 6, 09.02.2003.

Páginas na rede WWW:

CYWINSKI Piotr, PRZECISZEWSKI Marcin. “A Igreja na Polónia após 1989 em relação aos desafios da democracia”, in página da Internet de P. Cywinski, [<http://www.cwi.pl/tekst15a.htm>], 01.10.2004.

GRABOWSKI Marek, “Wybory’97” (As eleições de 1997), in página da Internet de portal Prawica.net, [<http://prawica.net/31068>], 23.08.2012.

KRAJSKI Stanislaw, “Wielu ma apetyt na Polskę” (Muitos têm apetite pela Polónia), in página da Internet do autor [www.krajski.com.pl/rydzyk.htm]

KRAKOWSKI Jędrzej, “Polska w Unii Europejskiej – negocjacje i negocjatorzy” (A Polónia na UE – as negociações e os negociadores), in página da Internet do autor, [<http://www.krakowski.us.edu.pl/?p=ue-14>], 21.08.2006.

Nauczanie Jana Pawła II (Ensino de João Paulo II)
[http://www.opoka.org.pl/nauczanie/papiez/jan_pawel_ii/przemowienia.php]

Przemówienia Jana Pawła II na temat Europy i europejskości (Discursos de João Paulo II sobre a Europa e a europeização), [<http://www.zenderowski.republika.pl/jpII.pdf>]

“The pope didn’t visit Poland to play politics, but he couldn’t help it”, in página na Internet do semanário “The Economist”, 22.08.2011. [www.economist.com]

Przemówienia Jana Pawła II w czasie pielgrzymek do Polski (Discursos de João Paulo II durante as peregrinações na Polónia), [<http://mateusz.pl/jp99/pp/>]

Documentos legislativos e judiciais:

European Parliament resolution on sexual and reproductive health and rights (2001/2128 (INI)), 3.07.2002.

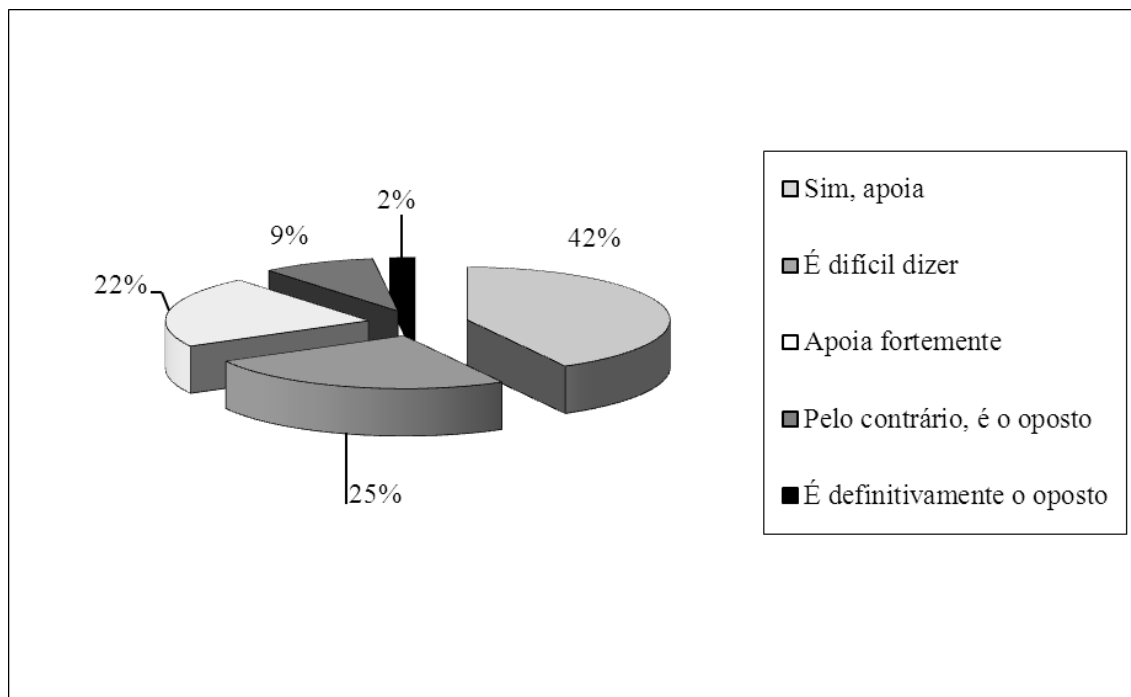
Judgment of the Court of 4 October 1991. “The Society for the Protection of Unborn Children Ireland Ltd v Stephen Grogan and others. Reference for a preliminary ruling: High Court - Ireland. Freedom to provide services - Prohibition on the distribution of information on clinics carrying out voluntary terminations of pregnancy in other Member States”. Case C-159/90. European Court reports 1991.

O Tratado da Adesão da República da Polónia à União Europeia, in Dziennik Ustaw n.º 90, 30.04.2004.

Figuras e Quadros

Figura 1.

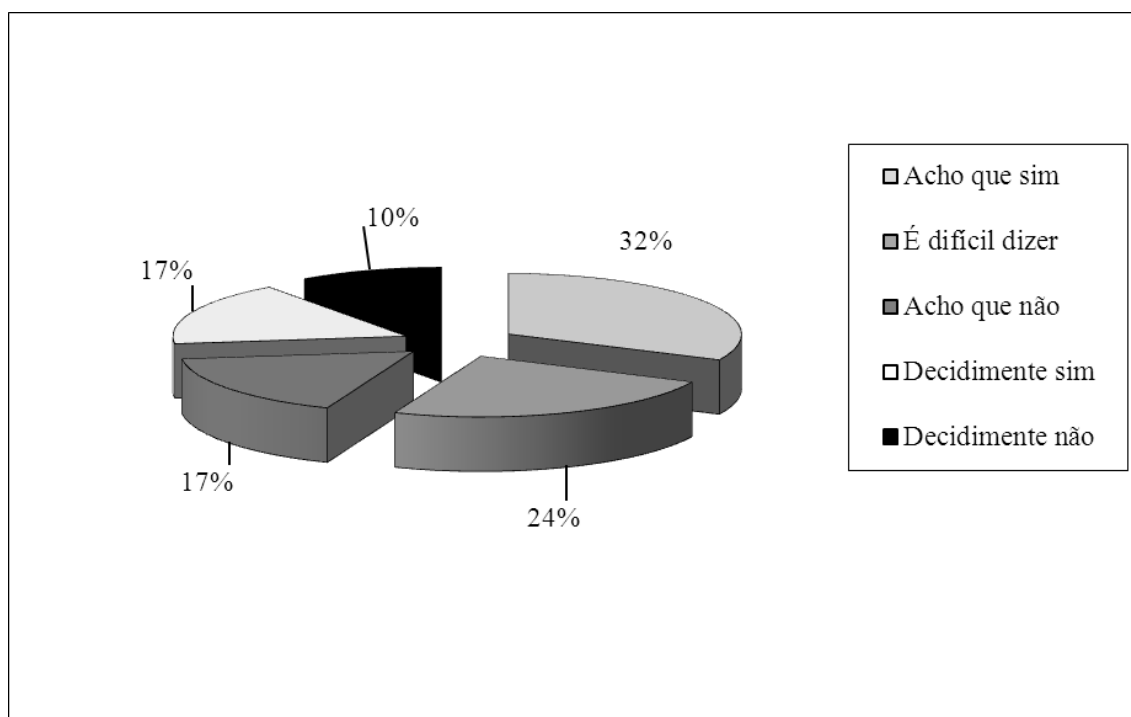
PERGUNTA: Na sua opinião a Igreja Católica apoia a integração europeia do nosso País ou pelo contrário?



Fonte: CBOS, 2002

Figura 2.

PERGUNTA: Na sua opinião a Igreja Católica deve apoiar acções para a integração polaca na União Europeia ou não?



Fonte: CBOS, 2002

Quadro 1.

PERGUNTA: A sua opinião face à União Europeia é...?

RESPOSTA:	Antes da Cimeira de Copenhaga (13.12.2002)	Depois da Cimeira de Copenhaga (13.12.2002)
Negativa	22	18
Indiferente	27	21
Positiva	46	54
É difícil dizer	5	7
	100	100

Fonte: CBOS, 2002

Quadro 2.

PERGUNTA: Em que medida na sua decisão de voto no referendo da adesão da Polónia à União Europeia vai seguir ...

PERGUNTA: \ RESPOSTA:	Muito grande (%)	Grande (%)	Pouco (%)	Não vou seguir essa posição/opinião (%)	É difícil dizer (%)	
a posição do Presidente da Polónia?	7	22	31	40	0	100
a posição do Governo polaco?	4	16	36	44	0	100
a posição do partido político que apoia?	5	15	27	52	1	100
a posição da Igreja Católica?	4	12	26	57	1	100
as opiniões apresentadas nos programas da “Radio Maryja”?	2	4	14	80	0	100
a opinião do padre da Paróquia?	2	6	17	74	1	100
a opinião de alguém da família ou conhecido?	6	20	34	40	0	100
a opinião de outra pessoa que é para si uma autoridade?	4	13	14	69	0	100

Fonte: CBOS, 2003

Quadro 3.

PERGUNTA: Na sua decisão de voto no referendo da adesão da Polónia à União Europeia vai seguir ...

PERGUNTA:	Respondem "SIM":	dos que declaram votar a favor da adesão polaca à UE (%)	dos que declaram votar contra a adesão polaca à EU (%)	dos que ainda não decidiram como votar (%)
a posição do Presidente da Polónia?		27	8	17
a posição do Governo polaco?		25	6	12
a posição do partido político que apoia?		22	15	13
a posição da Igreja Católica?		14	19	24
as opiniões apresentadas nos programas da “Radio Maryja”?		3	12	5
a opinião do padre da Paróquia?		6	15	6
a opinião de alguém da família ou conhecido?		24	30	29
a opinião de outra pessoa que é para si uma autoridade?		18	13	18

Fonte: CBOS, 2003

Quadro 4.

PERGUNTA: Na sua decisão de voto no referendo da adesão da Polónia à União Europeia vai seguir ...

<div> <div>PERGUNTA:</div> <div>Respondem "SIM":</div> </div>	dos apoiantes dos partidos políticos polacos (%)					
	SLD	PSL	Samoobrona	PO	PiS	LPR
a posição do Presidente da Polónia?	59	17	23	25	17	23
a posição do Governo polaco?	48	14	17	13	9	13
a posição do partido político que apoia?	45	26	22	21	13	36
a posição da Igreja Católica?	18	12	34	14	11	47
as opiniões apresentadas nos programas da “Radio Maryja”?	1	5	19	1	1	33
a opinião do padre da Paróquia?	10	8	19	2	4	33
a opinião de alguém da família ou conhecido?	27	32	32	14	28	43
a opinião de outra pessoa que é para si uma autoridade?	16	20	12	20	25	18

Fonte: CBOS, 2003

Quadro 5.

Diocese	Total		PERGUNTA: Como Sacerdote, acha que a entrada da Polónia na União Europeia terá uma influência na vida religiosa da Paróquia... ?						
	Valores absolutos	Valores relativos (%)	RESPOSTA:						
			Muito Positiva	Positiva	Não altera nada	Negativa	Muito negativa	Não sabe	Nenhuma resposta
		100,0%	0,7%	5,0%	17,5%	33,2%	10,0%	18,0%	15,5%
Total	9059	3899,9	26,9	196,3	684,2	1294,8	389,8	703,0	604,9
bialostocka	104	100,0	0,0	5,8	17,3	46,2	5,8	19,2	5,8
bielsko-żywiecka	200	100,0	0,0	6,0	19,5	41,5	4,5	20,0	8,5
częstochowska	295	100,0	0,3	3,7	17,6	35,3	11,5	21,4	10,2
drohiczyńska	96	100,0	0,0	1,0	16,7	42,7	16,7	16,7	6,3
elbląska	135	100,0	0,7	3,7	20,0	28,1	17,0	23,0	7,4
ełcka	136	100,0	0,0	5,1	25,7	34,6	16,2	15,4	2,9
gdańska	186	100,0	1,1	8,1	31,2	26,9	5,9	18,3	8,6
gliwicka	151	100,0	2,6	5,3	26,5	37,7	4,0	17,2	6,6
gnieźnieńska	324	100,0	0,6	4,0	17,6	33,0	8,3	26,5	9,9
kaliska	243	100,0	0,4	1,6	6,6	14,4	4,5	8,6	63,8
katowicka	296	100,0	1,4	10,5	28,4	30,1	5,7	21,3	2,7
kielecka	299	100,0	0,3	3,7	13,7	33,4	12,7	30,1	6,0
koszalińsko-kołobrzewska	210	100,0	2,4	9,5	20,5	34,8	7,1	21,0	4,8
krakowska	375	100,0	0,8	6,1	17,6	34,4	4,8	26,7	9,6
legnicka	248	100,0	1,2	6,9	9,7	21,0	6,0	14,9	40,3
lubelska	247	100,0	0,8	6,9	19,4	28,7	8,9	31,6	3,6
łódzka	211	100,0	0,9	2,8	19,0	31,8	11,4	26,5	7,6
łomżyńska	177	100,0	0,0	6,8	18,6	34,5	19,8	19,8	0,6
łowicka	157	100,0	1,3	3,2	19,1	38,2	12,7	15,9	9,6
opolska	381	100,0	1,6	5,2	20,5	40,2	7,9	13,6	11,0
pelplińska	278	100,0	0,4	5,8	18,3	45,3	8,6	16,2	5,4
płocka	230	100,0	0,0	3,5	20,9	40,9	10,4	21,7	2,6
poznańska	406	100,0	0,2	4,2	15,0	35,5	11,8	21,7	11,6
przemyska	261	100,0	0,8	1,5	3,8	8,4	2,3	4,2	78,9
radomska	221	100,0	1,8	6,3	23,5	35,3	10,9	16,3	5,9
rzeszowska	225	100,0	0,4	4,0	15,6	37,3	10,7	19,6	12,4
sandomierska	191	100,0	0,0	4,2	15,2	26,7	14,7	11,5	27,7
siedlecka	240	100,0	0,0	1,7	10,8	45,0	20,4	15,0	7,1
sosnowiecka	122	100,0	0,0	7,4	20,5	38,5	8,2	17,2	8,2
szczecińska	251	100,0	1,2	8,0	23,1	40,2	8,8	16,7	2,0
tarnowska	439	100,0	0,7	6,6	15,0	34,2	6,8	14,1	22,6
toruńska	185	100,0	1,1	5,9	9,7	26,5	5,4	7,6	43,8
warszawsko-praska	156	100,0	0,6	3,2	22,4	30,8	14,7	14,1	14,1
warmińska	217	100,0	0,5	6,0	20,3	33,2	11,1	16,6	12,4
warszawska	164	100,0	0,6	5,5	17,1	32,3	11,0	22,6	11,0
włocławska	249	100,0	0,8	4,8	15,3	43,8	13,3	16,9	5,2
wrocławska	355	100,0	0,8	6,2	18,0	35,2	12,4	21,4	5,9
zamojska	178	100,0	0,6	5,6	14,0	38,2	16,9	21,9	2,8
zielonogórska	220	100,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	99,5
Ordinariato Castrense	58	100,0	0,0	12,1	22,4	25,9	1,7	22,4	15,5

Fonte: Badania Instytutu Statystyki Kościoła Katolickiego SAC, 2002

Quadro 6.

Diocese	Total		PERGUNTA: Como Sacerdote, acha que a entrada da Polónia na União Europeia terá um impacto socio-económico na Freguesia... ?						
	Valores absolutos	Valores relativos (%)	RESPOSTA:						
			Muito Positiva	Positiva	Não altera nada	Negativa	Muito negativa	Não sabe	Nenhuma resposta
		100,0%	1,9%	20,7%	8,2%	19,4%	9,6%	23,1%	17,1%
Total	9059	100,0	1,9	20,7	8,2	19,4	9,6	23,1	17,1
bialostocka	104	100,0	1,9	22,1	7,7	28,8	6,7	25,0	7,7
bielsko-żywiecka	200	100,0	1,5	27,5	11,0	15,5	5,0	29,5	10,0
częstochowska	295	100,0	0,3	13,2	10,2	22,0	10,8	32,2	11,2
drohiczńska	96	100,0	1,0	12,5	7,3	31,3	15,6	26,0	6,3
elbląska	135	100,0	2,2	17,0	13,3	20,0	14,8	24,4	8,1
elcka	136	100,0	0,7	19,1	14,0	28,7	16,9	18,4	2,2
gdańska	186	100,0	2,7	30,6	11,8	17,2	6,5	21,0	10,2
gliwicka	151	100,0	2,0	39,1	11,3	15,9	2,6	21,2	7,9
gnieźnieńska	324	100,0	1,2	15,4	9,0	24,1	11,7	28,4	10,2
kaliska	243	100,0	0,8	4,5	4,1	10,7	5,3	9,9	64,6
katowicka	296	100,0	2,0	33,1	9,8	19,9	4,7	27,0	3,4
kielecka	299	100,0	1,0	18,1	8,4	18,7	11,0	34,1	8,7
koszalińsko-kołobrzaska	210	100,0	4,3	34,3	10,0	16,2	6,7	21,9	6,7
krakowska	375	100,0	2,1	25,9	8,3	16,3	2,9	32,5	12,0
legnicka	248	100,0	4,4	13,7	6,9	13,7	4,8	16,1	40,3
lubelska	247	100,0	2,0	22,3	6,5	23,9	6,9	33,6	4,9
łódzka	211	100,0	1,9	14,2	11,8	23,2	11,8	29,4	7,6
łomżyńska	177	100,0	1,7	23,2	4,0	30,5	15,8	23,7	1,1
łowicka	157	100,0	3,2	15,3	9,6	22,3	13,4	24,8	11,5
opolska	381	100,0	6,8	35,4	6,6	11,5	8,9	18,6	12,1
pelplińska	278	100,0	0,4	24,8	7,9	29,1	11,9	20,1	5,8
płocka	230	100,0	0,9	27,8	6,5	27,0	11,3	22,6	3,9
poznańska	406	100,0	1,0	15,0	6,4	22,7	13,8	29,3	11,8
przemyska	261	100,0	1,1	6,5	2,3	2,7	2,3	5,4	79,7
radomska	221	100,0	3,2	23,5	12,2	18,1	14,9	20,8	7,2
rzeszowska	225	100,0	1,3	17,3	11,1	21,3	7,1	26,7	15,1
sandomierska	191	100,0	0,0	13,6	7,3	22,5	12,0	14,1	30,4
siedlecka	240	100,0	0,0	10,8	5,8	31,7	20,4	20,0	11,3
sosnowiecka	122	100,0	0,0	23,8	7,4	23,0	9,0	29,5	7,4
szczecińska	251	100,0	2,8	33,1	12,4	19,9	7,2	22,3	2,4
tarnowska	439	100,0	1,8	28,5	6,2	13,7	6,6	19,8	23,5
toruńska	185	100,0	1,1	11,9	5,4	15,7	8,1	11,9	45,9
warszawsko-praska	156	100,0	2,6	19,2	8,3	19,2	12,8	23,7	14,1
warmińska	217	100,0	1,4	18,0	12,0	24,0	13,8	17,1	13,8
warszawska	164	100,0	1,8	22,0	7,3	16,5	9,1	31,1	12,2
włocławska	249	100,0	2,0	16,9	10,0	22,5	14,1	26,1	8,4
wrocławska	355	100,0	3,7	22,3	9,9	19,2	11,3	26,8	7,0
zamojska	178	100,0	2,8	21,3	6,7	24,7	16,9	24,7	2,8
zielonogórska	220	100,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	99,5
Ordinariato Castrense	58	100,0	5,2	25,9	6,9	8,6	3,4	32,8	17,2

Fonte: Badania Instytutu Statystyki Kościoła Katolickiego SAC, 2002